

Claudia Paiva Carvalho

CRIMES SEXUAIS E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA: JUDICIALIZAÇÃO E ARQUIVOS

VERSIÓN BILINGUE

CRÍMENES SEXUALES Y
JUSTICIA TRANSICIONAL EN
AMÉRICA LATINA: JUDICIALIZACIÓN
Y ARCHIVOS



MEMORIAL DA ANISTIA

REDE LATINO-AMERICANA DE
Justiça de Transição





Ministério da Justiça e Cidadania
Comissão de Anistia

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Justiça e Cidadania
Alexandre de Moraes

Presidente da Comissão de Anistia
Almino Monteiro Álvares Afonso

Vice-Presidente da Comissão de Anistia
Grace Maria Fernandes Mendonça

Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil
Magally Dato Rodrigues

Conselheiros da Comissão de Anistia

Alberto Goldman
Almino Monteiro Álvares Afonso
Amanda Flávio de Oliveira
Ana Maria Lima de Oliveira Baia
Arlindo Fernandes de Oliveira
Carlos Bastide Horbach
Carolina Cardoso Guimarães Lisboa
Eneá de Stutz e Almeida
Eunice Aparecida De Jesus Prudente
Fabiano Menke
Fernando Dias Menezes de Almeida
Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto
George Rodrigo Bandeira Galindo
Gilda Portugal Gouveia
Grace Maria Fernandes Mendonça

Henrique de Almeida Cardoso
José Francisco Rezek
José Rogério Cruz e Tucci
Kaline Ferreira Davi
Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha
Marina da Silva Steinbruch
Mário Miranda de Albuquerque
Marlon Alberto Weichert
Nina Beatriz Stocco Ranieri
Otavio Brito Lopes
Paulo Lopo Saraiva
Rita Maria de Miranda Sipahi
Rodrigo Gonçalves dos Santos
Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Claudia Paiva Carvalho

CRIMES SEXUAIS E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA: JUDICIALIZAÇÃO E ARQUIVOS



Florianópolis-SC, 2016



REDE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO 2016

Membros plenos

Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) – Guatemala
Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) – Argentina
Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CTJ) – Brasil
Comissão de Anistia – Brasil
Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos – México
Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario – Colômbia
Universidad del Rosario – Colômbia
Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST) – Brasil
Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú – Peru
Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) – El Salvador
Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos do Centro de Estudos Superiores de Santa Catarina – Brasil
Memoria Abierta – Argentina
Núcleo de Preservação da Memória Política – Brasil
Observatorio de Justicia Transicional de la Universidad Diego Portales – Chile
Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica – Uruguai
Observatorio Luz Ibarburu – Uruguai
Secretaria-Executiva da RLAJT (UnB/UFGM) – Brasil
Universidad de Lanus – Argentina

Membros afiliados

Antonio Coelho Pereira – Uruguai
Andres Del Rio Roldan – Universidade Federal Fluminense (Brasil)
Catalina Vallejo – CRITICTJ – Universidad de Los Andes (Colômbia)
Carlos Bravo Ramirez – CRITICTJ – Comisión Nacional de Derechos Humanos (México)
Eric Wiebelhaus-Brahm – University of Arkansas at Little Rock (Estados Unidos)
Francesca Lessa – University of Oxford (Reino Unido)
George Radics – CRITICTJ – National University of Singapore (Singapura)
Jo-Marie Burt – George Mason University (Estados Unidos) e Washington Office on Latin America – WOLA (EUA e Peru)
José Benjamin Cuéllar Martínez – Universidad Centroamerica José Simeón Cañas (El Salvador)
Nina Schneider – Universität Konstanz (Alemanha)
Noemi Perez Vasquez – CRITICTJ – SOAS (Inglaterra/Venezuela)
Olga Prado Carcovich – Consultora da Comissão Nacional da Verdade, 2013-2014 (Brasil)
Ram Natarajan – CRITICTJ – University of Arkansas (Estados Unidos)
Rogelio Agustín Goiburú – Oficina de Memoria Histórica y Reparación (Paraguai)
Rosely A. Stefanos Pacheco – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (Brasil)
Simone Rodrigues Pinto – Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, UnB (Brasil)
Vanessa Dorneles Schinke – Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (Brasil)

SECRETARIA-EXECUTIVA DA RLAJT (2016-2017)

Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (CJT/UFGM)

Coordenação

Camila Prando (UnB)
Emílio Peluso Neder Meyer (UFGM)

Professores Pesquisadores

Cristiano Paixão (UnB)
José Otávio Nogueira Guimarães (UnB)
Liziane Guazina (UnB)
Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira (UFGM)

Pesquisadoras Reladoras

Claudia Paiva Carvalho (UnB)
Mariluci Cardoso Vargas (UFRGS)

Bolsistas

Ana Paula Duque (UnB)
Camilla Cristina Silva (UFOP)
Maria Pia Guerra (UnB)
Patrícia Cunegundes (UnB)
Vanuza Nunes (UFGM)

Estagiários

Felipe Guimarães Assis Tirado (UFGM)
Raquel Cristina Possolo Gonçalves (UFGM)

C331c Carvalho, Claudia Paiva

Crimes sexuais e justiça de transição na América Latina : judicialização e arquivos = Crímenes sexuales y justicia transicional en América Latina : judicialización y archivos / Claudia Paiva Carvalho; tradução Nathaly Mancilla Ordenes e Camila Guedes. – Florianópolis : Tribo da Ilha; Belo Horizonte: Projeto Memorial da Anistia; Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT); Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, Universidade Federal de Minas Gerais (CJT/UFMG), Universidade de Brasília (UnB), 2016.
491p.

Versión bilingue

Inclui referências bibliográficas

ISBN: 978-85-62946-75-2

1. Crime sexual. 2. Justiça de transição – América Latina. 3. Judicialização.
4. Direitos Humanos – América Latina. 5. Direito Internacional. 6. Arquivos e arquivamento (Documentos). I. Ordenes, Nathaly Mancilla. II. Guedes, Camila.
- III. Título. IV. Título: Crímenes sexuales y justicia transicional en América Latina.

CDU: 342.7(100)

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Esta publicação teve o apoio da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, inserida no Projeto Memorial da Anistia (projeto Fundep 17.076), da Comissão de Anistia e da Universidade Federal de Minas Gerais, bem como da Fapemig (projeto OET-00610-16). A Secretaria Executiva da RLAJT tem sua sede, nos anos de 2016 e 2017, no Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG e na UnB. As opiniões e dados contidos na obra são de responsabilidade da autora e não traduzem opiniões do Governo Federal.

Tradução

Nathaly Mancilla Ordenes (Parte I) e

Camila Guedes (Parte II)

Diagramação

Rita Motta – Ed. Tribo da Ilha



EDITORA TRIBO DA ILHA

Rod. Virgílio Várzea, 1991 – Saco Grande

Florianópolis-SC – CEP 88032-001

e-mail: editoratribodailha@gmail.com

Fone: (48) 3238 1262 | 9122-3860

www.editoratribo.blogspot.com

Lista de siglas

- ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
- CADH – Convenção Americana de Direitos Humanos
- CAFCA – *Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas* (Guatemala)
- CEDAW - Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979
- CEH – *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* (Guatemala)
- CEJIL – Centro para a Justiça e o Direito Internacional
- CELS – *Centro de Estudios Legales y Sociales* (Argentina)
- CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Brasil)
- CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
- CJT – Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (Brasil)
- CLADEM – *Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer*
- CMDPDH – *Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos*
- CNV – Comissão Nacional da Verdade (Brasil)
- COMPAZ – *Comisión para la Paz* (Uruguai)
- CONADEP – *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Argentina)
- Corte IDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos
- CVR – *Comisión de la Verdad y Reconciliación* (Perú)
- DDHH – Direitos Humanos
- DEMUS – *Estudio para la Defensa de los Derechos de la Mujer*
- ECAP – Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicosocial Comunitaria (Guatemala)
- FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

GT – Grupo de Trabalho

FEVIMTRA – *Fiscalía Especial para los Delitos de Violencia Contra las Mujeres y Trata de Personas* (México)

HIJOS – *Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio* (Argentina)

ICTJ – *International Centre for Transitional Justice*

IDEHPUCP – *Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú*

IDHUCA – Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (El Salvador)

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

MTM – Mujeres Transformando el Mundo (Guatemala)

ODHAG – Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala

OEA – Organização dos Estados Americanos

OJT – Observatório de Justiça Transicional (Chile)

OLAP – Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal (Uruguai)

OLI – Observatorio Luz Ibarburu (Uruguai)

ONU – Organização das Nações Unidas

PGN – *Procuración General de la Nación* (Argentina)

RLAJT – Rede Latino-Americana de Justiça de Transição

REMHI – *Informe de Recuperación de la Memoria Histórica* (Guatemala)

SIDH – Sistema Interamericano de Direitos Humanos

STF – Supremo Tribunal Federal (Brasil)

TPI – Tribunal Penal Internacional

TPIR – Tribunal Penal Internacional para Ruanda

TPIY – Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)

UNAMG – *Unión Nacional de Mujeres Guatemaltecas* (Guatemala)

UnB – Universidade de Brasília (Brasil)

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	12
Metodologia e referencial teórico.....	14
Estrutura do trabalho e eixos de análise.....	20
 JUDICIALIZAÇÃO DE CRIMES SEXUAIS NA AMÉRICA LATINA	
 PARTE I – ASPECTOS INTERNACIONAIS	
Normativa e jurisprudência internacional sobre crimes sexuais	23
1. Primeiras aproximações: a violência sexual no Direito Internacional Humanitário ...	25
2. O reconhecimento da violência sexual como grave violação aos direitos humanos ...	28
3. O reconhecimento da violência sexual como crime contra a humanidade.....	35
3.1. Os Tribunais Penais Internacionais de Ruanda e da Ex-Iugoslávia	35
3.2. O Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional.....	44
4. Participação das mulheres e transversalização da perspectiva de gênero.....	49
5. A violência sexual no Sistema Interamericano de Direitos Humanos	54
5.1. Definição de violência sexual, estupro e feminicídio	56
5.2. Enquadramento jurídico dos crimes sexuais spo	60
5.3. A obrigação de devida diligência dos Estados	64
5.4. Perspectiva de gênero das reparações.....	69
 PARTE II – ASPECTOS NACIONAIS	
Direito e jurisprudência sobre crimes sexuais nos países da América Latina.....	76
1. A invisibilização da violência sexual nos processos transicionais	77
1.1. Prioridades e limites dos processos transicionais	78
1.2. O tempo das vítimas	84
2. Mobilização de mulheres: campanhas para sensibilizar e iniciativas de judicialização ...	89
3. Obstáculos ao acesso à justiça e à responsabilização penal	106
3.1. Obstáculos específicos relacionados a crimes sexuais.....	107
3.2. Obstáculos da justiça de transição aplicados aos crimes sexuais.....	114
4. Mecanismos e estratégias para contornar os obstáculos à judicialização de crimes sexuais	132
4.1 Medidas de não-discriminação e garantia de direitos.....	132
4.2. Estratégias contra a prescrição e a anistia.....	145
4.3. Questões probatórias e de autoria.....	154
5. A judicialização de crimes sexuais na Argentina e na Guatemala.....	163
5.1. A jurisprudência argentina sobre crimes sexuais no marco do terrorismo de Estado	163
5.2. O caso Sepur Zarco na Guatemala.....	167
6. Conclusões: judicialização	173
 ARQUIVOS SOBRE CRIMES SEXUAIS NA AMÉRICA LATINA	
O tratamento da violência sexual pelas Comissões da Verdade	177
1. Violência sexual, gênero e comissões da verdade em perspectiva histórica.....	178

2. A nomeação da violência sexual nos relatórios das Comissões da Verdade	189
3. Perspectiva de gênero, coleta de testemunhos e tratamento das informações	202
4. Conclusões: arquivos	211
FONTES.....	214
Relatórios.....	214
Jurisprudência.....	216
Legislação	219
Outros	220
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	222
LISTA DE ENTREVISTAS.....	226
ANEXO 1	228

Apresentação

O estudo “Crimes sexuais e justiça de transição na América Latina: judicialização e arquivos” é mais um importante fruto do trabalho desenvolvido no âmbito da Secretaria da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT). Durante o ano de 2015, a Secretaria da RLAJT teve sua sede dividida entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Duas consultorias foram contratadas com vistas a produzir relatórios sobre dois temas escolhidos pelos membros da RLAJT: judicialização e arquivos. Carla Osmo e Shana Santos, publicaram, então, os trabalhos “Judicialização da Justiça de Transição na América Latina” e “Tratamento de Arquivos de Direitos Humanos na América Latina”, ambos em 2016. Os trabalhos fazem parte do acervo da RLAJT disponível em seu website (<http://rlajt.com/publicacoes/>).

Entretanto, durante a assembleia da RLAJT de 2015, decidiram as organizações que dela fazem parte que as temáticas de investigação para o ano de 2016 ainda teriam enfoque nas questões de judicialização e arquivos. Ainda que esta lente fosse mantida, entretanto, dois temas deveriam atravessá-las: os crimes sexuais e os crimes de desaparecimento forçado. Foi daí que a Secretaria da RLAJT, mediante edital público, selecionou a pesquisadora e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília, Claudia Paiva Carvalho, para que elaborasse o relatório sobre Crimes Sexuais durante as ditaduras e situações de conflito armado na América Latina.

A primeira parte do trabalho apresentou os aspectos internacionais e nacionais da judicialização dos crimes sexuais. A partir da análise das normativas e decisões judiciais, bem como da realização de entrevistas e aplicação de questionários, o Relatório apontou para os obstáculos ao acesso à justiça e à responsabilização penal bem como para os mecanismos e estratégias a fim de contornar tais obstáculos. Na segunda parte a pesquisa tomou as produções das Comissões da Verdade como fontes de avaliação da gestão da coleta de testemunhos e tratamento de informações nos casos de crimes sexuais. As análises das experiências dos países que incorporaram casos de crimes sexuais nos Relatórios de suas respectivas Comissões acenaram, segundo a pesquisa, a) para uma especificidade contextual que impede a normatização universalizante sobre políticas de privacidade ou publicidade dos documentos, b) para um protocolo de referência na coleta dos testemunhos a fim de garantir o respeito aos direitos e à dignidade das vítimas.

O resultado do trabalho produzido pela pesquisadora foi, portanto, um mapeamento das experiências de judicialização e dos

desafios das políticas de produção de informação e registro sobre crimes sexuais nos países da América Latina que contam com membros na RLAJT. A pesquisa, entretanto, não apenas coletou e sistematizou os dados sobre o tema mas também ofereceu uma compreensão analítica desde os estudos de gênero. Assim, este Relatório é um marcador de referência para as práticas e políticas justtransicionais e também para as análises das experiências vividas durante os processos de transição.

Em 2016, a Secretaria da RLAJT foi abrigada dentro do projeto do Memorial da Anistia Política (projeto FUNDEP 17.076), conduzido pela Reitoria da UFMG e pela Comissão de Anistia. Como atesta o plano de trabalho do referido projeto, “O objeto do plano de trabalho do Memorial consiste na geração de conteúdos, produção e instalação de projeto museográfico completo, exposição de longa duração de alta interação com os visitantes, produção de conteúdos para o acervo do Memorial e ações de articulação com instituições atuantes em justiça de transição e memorialização. Seus produtos compreendem: ações de articulação e cooperação institucional com entidades que atuam na área de justiça de transição e memorialização, especialmente por meio da RLAJT, dando apoio a suas atividades, de modo a gerar subsídios (pesquisas, relatórios, seminários, publicações e outros produtos) que venham a integrar o acervo do Memorial da Anistia Política do Brasil e que orientem o processo de formulação dos projetos museográfico e pedagógico”.

Dessa forma, boa parte da atividade desempenhada no âmbito da Secretaria da RLAJT visou a produção de insumos para o futuro Memorial da Anistia Política, cuja construção vem se tornando, também, objeto de luta por parte de atores políticos envolvidos com a justiça de transição no Brasil. Entende-se que, além dos destinatários diretos dos relatórios da RLAJT – as organizações que a integram (<http://rlajt.com/quem-somos/membros-permanentes/>) – o trabalho deve ser direcionado ao grande público que tem o direito de conhecer o passado ditatorial latino-americano e buscar, cada vez mais, garantias de não repetição.

Esperamos que o leitor possa usufruir e compartilhar mais esta fonte de pesquisa que enriquece ainda mais o acervo da RLAJT.

Camila Cardoso de Melo Prando (UnB)

Emilio Peluso Neder Meyer (UFMG)

Coordenadores da Secretaria da RLAJT (2016-2017)

[Volta ao Sumário]

Introdução

O presente estudo é resultado do trabalho de consultoria realizado no âmbito da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), com o objetivo de produzir uma pesquisa “a respeito das iniciativas de judicialização e tratamento de arquivos referentes aos crimes sexuais nos países da América Latina integrantes da RLAJT”.¹ Criada em 2011, a RLAJT está constituída, em 2016, por 17 membros de 9 países da América Latina, que são entidades e organizações de direitos humanos que trabalham com a temática da justiça de transição no continente. Nessa articulação, a RLAJT “tem como objetivo principal facilitar e promover a comunicação e troca de conhecimentos no campo da justiça de transição na América Latina, bem como dar visibilidade às experiências de países da região”².

Durante o biênio de 2014 e 2015, a RLAJT teve como foco dos seus encontros e produções dois temas prioritários: *i) a judicialização da justiça de transição na América Latina* e *ii) princípios e obrigações no tratamento de arquivos de direitos humanos na América Latina*. Esses temas foram discutidos em dois seminários internacionais, realizados em junho e novembro 2015³, e foram objeto de recomendações de políticas públicas lançadas em janeiro de 2016⁴ e de dois estudos produzidos por consultoras contratadas⁵. Na Assembleia interna da RLAJT, realizada em novembro de 2015, os membros entenderam que as temáticas sobre judicialização e arquivos não tinham sido esgotadas e continuavam a colocar desafios importantes para a região. Foi

1. Ver o edital disponível em: <http://rlajt.web2403.uni5.net/wp-content/uploads/publicacoes/c5cac732.pdf>.

2. Informações retiradas da seção “História e objetivos” na aba “Quem somos” do sítio eletrônico da RLAJT. Disponível em: <http://rlajt.web2403.uni5.net/quem-somos/historia-e-objetivo/>

3. Trata-se do Seminário Internacional “Contra a impunidade e o esquecimento: justiça e arquivos”, organizado pela Comissão de Anistia/Ministério da Justiça e pela RLAJT, no dia 1º de junho de 2015, na Finatec, Universidade de Brasília (UnB) e do II Congresso Internacional de Justiça de Transição, realizado, no mesmo local e com mesmos organizadores, nos dias 5 e 6 de novembro de 2015, e incluiu, no primeiro dia, o II Encontro Anual da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição “Contra a impunidade e o esquecimento: recomendações sobre justiça e arquivos”. Os vídeos dos seminários estão disponíveis no sítio eletrônico da RLAJT: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>.

4. As recomendações sobre judicialização e arquivos estão disponíveis em: <http://rlajt.com/publicacoes/>.

5. Ver (Osório, 2016) e (Santos, 2016).

deliberado, então, por unanimidade, o prosseguimento dos esforços de atuação e de pesquisa em judicialização e arquivos, com foco em dois subtemas ou linhas de investigação para o ano de 2016: i) *desaparecimento forçado* e ii) *crimes sexuais*.⁶

É nesse contexto que se insere o presente estudo, que tem por escopo investigar a judicialização e o tratamento de arquivos sobre crimes sexuais em 9 países da América Latina que contam com representantes na RLAJT: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Peru e Uruguai. A pesquisa se moldou a partir do objetivo de organizar uma sistematização de dados sobre esses contextos nacionais e de produzir uma análise comparada entre os países. Nesse esforço, não se descuidou da tensão produtiva que constitui o campo da justiça de transição entre os pólos de reflexão teórica e de intervenção política. Acredita-se, como está no cerne da concepção da RLAJT, que a produção e a troca de conhecimento possuem um papel ativo dentro dos processos transicionais. Nesse sentido, a pesquisa também se orienta a gerar subsídios para a formulação de estratégias e de recomendações de práticas e de políticas públicas sobre o tema de justiça de transição e crimes sexuais na América Latina.

O processo de produção do estudo buscou contribuir, igualmente, para pautar o tema da violência sexual na agenda da justiça de transição e visibilizar as experiências dos países da RLAJT. Durante os meses de junho e agosto de 2016, judicialização e arquivos sobre crimes sexuais foram, respectivamente, os temas de destaque nas mídias sociais e nos canais de comunicação da RLAJT, especialmente na página do Facebook. Foram veiculados textos de intervenção, notícias e materiais relacionados às temáticas. Em cada mês também foram realizadas duas atividades na Universidade de Brasília (UnB) dedicadas a discutir e aprofundar os temas: um encontro do grupo de estudos e uma mesa de debates, com a presença de convidados/as externos/as. Nesses eventos, as contribuições oferecidas pela professora Rita Laura Segato, pelo pesquisador Marcelo Torelly, pela professora Mariana Joffily e pela pesquisadora Mariana Pedrosa serviram com grande propriedade ao estudo.⁷

Tendo em vista esse conjunto de ações, a realização da pesquisa e das demais atividades da consultoria contou com o imprescindível apoio da equipe da Secretaria-Executiva da RLAJT. Em primeiro lugar, a orientação precisa e cuidadosa da professora Camila Prando Cardoso, coordenadora da equipe na UnB, foi fundamental em todas as etapas do processo. Também foi central o engajamento das pesquisadoras bolsistas Ana Paula Duque, por meio do auxílio à pesquisa e à organização das atividades, e Patrícia

6. Ver a Ata da Assembleia da RLAJT de 5 de novembro de 2015, produzida por Isabelle Chehab.

7. Os vídeos dos eventos estão disponíveis em: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>.

Cunegundes, responsável pela comunicação social e construção dos materiais gráficos. Além disso, a consultoria foi desenvolvida em parceria com a equipe da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenada pelo professor Emílio Peluso Meyer, que também acompanhou de forma solícita e atenta a condução dos trabalhos. Em especial, o diálogo e as trocas com a consultora Mariluci Vargas, responsável pelo estudo sobre desaparecimento forçado, permitiram pensar e executar em conjunto o desenvolvimento e desenho da pesquisa. Por fim, ainda na UFMG, o apoio da Camilla Cristina, Felipe Guimarães e Vanuza Nunes foi indispensável ao fluxo de comunicação, aos trâmites administrativos e à preparação do seminário final, no qual os resultados da pesquisa foram debatidos pelos membros da RLAJT.

Metodologia e referencial teórico

O presente estudo foi desenvolvido durante um período de 6 (seis) meses, entre maio e novembro de 2016. Em razão da limitação de tempo e do amplo escopo da pesquisa, a metodologia foi estruturada com uma dinâmica colaborativa, contando com a participação dos/as representantes dos membros da RLAJT para o fornecimento de informações relacionadas a justiça de transição e crimes sexuais em seus países. A pesquisa não teria sido possível sem essas contribuições e diálogos. Por isso registra-se o agradecimento aos/às representantes que se envolveram diretamente nas respostas às demandas: Luz Palmas, do *Centro de Estudios Legales y Sociales*, na Argentina; a equipe supervisionada por Emílio Peluso Meyer, do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, no Brasil⁸; Boris Hau e Cath Collins, do *Observatorio de Justicia Transicional* (OJT), da Universidade de Diego Portales, no Chile; Alexandra Quintero Benavides, da Faculdade de Direito da Universidade de Rosário, na Colômbia; Silvia Cuéllar, do *Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas* (IDHUCA), em El Salvador; Rafael Herrarte e María Eugenia Carrera, do *Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas* (CAFCA), na Guatemala; Nancy López Pérez, da *Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos*, no México; à equipe coordenada por Iris Jave, do *Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú*, no Peru⁹; e Sofia Lascano, do Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, no Uruguai.¹⁰

8. Equipe formada por: Jéssica Holl, Camilla Cristina Silva, Núbia Medeiros, Raíssa Lott, Paulo Repolés.

9. Equipe formada por: Mario Cépeda, Lorena Vílchez e David Torres.

10. Os nomes citados foram aqueles apontados nos questionários como as pessoas responsáveis pelo preenchimento.

Em um primeiro momento, os membros da RLAJT foram consultados sobre os principais debates e desafios que o tema da violência sexual coloca à justiça de transição em seus países. Após esse contato inicial, foram adotados dois instrumentos principais para o levantamento de dados: i) o envio de questionários aos membros da RLAJT sobre judicialização e arquivos relativos a crimes sexuais, formulados com quesitos majoritariamente fechados¹¹; ii) a realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas de referência nessas temáticas, que foram indicadas pelos/as representantes da RLAJT em cada país. Depois de concluído o estudo, os resultados da pesquisa foram debatidos pelos membros em seminário realizado em novembro de 2016, oportunidade em que novas contribuições foram apresentadas pelos/as representantes presentes.¹²

Os questionários serviram para a compilação de dados e obtenção de materiais sobre os países que contam com membros na RLAJT. Permitiu, portanto, mapear o estado da arte da judicialização de crimes sexuais, no âmbito internacional e nacional, e dos arquivos relacionados à violência sexual em cada contexto. Feito o mapeamento, foi possível cruzar as informações obtidas para relacionar e comparar os avanços, desafios, estratégias e iniciativas promovidas nos 9 (nove) países estudados. Os questionários preenchidos também trazem avaliações e análises feitas pelos próprios membros sobre as características do direito interno e dos processos nacionais de justiça de transição.

Por sua vez, a realização de entrevistas se revelou um instrumento indispensável para complementar e aprofundar a abordagem dos temas. No total, foram realizadas 13 (treze) entrevistas com pessoas de 6 (seis) países, ligadas ao campo político, jurídico e acadêmico. Entre as/os entrevistadas/os estão militantes e ativistas, ex-presas políticas, advogadas e representantes de vítimas, membros do Ministério Público, estudiosas e especialistas que atuaram em comissões do Estado, entre outros atores. Registra-se aqui um agradecimento pela disponibilidade e pelas contribuições oferecidas

11. Os modelos dos questionários aplicados estão disponíveis no Anexo I.

12. Em particular, registra-se um agradecimento pelas contribuições oferecidas por: Maria Celina Flores, Memoria Abierta (Argentina), Luz Palmas Zaldua, Centro de Estudios Legales y Sociales (Argentina), Renan Quinalha, Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST – Brasil), Cath Collins, Observatório de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales (Chile), Camila de Gamboa Tapias, Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario (Colômbia), Arnau Baulenas Bardia, Instituto de Derechos Humanos de la UCA (IDHUCA – El Salvador), María Eugenia Carrera Chávez, Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA – Guatemala), Lucía Guadalupe Chávez Vargas, Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos (CMDPDH – México), Felix Reategui, Instituto de Democracia y Derechos Humanos (IDEHPUCP – Peru) e Silvia Mariela Antúnez Méndez, Observatorio Luz Ibarburu (Uruguai).

por: Ada Valenzuela, Ana Paula Brito, Amelinha Teles, Beatriz Betaszew, Carolina Varsky, Daniela Quintanilla, Inês Prado Soares, Julissa Mantilla, Karina Ansolabehere, Marlon Weichert, María Ysabel Cedano, Susana Navarro García e Susana Chiarotti.¹³ As entrevistas permitiram uma maior aproximação às experiências nacionais e maior apropriação dos debates internos. A riqueza dos relatos coletados não só trouxe novas informações, como também agregou outros enfoques ou ângulos de observação sobre os tópicos trabalhados. Buscou-se, tanto quanto possível, incorporar ao estudo as diferentes vivências e perspectivas oferecidas. Para o uso da consultoria, as entrevistas foram degravadas com apoio de uma equipe de assistentes de pesquisa, em Brasília¹⁴, e de uma equipe de tradução¹⁵, em Belo Horizonte, coordenada pelo professor Rômulo Monte Alto, do Departamento de Letras da UFMG.¹⁶

As respostas aos questionários e as entrevistas indicaram um amplo conjunto de fontes documentais, tanto de caráter institucional, como produzidas por organismos da sociedade civil. Para a construção do presente estudo, foram selecionadas e analisadas as fontes de maior centralidade, principalmente legislação, jurisprudência e relatórios. Em particular, para o caso brasileiro, também foram consultados documentos do acervo da Comissão Nacional da Verdade (CNV), guardados pelo Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.¹⁷ Por fim, foi utilizada uma literatura de apoio, em particular a bibliografia especializada que discute o tema da violência sexual e gênero na justiça de transição.

Do ponto de vista conceitual e teórico, é importante fazer algumas precisões, a começar pelos conceitos de justiça de transição e de violência sexual. Em primeiro lugar, entende-se que os mecanismos da justiça de transição são aptos a lidar com contextos de “violência extraordinária”, ou seja, praticada em períodos de graves violações a direitos humanos (ICTJ, 2006, p. 11). Cabíveis, por excelência, em resposta a situações pós-ditaduras ou pós-conflito, as medidas de justiça de transição também são aplicáveis a períodos formalmente caracterizados como de paz ou de

13. Ver a Lista de entrevistas ao final do estudo, que apresenta os nomes, qualificações, local de origem das pessoas entrevistadas e a data de realização das entrevistas.

14. Registra-se um agradecimento pelo trabalho dos/as assistentes de pesquisa Danilo Borges, Matheus Lira, Nicolle Wagner e Talita Lima. As degravações foram revisadas com auxílio da pesquisadora-bolsista Ana Paula Duque e da pesquisadora Paula Franco, colaboradora da RLAJT.

15. Registra-se um agradecimento particularmente à Patrícia Oliveira.

16. A disponibilização das entrevistas, na íntegra, está sendo planejada para que possam ser acessadas e exploradas por todos/as interessados/as.

17. Agradeço particularmente à Viven Ishaq pelo apoio e instrução para a consulta à documentação.

democracia, mas que vivem contextos de violência extraordinária.¹⁸ Nessa perspectiva abrangente, as políticas transicionais se aplicam, por exemplo, ao atual contexto de crise de direitos humanos vivenciado no México. Para Rita Segato, a situação mexicana constitui uma nova forma de guerra contemporânea, que envolve a atuação de um poder paralelo equivalente ao Estado, representado pelo narcotráfico (Segato, 2013).

Entre os países estudados, à exceção do caso mexicano, os processos de justiça de transição dizem respeito a períodos de conflitos armados e de ditaduras. Assim, o recorte temporal da prática de crimes sexuais na Argentina, Brasil e Chile se refere aos períodos de ditadura vividos entre as décadas de 1960 e 1980. No caso de El Salvador, Peru e Guatemala, são considerados os crimes praticados durante os conflitos armados internos já encerrados (incluindo, no caso peruano, a ditadura que se sucedeu). Por sua vez, na Colômbia e no México, o estudo se reporta a conflitos que ocorrem no presente e que estão marcados, respectivamente, pelo confronto entre Estado colombiano e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e pela guerra ao narcotráfico.

Em segundo lugar, o conceito de violência sexual abrange um conjunto amplo de violações, que incluem, mas não se restringem ao estupro. Segundo o artigo 7º, 'g', do Estatuto de Roma, de 1998, a violência sexual, considerada como um crime contra a humanidade, compreende a "agressão sexual, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável". Essa conceituação aberta e flexível é importante para desnaturalizar os atos de violência sexual e compreender as diversas modalidades que assumem. Pelo conceito também se depreende que os crimes sexuais não se voltam contra um grupo específico ou uma categoria única de vítimas, como se verá melhor adiante, e podem ser praticados, nos contextos de conflitos armados internos, tanto por forças estatais como por forças paramilitares.

Quanto ao referencial teórico, parte-se do entendimento de que a prática de atos de violência sexual é impactada por estruturas sociais prévias, ou seja, por padrões de discriminação estrutural e de desigualdades que precedem as situações de conflito e de autoritarismo, mas são potencializados nessas conjunturas. Com o intuito de apreender a relação

18. Ainda que se trabalhe com esse marco para efeitos de recorte temporal do estudo, não se ignora que a justiça de transição é um campo em movimento, e seus mecanismos podem ser acionados para lidar com distintos temas e contextos. Ao invés de uma abordagem prescritiva que pretenda dizer onde cabem ou não as medidas transicionais, interessa mais observar seus usos e apropriações.

entre esses padrões e os crimes sexuais cometidos, a pesquisa adota uma perspectiva de gênero como marco orientador da análise. Pretende-se notar, por um lado, as construções sociais e culturais de hierarquias de gêneros que perpassam os atos de violência sexual e, por outro lado, os mecanismos produtores destas hierarquias. Para isso, toma-se de empréstimo a definição de gênero como regime político, proposta por Débora Diniz:

Gênero é um regime político, cuja instituição fundamental é a família reprodutora e cuidadora, e o patriarcado, uma tecnologia moral. O patriarcado nos antecede e nos acompanha: sua principal atualização é isso que chamamos de pedagogias do gênero. As pedagogias do gênero garantem a reprodução do poder patriarcal. As instituições o oficializam como regra de governo. As leis são o registro de sua legalidade e de sua potência para o uso da força perante as insubordinadas (Diniz, 2014, pp. 11-12).

Partindo dessa definição, em primeiro lugar, o gênero constitui o contexto da violência sexual, agravado em períodos de ditaduras e guerras civis. O marcador de gênero torna a violência sexual inteligível como expressão de um regime de poder que classifica e hierarquiza corpos sexados como femininos e masculinos. Também permite compreender que a violência sexual não se produz em um marco de poder sexualmente neutro, mas dentro de uma ordem patriarcal que subalterniza e precariza corpos feminilizados. Há uma interdependência entre violência e gênero, de modo que a violência (em geral, mas também especificamente a violência sexual) tem um papel na reprodução da ordem do gênero (Segato, 2003). Além disso, tanto o comportamento dos agressores, como o sofrimento dos sujeitos atingidos estão ligados às posições de gênero estabelecidas socialmente. Nesse sentido, é preciso considerar o regime do gênero para compreender as razões que autorizam e movem a prática dos crimes sexuais, bem como as consequências específicas (de ordem individual e subjetiva, ou estrutural e política) que essa prática engendra.

Em segundo lugar, o gênero também integra a institucionalidade que deve ou deveria responder a essa violência sexual nos processos de justiça de transição. Neste ponto, não há tampouco neutralidade no funcionamento do direito e suas instituições. Como expõe Teresa de Lauretis, o gênero é produto de várias tecnologias sociais, assim como discursos institucionalizados, epistemologias e práticas cotidianas (Lauretis, 1989, p. 2). As leis, os discursos e operações jurídicas funcionam como tecnologias de gênero que, por um lado, reproduzem estereótipos socialmente construídos e, por outro lado, criam e organizam a ordem de gênero. Sob a capa da universalidade, constrói-se um sistema de representação que normaliza hierarquias de gênero. Dentro desse sistema, a violência

sexual é regulada e valorada conforme percepções culturais e interesses de poder que subordinam o feminino ao masculino. Por isso, os obstáculos à denúncia, à formulação dos relatos e ao acesso à justiça – que são objeto central de preocupação da pesquisa – devem ser compreendidos como tecnologias de gênero que invisibilizam a prática da violência sexual e estigmatizam as vítimas.

Com relação ao perfil das vítimas que sofrem crimes sexuais, em particular nos contextos de guerra e repressão, é importante considerar que são predominantemente mulheres e meninas. Isso não significa que homens e meninos não sejam atingidos por crimes sexuais, ou que a vitimização deles também não traduza o regime de gênero, já que se orienta, via de regra, a emascular corpos tidos como masculinos. Mas o dado de que mulheres e meninas são as vítimas preferenciais desses crimes é relevante e deve ser bem pontuado. Diante disso, o marcador de gênero busca dar inteligibilidade a essa estatística e revelar o regime político que a sustenta.

O submetimento das mulheres a atos de violência sexual não ocorre, no entanto, de forma uniforme, ou seja, não atinge a todas de maneira igual. Ao lado do regime de gênero, o modo pelo qual a violência sexual opera também é atravessado por fatores adicionais de opressão, como a raça e a classe social das vítimas; cruzamento que tem sido nomeado como interseccionalidade. Soma-se, ainda, outro marco classificador que também organiza as relações de gênero: a colonialidade. Como demonstra Rita Segato, o processo colonizador produz “o agravamento e a intensificação das hierarquias que formavam parte da ordem comunitária pré-intrusão” (Segato, 2012, §20). Além de constituir um aspecto da dominação, o gênero se torna uma categoria central de análise das transformações impostas às formas de vida tradicional. Nesses termos, a integração entre colonialidade e gênero forma um eixo necessário para compreender os abusos sexuais sofridos por integrantes de comunidades indígenas nos contextos de graves violações aos direitos humanos.

Outro aspecto colocado pela perspectiva de gênero é a ruptura com o binarismo da classificação entre homens e mulheres que segue definições biológicas dos sexos. Tal ruptura exige ampliar e complexificar a compreensão dos sujeitos que sofrem violências marcadas pela ordem de gênero. Isso implica em reconhecer, nos casos de crimes sexuais, a pluralidade de experiências e de formas de opressão também entre sujeitos que possuem identidades de gênero e orientações sexuais que fogem à norma social cissexista e heterossexual, à exemplo dos segmentos LGBT.

Ao longo da pesquisa, com frequência, a análise da violência sexual se sobrepôs à questão da violência contra as mulheres, ainda que com ela

não se confunda. Isso se explica pelo fato de a violência sexual ter atingido historicamente as mulheres de forma massiva e desproporcional. Também é uma forma de violência contra as mulheres que se intensifica e assume modalidades específicas nos contextos de conflitos armados e de autoritarismo. Como consequência, foram grupos de mulheres e organizações feministas que pautaram o enfrentamento dos crimes sexuais nos momentos pós-transição ou pós-conflito. Por sua vez, os avanços no tratamento jurídico dos crimes sexuais caminharam junto às lutas por reconhecimento dos direitos das mulheres. A violência sexual é, em regra, a primeira e, muitas vezes, a única violência de gênero considerada pelas políticas transicionais, e esse processo conta com o protagonismo das mulheres como vítimas, articuladoras e ativistas. Assim, para os propósitos do presente trabalho, uma vez que o objeto da pesquisa são os crimes sexuais, e não crimes de gênero, a centralidade das mulheres reflete o direcionamento e a especificidade da violência sexual, nos contextos estudados, contra os corpos tidos como femininos. Não se ignora, no entanto, que o foco mantido sobre as mulheres é sintomático da invisibilidade ainda mais marcada de outros sujeitos no campo da justiça de transição.

Dito isso, é importante pontuar três constatações que resultaram da pesquisa. A primeira é que o debate de gênero surge associado a mulheres, o que é possível verificar justamente por reconhecer que gênero não é sinônimo de mulher, mas diz respeito a relações construídas socialmente. A segunda é a tendência de se resumir a violência contra a mulher à violência sexual, o que reduz a complexidade das experiências de violações sofridas pelas mulheres. E a terceira constatação aponta que, no processo jurídico e político de tratamento da violência sexual, em regra, o enquadramento de identidades de gênero é um enquadramento binário, ou seja, de maneira geral, os documentos utilizam uma linguagem binária, que associa gênero a mulheres.

Por fim, cabe ressaltar que o gênero não só orienta analiticamente a pesquisa, mas será igualmente objeto das perguntas às fontes. Assim, questiona-se se há um agenciamento do gênero e como essa perspectiva tem sido incorporada nas políticas transicionais, especificamente no âmbito dos processos de justiça e de recolhimento e tratamento das informações, em especial pela coleta de testemunhos.

Estrutura do trabalho e eixos de análise

O estudo está estruturado em dois blocos: o primeiro dedicado à “Judicialização de crimes sexuais na América Latina”, e o segundo dedicado a “Arquivos sobre crimes sexuais na América Latina”. A maior ênfase da

pesquisa recaiu na investigação sobre a judicialização, tendo em vista os temas e debates pautados pelos membros da RLAJT, bem como o volume de materiais acessados.

A análise sobre judicialização está dividida em duas partes: a primeira voltada aos aspectos internacionais (normativa e jurisprudência internacional) e a segunda dedicada aos aspectos nacionais (direito e jurisprudência dos países membros da RLAJT). A primeira parte busca tratar, no âmbito do direito internacional, do processo de reconhecimento do estupro e da violência sexual como graves violações aos direitos humanos e crimes contra a humanidade. Paralelamente, são mapeadas as principais obrigações internacionais que vinculam os países da América Latina a partir do estudo de instrumentos normativos do sistema universal e regional e da jurisprudência de tribunais penais internacionais e do sistema interamericano de direitos humanos. A segunda parte faz uma análise comparada entre as situações dos países integrantes da RLAJT. Apresenta o estado da arte da judicialização nacional de crimes sexuais e relaciona os obstáculos enfrentados, as estratégias e iniciativas promovidas, incluindo as teses jurídicas desenvolvidas, as reformas na legislação e procedimentos, e uma análise da jurisprudência existente.

Por sua vez, o estudo a respeito de arquivos sobre crimes sexuais está focado em uma análise das comissões de verdade que trataram do tema da violência sexual. Tendo em vista o papel dos testemunhos como fonte de conhecimento dos crimes sexuais, e partindo do mapeamento feito com os membros da RLAJT, esse recorte permitiu explorar a especificidade de arquivos que contam a história da violência sexual. O estudo buscou interrogar como a violência sexual foi pautada pelas comissões, como foi nomeada pelos relatórios finais (quais vítimas e quais violências são consideradas), em que medida foi incorporada uma perspectiva de gênero, como foi organizada a coleta de testemunhos e quais as balizas existentes para o tratamento das informações.

Ao apresentar uma sistematização de dados e uma análise comparada entre os nove países da América Latina estudados, a pesquisa espera contribuir com uma perspectiva de produção de conhecimento comprometida com a integração regional das políticas de justiça de transição, em particular no tema de crimes sexuais.

[Volta ao Sumário]

JUDICIALIZAÇÃO DE CRIMES SEXUAIS NA AMÉRICA LATINA

PARTE I – ASPECTOS INTERNACIONAIS

NORMATIVA E JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CRIMES SEXUAIS

A violência sexual praticada em contextos de conflitos armados tem sido objeto de normativas e da jurisprudência de ao menos três ramos do direito internacional: o direito internacional humanitário, o direito penal internacional e o direito internacional dos direitos humanos. O objetivo desta primeira parte do estudo é o de recuperar os principais marcos do tratamento dos crimes sexuais no direito internacional, tanto no âmbito do sistema universal como regional, a partir de uma perspectiva histórica e de gênero.

Pretende-se investigar, particularmente, o processo pelo qual se reconheceu a gravidade e a especificidade dos atos de violência sexual como violação aos direitos humanos e como crime internacional. O mapeamento dos principais instrumentos internacionais e decisões permitirá, ainda, traçar um panorama das obrigações que vinculam os Estados latino-americanos no campo da judicialização dos crimes sexuais cometidos nos períodos de ditadura, de conflitos armados internos ou de anormalidade política.

Entre os países membros da RLAJT, praticamente todos ratificaram os principais instrumentos internacionais, do sistema universal e regional, que reconhecem os atos de violência sexual como grave violação a direitos humanos e crime contra a humanidade, e obrigam os Estados a adotar medidas para prevenir, punir e eliminar essas violências. As únicas exceções são o Chile e El Salvador, que assinaram, porém não ratificaram o Protocolo Adicional da CEDAW, pelo qual se reconhece a competência do Comitê da CEDAW para monitorar as obrigações do Estado e receber comunicações individuais.

A tabela abaixo permite observar os tratados que foram ratificados e quando foram, a partir de uma perspectiva comparada. É interessante notar, nesse sentido, a demora da Guatemala e de El Salvador em aderir ao Estatuto de Roma, tendo em vista que os dois países atravessaram, entre as décadas de 1960 e 1990, conflitos armados internos com expressivos números de vítimas. Também cabe ressaltar o rápido movimento de incorporação da Convenção de “Belém do Pará” pelos países membros da RLAJT, que aderiram todos nos primeiros anos após sua aprovação.

Ratificação de tratados internacionais pelos países membros da RLAJT

Tratados internacionais País membro da RLAJT	Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), de 1979	Protocolo Adicional da CEDAW	Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência contra a mulher, de 1994	Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998
Argentina	15 de julho de 1985	2007	05 de julho de 1996	16 de janeiro de 2001
Brasil	1º de fevereiro de 1984	2002	27 de novembro de 1995	20 de julho de 2002
Chile	9 de dezembro de 1989	-- ¹⁹	11 de novembro de 1998	1º de agosto de 2009
Colômbia	1981	2005	3 de outubro de 1996	5 de agosto de 2002
Guatemala	1982	2002	4 de janeiro de 1995	2 de abril de 2012
El Salvador	1981	-- ²⁰	23 de agosto de 1995	26 de novembro de 2015
México	1981	2002	19 de junho de 1998	28 de outubro de 2005
Peru	13 de setembro de 1982	9 de abril de 2001	4 de fevereiro de 1996	10 de novembro de 2001
Uruguai	31 de setembro de 1981	2011	1º de abril de 1996	28 de junho de 2002

19. Assinatura em 2001. Mas não conta, até setembro de 2016, com ratificação. Informação disponível em: <http://indicators.ohchr.org/>.

20. Assinatura em 2001. Mas não conta, até setembro de 2016, com ratificação. Informação disponível em: <http://indicators.ohchr.org/>.

A partir desse panorama, a análise do campo internacional está dividida em cinco partes. A primeira trabalha as referências iniciais à violência sexual no marco do direito internacional humanitário. Os dois tópicos seguintes se dedicam, respectivamente, à construção do entendimento dos crimes sexuais como graves violações aos direitos humanos e como crimes contra a humanidade. No quarto ponto, são analisadas normativas relacionadas à exigência de incorporação de mulheres e de uma perspectiva de gênero nos processos políticos pós-conflito. O quinto tópico enfoca o sistema interamericano de direitos humanos e a sua jurisprudência a respeito de casos de violência sexual levados à Comissão (CIDH) e à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

1. Primeiras aproximações: a violência sexual no Direito Internacional Humanitário

As referências históricas à violência sexual cometida em situações de conflitos armados apresentam, de modo geral, um mesmo registro: as mulheres como botim de guerra, prêmio dos vencedores, parte do território conquistado, meio de humilhação dos vencidos. A prática de crimes sexuais é tão antiga como as próprias guerras e esteve entranhada à dinâmica bélica. Isso explica por que, em experiências bastante anteriores à própria modernidade, já é possível localizar atos oficiais que proibiam o estupro de mulheres por soldados.²¹

Segundo a autora Alona Hagay-Frey, o direito internacional atravessa três fases relacionadas ao tratamento dispensado aos crimes sexuais: a “Era do Silêncio”, a “Era da Honra” e a “Terceira Era” ou “Nova Era”. A “Era do Silêncio” se caracteriza pela indiferença do direito internacional em relação aos crimes sexuais e se estende desde o seu surgimento até o final da II Guerra Mundial (Hagay-Frey, 2011, p. 57). Em geral, considera-se que as Convenções de Haia, de 1899 e de 1907, contêm uma proibição implícita à prática de atos de violência sexual em contextos de guerra, na medida em que garantem a “honra da família” e as “convicções e práticas religiosas”. No entanto, inexistente uma proibição expressa do estupro e de abusos sexuais, reforçando a apatia do direito internacional em respeito a tais violações.

Os crimes sexuais praticados durante a II Guerra Mundial não foram enfrentados ou foram apenas de uma forma muito parcial e incompleta pelos tribunais militares internacionais instaurados ao final do conflito. O Estatuto do Tribunal de Nuremberg não previa nenhum tipo de crime

21. Ver a esse respeito os exemplos históricos trazidos por Hagay-Frey (2011, pp. 59-60).

sexual e nenhuma acusação foi apresentada, apesar dos registros que documentavam a prática de estupro, esterilizações forçadas, mutilação sexual, entre outros. Para Hagay-Frey, os crimes sexuais eram considerados aspectos inevitáveis da guerra ou atos atrozes demais para serem processados. Em um caso ou no outro, permaneceram impunes e silenciados (Hagay-Frey, 2011, pp. 62-64). Rhonda Copelon trabalha outra hipótese explicativa para a exclusão e a ausência de qualquer processo por crimes sexuais em Nuremberg: “porque algumas tropas Aliadas eram igualmente culpables de violar mujeres - un ejemplo de la banalidad y de maldad de la cultura militar patriarcal” (Copelon, 2000, p. 4).

No Tribunal de Tóquio, embora não estivesse previsto como crime pelo Estatuto, casos de estupros foram denunciados e julgados entre os demais crimes de guerra. Este avanço não excluiu, no entanto, a persistência do silêncio, como nota Hagay-Frey, uma vez que nenhuma vítima de estupro foi chamada a testemunhar perante o Tribunal. De modo geral, portanto, na malha das medidas jurídicas e judiciais do pós-guerra, quando não foram quase justificados como subproduto da guerra, os crimes sexuais seguiram invisíveis e secundarizados em relação a outros crimes tidos como mais graves ou relevantes (Hagay-Frey, 2011, p. 65-66).²²

Após concluídos os julgamentos pelos tribunais internacionais, foi autorizada a persecução penal de oficiais de patentes menores em tribunais militares nacionais. A autorização foi concedida por um ato denominado *Control Council Law nº 10* (CCL10), que incluiu o estupro dentro da categoria de crime contra a humanidade. Não obstante, nenhuma denúncia por estupro foi apresentada (Hagay-Frey, 2011, p. 67).

A partir das Convenções de Genebra de 1949, o direito internacional passou a condenar explicitamente a prática de estupro contra mulheres em situações de conflito armado. No entanto, o estupro não foi listado de forma expressa entre os atos proibidos pelo artigo 3º comum a todas as Convenções de Genebra²³, não sendo considerado como uma grave infração ao direito internacional humanitário. Como dispõe o artigo 27

22. Destaca-se, nesse silenciamento, o caso das “Comfort women”, mulheres que foram sequestradas e mantidas pelas tropas japonesas como escravas sexuais para satisfazer os soldados, durante a 2ª Guerra Mundial. Embora as forças aliadas tivessem conhecimento da prática, nenhuma providência foi tomada para evitar ou punir. Somente em 1993 o governo japonês reconheceu sua responsabilidade e pediu desculpas às mulheres pelos crimes sofridos (Hagay-Frey, 2011, p. 62).

23. Há quem defenda que a proibição do estupro poder ser considerada, desde o início, uma decorrência da proibição de tratamento cruel e tortura, contida no artigo 3º comum a todas as Convenções de Genebra (Gaggioli, 2014, pp. 512-513). Este entendimento passou a ser adotado na década de 1990 para considerar o estupro como violação da Convenção de Genebra e do direito internacional humanitário.

da Convenção de Genebra IV, a reprovação do estupro integra a obrigação dos Estados de proteger as mulheres contra ataques à sua honra:

Artigo 27

As pessoas protegidas têm direito, em todas as circunstâncias, ao respeito da sua pessoa, da sua honra, dos seus direitos de família, das suas convicções e práticas religiosas, dos seus hábitos e costumes. Serão tratadas, sempre, com humanidade e protegidas especialmente contra todos os atos de violência ou de intimidação, contra os insultos e a curiosidade pública.

As mulheres serão especialmente protegidas contra qualquer ataque à sua honra, e particularmente contra violação, prostituição forçadas ou qualquer forma de atentado ao seu pudor. (Grifos acrescidos)

O estupro é entendido como uma forma de atentado ao pudor, e a proteção contra o estupro aparece como uma subdivisão da proteção mais ampla da “honra”, dos “direitos de família”, das “convicções e práticas religiosas”, dos “hábitos e costumes”. É em referência a essa caracterização que Hagay-Frey denomina a segunda fase da abordagem dos crimes sexuais pelo direito internacional como a “Era da Honra”. Para a autora, o “paradigma da honra” reforça a “bagagem patriarcal que os crimes sexuais carregam como crimes inferiores, crimes contra a propriedade (...) e como crimes contra a honra da sociedade, ao invés de crimes contra o corpo e a dignidade da mulher que foi violada” (Hagay-Frey, 2011, p. 77).

Há autores que discordam dessa leitura, por considerar, por exemplo, que a noção de honra tinha outro sentido à época e constituía um elemento importante na imposição de limites durante a guerra (Gaggioli, 2014, p. 512). No entanto, a linguagem do direito, como afirma Hagay-Frey, não é acidental (Hagay-Frey, 2011, p. 72). Tendo em conta o funcionamento do direito como uma “tecnologia de gênero” (Lauretis, 1989), não só se rompe com uma ideia de neutralidade ou universalidade da linguagem jurídica, mas também se ultrapassa a ideia de que o direito simplesmente reflete ou reproduz os padrões de gênero que estão postos. De outro modo, o direito é também uma força positiva e produtiva que cria e hierarquiza relações de gênero. Nesse sentido, como observa Rhonda Copelon, a caracterização do estupro na Convenção de Genebra

refuerza una importancia secundaria así como la vergüenza y el estigma de las mujeres victimizadas. La ofensa era en contra de la dignidad y el honor masculino, o el honor nacional o étnico. En este escenario, las mujeres eran el objeto de un ataque avergonzante, la propiedad u objeto de otros, necesitando protección tal vez, pero no sujetos de derecho (Copelon, 2000, pp. 3-4).

Os Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra, de 1977, sinalizam um avanço na caracterização de crimes sexuais, como o estupro e a prostituição forçada, como ofensas à dignidade das pessoas, e não mais ofensas à honra.²⁴ Nesse sentido, o artigo 75, (2) 'b' do Protocolo Adicional I, que protege as vítimas de conflitos internacionais, proíbe “atentados contra a *dignidade* da pessoa, nomeadamente os tratamentos humilhantes e degradantes, a prostituição forçada e qualquer forma de atentado ao pudor”, cometidos por agentes militares ou civis. O artigo 76 também prevê uma proteção específica às mulheres contra “a violação, a prostituição forçada e qualquer outra forma de atentado ao pudor”. Por sua vez, o Protocolo Adicional II, que protege vítimas em conflitos armados que não tenham caráter internacional, também proíbe a prática de estupro, prostituição forçada e outros atos atentatórios à dignidade da pessoa, segundo estabelece o artigo 4, (2) 'b'.

Os Protocolos Adicionais, para Hagay-Frey, indicam uma transição para a “Nova Era” ou “Terceira Era”, mas a mudança efetiva no entendimento dos crimes sexuais sob o direito internacional humanitário apenas ocorre de fato na década de 1990. Esse processo é acompanhado pelo progressivo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e pela também gradual incorporação de uma perspectiva de gênero às normas internacionais.

2. O reconhecimento da violência sexual como grave violação aos direitos humanos

O debate sobre crimes sexuais surge e avança vinculado às vítimas mulheres, uma vez que este é um modo de violência que, na hierarquização de gênero, as atinge com frequência. Isso não quer dizer que a violência sexual não atinja homens, sobretudo aqueles não associados às identidades masculinas. Significa, sim, que as mulheres são vítimas preferenciais e sofrem violações específicas. Por conta disso, o reconhecimento da violência sexual como grave violação aos direitos humanos é inseparável do processo de afirmação dos direitos das mulheres como direitos humanos.

A segunda metade da década de 1970 é marcada por uma crescente atenção do direito internacional às mulheres. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 1975 como o “Ano das Mulheres” e realizou uma conferência no México para discutir os direitos das mulheres. Alguns anos depois, em 1979, a Assembleia Geral da ONU aprovou a *Convenção para a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher*

24. É importante ter em conta que, diferente das Convenções de Genebra que foram ratificadas por praticamente todos os Estados, os Protocolos Adicionais não receberam adesão universal, limitando sua aplicabilidade. (Hagay-Frey, 2011, p. 75).

(“CEDAW”, conforme a sigla em inglês), que estabelece os parâmetros básicos para a proteção em nível internacional dos direitos das mulheres.

Para além de fixar as exigências de tratamento igualitário e condições paritárias para a participação das mulheres em todos os espaços, a CEDAW reconhece os aspectos estruturais da discriminação contra as mulheres. Nesse sentido, o artigo 5º (‘a’) obriga os Estados a adotar medidas para “modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres” com o objetivo de eliminar preconceitos e práticas “que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em papéis estereotipados de homens e mulheres”.

Para monitorar os avanços e deficiências na aplicação da CEDAW, foi criado o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (Comitê da CEDAW) (artigo 17). Por sua vez, os Estados signatários se comprometem com um cronograma de envio de relatórios contendo as medidas adotadas para tornar efetivas as disposições da CEDAW (artigo 18). Posteriormente, o Protocolo Facultativo à CEDAW, adotado em 1999, previu a competência do Comitê da CEDAW para apreciar comunicações apresentadas por indivíduos ou grupos de indivíduos que aleguem violações a direitos garantidos pela Convenção.

A CEDAW constituiu um marco importante na consideração de três aspectos: as mulheres como sujeitos de direito, os direitos das mulheres como direitos humanos e as causas estruturais que fundamentam a discriminação contra as mulheres. Não obstante, no texto original, a CEDAW não incluiu explicitamente a violência contra as mulheres como forma de discriminação.²⁵ Foi entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 que as Recomendações Gerais nº 12 e 19 do Comitê da CEDAW incorporaram a violência contra a mulher como forma extrema de discriminação que afeta o gozo e o exercício de direitos e impede o pleno desenvolvimento das mulheres como pessoas. Na Recomendação Geral nº 19, de 1992, o Comitê da CEDAW considerou que:

6. El artículo 1 de la Convención define la discriminación contra la mujer. **Esa definición incluye la violencia basada en el sexo, es decir, la violencia dirigida contra la mujer porque es mujer o que la afecta en forma desproporcionada.** Incluye actos que infligen daños o sufrimientos de índole física, mental o sexual, amenazas de cometer esos actos, coacción y otras formas de privación de la libertad. La violencia contra la mujer puede contravenir disposiciones

25. O mais próximo a uma consideração da violência contra a mulher está contido no artigo 6º da CEDAW, que determina aos Estados tomar medidas “para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração de prostituição da mulher” (grifos acrescidos).

de la Convención, sin tener en cuenta si hablan expresamente de la violencia.²⁶

A partir daí, o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos e da violência contra a mulher como grave violação aos direitos humanos caminharam juntos. Em junho de 1993, foi realizada em Viena, na Áustria, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, da qual resultou aprovada a *Declaração e Programa de Ação de Viena*. Nela se estabeleceu que “Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais” (Parte I, §18). O mesmo parágrafo assinala que “A violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminadas”.

A Conferência mostrou preocupação diante das massivas violações a direitos humanos praticadas em contextos de conflitos armados, e particularmente ao estupro sistemático de mulheres, apelando para a punição dos crimes e eliminação das práticas (Parte I, §28). O tema da violência também recebeu uma atenção mais pormenorizada na Parte II §38 da Declaração, com destaque para o reconhecimento expresso das violações contra direitos das mulheres em contextos de conflito armado como ofensa aos princípios fundamentais de direitos humanos e de direito humanitário. Até então, embora reprovadas, essas violações não eram reconhecidas como uma infração grave das normas internacionais. Vale conferir esse trecho da Declaração:

38. A Conferência sobre Direitos Humanos salienta principalmente a **importância de se trabalhar no sentido da eliminação da violência contra as mulheres na vida pública e privada**, da eliminação de todas as formas de assédio sexual, exploração e tráfico de mulheres para prostituição, da eliminação de tendências sexistas na administração da justiça e da erradicação de quaisquer conflitos que possam surgir entre os direitos das mulheres e os efeitos nocivos de certas práticas tradicionais ou consuetudinárias,

26. Entre outras medidas previstas nessa Recomendação Geral nº 19, destaca-se: i) os Estados podem ser responsabilizados por atos de violência cometidos pelos governos e autoridades públicas e também por não adotar medidas com diligência adequada para prevenir, investigar e punir atos de violência praticados por agentes privados, além de oferecer reparação adequada (parágrafo 9); ii) os papéis estereotipados atribuídos às mulheres perpetuam a violência como forma de dominação, ao mesmo tempo em que as consequências da violência reforçam a subordinação (parágrafo 11); iii) entre as recomendações concretas (parágrafo 24), o Comitê encaminha a adoção de medidas adequadas e eficazes para combater todo tipo de violência baseada no sexo, no âmbito público ou privado ('a'). Também recomenda procedimentos eficazes de denúncia e reparação ('i').

preconceitos culturais e extremismos religiosos. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela à assembleia Geral para que adote o projeto de declaração sobre a violência contra as mulheres, e insta os Estados a combaterem a violência contra as mulheres em conformidade com as disposições contidas na declaração. **As violações dos direitos das mulheres em situações de conflito armado constituem violações dos princípios internacionais fundamentais de Direitos Humanos e de Direito Humanitário.** Todas as violações deste tipo, incluindo especialmente, o homicídio, as violações sistemáticas, a escravidão sexual e a gravidez forçada exigem uma resposta particularmente eficaz. (grifos acrescidos)

Atendendo ao apelo feito pela Conferência, a Assembleia Geral da ONU adotou, em 20 de dezembro de 1993, a *Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres*, por meio da Resolução 48/104.²⁷ Embora seja um instrumento de força não-obrigatória, a Declaração merece destaque como o primeiro documento internacional que tratou especificamente da violência contra as mulheres. No âmbito regional, a *Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres* (“Convenção Belém do Pará”), adotada em 9 de junho de 1994, constitui o primeiro tratado internacional, de força vinculante para os Estados signatários, dedicado ao tema da violência contra as mulheres.²⁸

Uma leitura combinada dos dois textos permite identificar alguns aspectos centrais da proteção internacional às mulheres contra a violência, entendida como uma violação aos direitos humanos. O primeiro diz respeito ao reconhecimento expresso nos preâmbulos dos dois documentos de que “a violência contra as mulheres constitui uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres”. Nesse sentido, a violência limita o gozo dos direitos e opera como um fator que reforça a discriminação e subordinação das mulheres.

Um segundo ponto importante consiste na conceituação da violência contra as mulheres, definida nos dois instrumentos como uma violação a direitos humanos que compreende a violência física, psicológica e sexual

27. Também como decorrência da Conferência de Viena, a ONU criou, em 1994, a Relatoria sobre Violência contra Mulher, indicando como relatora Radhika Coomaraswamy, que apresentou em 2001 um relatório sobre “La violencia contra la mujer perpetrada y/o condonada por el Estado en tiempos de conflicto armado (1997-2000)”.

28. Para acompanhar o cumprimento da Convenção de Belém do Pará na região, foi constituído o Mecanismo de Seguimento da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – MESECVI. O MESECVI é formado por dois órgãos: a Conferência dos Estados Partes e o Comitê de Peritas (CEVI). Vale lembrar que a OEA (Organização dos Estados Americanos) já contava com um organismo especializado no tema dos direitos das mulheres, a Comissão Interamericana de Mulheres (CMI), integrada à OEA em 1948.

sofrida na esfera pública ou privada, ou seja, no âmbito da família, da comunidade ou do Estado. Como agente violador, o Estado pode ter uma conduta comissiva, como perpetrador direto, ou omissiva, por tolerar ou aquiescer com a prática.²⁹ Particularmente, chama atenção, no artigo 1º da Convenção de Belém do Pará, a definição da violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no *gênero*”. A palavra “*gênero*”, que esteve ausente dos instrumentos internacionais até então, é inserida como um elemento constitutivo da violência contra a mulher na norma interamericana.

Em terceiro lugar, as duas normativas preveem obrigações semelhantes aos Estados no combate e prevenção da violência contra a mulher. Além da obrigação mais ampla de adotar políticas para se abster, prevenir e punir atos de violência, cabe aos Estados a implementação de medidas específicas para: i) modificar padrões sociais e culturais que reforçam a inferiorização da mulher; ii) capacitar o pessoal judiciário, policial e demais funcionários encarregados da aplicação de políticas de combate à violência contra a mulher; iii) prestar serviços de assistência especializada à mulher vítima de violência.³⁰

No âmbito regional, o artigo 7º da Convenção de Belém do Pará impõe aos Estados uma obrigação reforçada de prevenção, investigação e punição dos casos de violência contra a mulher. A observância do dever de devida diligência pelos Estados inclui a adoção de medidas legislativas, administrativas e judiciais tanto para prevenir como para responder de forma adequada e efetiva às denúncias de violência contra a mulher.

Por fim, vale destacar a preocupação inscrita nos dois documentos em relação a mulheres que se encontrem em situações de especial vulnerabilidade. O preâmbulo da Declaração da ONU manifesta essa preocupação em relação a grupos de mulheres, como indígenas, refugiadas, mulheres de comunidades rurais, em contextos de conflito armado, entre outras. Nesse mesmo sentido, o artigo 9º da Convenção de Belém do Pará dispõe nos seguintes termos:

Art. 9º. Para a adoção das medidas a que se refere este capítulo, os Estados Partes levarão especialmente em conta a **situação da mulher vulnerável a violência por sua raça, origem étnica ou condição de migrante, de refugiada ou de deslocada**, entre outros motivos. Também será considerada sujeitada a violência a gestante,

29. O art. 2º, 'c', da Convenção de Belém do Pará dispõe que a violência contra a mulher (física, sexual e psicológica) inclui a violência “perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.”

30. Art. 8º da Convenção de Belém do Pará. Art. 4º da Declaração da ONU.

deficiente, menor, idosa ou em situação sócio-econômica desfavorável, **afetada por situações de conflito armado ou de privação da liberdade.** (grifos acrescentados)

O dispositivo adota uma perspectiva interseccional que leva em conta diversos fatores de opressão às mulheres que se cruzam e que incidem simultaneamente. Para os propósitos do presente estudo, é relevante, em primeiro lugar, a menção a mulheres em situação de conflitos armados e de privação de liberdade como fator que aumenta a vulnerabilidade e que exige um dever especial de proteção por parte do Estado. Isso porque são circunstâncias em que as vítimas estão absolutamente indefesas e sujeitas ao controle dos agentes perpetradores da violência.

Em segundo lugar, a consideração de fatores como raça, origem étnica e vínculo rural é necessária para se analisar as causas e consequências específicas de gênero da violência sexual cometida contra as mulheres, assim como para avaliar a adequação das respostas e das medidas de reparação adotadas.³¹ Como regra, nos países da América Latina que atravessaram conflitos armados e ditaduras ou que enfrentam graves crises de direitos humanos, mulheres indígenas, pobres e camponesas são alvo privilegiado da ação repressiva e, especificamente, de abusos sexuais. Essas mulheres também possuem maior dificuldade de acesso à justiça e às instituições do Estado, inclusive por conta de barreiras linguísticas, o que agrava a marginalização.

A referência a esses grupos de mulheres também traz à tona o cruzamento entre colonialidade e gênero. Rita Segato (2012) explica que o processo colonizador interfere nas relações de gênero dentro de comunidades tradicionais e exacerba as hierarquias existentes. Embora homens e mulheres tivessem papéis distintos nas sociedades tribais e afro-americanas, sendo as mulheres relegadas ao espaço doméstico, considerado inferior em relação ao espaço público, a política também se praticava nesse âmbito doméstico. Havia, segundo Segato, um “patriarcado de baixa intensidade”. Já a ordem colonial, fundada no patriarcado moderno, torna a política monopólio da esfera pública, e os homens seus únicos interlocutores. Isso resulta na privatização da esfera doméstica e torna as mulheres mais vulneráveis à violência masculina. Dessa forma, a compreensão das causas e efeitos da violência praticada contra mulheres de determinados grupos, como as mulheres indígenas, passa pelo entendimento dessa reformulação do sistema de gênero sob o domínio colonial moderno.

31. Aqui a reparação pode ser pensada como um conceito amplo que engloba não somente formas de compensação pelo dano sofrido, mas também iniciativas de memorialização e de justiça.

Partindo dos avanços acumulados em matéria de direitos humanos das mulheres e de enfrentamento da violência contra a mulher, em 1995, foi realizada, em Pequim, a 4ª Conferência Mundial das Mulheres. Dela resultou a aprovação da *Declaração e Plataforma de Ação de Pequim*, contendo um conjunto de objetivos estratégicos e de ações em 12 áreas prioritárias que servem como um guia para a adoção de medidas jurídicas e políticas pelos governos. O conceito de gênero, que não havia aparecido na Declaração de Viena, foi incorporado transversalmente ao texto da nova declaração, tornando-se um componente chave tanto da qualificação da violência, suas causas e efeitos, como do desenho das medidas e programas recomendados.

Entre as áreas prioritárias contempladas na Declaração de Pequim estão “A violência contra a mulher” e “Os efeitos dos conflitos armados sobre as mulheres” (itens D e E do Capítulo IV). Na primeira área, alguns pontos de avanço ou inovação merecem destaque. A Declaração reconhece que a violência reforça a posição de subordinação da mulher (§117) e é agravada por pressões sociais, tais como a vergonha em denunciar, a falta de acesso à informação ou à assistência jurídica (§118). Por sua vez, o objetivo de prevenir e eliminar a violência contra a mulher envolve uma série de medidas, como: a integração de uma perspectiva de gênero a todas as políticas e programas do governo; o adequado treinamento dos responsáveis pela sua implematação, o, como; ponsavl internacionais atansiplementação; a adoção de estratégias para impedir a revitimização das mulheres atingidas (§124, ‘g’); e a punição dos agentes do Estado perpetradores dos atos violência (§124, ‘o’).

Por fim, a Declaração de Pequim reitera o reconhecimento da gravidade dos atos de violência sexual praticados em situação de conflito armado, que violam os princípios fundamentais dos direitos humanos e humanitário internacional (§131). O texto reforça igualmente a especificidade da prática de abusos sexuais nesses contextos:

135. Embora comunidades inteiras sofram as conseqüências dos conflitos armados e do terrorismo, as mulheres e meninas são particularmente afetadas, devido a sua condição na sociedade e a seu sexo. As partes em um conflito com freqüência estupram mulheres com impunidade, utilizando por vezes a violação sistemática como tática de guerra e terrorismo.

A Declaração também reafirma que o estupro praticado no curso de conflitos armados constitui um crime de guerra e pode configurar crime contra a humanidade e ato de genocídio (§144, ‘d’). A consolidação desse entendimento ocorre no marco do direito penal internacional

e, particularmente, da atuação dos tribunais internacionais da Ruanda e ex-Iugoslávia, analisada na sequência.

3. O reconhecimento da violência sexual como crime contra a humanidade

3.1. Os Tribunais Penais Internacionais de Ruanda e da Ex-Iugoslávia

No início da década de 1990, as guerras civis travadas em Ruanda e na ex-Iugoslávia deixaram um rastro de genocídio e de massivas violações contra direitos humanos. Essas violações incluíram a prática sistemática de estupro e outros abusos sexuais contra mulheres e meninas submetidas pelas partes em conflito.

Na Ruanda, o conflito armado entre os Tutsi e os Hutu (que então ocupavam o governo) teve início em outubro de 1990, quando a “Frente Patriótica Ruandesa” (FPR), formada por Tutsi exilados, invadiu o país na tentativa de tomar o poder. Entre os meses de abril e julho de 1994, o governo ruandês, que perdeu a guerra ao final, perpetrou um genocídio contra a etnia Tutsi, que resultou em cerca de 800.000 ruandeses mortos, segundo dados da ONU (Chiarotti, 2011, p. 181). Estima-se que entre 100 mil e 250 mil mulheres foram estupradas durante os três meses em que foi praticado o genocídio de 1994 (Cáneves, 2011, p. 96).

Por sua vez, a guerra da Bósnia-Herzegovina foi deflagrada em abril de 1992 por um ataque sérvio contra o país, como reação à sua recente declaração de independência, após a desintegração da antiga Iugoslávia. Diversos fatores políticos e religiosos estão na base do conflito, que terminou oficialmente em dezembro de 1995. A guerra deixou um saldo de 97.000 vítimas (65% bósnios muçulmanos e 25% sérvios) e 1,8 milhões de pessoas deslocadas internas. Entre 1992 e 1995, as forças armadas sérvias e croatas executaram um plano de limpeza étnica que foi reconhecido depois como genocídio. Entre 22 mil e 44 mil mulheres foram sistematicamente estupradas pelas forças sérvias, caracterizando um fenômeno de estupro em massa (Chiarotti, 2011, pp. 183-184).

Segundo Hagay-Frey, as mulheres foram estupradas repetidas vezes e ao longo de diversos meses, enquanto eram mantidas em “centros de violação”. Os estupro foram praticados com o propósito de engravidar as mulheres a força e, assim, expandir a população sérvia. Como afirma a autora, “as mulheres foram usadas como meio de humilhar, de violar e, em última instância, de tentar e destruir a população inteira” (Hagay-Frey, 2011, p. 80).

Em 1993 e 1994, o Conselho de Segurança da ONU criou, respectivamente, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) e o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia (TPIY)³² com poderes para processar indivíduos que cometeram crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade durante os conflitos internos. Os Estatutos dos dois tribunais incluíram o estupro entre os crimes contra a humanidade que estavam sob a jurisdição de cada um³³. O Estatuto do TPIR previu, ainda, no artigo 4, que o crime de estupro configura uma violação do artigo 3 comum às Convenções de Genebra.

Vale destacar que a inclusão do crime de estupro no Estatuto do TPIY foi fruto de pressões políticas e da mobilização de grupos de mulheres, como a organização *Women in the Law Project* (WILP), que enviou uma delegação para o local do conflito e publicou um relatório, com base nas investigações e entrevistas conduzidas. O relatório recomendou a constituição de um tribunal internacional e a inserção do estupro entre os crimes internacionais sob a sua competência (Hagay-Frey, 2011, p. 82).

A previsão do estupro como crime representou um importante avanço, mas a capitulação também foi alvo de críticas, sintetizadas por Hagay-Frey em três problemas principais: i) os Estatutos exigem que a violação tenha sido praticada no contexto de um ataque sistemático e generalizado e como parte do conflito armado. No entanto, em regra, os estupros cometidos não estão diretamente ligados ao ataque e muitas vezes são esporádicos, e não sistemáticos; ii) o estupro está enumerado apenas na lista de crimes contra a humanidade, não tendo sido incluído como crime de guerra nem como ato de genocídio; iii) não há uma definição de crimes de gênero nos Estatutos, o que reflete sua valoração como crimes menores para o direito internacional (Hagay-Frey, 2011, p. 84).

Por outro lado, o TPIY deu outro passo significativo ao prever, entre as Regras de Procedimento e Prova, regras especiais aplicáveis aos casos de crimes sexuais. Isso foi possível graças à abertura do processo de elaboração das normas à participação de organizações de direitos humanos e feministas (Copelon, 2011, p. 10).

Em primeiro lugar, o artigo 22 do Estatuto exigiu a adoção de regras para a proteção das vítimas e testemunhos. Nesse sentido, a Regra 34 (A) previu a constituição de uma unidade para fornecer assistência e apoio

32. Criados pelas resoluções nº 955 (1994) e n.º 827 (1993) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

33. Artigo 3 (g) do Estatuto do TPIR e Artigo 5 (g) do Estatuto do TPIY.

às vítimas e às testemunhas de crimes sexuais.³⁴ Também houve uma flexibilização do rito de testemunhos e especificações na apreciação das provas, como dispõe a Regra 96:

Em casos de ofensa sexual:

- (i) nenhuma corroboração do testemunho da vítima será requerida;
- (ii) o consentimento não será admitido como defesa se a vítima:
 - a. está submetida ou ameaçada ou tem motivo para temer violência, coação, detenção ou opressão psicológica;
 - b. razoavelmente acreditou que se não se submetesse, outra pessoa seria submetida, ameaçada ou colocada em perigo;
- [...]
- (iv) a conduta sexual anterior da vítima não será admitida como prova.

Essas medidas são relevantes para se reconhecer a credibilidade dos relatos das vítimas e se evitar que sejam culpabilizadas ou revitimizadas no processo, por conta da abordagem sexista de operadores e de procedimentos insensíveis à questão de gênero.

Também merece destaque a Regra 34 (B) do TPIY que determina seja levada em conta a “indicação de mulheres qualificadas” no processo de nomeação de funcionários. Isso mostra como o Tribunal valorou positivamente e incentivou o “envolvimento de mulheres como investigadoras e promotoras em casos de estupro e ofensas sexuais” (Hagay-Frey, 2011, p. 87)³⁵. Para além da questão de representatividade, a presença de mulheres teve um impacto direto na possibilidade de processamento e na condução dos casos.

Isso fica claro no âmbito do TPIR. Embora o Estatuto admitisse a perseguição penal do crime de estupro, a primeira série de acusações apresentadas não envolveram denúncias relacionadas a violência sexual. Mesmo com a crescente documentação e visibilidade dos casos de violência sexual, fruto do trabalho de organizações e grupos de direitos humanos, a ausência inicial de acusações por crimes de estupro refletia a falta de preparo e de conhecimento da equipe investigadora e da promotoria responsável, como explica Rhonda Copelon:

34. Alona Hagay-Frey conta que, apesar da proteção oferecida durante os procedimentos judiciais, as vítimas e testemunhas não recebiam proteção depois de finalizados os procedimentos. Muitas retornaram para suas comunidades e tiveram que conviver com seus agressores. Casos de negligência na proteção da identidade e de vazamento de informações dos testemunhos também expuseram as vítimas e levaram muitas a desistir de testemunhar por medo do que poderiam sofrer (Hagay-Frey, 2011, p. 87).

35. Nesse mesmo sentido, segundo Copelon: “El movimiento de derechos humanos de las mujeres se movilizó para lograr la elección de juezas, y su presencia ha sido fundamental en el Tribunal Penal Internacional de la ex Yugoslavia” (Copelon, 2011, p. 9).

Era común, en ese momento, escuchar la aseveración que genocidio es matar, no violar, y que las mujeres que habían sido violadas y habían sobrevivido tenían suerte de no estar muertas. En efecto, Shattered Lives registró que “..hay una amplia percepción entre los investigadores del Tribunal que la violación de alguna manera es un crimen “menor” o “incidental” que no merece ser investigado” (Copelon, 2011, p. 6).

A acusação inicial contra Jean-Paul Akayesu, que foi intendente de Taba em 1993 e 1994 e teve participação direta e indireta na prática do genocídio, não continha nenhuma denúncia ou provas relacionadas a crimes sexuais. Segundo Copelon, foi a atuação da juíza Navanethem Pillay, única juíza mulher do Tribunal que conhecia do caso, que permitiu seguir as investigações e ouvir testemunhas sobre os estupros. A atuação de organizações não-governamentais, incluindo grupos de mulheres de Ruanda e a apresentação de um relatório de *amicus curiae*, também foi fundamental para dar visibilidade e pressionar o Tribunal pela inclusão dos crimes sexuais no processo de justiça. Essa mobilização, aliada à intervenção da juíza e à escuta de novas testemunhas, conseguiu provocar a emenda da acusação para inserir denúncias por crimes sexuais (Copelon, 2011, pp. 7-8).

O julgamento do caso Akayesu constitui um marco de destaque porque resultou na primeira condenação internacional por estupro e violência sexual, considerados atos constitutivos de genocídio. A partir daí, o TPIR e TPIY construíram uma jurisprudência que se tornou referência no campo da judicialização internacional de crimes sexuais, tanto para outros órgãos internacionais como para julgados nacionais. Para os fins do presente estudo, é possível destacar três aspectos principais da jurisprudência dos dois órgãos: i) a definição de estupro; ii) a configuração do estupro como crime contra a humanidade, genocídio e tortura; iii) a aplicação de regras específicas de procedimento e prova.

Conceito de estupro

No caso Akayesu³⁶, o TPIR rompeu com a definição restrita de estupro como relação sexual forçada caracterizada pela penetração do pênis de um homem na vagina de uma mulher, tradicionalmente presente nas legislações nacionais.³⁷ A sentença adotou um conceito amplo de estupro,

36. Caso No ICTR-96-4-T. *Fiscal vs. Jean Paul Akayesu*. Sentença de 2 de setembro de 1998.

37. Nos termos da sentença: “La Sala opina que la violación es un tipo de agresión y que los elementos centrales del delito de violación no se pueden capturar en una descripción mecánica de objetos y partes del cuerpo” (§597).

considerado como “uma invasão física de natureza sexual praticada contra uma pessoa sob circunstâncias coativas” (§ 688). Também entendeu que as circunstâncias coativas não exigem o uso de força física, mas podem ser demonstradas por qualquer forma de ameaça ou intimidação e são inerentes a determinados contextos, como de conflitos armados e ocupações militares.

A sentença acolheu igualmente uma definição alargada de violência sexual, nos seguintes termos:

El Tribunal considera que la violencia sexual, que incluye la violación, es cualquier acto de naturaleza sexual que se comete contra una persona en circunstancias coactivas. La violencia sexual no está limitada a la invasión física del cuerpo humano y puede incluir actos que no implican la penetración ni el contacto físico (§ 688).³⁸

Esse reconhecimento amplo dos crimes sexuais para o direito internacional já tinha sido objeto de decisão no TPIY, no julgamento contra Dusko Tadic, em dezembro de 1995.³⁹ Embora Tadic tenha sido acusado inicialmente pelo crime de estupro, essas denúncias foram retiradas pelo temor das vítimas e testemunhas em prestar declarações. Ao final, foi condenado por outros crimes sexuais e pela prática de mutilação sexual. O Tribunal reconheceu – pela primeira vez em uma decisão internacional – a abrangência dos crimes sexuais, para além do estupro. E como as vítimas dos abusos sexuais eram homens, ficou reforçada a possibilidade de que tanto homens como mulheres sejam vítimas de crimes sexuais, entendidos como crimes de gênero (Hagay-Frey, 2011, p. 89).

Neste ponto, mesmo que as dimensões da violência sejam dirigidas a homens e a mulheres, é importante acentuar que o são de modos diferentes. As hierarquias de gênero, pautadas pela inferiorização das identidades tidas como femininas, demarcam a especificidade da violência sexual praticada contra corpos femininos ou feminilizados: tanto as causas, como as modalidades e as consequências da violência são distintas.

Depois da decisão paradigmática do TPIR contra Jean-Paul Akayesu, em dezembro de 1998, o TPIY julgou o caso Furundzija⁴⁰ e firmou uma nova definição, mais estreita, de estupro, que foi incorporada por outros tribunais e normativas daí em diante, inclusive pelo próprio TPIR. A sentença

38. A acusação tinha feito referência explícita à nudez forçada como forma de agressão sexual, o que representou um reconhecimento da gravidade desse tipo de abuso e dos sofrimentos psicológicos que causa à vítima, ainda que não haja dano físico (Hagay-Frey, 2011, p. 98).

39. TPIY. Case No. IT-94-1-T. *Fiscal vs. Tadic*. Sentença de 14 de dezembro de 1995.

40. TPIY. Caso Nº IT-95-17/1-T. *Fiscal vs. Anto Furundzija*. Sentença de 10 de dezembro de 1998.

condenou “Anto Furundzija, um Croata bósnio, que foi o comandante local da unidade ‘Jokers’ (Conselho de Defesa croata), por ter detido e torturado civis muçulmanos. Entre eles, uma mulher que foi estuprada de maneira repetida por seus subordinados” (Chiarotti, 2011, p. 184).

Na sentença, a Sala de Primeira Instância definiu o estupro a partir dos seguintes elementos objetivos:

185. [...] (i) la penetración sexual, por más mínima que sea: (a) de la vagina o el ano de la víctima por el pene del perpetrador o cualquier otro objeto usado por el perpetrador; o (b) de la boca de la víctima por el pene del perpetrador;
(ii) por medio de la coacción, la fuerza o la amenaza de fuerza contra la víctima o un tercero.

Essa definição de estupro passou a ser adotada amplamente pela jurisprudência dos dois Tribunais. No julgamento contra Laurent Semanza, em 15 de maio de 2003, o TPIR expressou seu convencimento quanto à definição de estupro aprovada pelo TPIY, que passou a seguir. Esclareceu, não obstante, que outros atos de violência sexual que não atendessem a essa definição estreita poderiam ser imputados como outros crimes contra a humanidade da competência do Tribunal, como tortura e escravidão (§ 345).

O estupro como crime contra a humanidade e outros crimes internacionais

No caso Akayesu, o estupro foi enquadrado pelo TPIR como crime contra a humanidade, uma vez atendidos os quatro elementos essenciais para a configuração desta categoria de crime: i) ato inumano que causa grave sofrimento ou dano à saúde física ou mental; ii) parte de um ataque generalizado ou sistemático; iii) cometido contra membros de uma população civil; iv) sob bases discriminatórias⁴¹. O Tribunal também considerou que o estupro e a violência sexual foram atos constitutivos do genocídio, na medida em que foram cometidos com o propósito de destruir, em parte ou por completo, um grupo específico. A esse respeito dispõe a sentença:

41. Sobre o crime contra a humanidade, dispõe a sentença: “578. (...) (i) el acto debe ser inhumano en naturaleza y carácter, causar sufrimiento grave o daños graves a la salud física o mental; (ii) el acto debe cometerse como parte de un ataque generalizado o sistemático; (iii) el acto debe cometerse contra miembros de una población civil; (iv) el acto debe cometerse sobre una o más bases discriminatorias, a saber, bases nacionales, políticas, étnicas, raciales o religiosas”. No julgamento contra Laurent Semanza, de 15 de maio de 2003, o TPIR destrinchou os requisitos para a configuração do estupro como crime contra a humanidade. Esclareceu o que se define como ataque, o requisito de que seja generalizado ou sistemático, o que se entende por população civil, os motivos discriminatórios e o elemento intencional do crime, que exige que o acusado tenha atuado com conhecimento do contexto mais amplo do ataque. (Chiarotti, 2011, p. 198).

731. [...] Estas violaciones llevaron a la destrucción física y psicológica de las mujeres Tutsi, de sus familias y sus comunidades. La violencia sexual fue una parte integral del proceso de destrucción, al haber estado dirigido hacia las mujeres Tutsi y al haber contribuido específicamente con su destrucción y con la destrucción del grupo Tutsi en su totalidad.⁴²

No âmbito do TPIY, o estupro foi considerado um crime contra a humanidade, conforme previsto no Estatuto, e também uma violação da Convenção de Genebra de 1949 e dos Protocolos Adicionais de 1977. Esse entendimento foi fixado no julgamento contra Furundzija, ocasião em que o Tribunal também reiterou que as normas penais internacionais punem não só o estupro, mas qualquer agressão sexual grave que não chegue a constituir penetração.

No julgamento contra Kunarac e outros oficiais⁴³, em fevereiro de 2001, o TPIY se posicionou sobre o requisito de sistematicidade do estupro como crime contra a humanidade. O Tribunal entendeu que o ataque, e não os atos individuais dos acusados, deve ser generalizado e sistemático.⁴⁴ Como consequência, a sentença afirma que “431. (...) Un simple acto puede, por consiguiente, ser considerado un crimen contra la humanidad si tiene lugar en un contexto relevante”. Essa precisão conceitual tem relevância para os casos latino-americanos, como se verá na análise da jurisprudência argentina, que tem aplicado este entendimento.

Quando julgou oficiais das forças bósnias que trabalharam no campo de prisioneiros Celebici⁴⁵, o TPIY estabeleceu critérios sob os quais o estupro e outras formas de violência sexual constituem delito de tortura.⁴⁶ Nesse caso, apreciado em novembro de 1998, o Tribunal recorreu a decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Europeia de

42. Mais adiante, a sentença afirma: “732. (...) Como parte de la campaña propagandística dirigida a movilizar a las Hutu contra los Tutsi, se presentaba a las mujeres Tutsi como objetos sexuales. (...) Esa representación de la identidad étnica dotada de sexo ilustra gráficamente que las mujeres Tutsi eran objeto de violencia sexual porque eran Tutsi. La violencia sexual fue un paso en el proceso de destrucción del grupo Tutsi: destrucción del espíritu, del deseo de vivir y de la vida misma.”

43. TPIY. Caso Nº IT-96-23-T e IT-96-23/1-T. *Fiscal vs. Dragoljub Kunarac, Radomir Kovac e Zoran Vukovic – Foca*. Sentença de 22 de fevereiro de 2001.

44. No mesmo sentido, no caso *Vukovar Hospital* de setembro 2007, o Tribunal considerou que o ato criminoso não precisa estar em meio ao ataque, mas basta provar sua conexão dentro do contexto geral da ação repressiva.

45. TPIY. Caso nº IT-96-21-T. *Fiscal vs. Zejnir Delalic, Zdravko Mucic alias “Pavo”, Hazim Delic, Esad Landzo alias “Zenga” (Celebici)*. Sentença de 16 de novembro de 1998.

46. Segundo Hagay-Frey, “foi a primeira vez que o estupro foi reconhecido como um tipo de tortura e uma ofensa primária em uma acusação, ao invés de uma ofensa secundária abaixo de crimes mais graves” (tradução livre) (Hagay-Frey, 2011, p. 90).

Direitos Humanos sobre a questão do estupro como tortura. Decidiu, ao final, que é inerente a situações de conflito armado que o estupro praticado por funcionários públicos ou com sua aquiescência tenha o propósito de servir como “castigo, coerção, discriminação e intimidação” (§ 495). Cumprindo esse critério, o estupro constitui ato de tortura.

O TPIR, no julgamento contra Akayesu, também equiparou a prática do estupro à tortura, no contexto do conflito armado:

597. [...] Al igual que la tortura, la violación se usa para propósitos como la amenaza, la degradación, la humillación, la discriminación, el castigo, el control o la destrucción de una persona. Como la tortura, la violación es una violación de la dignidad personal y la violación, en efecto, constituye una tortura cuando la comete un funcionario público u otra persona con un puesto oficial o instiga a alguien para que la cometa o da su consentimiento.

Nesse momento, a consideração da violência sexual como tortura foi uma vitória para as organizações feministas que buscavam que os crimes sexuais fossem tratados com o mesmo peso e gravidade.⁴⁷ A esse respeito é contundente o relato de Rhonda Copelon que atuou no TPIY:

la preocupación de las feministas no se satisface por la simple inclusión de la violación y la violencia sexual; la cuestión de cómo se incorpora en la acusación es igualmente importante. ***Estábamos preocupadas e interesadas por que la violencia sexual se reconceptualizara como una forma de tortura***, y no como un tratamiento humillante y degradante, o incluso como infracción grave por infligir deliberadamente gran daño y sufrimiento. (Copelon, 2011, p. 11).

Regras específicas de procedimento e prova

A sentença do caso Akayesu reconheceu a responsabilidade mediata do acusado sob o argumento de que, sem qualquer dúvida razoável, ele tinha razões para saber e de fato sabia da prática de estupros no prédio da comuna. Como prova, o TPIR levou em consideração os testemunhos de mulheres que sofreram e/ou presenciaram os atos de violência sexual e afirmaram que Akayesu estava presente e via o que se passava. Tendo conhecimento do que ocorria, o comandante não tomou nenhuma providência para evitar ou punir os responsáveis. Ao contrário, as evidências

47. Essa avaliação das organizações feministas é relevante para o debate atual a respeito da qualificação do estupro como crime autônomo ou subsumido ao delito de tortura. Esse debate será retomado mais adiante.

demonstraram que o acusado ordenou, instigou e conspirou para a prática dos atos de violência sexual (§§ 452 e 460 da sentença).

No caso Kunarac, o TPIY se manifestou sobre a questão do consentimento da vítima no crime de estupro e outras teses de defesa. A sentença estabeleceu regras claras para a apreciação do consentimento das vítimas: considerou que deve ser avaliado dentro das circunstâncias em que ocorreram os fatos; não pode ser invocado como defesa dos acusados; e a falta de consentimento não é um elemento do crime de estupro, já que a coação invalida a manifestação livre e voluntária da vítima.⁴⁸ O TPIY aplicou ainda, nesse caso, o comando da Regra 96, reiterando que a conduta sexual prévia da vítima não pode ser admitida como prova.

A Regra 96 foi aplicada pelo TPIY igualmente nos casos Tadic e Celibici para fundamentar a tese de que os relatos das vítimas de crimes sexuais possuem a mesma credibilidade que as declarações de vítimas de outros delitos. Segundo as sentenças, esta “mesma presunção de fiabilidade” foi negada pelo direito às vítimas de agressões sexuais por muito tempo. Com base nesse entendimento, o Tribunal fez valer a regra de que não deve ser solicitada às vítimas de crimes sexuais a corroboração de suas declarações (Chiarotti, 2011, p. 214).

A credibilidade do testemunho das vítimas também foi enfrentada pelo TPIY no julgamento contra Furundzija. Nesse caso, o Tribunal validou as declarações de uma vítima que sofria de transtorno de estresse pós-traumático, a despeito das tentativas da defesa de impugnar o relato como prova, sob o argumento de que a memória da vítima estava bloqueada pelo trauma (Hagay-Frey, 2011, p. 91).⁴⁹ Como bem demonstrou Rhonda Copelon, todos esses processos contaram com a atuação vigilante de advogadas e ativistas feministas, que apresentaram relatórios de *amicus curae* e pressionaram o Tribunal a seguir as medidas protetivas sensíveis a gênero (Copelon, 2011, p. 12).

Apesar dos avanços, ainda faltou muito para se alcançar um “processo integral de incorporação de gênero” (Copelon, 2011, p. 13). Nesse aspecto, a atuação do TPIR recebeu diversas críticas. Como visto, houve uma resistência inicial ao processamento dos crimes sexuais, e o saldo final também foi de uma baixa judicialização desses crimes. Para Hagay-Frey, essa deficiência do processo de justiça se explica, ao menos em parte, pela

48. A ideia de que o consentimento é impossível em qualquer situação de conflito armado foi reafirmada pelo TPIR no julgamento dos casos contra Laurent Semanza e contra Mikaeli Muhimana.

49. Apesar da decisão acertada, o Tribunal foi criticado por desrespeitar a privacidade da vítima ao conceder à defesa do acusado acesso aos seus registros médicos (Hagay-Frey, 2011, p. 93).

ausência de uma preocupação do Tribunal em integrar procedimentos sensíveis à questão de gênero. Por exemplo, diferente do TPIY, o TPIR não incentivou a presença de mulheres como investigadoras ou tradutoras das declarações das vítimas (Hagay-Frey, 2011, p. 101).

3.2. O Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional

A jurisprudência do TPIR e do TPIY exerceu uma influência decisiva sobre a codificação da violência sexual no Estatuto de Roma, de 1998, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI). Em particular, durante os trabalhos preparatórios, a atuação do coletivo “Caucus” de Mulheres pela Justiça de Gênero foi fundamental para garantir a incorporação de uma perspectiva de gênero ao Estatuto.

A princípio, segundo Copelon, os objetivos do coletivo eram dois: i) codificar uma gama de crimes sexuais, inseridos na listagem de crimes sob a jurisdição do TPI e considerados como crimes em si mesmos, e não constitutivos de outros; ii) incorporar o entendimento da violência sexual também como constitutiva de outros crimes, como tortura, genocídio e escravidão (2011, pp. 13-14). Para Copelon, as duas demandas eram necessárias por conta da tendência histórica de se considerar os crimes sexuais como crimes de segunda ordem. Explica a autora:

La diferencia se expresa en relación a los elementos que deben ser probados, la pena que se impone, y la importancia cultural de comprender la violencia contra la mujer, tratando la violación como tortura mas que como tratamiento humillante. Así que ***necesitábamos insistir***, como una cuestión de principio de no discriminación, ***que la violencia contra la mujer fuera constitutiva de cualquiera de los crímenes reconocidos siempre que cumpliera con los requisitos, al mismo tiempo que era necesario nombrar específicamente los crímenes de violencia sexual.*** (Copelon, 2011, p. 14) (grifos acrescidos)

Os dois objetivos foram alcançados, no que o Estatuto de Roma representa um grande avanço. Assim, o artigo 7º do Estatuto incluiu como crimes contra a humanidade uma relação não exaustiva de atos de violência sexual:

Artigo 7º

Crimes contra a Humanidade

1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por “crime contra a humanidade”, qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

(...)

g) Agressão sexual, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável;

Na caracterização dos crimes contra a humanidade, é particularmente relevante que tenha sido admitida a sua prática tanto por agentes públicos como por agentes privados. Isso porque, como ressalta Copelon, as mulheres são frequentemente vítimas de violência não-estatal – em tempos de paz e de guerra – agravada pela negligência do Estado em investigar e punir os agressores (Copelon, 2011, p. 15).

Entre os crimes contra a humanidade, é importante destacar também a inclusão da perseguição de um grupo ou coletividade por motivo de gênero (artigo 7º, (1), 'h'). A inclusão da palavra “gênero” e a previsão da discriminação baseada no gênero (e não no sexo) venceu a resistência de setores religiosos e conservadores e foi uma vitória importante das militantes feministas, tornando-se, na visão de Copelon, “una de las protecciones mas importantes de la justicia de género” (2011, p. 16). Mais adiante, o mesmo dispositivo esclarece o que se entende por “gênero”: “o termo ‘gênero’ abrange os sexos masculino e feminino, dentro do contexto da sociedade, não lhe devendo ser atribuído qualquer outro significado” (artigo 7º (3)). Essa definição foi fruto de intensa negociação com o Vaticano e países islâmicos e pode ser problemática na medida em que permitir uma vinculação do entendimento do gênero às perspectivas culturais de cada sociedade (Castilho, 2005)⁵⁰.

O artigo 8º contém uma listagem semelhante de crimes sexuais previstos como crimes de guerra, tanto no âmbito de conflitos internacionais (artigo 8º (2), 'b', xii) como de conflitos que não tenham caráter internacional (artigo 8º, (2), 'e', vi). Por sua vez, na definição do crime de genocídio, o Estatuto de Roma inclui a “imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo [nacional, étnico, racial ou religioso]”, com a intenção de destruí-lo no todo ou em parte (artigo 6º, 'd').

Os crimes sexuais foram incorporados, portanto, de forma ampla, como crimes especialmente graves perante o direito internacional e que, por isso, são imprescritíveis (artigo 24) e ensejam a responsabilidade criminal individual dos perpetradores (artigo 25). Também é admitida a responsabilização dos chefes militares e outros superiores hierárquicos, quando satisfeitas as condições previstas pelo artigo 28 do Estatuto.

50. Em outra visão, para Copelon, “las palabras ‘en el contexto de una sociedad’ fue intencionalmente explicitado para incorporar la concepción sociológica de la construcción de los géneros”. (2011, p. 16).

Como meio auxiliar para a interpretação e aplicação dos dispositivos que listam os crimes sob a sua jurisdição, o TPI aprovou o documento chamado “Elementos dos crimes”, contendo uma descrição dos elementos constitutivos dos crimes previstos nos artigos 6, 7 e 8 do Estatuto de Roma. Os elementos do crime de estupro são definidos nos seguintes termos:

1. Que el autor haya invadido el cuerpo de una persona mediante una conducta que haya ocasionado la penetración, por insignificante que fuera, de cualquier parte del cuerpo de la víctima o del autor con un órgano sexual o del orificio anal o vaginal de la víctima con un objeto u otra parte del cuerpo.
2. Que la invasión haya tenido lugar por la fuerza, o mediante la amenaza de la fuerza o mediante coacción, como la causada por el temor a la violencia, la intimidación, la detención, la opresión psicológica o el abuso de poder, contra esa u otra persona o aprovechando un entorno de coacción, o se haya realizado contra una persona incapaz de dar su libre consentimiento.
3. Que la conducta se haya cometido como parte de un ataque generalizado o sistemático dirigido contra una población civil.
4. Que el autor haya tenido conocimiento de que la conducta era parte de un ataque generalizado o sistemático dirigido contra una población civil o haya tenido la intención de que la conducta fuera parte de un ataque de ese tipo.

Seguindo a definição firmada pela jurisprudência do TPIY e do TPIR, o Estatuto de Roma incorpora o entendimento de que o estupro não se limita à penetração vaginal, mas abrange a penetração de órgão sexual em qualquer parte do corpo da vítima ou a violação anal ou vaginal da vítima com qualquer objeto ou parte do corpo do agressor. À ampliação do conceito de estupro acompanha o reconhecimento de que tanto as vítimas como agressores podem ser homens ou mulheres.

As Regras de Procedimento e Prova do TPI⁵¹ trazem princípios específicos aplicáveis aos casos de violência sexual. A Regra 70 estabelece que o consentimento não pode ser inferido a partir de nenhuma palavra ou conduta da vítima, quando ela não poderia dar seu consentimento voluntário e genuíno porque submetida a uma situação de uso ou de ameaça de uso de força ou a circunstâncias coercitivas. O silêncio ou falta de resistência da vítima também não podem ser interpretados como consentimento. Por sua vez, a Regra 71 não admite que a conduta sexual prévia ou posterior da vítima ou de testemunhas sejam alegadas como prova.

51. Aprobadas em setembro de 2002.

Outras demandas do “Caucus” de Mulheres no processo de negociação do Estatuto de Roma estavam direcionadas aos procedimentos do TPI, tendo em vista a participação das mulheres e a proteção das vítimas e testemunhas de crimes sexuais. Espelhando-se nas experiências dos tribunais penais internacionais *ad hoc*, nos quais a presença de mulheres como juízas e investigadoras foi crucial para o avanço dos casos sobre violência sexual, o Estatuto de Roma também cuidou da composição do TPI e da procuradoria. Para a seleção de juízes, estipula que deve ser levada em conta tanto uma composição justa de juízes do sexo feminino e masculino como a presença de juízes especializados em certas matérias, entre elas a violência contra mulheres (artigos 36 (8) ‘a’, iii e 36 (8) ‘b’).

As mesmas exigências se aplicam para a indicação do pessoal da Procuradoria e da Secretaria (artigo 44 (2)). Na Procuradoria, em particular, o Estatuto prevê que devem ser nomeados assessores jurídicos especializados em violência sexual e de gênero (artigo 42 (9)). Além disso, a atuação da Procuradoria no inquérito e no procedimento criminal deve levar em conta “os interesses e a situação pessoal das vítimas e testemunhas”, incluindo o gênero, e também a natureza do crime, em particular quando envolva violência sexual (artigo 54 (1) ‘b’).

Com relação a medidas protetivas, o artigo 43 (6) prevê a criação de uma Unidade de Proteção às Vítimas e Testemunhos e dispõe que a unidade “incluirá pessoal especializado para atender as vítimas de traumas, nomeadamente os relacionados com crimes de violência sexual.” Por sua vez, o artigo 68 trata da “Proteção das Vítimas e das Testemunhas e sua Participação no Processo” e inclui medidas relativas a garantia de segurança, bem-estar físico e psicológico, dignidade e vida privada, em particular quando a natureza do crime envolva agressões sexuais e violência de gênero (artigo 68 (1)). O artigo também insere a possibilidade de se excepcionar o caráter público das audiências, nomeadamente no caso de vítimas de violência sexual (artigo 68 (2)). Nesse mesmo sentido, cabe ao juízo da instrução proteger e respeitar a privacidade de vítimas e testemunhas (artigo 57(3) ‘c’)⁵².

As Regras de Procedimento e Prova do TPI também reforçam a necessidade de adoção de medidas sensíveis ao gênero para facilitar a participação e o testemunho das vítimas de violência sexual em todas

52. A esse respeito, as Regras de Prova e Procedimento do TPI dispõem que, tendo em conta que as violações à privacidade podem ameaçar a segurança, as Salas do TPI devem ter cuidado com a forma de interrogar vítimas e testemunhas, de modo a evitar qualquer intimidação, com atenção particular às vítimas de violência sexual (Regra 88 (5)).

as fases dos procedimentos (Regra 16, (1), 'd' e Regra 17, (2), 'b', iii)⁵³. O regramento dispõe, ainda, à semelhança das Regras do TPIY, que não será exigida a corroboração das declarações da vítima para se comprovar o crime, principalmente de vítimas de crimes sexuais (Regra 63, (4)).

Por todos esses avanços, o TPI é tido como referência em justiça de gênero, como resume a procuradora Ela Wiecko V. de Castilho:

O TPI é atualmente um dos mecanismos mais desenvolvidos em matéria de justiça de gênero, pois incorpora (a) uma definição de gênero, (b) o princípio da não-discriminação baseada em gênero, (c) normas de procedimento e prova, proteção e participação em relação a vítimas e testemunhas de crimes de violência sexual, e (d) criminaliza em nível internacional a violência sexual e gênero. (Castilho, 2005)

Por fim, na jurisprudência do TPI, poucos casos relacionados à prática de crimes sexuais tiveram desenvolvimento. Segundo Baltasar Garzón, os primeiros casos de investigação sobre violência sexual no âmbito do TPI diziam respeito à República Democrática do Congo (RDC), onde, segundo estimativa da ONU, mais de 40.000 mulheres e meninas foram estupradas durante a guerra civil. Garzón relata que, até 2012, dois casos contavam com decisões que confirmavam as acusações, tendo em vista a existência de provas suficientes da prática de estupro e escravidão sexual (Garzón, 2012, pp. 457-8)⁵⁴.

Em 21 de março de 2016, o TPI reconheceu e condenou, pela primeira vez, o estupro como crime de guerra, no julgamento do ex-presidente da RDC, Jean-Pierre Bemba Gombo, que teve início em 2010 e ouviu mais de 77 testemunhas. Como aponta Vanessa Oliveira de Queiroz, o estupro foi considerado arma de guerra:

Em particular, foi de grande relevância o entendimento adotado pelos juízes no sentido de identificar os atos de estupro cometidos pelo MLC [*Mouvement de Libération du Congo*] naquele contexto como armas de guerra, enquadrando-os no artigo 8, item “e”, alínea “vi”, do Estatuto do TPI (...). Com efeito, os juízes foram categóricos ao destacar que as evidências coletadas demonstraram que os

53. De forma complementar, a Regra 88 (1) prevê que podem ser adotadas medidas especiais, por exemplo, para facilitar o testemunho de vítimas traumatizadas ou vítimas de violência sexual.

54. Segundo Garzón, o caso mais avançado era a investigação contra Germain Katanga “Simba” e Mathieu Ngudjolo Chui, dois líderes guerrilheiros da RDC acusados de estuprar e de forçar mulheres à escravidão sexual em Bororo, no ano de 2003. O caso estaria em fase de julgamento desde novembro de 2009. O segundo caso que recebeu decisão de confirmação das acusações foi o caso Lubanga, no qual, entretanto, não houve condenação por crimes sexuais, a despeito do pedido da promotora (Garzón, 2012, p. 458).

estupradores possuíam motivações específicas e objetivos claros para cometerem os atos. Isso porque alguns dos soldados do MLC consideravam as vítimas como “prêmios de guerra”, que lhes seriam devidos por haverem derrotado o inimigo. As agressões sexuais também eram reconhecidas pelos perpetradores como instrumento capaz de desestabilizar, humilhar e punir simpatizantes dos grupos opositores (Queiroz, 2016).

Os juízes também reforçaram o entendimento de que tanto mulheres como homens podem ser vítimas e perpetradores do crime e de que o estupro abrange não só a penetração vaginal e anal, mas igualmente a penetração oral. A decisão unânime tomada pela Câmara de Julgamento II, sob a presidência da juíza brasileira Sylvia Steiner, considerou que o acusado tinha suficiente poder e controle sobre os seus subordinados e falhou em não interromper a prática dos crimes (Queiroz, 2016).

Por fim, é importante registrar que a situação colombiana relacionada à prática de atos de violência sexual no marco do conflito armado interno tem sido objeto de acompanhamento do TPI. Em relatório de novembro de 2012, o TPI considerou grave a situação do país, tendo em vista a larga escala dos crimes e a elevada impunidade, e recomendou a priorização na investigação dos casos de delitos sexuais (TPI, 2012). Em reforço ao alerta, em 2015, o ECCHR (*European Center for Constitutional and Human Rights*) e as organizações colombianas Sisma Mujer (Sisma) e *Colectivo de Abogados José Alvear Restrepo* (CAJAR) apresentaram uma Comunicação ao TPI, na qual instam a Promotoria a realizar uma investigação exaustiva contra os máximos dirigentes do Estado colombiano. As organizações analisam 36 casos de violência sexual e concluem que não são atos isolados, mas parte da estratégia das Forças Armadas, configurando-se como crimes contra a humanidade. Apesar da gravidade, a impunidade dos altos mandos militares é quase absoluta (ECCHR; Sisma; CAJAR, 2015).

4. Participação das mulheres e transversalização da perspectiva de gênero

As experiências dos tribunais penais internacionais (TPIR, TPIY e TPI) mostram como a presença de mulheres e especialistas em gênero como juízas, investigadoras ou como advogadas e ativistas tem um impacto decisivo na condução de casos e na adoção de regramentos específicos relacionados a crimes sexuais.⁵⁵ No entanto, por muito tempo, a

55. Nesse sentido, afirma Christian Bell: “The improved sensitivity of the ICTY and ICTR processes to the concerns of women has been attributed to the greater representation of women on the staff of those bodies while the significant developments secured in the Rome Statute have been attributed to the considerable feminist mobilization around its drafting” (Bell, 2007, p. 30).

importância da participação de mulheres nos órgãos e processos decisórios foi negligenciada no âmbito do direito internacional e da justiça de transição.

Historicamente, o direito internacional se organizou como um campo fortemente masculino e masculinizado, pautado na exclusão sistemática das mulheres dos espaços de tomada de decisão. Hagay-Frey aponta que essa exclusão tem raízes na própria estrutura do direito internacional, focada em Estados e organizações, aparatos nos quais as mulheres estão, em regra, ausentes das posições de poder. Soma-se a isso a pretensão de neutralidade e universalidade ostentada pelo direito internacional, que ignora como as normas impactam de formas distintas sobre homens e mulheres (Hagay-Frey, 2011, p. 12). No âmbito das políticas transicionais adotadas em sociedades pós-conflito, a marginalização das mulheres é ainda mais demarcada, como explica Christian Bell:

[...] fazer guerras e negociar acordos de paz são ambos negócios predominantemente masculinos. **Os processos que produzem mecanismos contemporâneos de justiça transicional tendem a ser negociados por protagonistas estatais e não-estatais do conflito e por mediadores internacionais que são esmagadoramente homens.** Os processos de negociação também são baseados no gênero em um nível mais profundo, no que eles tipicamente focam no cessar-fogo seguido por complexas divisões de poder entre grupos divididos por meio de arranjos eleitorais e governamentais inovadores e/ou divisões de território. Assuntos que lidam com questões subjacentes à discriminação, dominação e melhorias da segurança física, social e jurídica, particularmente em relação ao gênero, são frequentemente tratadas como secundárias, ou sequer são tratadas. (Bell, 2007, p. 25) (tradução livre) (grifos acrescentados)

Mesmo sendo diretamente afetadas pelo conflito – tanto na condição de vítimas, que sofrem violações específicas ligadas ao gênero, como enquanto sobreviventes, muitas vezes obrigadas a assumir o papel de chefes de família – as mulheres não são chamadas a participar das mesas de negociação. Não são perguntadas sobre as suas experiências e necessidades, nem consultadas sobre as medidas prioritárias ou sobre os rumos a tomar.

Em reação a esse cenário, foram as próprias mulheres que passaram a reivindicar o direito de participar dos processos de paz e da definição e condução das políticas pós-conflito. Por um lado, defende-se que somente com a participação das mulheres é possível responder de forma adequada às necessidades específicas de gênero que elas vivenciam durante e após os conflitos. Por outro lado, experiências históricas também mostram como as perspectivas das mulheres oferecem outras visões sobre qual deve ser o

foco do processo de retomada da paz. Segundo Bell, enquanto negociações lideradas por homens privilegiam a questão do militarismo, a atuação de mulheres pode conduzir a uma priorização de aspectos socioeconômicos, por exemplo (Bell, 2007, pp. 30-31).

Ressalta-se que essa constatação não serve para reforçar características essencializantes de mulheres, mas para demonstrar como a pluralidade de perspectivas de grupos socialmente diversos permite avançar na democratização do campo da justiça de transição. Ou seja, não se deve extrair daí que a presença das mulheres na política se justifica por introduzir supostos atributos femininos naturalizados, os quais reafirmam estereótipos de gênero, como aqueles da mulher conciliadora e cuidadora. O que se defende é uma ampliação dos olhares e vozes que participam desses processos, em atenção inclusive à heterogeneidade entre as mulheres e grupos de mulheres.

Para Christian Bell, a importância da representatividade não reside apenas na inclusão das mulheres, mas no potencial de transformação feminista da própria agenda política internacional. Segundo a autora, “A esperança é que, ao mudar os jogadores, a natureza do jogo também mude, então permitindo que um diferente conjunto de prioridades venha à tona” (Bell, 2007, p. 30). Ou seja, a demanda pela presença das mulheres vai além de uma perspectiva liberal que considera suficiente a garantia de igual oportunidade de acesso aos espaços e estruturas de poder. É preciso questionar a própria moldagem masculina de tais estruturas e ter em conta que os homens partem de status diferenciados e de posições privilegiadas de fala.

Hagay-Frey também ressalta que a especificidade da voz das mulheres e de seus pontos de vista pode operar uma mudança substantiva no direito internacional, no sentido de expor seus silêncios e seus sujeitos periféricos.⁵⁶ Nesse sentido, a inclusão das mulheres nos processos de construção e deliberação da justiça de transição é “um ato político que integra a luta por mudança da estrutura hierárquica de poder da sociedade” (Hagay-Frey, 2011, p. 15).

Na esteira dessa mobilização feminista por representatividade, foi somente a partir de meados da década de 1990 que o direito internacional passou a se atentar para a importância da participação das mulheres e da incorporação de uma perspectiva de gênero aos processos políticos

56. Neste ponto, segundo Hagay-Frey, como expressão da diferente voz das mulheres, demonstra-se empiricamente que as mulheres tendem a apoiar iniciativas de paz, proteção ambiental e serviços sociais mais do que os homens (Hagay-Frey, 2011, p. 15).

pós-conflito. Ao abordar o tema “A mulher e os conflitos armados”, a Declaração de Pequim, de 1995, traz a seguinte avaliação:

134. [...] O pleno acesso das mulheres, em igualdade de condições com os homens, às estruturas de poder, sua participação nessas e o seu envolvimento pleno em todos os esforços para a prevenção e a resolução de conflitos são essenciais para a manutenção e promoção da paz e da segurança. Conquanto as mulheres tenham começado a desempenhar uma função importante na solução de conflitos, na manutenção da paz e nos mecanismos de defesa e de relações exteriores, elas continuam insuficientemente representadas nos níveis de adoção de decisões. Para que as mulheres desempenhem em pé de igualdade a tarefa de lograr e manter a paz, elas precisam alcançar responsabilidades políticas e econômicas e estar representadas adequadamente em todos os níveis do processo de adoção de decisões.

A partir desse diagnóstico, a Declaração prevê como objetivo estratégico o aumento da participação das mulheres na tomada de decisões para a solução de conflitos armados e recomenda a adoção de medidas nesse sentido (§142, ‘a’ e §144, ‘c’). Também são indicadas medidas para integrar uma perspectiva de gênero aos processos de solução de conflitos, assim como garantir o preparo dos órgãos responsáveis para tratar de questões relacionadas ao gênero, provendo uma formação adequada a magistrados, promotores e demais funcionários judiciais (§142, ‘a’, ‘b’ e ‘c’).

De forma mais ampla, a Declaração de Viena de 1993 já tinha previsto que a igualdade e os direitos da mulher deveriam “integrar-se nas principais atividades de todo o Sistema das Nações Unidas”. Isso implica uma transversalização da perspectiva de gênero, de modo que não se limite apenas aos instrumentos específicos de proteção das mulheres, mas seja aplicada a todos os textos gerais de direitos humanos. Essa integração transversal é impulsionada pela Declaração de Pequim de 1995 que proclama a necessidade de uma “inclusão ativa e visível” do enfoque do gênero em todos os programas e políticas da ONU. É importante ressaltar que a transversalidade não exclui, mas complementa a necessidade de mecanismos especiais voltados a garantir os direitos das mulheres (Tramontana, 2011, p. 146).

Nos anos 2000, o Conselho de Segurança da ONU aprovou um conjunto de resoluções sobre o tema “Mulheres, Paz e Segurança”. A Resolução 1325, aprovada em 31 de outubro de 2000, tem como objeto central a necessidade de aumentar a participação das mulheres em todas as fases dos processos de paz, especialmente nas instâncias decisórias, como expressa seu preâmbulo:

Reafirmando o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz, e acentuando a importância da sua igual participação e total envolvimento em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e da segurança, bem como a necessidade de aumentar o seu papel na tomada de decisões no que respeita à prevenção e resolução de conflitos.

Nesse aspecto, insta os Estados-Membros a aumentar a representatividade das mulheres nos espaços decisórios das instituições e mecanismos nacionais, regionais e internacionais que lidam com a gestão, prevenção e solução de conflitos.

A Resolução 1325/2000 também reconhece a necessidade urgente de incorporar uma perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz, envolvendo o apoio a atividades de treinamento ou de capacitação destinadas a desenvolver uma sensibilidade às questões de gênero, a fim de levar em conta as necessidades especiais das mulheres e meninas na reintegração e reabilitação pós-conflito.

Nos anos seguintes, novas resoluções do Conselho de Segurança reforçaram o importante papel das mulheres na prevenção e solução de conflitos e reconheceram a persistência de obstáculos à participação das mulheres, o que impacta negativamente no objetivo de consolidação da paz. São elas: Resolução 1820, de 19 de junho de 2008; Resolução 1888, de 30 de setembro de 2009; Resolução 1960, de 16 de dezembro de 2010; e Resolução 2106, de 24 de junho de 2013.

Reforçando o apelo da série de Resoluções da ONU no tema “Mulheres, Paz e Segurança”, a Recomendação Geral nº 30 do Comitê da CEDAW de 2013 trouxe uma seção dedicada à participação das mulheres nos processos de negociação de paz, tanto no nível nacional, como regional e internacional. Adverte que a participação efetiva e igualitária da mulher tem sido negligenciada por conta de estereótipos da “liderança masculina”, mas constitui um pré-requisito “para criar uma sociedade com democracia duradoura, paz e igualdade de gênero” (§ 42). Chama atenção, ainda, que, ao tratar do escopo da Recomendação, o Comitê da CEDAW tenha destacado que “As mulheres não são um grupo homogêneo e suas experiências de conflito e necessidades específicas pós-conflito são diversas” (§ 6). Essa consideração reforça o entendimento da participação das mulheres como mecanismo para democratizar os processos políticos de paz e de transição, na medida em que agrega uma pluralidade de perspectivas de grupos sociais que são diferentes entre si e também heterogêneos no seu interior.

Por fim, a importância da participação das mulheres também tem sido reforçada especificamente no campo da justiça de transição. O relatório de Diane Orentlicher, especialista independente encarregada

de atualizar o conjunto de princípios para a luta contra a impunidade, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU, ressalta a necessidade de participação das mulheres, em pé de igualdade, nas deliberações sobre a constituição e funcionamento de comissões da verdade e sobre o desenho, aplicação e avaliação dos programas de reparação (Princípios 6 e 32).

5. A violência sexual no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Sob a influência da inserção dos direitos das mulheres e da questão de gênero na agenda internacional, foi em meados da década de 1990 que o tema da violência sexual ganhou proeminência no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.⁵⁷ Para além da aprovação da Convenção de Belém do Pará, em 1994, foi nesse período que a CIDH começou a se pronunciar sobre casos relacionados a crimes sexuais.

Durante décadas, portanto, a problemática de gênero não fez parte da atuação da CIDH. Isso começou a mudar particularmente a partir da criação da Relatoria Especial da Comissão sobre os Direitos da Mulher, em 1994, com a incumbência de acompanhar o cumprimento das obrigações da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) relacionadas a direitos das mulheres por parte dos Estados. A CIDH passou, então, a analisar demandas individuais sobre violações a direitos das mulheres e a incluir em seus relatórios anuais ou gerais por país capítulos dedicados à situação das mulheres (Tramontana, 2011, pp. 150-151).

A questão da violência de gênero e os problemas de acesso à justiça pelas mulheres vítimas de violência tornaram-se temas centrais do trabalho da CIDH. Um dos marcos iniciais citados é o Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Haiti, de 1995, em que a CIDH considerou que os estupros de mulheres e meninas haitianas foram cometidos como “arma de guerra” e configuraram crimes contra a humanidade e atos de tortura (Canáves, 2011, p. 99). Como relata Baltasar Garzón, entre 1991 e 2000, a CIDH identificou 14 casos relacionados a direitos sexuais e reprodutivos, sendo que 6 deles envolviam a prática de violência sexual como tortura pelo Estado (Garzón, 2012, p. 459).

A Corte IDH, por sua vez, levou mais tempo para incorporar uma perspectiva de gênero à sua jurisprudência. Apenas em 2006 a Corte IDH

57. Outros temas relacionados à proteção de direitos das mulheres, mas não especificamente à violência sexual, já tinham sido tratados no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Destaca-se por exemplo as Convenções Interamericanas Sobre a Concessão dos Direitos Civis e Políticos à Mulher (1948).

emitiu a primeira sentença – no caso *Miguel Castro Castro vs. Peru* – que aplicava um enfoque de gênero à análise de atos de violência sexual contra mulheres. A autora Enzamaria Tramontana identifica ao menos dois motivos concorrentes que explicam essa demora.

Por um lado, decorreu da reticência da CIDH em remeter à Corte IDH casos relacionados a questões de gênero. Até 2002, apenas um caso sobre violência de gênero tinha sido repassado à Corte, sendo que todos os demais foram encerrados pela CIDH com a publicação de relatório final ou com acordos de solução amistosa. Essa postura da CIDH é criticada porque impediu que os casos fossem sentenciados, inclusive com a determinação de reparações às vítimas, e também inibiu a evolução da jurisprudência da Corte IDH sobre a matéria. Nesse sentido, a reforma no Regulamento da CIDH, ao diminuir a discricionariedade do órgão na remissão de casos à Corte IDH, parece ter contribuído para a “mudança de direção” (Tramontana, 2011, pp. 156-157)⁵⁸.

Por outro lado, também deve-se levar em consideração a relutância da própria Corte IDH em considerar as especificidades de gênero nos casos analisados. Ao menos em três oportunidades a Corte poderia ter desenvolvido argumentos nesse sentido: i) no *Caso Caballero Delgado y Santana vs. Colombia*, em que foi expressamente relatada a imposição de nudez forçada a uma prisioneira, mas a sentença manteve-se silente a esse respeito; ii) no *Caso Loayza Tamayo vs. Perú*, em que a Corte considerou que estavam comprovadas uma série de violações sofridas pela vítima, mas não a violência sexual, indicando que exigiria um ônus probatório maior; iii) e no *Caso Maritza Urrutia vs. Guatemala*, em que não se desenvolveu nenhum argumento relativo ao gênero, embora a CIDH tivesse enfatizado as ameaças de estupro sofridas pela vítima (Tramontana, 2011, pp. 158-159).

Não obstante, a partir do caso *Miguel Castro Castro*, a Corte IDH desenvolveu uma jurisprudência de grande relevância na matéria de violência sexual e de gênero, que tem mantido diálogo com as decisões e entendimentos de outros organismos e tribunais internacionais e avançado na construção de uma perspectiva de gênero e intercultural no tratamento do tema (Corte IDH, 2015). Ainda, como indica Tramontana, a eleição da juíza Cecilia Medina Quiroga, em 2004, também parece ter contribuído para a evolução da jurisprudência, dada a sua sensibilidade para questões de gênero (Tramontana, 2011, p. 179).

58. Segundo Tramontana, com a reforma do Regulamento, a decisão da CIDH em remeter os casos à Corte passou a ficar subordinada ao interesse de obtenção de justiça no caso concreto e à apreciação de fatores como a natureza e gravidade da violação e a necessidade de desenvolver ou aclarar a jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Traçado esse panorama, quatro aspectos da jurisprudência da CIDH e da Corte IDH serão analisados: i) a definição de violência sexual, do estupro e do feminicídio; ii) o enquadramento jurídico dado aos crimes sexuais, especificamente no que diz respeito à qualificação do estupro como tortura; iii) a obrigação de devida diligência dos Estados e o problema do acesso à justiça; e iv) a perspectiva de gênero no entendimento das reparações. No âmbito da CIDH, a análise terá como foco o sistema de casos e petições. Os relatórios temáticos, anuais e de país relacionados ao tema de violência sexual serão explorados, no que for pertinente, dentro do estudo sobre os aspectos nacionais da judicialização, desenvolvido na Parte II.

5.1. Definição de violência sexual, estupro e feminicídio

A Corte IDH se manifestou a respeito dos elementos constitutivos da violência sexual e do estupro no primeiro caso em que travou uma discussão de gênero. Como apontado, trata-se do *Caso Penal Miguel Castro Castro vs. Perú*, que teve por objeto as violações cometidas pelas forças de segurança peruanas em uma operação realizada, em maio de 1992, no presídio Miguel Castro Castro, onde estavam detidos integrantes de grupos guerrilheiros. Com o suposto propósito de trasladar as mulheres detidas para um presídio de segurança máxima, as forças de segurança praticaram um ataque contra os/as presos/as, mediante o uso de armas de guerra, explosivos e bombas de gás. Em meio ao ataque, muitas mulheres foram mantidas sob condições desumanas, tendo sido ameaçadas e violentadas sexualmente. No total, 42 pessoas foram mortas, 175 feridas e 322 foram vítimas de maus tratos e de violência sexual.

Na sentença de 25 de novembro de 2006, a Corte IDH considerou que os atos de violência afetam mulheres e homens de forma distinta e que alguns atos são dirigidos especificamente às mulheres ou as atingem em uma proporção maior. Com relação à violência sexual, a decisão reconheceu seu propósito de humilhar a parte contrária e de punir e reprimir as mulheres (§§ 223 e 224). Especificamente, a Corte IDH entendeu que a nudez forçada a que foram submetidas seis mulheres configura ato de violência sexual, seguindo a definição ampla adotada pelo TPIR no caso *Akayesu*. Assim consta na sentença:

306. (...) Lo que califica este tratamiento de violencia sexual es que las mujeres fueron constantemente observadas por hombres. La Corte, siguiendo la línea de la jurisprudencia internacional y tomando en cuenta lo dispuesto en la Convención para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer, considera que la violencia sexual se configura con acciones de naturaleza sexual que se cometen en una persona sin su consentimiento, que además de

comprender la invasión física del cuerpo humano, pueden incluir actos que no involucren penetración o incluso contacto físico alguno.

A violência sexual se caracteriza, portanto, pela prática de atos de natureza sexual sem o consentimento da vítima⁵⁹, mesmo que não envolva contato físico. A Corte IDH considerou, ainda, o contexto em que foram cometidos os atos, no qual as mulheres estavam indefesas e sujeitas ao controle dos agentes do Estado, que deveriam protegê-las (§ 307).

A Corte IDH também analisou a violência sexual contra uma presa que tinha sido trasladada para um hospital e foi objeto de inspeção vaginal praticada com extrema brutalidade e por diversas pessoas encapuzadas ao mesmo tempo, sob o pretexto de revistá-la. No entendimento da Corte IDH, essa inspeção configura a prática de estupro, de acordo com o conceito firmado pela jurisprudência do TPIY que inclui penetração vaginal e anal (mediante outra parte do corpo do agressor ou objeto) e oral (mediante membro viril), como registra a sentença:

310. Siguiendo el criterio jurisprudencial y normativo que impera tanto en el ámbito del Derecho Penal Internacional como en el Derecho Penal comparado, el Tribunal considera que la violación sexual no implica necesariamente una relación sexual sin consentimiento, por vía vaginal, como se consideró tradicionalmente. Por violación sexual también debe entenderse actos de penetración vaginales o anales, sin consentimiento de la víctima, mediante la utilización de otras partes del cuerpo del agresor u objetos, así como la penetración bucal mediante el miembro viril.

A Corte considerou, ainda, que o estupro de uma detenta por um agente do Estado é um “ato especialmente grave e reprovável”, tendo em vista a vulnerabilidade da vítima e o abuso de poder empregado pelo agente. Quanto aos efeitos, a sentença afirmou que o estupro constitui uma experiência traumática que produz danos físicos, psicológicos e emocionais dificilmente superáveis com o passar o tempo (§ 311).

No campo probatório, para os crimes de estupro e de violência sexual, a Corte IDH tem valorado a declaração da vítima como prova fundamental dos fatos. No caso *J. vs. Peru*, a Corte IDH considerou que a violência sexual se caracteriza como uma prática clandestina que ocorre, em regra, na ausência de outras pessoas além da vítima e do/s agressor/es. A senhora J. foi presa, em 1992, em um imóvel da sua família, acusado

59. Com relação à exigência de não consentimento da vítima, no *Caso Fernández Ortega y otros vs. México*, a Corte IDH ponderou que não é necessário comprovar o uso da força ou a resistência da vítima, uma vez demonstrado o caráter coercitivo do ato e do contexto em que é praticado. (§115)

de servir à imprensa comunista. No momento da sua detenção, a vítima sofreu maus tratos e agressões sexuais por parte dos agentes policiais. Para comprovar a violência sofrida, a Corte IDH entendeu que: “Dada la naturaleza de esta forma de violencia, no se puede esperar la existencia de pruebas gráficas o documentales y, por ello, la declaración de la víctima constituye una prueba fundamental sobre el hecho” (§. 323).

Sobre o valor probatório da declaração das vítimas, a Corte também considerou que qualquer inconsistência ou discrepância nos relatos não afeta a sua credibilidade. No *Caso Fernández Ortega y otros vs. México*, que tratou do estupro praticado por militares mexicanos contra uma mulher indígena, a Corte ressaltou que os fatos relatados pela vítima “se refieren a un momento traumático sufrido por ella, cuyo impacto puede causar que se cometan determinadas imprecisiones al recordarlos” (§ 105). Na mesma sentença, a Corte IDH analisou a ausência de consentimento como requisito para a configuração do crime de estupro. Segundo o entendimento firmado, a existência de estupro não exige a prova da resistência física da vítima contra a agressão, sendo suficiente que haja elementos coercitivos na conduta do agressor.⁶⁰

Por fim, o crime de feminicídio foi conceituado pela primeira vez na decisão do *Caso González y otras vs. México*, conhecido como caso “Campo Algodonero”. Este foi o primeiro caso perante a Corte IDH “inteiramente centrado no tema da violência de gênero” (Tramontana, 2011, p. 160). O caso trata do homicídio e desaparecimento de três mulheres em 2011 na Ciudad Juárez, localizada no Estado de Chihuahua, fronteira norte do México, que é conhecida pela prática de discriminação e elevados índices de violência contra as mulheres. Estima-se que, entre 1993 e 2005, ao menos 379 mulheres foram vítimas de mortes violentas, todas elas com marcas de violência física e sexual. A impunidade pela prática dos crimes, nos quais estão envolvidos altos escalões do poder, favorece a continuidade e a reprodução da violência (Chiarotti, 2011, p. 173).

Campo algodonero é o nome do terreno baldio onde foram encontrados, em novembro de 2001, corpos 8 mulheres, entre as quais 3 são as vítimas do caso perante a Corte IDH. Todas elas eram jovens de baixa renda, sendo duas menores de idade, e as três desaparecidas em datas

60. Segundo a sentença: “115. (...) esta Corte observa lo establecido en la jurisprudencia internacional en el sentido de que el uso de la fuerza no puede considerarse un elemento imprescindible para castigar conductas sexuales no consentidas, así como tampoco debe exigirse prueba de la existencia de resistencia física a la misma, sino que es suficiente con que haya elementos coercitivos en la conducta. En el presente caso, está acreditado que el hecho se cometió en una situación de extrema coerción, con el agravante de producirse en un contexto de relaciones de autoridad, por parte de tres militares armados”.

próximas. O contexto e as causas dos crimes são complexos e se enraízam nas estruturas de poder paralelo e de domínio político e econômico da cidade. Em um profundo estudo sobre os feminicídios de Ciudad Juárez, Rita Segato mostra como são praticados no âmbito de pactos e acordos firmados pelas associações mafiosas que operam os negócios do narcotráfico e exercem o poder de fato sobre a cidade, às margens da lei. As mulheres mortas são vítimas sacrificiais de um rito ou de pacto de sangue em que o autor visa mostrar a coesão do seu grupo ou o controle territorial da sua rede criminosa (Segato, 2013, p. 30). Nesse sentido, Segato caracteriza os assassinatos como uma demonstração de poder e do domínio territorial para provar “que Ciudad Juárez tiene dueños, y que esos dueños matan mujeres para mostrar que lo son” (Segato, 2013, p. 33).

Na sentença de 16 de novembro de 2009, a Corte IDH caracterizou o feminicídio como “homicídio de mulher por razões de gênero” (§ 143). A Corte entendeu que as mortes das vítimas estão diretamente ligadas à situação de violência contra a mulher na Ciudad Juárez, reconhecida pelo próprio Estado mexicano. Esta conexão também está fundamentada em relatórios de órgãos internacionais, como a CIDH, o Comitê da CEDAW e a Anistia Internacional, que qualificam as mortes das mulheres de Juárez como manifestações da violência baseada no gênero (§§ 228 e 229). Por esses motivos, a Corte IDH concluiu que as jovens foram vítimas de violência de gênero e que “los homicidios de las víctimas fueron por razones de género y están enmarcados dentro de un reconocido contexto de violencia contra la mujer en Ciudad Juárez” (§ 231).

Como apontam os casos mencionados, a Corte IDH tem caracterizado os crimes sexuais a partir de uma perspectiva de gênero, que rompe com marcadores biológicos e masculinos para compreender os crimes como produtos de padrões sociais e estruturais de discriminação contra as mulheres e produtores de violações específicas às vítimas. Paralelamente, a Corte também tem incorporado uma dimensão intercultural que leve em conta o impacto diferencial da violência sexual sofrida por mulheres pertencentes a distintos grupos étnicos. Nesse sentido, na sentença do caso *Fernández Ortega vs. México*, a Corte IDH trouxe o entendimento da CIDH a respeito da prática de estupro contra mulheres indígenas:

90. (...) En los casos de violación sexual contra mujeres indígenas, el dolor y la humillación se agrava por su condición de indígenas debido “al desconocimiento del idioma de sus agresores y de las demás autoridades intervinientes y por el repudio de su comunidad como consecuencia de los hechos”.

5.2. Enquadramento jurídico dos crimes sexuais

A jurisprudência da CIDH e da Corte IDH tem considerado que a violência sexual constitui uma violação aos direitos humanos, incluindo a violação ao direito à integridade física e mental, à dignidade, à honra, à vida privada e à liberdade sexual⁶¹, além de, em alguns casos, à própria vida das vítimas.

Um ponto de particular interesse na discussão sobre a qualificação jurídica da violência sexual se refere ao entendimento mantido pela CIDH e pela Corte IDH quanto à configuração do estupro como tortura.

A esse respeito, na análise do caso *Raquel Martín de Mejía vs. Peru*, em 1996, a CIDH entendeu que o estupro praticado contra a vítima, Raquel Martín de Mejía, por membros das forças de segurança peruanas constitui tortura. Em junho de 1989, a casa da vítima foi invadida por homens encapuzados e com uniformes militares, que levaram o seu marido. Nessa ocasião, a vítima foi estuprada duas vezes por um dos oficiais que participava da operação e que afirmou que ela também era considerada uma subversiva. Nos dias seguintes, a vítima se dedicou a buscar seu marido desaparecido, até encontrar o seu corpo, com nítidos sinais de violência. Por muito tempo, Raquel não conseguiu denunciar a violência sexual que tinha sofrido, em razão do contexto hostil ao recebimento da denúncia (Chiarotti, 2011, p. 228).

Com base na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, a CIDH entendeu que “para que exista tortura deben conjugarse tres elementos: 1. que se trate de un acto a través del cual se inflijan a una persona penas y sufrimientos físicos y mentales; 2. cometido con un fin; 3. por un funcionario público o por una persona privada a instigación del primero”. Os três elementos foram reconhecidos no caso, uma vez que o estupro constituiu um método de tortura física e psicológica, foi praticado com o objetivo de castigar e de humilhar a vítima e por um membro das forças de segurança do Estado.

O mesmo entendimento foi adotado no caso *Ana, Beatriz y Celia González Pérez vs. México* analisado pela CIDH em 1999. A CIDH considerou que o estupro cometido por militares do Exército mexicano contra as vítimas constituiu ato de tortura, seguindo o posicionamento de outros órgãos e tribunais internacionais. A denúncia narra que as vítimas, três

61. No caso *Raquel Martín de Mejía vs. Perú*, a CIDH entendeu que os abusos sexuais praticados contra a vítima representam uma ofensa à sua dignidade e à vida privada, uma vez que a vida privada alcança a integridade física e moral de uma pessoa e, consequentemente, a sua vida sexual.

mulheres indígenas, sendo uma menor de idade, foram arbitrariamente detidas por um grupo de militares, sob o pretexto interrogá-las sobre sua participação no Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Durante o interrogatório, as vítimas foram estupradas seguidas vezes pelos oficiais e, quando liberadas, sofreram ameaças de morte para não denunciar o ocorrido. Ainda assim, apresentaram denúncia ao ministério público, mas o processo foi trasladado para a Procuradoria Geral da Justiça Militar, que determinou o arquivamento do feito sob o argumento de que as vítimas tinham se recusado a refazer as declarações e o exame ginecológico (Chiarotti, 2011, pp. 177-178).

A CIDH considerou que o estupro praticado por agentes estatais contra vítimas que estão presas ou sob interrogatório e com o propósito de humilhar, castigar, coagir, intimidar ou obter informação ou confissão da própria pessoa ou de terceiros configura tortura (§§ 47, 48 e 49). Em síntese, a CIDH concluiu:

52. La Comisión Interamericana considera que los abusos contra la integridad física, psíquica y moral de las tres hermanas tzeltales cometidos por los agentes del Estado mexicano constituyen tortura. Asimismo, los hechos aquí establecidos conforman una violación de la vida privada de las cuatro mujeres y de su familia y un ataque ilegal a su honra o reputación, que las llevó a huir de su comunidad en medio del temor, la vergüenza y humillación.

Como visto nos dois casos abordados, um dos requisitos para a configuração do estupro como tortura, segundo avaliou a CIDH, é que tenha sido praticado por agentes estatais. Por conta dessa exigência, no julgamento do caso “Campo Algodonero”, a Corte IDH não qualificou as agressões sexuais sofridas pelas vítimas como tortura porque foram praticadas por agentes privados, e não por funcionários públicos. Esse entendimento, no entanto, gerou controvérsias e foi objeto de manifestação contrária pela juíza Cecilia Medina Quiroga em sua declaração de voto. A juíza argumentou que o critério decisivo para se distinguir a tortura de outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes não é a participação estatal, mas a gravidade do sofrimento físico e mental causado à vítima. Nesse sentido, entendeu que a Corte não tem que seguir estritamente os termos da Convenção contra a tortura, mas sim garantir a maior proteção possível aos direitos humanos. O reconhecimento da responsabilidade do Estado por atos de tortura praticados por agentes não-estatais representaria, segundo a juíza, um importante avanço da jurisprudência da Corte IDH.

A qualificação do estupro como tortura foi retomada nos casos das vítimas Inés Fernández Ortega e Valentina Rosendo Cantú, apreciados

pela Corte IDH em 2010. As duas vítimas são mulheres indígenas que foram estupradas por membros do Exército mexicano. A Corte assumiu o entendimento de que o sofrimento severo da vítima, enquanto requisito para a configuração da tortura, é inerente ao estupro, mesmo quando não resultem lesões físicas. No caso *Rosendo Cantú vs. México*, em particular, a Corte IDH considerou que o estupro pode configurar tortura mesmo quando “consista en un solo hecho u ocurra fuera de instalaciones estatales” (§ 118)⁶², como pode ser o domicílio da vítima.⁶³ A Corte IDH também desenvolveu, nesses dois casos, a caracterização do estupro como ofensa à vida privada e à liberdade sexual, na medida em que viola os direitos das vítimas de decidir sobre seus corpos e sobre as relações sexuais que desejam manter (*Fernández Ortega vs. México*, § 129).

O crime de esterilização forçada, que também constitui um tipo de violência sexual, foi objeto de consideração da CIDH no caso *María Mamérita Mestanza Chávez vs Peru*, resolvido por meio de Acordo de Solução Amistosa subscrito pelas partes em 10 de outubro de 2003 (Informe nº 71/03). O caso diz respeito à política governamental de anticoncepção cirúrgica praticada de forma massiva e coercitiva pelo governo de Fujimori no Peru, durante a década de 1990, com o objetivo de mudar o comportamento reprodutivo da população, especialmente de mulheres pobres, indígenas e de zonas rurais. María Mamérita Mestanza Chávez era uma mulher camponesa de 33 anos, mãe de 7 filhos, que sofreu assédio e ameaças de funcionários do sistema público de saúde para se esterilizar.⁶⁴ Sob coação, ela deu consentimento para se submeter a um procedimento de ligadura de trombas, realizado em 27 de março de 1998. Depois da cirurgia, a vítima apresentou diversas anomalias que não foram tratadas e faleceu na sua casa alguns dias depois, em 5 de abril. Como as tentativas de encaminhar o caso na justiça nacional não prosperaram, foi apresentada a denúncia à CIDH.

No Acordo de Solução Amistosa, o Estado Peruano reconheceu a sua responsabilidade internacional por violar os direitos da vítima à vida, à

62. Na sequência, a Corte afirmou: “118. (...) Esto es así ya que los elementos objetivos y subjetivos que califican un hecho como tortura no se refieren ni a la acumulación de hechos ni al lugar donde el acto se realiza, sino a la intencionalidad, a la severidad del sufrimiento y a la finalidad del acto, requisitos que en el presente caso se encuentran cumplidos.”

63. A configuração de atos de violência sexual como tortura também foi analisada no Caso *J. vs. Peru*, em que a Corte IDH reafirmou: “363. (...) debe entenderse como “tortura”, de conformidad con la jurisprudencia de la Corte, se está frente a un acto constitutivo de tortura cuando el maltrato: a) es intencional; b) cause severos sufrimientos físicos o mentales, y c) se cometa con cualquier fin o propósito”

64. Entre as ameaças sofridas, as petionárias relatam que os funcionários do sistema de saúde ameaçaram denunciar María Mamérita à polícia, sob o argumento de que “o governo tinha baixado uma lei segundo a qual a pessoa que tivesse mais de 5 filhos teria que pagar uma multa e seria levada à prisão” (par. 10).

integridade pessoal e à igualdade perante a lei. Também admitiu a violação ao artigo 7 da Convenção de Belém do Pará, que prevê as obrigações dos Estados de atuar com a devida diligência na prevenção, punição e erradicação da violência contra as mulheres. Em termos de enquadramento jurídico, não houve uma qualificação explícita da prática de esterilização forçada como tipo de violência sexual. Não obstante, por se tratar de um procedimento de solução amistosa, a CIDH não teve que se posicionar especificamente a esse respeito.

Por fim, vale mencionar o entendimento da Corte IDH sobre a prática de crimes sexuais em contextos de conflito armado, caracterizados por um ataque sistemático e generalizado contra a população civil. No julgamento do caso *Castro Castro vs. Peru*, a Corte reconheceu que as violações praticadas durante o ataque coordenado pelas forças de segurança ao presídio *Miguel Castro Castro*, incluindo os atos de violência sexual contra as mulheres que estavam detidas, configuram crimes contra a humanidade, impondo ao Estado o dever de processar e punir seus autores (§ 404).

Em outra oportunidade, no julgamento do caso *Espinoza Gonzáles vs. Peru*, a Corte IDH se pronunciou sobre o uso da violência sexual como estratégia de luta no conflito armado interno. O caso diz respeito à prática de abusos sexuais contra a vítima, Gladys Carol Espinoza Gonzalés, detida pela polícia peruana, junto a seu companheiro, em 17 de abril de 1993, por conta da investigação sobre o sequestro de um empresário, no âmbito da luta antiterrorista. A vítima denunciou ter sofrido atos de tortura, estupro e outras formas de violência sexual durante a sua permanência nas instalações da DIVISE (*División de Investigación de Secuestros*) e da DINCOTE (*Dirección Nacional Contra el Terrorismo*). A Corte IDH entendeu que:

229. (...) el cuerpo de Gladys Espinoza como mujer fue utilizado a fin de obtener información de su compañero sentimental y humillar e intimidar a ambos. Estos actos confirman que los agentes estatales utilizaron la violencia sexual y la amenaza de violencia sexual en contra de Gladys Carol Espinoza Gonzáles como estrategia en la lucha contra el mencionado grupo subversivo.

Nos três casos em que o Estado Peruano foi condenado pela Corte IDH pela prática de crimes sexuais no âmbito do conflito armado interno, o relatório da CVR (*Comisión de la Verdad y Reconciliación*) foi utilizado como prova do contexto existente à época fatos, caracterizado por graves violações a direitos humanos.⁶⁵ Em particular, recorreu-se ao trabalho da

65. Destaca-se a prática de detenções arbitrárias, tortura, tratamento desumano, cruel e degradante, execuções extrajudiciais, entre outras violações.

CVR para demonstrar o caráter sistemático e generalizado da prática de violência sexual contra as mulheres durante o conflito, especialmente as que foram detidas; as diversas formas de violência sexual perpetradas; as dificuldades de denúncia por parte das vítimas, entre outros aspectos.⁶⁶

O caso *Masacre de las Dos Erres vs. Guatemala*, julgado pela Corte IDH em novembro de 2009, também tratou de crimes sexuais praticados em contexto de conflito armado. Durante o ataque de homens armados à aldeia Dos Erres em dezembro de 1982, no âmbito da política de terra arrasada praticada pelo general José Efraín Ríos Montt e que deixava rastros de massivas violações aos direitos humanos, várias mulheres e meninas foram estupradas antes de serem mortas no massacre que vitimou cerca de 190 pessoas (Chiarotti, 2011, pp. 176-177). A Corte IDH considerou que o estupro visava destruir a dignidade das mulheres “no nível cultural, social, familiar e individual” e constituiu um crime contra a humanidade.⁶⁷

Em todos os casos relacionados, a Corte entendeu que as denúncias de violência sexual praticada nos contextos de conflito armado interno nos dois países ensejam a responsabilidade dos Estados em conduzir investigações eficientes para apurar os crimes praticados. Essa obrigação de devida diligência foi desenvolvida em outros casos, que serão tratado a seguir.

5.3. A obrigação de devida diligência dos Estados

O caso “Campo Algodonero” (*Caso González y otras vs. México*), sentenciado pela Corte IDH em novembro de 2009, é paradigmático na definição da obrigação de devida diligência que cabe ao Estado diante da prática de atos de violência sexual, nos termos do artigo 7º da Convenção de Belém do Pará.⁶⁸ A Corte IDH enfrentou a questão relativa aos critérios e ao alcance da responsabilidade do Estado por crimes cometidos por particulares, tendo em conta o contexto de violência contra a mulher subjacente ao caso. Nesse sentido, a sentença reconheceu que a cultura de discriminação contra as mulheres influenciou tanto os motivos e modalidades dos crimes, como a resposta das autoridades a eles (§164).

66. Ver *Caso Castro Castro vs. Peru*, §§ 205-206; *Caso J. vs. Peru*, § 68 e ss.; *Caso Espinoza Gonzáles vs. Peru*, § 62 e ss.

67. A despeito dos avanços na qualificação jurídica da violência sexual, Tramontana pondera que a Corte IDH não tem considerado o estupro praticado em situação de conflito armado como crime de guerra, o que seria coerente com o entendimento fixado no marco do direito internacional (Tramontana, 2011, p. 168).

68. De maneira geral, a Corte IDH entende que o dever de devida diligência comporta quatro obrigações: a prevenção, a investigação, a sanção e a reparação das violações de direitos humanos, para prevenir a impunidade (CIDH, 2011, p. 12)

Em oportunidades anteriores, a Corte já havia se pronunciado a respeito da atribuição de responsabilidade ao Estado por atos de particulares, uma vez verificado o descumprimento de uma obrigação estatal de proteger direitos dentro de relações privadas. Essa obrigação do Estado está presente nas hipóteses em que seus agentes cumprem uma “função de garante” em relação aos particulares (Abramovich, 2010, p. 173). Seguindo essa orientação, no caso “Campo Algodonero”, a Corte IDH aplicou a “doutrina do risco previsível e evitável”, que atrela o dever do Estado de adotar medidas de proteção e de prevenção ao seu “conocimiento de una situación de riesgo real e inmediato para un individuo o grupo de individuos determinado” e à “posibilidad razonable de prevenir o evitar ese riesgo” (Abramovich, 2010, p. 173)⁶⁹.

A Corte analisou o cumprimento do dever de prevenção pelo Estado em dois momentos: antes do desaparecimento das vítimas e depois das denúncias das famílias, até a localização dos corpos sem vida.

No primeiro momento, entendeu que não cabia a responsabilização do Estado por não ter evitado o desaparecimento das vítimas porque não ficou demonstrado que tinha conhecimento do “risco real e imediato” que corriam as mulheres no caso concreto. Não obstante, a Corte advertiu que o Estado falhou no cumprimento geral da sua obrigação de prevenção, tendo em vista o contexto de discriminação e violência estrutural contra as mulheres na Ciudad Juárez. Esse contexto tinha sido reconhecido pelo próprio Estado mexicano, que conhecia, portanto, a situação de risco e de vulnerabilidade das mulheres, especialmente jovens e humildes (§ 282).

No segundo momento, diante da denúncia de desaparecimento, a Corte afirmou que o Estado tomou conhecimento do “risco real e imediato” de que as vítimas tivessem sofrido agressões sexuais e tivessem sido assassinadas. Surgiu, então, para o Estado, o “dever de devida diligência estrita”, que implica a adoção de medidas imediatas, a realização de atividades exaustivas de busca, a condução de procedimentos adequados e eficientes de investigação (§ 283).

Portanto, as autoridades estatais deveriam ter atuado com a devida diligência na investigação do caso, o que não ocorreu, em afronta ao artigo 7 da Convenção de Belém do Pará. Como relatado pelas peticionárias, após o desaparecimento das vítimas, as famílias buscaram a polícia para

69. Em outros termos, Tramontana afirma que, segundo a jurisprudência da Corte IDH, para configurar a responsabilidade do Estado, devem estar presentes três requisitos: “a) el conocimiento por parte de las autoridades estatales, de una situación de riesgo real e inmediato; b) para un individuo o grupo de individuos determinado, y c) la existencia de posibilidades razonables de prevenir o evitar ese riesgo” (2011, p. 170).

denunciar o ocorrido, mas os agentes se recusaram a dar início às investigações e argumentaram que as vítimas deviam ter fugido com os namorados ou saído com amigos. Os funcionários minimizaram e desacreditaram os fatos relatados pelas famílias, além de culpabilizarem as vítimas, alegando que elas foram responsáveis pelo sucedido porque uma “boa menina” estaria em casa (§§ 196-200).⁷⁰ A Corte entendeu que conduta negligente dos funcionários estatais configurou uma violação do direito de acesso à justiça pelos familiares das vítimas. Segundo a sentença,

400. (...) esta indiferencia, por sus consecuencias respecto a la impunidad del caso, reproduce la violencia que se pretende atacar, sin perjuicio de que constituye en sí misma una discriminación en el acceso a la justicia. La impunidad de los delitos cometidos envía el mensaje de que la violencia contra la mujer es tolerada, lo que favorece su perpetuación y la aceptación social del fenómeno, el sentimiento y la sensación de inseguridad en las mujeres, así como una persistente desconfianza de éstas en el sistema de administración de justicia.

A Corte considerou que uma das causas da discriminação reside na reprodução – especialmente pelas autoridades policiais e judiciárias – de estereótipos de gênero, definidos como “una pre-concepción de atributos o características poseídas o papeles que son o deberían ser ejecutados por hombres y mujeres respectivamente” (§ 401). Pelo uso de estereótipos, é comum que as mulheres sejam culpabilizadas pela violência sofrida, como resultado de um desvio do comportamento a elas colocado como socialmente aceitável. Como apontado na sentença, a influência dessas noções estereotipadas foi desenvolvida pela CIDH no relatório sobre “Aceso a la Justicia para Mujeres Víctimas de Violencia”, com destaque para o trecho transcrito a seguir:

La influencia de patrones socioculturales discriminatorios puede dar como resultado una descalificación de la credibilidad de la víctima durante el proceso penal en casos de violencia y una asunción tácita de responsabilidad de ella por los hechos, ya sea por su forma de vestir, por su ocupación laboral, conducta sexual, relación o parentesco con el agresor, lo cual se traduce en inacción por parte de los fiscales, policía y jueces ante denuncias de hechos violentos. Esta influencia también puede afectar de forma negativa la investigación

70. A Corte IDH também afirmou que diversas provas demonstraram que os funcionários do Estado e do município de Juarez “minimizaban el problema y llegaron a culpar a las propias víctimas de su suerte, fuera por su forma de vestir, por el lugar en que trabajaban, por su conducta, por andar solas o por falta de cuidado de los padres” (§154).

de los casos y la valoración de la prueba subsiguiente, que puede verse marcada por nociones estereotipadas sobre cuál debe ser el comportamiento de las mujeres en sus relaciones interpersonales.

O tratamento discriminatório das autoridades responsáveis por investigar os crimes, aliado ao sentimento de medo, humilhação e vergonha das vítimas que sofreram abusos sexuais produzem o efeito de inibir a apresentação de denúncias. Nesse sentido, no caso *Raquel Martín de Mejía vs Peru*, de 1996, a CIDH levou em conta a falta de um “contexto habilitante” para a denúncia, o que manteve a vítima da violência sexual em silêncio por muito tempo. Segundo a CIDH, “Las mujeres víctimas de violación por un miembro de las fuerzas de seguridad no denuncian estos abusos por dos razones: humillación pública y la percepción que los responsables nunca serán sancionados”. Soma-se a isso as ameaças de represálias contra as vítimas e suas famílias caso o crime seja denunciado.

No mesmo sentido, na sentença do caso *J. vs. Peru*, a Corte IDH entendeu que não cabe avaliar se a vítima teve ou não oportunidade de denunciar as violências sofridas à época dos fatos. Mesmo se tivesse tido a oportunidade, o fato de não ter denunciado não significa que os atos não foram praticados. A Corte destacou que vítimas de tortura e, especificamente, de agressões sexuais, com frequência não denunciam o que sofreram. A denúncia é ainda mais improvável se elas estavam no mesmo espaço onde as violências aconteceram, possivelmente com a presença dos perpetradores, o que não constitui um ambiente cômodo e seguro que garante privacidade e confiança para o relato dos abusos sofridos (§337).

Outros dois casos julgados pela Corte IDH contra o Estado mexicano abordaram igualmente os obstáculos ao acesso à justiça pelas vítimas de crimes sexuais e a obrigação de devida diligência do Estado na investigação dos crimes. Os casos *Fernández Ortega y otros vs. México* e *Rosendo Cantú y otra vs. México* tratam de denúncias de estupro cometidos contra mulheres indígenas por membros das forças de segurança. Um conjunto de irregularidades praticadas pelas autoridades policiais e judiciais impediu uma investigação séria dos crimes, que foram mantidos sob o foro militar. A Corte IDH levou em consideração as barreiras específicas, inclusive de ordem linguística, que agravam a dificuldade de acesso das mulheres indígenas a serviços de saúde e de justiça.⁷¹ Também considerou que a justiça militar é inadequada para processar denúncias por violações a

71. A respeito do acesso à justiça, no caso *Fernández Ortega*, a Corte IDH entendeu que “201. (...) la imposibilidad de denunciar y recibir información en su idioma en los momentos iniciales implicó, en el presente caso, un trato que no tomó en cuenta la situación de vulnerabilidad de la señora Fernández Ortega, basada en su idioma y etnicidad, implicando un menoscabo de hecho injustificado en su derecho de acceder a la justicia”.

direitos humanos, determinando reformas na legislação para estabelecer a competência cível para exame desse tipo de violação.

Outra situação de particular discriminação das mulheres no acesso à justiça atinge aquelas que são vítimas de violência sexual no âmbito da prisão, como demonstra o caso *Espinoza Gonzáles vs. Peru*. No contexto do conflito armado interno no Peru, Gladys Espinoza Gonzáles foi presa pela prática de supostos atos de terrorismo e denunciou ter sofrido torturas e abusos sexuais durante a sua detenção, em 1993. Apesar disso, as autoridades responsáveis não levaram adiante nenhuma investigação dos fatos relatados por ela. Pelo contrário, ao valorar as declarações de Gladys Espinoza, o Poder Judiciário desqualificou sua denúncia de que havia sofrido torturas e violência sexual, aplicando estereótipos de gênero. Com base em uma perícia psicológica realizada, o tribunal considerou que Gladys Espinoza sofria de um transtorno de personalidade que a levava a dramatizar excessivamente as situações para chamar atenção e a caracterizava como uma mulher imatura, insegura e manipuladora, visando a obtenção de vantagens. É relevante notar como o saber médico foi usado como fórmula para legitimar a discriminação de gênero pelo direito.

Na apreciação do caso, a Corte IDH reconheceu e rechaçou o estereótipo de gênero que caracteriza mulheres suspeitas de terem cometido delitos com atributos de serem intrinsecamente não confiáveis ou manipuladoras, sobretudo quando utilizado em processos judiciais. Nesse sentido, a sentença ressaltou que “una garantía para el acceso a la justicia de las mujeres víctimas de violencia sexual debe ser la previsión de reglas para la valoración de la prueba que evite afirmaciones, insinuaciones y alusiones estereotipadas” (§ 278). A Corte também chamou atenção, de modo geral, para a apreciação seletiva das provas pelos órgãos judiciais, em particular das provas médicas, em prejuízo da vítima. Essa postura do Judiciário contribui, ademais, para reforçar o ambiente de impunidade e a repetição da violência contra a mulher, tolerada e aceita socialmente, ao mesmo tempo em que aumenta o sentimento de insegurança e de desconfiança das vítimas em relação ao sistema de justiça (§ 280).

O caso *Maria da Penha vs. Brasil* apreciado pela CIDH em 2001 também foi paradigmático no reconhecimento da responsabilidade do Estado por atos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico. Não se trata de um caso de violência em período ditatorial ou de conflito armado, mas foi a primeira vez em que se reconheceu na CIDH a responsabilidade do Estado brasileiro em casos de violência contra a mulher. Também foi a primeira vez em que a CIDH aplicou a Convenção de Belém do Pará e considerou que o Estado brasileiro descumpriu a sua obrigação de

prevenir, investigar e punir os atos de violência praticados contra a vítima, qualificados como violência de gênero. Como afirmado na denúncia, por mais de 15 anos o Brasil falhou em adotar medidas para processar e punir o agressor, em violação ao dever de devida diligência previsto no artigo 7 da Convenção de Belém do Pará. Para a CIDH, a falta de enfrentamento adequado da violência doméstica pelas autoridades estatais demonstra a existência de um padrão discriminatório de tolerância à violência e uma grave ineficácia da ação judicial.

Ainda que não se refira ao contexto ditatorial no Brasil, o caso foi precursor ao expressar o entendimento da CIDH a respeito do artigo 7º da Convenção de Belém do Pará, que contempla a obrigação reforçada dos Estados de investigar atos de violência contra a mulher e processar os responsáveis. Como visto, a Corte IDH incorporou essa linha de interpretação na análise dos casos de violência sexual em períodos de conflito armado ou anormalidade política, destacando o problema de acesso à justiça. De forma mais ampla, a literatura tem demonstrado como o tema transversal da violência contra as mulheres transita e influencia posições e decisões relacionadas a tempos de paz ou de guerra, de normalidade ou de exceção.

5.4. Perspectiva de gênero das reparações

A Corte IDH e a CIDH possuem o entendimento de que as vítimas de graves violações a direitos humanos têm direito a uma reparação integral, que inclui garantias de restituição, indenização, reabilitação, satisfação e não-repetição, seguindo princípios firmados pela ONU.⁷² Nesses termos, o conceito de reparação transcende a indenização meramente econômica e envolve um conjunto de ações e medidas complementares que se voltam à integralidade dos danos causados.

No âmbito das reparações para as vítimas de violência contra a mulher, o caso “Campo Algodonero” foi precursor em incorporar uma perspectiva de gênero às reparações. A sentença ordenou ao Estado mexicano, entre outras medidas: i) a integração de uma perspectiva de gênero às investigações, com linhas de investigação específicas sobre violência sexual; ii) o treinamento dos funcionários públicos em atenção a vítimas de discriminação e violência em razão de gênero; iii) a construção de um memorial em homenagem às vítimas; iv) o pagamento de indenização

72. A restituição visa restabelecer a situação prévia e os direitos da vítima, mas nem sempre é possível (como nos casos de danos físicos, emocionais e sexuais); a indenização tem em vista a recomposição patrimonial; a reabilitação garante atenção médica e psicossocial; as garantias de não-repetição têm o objetivo de evitar que as violações se repitam; e as medidas de satisfação visam ao conhecimento público e atos de desagravo. Esse conceito tradicional de reparação está presente em: (De Greiff, 2006).

adicional às mães das vítimas, v) a garantia de assistência médica, psicológica e psiquiátrica às vítimas, oferecida por profissionais capacitados para tratar de violência de gênero.

A Corte IDH também entendeu que as reparações devem ter uma “vocação transformadora” e produzir um efeito não apenas restitutório, mas também corretivo, em resposta à situação estrutural de violência e discriminação contra as mulheres em Ciudad Juárez. Nesse sentido, estabeleceu a sentença:

450. La Corte recuerda que el concepto de “reparación integral” (restitutio in integrum) implica el reestablecimiento de la situación anterior y la eliminación de los efectos que la violación produjo, así como una indemnización como compensación por los daños causados. Sin embargo, teniendo en cuenta la situación de discriminación estructural en la que se enmarcan los hechos ocurridos en el presente caso y que fue reconocida por el Estado (supra párrs. 129 y 152), las reparaciones deben tener una vocación transformadora de dicha situación, de tal forma que las mismas tengan un efecto no solo restitutivo sino también correctivo.

Nesse aspecto, as reparações transformadores previstas no caso “Campo Algodonero” abrangeram uma série de medidas de não-repetição que se destinam a um conjunto ampliado de vítimas, e não apenas aquelas diretamente afetadas. Entre as medidas, destacam-se: i) o desenvolvimento de protocolos e de serviços padronizados com base em uma perspectiva de gênero para combater o desaparecimento de mulheres e o feminicídio; ii) a criação de uma base de dados nacional para facilitar a busca de mulheres desaparecidas; a capacitação de funcionários públicos em direitos humanos e gênero; e iii) o desenvolvimento de programas educativos voltados à população em geral, com o objetivo de superar os estereótipos socioculturais sobre as mulheres e a situação de discriminação de gênero.

A literatura tem apontado as reparações transformadoras como um caminho profícuo para a incluso do enfoque de gênero às medidas de reparação. Para além da necessidade de reparar os danos imediatos sofridos pelas vítimas, abre-se espaço para uma abordagem mais ampla e para uma maior criatividade no campo das reparações, com o objetivo de atacar as causas estruturais de discriminação que possibilitam a ocorrência e continuidade da violência (Aoláin *et al*, 2015, p. 142).

A tendência de incorporação de uma perspectiva de gênero às reparações foi seguida nos casos *Fernández Ortega e Rosendo Cantú*. A Corte IDH determinou sejam realizadas adaptações aos procedimentos, tanto no campo da justiça como da saúde, para inserir um enfoque de gênero,

a fim de atender aos interesses e necessidades das vítimas, bem como à natureza dos crimes. De acordo com as sentenças, cabe ao Estado garantir:

- a declaração da vítima em um ambiente cômodo e seguro, com garantia de privacidade e tentativa de impedir, o máximo possível, a sua repetição;
- a prestação de assistência médica, sanitária e psicológica à vítima;
- a realização imediata de exames médicos e psicológicos completos e detalhados por pessoal capacitado, contando com o consentimento prévio e informado da vítima e sem a presença de agentes de segurança ou estatais;
- a diligência na condução das atividades probatórias para documentação cuidadosa das provas disponíveis e perícia imediata no local dos fatos;
- o acesso das vítimas à assistência judiciária gratuita em todas as fases do processo.⁷³

A Corte IDH tem reiterado e desenvolvido, em outros julgamentos, essas recomendações relacionadas à coleta de testemunho das vítimas de violência sexual e à realização de exames médicos, segundo padrões definidos pelas Nações Unidas e pela Organização Mundial da Saúde.⁷⁴

Com relação a medidas de não-repetição de caráter transformador, vale ressaltar que, no Acordo de Solução Amistosa firmado no caso *María Mamérita Mestanza Chávez vs. Peru*, relacionado à prática de esterilizações forçadas pelo governo de Fujimori, a décima primeira cláusula impôs ao Estado Peruano o compromisso de realizar mudanças legislativas e em políticas públicas nos temas de saúde reprodutiva e de planejamento familiar, com o objetivo de eliminar qualquer enfoque discriminatório e de respeitar a autonomia das mulheres (Informe N° 71/03).

Por sua vez, medidas relacionadas ao tratamento de mulheres encarceradas foram objeto de consideração da Corte IDH no caso *Penal Castro Castro Vs. Perú*. Embora não tenha incluído essas medidas expressamente no âmbito das reparações determinadas ao Estado, a Corte assinalou, seguindo a orientação do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, que as mulheres encarceradas “no deben sufrir discriminación, y deben ser protegidas de todas las formas de violencia o explotación”.

73. Caso *Fernandéz Ortega*, para. 193 e 194; caso *Rosendo Cantú*, para. 177 e 178.

74. Caso *Espinoza Gonzáles vs. Peru* (par. 248 e 249; 251 252, 255 256); Caso *J. vs. Peru*.

Especificamente, afirmou que elas “deben ser supervisadas y revisadas por oficiales femeninas”, e as mulheres presas que estejam grávidas ou lactantes “deben ser proveídas con condiciones especiales” (§ 303).

Por fim, vale ressaltar que a CIDH também entende que as medidas de reparação adotadas pelos Estados diante de atos de violência contra a mulher devem levar em conta as necessidades específicas e as perspectivas das beneficiárias. Para tanto, é importante garantir a participação das vítimas no processo, para que possam trazer suas percepções, com atenção particular às características étnicas e culturais. São aspectos fundamentais para garantir que as reparações sejam adequadas e efetivas:

111. Esto significa para la CIDH que el Estado deberá valorar, para determinar el alcance de la reparación, los aspectos culturales que caracterizan a la víctima, tales como el conjunto de valores, conductas, experiencias y conocimientos que la identifican a ella o a su grupo cultural. Es fundamental que se considere la cosmovisión, la perspectiva de la vida, y el concepto de justicia de la víctima. En un proceso de determinación del contenido de reparaciones se debe tomar en cuenta estas diferencias culturales y valorarlas bajo el principio de igualdad; rompiendo con los prejuicios y estereotipos; especialmente aquellos que se dirigen en contra de los pueblos indígenas y las comunidades afrodescendientes. De allí la importancia de que se consulte a las víctimas sobre su propio concepto de reparación, sus necesidades, y el impacto que los hechos han tenido conforme a su cosmovisión. (CIDH, 2011, p. 33)

A despeito dos avanços da jurisprudência do sistema interamericano em matéria de gênero, internamente, há uma série de obstáculos e dificuldades ao cumprimento das determinações da Corte IDH. Segundo informações da *Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos*, em resposta ao questionário, o Estado mexicano tem cumprido seletivamente as sentenças:

En la mayoría de los casos, las sentencias de la Corte Interamericana han sido cumplidas en las medidas reparatorias tendientes al pago de indemnizaciones y actos de reconocimiento de responsabilidad pública, no obstante en temas relacionadas con acceso a la justicia para las víctimas, así como el castigo a los responsables de las violaciones a derechos humanos no han sido cumplidas. También se destaca que en muchos de los casos, la atención médica han sido brindadas, pero no ha sido la psicológica. No hay medidas de no repetición.

Casos de violência sexual no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

País membro da RLAJT	Caso	Peticionários	Dados relevantes sobre a decisão
Brasil	CIDH <i>Maria da Penha vs. Brasil</i> Informe N° 54/01, Caso 12.051 http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm	Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)	Obrigação de devida diligência do Estado
Colômbia	CIDH <i>Alba Lucía Rodríguez Cardona vs. Colombia</i> Informe N° 59 de 2014, Caso 12.376 https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COSA12376-ES.pdf	Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL) y Red Colombiana de Mujeres por los Derechos Sexuales y Reproductivos	Solução amistosa
	CIDH <i>XY Familiares vs. Colombia</i> , Informe N° 82 de 2008, Petición 477-05, https://www.cidh.oas.org/annualrep/2008sp/Colombia477-05.sp.htm	José Luis Viveros Abisambra, Nicolás Muñoz Gómez y Diego Fernando Posada Grajales, integrantes de la organización “Indemnizaciones Estatales”	Solução amistosa
	<i>Caso Álvaro Enrique Rodríguez Buitrago y otros vs. Colombia</i> , Informe N° 34 de 2015, Petición 191 – 07 y otras, https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2015/COAD191-07ES.pdf	37 peticiones en representación de 64 personas	Informe de admisibilidad
	<i>Caso Ilineth Bedoya Lima vs. Colombia</i> , Informe No. 50 de 2014, Petición 779-11, http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COAD779-11ES.pdf	Fundación para la Libertad de Prensa	Informe de admisibilidad
	<i>Caso de Masacre de Albania vs. Colombia</i> , Informe N° 36 de 2014, Petición 913-06 http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COAD913-06ES.pdf	Corporación Colectivo de Abogados José Alvear Restrepo	Informe de admisibilidad
Guatemala	Corte IDH. <i>Massacre de las Dos Erres vs. Guatemala</i> 24 novembro 2009. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_211_esp.pdf	Víctimas(s): Habitantes del parcelamiento de Las Dos Erres y sus familiares Representante(s): Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala (ODHAG); Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)	Estupro como crime contra a humanidade

País membro da RLATJ	Caso	Peticionários	Dados relevantes sobre a decisão
México	CIDH. <i>Ana, Beatriz y Celia González Pérez vs. México</i>. Informe n° 53/2001. Caso No 11.565, de 2009. https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000sp/capituloiii/fondo/mexico11.565.htm	Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)	• Estupro como tortura • Violência sexual contra mulheres indígenas • Violência sexual como violação à vida privada, honra e reputação
	Corte IDH. <i>González y otras vs. México</i> ("Campo Algodonero"). 16 novembro 2009. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_esp.pdf	- Asociación Nacional de Abogados Democráticos A.C. - Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer - Red Ciudadana de No Violencia y por la Dignidad Humana - Centro para el Desarrollo Integral de la Mujer A.C.	• Conceito de feminicídio • Obrigação de devida diligência do Estado • Reparações com perspectiva de gênero
	Corte IDH. <i>Fernández Ortega vs. México</i>. 30 agosto 2010. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_215_esp.pdf	Víctimas(s): Inés Fernández Ortega y sus familiares Representante(s): Organización del Pueblo Indígena Tlapaneco/Méphaa; Centro de Derechos Humanos de la Montaña Tlachinollan A.C.; Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)	• Estupro como tortura • Violência sexual contra mulheres indígenas • Acesso à justiça por mulheres indígenas • Reparações com perspectiva de gênero • Violência sexual como violação à vida privada e à liberdade sexual.
	Corte IDH <i>Rosendo Cantu vs México</i>. 31 agosto 2010. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_216_esp.pdf	Víctimas(s): Valentina Rosendo Cantú y Yeny's Bernardino Sierra Representante(s): Organización del Pueblo Indígena Tlapaneco/Méphaa4 (OPIM); Centro de Derechos Humanos de la Montaña Tlachinollan A.C.; Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)	• Estupro como tortura • Violência sexual contra mulheres indígenas • Acesso à justiça por mulheres indígenas • Reparações com perspectiva de gênero
Peru	CIDH. <i>Raquel Martín de Mejía vs. Peru</i>. Informe n° 5/1996. Caso 10.970. 1996. http://www.cidh.org/women/cap.III.peru10.970.htm		• Estupro como tortura • Estupro como ofensa à dignidade e à vida privada • "Contexto habilitante" para a denúncia

País membro da RLAJT	Caso	Peticionários	Dados relevantes sobre a decisão
	CIDH <i>María Mamérita Mestanza Chávez</i> Informe N° 71/03. Petición 12.191. https://www.cidh.oas.org/annualrep/2003sp/Peru.12191.htm	Estudio para la Defensa de la Mujer (DEMUS), Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos Humanos de la Mujer (CLADEM), Asociación Pro Derechos Humanos (APRODEH), Centro Legal para Derechos Reproductivos y Políticas Públicas (CRLP) y Centro para la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)	Dados relevantes sobre a decisão. • Esterilização forçada. • Solução amistosa.
	CIDH <i>M.M.</i> Informe No. 69/14. Caso 12.041. https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/PESA12041ES.pdf	Comité Latinoamericano y del Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM) y Center for Reproductive Law and Policy (CRLP)	• Solução amistosa. •
	CIDH <i>Georgina Gamboa García y Familiares</i> Informe No. 61/14. Petición 1235-07. http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/PEAD1235-07ES.pdf	Comisión de Derechos Humanos (COMISEDH)	• - Informe de admissibilidade
	Corte IDH <i>Miguel Castro Castro vs. Perú.</i> 25 de novembro de 2006. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_160_esp.pdf	Víctimas(s): Reclusos del Penal Miguel Castro y sus familiares Representante(s):- Mónica Feria Tinta (Interviniente común)	• Conceito de estupro e de violência sexual • Reconhecimento do impacto diferenciado da violência sobre homens e mulheres • Estupro como crime contra a humanidade • Dever do Estado de investigar
	Corte IDH <i>Espinoza Gonzáles Vs. Perú.</i> 20 novembro 2014. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_289_esp.pdf	Asociación Pro Derechos Humanos – APRODEH, senhora Teodora Gonzales Vda. de Espinoza e o Centro por la Justicia y el Derecho Internacional – CEJIL.	• Estupro e violência sexual caracterizados como tortura • Violência sexual em contexto de conflito armado • Protocolos entrevista e exames médicos
	Corte IDH <i>J. vs. Perú.</i> 27 novembro 2013. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_275_esp.pdf	Curtis Francis Doebller	• A declaração da vítima como prova fundamental; • O “<i>manoseo</i>” da vítima consiste em de violência sexual e tortura; • Dever de investigar

PARTE II – ASPECTOS NACIONAIS

DIREITO E JURISPRUDÊNCIA SOBRE CRIMES SEXUAIS NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Essa segunda parte do estudo sobre a judicialização pretende investigar os aspectos nacionais relacionados aos 9 países que são membros da RLAJT: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Peru e Uruguai. Esses 9 países apresentam experiências bastante distintas de justiça de transição, tendo em vista os contextos em que as violações a direitos humanos foram (ou são) praticadas. Alguns desses países viveram períodos ditatoriais durante as décadas de 1960 a 1980 (casos de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai). Outros enfrentaram conflitos armados internos entre os anos 1960 e 1990 (casos de El Salvador, Guatemala e Peru). Há, ainda, entre os membros da RLAJT, países que vivenciam hoje situações de conflito ou de graves crises de direitos humanos (casos de Colômbia e México). Sendo assim, os recortes temporais adotados seguem as especificidades de cada contexto nacional.

Partindo de uma revisão preliminar de bibliografia, a metodologia para a coleta de dados sobre o panorama interno da judicialização dos crimes sexuais foi estruturada por meio de dois instrumentos principais:

O primeiro foi a aplicação de um questionário, com quesitos majoritariamente fechados, sobre a situação da violência sexual no campo da justiça de transição de cada país, que foi respondido pelos membros da RLAJT.⁷⁵ As perguntas do questionário buscaram mapear as obrigações internacionais que vinculam os países na matéria de violência sexual, os dispositivos jurídicos pertinentes nos respectivos ordenamentos, as demandas por justiça, incluindo obstáculos, estratégias e iniciativas de judicialização, bem como o andamento e os resultados das investigações e eventuais ações judiciais.

O segundo instrumento foi a realização de entrevistas semiestruturadas com especialistas e atores que foram indicados/as pelos membros da RLAJT como pessoas de referência para o debate sobre crimes sexuais e justiça de transição. A partir das indicações

75. O modelo do questionário aplicado está disponível no Anexo I.

recebidas, foram realizadas 15 entrevistas, levando em conta critérios de representatividade geográfica e de pluralidade das visões oferecidas. Nesse sentido, foram entrevistadas advogadas, ativistas, procuradoras, estudiosas e vítimas, com o objetivo de colher perspectivas diversas e de aprofundar a abordagem do tema.

Tanto as respostas aos questionários como as entrevistas, complementadas pela literatura levantada, indicaram conjuntos de fontes documentais que também serviram de matéria-prima para o estudo dos aspectos nacionais da judicialização. Foram consultadas fontes institucionais – como legislação e regulamentos, decisões judiciais e relatórios de órgãos do Estado – e não institucionais, com destaque para os materiais produzidos por organismos da sociedade civil, especialmente organizações feministas e grupos de mulheres.

A análise neste ponto seguirá uma divisão temática organizada em cinco eixos. O primeiro trata da invisibilização da violência sexual nos processos transicionais. O segundo analisa a mobilização de grupos de mulheres e o papel de organismos da sociedade civil na articulação das demandas por justiça. O terceiro eixo está voltado aos obstáculos ao acesso à justiça e à responsabilização penal. No quarto ponto, são abordadas as estratégias e medidas adotadas pelos países para contornar os obstáculos. O último ponto, por fim, trabalha as experiências de responsabilização penal na Argentina e Guatemala, países que contam com ações judiciais já sentenciadas.

A organização por temas, ao invés de uma divisão por países, visa tornar mais profícuos os esforços de análise comparativa. Ao longo dos eixos, busca-se interrogar a especificidade da violência sexual, analisar os principais gargalos e obstáculos ao acesso à justiça e dar visibilidade às lutas e mecanismos que têm sido adotados para enfrentar o silenciamento e a impunidade dessas violações.

1. A invisibilização da violência sexual nos processos transicionais

Os crimes sexuais podem ser considerados um “caso especial” na judicialização da justiça de transição. Entre os países membros da RLAJT que atravessaram períodos de ditadura entre as décadas de 1960 e 1990 – Argentina, Brasil, Chile e Uruguai – todos os representantes dos membros indicaram, em resposta ao questionário enviado, que as denúncias relacionadas a crimes sexuais só começaram a ser articuladas e a ganhar força mais de 20 anos após o término das ditaduras. Mesmo em países que conseguiram avançar os processos de justiça, a inclusão da violência

sexual na pauta só ocorreu tardiamente. Essa invisibilização dos crimes sexuais deve ser considerada, em um primeiro momento, a partir de dois aspectos: i) as prioridades e os limites das políticas de justiça de transição; e ii) o tempo das vítimas, considerando as condições de possibilidade do testemunho.

1.1 Prioridades e limites dos processos transicionais

Nos países que saíram de regimes ditatoriais na década de 1980, as medidas adotadas durante as transições políticas não deram destaque à violência sexual como método empregado pelas estratégias repressivas. No caso da Argentina, logo após a queda da ditadura, foi constituída, em 1984, a CONADEP – *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* – que se tornou conhecida como uma experiência pioneira de comissão da verdade na região. Os trabalhos da CONADEP se focaram na apuração de casos de desaparecimento forçado e na comprovação da existência de um plano de extermínio de opositores políticos, colocado em prática pelo terrorismo de Estado implantado no país entre 1976 e 1983. Entre os testemunhos colhidos pela CONADEP, houve relatos de crimes sexuais cometidos nos centros clandestinos de detenção. No entanto, esses relatos não receberam um tratamento ou atenção especial, já que o foco das investigações era a busca de informações a respeito das pessoas desaparecidas.

Os resultados e conclusões da CONADEP foram publicadas no relatório *Nunca Más*, que inspirou os títulos de relatórios produzidos depois no Uruguai e no Brasil, por iniciativas da sociedade civil voltadas a documentar as violações de direitos praticadas nos períodos ditatoriais. Os trabalhos da CONADEP também forneceram provas para o Julgamento das Juntas Militares (Causa 13/84), realizado em 1985, que culminou na condenação de quatro membros das Forças Armadas que tinham integrado os governos militares. A estratégia de acusação foi concentrada em casos paradigmáticos, que não incluíram delitos sexuais, e buscou robustecer a caracterização do contexto repressivo e do plano sistemático de extermínio. As especificidades das violações de gênero ficaram, assim, ofuscadas:

el objetivo general de probar la represión ilegal opacó las vivencias individuales, que, aunque mencionadas de modo reiterado por los testigos y recuperadas en los textos históricos, quedaron en un evidente segundo plano frente a la dimensión amplia del plan sistemático de desaparición y extermínio (Balardini *et al*, 2011, p. 170).

Pouco tempo depois, o processo de justiça na Argentina foi interrompido pela aprovação das chamadas “leis de impunidade”: *Ley del Punto Final* (Lei 23.492, 1986) e *Ley de Obediencia Debida* (Lei 23.521, 1987).

Três tipos de delitos foram excluídos da abrangência das leis de impunidade, porque supostamente não estariam relacionados à “luta contra a subversão”: os crimes contra a integridade sexual; o sequestro de bebês; e o roubo de bens pessoais. Sendo assim, tecnicamente, a persecução penal de crimes sexuais que tinham sido praticados durante a ditadura era possível; no entanto, nenhum caso foi investigado nesse momento, e essas violações permaneceram sem visibilidade.

À exemplo da Argentina, no Chile, o governo recém eleito de Patricio Aylwin criou, em 1990, a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (“Comisión Rettig”), com o objetivo de “esclarecer as mais graves violações aos direitos humanos cometidas nos últimos anos”⁷⁶, traduzindo-se no escopo de investigar os casos de morte e de desaparecimento forçado praticados durante a ditadura de Pinochet. A justificativa para a seletividade da investigação, que deixava de fora outras violações importantes, como as prisões arbitrárias e a tortura, era viabilizar que o trabalho fosse concluído em um prazo curto. Entre os oito integrantes da Comissão, apenas duas eram mulheres e nenhuma delas era especialista em gênero, “lo que eventualmente les hubiese permitido percibir la complejidad y especificidad de las violaciones de los derechos humanos de las mujeres” (Fries *et al*, 2008, p. 72). Como consequência, o relatório final, publicado em 1991, após nove meses de trabalho, não incluiu considerações específicas sobre a violência sexual ou sobre violações contra mulheres.

A mesma ausência pode ser notada no Uruguai, onde também foram constituídas, no momento da transição política, duas comissões oficiais: a primeira incumbida de investigar a situação das pessoas desaparecidas, e a segunda dedicada a apurar as mortes de dois ex-legisladores.⁷⁷ O foco das comissões também deixou de lado o exame de outros tipos de violação, como os de natureza sexual. Em 1986, foi aprovada a Lei de Caducidade⁷⁸, que vedou o julgamento e punição dos agentes que praticaram crimes durante a ditadura. Apesar da garantia de impunidade, o artigo 4º da lei manteve o dever do Estado de revelar a verdade e de investigar o ocorrido com as pessoas desaparecidas e crianças sequestradas. Essa ressalva tem implicações políticas, no entendimento do Observatorio Luz Ibarburu:

76. Artigo 1º do Decreto Supremo nº 355/1990.

77. São elas: i) a *Comisión Investigadora sobre Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron*; e ii) a *Comisión Investigadora sobre el Secuestro y Asesinato Perpetrados contra los ex Legisladores Héctor Gutiérrez Ruiz y Zelmar Michelini*.

78. Lei nº 15.848, *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*.

Esa distinción que otorgaba a las desapariciones de personas adultas y menores, frente a otras conductas criminales de la dictadura, fue parte de una operación política que a lo largo de muchos años excluyó de toda consideración, la tortura, los asesinatos, la apropiación de menores y la violencia sexual (Observatorio Luz Ibarburu, 2016, pp. 177-178)

Ainda no Uruguai, em 1989, foi publicado o relatório *Uruguay Nunca Más* como resultado do trabalho de documentação realizado pelo *Servicio de Paz y Justicia* (Serpaj), que registrou as violações contra direitos humanos praticadas na ditadura. O trabalho não tratou, no entanto, especificamente de crimes sexuais ou de violência de gênero. Da mesma forma, no contexto brasileiro, o relatório Brasil Nunca Mais, publicado pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985, não dispensou atenção específica aos casos de violência sexual e tampouco incorporou uma perspectiva de gênero na análise das denúncias feitas perante as auditorias militares.⁷⁹

Com relação às iniciativas do Estado brasileiro, somente em 1995 foi aprovada a Lei 9.140 que reconheceu a responsabilidade estatal pelas mortes e desaparecimentos políticos cometidos no período da ditadura. A mesma lei criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), com competência para conceder indenização às famílias das vítimas e coordenar as buscas dos restos mortais das pessoas desaparecidas. Também focada nas vítimas de desaparecimento, a CEMDP, como as demais comissões até então instaladas nos países vizinhos, não teve uma atuação específica relacionada aos crimes sexuais cometidos na ditadura brasileira.

A análise dessas medidas de justiça de transição nos contextos das transições democráticas demonstra que a preocupação considerada prioritária, no momento inicial, era esclarecer o que tinha ocorrido com as vítimas fatais e o paradeiro das pessoas desaparecidas. Isso se relaciona com as limitações práticas enfrentadas pelas políticas transicionais, como explica Gabriel R. de Souza Pinto:

uma vez que a justiça de transição lida com recursos materiais e humanos inevitavelmente escassos e, para além, projeta-se a partir de visão de si própria como provisória e efêmera, a necessidade de *escolher* se impõe. Escolhas são feitas a respeito de que tipo de violações serão privilegiadas, quais as vítimas serão atendidas e como será feito o acerto de contas com o passado. (Souza Pinto, 2013, p. 156).

79. Trata-se de iniciativa conduzida por advogados no final da década de 1970. Contém dados sobre as denúncias com categorização das violações. A esse respeito ver: Arns, 1987.

As escolhas recaíram, de modo geral, sobre a pauta assumida como mais urgente e dramática para as famílias: a questão das pessoas desaparecidas. Nesse cenário, as mulheres foram tratadas como vítimas secundárias ou indiretas do conflito, na condição de testemunhas dos parceiros mortos ou desaparecidos, dos filhos e netos sequestrados, mas não protagonistas das próprias histórias de violência e sofrimento.

Para além de uma questão de estratégia de priorização das políticas públicas transicionais, também deve-se considerar que a linha predominante no campo da justiça de transição adota uma visão estreita e excludente com relação às violações de direitos humanos consideradas. Essa abordagem tradicional está ligada a um pano de fundo da democracia liberal, que entende as violações a partir de uma perspectiva individualizada e homogeneizante. Como resultado, seguindo o raciocínio de Rosemary Nagy, são excluídas do escopo da justiça de transição a violência estrutural e a violência de gênero (Nagy, 2008, p. 276).

Para Nagy, o paradigma legalista ou liberal-democrático reforça “a tendência de subestimar as ramificações de gênero e socioeconômicas do conflito violento, que podem incluir AIDS, viuvez e pobreza” (Nagy, 2008, p. 278). Com isso, perde-se de vista a importância de investigar, não só os crimes e violações praticadas, mas também suas causas estruturais e continuidades. No caso da violência sexual, na medida em que se explicita sua origem e raízes na hierarquia de gênero, percebe-se que não há ruptura entre as violações do passado e do presente, na medida em que essas estruturas de poder e de dominação persistem (Roesler; Senra, 2013, p. 49).

Os mecanismos tipicamente empregados pela justiça de transição se reportam, via de regra, a categorias genéricas de violações a direitos humanos – como tortura, desaparecimento e execução – que não dão conta das formas específicas das violações cometidas contra as mulheres. ⁸⁰ Também privilegiam respostas técnicas ou jurídicas abstraídas das experiências subjetivas das vítimas que, por sua vez, são influenciadas pelos padrões de opressão e hierarquias de gênero. Uma violência de gênero não pode se reduzir, portanto, a um ataque a direitos individuais. Nesse

80. A esse respeito, segunda Claudia Roesler e Laura Senra: “um primeiro passo para aproximar gênero e justiça de transição é assumir que houve formas específicas de violência às quais mulheres foram submetidas e que devem ser incluídas no rol dos crimes e das violações cometidos. Considerar tais violações em sua especificidade – e não agrupá-las em categorias genéricas, como “graves violações de Direitos Humanos” – possui valor político e simbólico, ao dar maior visibilidade e chamar a atenção do Estado e da sociedade” (Roesler; Senra, 2013, p. 54). Com base nisso, as autoras argumentam que no rol dos crimes e violações investigados, devem ser incluídas as violações específicas de gênero.

sentido, Rosemary Nagy demonstra as cegueiras que um viés masculino produz dentro da justiça de transição:

Até muito recentemente, mulheres e gênero estiveram manifestamente ausentes dos programas de justiça de transição. Determinações masculinas do problema transicional se centraram na violência política com uma ênfase nas violações “extraordinárias” de direitos civis e políticos. Essa construção desconsidera e trata como “ordinária” a violência privada e íntima que mulheres vivenciam em uma sociedade militarizada e desigual. Também falha em refletir a miríade de danos sociais e econômicos que são desproporcionalmente impostos a mulheres, viúvas em particular, durante e após a repressão ou conflito armado. (Nagy, 2008, pp. 285-286)

Nagy se preocupa em chamar atenção para violências que não estariam diretamente vinculadas ao conflito ou à repressão política porque ocorridas no ambiente privado ou doméstico. No entanto, é possível estender a crítica também para o tratamento dado à violência sexual cometida pelas partes de um conflito armado ou por agentes repressivos em centros clandestinos de detenção. Isso porque, da mesma forma, a violência sexual praticada nesses contextos foi rotulada por muito tempo como um tipo de violência relacionado à vida privada e íntima da vítima. Como visto, no âmbito do direito internacional humanitário, os crimes sexuais eram qualificados como crimes contra a honra até se consolidar uma mudança de entendimento na década de 1990. No mesmo sentido, em algumas ordens jurídicas internas também havia dispositivos que tipificavam crimes sexuais de forma estereotipada.

É o caso da Argentina, onde, até a reforma do Código Penal, em 1999, o estupro e outras formas de violência sexual eram caracterizadas como “delitos contra a honestidade”. Apenas com essa reforma passaram a ser considerados delitos contra a integridade sexual das vítimas. Outro exemplo é o Código Penal brasileiro, de 1940⁸¹, que qualificava os crimes sexuais como “crimes contra o costume”. Como destacado pelo Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CJT) na resposta ao questionário, tratava-se de uma proteção voltada à moral da sociedade, e não à vítima em si. Outros dispositivos penais explicitavam que apenas a “mulher honesta” poderia ser vítima de crimes sexuais e que, no caso de a vítima se casar com o agressor, o crime se extinguia. Somente com a lei 12.015 de 2009, os crimes sexuais receberam a qualificação de “crimes contra a dignidade sexual”. No caso colombiano, também foi realizada uma reforma pela lei

81. Decreto-lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#nome_juridico.

360 de 1997⁸² para modificar o bem jurídico protegido pela tipificação dos crimes sexuais, substituindo-se o pudor pela dignidade da pessoa. A mesma lei eliminou a causa de extinção da ação penal na hipótese de o agressor contrair matrimônio com a vítima e incorporou um artigo denominado “direitos das vítimas contra a liberdade sexual e dignidade humana”.⁸³

Em relatório de 2011, a CIDH registrou que a honra também era o interesse jurídico historicamente tutelado nos tipos penais relacionados à violência sexual nos países da América Central. Em modificações recentes, a maior parte dos Códigos Penais passou a considerar outros bens jurídicos, como é o caso de El Salvador, que tutela a liberdade sexual, e a Guatemala, que protege a liberdade, a segurança sexual e o pudor (CIDH, 2011, p. 14).

A respeito da tutela da honestidade, da honra ou dos costumes na tipificação dos crimes sexuais, Lorena Balardini, Ana Oberlin e Laura Sobredo afirmam, em estudo sobre o caso argentino:

El delito contra la honestidad – entendida como un valor a resguardar – indica que el hombre es alcanzado y afectado en su integridad moral por los actos de las mujeres vinculadas a él. Así leída la ley, no pretende defender a la víctima en tanto ciudadana sino resguardar cierto orden social, una determinada moral, expresada en ciertas costumbres, y muestra con claridad la vigencia del orden jerárquico patriarcal (...) (Balardini *et al*, 2011, pp. 181-182)

A moral patriarcal também se manifesta na definição restritiva do estupro como penetração vaginal, em detrimento de outras formas de abuso sexual, indicando que o bem jurídico tutelado pelo tipo penal era a proteção da herança e da descendência, entendidas como prerrogativas do pai e do marido (Balardini *et al*, 2011, p. 182). Esse conceito de estupro predominou nas legislações nacionais até pouco tempo. No Chile, foi uma reforma legislativa sobre delitos sexuais em 1999, conduzida pela Lei 19.617, que ampliou o entendimento do estupro para incluir, além da penetração vaginal não consentida, o acesso pela via anal e oral. Também passou a tipificar o estupro contra “uma pessoa”, reconhecendo que não só mulheres, mas outros sujeitos também podem ser vítimas. A mesma lei incorporou ao Código Penal o crime de “abuso sexual”, que contempla atos diferentes do estupro, mas que também possuem conotação sexual.

Em todos os casos, a lenta mudança do direito é sintomática das dificuldades, tanto no nível pessoal como institucional, enfrentadas pelas mulheres para relatar ou denunciar os crimes sexuais sofridos. Como

82. Ley 360 de 1997: http://www.secretariassenado.gov.co/senado/basedoc/ley_0360_1997.html

83. Outros aspectos relacionados a essas reformas penais serão tratados no item 4.

já colocado, o direito não é apenas um espelhamento, mas é igualmente produtor de hierarquias de gênero, na medida em que é atravessado e constituído por relações de poder. As representações jurídico-penais dos crimes sexuais reforçavam a ideia de que eram delitos menores ou pertencentes à esfera íntima das vítimas, e de que eram motivo de vergonha e de constrangimento. Diante desse contexto hostil, muitas vítimas preferiram guardar silêncio ou demoraram a tomar consciência do que foi a violência sofrida e sua gravidade.

1.2 O tempo das vítimas

No estudo realizado sobre a violência sexual no marco do terrorismo de Estado na Argentina, Lorena Balardini, Ana Oberlin e Laura Sobredo elaboram uma hipótese explicativa sobre a demora para o aparecimento e atenção aos relatos das mulheres. As autoras se propõem a compreender a possibilidade dos testemunhos das vítimas em referência a um *tempo lógico*, que independe de uma noção cronológica de tempo (Balardini et al, 2010, p. 122). Entendem que há um conjunto de condições lógicas que são necessárias para tornar possível a tomada de consciência sobre as violações, o compartilhamento do testemunho e a sua escuta compreensiva. E podem levar anos ou décadas até que essas condições estejam colocadas (Balardini et al, 2011, p. 175).

Essas condições lógicas estão ligadas tanto ao tempo das vítimas como à existência de um espaço de escuta social. Assim, no primeiro momento dos processos transicionais, a possibilidade de fala ficou interditada, seja porque: i) os testemunhos das vítimas foram orientados para a busca pelos desaparecidos, levando a uma absorção das narrativas próprias por outros discursos; ii) não havia ainda uma consciência sobre o sentido e a gravidade da violência sexual, que era minimizada e desqualificada; iii) as pessoas não queriam escutar os relatos das vítimas.

No contexto das transições democráticas, mulheres sobreviventes que tinham sofrido abusos e agressões sexuais entendiam que seus testemunhos, naquele primeiro momento, deveriam servir ao propósito de denunciar e de levantar informações sobre os companheiros que estavam desaparecidos. Ou seja, as próprias vítimas secundarizavam as violências sofridas para priorizar o esclarecimento dos crimes que entendiam mais graves e urgentes. O testemunho de uma vítima prestado em 2010, na Causa Molina, no processo de justiça argentino, revela essa hierarquização: “Dentro do horror que havia nos campos de concentração, um estupro parecia uma coisa secundária. Diante da morte de meu marido, diante de tudo o que acontecia lá dentro, todo o horror, isso ficava em segundo lugar...” (In: Balardini et al, 2010, p. 123).

As vítimas também precisam de um tempo para elaborar a violência, para serem capazes de nomeá-la e tomarem consciência da sua gravidade. Para muitas mulheres, diante das torturas horríveis sofridas por seus companheiros de militância, os atos de violência sexual pareciam algo menor. Essa percepção levou as vítimas a silenciarem o seu sofrimento por sentir que tinham sido poupadas do pior e que somente os crimes mais bárbaros mereciam atenção e denúncia. A violência sexual era minimizada ou, no máximo, percebida como inerente à tortura. Isso resultava em uma naturalização dos abusos sexuais como parte dos maus tratos, o que contribuiu para a sua invisibilidade.

Ao mesmo tempo, pesava sobre as vítimas o medo da estigmatização e o temor de serem julgadas e culpabilizadas pelas violações sexuais que sofreram. Aqui, a lógica da desconfiança e suspeição da vítima, tão atuante nos crimes sexuais do presente, assume contornos específicos porque muitas mulheres militantes foram acusadas de “traidoras” que teriam “compactuado” com a repressão ao “ceder” aos assédios sexuais. Como se fossem responsáveis por *se colocarem* naquela situação ou *tirarem proveito* dela para se livrarem de castigos mais duros. Trata-se de uma desqualificação muito particular da violência contra a mulher, como se fosse passível de resistência, e o fato de não se resistir seria desonroso e desabonador da própria conduta política das vítimas (Balardini *et al*, 2011, p. 181; Barbuto; Fries, 2008, p. 48).

Outro fator de silenciamento das vítimas de crimes sexuais é a insegurança de denunciar. Por um lado, a prática de estupro e de violência sexual causa danos psicológicos de longo prazo que amedrontam as vítimas e inibem as denúncias. Por outro lado, as vítimas se sentem intimidadas porque, em regra, também são alvo de ameaças e represálias do agressor. Nos casos em que o crime sexual é praticado por agentes estatais, por membros das Forças Armadas e forças de segurança, a situação de vulnerabilidade das vítimas é ainda mais acentuada porque os agressores são aqueles que deveriam garantir a sua proteção. O quadro se torna mais grave na medida em que, nos contextos após o término de conflitos armados e de ditaduras, os responsáveis pelos crimes com frequência ainda ocupam postos de poder ou exercem influência política.

Os danos sociais produzidos pelos crimes sexuais também operam como um fator de isolamento e ostracismo das vítimas, seja dentro da família ou da comunidade. Nos casos de violência sexual praticada contra mulheres indígenas, como ocorreu de forma massiva nos conflitos armados internos da Guatemala e do Peru, ou no contexto mexicano, é comum a marginalização das vítimas dentro de suas comunidades. Muitas vezes, as

vítimas não são aceitas ou são consideradas culpadas pelos demais membros do grupo. E esse julgamento pode levar à expulsão ou à opção das próprias vítimas de fugir por vergonha ou por medo da reação negativa do coletivo. Como consequência, as vítimas perdem os laços comunitários e sofrem um alijamento e desamparo que também obstam ou retardam a possibilidade de denúncia.

Soma-se, ainda, o problema da privatização dos delitos sexuais, tratados como se pertencessem à esfera íntima das vítimas e como se estivessem ligados a uma questão do prazer, da libido e do desejo sexual dos agressores, e não a uma questão de poder e de dominação (Segato, 2013). A consideração do fenômeno da violência sexual como um problema privado, reforçada pela sua caracterização jurídica à época, contribuiu para dificultar o tratamento público do tema. Para muitas vítimas, foi necessário um processo de ressignificação política e subjetiva das violações sofridas. É simbólico, nesse sentido, que coletivos feministas no Chile adotem como palavra de ordem o reconhecimento e a punição da “violência *política* sexual”, incorporando a dimensão de poder à própria conceituação da violência.

Um último aspecto a ser ressaltado diz respeito à falta de escuta social. No contexto de fim das ditaduras e de transição política, muitas pessoas, tanto do círculo pessoal como da militância política, e mesmo das esferas institucionais, não queriam ou não estavam aptas a ouvir os relatos das mulheres sobre as violências sexuais sofridas (Memoria Abierta, 2012, p. 88). As vítimas que se dispuseram a falar nesses momentos iniciais encontraram, em regra, uma falta de atenção e de acolhida sensível por parte dos interlocutores. Por um lado, existe uma dificuldade de ordem geral, tanto a nível individual como coletivo, em se escutar o traumático (Balardini *et al*, 2011, p. 172). Por outro lado, destacadamente no caso de crimes sexuais, muitas pessoas se sentiam incomodadas de escutar os relatos, ou não davam importância a eles ou, ainda, pensavam que, ao dispensar as vítimas de falar, estavam protegendo-as ou poupando-as da dor de reviver o ocorrido ou de se expor a um constrangimento ou humilhação. Dessa forma, o medo da indiferença também calou muitas mulheres.

Em entrevista ao presente estudo, do dia 22 de julho de 2016, Amelinha Teles, ex-presa política e militante das Promotoras Legais Populares e da União de Mulheres de São Paulo, também relatou sobre as dificuldades enfrentadas no Brasil para se falar e nomear a violência sexual:

Aliás, eu diria que praticamente todas as mulheres que foram sequestradas ou presas foram vítimas de crime sexual. Muitas talvez nem tenham, ou a coragem de falar ou a consciência de

que aquilo era um crime sexual (eu acho que tem isso também, a falta de consciência). Lembro que, eu mesma, quando fui vítima também da violência sexual, no DOI-CODI aqui de São Paulo e quando fui comentar com um companheiro sobre isso, ele falou pra mim: “não fale com ninguém sobre isso. Fique para você, porque todos vão achar que você é culpada, todo mundo vai achar que você que provocou”. E eu fiquei impressionada com ele, ele era um comunista, como eu, militante, pessoa de grande valor, não vou te dizer que ele não tivesse um valor político e uma compreensão humana da sociedade, mas ele talvez já tenha vivido ou tenha tido essa experiência com outras pessoas. Então ele me recomendou, e acho que não foi para que eu me silenciasse só, mas foi para me preservar também, porque realmente há pelo menos 40 anos atrás, era muito comum que não se falasse violência sexual. Aliás, não sei nem se usaria esse termo “violência sexual”, nem esse termo era usado naquela época.

Outra entrevistada, Beatriz Bataszew, reiterou que não havia, no Chile, à época da ditadura e da transição, essa compreensão da violência sexual como algo distinto da tortura. Beatriz foi militante e presa política durante a ditadura de Pinochet e hoje integra o coletivo *Mujeres Sobrevivientes Siempre Resistentes*, que luta, entre outras pautas, pelo reconhecimento da violência política sexual praticada no período ditatorial. Na entrevista concedida em 12 de julho de 2016, Beatriz comentou sobre o recebimento dos testemunhos prestados pelas mulheres em diferentes instâncias:

Las mujeres, en muchas oportunidades, nosotras entregamos testimonios, incluso en la dictadura, incluso tanto en el campo de concentración. Entregamos testimonios sobre nuestros compañeros y compañeras que tenían desaparecido. En esta entrega de testimonio, nosotras nos dábamos cuenta de esta situación de tortura, de esta situación de violencia política sexual o tortura sexual. Sin embargo los jueces que en esta oportunidad tendrían que haber investigado por oficio, no lo hacían. Entregamos también nuestro testimonio en algunas organizaciones como de la Vicaría de la Solidaridad que jugó un importante rol en nuestro país en la protección de las víctimas y en alguno apoyo judicial, y tampoco esto era acogido. Cuando uno leía, desde después de la dictadura, uno iba a buscar los testimonios, uno encontraba que en la parte de la tortura se hablaba de tratos degradantes y en la parte de violencia sexual se hablaba de tratos humijantes. Pero se borraba en general nuestra declaratoria. Esto dá cuenta de persona o institución que no tenían tampoco la capacidad de diferenciar, y como esto les parecía seguramente muy atroz, sencillamente lo borraba y lo ponía un rotulo que según ellos daba cuenta de lo que nos había pasado. Después que termina la

dictadura, el primer esfuerzo de las sobrevivientes es en relación a nuestra compañera y nuestro compañero detenido desaparecido o ejecutado, es decir de lo que se consideraba y se considera los casos más graves de violación de los derechos humanos.

A fala de Beatriz remete ao processo de tradução dos relatos das mulheres. Ou seja, os testemunhos eram recebidos, filtrados e traduzidos em termos que literalmente apagavam a experiência de violações sexuais sofridas.

Também no Brasil, a violência sexual praticada por agentes da repressão foi denunciada ainda no período da ditadura por mulheres que relataram as torturas sofridas perante auditorias militares responsáveis por processar e julgar os chamados crimes políticos. Em estudo sobre esses relatos de tortura, Ana Paula Duque indaga “quais eram os discursos possíveis de serem elaborados, como estes eram assimilados e escutados, e o modo como eles foram traduzidos pelo direito ao serem transcritos na auditoria militar pelos escrivães e juízes” (Duque, 2015, p. 42). A autora ressalta como o ambiente masculino dos interrogatórios, ocupado por juízes, promotores, escrivães e advogados, na esmagadora maioria homens, constituiu uma barreira não só para a fala das vítimas, como também “a uma escuta que de fato fosse sensível e capaz de entender e traduzir os significados das vivências narradas”. A partir da análise das transcrições-traduções feitas pelos militares, Duque conclui que “esse discurso jurídico é uma forma de silenciamento das mulheres torturadas: em muitos dos processos as descrições eram enxutas e diminutas, certamente não expressando tudo o que foi narrado pela mulher em seu testemunho” (Duque, 2015, p. 45).

Na passagem para a democracia, essas operações de apagamento ainda estavam presentes. Em reforço ao relato de Beatriz Bataszew sobre o contexto chileno, também em entrevista para a pesquisa, Susana Chiarotti comentou sobre a vivência das mulheres perante as primeiras iniciativas de verdade e justiça na Argentina:

cuando vos hablás con las víctimas que nosotros entrevistamos, algunas ya habían denunciado ante la CONADEP y nos contaban que cuando denunciaban estos hechos, los que escuchaban, los fiscales, miraban para otro lado y bajaban la cabeza, incluso [Julio] Strassera que había dirigido el “juicio a las juntas”, como una manera de no molestarlas, de no ponerlas más incómodas a ellas. Pero de alguna manera al poner todo lo demás, todo lo que ellas contaban resumirlo como tortura, estaban ignorando una experiencia cruel y dolorosa que ellas estaban haciendo el esfuerzo de contar.

Susana comentou que também houve resistência para tratar dos crimes sexuais praticados na ditadura argentina, inclusive por

promotores comprometidos com a defesa dos direitos humanos, que não viam utilidade na investigação de casos de violência sexual e acreditavam que produziria revitimização. Foi necessário, portanto, um debate dentro do próprio campo dos direitos humanos para ressignificar a fala das vítimas como um ato potencialmente terapêutico e para chamar atenção para os objetivos específicos da violência sexual dentro das lógicas repressivas das ditaduras e conflitos.

O processo de visibilização da violência sexual envolveu tanto um trabalho com mulheres sobreviventes, como um trabalho mais amplo de sensibilização da sociedade e das instituições do Estado, especialmente do sistema de justiça. Como será visto mais adiante, no item 4, alterações institucionais específicas também foram necessárias para produzir um ambiente institucional que tornou possível o discurso das violações.

2. Mobilização de mulheres: campanhas para sensibilizar e iniciativas de judicialização

Entre os países latino-americanos, o caminho para dar visibilidade aos crimes sexuais e articular demandas por justiça e reparação envolveu um trabalho de construção coletiva entre as vítimas e de conscientização social e institucional. É importante recuperar esse processo de mobilização e as iniciativas que foram promovidas, não só na medida em que ajudam a preparar o terreno para a judicialização penal e para busca por reparação, mas também porque significam o reconhecimento da capacidade de agência dos sujeitos. Mesmo que sejam produzidos e representados por mecanismos de saber-poder que são estruturantes, como o próprio sistema jurídico, os sujeitos (no caso, as vítimas, mas também ativistas de direitos humanos e outros atores sociais) são capazes de ação e, no âmbito da justiça transicional, suas lutas são o motor principal das mudanças e avanços conquistados.

Nas respostas aos questionários enviados, os membros da RLAJT destacaram, em praticamente todos os países, o protagonismo desempenhado por grupos de vítimas e organizações da sociedade civil ligadas à defesa dos direitos humanos, em especial dos direitos das mulheres, nessa empreitada. Em alguns países, no entanto, esse é um trabalho ainda incipiente.

Brasil e El Salvador

No caso de El Salvador, segundo as informações do IDHUCA, embora as forças de segurança tenham praticado delitos sexuais como métodos de tortura durante a guerra civil, são escassos os registros a esse respeito, e o tema é pouco analisado. Vale destacar a iniciativa do *Tribunal Internacional*

para la Aplicación de la Justicia Restaurativa, promovida pelo IDHUCA, pela Comissão de Anistia, do Brasil, e pela *Fundación por la Justicia*, da Espanha, que busca uma forma alternativa de aplicação da justiça. Desde a primeira edição em 2009, o Tribunal se constitui como um espaço de escuta e narrativa das vítimas e de reconhecimento simbólico das violações sofridas. Segundo informado pelo IDHUCA, o Tribunal tem recebido testemunhos de mulheres que foram privadas de liberdade e sofreram torturas sexuais durante o conflito armado. Assim, mesmo tendo escopo mais amplo, o Tribunal pode ajudar a fomentar denúncias e articulações de vítimas de crimes sexuais.⁸⁴

No Brasil, apesar das denúncias apresentadas por mulheres perante a justiça militar ainda durante a ditadura, e de outras que foram levadas ao Tribunal Russell II⁸⁵ e à Comissão de Direitos Humanos da ONU, não houve um avanço significativo da mobilização. Como foi informado pelo CJT em resposta ao questionário, não se verifica a atuação de grupos da sociedade civil voltados a denunciar especificamente a violência sexual e de gênero na ditadura.

Esse diagnóstico foi confirmado por Amelinha Teles na entrevista concedida a essa pesquisa. Ao responder sobre a existência de uma mobilização, no Brasil, em torno da pauta da violência sexual praticada na ditadura, Amelinha disse: “Eu tenho quase certeza, não gosto nem de falar isso, mas que tenho feito isso quase que sozinha. Eu não sinto a mobilização. (...) Eu me sinto uma andorinha sozinha, que não consegue fazer o verão, mas eu faço”. Independente do cenário adverso, Amelinha segue dedicada à luta e leva o tema para debate sempre que convidada a falar em público: “Por ser feminista eu sigo lá e falo, eu vou. Às vezes eu sou chamada para falar de outras coisas e eu falo – ‘olha gente, vocês me chamaram para tal coisa, mas eu vou falar sobre isso [a violência sexual na ditadura]’. Falo sobre isso, entendeu?”.

Nos demais países latino-americanos, a visibilização da violência sexual foi construída a partir de um trabalho das vítimas e de organismos da sociedade civil.⁸⁶

84. Para mais informações sobre o Tribunal de Justiça Restaurativa, ver o texto “La Actuación del Tribunal Internacional para la Aplicación de la Justicia Restaurativa”, de Carol Proner (2012). Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=147254>

85. Realizado em Roma, no primeiro semestre de 1974.

86. Com relação ao contexto uruguaio, a OLAP não destacou nenhuma iniciativa da sociedade civil em particular. Mas vale destacar que a organização de mulheres e vítimas levou à apresentação da primeira denúncia relacionada à violência sexual em 2011. A denúncia coletiva foi apresentada por 28 ex-presas políticas e abarca crimes sexuais cometidos em uma série de centros de detenção.

Chile

No Chile, nos últimos anos, coletivos de mulheres passaram a lutar pelo reconhecimento da violência política sexual praticada na ditadura de Pinochet. Em 2004, ocorreu a publicação do Relatório Valech, que dedicou um capítulo específico ao tema da violência sexual contra mulheres vítimas de prisão política e tortura, trouxe testemunhos de mulheres e introduziu a violência sexual como parte das torturas. Como se verá melhor adiante, os relatos sobre violência sexual foram declarados à Comissão Valech voluntariamente pelas vítimas. Os testemunhos foram incentivados pela mobilização de um grupo de ex-presas políticas, em 2004, que fizeram, perante a imprensa, uma denúncia coletiva da violência sexual como forma de tortura sistemática contra as mulheres nos centros de detenção da ditadura. O grupo foi convocado por organizações feministas a reagir contra pronunciamentos de dirigentes políticos que tentavam desqualificar a denúncia que Odette Alegría, também ex-presa política, tinha feito em 2003, na qual ela nomeava um dos agentes responsáveis pelas agressões sexuais que sofreu (Frei, 2008, p. 84). Essa iniciativa de Odete e das demais vítimas que mostraram solidariedade a ela deflagrou um movimento mais amplo de articulação e denúncia.

As demandas por memória e por justiça com respeito às violações sexuais ganharam impulso, mesmo que ainda em um ambiente hostil. Na entrevista concedida a essa pesquisa, Beatriz Bataszew falou sobre as dificuldades em inserir o tema nos grupos tradicionais de militantes de direitos humanos:

ese tema de la violencia política sexual, como nosotras lo llamamos, por el componente político y el componente de género, también es un tema que fue muy complejo de colocar entre lo nuestro propio compañero ex-presos y ex-preza política. Ha sido una tremenda dificultad, tanta dificultad que yo era parte de una asociación de memoria y derechos humanos y que, al poner énfasis en particular en esta temática, yo sentí efectivamente que estaba siendo objeto de una misoginia e de un trato brutal por colocar este tema como un tema relevante para nosotras mujeres.

Diante dessa resistência em incorporar à pauta a violência sexual sofrida pelas mulheres, Beatriz relata como se deu a formação do coletivo *Mujeres Sobrevivientes siempre Resistentes*, do qual faz parte:

A partir de esta no comprensión, de esta situación específica de las mujeres, decidimos formar un colectivo independiente de cualquier otra organización de derechos humanos y lo decidimos en función

de algunos objetivos. El primero era visibilizar esta situación que se dá de manera particular y distinta solo a las mujeres y el segundo era solicitar o luchar por que se tipifique el delito de la violencia política sexual como un delito autónomo, distinto al de tortura.

A partir desses objetivos, o coletivo tem realizado campanhas para ampliar o conhecimento e o debate sobre a violência política sexual na sociedade chilena.⁸⁷ No campo da justiça, as vítimas recebem o apoio de organismos da sociedade civil, como a *Corporación Humanas*. Na entrevista concedida, Daniela Quintanilla, advogada da organização, falou sobre o processo de articulação com as mulheres sobreviventes no contexto de discussão do Relatório Valech. A advogada relatou que, no início, foram realizadas ações comunicacionais com as mulheres e, na medida em que começaram a socializar suas demandas, mais mulheres se inseriam. Assim foi desenvolvido o trabalho conjunto, tendo em vista a apresentação das primeiras denúncias por violência sexual, em 2010:

Entonces comenzamos a articularnos junto con mujeres sobrevivientes que tenían un relato común desta forma específica de cómo se ejerció la tortura y la violencia contra las mujeres y comenzamos en un principio con un trabajo de documentación. Luego comenzamos a hablar los procesos judiciales que se habían iniciado y volvemos a ver como la violencia sexual es absolutamente invisibilizada. Entonces se presentan, en principio, cinco querellas de sobrevivientes sobre distintos hechos de violencia sexual que ocurrieron durante la dictadura para hacer en este testigo también al interior a lo órgano judicial para investigarnos como es la aproximación del tribunal a este tipo de crímenes.

Segundo informado pelo OJT em resposta ao questionário, em 2014, um grupo de quatro mulheres (Alejandra Holzapfel, Nieves Ayress, Soledad Castillo e Lucrecia Brito) apresentou, por iniciativa própria e sem receber apoio do Estado chileno, uma denúncia pelos atos de violência sexual

87. Nesse aspecto, o grupo de mulheres fez um vídeo para conscientização sobre o tema da violência política sexual, que pode ser acessado em: <https://youtu.be/DpqAss4qC60>. O coletivo também tem se engajado em demandas por memória, como a recuperação de lugares ligados à repressão que serviram particularmente a violações contra as mulheres. Em decisão recente, de maio de 2016, foi atendida a reivindicação para declarar a casa de tortura “Venda Sexy” como um espaço de memória. A proposta envolve a incorporação de um enfoque de gênero ao novo espaço, bem como a sua administração por e para mulheres. A esse respeito, ver a reportagem: <http://www.laizquierdadiario.cl/Recuperacion-de-la-casa-de-tortura-Venda-Sexy-para-las-mujeres>

que sofreram enquanto presas políticas.⁸⁸ Outra ação penal foi iniciada em 2015: Lélia Perez, também ex-presa política, apresentou denúncia por diversos crimes cometidos contra ela quando tinha apenas 16 anos, entre eles o de estupro.⁸⁹ As denúncias foram recebidas pelo juízo competente por julgar as causas relacionadas a direitos humanos, mas os dois casos se encontram ainda em fase de investigação.⁹⁰

Em novembro de 2015, a pedido da *Corporación Humanas*, a organização *Women's Link Worldwide* apresentou um amicus curiae dedicado à incorporação de uma perspectiva de gênero e da categoria de crimes internacionais à investigação do caso de Ana María Campillo Bastidas. O amicus apresenta o desenvolvimento da normativa e da jurisprudência internacional “en relación con la configuración, investigación y persecución de los actos de violencia sexual y violación como crímenes de lesa humanidad autónomos y formas específicas de violencia en base al género” (*Women's Link*, 2015, p. 4). Busca contribuir com o exame da justiça chilena, particularmente em relação às questões de prova e de autoria, como será visto melhor adiante.

Argentina

Na Argentina, o processo de justiça foi interrompido pelas “leis de impunidade” aprovadas na década de 1980. Durante a década de 1990, foram realizados os chamados *Juicios por la Verdad* que, como alternativa à persecução penal, buscavam esclarecer o que tinha ocorrido com as pessoas desaparecidas, localizar seus restos mortais e conhecer, de forma mais ampla, a verdade sobre os crimes praticados na ditadura. Esses processos não tinham o escopo de responsabilizar os perpetradores, mas conseguiram formar um robusto corpus probatório que se tornou útil às causas penais reabertas a partir de 2006. Dentro dessa perspectiva de investigar e registrar os fatos, os *Juicios por la Verdad* abriram um importante espaço para a entrega de testemunhos. E esse espaço permitiu que muitas vítimas tomassem consciência das formas de violência sofridas e voltassem

88. Notícia La Nación.cl: “Mujeres ingresan querella por delitos sexuales en dictadura: éramos botín de guerra” 16 de mayo del 2014: <http://www.lanacion.cl/noticias/pais/ddhh/ex-prisionera-politica-ratifica-querella-por-violencia-sexual-en-dictadur/2014-12-01/125024.html>

89. Notícia Villa Grimaldi.cl “Presentan querella por violencia sexual política contra menores de edad en dictadura”: <http://villagrimaldi.cl/noticias/presentan-querella-por-violencia-sexual-politica-contra-menores-de-edad-en-dictadura/>

90. As causas relacionadas aos crimes da ditadura, no Chile, seguem o processo penal antigo em que os juízes são responsáveis por conduzir as investigações. Portanto, as vítimas apresentam as denúncias e, se recebidas pelo juiz, dá-se início às investigações. Após as investigações preliminares, seguem-se o auto de processamento e auto de acusação, em que o juiz define os crimes e autores objeto da persecução penal. O mesmo juiz que realizou as investigações é competente para conduzir o julgamento e sentenciar o caso.

o foco para suas próprias experiências traumáticas. Pela primeira vez, as sobreviventes passaram a falar de si e a enfatizar suas vivências pessoais (Balardini *et al*, 2010, p. 121).

Quando teve início o novo processo de justiça, em 2006⁹¹, observou-se um “salto de qualidade na construção dos relatos”, mais completos e detalhados. Ao mesmo tempo, aumentou o número de vítimas expondo as violações sexuais sofridas (Balardini *et al*, 2010, p. 122). Em testemunho prestado ao Memoria Abierta, Carolina Varsky contou que, em 2007, quando era advogada do CELS, pela primeira vez ouviram declarações de vítimas em juízo que faziam referências explícitas a delitos contra a integridade sexual. Passaram, então, a trabalhar esse tema com as vítimas sobreviventes, sobretudo mulheres que entendiam que os estupros tinham sido parte das condições de prisão, ou que tinham recebido um tratamento privilegiado porque foram autorizadas a sair à noite ou a frequentar restaurantes. O trabalho se voltava, assim, a desnaturalizar a percepção das vítimas sobre a violência e mostrar que o estupro constitui uma grave violação, e uma violação distinta da tortura. Segundo Carolina Varsky, ao fazer essa aproximação com as vítimas, as advogadas não receberam uma reação negativa, mas ao contrário:

La respuesta en general de las sobrevivientes sobre todo fue positiva. Porque no es que en general recibimos “no, yo de esto no quiero hablar”, “no, no me interesa avanzar sobre esto” sino, al contrario, dijeron “buenísimo” y muchas de ellas sintieron una especie de reparación al momento de sentir que las estaban escuchando y que eso lo podían decir (Memoria Abierta, 2012, p. 28).

Segundo relatou Susana Chiarotti, na entrevista concedida, o processo de judicialização foi desencadeado pela iniciativas de vítimas em narrar as violências sofridas no âmbito das ações penais sobre os crimes contra a humanidade cometidos pelo terrorismo de Estado. Susana contou que na causa *Campo de Mayo*, duas ex-presas políticas relataram o sofrimento de violências sexuais, que não foram, todavia, apreciadas pelo juiz. Diante disso, a organização querelante, HIJOS, solicitou ao CLADEM (*Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer*) a elaboração de um *amicus curiae* que reunisse argumentos técnicos-jurídicos favoráveis à necessidade de investigação e de imputação dos crimes sexuais.

91. No ano de 2003, o Parlamento argentino decretou a nulidade das “leis de impunidade”. Posteriormente, a inconstitucionalidade das leis foi declarada pela Suprema Corte de Justiça da Nação em 2005, na sentença do caso “Simón, Julio y otros s/ privación ilegítima de la libertad, etc”. Em 2006, houve o primeiro julgamento por crimes de lesa humanidade praticados no marco do terrorismo de Estado.

O *amicus curiae* foi apresentado pelo CLADEM e pelo *Instituto de Género, Derecho y Desarrollo* (INSGENAR) em 9 de fevereiro de 2010, perante o Tribunal de San Martín⁹². A peça apresenta argumentos em defesa da consideração dos delitos sexuais praticados nos centros de detenção como crimes contra a humanidade e da consequente responsabilização criminal tanto dos autores diretos como daqueles que, na estrutura de poder, mantinham domínio e controle sobre os atos praticados (CLADEM; INSGENAR, 2010, p. 2). As organizações sustentaram que o julgamento dos crimes sexuais “se vincula indisolublemente con la obligación internacional del Estado de investigar y sancionar los delitos de lesa humanidad y específicamente respetar y garantizar el derecho al acceso a la justicia sin discriminación de ningún tipo, en particular, por razón de género” (CLADEM; INSGENAR, 2010, p. 2). O *amicus curiae* se apoia fartamente nos testemunhos das vítimas de violência sexual, bem como nas normas e jurisprudência internacional sobre o tema, tanto para contextualizar a prática dos crimes sexuais no marco do terrorismo de Estado na Argentina, como para demonstrar sua configuração como crimes contra a humanidade.

No primeiro momento não foi possível reverter a decisão judicial porque os crimes não haviam sido incluídos pelo Ministério Público na acusação formal, de modo que não poderiam ser julgados e sancionados. Em reação, as organizações seguiram uma estratégia com duplo foco, como descreveu Susana na entrevista:

lo que hicimos nosotras es armar una estrategia. Por un lado difundir el *amicus curiae* ampliamente por todas las redes sociales, especialmente aquellos que trabajábamos en los derechos humanos, hacer presentaciones públicas, tratando de convencer a todos los que estaban involucrados de la necesidad de imputar los casos de violencia sexual, de manera autónoma y separada de los casos de tortura (...) Y la otra fue darnos una estrategia hacia el Ministerio de la acusación, hacia los fiscales, y en ese sentido lo que hicimos es pedir una audiencia a la Procuración General de la Nación, les pedimos que nos recibieran y nos recibieron en Buenos Aires. Y ahí les planteamos que era importante que los fiscales ya imputaran estos delitos, porque el juez no podía ir más allá de lo que la acusación había planteado.

92. Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM); Instituto de Género, Derecho y Desarrollo (INSGENAR). *Amicus Curiae*. Causa No 4012 “Riveros, Santiago Omar y otros por privación ilegal de la libertad, tormentos, homicidio, etc.”. Juzgado Federal en lo Criminal y Correccional no 2 de San Martín. 9 de fevereiro de 2010.

Nessa reunião, as organizações reforçaram a necessidade de a Procuradoria investigar e denunciar os crimes de estupro e de violência sexual como crimes autônomos de lesa humanidade. Essa abordagem possibilitaria visibilizar a violência de gênero e oferecer uma reparação integral às vítimas. As duas entidades receberam do Ministério Público o compromisso de perseguir de forma autônoma os crimes sexuais e de manter uma colaboração mútua para identificar os casos e qualificar corretamente os delitos.

A partir do esforço de difusão do *amicus curiae*, as organizações notaram que muitos atores institucionais não entendiam que a violência sexual praticada contra mulheres durante a ditadura argentina tinha sido sistemática. Isso motivou, como relatou Susana, a iniciativa de realizar um trabalho de entrevistas com vítimas para ouvi-las sobre as violações sofridas em cativeiro. Esse projeto possibilitou que muitas vítimas tomassem consciência de ter sofrido violência sexual e deu origem ao livro *Grietas del Silencio* (2011), que reúne os testemunhos colhidos em diferentes locais do território argentino. Com a publicação, Susana contou que as organizações foram chamadas a fazer apresentações públicas do livro em vários lugares onde ocorriam julgamentos, e aproveitavam para distribuir exemplares para magistrados e promotores, como parte da estratégia de conscientização e de sensibilização.

Peru

No caso peruano, o *Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú* (IDEHPUCP) indicou, na resposta ao questionário, três marcos no processo de mobilização e de denúncia dos crimes sexuais praticados no conflito armado interno. O primeiro ocorre em 1982, quando, durante o conflito armado, o governo declarou estado de emergência nas regiões afetadas pela violência política, impondo controle militar e restrições às liberdades individuais e coletivas. Nesse contexto, organismos não-governamentais fizeram as primeiras denúncias por violações a direitos humanos e identificaram a prática de violações sexuais contra mulheres que denunciavam o desaparecimento ou detenção de seus parceiros, filhos ou familiares. No entanto, as denúncias tiveram pouco eco na opinião pública, e predominou o medo e a repressão.

O segundo marco compreende os anos de 1997 a 2000. Em 1997, foram veiculadas denúncias em jornais por mulheres das comunidades de Huancabamba (Piura) e de Anta (Cusco) que tinham sido submetidas a procedimentos de esterilização forçada no âmbito da política de saúde chamada “Antoconcepción Quirúrgica Voluntaria – AQV”, implementada no regime de Alberto Fujimori, entre 1996 e 2000. Segundo dados do CLADEM, 270 mil mulheres foram esterilizadas, em todo o país, no âmbito

dessa política. O alvo principal foram mulheres pobres de zonas rurais, indígenas (*quechuahablantes*) e analfabetas, sendo que algumas chegaram a ser sequestradas por se negarem a fazer a cirurgia. Como a maioria das vítimas não falava espanhol, tiveram dificuldade de acessar as instituições para buscar assistência ou denunciar o ocorrido.

Em 1999, as organizações não-governamentais DEMUS, CLADEM, Associação Pró Direitos Humanos (APRODEH), Centro Legal para Direitos Reprodutivos e Políticas Públicas (CRLP) e Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) apresentaram uma petição à CIDH contra o Estado peruano por violações aos direitos da senhora María Mamérita Mestanza Chávez, submetida sob coerção a um procedimento cirúrgico de esterilização que resultou na sua morte. Como visto, em 2003, foi firmado um Acordo de Solução Amistosa em que o Estado reconheceu a sua responsabilidade e se obrigou a adotar medidas de reparação e de prevenção, bem como a investigar e sancionar os responsáveis.

Entre 2012 e 2016, foram iniciadas novas investigações judiciais e produzidos novos estudos sobre o tema, que entrou para a agenda pública e eleitoral. Também foram organizadas campanhas de sensibilização e grupos de pressão que fortaleceram as demandas por justiça e reparação. Duas iniciativas podem ser destacadas nesse sentido. Em primeiro lugar, o lançamento da plataforma interativa *Quipu* com testemunhos de mulheres vítimas de esterilização forçada. O projeto constituiu um arquivo de memória coletiva que conta um pouco das histórias dessas mulheres e permite que sejam mais amplamente conhecidas.⁹³ Em segundo lugar, a organização da campanha *Somos 2074 y muchas más* por grupos de mulheres e vítimas, com o objetivo de dar visibilidade à política de esterilização forçada e às demandas por justiça e reparação.⁹⁴ O nome da campanha faz alusão ao número de mulheres que apresentam denúncia ao Ministério Público. Após 14 anos de espera, em que o caso ficou sob investigação preliminar, e diante da pressão das vítimas para que apresentasse a denúncia, a promotora Marcelita Guitierrez, responsável pela investigação na *Segunda*

93. A plataforma pode ser acessada em: <https://interactive.quipu-project.com/#/es/quipu/intro>. Nela se encontra a explicação do nome do Projeto: “Los quipus son cuerdas anudadas que fueron usadas por los Incas y antiguas civilizaciones andinas, para transmitir mensajes complejos. Este documental interactivo es una interpretación contemporánea de este sistema. A través de una línea de teléfono especialmente desarrollada y conectada a esta web, los testimonios de alrededor de 150 personas esterilizadas han sido recolectados. Esperamos que el número de voces siga creciendo y conectándose para así construir una comunidad en torno a este hecho en común.”

94. Para mais informações sobre a campanha “Somos 2074 y muchas más”, acessar: <http://www.demus.org.pe/campanas/somos-2074-y-muchas-mas/>. Há também uma página no facebook: <https://www.facebook.com/Somos-2074-y-Muchas-M%C3%A1s-496530317187709/>.

Fiscalía Provincial, determinou o arquivamento parcial do caso, em julho de 2016. A promotora entendeu que não havia um aparato organizado de poder responsável por executar as esterilizações forçadas. Descartou, assim, a configuração de crimes contra a humanidade e a responsabilidade do ex-ditador Alberto Fujimori e seus ministros de saúde. Em agosto, o promotor geral (*fiscal superior*) Luis Landa Burgos ordenou a reabertura do caso pela promotora Gutierrez para complementar as investigações.⁹⁵ Ao mesmo tempo, também em 2016, houve um avanço no campo das políticas reparatórias, com a abertura do registro de vítimas de esterilização forçada.⁹⁶

Por fim, o terceiro marco identificado pelo IDEHPUCP é o ano de 2016, em que teve início o primeiro julgamento pela prática de violência sexual durante o conflito armado contra 09 mulheres das comunidades Manta y Vilca (Huancavelica), estupradas por membros das Forças Armadas entre 1984 e 1991. O caso tinha sido remetido pela Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) ao Ministério Público, em 2003.⁹⁷ No entanto, em razão da complexidade do caso, desconhecimento do direito internacional dos direitos humanos e sua aplicação no direito interno, escasso conhecimento do enfoque de direitos humanos, gênero e interculturalidade, inadequada tipificação e falta de priorização, as investigações preliminares se estenderam até 2007, quando foi apresentada a denúncia. A ação penal, iniciada em 2009, manteve-se em etapa de instrução por quatro anos. Finalmente, em 8 julho de 2016, teve início o julgamento oral.

No caso peruano, como relatado por Maria Ysabel Cedano na entrevista concedida, o DEMUS adotou uma estratégia de litígio emblemático. Segundo a investigação realizada pela CVR, o caso Manta y Vilca demonstrou que havia uma prática sistemática e generalizada de violência sexual em algumas áreas no país, particularmente onde foram instaladas

95. Ver as notícias sobre o arquivamento e a determinação de reabertura do caso em: http://rpp.pe/peru/actualidad/fiscalia-archivo-caso-de-esterilizaciones-forzadas-noticia-982885?ns_source=self&ns_mchannel=articulo.body&ns_campaign=content.rel e <http://rpp.pe/politica/judiciales/fiscalia-superior-reabre-caso-de-esterilizaciones-forzadas-noticia-989434>. No entanto, durante a revisão final do presente estudo, em 7 de dezembro de 2016, a promotora Marcelita Gutierrez voltou a arquivar o caso. A organização peruana DEMUS apresentou recurso contra a decisão e considera apelar à CIDH, lembrando a solução amistosa firmada pelo Peru em um caso de esterilização forçada. Ver: <http://larepublica.pe/impresa/politica/830133-presentaron-recurso-de-queja-por-el-archivamiento-del-caso-esterilizaciones>

96. Segundo dados do Ministério da Justiça, em dezembro de 2016, o Registro já inclui 2000 vítimas de esterilização forçada. Essa informação foi prestada por Maria Ysabel Cedano, diretora do DEMUS, para a reportagem: <https://mundo.sputniknews.com/americalatina/201612131065515810-peru-esterilizaciones-fujimori/>.

97. A Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), que entregou seu relatório final em 2003, documentou dois casos emblemáticos de violência sexual: o caso Montesa e o caso Manta y Vilca, que foram remetidos ao Ministério Público para a tomada de providências relacionadas à busca por justiça.

bases militares. Isso porque a estratégia militar de arrasamento de comunidades incluía, ao lado do domínio do território, a prática da violência sexual como forma de submetimento. Por conta dessa dimensão, Maria Ysabel Cedano contou que o caso Manta y Vilca foi selecionado pelo DEMUS para compor a estratégia de litígio emblemático. A ideia é que a discussão do caso não se esgote nas violações individuais sofridas, mas permita ampliar a escala de observação para tratar das causas estruturais da violência sexual e da responsabilidade do Estado:

nosotras, cuando usamos un litigio emblemático, no es solo para alcanzar justicia en el caso individual. Es un litigio emblemático porque, con consentimiento de las patrocinadas, usamos el caso para avocar cambios culturales, cambios políticos y cambios sociales. Y además usamos el caso para modificaciones de leyes y políticas públicas que permitan, a través de medidas de no repetición, que avancemos en reconocimiento y garantía de derechos humanos. Por lo tanto, nosotras cuando litigamos Manta y Vilca no es solo porque queremos que las 24 [CVR, 2003b] mujeres que dieron sus testimonios a la CVR accedan a justicia y reparación, o que solo las 09 mujeres que estan en juicio oral accedan a lo mismo, sino lo que queremos es también que se reconozca que lo que sucedió en este país fue un crimen de lesa humanidad, de responsabilidad de un Estado y de gobiernos de turno. No queremos que esto quede como responsabilidad individual de militares, como si hubieran actuado sin haber recibido órdenes. Queremos evidenciar que en el Perú se ha llegado al extremo de que el propio Estado ordene violar o use la violación contra las mujeres. Si eso no se admite social y culturalmente, eso va hacer que continúe la impunidad en los casos de violencia sexual cotidianos.

Guatemala

Na Guatemala, o conflito armado interno foi encerrado com os Acordos de Paz de 1996, deixando um rastro de graves violações aos direitos humanos, entre as quais atos de violência sexual, como estupro, escravidão sexual e doméstica. A prática de violações sexuais de forma massiva, sistemática e generalizada, principalmente pelas forças de segurança do Estado, foi reconhecida pelo relatório da *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* (CEH) de 1999, bem como pelo *Informe de Recuperación de la Memoria Histórica* (REMHI), realizado em 1998 pela *Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala* (ODHAG). Apesar do reconhecimento oficial, por muito tempo, as vítimas ficaram em silêncio e não foram contempladas pelas iniciativas de reparação e justiça (ao menos não de forma equânime e adequada).

A partir de 2003, a *Unión Nacional de Mujeres Guatemaltecas* (UNAMG) e a *Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicosocial*

Comunitaria (ECAP) formaram o “Consortio Actoras de Cambio: mujeres en búsqueda de justicia”, com o objetivo de trabalhar com mulheres sobreviventes de violência sexual no conflito armado interno. Em entrevista concedida a essa pesquisa, Ada Valenzuela (UNAMG) relatou como foi desenvolvido esse trabalho:

Mientras ECAP trabajaba con la parte psicosocial de las mujeres, UNAMG trabajaba con la parte del empoderamiento y derechos humanos de las mujeres así como su organización. Porque todas pensamos, estamos convencidas que un paso fundamental para las mujeres hablen de lo que le han sucedido es el fortalecimiento personal de ellas a través de procesos de empoderamiento, que incluyen formación de organización y sobre todo para entender que la mujeres no están solas en ese proceso. (...) Se crearan metodologías específicas para trabajar el tema del empoderamiento con las mujeres, para trabajar el tema de su organización y, así digamos, se empezaron a conformar los grupos de las mujeres sobrevivientes a la violencia sexual durante la guerra con las cuales trabajamos sus procesos de formación y a las cuales todavía se les seguimos acompañando hasta ese momento.⁹⁸

Ao longo do trabalho, Ada contou como as mulheres passaram a compartilhar as experiências e a elaborar juntas o problema das causas e consequências da violência. Com isso também passaram a tomar consciência das conexões entre violência do passado e do presente e a reconhecer as raízes coloniais da violência sexual contra as mulheres na Guatemala:

(...) hemos ido construyendo al redor de esos años, hemos ido construyendo efectivamente y analizando como vemos la violencia sexual incluso en presente en el país y como se ha venido parte de un continuo de violencia a la vida de las mujeres guatemaltecas. Que la violencia sexual no tiene solamente un vínculo con la guerra, sino que tiene un vínculo desde la invasión colonial a nuestro país así como es todo un proceso histórico para entender porque la violencia sexual sigue siendo uno de los principales problemas que enfrentan las mujeres en el país.

Para além de voltar a atenção para as mulheres sobreviventes, o trabalho também buscava alcançar a sociedade guatemalteca de forma

98. No mesmo sentido: “El eje principal del trabajo de ECAP y de UNAMG, desde el inicio del acompañamiento a las mujeres sobrevivientes de violencia sexual, ha sido el empoderamiento desde una perspectiva integral. Este proceso ha incluido acompañamiento psicosocial, formación en derechos de las mujeres, recuperación de la memoria histórica, sensibilización social e incidencia política para la justicia y el resarcimiento, así como la realización de varios encuentros entre mujeres sobrevivientes.” (UNAMG, 2012, p. 15)

ampla. Nesse sentido, Ada destaca a importância das campanhas de sensibilização e de comunicação social:

pensábamos que uno era el trabajo con las mujeres para acompañarla a ellas en ese proceso para que pudieran hablar de lo que les había pasado hasta llegar (¿? 09:20) de un pequeño grupo de esas mujeres y pero también pensábamos era fundamental los seguimos pensando que la sociedad guatemalteca conoce a lo que paso a las mujeres en la guerra y que hay mujeres que sobrevivieron y que es responsable de esa violencia.

Desfeito esse consórcio inicial, a UNAMG e ECAP seguiram trabalhando em conjunto. A partir de 2009, aliaram-se também à organização *Mujeres Transformando el Mundo* (MTM) para planejar a iniciativa, realizada em março de 2010, do “Tribunal de conciencia contra la violencia sexual hacia las mujeres durante el conflicto armado interno en Guatemala”⁹⁹. Em contato com as vítimas, percebeu-se, primeiro, que muitas ainda tinham medo e receio de levar seus relatos a público. Segundo, que a principal demanda das mulheres era a de “*Ser escuchadas y que la gente sepa que no somos culpables*” (UNAMG, 2012, p. 16). Nesse diálogo, foi decidida a realização do Tribunal e definido o seu objetivo:

Visibilizar los efectos de la violencia sexual en la vida de las mujeres y en el continuum de violencia actual, a través de un mecanismo alternativo y reparador en donde sean escuchadas por personas que ellas reconocen con la autoridad moral suficiente para explicar las condiciones en las que fueron violadas, y determinar las causas y las consecuencias en las mujeres y en la sociedad de la violación y la violencia sexual cometidas durante el enfrentamiento armado. (In: UNAMG, 2012, p.16)

Inspirado no Tribunal de Tóquio, que tinha ocorrido em 2000, o Tribunal de Consciência Histórica, como é chamado, foi pensando a partir de uma estrutura correspondente ao sistema de justiça, com a presença de promotoras de consciência, juízas ou magistradas de consciência, produção de provas com a escuta dos testemunhos das vítimas¹⁰⁰ e perícias

99. Ver a publicação “Ni Olvido Ni Silencio” em: http://publicaciones.hegoa.ehu.es/assets/pdfs/279/Ni_olvido,_ni_silencio.pdf?1342173748

100. Importante destacar que, entre os testemunhos prestados, um dizia respeito a atos de violência sexual praticados durante uma desocupação de terras em 2007, “lo que permitió visualizar la continuidad de la violencia sexual como una estrategia de guerra en el pasado que sigue vigente en los conflictos del presente” (UNAMG, 2012, p. 19).

especializadas¹⁰¹ (UNAMG, 2012, p. 18). A ideia foi dar centralidade às vozes e às histórias das mulheres que testemunharam, em nome de todas as vítimas, perante o tribunal. As organizações fizeram um trabalho cuidadoso de acompanhamento das mulheres, de preparo aos testemunhos e de assistência psicológica. Acreditava-se que um exercício de catarse poderia trazer efeitos terapêuticos às vítimas e também efeitos pedagógicos à sociedade como um todo.

O julgamento foi realizado ao longo de dois dias, com tradução para seis idiomas maias, de forma pública e com ampla cobertura (UNAMG, 2012, p. 19). Como indicado pelo CAFCA em resposta ao questionário, o Tribunal buscou:

- Realizar una acción política y dignificante para las mujeres sobrevivientes de Violencia Sexual;
- Sensibilizar a la sociedad sobre la violencia sexual como un problema social y no únicamente de las mujeres;
- Demostrar que la violencia sexual fue una estrategia de guerra y constitutiva de genocidio y de feminicidio;
- Demandar al Estado acciones integrales de reparación y en contra de la impunidad sobre violencia sexual en el pasado y presente.

Após o relato do caso pelas promotoras, a escuta dos testemunhos e apresentação das perícias especializadas, as magistradas de consciência fizeram seu pronunciamento final, em que reconheceram que os atos de violência sexual praticados durante o conflito são crimes contra a humanidade e, portanto, são delitos imprescritíveis e, quase em sua totalidade, imputáveis ao Estado.¹⁰² Dessa forma, o julgamento foi um ato político e de justiça simbólica que retirou a culpa das mulheres e atribuiu a responsabilidade ao Estado pelas violências sexuais sofridas.

Ainda no âmbito das iniciativas de assistência às vítimas, vale destacar que o *Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas* (CAFCA), membro da RLAJT, também tem realizado um projeto com mulheres da etnia maya q'eqchi', em Alta Verapaz. Como informado na resposta ao questionário, o trabalho busca oferecer ferramentas, jurídicas ou não, para que as mulheres obtenham uma reparação integral, digna e transforma-

101. As perícias especializadas abordaram o tema da violência sexual contra as mulheres no conflito armado a partir de diferentes perspectivas: estratégia militar, gênero, psicossocial, médico, antropológico, cultural e jurídico-doutrinário (UNAMG, 2012, p. 20).

102. Ver pronunciamento do Tribunal de Consciência História em: <http://www.ecapguatemala.org.gt/publicaciones/pronunciamento-tribunal-de-conciencia-guatemala-2010>

dora, seguindo os parâmetros internacionais dos direitos humanos. Nessa linha de atuação, o CAFCA desenvolveu um trabalho comunitário que envolveu a coleta de testemunhos individuais de mulheres pertencentes a seis comunidades, de testemunhos coletivos que serviram de subsídio a petições e a denúncias, bem como a realização de encontros e atividades. As mulheres sobreviventes passaram a se organizar em Comitês de Mulheres Vítimas do Conflito Armado Interno e, com o apoio do CAFCA, construíram os chamados *Memoriales de Agravio* – que contêm uma descrição das violações sofridas durante o conflito – e atuam perante os órgãos do Estado para apresentar suas demandas de reparação e de justiça (ODHAG, 2014, pp. 12-13).

Em seus desdobramentos, o Tribunal de Consciência Histórica abriu as portas para a articulação de denúncias formais para a persecução penal dos responsáveis pela prática de crimes sexuais no período do conflito. As três organizações (UNAMG, ECAP e MTM) unidas na “Aliança Rompendo o Silêncio” deram suporte às 15 mulheres da etnia maya q’eqchi’ que levaram à justiça uma denúncia pela escravidão sexual e doméstica a que foram submetidas no destacamento militar de Sepur Zarco durante o ano de 1982.

A judicialização do caso Sepur Zarco seguiu uma linha de litígio estratégico, que busca o acesso à justiça formal e o envolvimento da sociedade em seu conjunto e das instâncias do Estado. Segundo as organizações que compõem a *Alianza Rompiendo el Silencio y la Impunidad*, o litígio estratégico “se impulsa con el propósito de producir un impacto social a través del derecho, fortalecer las instituciones del sistema de justicia, identificar las fortalezas y debilidades de las instituciones de justicia, promover el debate público y educar a la sociedad, así como fortalecer la actoría de las mujeres en todo el proceso”. No mesmo sentido relatou Ada Valenzuela, na entrevista concedida, que o litígio estratégico envolve uma atuação no campo jurídico, mas também no campo de sensibilização e de acompanhamento no nível comunitário. Segundo Ada, “san varias cosas que se fueran haciendo para poder posicionar en la agenda pública, en la agenda política y en la agenda legal el caso de las mujeres de Sepur Zarco”. Essas ações envolveram entrevistas com as vítimas e testemunhas-chave, mas o mais importante, para Ada, foi “mantener la cohesión del grupo, acompañarles en cada etapa del proceso, superar el miedo y los problemas de salud que algunas padecen”.

Diversos componentes integraram o litígio estratégico desenvolvido no âmbito do caso Sepur Zarco, como destaca um informativo da *Alianza Rompiendo el Silencio y la Impunidad*:

- Estrategia Jurídica: Incidir en el ámbito de justicia, desde una mirada crítica y estratégica del derecho penal e internacional de DDHH, humanitario y de las mujeres.
- Estrategia Política: Impulsar la perspectiva y reflexión feminista en la justicia transicional, a partir de casos de violencia y esclavitud sexual y doméstica contra las mujeres cometidos por fuerzas armadas.
- Estrategia Comunicacional: Posicionar la violencia sexual contra las mujeres ejercida por fuerzas armadas, como un crimen de trascendencia internacional.
- Estrategia Psicosocial: Desde la generación de capacidades para afrontar los efectos psicosociales de la violencia, fortalecer el liderazgo y actoría comunitaria de las mujeres en la defensa de sus derechos humanos.
- Estrategia de Seguridad: Desarrollar mecanismos para afrontar riesgos y vulnerabilidades en el litigio estratégico de casos de violencia sexual contra mujeres¹⁰³

Colômbia e México

Por fim, nos conflitos que se desenrolam na atualidade, na Colômbia e no México, a articulação entre grupos de mulheres, organizações de direitos humanos e movimento feminista também tem um papel central na visibilização da violência sexual. Na Colômbia, segundo indicado pela Universidad de Rosario no questionário enviado, destaca-se o trabalho de organizações de mulheres, principalmente a *Corporación Sisma Mujer*, *Corporación Humanas*, a *Iniciativa de Mujeres por la Paz* (IMP), a *Casa de la Mujer*, *Dejusticia* e a *Ruta Pacífica*. Todas elas têm representado vítimas de violência sexual no marco do conflito armado.

No caso mexicano, o contexto de extrema violência contra as mulheres e de impunidade dos agentes do Estado envolvidos tem sido respondido por uma potente mobilização feminista. Diversas organizações, dentro e fora do país, desenvolvem ações e campanhas de combate à discriminação e à violência contra as mulheres. Em uma aliança composta atualmente por 49 organizações de direitos humanos e de mulheres de 21 estados e

103. Ver: "Caso Sepur Zarco, la lucha de las mujeres por la justicia". Disponível em: <https://www.mpdl.org/sites/default/files/160210-dossier-alianza-rompiendo-silencio.pdf>. O caso foi julgado em fevereiro de 2016 e foi a primeira vez que um tribunal nacional condenou agentes do Estado pela prática de atos de violência sexual enquanto crimes contra a humanidade. Adiante o caso será retomado.

do distrito federal, foi constituído o *Observatorio Ciudadano Nacional del Femicidio (OCNF)*, com o objetivo de monitorar e exigir respostas das instituições responsáveis por prevenir, investigar e punir os casos de violência contra as mulheres e feminicídio. A atuação do Observatório envolve um trabalho de documentação, de assistência às vítimas, principalmente voltada ao acesso à justiça, e de diligências junto a instituições do Estado.¹⁰⁴

Também se destacam iniciativas movidas pelas vítimas, como as mulheres de Atenco¹⁰⁵. Entre as 26 vítimas desse episódio, 11 mulheres apresentaram uma denúncia contra o Estado mexicano perante a CIDH, diante da falta de acesso à justiça no país.¹⁰⁶ Em 2014, o grupo de mulheres iniciou a campanha “Rompiendo el silencio; todas juntas contra la violencia sexual”, com o objetivo de visibilizar a prática de violência sexual por parte de integrantes do Exército Mexicano:

Rompiendo el silencio tiene como objetivo visibilizar el patrón sistemático de la tortura sexual que enfrentan las mujeres mexicanas que son detenidas por agentes policiales, militares o marinos en la supuesta política de seguridad de Estado, donde en aras de asegurar una protección a la sociedad, se tortura. Asimismo, se evidencia que la tortura y la represión son mecanismos de control social que ejecuta el Estado con diferentes objetivos: de represión, intimidación, humillación, generación de pruebas inculporias y muchos otros.¹⁰⁷

As mulheres de Atenco também organizaram um projeto artístico chamado “Mirada Sostenida”, que busca ressignificar suas memórias individuais e coletivas. Cada uma elegeu um lugar que tenha sido significativo nesse processo para voltar a ele e buscar se reconciliar com sua história. Mesmo com idades variadas, distintas nacionalidades e ocupações, as mulheres se uniram para se apoiar de forma mútua e levar ao debate público a violência que sofreram. Assim:

Lo que las une y mantiene organizadas es el deseo de transformar algo desde sí mismas; reconstruir un proceso de sanación y justicia,

104. Para mais informações, ver: <http://observatoriofemicidio.blogspot.com.br/p/quienes-somos.html>

105. Nos dias 3 e 4 de maio de 2006, membros das forças de segurança mexicanas exerceram uma repressão brutal contra ativistas e pessoas solidárias à Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra (FPDT), nos povoados de Texcoco y San Salvador Atenco, Estado do México. 47 mulheres foram detidas e sofreram torturas sexuais nas mãos dos policiais que participavam do operativo. Entre as vítimas, 26 mulheres denunciaram as agressões sexuais sofridas.

106. As 11 mulheres denunciantes da tortura sexual em Atenco são: Ana María, Italia, Claudia, Cristina, Edith, Mariana, María Patricia, Norma, Patricia, Gabriela y Yolanda.

107. Mais informações sobre a campanha em: <http://centroprodh.org.mx/rompiendoelsilencio/>

garantizar que la historia no se repita y, principalmente, romper el silencio y pronunciar su palabra con la fuerza suficiente para hacer cimbrar a este país.¹⁰⁸

Todas essas movimentações colocaram o problema da violência sexual na agenda dos países da região e impulsionaram a apresentação de denúncias. No entanto, as demandas por justiça sofreram resistências relacionadas a padrões discriminatórios contra as mulheres e a outros impasses ligados à judicialização de crimes sexuais no âmbito da justiça de transição.

3. Obstáculos ao acesso à justiça e à responsabilização penal

Registra-se, entre os países membros da RLAJT, um reduzido número de denúncias formais e de sentenças finais condenatórias pela prática de crimes sexuais nos períodos de conflitos armados e ditaduras. A partir dos questionários respondidos pelos membros, é possível verificar que apenas Argentina, Colômbia e Guatemala possuem casos de violência sexual sentenciados. Chile, Peru e Uruguai apresentam casos em tramitação na justiça, mas nenhum possui sentença final. O México também conta com ações penais em curso, mas nenhuma acusação envolve membros de postos mais altos da cadeia de comando. Por fim, no Brasil e em El Salvador, não há nenhum caso específico de crime sexual judicializado.¹⁰⁹

Diante desse quadro, é importante ressaltar, inicialmente, que a judicialização de crimes sexuais praticados em períodos de ditaduras e de conflitos armados enfrenta obstáculos que são típicos à justiça de transição de modo geral, tais como: i) a adoção de medidas de impunidade, a exemplo das leis de anistia; ii) a prescrição dos crimes, uma vez capitulados como crimes comuns; e iii) as dificuldades probatórias, tendo em vista que, via de regra, o próprio Estado violador busca ocultar os crimes praticados e eliminar seus vestígios.¹¹⁰

108. O projeto "Mirada Sostenida" pode ser acessado em: <http://miradasostenida.net/>.

109. Os dados estão atualizados até o mês de outubro de 2016, uma vez que a pesquisa foi finalizada em novembro. Vale registrar que, quando o estudo estava em etapa de revisão final, na primeira semana de dezembro, foi apresentada no Brasil e primeira denúncia por crime sexual. A denúncia foi oferecida pelo Grupo Justiça de Transição do Ministério Público Federal contra o ex-paraquedista Antônio Waneir Pinheiro de Lima ("Camarão"), acusado de obrigar, mediante violência, a ex-presa política Inês Etienne Romeu a "conjunção carnal", nos termos do artigo 213 do Código Penal. Inês Etienne Romeu, já falecida, foi a única sobrevivente do centro clandestino de detenção e desaparecimento mantido pelo Exército na cidade de Petrópolis (RJ), conhecido como "Casa da Morte". Em depoimento prestado ainda durante a ditadura, Inês relatou ter sido estuprada duas vezes pelo acusada. Ver a notícia sobre a denúncia em: <http://oglobo.globo.com/brasil/carcereiro-da-casa-da-morte-denunciado-pelo-mp-20585511#ixzz451HfqOe2>

110. Ver, a esse respeito, (Osório, 2016).

Para além dessas dificuldades de ordem geral, a judicialização de crimes sexuais apresenta desafios próprios. Em primeiro lugar, incidem barreiras específicas que também são enfrentadas pelas vítimas de violência sexual em tempos de paz ou de democracia.¹¹¹ O sentimento de vergonha, de culpa e de constrangimento, o medo do estigma social, o risco de re-vitimização (ou vitimização secundária) e o caráter hostil das estruturas institucionais são fatores compartilhados que contribuem para silenciar e marginalizar as vítimas de crimes sexuais, tanto nos processos de justiça transicional como de justiça comum ou ordinária.

Em segundo lugar, os obstáculos típicos da judicialização da justiça de transição adquirem especificidades no caso de crimes sexuais, na medida em que as demandas judiciais enfrentam dificuldades extras para: contornar as medidas de impunidade; obter o reconhecimento dos crimes sexuais como crimes contra a humanidade; neutralizar a influência política de setores civis e militares; satisfazer as exigências probatórias; e demonstrar a autoria dos crimes.

O problema de acesso à justiça e da responsabilização será tratado, portanto, a partir desses dois pilares: i) obstáculos específicos relacionados aos crimes sexuais; e ii) obstáculos da justiça de transição aplicados aos crimes sexuais.

3.1 Obstáculos específicos relacionados a crimes sexuais

A CIDH e a Corte IDH entendem que o acesso à justiça constitui a primeira linha de defesa dos direitos humanos das mulheres vítimas de violência sexual (CIDH, 2007, par. 6). Esse direito abrange a garantia de uma proteção judicial efetiva, capaz de preservar a segurança das vítimas e de oferecer respostas eficazes e em tempo razoável. Assim, o dever de devida diligência dos Estados não se esgota na existência formal de recursos judiciais, mas exige que estejam disponíveis e que sejam adequados e efetivos. A denegação da justiça ou o atraso injustificado nas investigações representam um descumprimento desse dever e uma violação aos direitos das vítimas e das famílias de acessar o Judiciário. Além disso, a obrigação dos Estados também envolve a adoção das medidas necessárias para esclarecer a

111. A divisão entre obstáculos próprios da justiça de transição e obstáculos específicos para casos de crimes sexuais foi inspirada pela apresentação do Marcelo Torelly na mesa de debates da RLJIT sobre judicialização de crimes sexuais na América Latina. Os vídeos da mesa estão disponíveis em: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>. A apresentação feita por Marcelo Torelly, intitulada “Desafios da Justiça de Transição: enfrentamento de crimes sexuais” também está disponível em: https://www.academia.edu/26433763/Desafios_da_Justi%C3%A7a_de_Transi%C3%A7%C3%A3o_enfrentamento_de_crimes_sexuais

verdade sobre o ocorrido, reparar as pessoas atingidas e julgar e sancionar os responsáveis (CIDH, 2011, pars. 21-24).¹¹²

No ponto agora enfrentado, interessa analisar especificamente a influência que os padrões de discriminação contra a mulher exercem dentro do sistema de justiça, como fator que inibe as denúncias, que provoca revitimização e que favorece a impunidade e a continuidade da violência. Essa análise se apoiará principalmente em dois relatórios da CIDH sobre a situação do acesso à justiça a mulheres vítimas de violência no continente latino-americano: *Acceso a la justicia para las mujeres víctimas de violencia en las Américas* (2007) e *Acceso a la justicia para mujeres víctimas de violencia sexual en Mesoamérica* (2011).

De início, é importante ter como pano de fundo o problema da seletividade do sistema penal, que define os bens jurídicos a resguardar, os sujeitos a perseguir e as vítimas a proteger. Como notam Balardini, Oberlin e Sobredo, essa seleção não é feita apenas pela legislação, que determina quais condutas são reprováveis penalmente, “pero también y fundamentalmente a través de la práctica cotidiana de los operadores de la justicia y el accionar de otros segmentos del sistema penal, como la Policía” (Balardini *et al*, 2011, p. 198).

No relatório de 2011, a CIDH faz um balanço das condições inadequadas dentro dos procedimentos judiciais que dificultam a apresentação de denúncias pelas vítimas de violência sexual na América Central. Em geral, os fatores elencados se aplicam, de forma mais ampla, aos demais países do continente, e dizem respeito à situação das vítimas de violências do passado e do presente:

Las víctimas de violencia sexual siguen enfrentando condiciones inadecuadas para interponer debidamente sus denuncias ante las autoridades pertinentes. No se tiende a garantizar el derecho a la privacidad. Los procedimientos son sumamente formales, complicados y largos. Además, resultan muy costosos y conducen a las mujeres a desistir de los mismos, lo que se agrava con la falta de información y asesoría. Otro factor que resulta determinante para que las víctimas no denuncien es la ineffectividad de las medidas de protección, en particular, las encaminadas a ofrecer

112. A Recomendação 28 do Comitê da CEDAW inclui entre as obrigações do Estado de eliminar a discriminação contra a mulher a adoção de “medidas que aseguren que las mujeres puedan presentar denuncias en caso de violaciones de los derechos consagrados en la Convención y tengan acceso a recursos efectivos”, el establecimiento de “mecanismos de protección jurídica de los derechos de la mujer en pie de igualdad con el hombre”, y el “asegurar, mediante los tribunales nacionales y otras instituciones públicas competentes, la protección efectiva de la mujer contra todo acto de discriminación”.

protección a las víctimas de actos de violencia inminentes; medidas que con frecuencia no gozan de una implementación efectiva (CIDH, 2011, par. 12).

Soma-se ainda o desconhecimento das mulheres em relação aos próprios direitos e a falta ou o precário acesso à informação e assistência jurídica oferecida pelo Estado. Essas limitações são particularmente graves para mulheres de zonas rurais, indígenas, migrantes, afrodescendentes ou em situação de pobreza. Nesse sentido, em entrevista concedida para esse estudo, Ada Valenzuela destacou como, na Guatemala, o problema do deslocamento das mulheres aos centros urbanos, onde se concentram os serviços de administração da justiça, constitui um obstáculo central à formalização das denúncias e à participação nos processos.

A CIDH tem chamado atenção para a necessidade de os Estados, na prestação jurisdicional, levarem em conta a intersecção de formas de discriminação e de fatores de risco combinados que atingem as mulheres vítimas de violência, tais como idade, raça, etnia, posição econômica, situação de migrante e deficiência (CIDH, 2011, par. 21). As diferentes experiências e necessidades das mulheres devem ser consideradas, portanto, na garantia de acesso à justiça e de proteção judicial. Em particular, os direitos das mulheres indígenas, segundo a Convenção 169 da OIT, incluem o “acceso a la justicia respetando su cosmovisión, tradiciones, cultura e idiomas” (CIDH, 2011, par. 35). Não obstante, os sistemas de justiça seguem despreparados para oferecer serviços de tradução e para atender as mulheres em seus próprios idiomas, como também pontuou Ada Valenzuela sobre o contexto guatemalteco:

el sistema de justicia no está preparado todavía precisamente para atender a las mujeres en su propio idioma. Eso es uno de los obstáculos más grandes, lo cual hay representado grandes retos, no solo para nosotras, sino para las mujeres porque parece que las mujeres son las que necesitan traductor y no el sistema de justicia. Cuando quienes en realidad debería necesitar la traducción es el sistema de justicia porque esas mujeres eran las víctimas de la violencia y tenían derecho a ser atendidas en su propio idioma. Casi en la mayoría de las veces, las organizaciones fuimos las que tuvimos que proporcionar la traducción para que las mujeres pudieran estar atentas al que pasó en todo el proceso legal.

Por um lado, as mulheres não são incentivadas ou assistidas para denunciar as violações. Por outro lado, quando buscam o sistema de administração da justiça ou serviços de saúde, a resposta estatal é deficiente, e a atuação das instituições reproduz os padrões socioculturais discriminatórios contra as mulheres. Em resposta ao questionário enviado, o

CELS reforçou esse entendimento ao apontar que “uno de los obstáculos [a la judicialización] es la renuencia a investigar los delitos sexuales por parte de un poder judicial que en los hechos y en su mayoría es sexista y discriminatorio”.

Um conjunto de ações pode demonstrar essa atuação. Muitas vezes, na primeira entrevista com as vítimas, os funcionários do sistema de justiça ou de saúde fazem perguntas capciosas, questionam aspectos íntimos e da vida privada da vítima, emitem juízos de valor moral, e até divertem-se com os detalhes da violência sofrida. Também reproduzem discursos sociais que minimizam a gravidade dos atos de violência sexual, responsabilizam as mulheres por tê-los provocado e justificam os atos pelo histórico sexual das vítimas (CIDH, 2011, pâr. 17). Nesse sentido, a CIDH exemplifica: “después de hacer preguntas sobre las circunstancias de modo, tiempo, y lugar, siguen otras como: “¿Y usted gritó?”, “¿Se encontraba sola?”, “¿Porqué no intentó detenerlo?”, y otras tendientes a acreditar la conducta moral de la persona” (CIDH, 2011, par. 266). Em todas essas condutas, é destacada a influência de estereótipos de gênero, entendidos como pré-concepções sobre atributos, características e papéis que homens e mulheres deveriam desempenhar, que reforçam a discriminação estrutural contra as mulheres (CIDH, 2007).

A respeito da hostilidade dos espaços institucionais, a advogada da *Corporación Humanas*, Daniela Quintanilla, entrevistada nesse estudo, relatou suas impressões sobre o ambiente judicial durante o trabalho de acompanhamento das mulheres para ratificar as denúncias ou para prestar declarações:

es un espacio muy hostil, o sea, las declaraciones sobre estos hechos tan delicados, tan difíciles de transmitir en un relato, para la propia víctima, se tiene que hacer en un tribunal donde hay un espacio abierto con siete escritorios, donde tu estas sentada contando esto que te pasó mientras pasan por atrás personas que van hacer otras diligencias, donde pueden pasar incluso agentes perpetradores que son citados a declarar en el mesón del lado.

Os operadores judiciais também utilizam vocabulários sexistas e colocam a palavra das vítimas em dúvida, questionando a credibilidade das declarações, que são feitas – vale lembrar – com um enorme custo emocional e psíquico. Os funcionários acusam a demora em denunciar o ocorrido e as eventuais lacunas ou imprecisões dos relatos como indicativos de uma ausência de veracidade dos testemunhos. Essas práticas institucionais discriminatórias que, de forma sistemática, desacreditam, culpabilizam e estigmatizam as mulheres, resultam em um processo

constante de revitimização. O medo dessa reatualização da violência leva muitas vítimas a desistir no caminho ou a sequer buscar justiça. Nesse sentido, destaca a CIDH:

los principales obstáculos que encuentran las mujeres cuando acceden a la justicia es la falta de sensibilización de algunos y algunas operadoras de justicia al momento de escuchar las declaraciones testimoniales de la víctima y/o sobrevivientes de la violencia sexual, así como la estigmatización y etiquetamiento de las mujeres que son abusadas sexualmente (CIDH, 2011, par. 170)

Ao invés de o interrogatório ser realizado uma única vez por uma equipe interdisciplinar e capacitada para abordar o tema, em geral as vítimas são obrigadas a repetir sua versão e reiterar suas declarações diversas vezes, o que as força a reviver a experiência traumática. Além disso, ou não existem protocolos de atenção e de primeira entrevista, ou, quando existem, não são aplicados (CIDH, 2011, par. 187-189). A CIDH também destaca o desconhecimento pelos operadores judiciais dos direitos das mulheres consagrados nas normas nacionais e internacionais (CIDH, 2011, par. 192).

Outro fator que dificulta o desenvolvimento de políticas públicas judiciárias atentas ao gênero é a ausência de dados e estatísticas confiáveis sobre a violência sexual. A expressiva subnotificação desses crimes, que gera as chamadas cifras ocultas, impede que se calcule as dimensões reais do problema. Os sistemas de informação são inefetivos e falhos na tabulação de variáveis que permitiriam diagnosticar a incidência dos crimes sexuais de acordo com gênero, etnia, raça, e outros classificadores (CIDH, 2011, par. 20). Essa deficiência de informação atinge os crimes da atualidade, mas também aqueles praticados em passados recentes de ditaduras ou de conflitos armados. Note-se, por exemplo, as diferenças numéricas levantadas no Peru: inicialmente, a Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), que encerrou seus trabalhos em 2003, identificou 538 casos de violação sexual, enquanto, até 2015, o Registro Único de Vítimas computava 3.063 casos de violência sexual (Burt, 2015).

A subnotificação é sintomática da desconfiança das vítimas em relação ao sistema de justiça. Além de todos os fatores já mencionados que inibem a denúncia, essa desconfiança decorre também do padrão de impunidade sistemática dos crimes sexuais no continente latino-americano (CIDH, 2007). Ativa-se um ciclo vicioso em que a impunidade é reforçada e reforça a aceitação social do fenômeno da violência sexual e a sua reprodução. Em resposta ao questionário enviado, a Universidad de Rosario chamou atenção para os alertas de organismos internacionais a respeito da situação de impunidade relacionada aos crimes sexuais na Colômbia.

Para a CIDH, “el hecho que no se haya investigado, procesado y castigado a los responsables de violaciones y otras formas de violencia por motivo de género, ha contribuido a crear en Colombia un clima de impunidad que perpetúa la violencia contra las mujeres y contribuye al aumento de la violencia en general” (CIDH, 2006, par. 221).

Na entrevista concedida, Susana Chiarotti também foi precisa em mostrar a relação entre impunidade e o desestímulo à denúncia:

una vez que vencen esas dificultades para hablar y llegan ante a los jueces, como fue con la causa Campo de Mayo, y se animan a contar, haciendo un esfuerzo grandísimo, lo peor que les puede pasar es que el juez no las escuchen, ¿no? Yo creo que esta además del estigma sobre la persona que sufre violencia sexual como un problema grave. Y el otro problema, también parece que empieza, pero que va invisible por detrás, es el alto nivel de impunidad que tienen las causas de violencia sexual, en la justicia ordinaria y en la justicia extraordinaria para estos casos. Si vos mirás los índices de impunidad, que superan el 97% en la mayoría de los países para los casos de violencia sexual, te explicá por qué las víctimas se niegan a denunciar y describir ante un público en la audiencia este tipo de delito. Porque es como someterse a una máquina trituradora de carne para después no conseguir ningún resultado.

Isso acarreta um cenário de esvazimento das investigações. Se, por um lado, as vítimas tendem a não denunciar, por outro, não há iniciativa ou provocação por parte dos operadores do sistema de justiça, que em geral teriam o dever de atuar de ofício. Mesmo nas causas relacionadas a direitos humanos, em regra, não são feitas perguntas específicas sobre o sofrimento de violências sexuais, ao contrário de outras violações que são objeto de questionamento explícito dos investigadores.

Quando ocorre a apresentação de denúncias, de modo geral, são as vítimas que relatam espontaneamente. Ainda assim, não há garantia de que a declaração conduza a uma investigação específica ou a uma acusação formal. Note-se, a esse respeito, o exemplo da Argentina. No início do processo de justiça, reaberto a partir de 2006, as vítimas expunham a violência sexual sofrida nos seus testemunhos, mas os crimes não apareciam de forma destacada, nem nas acusações do Ministério Público, nem nas decisões judiciais. Como afirmou Carolina Varsky, na entrevista concedida: “no es que los testigos no lo relataron, sino que fueron invisibilizados o eran tratados como parte integrante de la tortura a la que fueron sometidos estos hombres y mujeres”.

Com relação ao caso peruano, Julissa Mantilla Falcón destaca dificuldades específicas no tratamento dos crimes e das provas:

Si bien hay aspectos comunes que dificultan el desarrollo de los procesos judiciales de violaciones de derechos humanos - como la falta de colaboración del Ministerio de Defensa en la entrega de información, la falta de recursos de las víctimas para lograr una representación legal apropiada o la prescripción de los delitos -, los casos de violación sexual presentan matices específicos. Por ejemplo, los problemas en la tipificación penal, las deficiencias en la realización de pericias psicológicas y la programación de diligencias que vulneran la dignidad de las víctimas (Mantilla Falcón, 2015, p. 44).

Mantilla Falcón chama atenção para as falhas do serviço de perícia psicológica, seja por não agregar dados relevantes aos processos judiciais, seja pela escassez de pessoal e de domínio do idioma de mulheres indígenas. Também critica a realização de diligências invasivas, como exames físicos (a despeito da distância temporal dos fatos) ou exames de DNA que colocam em dúvida a palavra das vítimas sobre os filhos nascidos em decorrência do estupro. Soma-se a isso o fato de que “la policía y los operadores jurídicos – incluidos los traductores - no reciben formación en género ni en investigación de violencia sexual” o que “impide que las víctimas reciban un adecuado tratamiento y acompañamiento en el proceso judicial y lleva a que, en muchos casos, desistan de denunciar o abandonen el proceso” (Mantilla Falcón, 2015, p. 44).

Por sua vez, as dificuldades enfrentadas pelas vítimas no caso Sepur Zarco, que foi a julgamento na Guatemala em fevereiro de 2016, demonstram como a nomeação dos crimes sexuais incomoda e ativa o recurso a estratégias de conteúdo discriminatório explícito com a intenção de inibir e intimidar as vítimas. Na entrevista concedida ao presente estudo, Ada Valenzuela comentou sobre a campanha midiática articulada no início do julgamento, na tentativa de deslegitimar a demanda das mulheres:

hicieran con el caso de Sepur Zarco, una campaña mediática muy fuerte, de mucha agresividad para las abogadas, para las organizaciones, por supuesto también para las mujeres. Porque una cosa es que “nos acusan de genocidio”, pero otra cosa es que “nos acusan de violadores”, y eso si les tocó mucho a los militares en el país. Incluso se atrevieron a llamar las mujeres prostitutas y decir que las mujeres se iban a prostituir en el destacamiento militar.

A ofensiva buscava, portanto, desqualificar a denúncia por meio de um contra-discurso que tentava desabonar a conduta das vítimas. Na sequência, a entrevistada falou sobre o impacto que o risco da impunidade, nesse caso, causou sobre as vítimas. Para tanto, ela explicou por que, durante todo o julgamento, as mulheres mantiveram os seus rostos cobertos por panos:

me atrevería a decir que las mujeres pasaran por un ciclo difícil al principio del juicio, con mucha incertidumbre a no saber que iba pasar. Incluso, la presidenta del colectivo de las mujeres, en una conferencia de prensa que hicimos una semana después del juicio, cuando la gente preguntó “por que no se descubre la cara?” (yo creo que allí entendí muy bien como ellas estaban viviendo ese proceso porque) ella dijo a los medios de comunicación: “nosotras no podemos destapar la cara porque no sabemos cuál va a ser el resultado de eso juicio. Imagínense que dejen libres los acusados, como vamos a quedar nosotras frente la sociedad?”. Entonces ellas habían mucho miedo, miedo de perder el juicio, miedo de que no les creyeran lo que había pasado, medo de que dejen libres los acusados, miedo de lo que la sociedad dijera.¹¹³

Ao lado de todos esses obstáculos próprios à judicialização de crimes sexuais, outras condições adversas, mais diretamente relacionadas aos processos transicionais, contribuíram para dificultar o acesso à justiça pelas vítimas de violência sexual e a responsabilização dos perpetradores.

3.2. Obstáculos da justiça de transição aplicados aos crimes sexuais

Os processos de justiça desenrolados nos países do continente americano após períodos de repressão e de conflitos armados não seguiram um percurso uniforme ou linear. Em cada contexto nacional, diversos elementos se combinaram para preparar o terreno da judicialização: mudanças políticas, pressão internacional, mobilização da sociedade civil e atuação de atores institucionais, principalmente do sistema de justiça, são alguns fatores que influenciaram nas possibilidades de avanço da persecução penal contra perpetradores de violações a direitos humanos (Burt, 2011). Do mesmo modo, nenhum país está livre dos riscos de retrocessos ou de reviravoltas em seus processos transicionais, em detrimento das demandas de justiça.

Como demonstrado no estudo da RLAJT produzido por Carla Osmo a respeito da *Judicialização da Justiça de Transição na América Latina*, a superação das leis de anistia não é uma condição necessária, e muitas vezes

113. De modo geral, a opção de cobrir os rostos foi uma alternativa para resguardar a identidade das mulheres diante das condições de insegurança no país: “Debido a las condiciones de inseguridad en Guatemala, y a que los victimarios permanecen libres, fue necesario resguardar, en la medida de lo posible, la identidad de las mujeres. No solo la identidad de sus nombres sino la de sus rostros. Esto último se logró utilizando chales originarios a las mujeres mayas, las cuales constituyen la mayoría de víctimas del conflicto. Estos chales se han convertido en emblema del coraje, la decisión y la dignidad de las mujeres que no olvidan, no callan y no renuncian a pesar de las amenazas que implica sacar del silencio estos crímenes y señalar a los responsables materiales y intelectuales” (Alianza Rompiendo el Silencio y la Impunidad, 2013, p. 38)

não é suficiente para garantir o sucesso das iniciativas de responsabilização criminal. Muitos países desenvolveram estratégias para contornar leis de anistia que seguem vigentes, enquanto em outros, as leis foram afastadas, mas outros mecanismos continuam a assegurar a impunidade pelos crimes do passado (Osmo, 2016).

De modo geral, os avanços na judicialização são promovidos de forma gradual e a partir de estratégias de priorização de casos. Essas estratégias se aproveitam de brechas nas leis e de pressões internas e externas, e se apoiam em teses que teriam ou têm maior chance de aceitação pelo Poder Judiciário. Por isso, é comum que o primeiro bloco de casos levados à justiça se relacione a crimes de desaparecimento forçado e de homicídio. A partir do amadurecimento da jurisprudência e da consolidação de alguns entendimentos basilares é que o raio de ação se amplia para considerar outras violações, como as de natureza sexual.

Entre os países da RLJT, Brasil e El Salvador ainda não conseguiram avançar a responsabilização penal de forma ampla, de modo que os esforços ou iniciativas para a judicialização de crimes sexuais encontram-se barrados na origem. Nos países em que existem casos judicializados, as barreiras iniciais foram, de uma forma ou de outra, contornadas, ainda que de maneira parcial ou, por vezes, precária. Por diferentes vias, as leis de anistia da Argentina, Chile, Uruguai¹¹⁴, Peru e Guatemala foram superadas ou têm sido afastadas judicialmente em casos de crimes contra a humanidade (Osmo, 2016). Esses países já possuem, portanto, um histórico de responsabilização criminal por graves violações a direitos humanos, mesmo que persistam desafios importantes. Não obstante, também entre eles, verifica-se uma baixa judicialização de casos de crimes sexuais, comparativamente a outras violações, o que reflete a existência de barreiras à formulação e ao recebimento das denúncias. No âmbito dos casos levados à justiça, por sua vez, incidem barreiras ao processamento, que resultam na lentidão das demandas judiciais, e barreiras à punição, impactando o pequeno número de sentenças condenatórias.

114. No Uruguai, o processo de justiça tem seguido um percurso bastante tortuoso, de modo que a chamada Lei de Caducidade (*Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado* – Lei nº 15.848 de 22 de dezembro de 1986), de 1986, ainda representa um obstáculo à investigação e à responsabilização efetiva de agentes da ditadura. Não obstante, desde a condenação do Uruguai pela Corte IDH no Caso Gelman, houve um aumento das denúncias de crimes contra a humanidade e da mobilização da sociedade civil. Segundo o acompanhamento das causas judiciais feita pelo Observatorio Luz Ibarburu (OLI), até o momento, 6 casos foram sentenciados com condenações pela prática de homicídios, desaparecimentos forçados e torturas. Informações disponíveis em: http://www.observatorioluzibarruru.org/causas/?text=&case_state=4&court__region=&court=&o=file_date

A partir das respostas aos questionários, é possível sistematizar alguns elementos que são considerados obstáculos à judicialização (seja à apresentação das demandas, ao andamento processual ou à responsabilização): i) a vigência de leis de anistia e a baixa incorporação do direito internacional dos direitos humanos; ii) a secundarização dos crimes sexuais e a falta de apoio do Estado; iii) a tipificação penal inadequada e a qualificação jurídica dos crimes sexuais; iv) as dificuldades de prova e de verificação de autoria; e v) a corrupção das instituições do sistema de justiça e a influência política de setores militares e civis.

Leis de anistia e baixa incorporação do direito internacional dos direitos humanos

Como mencionado, Brasil e El Salvador são países que ainda não venceram as primeiras barreiras à judicialização da justiça de transição de forma ampla. Diante das estratégias de priorização que buscam ainda contornar a impunidade imposta por leis de anistia, as denúncias por crimes sexuais têm ficado em segundo plano. Os bloqueios à judicialização estão relacionados à não observância de obrigações internacionais e ao desprezo à jurisprudência, conceitos e categorias do direito internacional dos direitos humanos.

No caso brasileiro, a lei de anistia de 1979 foi validada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010¹¹⁵ e continua sendo aplicada como óbice ao desenvolvimento das ações penais por crimes da ditadura. As estratégias do Ministério Público Federal em afastar a anistia por meio da acusação por crimes continuados, como o desaparecimento forçado (capitulado como sequestro e ocultação de cadáver), ou por crimes contra a humanidade, não têm prosperado. De maneira geral, o Poder Judiciário tem se negado a processar qualquer acusação, sob o argumento de vigência da lei de anistia ou da prescrição dos crimes, com a consequente extinção da punibilidade dos acusados. Algumas denúncias foram rejeitadas de plano, enquanto outras foram inicialmente recebidas, mas depois foram suspensas por meio de reclamação ao Supremo Tribunal Federal ou de *habeas corpus* ao tribunal competente.

Essa postura refratária do Poder Judiciário demonstra um menosprezo em relação à condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no *Caso Gomes Lund*. Revela também uma desconsideração a conceitos e categorias do direito internacional dos direitos humanos, como ressalta Emílio Peluso Meyer, representante do CJT:

115. Julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, de abril de 2010. Para mais informações sobre o julgamento, ver: (Meyer, 2012).

O quadro em relação à atuação do Poder Judiciário (...) é bastante árduo. Há vários problemas relativos a uma ausência de compreensão do significado e cogência do direito internacional dos direitos humanos e de seus conceitos: crimes contra a humanidade, imprescritibilidade, impossibilidade de incidência de anistia passam ao largo de decisões que ainda enxergam uma oposição entre soberania e direitos humanos, com franca precedência da primeira, principalmente em nome da suposta eficácia vinculante da decisão do STF na ADPF 153 (Meyer, 2016, pp. 53-54).

Em entrevista concedida ao presente estudo, o Procurador da República, Marlon Weichert, reforçou a ideia de que na justiça brasileira “há ainda uma figura anacrônica de soberania relacionada a não aceitação de uma interferência do Direito Internacional nas questões domésticas”. Essa concepção de soberania estaria aliada a uma ignorância teórica sobre o campo jurídico internacional. O Procurador comentou também como a resistência do Poder Judiciário brasileiro em decidir casos que seriam de aceitação mais fácil tem impedido o avanço em outras matérias, como a violência sexual:

[S]em dúvida o tema da violência sexual está na pauta, inclusive é um caminho importante, na minha visão, para superar a ideia de que a tortura era típica, como crime específico ao tempo da ditadura, mas não as violências sexuais, ainda que não consideradas como tortura, mas como violências sexuais em si. Mas em função da resistência do Judiciário para levar a cabo, aceitar a perseguição inclusive desses casos mais graves [relacionados ao crime de desaparecimento forçado], há um certo ritmo de espera de que primeiro esses casos mais fáceis sejam solucionados para depois poder avançar em outras matérias.

Ao lado do Brasil, El Salvador também não registra nenhuma ação judicializada pela prática de crime sexual no período do conflito armado interno que viveu o país entre 1980 e 1992. Essa ausência é acompanhada pela situação geral de impunidade em relação aos crimes de lesa humanidade que foram cometidos durante a guerra civil. Embora tenha enfrentado, como a Guatemala, um conflito armado de extrema violência e que produziu os maiores números de vítimas dentro do contexto latino-americano, os avanços na responsabilização penal seguem bloqueados. Isso se deve a uma série de motivos, com raízes bastante complexas, entre os quais se destaca a baixa incorporação de normas internacionais de direitos humanos à ordem interna.

Nesse contexto, El Salvador tem descumprido as determinações da CIDH e da Corte IDH a respeito do dever de investigar, processar e punir

os responsáveis pela prática de crimes, tendo em vista as condenações ou recomendações recebidas nos casos relacionados: i) ao assassinato do Monsenhor Romero, em 1980, ii) dos sacerdotes jesuítas e seus colaboradores, em 1989, e iii) ao desaparecimento forçado das irmãs Serrano Cruz em 1982. Em 2000, a CIDH determinou a anulação da chamada *Ley de Amnistía General para la Consolidación de la Paz*, que estava vigente desde 1993, quando foi aprovada logo após a publicação do relatório final da Comissão da Verdade, prevista nos acordos de paz. No mesmo ano, a Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça salvadorenha decidiu que a lei de anistia não é aplicável a graves violações de direitos humanos, mas deixou margem para uma apreciação caso a caso. Assim, nem promotores nem tribunais têm encampado essa interpretação para afastar a lei de anistia e fazer avançar as investigações.

Quanto aos crimes sexuais, especificamente, segundo a resposta do IDHUCA ao questionário, o posicionamento dos órgãos judiciais e de investigação entende que são crimes comuns, e por isso já estão prescritos e não podem ser perseguidos penalmente. Da parte das vítimas, a resposta do IDHUCA ao questionário sinaliza que não há uma percepção da violência sexual em si, de forma separada, mas apenas como método de tortura.

Secundarização dos crimes sexuais e falta de apoio do Estado

Nota-se, com frequência, entre os países membros da RLAJT, a existência de casos de violações a direitos humanos levados à justiça que envolvem a prática de crimes sexuais, mas esses crimes não são formalmente integrados às acusações ou às condenações. Os atos de violência sexual são colocados em segundo plano pelas promotorias, inclusive por razões estratégicas, e pelos tribunais. Ao mesmo tempo, há países em que não existe nenhum apoio ou assistência do Estado às vítimas para a judicialização, o que representa um grave obstáculo à apresentação das denúncias.

A começar pelo Brasil, na entrevista a esse estudo, o procurador Marlon Weichert relatou que há mais de 200 investigações em andamento e que diversas delas envolvem a questão da violência sexual. No entanto, até o momento da conclusão do presente do trabalho, nenhuma ação penal em curso relacionada aos crimes da ditadura apresenta acusações por estupro ou por outro tipo de violência sexual. Segundo dados disponibilizados pelo CJT, existem 23 ações penais em curso, a maioria relacionada a crimes de homicídio, sequestro e ocultação de cadáver.¹¹⁶ Mesmo em casos nos quais se verifica a ocorrência de

116. Dados disponíveis em: <https://cjt.ufmg.br/index.php/ditadura-e-responsabilizacao/acoes-criminais/>. O CJT faz o acompanhamento das ações penais em curso no Brasil.

violência sexual a partir da descrição das torturas praticadas contra as vítimas, os fatos não foram capitulados como crimes sexuais.¹¹⁷

No âmbito das ações cíveis, não houve tampouco um tratamento destacado da violência sexual. Ao menos nos casos das ações propostas por Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente da chamada “Casa da Morte”, em Petrópolis, e pela família Teles, as violações sofridas incluíam a prática de estupro ou outros tipos de violência sexual. Mesmo que essas violências tenham sido narradas no âmbito dos processos judiciais, não foi pedido nenhum reconhecimento específico, seja para efeitos declaratórios ou para fins de reparação. (“Caso Inês Etienne” e “Caso Família Teles vs. Ustra”).

Na entrevista concedida, Amelinha Teles confirmou que, no processo movido contra o ex-coronel Carlos Brilhante Ustra, o que foi pedido foi a sua declaração como torturador, reconhecida pelo Poder Judiciário. Para ela, naquele momento, a questão da violência sexual ainda enfrentava um embate no campo político, que dizia respeito à dificuldade de falar e tratar desse tema em público. Essa primeira barreira teria sido vencida; no entanto, segundo Amelinha: “ali ainda nós não tínhamos visto ou entendido a possibilidade disso se transformar no campo jurídico”.

A Procuradora da República Inês Virgínia Prado Soares, também entrevistada para a pesquisa, comentou sobre a possibilidade de atuação do Ministério Público no âmbito cível, por meio do Grupo de Trabalho Direito à Memória e à Verdade, que se dedica a temáticas como a responsabilização civil, reparação, busca de desaparecidos/as e ações de memória e verdade. Inês ressaltou a influência de fatores externos, como a provocação da sociedade sobre questões de gênero, e a influência do/a procurador/a que atua no caso. Segundo a entrevistada, houve um aumento do número de procuradores/as que lida com interesses coletivos, e é notável uma profissionalização e um aprendizado nesse sentido. Mas a procuradora reconheceu a incorporação ainda deficiente de uma perspectiva de gênero e destacou a importância de um treinamento voltado à atuação com grupos que precisam ser ouvidos de forma específica.

No contexto chileno, a entrevistada Beatriz Bataszew chamou atenção para a falta de reconhecimento da violência sexual nas decisões judiciais: “hasta el día de hoy, no hay ninguna condena por tortura sexual o violencia política sexual, ninguna. Esa es la realidad. Ni siquiera como un agravante. Es decir, se menciona en el relato pero eso no tiene ninguna respuesta judicial, hasta el día de hoy”. Além de não existir nenhum caso de crime sexual sentenciado de maneira autônoma, Beatriz se refere a decisões judiciais que não reconhecem a violência sexual sequer como

117. Na resposta ao questionário enviado, o CJT apontou que nos seguintes casos seria possível identificar a descrição de atos de violência sexual, ainda que acusação não se refira a crimes sexuais: Caso Aluizio Palhana Pedreira Ferreira; Caso Tito de Alencar Lima; Caso Joaquim Alencar Seixas; Caso Luiz Eduardo da Rocha Merlino; Caso Manoel Conceição Santos; Caso Mário Alves de Souza Vieira; Caso Rubens Paiva.

tipo específico de tortura ou circunstância de maior valoração do tipo, mesmo quando expressamente denunciada nos processos.

O caso Guacolda Rojas demonstra essa operação de filtragem. Os fatos dizem respeito à prisão de Guacolda Raquel Rojas Pizarro, simpatizante do MIR¹¹⁸, por agentes da DINA¹¹⁹, em 10 de dezembro de 1975. Levada para a Vila Grimaldi, durante uma semana, a vítima foi submetida a interrogatórios e a diversos tipos de torturas. Na declaração prestada em juízo, Guacolda relatou que foi torturada nua, que recebeu choques elétricos nos órgãos genitais e que sofreu abusos sexuais por parte de seus interrogadores. Tanto a sentença de primeira instância como a sentença final da Corte Suprema¹²⁰ registraram as agressões sexuais sofridas pela vítima, mas o responsável foi condenado apenas pela prática de tortura, sem agravantes ou especificação da natureza sexual.

No Peru existem cerca de 22 casos sob investigação do Ministério Público ou processo judicial. Entre 2005 e 2015, foram prolatadas 97 sentenças por violações a direitos humanos, mas nenhuma referente a crimes sexuais.¹²¹ Recentemente em 2016, foi proferida uma sentença, que responsabilizou o autor mediato, mas não os autores imediatos do

118. MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria.

119. DINA - Dirección de Inteligencia Nacional.

120. A sentença de primeira instância foi proferida em 13 de maio de 2013, e a sentença da Corte Suprema em 14 de julho de 2014. Esta última registrou que a vítima “fue sometida a interrogatorios en los cuales recibió diversos tipos de torturas en forma reiterada, entre ellos golpes en su cuerpo, aplicación de corriente en sus genitales y todo tipo de vejámenes sexuales”. No entanto, ao apreciar o pedido de indenização, referiu-se ao agente condenado somente como autor do delito de “apremios ilegítimos”. A sentença está disponível em: <https://goo.gl/zSgt6e>

121. O processo de justiça no Peru contou com dois antecedentes importantes: o primeiro foi a condenação na Corte IDH, no Caso *Barrios Alto*, que resultou na anulação das leis de anistia de 1995, que até então impediam o julgamento de casos de direitos humanos; o segundo foram os trabalhos da Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), que remeteu diversos casos para a investigação do Ministério Público. Foi principalmente a partir de 2005 que esse processo se impulsionou, com a criação de unidades especializadas do Ministério Público para investigar os casos de direitos humanos, e a configuração da Sala Penal Nacional (SPN), responsável por julgar as violações de direitos humanos, os crimes de lesa humanidade e de terrorismo. Um dos marcos principais foi a condenação do ditador Alberto Fujimori em 2009. A partir daí, no entanto, o processo de justiça sofreu diversos reveses, como relata Jo-Marie Burt: “Más allá del proceso judicial contra Fujimori, sólo una mínima cantidad de los casos denunciados han llegado a juicio, y en los últimos años ha habido una cantidad importante de sentencias absolutorias que los defensores de derechos humanos han impugnado al considerar que se basan en dudosos argumentos jurídicos. Los últimos años han visto una serie de campañas nefastas diseñadas para intimidar y desprestigiar a los abogados de derechos humanos, organizaciones no gubernamentales (ONG) y operadores judiciales que intervienen en juicios de derechos humanos. Altos funcionarios del Ejecutivo, militares retirados y políticos conservadores han acusado a abogados de derechos humanos, fiscales y jueces de “perseguir” a las fuerzas armadas, politizar la justicia y manipular a víctimas con fines políticos o económicos.” (Burt, 2015). Esses retrocessos também afetam as possibilidades de êxito na judicialização dos crimes sexuais praticados no conflito armado interno peruano.

crime.¹²² Como aponta Jo-Marie Burt, em alguns casos levados à justiça, como no massacre de Accomarca, apesar de evidenciada a prática de violência sexual, a acusação não incorpora denúncias por crimes sexuais. Nesse caso, testemunhas do massacre relataram ter sido vítimas de estupro ou presenciado o estupro de mulheres que foram depois executadas. No entanto, nem a acusação nem o julgamento oral deram ênfase aos atos de violência sexual, favorecendo a impunidade e o esquecimento (Burt, 2015).

Há apenas 2 casos ajuizados no Peru, que estão em etapa de julgamento oral: Chumbivilcas e, recentemente, o caso Manta y Vilca, iniciado em julho de 2016. Em balanço sobre o andamento do caso Manta y Vilca, em dezembro de 2016, a organização DEMUS apontou como aspectos positivos: i) a rejeição do pedido de nulidade do Ministério de Defesa por suposta violação do direito de defesa; ii) a rejeição da exceção de prescrição, o que se apresenta como um avanço significativo diante da jurisprudência ainda vacilante sobre o tema; e iii) o recurso à Lei 30364 – *Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar* – para oferecer assistência psicológica às vítimas. Por outro lado, a organização considera preocupante a decisão de realizar todas as audiências de forma reservada, contrário ao pedido das vítimas para que fossem realizadas de forma mista: públicas para a oitiva dos acusados, apresentação de perícias e de testemunhos especialistas, e privadas para os testemunhos das vítimas. Também demonstram preocupação com o baixo comparecimento dos acusados¹²³.

Já no Uruguai, o primeiro caso relacionado à violência sexual foi judicializado em 2011. Um grupo de 28 ex-presas políticas apresentou uma denúncia coletiva contra mais de 100 agentes acusados da prática de agressões sexuais em diversos centros de detenção. Em 2013, a juíza Julia Staricco, responsável pelo caso, proferiu uma decisão, amparada pela sentença da Corte IDH no *Caso Gelman*, que entendeu que os crimes de estupro e de violência sexual cometidos são crimes contra a humanidade e, por isso, imprescritíveis. No entanto, em decisão mais recente, de maio de 2016, a juíza determinou a prisão do militar Asencio Lucero pela prática de “reiterados delitos de privação de liberdade”, sem mencionar os crimes sexuais. A decisão foi criticada

122. No Peru, as investigações são conduzidas pelo Ministério Público, que apresenta a denúncia penal. Cabe ao Tribunal Penal Supranacional receber a denúncia e abrir o processo penal. O órgão do Ministério Público ligado a essa instância judicial (no caso, a *Fiscalía Superior Penal Nacional*) tem competência para apresentar a acusação. Na sequência, deve ter início o julgamento oral que se finaliza com a sentença.

123. Ver a reportagem: “¿Cómo va el caso de Manta y Vilca? A la quinceava audiencia hacemos el siguiente recuento”. 8 diciembre 2016. Disponível em: <http://www.demus.org.pe/noticias/como-va-el-caso-de-manta-y-vilca-a-la-quinceava-audiencia-hacemos-el-siguiente-recuento/>

por organismos de direitos humanos por ter invisibilizado a violência sexual sofrida pelas mulheres. O OLI divulgou uma nota de repúdio na qual relatava que, embora a denúncia e o pedido da promotoria enfatizassem a influência do gênero das vítimas nas torturas aplicadas, a decisão judicial não refletiu essas considerações. Segundo o comunicado:

Resulta fundamental que estas consideraciones figuren en los fallos judiciales porque sus autores deben ser castigados por lo que realmente hicieron. No solo privaron ilegítimamente de la libertad a sus víctimas sino que les aplicaron toda clase de torturas y ejercieron todo tipo de violencia sexual sobre ellas, sus cuerpos y sus psiquis con absoluta impunidad. Además, si bien se invoca tanto en la vista fiscal como en el auto de procesamiento que las denunciante fueron víctimas de delitos sexuales (entre otros), en la resolución judicial de procesamiento ello no se ve reflejado, invisibilizándose nuevamente a las víctimas y evitándose así la condena social respecto de estos crímenes.¹²⁴

Percebe-se, então, um processo ainda incipiente no reconhecimento judicial dos crimes sexuais praticados na ditadura uruguaia e que não está livre de tropeços. Além da invisibilização, as vítimas também sofrem com a falta de uma política estruturada de apoio do Estado, sendo amparadas por iniciativas da sociedade civil e de organismos de direitos humanos.

Esse problema também é central no caso do Chile. A falta de apoio do Estado para a apresentação das denúncias é apontada como um dos principais fatores que dificulta o acesso à justiça pelas vítimas de crimes sexuais cometidos na ditadura de Pinochet. Essa dificuldade é compartilhada pelas vítimas sobreviventes de modo geral, uma vez que o Estado chileno apenas presta assistência jurídica e representa judicialmente os/as familiares das vítimas desaparecidas ou mortas. Nesse sentido explicou o Observatório de Justiça Transicional (OJT) em resposta ao questionário enviado:

Quizás el factor más importante que es obstáculo que encuentran los ex presos políticos a diferencia de los familiares de las víctimas no sobrevivientes, es que el Estado no persigue penalmente ex oficio la tortura, ni tampoco proporciona abogados que se hacen parte en causas, o inician causas, de parte del Estado. El Programa de Derechos Humanos del Ministerio del Interior, que cumple esa función en relación a víctimas de desaparición o ejecución, está impedido por su limitado mandato legal de actuar respecto

124. A reportagem de 11 de maio e o documento completo do Observatorio Luz Ibarburu estão disponíveis em: <http://www.nodal.am/2016/05/uruguay-denuncian-que-la-justicia-invisibiliza-violencia-del-terrorismo-estatal-contra-mujeres/>

a violaciones de DDHH cometidas contra sobrevivientes. Por lo que en Chile las victimas sobrevivientes para iniciar un juicio de derechos humanos deben conseguir por sus propios recursos un abogado particular ('privado') que interponga la querella.

Tal diferença de tratamento entre vítimas não sobreviventes e sobreviventes impacta no processamento das demandas. Como assinalou o OJT, a Suprema Corte do Chile considera somente os casos de vítimas desaparecidas ou executadas como “causas de direitos humanos” dos tempos de ditadura, para efeitos de atribuir as investigações a juízes especiais designados para essas causas. Sendo assim, há casos em que as vítimas sobreviventes apresentaram denúncias pela prática de tortura, e os processos foram remetidos a juízes ordinários. Segundo relatou Daniela Quintanilla, da *Corporación Humanas*, “los Tribunales que comenzaban a investigar causas de tortura eran tribunales de justicia criminal antiguos que no tenían dedicación exclusiva, que no tenían la herramienta idónea para realizar esta investigación”. Nesse aspecto, verifica-se uma questão relativa à distribuição e à estrutura institucional que afeta diretamente o modo de julgamento dos casos. As vítimas e organizações tiveram que batalhar para que os processos fossem redirecionados para os juízes especiais que lidam com as causas de direitos humanos.¹²⁵

Tipificação penal e qualificação jurídica dos crimes sexuais

As iniciativas de judicialização dos crimes sexuais têm seguido dois caminhos possíveis: tratar a violência sexual como forma de tortura e ou como crime autônomo. No caso chileno, inicialmente, as denúncias apresentavam as agressões sexuais dentro da prática de tortura. No entanto, o Código Penal vigente à época dos fatos não previa o crime de tortura, mas de “*apremios ilegítimos*”, considerado um tipo penal inadequado e sancionado com penas baixas. Além disso, a violência sexual não estava prevista como uma forma de tortura, o que contribuiu para invisibilizá-la nas decisões. No entanto, os tipos penais de estupro e de abuso sexual continham penas ainda mais baixas do que os crimes de tortura (“*apremios ilegítimos*”) ou de sequestro agravado, o que influenciou as estratégias jurídicas adotadas, segundo relatou Daniella Quintanilla na entrevista concedida. Para Daniella, o maior desafio enfrentado hoje é o de ultrapassar a barreira da tortura e obter o reconhecimento do estupro como crime contra a humanidade. No entanto, os processos em trâmite no Chile que invocam os tipos de estupro e de abuso sexual ainda não chegaram na fase de acusação.

No Peru, Julissa Mantilla Falcón e Jo-Marie Burt partilham a avaliação de que um dos principais problemas do processamento dos casos

125. A despeito disso, como informa o OJT, há juízes especiais que abrem de ofício investigações por tortura, quando, por exemplo, algum testemunho de um caso de desaparecimento relata fatos que constituem, no entendimento dos juízes, denúncia por tortura.

de violência sexual pelo Poder Judiciário é a tipificação penal. A maioria dos casos é considerado crime comum e, por isso, sujeito à prescrição (Mantilla Falcón, 2015, p. 44; Burt, 2015). Jo-Marie ressalta que, em alguns casos, os atos de violência sexual foram tipificados como tortura e, por isso, considerados imprescritíveis. São, no entanto, uma minoria dos casos que chegaram a ser judicializados (Burt, 2015).

Na Argentina, houve uma resistência inicial do Poder Judiciário em acatar a tese de julgamento dos crimes sexuais como delitos autônomos, separados e independentes dos delitos de tortura e maus tratos. Os tribunais entendiam que a violência sexual era parte integrante ou um método de tortura e, por consequência, o estupro e outros atos de violência sexual se subsumiam ao delito de tortura. Segundo o documento da *Procuración General de la Nación* (PGN), essas sentenças não aplicavam o direito penal internacional e não traziam qualquer fundamentação, ou insinuavam que a figura da tortura excluiria os tipos penais específicos referentes a crimes sexuais. Ou seja, tomavam a tortura como conjunto de padecimentos, entre os quais se incluía a violência sexual. A condenação por tortura impediria a condenação por violação sexual porque a segunda já estaria incluída no tipo da primeira ou porque haveria consunção entre o delito mais grave e o menos grave. Como consequência, na visão das vítimas e representantes, as agressões sexuais ficavam ocultas sob imputações genéricas que invisibilizavam as manifestações da violência de gênero. (PGN, 2012)

Um problema central a todos os países diz respeito à caracterização da violência sexual como um crime de lesa humanidade. Na Argentina, o posicionamento inicial do Poder Judiciário entendia que os crimes sexuais objeto das denúncias não cumpriam os requisitos para sua configuração como crime contra a humanidade, uma vez que não estaria demonstrada a prática de forma sistemática e generalizada. Assim, por exemplo, na causa “Círculo Zárate Campana”, o tribunal de instrução e a Câmara Federal de Apelação consideraram que os estupros foram fatos isolados, que ocorreram, portanto, de forma ocasional. (CELS, 2015). Nesse sentido também foi o entendimento do Tribunal Federal nº 3 da Capital, em decisão de 30 de dezembro de 2009, proferida no âmbito da ação penal movida contra Jorge R. Videla:

[...] esa clase de afectaciones [de índole sexual], quedan situadas en un espacio común pero **ajenas a la generalidad y sistematicidad que caracterizaron la concreción del plan de represión ilegal** durante el período comprendido entre el 24 de marzo de 1976 y el 10 de diciembre de 1983 en nuestro país, si bien tales actos lesivos tuvieron idénticos escenarios y fueron cometidos en el mismo contexto de aquellos otros hechos que, característicos del despliegue del terrorismo estatal, son calificados como realizados

contra la humanidad [...] Como se ve, en el universo específico tratado en autos, no se dieron esas características por cuanto, si bien una gran cantidad de mujeres fueron sometidas a esta clase de hechos, **la dinámica con la que se cometieron los mismos, carente de las notas de una previsión sistemática y una intencionalidad consustanciada con ella, no refleja su inscripción en el plan clandestino de represión instaurado por el régimen [...]**¹²⁶

Mesmo reconhecendo que muitas mulheres foram submetidas a atos de violência sexual, a interpretação adotada reforçava a ideia de que os crimes sexuais não faziam parte do plano repressivo. Isso significou uma despolitização dos crimes sexuais porque retirava sua conexão com o exercício de poder e os devolvia à esfera íntima e privada das vítimas e à intenção de prazer ou ao desejo sexual do agressor. Ao mesmo tempo, encarava os crimes como ocorrências isoladas ou individualizadas e fruto de desvios de conduta praticados por oficiais “degenerados”, como afirmado pela advogada Ana Oberlin:

Se nos ponían trabas desde los juzgados y tribunales principalmente diciendo que eran delitos que habían prescripto o que tenían que ver no con el accionar represivo sino con una cosa individual de algún miembro de la patota que era “degenerado”, por decirlo de alguna manera. Como que eran situaciones aisladas y no situaciones dentro del contexto en el que ocurrieron que fue el contexto represivo (In: Memoria Abierta, 2012, p. 21).

A qualificação jurídica dos crimes sexuais também tem sido um obstáculo na Colômbia. Em resposta ao questionário, a Universidad de Rosario apontou que alguns aspectos do “Marco jurídico para la Paz”, aprovado pelo Ato Legislativo nº 1 de 2012, podem dificultar a judicialização dos crimes sexuais. Essa reforma constitucional, realizada para facilitar o término do conflito armado e a construção de uma paz estável e duradoura, fixou critérios jurídicos para as negociações entre o governo colombiano e as FARC. Entre esses critérios, foram estabelecidas medidas de priorização e seleção de casos, sob o entendimento de que nem todas as violações de direitos humanos seriam levadas à justiça. Segundo informou o membro colombiano da RLAJT, a *Corporación Sisma Mujer*, organização que representa vítimas de crimes sexuais, chamou atenção para o risco de a reforma aprofundar o cenário de impunidade e impor novos obstáculos ao esclarecimento das violações. Esse risco decorre de três motivos. Primeiro porque a definição de “máximos responsáveis” proposta no âmbito do direito penal internacional não incorporaria os responsáveis pela prática de violência sexual. Segundo porque a

126. Causa 14.216/03 del Juzgado Federal nº 3 de Capital Federal. Fecha de sentencia: 30 de diciembre de 2009. Essa referência foi retirada do documento (PGN, 2012, p. 5).

priorização de crimes sexuais que configuram crimes contra a humanidade ou crimes de guerra dificulta a possibilidade de julgamento, tendo em vista as barreiras que as vítimas enfrentam para provar o caráter generalizado ou sistemático desses crimes. Terceiro porque se priorizam os crimes sexuais com comprovada conexão com o conflito armado, o que também é difícil de demonstrar em razão da própria natureza da violência sexual.

Dificuldades de prova e de verificação de autoria

A valoração das provas e a concepção de autoria e participação criminal também constituem obstáculos à judicialização de crimes sexuais, como relatado pelo CELS na resposta ao questionário, sobre o contexto argentino:

Muchas veces se obstaculiza el juzgamiento por ser el testimonio de la víctima el único medio de prueba. Otras veces el obstáculo radica en la consideración de los delitos sexuales como crímenes de propia mano, lo cual dificulta la acusación cuando se conoce a los responsables del secuestro/detención pero no se logró identificar a quien cometió el delito.

O testemunho das vítimas constitui, em regra, o único meio de prova disponível, uma vez que os crimes foram cometidos de forma clandestina e não foram presenciados por outras pessoas. Além disso, passadas décadas desde a época dos fatos, também não é viável a realização de exames físicos para comprovar as agressões sexuais. Diante desse quadro, em um primeiro momento, houve juízes argentinos que recusaram a declaração das vítimas como única prova e chegaram a questionar a credibilidade dos relatos por não terem sido feitos na primeira oportunidade ou por terem vindo à tona quando as ações já estavam em andamento ou muito tempo depois. Nesse sentido:

los tribunales han objetado la pertinencia de dar por probados hechos que sólo cuentan con el testimonio de la víctima, ya que generalmente no hay otras personas que puedan confirmarlo y, en la inmensa mayoría de los casos, después de treinta años no se cuenta con evidencias físicas de esa violencia. Lo paradójico es que no se exige lo mismo en el caso de las torturas, que se dan por probadas por el contexto de detención clandestina. (Memoria Abierta, 2012, p. 18).

Quanto à questão de autoria, a caracterização do estupro como um crime de mão própria, segundo o entendimento tradicional da dogmática penal, exige que a denúncia indique o executor direto ou imediato do crime. Na maioria das vezes, no entanto, essa indicação era inviável em razão da clandestinidade da prática de violações sexuais no marco do terrorismo de Estado na Argentina, acompanhada de cuidados especiais para garantir a não identificação dos perpetradores. Nesse sentido destacam Balardini,

Orbelin e Sobredo:

Evidentemente, en los casos de terrorismo de Estado, determinar quién cometió los actos de violencia sexual concretos es excepcional. Debido al contexto en que sucedieron, con víctimas generalmente privadas de la visión, sometidas a condiciones inhumanas de vida, desnudas y maltratadas física y psicológicamente, todo lo cual aumentaba notablemente su vulnerabilidad, y con victimários que con toda intencionalidad buscaban procurarse impunidad futura utilizando alias para no ser identificados, en el marco del alto grado de clandestinidad en que se desplegó el terrorismo de Estado argentino, raramente podría determinarse con precisión el autor directo de esos hechos” (Balardini *et al*, 2011, pp. 203-204).

Na perseguição de outras violações, como a tortura, que traziam a mesma dificuldade de apontar o responsável direto, a jurisprudência admitia que autores mediatos ou indiretos (inclusive altos dirigentes) e partícipes do crime fossem processados e punidos (Memoria Abierta, 2012, p. 19). Já no caso do estupro, diante do seu entendimento como um crime de mão própria, essa possibilidade não foi aceita inicialmente, colocando outro desafio específico à responsabilização penal por crimes sexuais.

A investigação do caso das esterilizações forçadas pelo Ministério Público no Peru também traz dados importantes para considerar os problemas na apreciação das provas. Passados 14 anos de investigações, em resolução de julho de 2016, a promotora Marcelita Gutierrez determinou o arquivamento parcial do caso por entender que as esterilizações involuntárias praticadas no âmbito de uma política pública de saúde de planificação familiar, entre 1995 e 2000, não constituem crimes contra a humanidade e não podem ser imputadas ao ex-ditador Alberto Fujimori e a seus ministros de saúde. Parte da argumentação da promotora se centra na validade do suposto consentimento dado pelas mulheres submetidas às cirurgias de esterilização. Embora as vítimas tenham denunciado que foram submetidas à força, sob coação, ameaça ou engano, a promotora entendeu que todos os termos de consentimento assinados pelas mulheres são válidos, como relatou Maria Ysabel Cedano, na entrevista concedida. Segundo a resolução da promotora, os termos de consentimento são válidos, entre outros motivos, porque:

- foram assinados por pessoas maiores de idade e que gozam de capacidade plena para o exercício de seus direitos civis. Segundo a promotora, “el hecho de alegar ser analfabetos o de tener un bajo o escaso nivel de instrucción o de hablar un idioma diferente del castellano, no los convierte en incapaces” (Ministerio Público, Perú, 2016, p. 71);

- não existe nenhum elemento objetivo que corrobore as acusações de que os termos foram assinados *após* a realização das cirurgias ou que foram assinados sob violência, ameaça, engano ou falsas promessas. A promotora argumenta que “tampoco se evidencia ninguna actuación con mínima diligencia por parte de las personas que señalaron ser supuestamente engañadas, para poder superar el engaño que invocan”. As mulheres vítimas denunciaram que recebiam ameaças de prisão ou de pagamento de impostos caso tivessem mais filhos, e recebiam promessas de benefícios caso realizassem a cirurgia. Para a promotora, ainda que fossem analfabetas ou *quechuahablantes*, o engano “fácilmente podía ser superado, con la pregunta a otras personas o por último a otros profesionales” (Ministerio Público, Perú, 2016, p. 71).

O entendimento da promotoria no caso demonstra uma recusa de credibilidade ao testemunho das vítimas, a imposição do ônus probatório sobre as mulheres que foram atingidas pela política de esterilização forçada e a desconsideração a fatores étnicos, culturais e socioeconômicos que agravam a situação de vulnerabilidade das vítimas. Essa atuação do Ministério Público implica uma revitimização das mulheres que apresentaram as denúncias, já tendo enfrentado numerosas e difíceis barreiras para levar suas demandas de justiça. A organização DEMUS também considera que a decisão da promotora Marcelita Gutierrez viola “los estándares internacionales de derechos humanos para procesar crímenes de lesa humanidad, valoración del contexto, el consentimiento informado y la responsabilidad penal”.¹²⁷

Corrupção das instituições do sistema de justiça e influência política de setores militares e civis

Entre os países da RLATJ, particularmente aqueles que atravessaram conflitos armados, a corrupção do sistema de justiça é um fator que tem impedido o avanço da responsabilização penal dos perpetradores de violações aos direitos humanos. Esse dado reflete a ausência de reformas e de depurações nas instituições judiciais e policiais, que sofrem a influência de setores civis e militares interessados em garantir a impunidade. Como consequência, isso leva a uma profunda desconfiança das vítimas em relação ao sistema de justiça.

Em El Salvador, o encerramento do conflito armado não significou a cessação da violência. Ao contrário, o cenário atual é marcado por altos índices de violência e pela falta de segurança, decorrente da atuação de

127. “Demus cuestiona que se haya archivado el caso de esterilizaciones forzadas”. Disponível em: <http://larepublica.pe/imprensa/politica/828730-demus-cuestiona-que-se-haya-archivado-el-caso-de-esterilizaciones-forzadas>

gângues e de carteis de drogas que, por sua vez, mantêm laços com as antigas forças de segurança. Nessa conjuntura, as medidas transicionais são comprometidas pela influência política de setores militares e civis interessados em impedir a judicialização e pela corrupção das instituições do sistema jurídico e penal (Roth-Arriaza, 2013, p. 404). De forma diretamente relacionada, na resposta ao questionário, o IDHUCA, representante de El Salvador, informou como obstáculos à persecução penal dos crimes sexuais a “falta de confianza de las víctimas en las instituciones del Estado y nulo interés de la Fiscalía General de la República para investigar los casos”.

Na Guatemala, o processo de judicialização enfrentou sérios obstáculos iniciais, semelhantes aos de El Salvador. Embora, no caso guatemalteco, a lei de anistia não tenha sido um empecilho de fato, já que restringia sua abrangência em casos de graves violações a direitos humanos, o país também sofreu com a influência exercida por setores militares e civis, com a conjuntura de violência e de insegurança e com o desinteresse inicial das instituições ligadas ao sistema de justiça. O quadro mudou a partir da pressão internacional, em particular da CIDH e da Corte IDH, da mobilização das vítimas e de um novo direcionamento assumido pelo Ministério Público em prol da persecução penal, especialmente após a nomeação de Claudia Paz y Paz ao cargo de Procuradora-Geral. Essa conjunção de fatores permitiu que a Guatemala saísse de uma situação de quase total impunidade para uma abertura parcial para processos criminais (Roth-Arriaza, 2013, p. 407).

Não obstante, o andamento dos processos criminais ainda sofre interferências externas, sobretudo quando os acusados ocuparam altos cargos de comando, como no caso do julgamento do ex-ditador Efraín Ríos Montt. Em 2013, o ex-ditador tinha sido condenado a 80 anos de prisão pela prática de crimes de assassinato e desaparecimento forçado. Poucos dias depois, no entanto, a Corte Constitucional da Guatemala reverteu a decisão condenatória e anulou todos os atos processuais praticados até então. A partir daí, o caso tem sofrido reiteradas interrupções, o que demonstra a dificuldade de se condenar uma figura poderosa como Ríos Montt. Essa avaliação é corroborada pelo julgamento do caso Sepur Zarco, que envolve a prática de escravidão doméstica e sexual contra 15 mulheres maias. A professora e antropóloga Rita Segato, que foi perita no caso Sepur Zarco, afirmou que uma das condições de possibilidade da condenação dos acusados foi o fato de ocuparem postos baixos. De fato, os condenados são tenente coronel e ex-comissionado militar do destacamento.

No Peru, setores das elites militares e políticas também buscam frear as ações na justiça e pressionam promotores e juízes para atrapalhar as investigações e impedir condenações, sobretudo de altos comandantes militares. Também conduzem campanhas difamatórias que acusam advogados/as e envolvidos/as nas causas de direitos humanos de conduzir

uma “perseguição política” contra as Forças Armadas. Como demonstra Jo-Marie Burt, isso repercute no perfil dos condenados: a maioria são soldados e oficiais de escalões baixos e médios. Além disso, a Corte Suprema anulou sentenças condenatórias de oficiais de altas patentes (Burt, 2015). A entrevistada Maria Ysabel Cedano relatou que a organização DEMUS tem feito um trabalho para documentar indícios e denunciar a interferência política em investigações relacionadas a crimes sexuais. Segundo ela, “hay fiscales pro fujimoristas cuya actuación ha sido negligente o maltratadora de las mujeres”, além de visitas de pessoas alheias às investigações, nomeadamente alguns ex-congressistas que transitam por espaços que nem as vítimas têm direito de frequentar.

A influência da posição de poder ocupada pelos agressores também é importante na consideração dos casos do México e da Colômbia. No contexto mexicano, as próprias famílias das mulheres assassinadas em Ciudad Juárez rejeitam os julgamentos que levam aos bancos dos réus e condenam criminosos comuns para oferecer uma resposta fácil e que desvia o foco dos verdadeiros culpados. Existe toda uma malha jurídica e policial criada para blindar os responsáveis porque fazem parte dos altos escalões do poder paralelo, ou do Segundo Estado, como chama Rita Segato. Nesse sentido se manifestou a *Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos* (CMDPDH) na resposta ao questionário enviado:

En el caso de México, los crímenes sexuales cometidos por integrantes de fuerzas de seguridad del Estado han permanecido en la impunidad. La comisión de crímenes sexuales como parte de una política de Estado, nunca ha sido reconocido, en ninguno de los diferentes periodos de conflicto, por ello nunca se han iniciado procesos penales en contra de altos mandos.

Isso acontece também na Colômbia, na medida em que muitos perpetradores de crimes sexuais integram forças paraestatais e possuem a certeza da impunidade. Um caso relatado por Susana Chiarotti em entrevista concedida a este estudo demonstra a gravidade dessa situação:

[...] en una visita que hice a Colombia para ver el seguimiento de cómo se aplicaban las recomendaciones del informe nacional que se me había hecho, me entrevisté con líderes de las mujeres desplazadas. Una de ellas contó que, como tenía una cautelar de la Comisión Interamericana protegiéndolas, la Fiscalía le a dado un celular. Un día volviendo a la casa, un tipo la agarra, la somete, la agarra el celular, lo tira a un costado, la viola y luego, agarra el celular, se lo entregue y le dise: “ahora llama a la Fiscalía y cuéntala lo que pasó”.

* números aproximados

O relato permite inferir que o agressor fazia parte de algum grupo político que buscava perseguir as lideranças das mulheres deslocadas e calar suas reivindicações. Também revela que os agressores possuem acesso a dados e informações do sistema de justiça, ou seja, possuem contatos e influência nas instituições judiciais, o que desanima as mulheres a denunciar as violências sofridas. Como informou Susana Chiarotti, a Colômbia responde a 1500 medidas cautelares na CIDH, e várias pessoas supostamente protegidas por essas medidas já estão mortas. A inefetividade e a corrupção do sistema de justiça contribuem, assim, para perpetuar a violência praticada contra as mulheres.

Obstáculos à judicialização de crimes sexuais na América Latina

País membro da RLAJT	Casos judicializados*	Casos sentenciados*	Principais obstáculos à judicialização
Argentina	Número indeterminado	18	• Subsunção do estupro ao crime de tortura • Concepção de autoria do estupro como crime de mão própria • Reconhecimento do testemunho das vítimas como única prova
Brasil	Não há ¹²⁶	--	• Lei de anistia • Baixa incorporação do direito internacional dos direitos humanos
Chile	Número indeterminado	Não há	• Falta de apoio do Estado à apresentação das demandas judiciais • Tipificação penal inadequada
Colômbia	Número indeterminado		• Corrupção do sistema de justiça • Influência de setores militares e civis
El Salvador	Não há	--	• Lei de anistia • Baixa incorporação do direito internacional dos direitos humanos • Corrupção do sistema de justiça • Influência de setores militares e civis
Guatemala	Número indeterminado	1	• Corrupção do sistema de justiça • Influência de setores militares e civis
México	Nenhum caso contra altos mandos	--	• Corrupção do sistema de justiça • Influência de setores militares e civis
Peru	3 casos	Não há	• Influência de setores militares e civis • Tipificação penal inadequada • Lentidão das investigações
Uruguai	1 caso	Não há	• Falta de apoio do Estado à apresentação das demandas judiciais

128. Como já pontuado, ao final do estudo foi noticiada a apresentação da primeira denúncia do Ministério Público pela prática de crimes sexuais na ditadura brasileira. Ver a nota 109 a respeito do caso.

4. Mecanismos e estratégias para contornar os obstáculos à judicialização de crimes sexuais

Os países membros da RLAJT têm adotado mecanismos e estratégias para contornar os obstáculos à judicialização dos crimes sexuais cometidos nos períodos de ditaduras e de conflitos armados. Por um lado, avançam reformas jurídico-penais com o escopo de afastar os elementos discriminatórios de gênero que integram o sistema de justiça e garantir direitos das vítimas de crimes sexuais, especialmente mulheres (4.1). Por outro lado, desenvolvem estratégias para contornar a aplicação da prescrição ou de medidas de impunidade, como a anistia, bem como contornar o problema da produção de provas e da verificação de autoria (4.2).¹²⁹

4.1 Medidas de não-discriminação e garantia de direitos

A mobilização de vítimas mulheres, do movimento feminista e de entidades da sociedade civil, em conjunto com a atuação de órgãos internacionais ligados à defesa dos direitos humanos, permitiu avanços na identificação dos elementos discriminatórios de gênero que estão presentes nas leis e práticas judiciais e que, como visto, atuam como obstáculos à judicialização dos crimes sexuais e como fonte de impunidade e de revitimização. Para fazer frente a esses elementos, diversos países membros da RLAJT têm adotado iniciativas e medidas para ajustar normas e procedimentos penais a uma perspectiva sensível ao gênero.

Em primeiro lugar, as ordens jurídicas internas seguiram, nas décadas de 1990 e 2000, um movimento de adequação dos tipos penais relacionados à violência sexual. Diversos membros indicaram, nas respostas ao questionário, a realização de reformas na legislação penal para ajustar a regulação dos crimes sexuais, principalmente em relação: i) ao bem jurídico tutelado, no sentido de retirar referências à honra, honestidade, pudor ou costumes e fixar a proteção da liberdade, integridade e dignidade sexual da vítima; ii) ao conceito de estupro, que afasta a concepção restritiva de penetração vaginal praticada por um homem contra uma mulher e passa a incorporar a fórmula mais ampla que inclui a penetração vaginal, anal e

129. A organização do presente item se valeu das contribuições de Marcelo Torelly durante a mesa de debates da RLAJT sobre Judicialização de crimes sexuais na América Latina, realizada no dia 23 de junho de 2016, na Universidade de Brasília (UnB – Brasil). Os vídeos da mesa estão disponíveis em: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>. A apresentação feita por Marcelo Torelly, intitulada “Desafios da Justiça de Transição: enfrentamento de crimes sexuais” também está disponível em: https://www.academia.edu/26433763/Desafios_da_Justi%C3%A7a_de_Transi%C3%A7%C3%A3o_enfrentamento_de_crimes_sexuais

oral pelo membro viril, ou a introdução de qualquer membro do corpo ou objeto na cavidade vaginal ou anal, contra qualquer pessoa; iii) à previsão de novos tipos penais relacionados à violência sexual, ampliando o leque de condutas criminosas e aproximando-se ao entendimento da jurisprudência internacional que inclui qualquer ato de natureza sexual praticado sem o consentimento da vítima, independente de ter havido contato físico¹³⁰. Destaca-se, ainda, a aprovação, em diversos países, de legislações que tipificam e combatem o crime de feminicídio, entendido como o homicídio de mulheres por motivo de gênero e que, em regra, é antecedido por atos de violência sexual. Uma compilação das mudanças legislativas indicadas pelos membros da RLAJT está apresentada na tabela abaixo:

Mudanças na legislação penal sobre crimes sexuais*

País membro da RLAJT	Normas penais vigentes à época	Conteúdos das reformas na legislação penal
Argentina	Código Penal - artículo 119 y siguientes	Lei 25087 de 1999 alterou o Código Penal. O estupro deixou de ser considerado “crime contra a honestidade” e passa a ser considerado “crime contra a integridade sexual”. O estupro também deixou de ser entendido exclusivamente como penetração vaginal.
Brasil	Código Penal brasileiro, Decreto-lei n.º 2.848 de 1940 Art. 213 – estupro Art. 214 – violação sexual mediante fraude Art. 216-A – assédio sexual	Lei 12.015 de 2009 alterou a qualificação dos crimes sexuais de “crimes contra o costume” para “crimes contra a dignidade sexual” e “crimes contra a liberdade sexual”
Chile	Código penal Art. 361 – violación sexual Art. 366 – abuso sexual	La Ley 19617 de 1999 amplió el “acceso carnal” o penetración no sólo al acceso vaginal sino además por vía anal u oral. Además la víctima no sólo podría ser una mujer sino que se cambió la víctima por contra una persona, por lo que la víctima puede ser un hombre o una mujer, establecido en el art. 361. Además se agregaron los delitos de abuso sexual, son actos distintos a la violación pero que tienen una connotación sexual, por ejemplo tocaciones.

130. Por exemplo, a Lei 1719 de 2014, da Colômbia, incorpora uma série de tipos penais relacionados a violência sexual, abordando em particular a sua prática no contexto do conflito armado interno. São previstos, além do estupro, os crimes de prostituição forçada, escravidão sexual, esterilização forçada, aborto forçado, gravidez forçada, entre outros. Também inclui a nudez forçada como crime sexual, reconhecendo a desnecessidade de contato físico para configuração de ato de violência sexual.

País membro da RLAJT	Normas penais vigentes à época	Conteúdos das reformas na legislação penal
Colômbia	Código Penal Colombiano (Ley 599 de 2000) - acceso carnal violento en persona protegida (artículo 138), acceso carnal abusivo en persona protegida menor de catorce años (artículo 138 A), actos sexuales violentos en persona protegida (artículo 139), actos sexuales con persona protegida menor de catorce años (artículo 139 A), esterilización forzada en persona protegida (artículo 139 B), embarazo forzado en persona protegida (artículo 139 C), desnudez forzada en persona protegida (artículo 139 D), aborto forzado en persona protegida (artículo 139 E), prostitución forzada en persona protegida (artículo 141), esclavitud sexual en persona protegida (artículo 141 A) y trata de personas en persona protegida con fines de explotación sexual (artículo 141 B).	Ley 360 de 1997 modificó el bien jurídico protegido que era el “pudor” por la dignidad de la persona; eliminó la causal de extinción de la acción penal en casos que el autor contrajera matrimonio con la víctima; incorporó un artículo denominado “derechos de las víctimas contra la libertad sexual y dignidad humana” Ley 1719 de 2014 - creó nuevos tipos penales que el derecho internacional considera como delitos de carácter sexual en el contexto del conflicto armado.
El Salvador	Código Penal - Arts. 158 hasta 173 B.	Ley Especial integral para una vida libre de violencia
Guatemala	Código Penal de Guatemala Decreto No. 17-73. Título III De Los Delitos Contra La Libertad Y La Seguridad Sexuales Y Contra El Pudor Capítulo I De La Violación	Ley Contra El Femicidio Y Otras Formas De Violencia Contra La Mujer. Decreto 22-2008 Del Congreso De La República.
México	Código Penal Federal - Artículo 325 (feminicidio), Art. 259 (Hostigamiento sexual), Artículo 260 (abuso sexual), Artículo 265 (delito de violación)	Reforma a los Códigos Penales de los estados de la república por medio del cual se integra el tipo penal de feminicidio. D.O.F. 14 de junio de 2012. Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia
Peru	Código Penal peruano - artículos 170 y 178 (delitos como violación sexual, violación sexual de menor de edad, seducción, violación de persona en estado de inconsciencia, actos contra el pudor, entre otros).	Ley 30.364 de 2015 - Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar.
Uruguay	Código Penal, Capítulo IV – De la violencia carnal, corrupción de menores, ultraje público al pudor. Art. 272 (Violación), Art. 273 (Atentado violento al pudor).	Ley Nº 17.815 “Violencia sexual comercial o no comercial cometida contra niños, adolescentes o incapaces”

* Tabela baseada nas informações repassadas pelos membros da RLAJT nos questionários

Em segundo lugar, os países latino-americanos também têm avançado reformas no sistema policial e judicial voltadas ao combate da discriminação de gênero por meio: i) da adoção de protocolos especiais de investigação de crimes sexuais; ii) da adoção de protocolos e manuais

para a tomada de testemunho e para a primeira entrevista das vítimas; iii) da capacitação em gênero dos/as operadores/as judiciais; iv) da criação de unidades especializadas dentro dos órgãos de investigação; e v) da consagração dos direitos das vítimas de violência sexual à proteção, acesso à justiça, entre outros.

Antes de analisar documentos específicos dos países, alguns protocolos gerais de atenção às vítimas de graves violações de direitos humanos também têm pertinência e relevância para os casos de violência sexual. No âmbito internacional, pode-se destacar o Protocolo de Estambul – “Manual para la investigación y documentación eficaces de la tortura y otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes” – adotado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em 2000. O Protocolo é o primeiro conjunto de regras voltado a documentar casos de tortura e a orientar a atenção às vítimas. Entre outros temas, o Protocolo de Estambul dispõe sobre a estrutura da entrevista das vítimas, tendo em conta os traumas sofridos, sobre a identificação de sinais físicos e psicológicos da prática de tortura e prevê medidas de proteção às vítimas, como assistência psicológica, avaliação clínica e garantia da presença de um/a intérprete e de especialista em gênero na equipe de investigação. Na resposta ao questionário, o OJT informou que, no Chile, nos processos relacionados a vítimas sobreviventes de tortura, os tribunais solicitam uma perícia psicológica, e os profissionais psicólogos do Serviço Médico Legal têm implementado, para esse fim, o Protocolo de Estambul. O OJT também destacou a realização de capacitações sobre o Protocolo voltadas a funcionários do Poder Judiciário com o objetivo de aprimorar o tratamento do tema da tortura.¹³¹

O Protocolo de Estambul, ao lado de outros instrumentos internacionais¹³², inspiram a elaboração de documentos internos pelos Estados. Na Argentina, o *Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos “Dr. Fernando Ulloa”*, com apoio do Poder Judiciário, publicou o “Protocolo de Intervención para el Tratamiento de Víctimas-Testigos en el Marco de Procesos Judiciales”, baseado no trabalho de assistência e acompanhamento de testemunhas vítimas nos processos por crimes

131. Por exemplo, o OJT indicou duas capacitações realizadas respectivamente para as equipes de trabalho da Ministra Marianela Cifuentes e do Ministro Mario Carroza da Suprema Corte do Chile, sendo que o próprio Observatório participou de uma delas. Notícias sobre as capacitações estão disponíveis em: <https://goo.gl/W89INt> e <https://goo.gl/vJCHwW>.

132. De modo geral, o direito das vítimas à proteção integral está previsto nos “Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifestas de las normas internacionales de derechos humanos y violaciones graves del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones”, aprovados pela Resolução A/C.3/60/L.24 da Assembleia Geral da ONU de 24 de outubro de 2005.

contra a humanidade. O objetivo da publicação é evitar a revitimização e a situação de vulnerabilidade das vítimas durante as investigações e processos judiciais. Pretende, assim, servir para garantir a proteção de direitos e também uma coordenação interinstitucional para promover a atenção integral às vítimas (Centro Ulloa, 2011, p. 12). O Protocolo ressalta a valorização da vítima-testemunha não só como objeto de prova, mas também como sujeito de direitos (Centro Ulloa, 2011, p. 15). Além disso, apresenta um conjunto de recomendações que dizem respeito: ao reconhecimento do testemunho como direito (direito da vítima de participar do processo); à capacitação dos operadores; à importância de um operador judicial como referente (isto é, que o mesmo operador mantenha contato com a vítima nos distintos momentos e atos processuais); à garantia de proteção e de segurança; à necessidade de evitar encontros entre vítimas e acusados/imputados; à disponibilização de um espaço físico confortável, silencioso e que ofereça privacidade; à garantia de confidencialidade; a cuidados específicos na entrevista de vítimas de delitos sexuais (Centro Ulloa, 2011, pp. 22-30).

Diversas orientações são compartilhadas pelo “Guia de Trabajo para la toma de testimonios a víctimas sobrevivientes de tortura” de 2012, elaborado pelo CELS, em parceria com a União Europeia. Partindo do diagnóstico de que o modo como é recolhido o testemunho impacta na própria qualidade e riqueza do relato (CELS, 2012, p. 1), o Guia também apresenta instruções para o tratamento das vítimas nos diferentes momentos processuais, incluindo: a garantia de apoio psicossocial; o esclarecimento sobre termos jurídicos e sobre o escopo do processo; o respeito ao tempo das vítimas e à decisão de não testemunhar; o cuidado em evitar perguntas repetidas; a adoção de uma perspectiva de gênero para ter em conta o impacto diferencial e identificar práticas de violência sexual (CELS, 2012, pp. 3-10). Mantém-se, assim, a aposta na potencialidade reparadora de um processo de justiça qualificado para escutar as vítimas e respeitar sua integridade emocional, bem como para explorar os testemunhos como prova e fonte de informações (CELS, 2012, pp. 10-11).

Para além desses instrumentos para a proteção e tratamento das testemunhas-vítimas em geral, foram desenvolvidos protocolos e regras específicas voltadas aos casos de violência sexual. Nesse sentido se manifestou a Procuradoria de Crimes contra a Humanidade na Argentina sobre os contornos particulares que a problemática do testemunho adquire nos casos de delitos sexuais, em relatório de 2016:

La problemática del tratamiento de los testigos-víctimas adquiere especial relevancia cuando se trata de casos de delitos contra la integridad sexual. Aquí es necesario procurar que los tribunales

adopten mecanismos que establezcan criterios respecto de la recepción de los testimonios, facilitando que la declaración tenga lugar en un ambiente propicio y adecuado para el relato, resguardando la intimidad, por ejemplo, mediante el desalojo de la sala de audiéncia - siempre y cuando la persona que brindará declaración, no manifiestare su voluntad en contrario. (MPF, 2016, p. 28)

Antes disso, o Ministério Público argentino já havia produzido um documento que apresenta as teses jurídicas centrais e as adaptações ao procedimento penal implementadas para ajustar o tratamento aos casos de crimes sexuais. Trata-se da Resolução PGN nº 557 de 2012, da *Procuración General de la Nación* da Argentina, que instrui todos os promotores a observar o documento elaborado pela *Unidad Fiscal de Coordinación y Seguimiento de las causas por violaciones a los derechos humanos cometidas durante el terrorismo de Estado*, intitulado *Consideraciones sobre el juzgamiento de los abusos sexuales cometidos en el marco del terrorismo de Estado*. Tendo em vista as respostas judiciais deficitárias até então e levando em conta a recomendação do Comitê da CEDAW para que o Estado avançasse na judicialização dos crimes sexuais, o documento “identifica los aspectos problemáticos de la práctica judicial al momento de tratar estos delitos y ofrece distintas pautas de actuación para evitar o morigerar sus efectos perniciosos” (PGN, 2012, p. 1).

A construção do documento é fruto da atuação de unidades especializadas do Ministério Público argentino. Por um lado, a iniciativa foi promovida pela unidade que conduz as causas relacionadas a violações de direitos humanos durante a ditadura. Por outro lado, também reflete o trabalho do *Programa del Ministerio Público Fiscal sobre Políticas de Género*, que se dedica à “difusión, sensibilización y capacitación sobre la temática de género y derechos de las mujeres” bem como à “articulación intra e interinstitucional con organismos encargados de asuntos pertinentes para la temática de género”. A existência de unidades especializadas do ministério público teve, portanto, um papel central para pautar o tratamento dos crimes da ditadura e, em particular, da violência sexual, e para difundir orientações aos demais setores do órgão fiscal.

Com relação à metodologia para a coleta dos testemunhos e ao preparo dos operadores judiciais, o documento da PGN registra que “es imprescindible prestar atención tanto a la capacitación, competencia y el comportamiento de los funcionarios encargados de recibir su testimonio como a la adecuación del lugar y la modalidad en la que tiene lugar el acto”. Nesse sentido, cabe aos juízes e promotores:

asistir a la víctima en las necesidades que requiera; procurar que su declaración se realice en un contexto adecuado para lograr que

se produzca con la mayor libertad posible; impedir interrogatorios que se dirijan a violentar, coaccionar o intranquilizar a la víctima; disponer las medidas de seguridad y de asistencia psicológica que hagan falta; y, si fuera necesario evitar su exposición pública, hacer uso de los medios técnicos que correspondan (videoconferencia, cámara Gesell, u otras alternativas similares) (PGN, 2012, p. 25).

O México também adotou diversas leis e protocolos voltados ao atendimento das vítimas e à investigação dos casos de delitos sexuais, o que traduz o esforço de dar cumprimento às obrigações internacionais assumidas e decorrentes das condenações sofridas no SIDH. Uma reforma constitucional realizada em 2011 incorporou ao artigo 1º da Constituição o princípio de proteção aos direitos humanos em conformidade com as normas constitucionais e com os tratados internacionais. Em 2013, foi promulgada a Lei Geral de Vítimas, que visa proteger os direitos das vítimas de crimes e de violações aos direitos humanos praticadas pelo Estado ou pela violência de particulares.¹³³ Estão contemplados os direitos à assistência, proteção, atenção, verdade, justiça, reparação, devida diligência, entre outros (artigo 2)¹³⁴. Os mecanismos, medidas e procedimentos previstos na Lei devem ser desenhados em observância a uma série de princípios enunciados no artigo 5, que incluem a devida diligência, o enfoque diferencial e especializado¹³⁵, o enfoque transformador¹³⁶, a igualdade e não-discriminação e a não vitimização secundária¹³⁷.

No tema específico da violência sexual, foi criada uma unidade especializada no âmbito do Procuradoria Geral da República chamada “Fiscalía Especial para los Delitos de Violencia Contra las Mujeres y Trata de Personas” (FEVIMTRA).¹³⁸ Com base nas diretrizes nacionais

133. A Lei pode ser acessada em: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGV.pdf>.

134. Os direitos estão destrinchados no Título Segundo da Lei, artigos 7º a 27.

135. Nesse aspecto, a Lei “reconoce la existencia de grupos de población con características particulares o con mayor situación de vulnerabilidad en razón de su edad, género, preferencia u orientación sexual, etnia, condición de discapacidad y otros, en consecuencia, se reconoce que ciertos daños requieren de una atención especializada que responda a las particularidades y grado de vulnerabilidad de las víctimas”.

136. Esse enfoque requer das autoridades competentes esforços para que as medidas em prol da efetivação dos direitos das vítimas “contribuyan a la eliminación de los esquemas de discriminación y marginación que pudieron ser la causa de los hechos victimizantes”.

137. Esse princípio reforça que a qualidade de vítima não pode ser negada por “características y condiciones particulares”. Também dispõe que os mecanismos e procedimentos não podem agravar a situação das vítimas, impor requisitos que impeçam o exercício de seus direitos nem expô-las a novos danos por condutas dos servidores públicos.

138. Para mais informações, ver: <http://www.pgr.gob.mx/Fiscalias/fevimtra/Paginas/default.aspx>.

estabelecidas pelo Estado Mexicano¹³⁹, a FEVIMTRA elaborou o “Protocolo de Investigación Ministerial, Pericial y Policial con Perspectiva de Género para la Violencia Sexual”¹⁴⁰ (PGR, 2015) com o objetivo de “proporcionar una herramienta metodológica estándar y efectiva en la investigación de la violencia sexual” a partir de uma “visión de género y estricto cumplimiento al principio de debida diligencia” (PGR, 2015 p. 7). Assim, o Protocolo visa padronizar os procedimentos seguidos nos três níveis de especialização – ministerial, policial e pericial – para coordenar a atuação e evitar a discricionariedade (PGR, 2015 p. 8). O guia rechaça a influência de estereótipos discriminatórios nas investigações e estabelece um enfoque de gênero e de interseccionalidade, levando em conta as situações de especial vulnerabilidade que atingem as mulheres (PGR, 2015 p. 10 e ss)¹⁴¹. As orientações aos funcionários públicos envolvem: a atenção às necessidades das vítimas e o respeito ao seu tempo e dificuldades; a obtenção do consentimento da vítima para todas as diligências e o cuidado para que não tenha que repetir mais de uma vez o seu relato; o fornecimento de informações e de orientações às vítimas sobre seus direitos¹⁴²; a proteção da confidencialidade e intimidade; e a não revitimização por meio de juízos de valor baseados em discriminação de gênero (PGR, 2015 pp. 22-25).¹⁴³ Vale ressaltar, por fim, os cuidados indicados pelo Protocolo para a primeira entrevista, com o objetivo de obter a confiança, transmitir tranquilidade e facilitar a narrativa das vítimas

139. Entre essas diretrizes, destaca-se: “La Ley Orgánica de la Procuraduría General de la República; que en su artículo 5 establece la obligación a la PGR, de elaborar y aplicar protocolos de investigación de delitos con perspectiva de género, entre otros para la investigación de la violencia sexual, contra la libertad y normal desarrollo psicosexual” e “El Programa Nacional de Procuración de Justicia 2013-2018 (PNPJ), incluye los casos de violencia contra las mujeres como delitos de alto impacto cuya atención es prioritaria para el Estado mexicano, así como la responsabilidad de sensibilizar a todo el personal respecto a la atención y protección adecuada de las víctimas del delito y proveer garantías efectivas para que las mujeres denuncien actos de violencia” (PGR, 2015 p. 7).

140. O Protocolo de investigação está disponível em: http://www.pgr.gob.mx/que-es-la-pgr/PGR_Normateca_Sustantiva/protocolo%20violencia%20sexual.pdf

141. O Protocolo se apoia na decisão da Suprema Corte de Justiça da Nação na “Resolución de Amparo directo en revisión 2655/2013, Acceso a la justicia en condiciones de igualdad. Elementos para juzgar con perspectiva de género”, de 6 de novembro de 2013, que traz elementos para se identificar situações de violência e de vulnerabilidade por razão de gênero (PGR, 2015 p. 40).

142. Incluindo o direito de ser atendida por um profissional do mesmo sexo e capacitado, o direito a cópias de todos os documentos que sejam de interesse da vítima e o direito de participar do processo penal, o acesso a serviços médicos de emergência (incluindo contracepção ou interrupção da gravidez), a presença de intérprete.

143. Outro Procolo relevante: “Protocolo de Investigación de Delitos Sexuales en adultos”. Disponível em: http://www.secretariadodejecutivo.gob.mx/docs/pdfs/ConcertacionFASP2015/INFORMACION%20COMPLEMENTARIA/5%20PROTOCOLO_INVESTIGACION_DELITOS_ROBO_%20SEXUALES_%20EN_ADULTOS.pdf

(PGR, 2015 pp. 25-26). Em seu Anexo I, o Protocolo traz uma sugestão de roteiro para essa primeira entrevista, incluindo um modelo de questionário básico (PGR, 2015 pp. 66-69).

Na Colômbia, o Auto 092 de 2008 proferido pela Sala Segunda de Revisão da Corte Constitucional diz respeito a medidas de atenção e à proteção dos direitos das mulheres atingidas pelo deslocamento interno causado pelo conflito armado e à prevenção das violações de gênero e seu impacto diferencial sobre as mulheres. O Auto foi expedido em seguimento à sentença de tutela T-025 proferida pela Corte Constitucional em 2004, que declarou o estado de coisas inconstitucional relativo ao deslocamento interno produzido pelo conflito. Essa sentença reconheceu as violações massivas a direitos humanos praticadas contra a população deslocada e as falhas estruturais das políticas do Estado que contribuíram para que isso acontecesse.

Nesse marco, o Auto 092, voltado à situação das mulheres, partiu do pressuposto fático do “impacto desproporcionado, en terminos cuantitativos y cualitativos, del conflicto armado interno y del desplazamiento forzado sobre las mujeres colombianas” e do pressuposto jurídico de que as mulheres deslocadas são “sujetos de protección constitucional reforzada” com base na Constituição colombiana e nas obrigações do Estado em matéria de direitos humanos e direito internacional humanitário. A Corte se pronunciou tanto no âmbito da prevenção do impacto diferencial que o conflito armado e o deslocamento interno produz sobre as mulheres, como no âmbito da atenção às mulheres que são vítimas deslocadas internas e da proteção a seus direitos. No campo da prevenção, a decisão levou em conta 10 riscos de gênero¹⁴⁴ no marco do conflito armado, entre os quais o primeiro enunciado é o risco de violência sexual, exploração sexual ou abuso sexual. Já no âmbito da atenção às vítimas e proteção de seus direitos, a Corte identificou 18 “facetas de género del desplazamiento forzado”¹⁴⁵ que incluem tanto padrões de violência e discriminação de caráter estrutural que preexistem à situação de deslocamento, como problemas específicos que dizem respeito à particular vulnerabilidade causada pelo deslocamento interno. Na primeira categoria está o risco de sofrer violência e abusos sexuais e o desconhecimento de seus direitos à justiça, verdade, reparação

144. Segundo a decisão, esses riscos de gênero correspondem a “diez factores de vulnerabilidad específicos a los que están expuestas las mujeres por causa de su condición femenina en el marco de la confrontación armada interna colombiana, que no son compartidos por los hombres”.

145. Segundo a decisão, essas facetas de gênero correspondem a “aspectos del desplazamiento que impactan de manera diferencial, específica y agudizada a las mujeres, por causa de su condición femenina en el marco del conflicto armado colombiano”

e não-repetição; na segunda categoria estão problemas de falta de acompanhamento psicológico, de registro da população deslocada, de acesso ao serviço de atenção a essa população, bem como “una alta frecuencia de funcionarios no capacitados para atender a las mujeres desplazadas, o abiertamente hostiles e insensibles a su situación”.

Nesse sentido, a Corte Constitucional determinou a adoção de um conjunto de providências, resumido pela decisão nos seguintes termos:

(i) órdenes de creación de trece (13) programas específicos para colmar los vacíos existentes en la política pública para la atención del desplazamiento forzado desde la perspectiva de las mujeres, de manera tal que se contrarresten efectivamente los riesgos de género en el conflicto armado y las facetas de género del desplazamiento forzado¹⁴⁶, (ii) el establecimiento de dos presunciones constitucionales que amparan a las mujeres desplazadas¹⁴⁷, (iii) la adopción de órdenes individuales de protección concreta para seiscientos (600) mujeres desplazada.s en el país, y (iv) la comunicación al Fiscal General de la Nación de numerosos relatos de crímenes sexuales cometidos en el marco del conflicto armado interno colombiano.

146. Os treze programas de ação social previstos para preencher lacunas em matéria de gênero nas políticas públicas voltadas ao tema do deslocamento forçado são: “a. El Programa de Prevención del Impacto de Género Desproporcionado del Desplazamiento, mediante la Prevención de los Riesgos Extraordinarios de Género en el marco del Conflicto Armado. b. El Programa de Prevención de la Violencia Sexual contra la Mujer Desplazada y de Atención Integral a sus Víctimas. c. El Programa de Prevención de la Violencia Intrafamiliar y Comunitaria contra la Mujer Desplazada y de Atención Integral a sus Víctimas. d. El Programa de Promoción de la Salud de las Mujeres Desplazadas. e. El Programa de Apoyo a las Mujeres Desplazadas que son Jefes de Hogar, de Facilitación del Acceso a Oportunidades Laborales y Productivas y de Prevención de la Explotación Doméstica y Laboral de la Mujer Desplazada. f. El Programa de Apoyo Educativo para las Mujeres Desplazadas Mayores de 15 Años. g. El Programa de Facilitación del Acceso a la Propiedad de la Tierra por las Mujeres Desplazadas. h. El Programa de Protección de los Derechos de las Mujeres Indígenas Desplazadas i. El Programa de Protección de los Derechos de las Mujeres Afrodescendientes Desplazadas. j. El Programa de Promoción de la Participación de la Mujer Desplazada y de Prevención de la Violencia contra las Mujeres Líderes o que adquieren Visibilidad Pública por sus Labores de Promoción Social, Cívica o de los Derechos Humanos. k. El Programa de Garantía de los Derechos de las Mujeres Desplazadas como Víctimas del Conflicto Armado a la Justicia, la Verdad, la Reparación y la No Repetición. l. El Programa de Acompañamiento Psicosocial para Mujeres Desplazadas. m. El Programa de Eliminación de las Barreras de Acceso al Sistema de Protección por las Mujeres Desplazadas”.

147. As duas presunções constitucionais que amparam as mulheres deslocadas enquanto “sujetos de protección constitucional reforçada” são: “a. La presunción constitucional de vulnerabilidad acentuada de las mujeres desplazadas, para efectos de su acceso a los distintos componentes del SNAIPD [Sistema Nacional de Atención Integral a la Población Desplazada] y de la valoración integral de su situación por parte de los funcionarios competentes para atenderlas; y b. La presunción constitucional de prórroga automática de la ayuda humanitaria de emergencia a favor de las mujeres desplazadas, hasta que se compruebe la autosuficiencia integral y en condiciones de dignidad de cada mujer en particular.”

Em 2014, foi promulgada na Colômbia a Lei 1.719, com o objetivo de garantir os direitos das mulheres no marco do conflito armado, em especial o acesso à justiça. Entre as garantias previstas no artigo 13 da Lei estão: a preservação da intimidade e privacidade da vítima, mantendo a confidencialidade de seus dados pessoais; o acesso a documentos que sejam de interesse da vítima, como a denúncia ou o laudo médico-legal; a não-discriminação por conta de comportamento ou de orientação sexual; o atendimento por pessoas com formação em direitos humanos e com enfoque diferencial; o direito a não ser confrontada com o agressor, nem submetida a provas repetitivas ou que impliquem em intromissão desnecessária e desproporcional em sua intimidade; o atendimento em lugares acessíveis, com garantia de privacidade, salubridade, segurança e comodidade; a proteção contra toda forma de coerção, violência e intimidação; o acompanhamento e assistência técnica e legal¹⁴⁸; o direito a iguais oportunidades e a medidas que facilitem o ato de testemunhar; a consideração de condições especiais de vulnerabilidade (como a idade, deficiências, pertencimento a grupos étnicos, etc) para fins de adoção de medidas de prevenção ou proteção, ou de garantia de participação no processo e reparação; o acesso a informação sobre o direito à interrupção da gravidez causada por estupro. O dispositivo também prevê os deveres e responsabilidades dos órgãos e autoridades envolvidas nos processos de atenção integral e acesso à justiça às vítimas de violência sexual.

O artigo 17 da lei diz respeito à obrigação de conduzir investigações em tempo razoável e sob impulso dos funcionários judiciais, ou seja, sem depender da iniciativa da vítima. Promotores e magistrados devem atuar com devida diligência, contar com apoio especializado e evitar a revitimização:

ARTÍCULO 17. OBLIGACIÓN DE ADELANTAR LAS INVESTIGACIONES EN UN PLAZO RAZONABLE Y BAJO EL IMPULSO DE LOS FUNCIONARIOS JUDICIALES.

(...)

El fiscal del caso deberá contar dentro de su grupo de investigadores criminalísticos con personal capacitado en delitos sexuales, con quienes adecuará el programa metodológico de la investigación de acuerdo a las características de cada caso y atendiendo a las características étnicas, etarias y socioeconómicas de la víctima.

148. Nesse aspecto, a norma dispõe especificamente que: “Las entrevistas y diligencias que se surtan antes de la formulación de imputación deberán realizarse en un lugar seguro y que le genere confianza a la víctima, y ningún funcionario podrá impedirle estar acompañada por un abogado o abogada, o psicóloga o psicólogo. Se deberán garantizar lugares de espera para las víctimas aislados de las áreas en las que se desarrollan las diligencias judiciales, que eviten el contacto con el agresor o su defensa, y con el acompañamiento de personal idóneo”.

Las actuaciones adelantadas por los funcionarios judiciales deberán respetar en todo momento la dignidad de las víctimas de violencia sexual y atender sus necesidades de tal manera que no constituyan actos de revictimización.

Para além da atuação de agentes capacitados dentro das equipes de investigação, o artigo 21 da Lei também prevê a criação de Comitês Técnico-Jurídicos para investigar a violência sexual no interior da *Fiscalía General de la Nación*. Os comitês devem funcionar “como mecanismos de direccionamiento estratégico de casos que por su dificultad y situación de mayor vulnerabilidad de las víctimas”, com o objetivo de “realizar el análisis, monitoreo y definición de técnicas y estrategias de investigación con perspectiva de género y diferencial”. Nessa mesma linha de cuidado com o preparo dos órgãos e agentes responsáveis por responder e processar as denúncias de crimes sexuais, a lei afastou a competência da justiça penal militar para investigar tais delitos (artigo 20). A Lei prevê, ainda, medidas de proteção às vítimas, tendo em vista sua situação de vulnerabilidade (artigo 22)¹⁴⁹, além de atenção integral à saúde (artigo 23)¹⁵⁰, incluindo atenção psicossocial, pelo tempo que for necessária (artigo 24).¹⁵¹

Por fim, no âmbito regional, merece atenção o “Guia de atuação para os Ministérios Públicos na investigação penal de casos de violência sexual perpetrados no marco de crimes internacionais, em particular de crimes contra a humanidade”, aprovado na XVII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul, realizada em junho de 2015.¹⁵² O Guia contém “pautas generales para guiar la actuación de los Ministerios

149. Como establece o dispositivo, as medidas de proteção partem do entendimento de que “Se presume la vulnerabilidad acentuada de las víctimas de violencia sexual con ocasión del conflicto armado, el riesgo de sufrir nuevas agresiones que afecten su seguridad personal y su integridad física, y la existencia de riesgos desproporcionados de violencia sexual de las mujeres colombianas en el conflicto armado (artigo 22, ‘1’).” O artigo também dispõe que as medidas protetivas são extensivas ao grupo familiar e às pessoas que dependam da vítima, e também aquelas que, por defender os direitos da vítima, entram em situação de risco.

150. No atendimento à saúde, deve ser implementado o “Protocolo y el Modelo de Atención Integral en Salud para las Víctimas de Violencia Sexual”, que inclui procedimento de interrupção da gravidez.

151. Segundo informado pela Universidad de Rosario, em resposta ao questionário, o Ministério Público da Colômbia adotou recentemente um protocolo de investigação dos casos de crimes sexuais relacionados ao conflito armado interno, mas ainda não está disponível. A esse respeito, ver a reportagem: <http://www.fiscalia.gov.co/colombia/noticias/destacada/fiscalia-adopta-protocolo-para-investigar-y-judicializar-la-violencia-sexual/>. Também existe um protocolo para a Força Pública: <http://unfpa.org.co/wp-content/uploads/2014/03/protocolo-ddhh-0711012-PANTONE-300pm-1.pdf>.

152. Registro um agradecimento ao CELS pela indicação do Guia.

Públicos en la investigación penal de casos de violencia sexual perpetrados en el contexto de crímenes internacionales, en particular de crímenes de lesa humanidad” (artigo 1, ‘a’). O artigo 2º do Guia estabelece que os Ministérios Públicos devem incorporar uma perspectiva de gênero e um enfoque interseccional nas investigações dos casos de violência sexual. Ou seja, devem levar em conta o impacto diferencial da violência, bem como a incidência de condições de vulnerabilidade, como “edad, pobreza, orientación sexual, identidad de género, migración y desplazamiento interno, discapacidad, pertenencia a comunidades indígenas u otras minorías, privación de la libertad, entre otras” (artigo 2, ‘b’).

Entre os temas tratados pelo Guia, para além das diretrizes para a investigação e a atividade probatória, mencionadas no próximo item, estão previstas, no artigo 6º, orientações para a coleta de testemunhos das vítimas de violência sexual. Apesar da extensão, vale transcrever na íntegra o dispositivo, uma vez que seus incisos condensam as principais instruções para coleta do testemunho de vítimas de crimes sexuais:

Artículo 6. Pautas generales para la toma de testimonios de víctimas de violencia sexual

Los Ministerios Públicos, en el marco de sus competencias específicas y conforme lo permita el derecho interno de cada Estado, investigarán con la debida diligencia los crímenes de violencia sexual, adoptando medidas para proteger a las víctimas, orientadas a prevenir el riesgo de la retraumatización ante la declaración y a fortalecer el carácter reparador del proceso de justicia. A tales efectos:

- a) asegurarán que las declaraciones de las víctimas se realicen en ambientes cómodos y reservados, para brindarles seguridad y confianza;
- b) adoptarán medidas para evitar que las víctimas tengan que reiterar su declaración. Al respecto, podrán solicitar la utilización de declaraciones formuladas en la etapa de investigación (ya sea declaraciones por escrito o grabaciones sonoras o audiovisuales) o ante otros tribunales;
- c) con el consentimiento de las víctimas, adoptarán medidas para limitar su exposición al público y para prevenir su estrés psicológico. En particular, podrán solicitar: un cambio del lugar de celebración del juicio o de la fecha de la audiencia, el desalojo del público de la sala del tribunal (sesión a puerta cerrada), o la presencia de un acompañante como apoyo psicológico. También podrán requerir que se preserve la identidad de las víctimas en los escritos y resoluciones, consignando las iniciales de los nombres, entre otras medidas;
- d) adoptarán medidas para un abordaje psicosocial o psicojurídico

- antes, durante y después de las entrevistas, con profesionales del campo de la salud mental y/o de las ciencias sociales;
- e) preguntarán específicamente sobre la posible comisión de delitos sexuales. No asumirán que las víctimas de violencia sexual no quieren relatar su historia;
 - f) consultarán sobre la posible comisión de crímenes de violencia sexual tanto a hombres como a mujeres. No realizarán presunciones sobre quienes son las víctimas de violencia sexual ni sobre quienes quieren relatar su historia;
 - g) utilizarán un lenguaje claro y desprejuiciado, a la vez que clarificarán a las víctimas los términos jurídicos que se utilizan;
 - h) al tomar testimonios, dejarán que las víctimas relaten los hechos de manera espontánea y cronológica y, luego, realizarán las preguntas aclaratorias o específicas para completar la información. Las consultas tendrán un carácter general, y no se requerirán detalles de los hechos, sino sólo de aquellos elementos que sean indispensables para probar la configuración de los delitos y la participación criminal;
 - i) al valorar los testimonios, no se confundirán las manifestaciones del trauma (como ausencia de emoción o narraciones inconexas) con la falta de credibilidad;
 - j) adoptarán aptitudes de escucha activa, lo que implica la capacidad de escucha atenta y respetuosa;
 - k) estarán atentos para advertir en los testimonios indicadores de posibles crímenes de violencia sexual (como por ejemplo la detención de mujeres vigiladas por hombres; la publicación o difusión de propaganda o incitación al odio diseñada para instigar a la violencia sexual contra un grupo determinado; el allanamientos de viviendas por parte de soldados o grupos de milicias, sobre todo si las mujeres o los niños se encuentran solos en el hogar; el aumento del número de mujeres que solicitan tratamiento médico de lesiones como la fístula; entre otros indicadores).

4.2. Estratégias contra a prescrição e a anistia

A aplicação dos institutos da prescrição ou da anistia aos crimes sexuais tem como pressuposto a qualificação desses delitos como crimes comuns, que estariam sujeitos, portanto, a medidas de extinção da punibilidade. Para afastar essas medidas, são adotadas estratégias jurídicas voltadas à caracterização dos atos de violência sexual como: *i*) tortura, *ii*) crimes de guerra ou *iii*) crimes contra a humanidade, perseguidos no âmbito da jurisdição doméstica ou via judicialização internacional.

Em janeiro de 2016, o relator especial da ONU sobre tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, Juan Méndez, divulgou

um relatório que discute os aspectos de gênero da prática de tortura. O relator ressaltou que uma análise de gênero se opõe à “tendência de considerar as violações contra mulheres e meninas, e lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgênero como maus tratos, ainda quando elas seriam mais adequadamente identificadas como tortura” (Méndez, UN, A/HRC/31/57, §8). Com apoio na jurisprudência internacional firmada tanto pelas cortes regionais de direitos humanos quanto pelos tribunais penais internacionais *ad hoc*, o relatório afirma que o estupro e outros atos de violência sexual podem constituir tortura quando cometidos pelo Estado e por grupos não-estatais (Méndez, UN, A/HRC/31/57, §52)¹⁵³. Percebe-se que a qualificação como tortura visa reconhecer a especial gravidade dos atos de violência sexual, ao afirmar que não são violações inferiores ou de menor dignidade, mas equivalentes à prática de tortura. Ao fazer essa equivalência, o relator não negligencia o fato de que a tortura é tradicionalmente tratada como uma prática cometida contra homens, o que invisibiliza as especificidades da violência e do sofrimento causado em mulheres, meninas e demais grupos que, pela orientação sexual ou identidade de gênero, seriam desviantes dos padrões socialmente dominantes. Nesse sentido, o relator chama atenção para a necessidade de se levar em conta a natureza de gênero da tortura, tanto para a análise de suas causas e consequências (com ênfase nos fatores estruturais de discriminação), como para a formulação das respostas estatais, especialmente no campo das reparações às vítimas (Méndez, UN, A/HRC/31/57, §68).

Como visto na Parte I desse estudo, os crimes sexuais também podem constituir crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, contanto que satisfeitos os requisitos para cada espécie. Nessas hipóteses, os crimes sexuais cometidos nas ditaduras e conflitos armados também são passíveis de persecução penal nas instâncias nacionais como delitos autônomos. Como, em geral, as vítimas e organizações não encontram respaldo jurídico interno ao processamento de crimes de transcendência internacional, seja por questões políticas ou de ordem processual, elas desenvolveram um modo de atuação que tem sido nomeado como *litígio estratégico* (Torelly, 2016, pp. 148-9). Essa linha de ação envolve o recurso à judicialização internacional com o objetivo de pressionar e impactar de forma mais ampla as políticas e o direito interno, como explica Marcelo Torelly:

153. Segundo o relatório, mesmo quando não seja perpetrador, o Estado responde por atos praticados por pessoas privadas quando falha em sua obrigação de devida diligência. Entende-se que a tortura se caracteriza a partir da natureza do ato cometido e não do status da pessoa que o cometeu (Méndez, UN, A/HRC/31/57, § 52). Essa discussão é particularmente relevante tendo em vista, por exemplo, o entendimento adotado pela Corte IDH no julgamento do Caso *Campo Algodonero*, como visto, em que a violência sexual praticada contra as vítimas não foi considerada tortura porque cometida por agentes privados e não por funcionários públicos.

Quando atuam nas esferas transnacional e internacional visando não apenas o saneamento de uma violação, mas um caminho alternativo para uma reforma legal ou implementação de uma política pública, indivíduos e atores privados, como ONG's, produzem aquilo que Keck & Sikkink definem como um “efeito boomerang”, em que uma demanda que poderia ser endereçada a uma instituição doméstica, ou mesmo que foi endereçada e não reconhecida por uma instituição doméstica, é remetida a um fórum internacional para, então, ser devolvida ao âmbito doméstico recodificada (Torelly, 2016, p. 150).

Nesse sentido, alguns países da RLAJT avançaram na incorporação à ordem jurídica interna de conceitos e categorias do direito penal internacional, como os crimes contra a humanidade. Por exemplo, no Chile, como informado pelo OJT na resposta ao questionário, a Lei 20.357 de 2009 tipificou os crimes contra a humanidade e consagrou, entre eles, o estupro e o abuso sexual. O artigo 5, número 8, previu como delito de lesa humanidade o de: “Violare a una persona en los términos de los artículos 361 y 362 del Código Penal o abusare sexualmente de ella en los términos del artículo 365 bis”. Embora a lei não se aplique aos crimes da ditadura, indica um aprimoramento na interação entre ordem jurídica nacional e internacional.¹⁵⁴ Na Colômbia, a Lei 1.719 de 2014 estabelece, em seu artigo 15, que os atos de violência sexual cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil e com conhecimento de tal ataque serão entendidos como crimes contra a humanidade, os quais são imprescritíveis, nos termos do artigo 16 do mesmo diploma legal.

A qualificação jurídica como tortura, crime de guerra ou crime contra a humanidade confere aos delitos sexuais o caráter de imprescritíveis e insuscetíveis de anistia. Em princípio, o tratamento dos crimes sexuais como forma de tortura ou como delitos autônomos (enquanto crimes contra a humanidade) não são excludentes entre si. Não obstante, como visto, existem dificuldades específicas para se destacar os atos de violência sexual da prática de tortura e para reconhecê-los como crimes contra a humanidade. Nesse aspecto, os países membros da RLAJT têm seguido caminhos e estratégias distintas no âmbito da justiça, mas parecem convergir para a defesa do caráter autônomo das violações sexuais, ainda que seja possível uma imputação simultânea como tortura, em concurso formal.

No contexto argentino, essa defesa da autonomia dos crimes sexuais vocaliza, em primeiro lugar, uma reivindicação das próprias vítimas, que

154. Nesse sentido, ver também a Lei 26.200 promulgada em 2007 na Argentina, que diz respeito à implementação do Estatuto de Roma.

entendem ou tomam consciência de que foram atingidas de maneiras distintas quando torturadas, de um lado, e quando estupradas ou abusadas sexualmente, de outro. Tendo em vista a diferença entre os atos, elas postulam que os agentes sejam responsabilizados de forma separada por cada crime cometido. Nesse sentido, uma das vítimas ouvidas no âmbito do projeto *Grietas del Silencio* expressou: “Que se los juzgue, en mi caso particular a este tipo por lo que yo lo denuncié, un delito, un violador serial. (...) Y quiero que se le condene por eso” (M14) (2011, p. 253).

Na entrevista concedida a essa pesquisa, Susana Chiarotti destacou que a análise separada dos atos de violência sexual também é importante em um sentido de disputa política e simbólica da memória da ditadura, para revelar quem foram os repressores:

en cada uno de esos actos había una expresión de violencia sexual, que debe ser analizada por separada, por separado también para mostrar la verdadera imagen de lo que eran los represores, porque todavía tenemos el rastro de una gran parte de la sociedad que piensa que estos señores libraron al país de una escoria roja, de los perversos comunistas y toda la gente que quería traer el mal al país, y que eran gente pura recta, cristiana, que solo quería poner orden en el país y moralizarlo. Cuando vos mostrás que se robaban las pertenencias que los detenidos y se los llevaban a su casa, y que se violaban a las detenidas, esta imagen de militar puro se desarma. Incluso la gente puede tolerar que le digan que ese señor torturó, pero no puede tolerar que digan violó, porque cuando vos decís tortura, la gente se imagina a un militar con una picana, o un palo que lo intermedia del cuerpo del otro, que lo separa del cuerpo del otro, tratando de obtener información para garantizar la seguridad del país. Pero cuando vos mostrás un tipo tirándose arriba de una detenida encapuchada y con las manos atadas, la imagen es la de un animal, y se te rompe en pedazos la idea del represor bueno que tuvo algún exceso para obtener informaciones para salvar al país. Si en nuestros países, donde la construcción de la democracia siempre es frágil, si vos no desmontar esa imagen del represor tal cual era, si no la mostrás, crudamente, la gente sigue pensando que mejor estábamos con los militares.

No campo jurídico, o documento da PGN, que contém diretrizes aos promotores para a persecução penal dos crimes sexuais no marco do terrorismo de Estado, apresenta o diagnóstico de que a subsunção ao crime de tortura faz com que os delitos sexuais fiquem diluídos e invisibilizados. A promotoria argentina enfatiza que os atos de violência sexual têm uma “entidade própria” tanto para o direito internacional como para o direito nacional. Inclusive, à época dos fatos já existiam figuras penais da legislação

interna que tipificavam crimes sexuais.¹⁵⁵ Por isso, não há motivos para não qualificá-los como “delitos sexuais *strictu sensu*”, ainda que também sejam vistos como parte das torturas. A esse respeito, o documento registra: “Aquí no se pretende negar que la calificación de tormentos puede concurrir, sino afirmar que la calificación como delitos contra la integridad sexual no puede dejarse de lado”. Admite-se que uma mesma ação configure duas infrações penais, como estupro e tortura, como exemplo de concurso formal (PGN, 2012 p. 10). O que se refuta é que a violência sexual esteja abrangida pelo crime de tortura. A PGN rejeita a ideia de subsunção, tanto pela via de o crime mais grave absorver o menos grave, como pela ideia de que o crime mais genérico capta todos os aspectos criminais do delito específico:

ello claramente no sucede en el caso de los abusos sexuales, dado que ni son menos graves (en especial la violación), ni tampoco es posible considerar que los abusos sexuales sean casos característicos o prototípicos de tormento, de modo tal que razonablemente pueda entenderse que ya fueron contemplados en la definición genérica del delito de tormento. En efecto, el delito de tormentos no expresa de ninguna manera la esencia particular que tiene una agresión de índole sexual y, por ende, nada autoriza a dejar de aplicar las figuras penales que sí lo hacen (PGN, 2012 p. 12).

A resistência à qualificação jurídica autônoma dos crimes sexuais parece ter decorrido, segundo o documento da Procuradoria, do receio de não serem preenchidas as condições previstas no direito internacional para a caracterização como crimes contra a humanidade. De fato, houve julgados que entenderam que os atos de violência sexual tinham sido ocorrências eventuais e alheias ao plano repressivo do Estado ditatorial. Embora previstos em diversos diplomas internacionais, a inclusão dos crimes sexuais na categoria de crimes contra a humanidade exigiria que tivessem sido praticados de forma sistemática e generalizada.

Em resposta a esses argumentos, trabalhos de coleta de testemunhos, como o projeto *Grietas del Silencio*, demonstraram que os crimes sexuais não foram episódios isolados, mas praticados de forma planejada nos centros clandestinos de detenção e com ampla distribuição geográfica, cobrindo as mais diversas localidades do território argentino. Não obstante, ainda que assim não fosse, os delitos sexuais não perderiam seu status de crimes contra a humanidade. Isso porque, nos termos do artigo 7º do Estatuto de

155. À época do terrorismo de Estado na Argentina, os crimes sexuais estavam previstos nos artigos 119, 120, 122, 123, 124 e 127 do Código Penal, sob a rubrica de “delitos contra a honestidade”.

Roma, os crimes contra a humanidade se definem como “qualquer um dos atos seguintes [entre os quais os crimes sexuais elencados na letra ‘g’¹⁵⁶], quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque”. É, portanto, o ataque que deve ser generalizado ou sistemático, e não as violações. Um único ato de violência sexual pode constituir um crime contra a humanidade desde que esteja conectado ou faça parte do ataque “generalizado ou sistemático” contra uma população civil. Na entrevista concedida, Carolina Varsky reforçou esse entendimento:

aun cuando haya un solo caso en un centro clandestino, esa sistematicidad es de ataque generalizado, no de la práctica de la violación, ¿se entiende? Aunque haya un solo caso es un crimen de lesa humanidad, porque fue cometido en el marco de ese plan sistemático de exterminio de las oponentes a la dictadura.¹⁵⁷

É certo que a motivação dos agentes para a prática de atos de violência sexual é irrelevante para a sua configuração como crime contra a humanidade. Ainda assim, ao se demonstrar a relação dos crimes sexuais com o contexto repressivo, desmonta-se a tese de que esses crimes estariam ligados à libido ou ao desejo sexual dos agentes. Também se reconhece que os atos de violência sexual fizeram parte da estratégia de aniquilamento das/os opositoras/es políticas/os e foram possíveis em razão da posição de poder que tinham os agressores. Ou seja, os crimes sexuais não visavam a satisfação do prazer sexual, mas eram parte do plano de extermínio e de dominação política. Não foram tampouco desvios individuais, mas

156. Como visto, são arrolados como crimes contra a humanidade: “g) Agressão sexual, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável”.

157. Com apoio nas normas e jurisprudência internacional o documento produzido pela unidade especial do Ministério Público argentino apresenta os requisitos para que os atos de violência sexual configurem crimes contra a humanidade, na medida em que façam parte de um ataque generalizado e sistemático contra uma população civil. Em primeiro lugar, com relação ao contexto, exige-se que exista uma comissão múltipla de atos (ataque) que afete um grande número de vítimas (generalizado) ou que tenha sido coordenada por um plano pré-concebido (sistemático). No caso do terrorismo de Estado argentino, o sistema repressivo seguiu um padrão de conduta criminoso que foi tanto generalizado como sistemático. Quanto à relação entre o ato e o ataque, o documento pontua que essa relação pode decorrer do fato de o crime ser, por sua natureza e consequências, parte do ataque, ou pelo conhecimento do acusado de que existe um ataque e seu ato é parte dele. Outro critério se refere ao aumento da periculosidade do crime ou da vulnerabilidade das vítimas por causa do contexto. Esse enquadramento não abrange todos os delitos praticados no período, mas as condutas que “se ven favorecidas o facilitadas por la existencia del ataque, precisamente porque no hay una autoridad dispuesta a evitarlas, ni a sancionarlas, es decir, se trata de conductas cometidas al amparo del poder que sostiene la política de ataque generalizado o sistemático”. Esse é o caso da violência sexual praticada nos centros clandestinos de detenção ou de extermínio, já que havia um domínio praticamente absoluto dos agentes da repressão sobre as vítimas. (PGN, 2012 pp. 5-7)

atos imbricados às estruturas de poder. É esclarecedor, nesse sentido, o testemunho de uma vítima argentina:

[...] Charly, tenho certeza de que, se estivesse solto pela rua, não seria um estuprador serial; estuprava as mulheres porque era parte do poder dentro desse lugar... não era um maluco que um dia teve a ideia de começar a estuprar mulheres, todos sabiam disso, também tinha suas preferidas no lugar, era parte de um plano... (In: Balardini *et al*, 2010, p.130)

Vale lembrar, ainda, que persecução penal dos crimes sexuais, na Argentina, está sujeita ao regime de instância privada, ou seja, depende da iniciativa das vítimas. Mesmo caracterizados como crimes contra a humanidade, o que poderia embasar um dever de se investigar e processar de ofício, o posicionamento seguido pelo Ministério Público argentino é de respeito à vontade manifestada pelas vítimas. Essa orientação visa resguardar o interesse das pessoas afetadas em evitar danos ou prejuízos que podem ser causados pela tramitação do processo, principalmente tendo em vista o ainda despreparo do sistema de justiça para responder a esse tipo de delito, o que enseja riscos de revitimização. Sendo assim, as investigações e ações penais são promovidas apenas mediante o impulso das vítimas, ou de ofício no caso de não terem sobrevivido à ditadura. Nas hipóteses em que as vítimas se manifestam contrariamente à investigação dos abusos sexuais sofridos, ou não fazem nenhuma manifestação, esses abusos não serão investigados, exceto (e somente) na medida em que sejam parte de outros crimes, de ação penal pública, como a tortura (PGN, 2012, p. 17).¹⁵⁸

No Chile, de acordo com a advogada Daniella Quintanilla, da *Corporación Humanas*, no início, as denúncias relacionadas a crimes sexuais subsumiam os atos de violência sexual à acusação de tortura. Ou seja, as denúncias imputavam o delito de tortura sexual, mas tratava-se de uma ação mais política do que jurídica, com o objetivo de ressaltar o conteúdo ou a conotação sexual da tortura, mas sem implicações práticas para efeitos

158. No documento com as diretrizes de atuação, a unidade especial da Procuradoria Geral da Nação afirma que a ênfase da discussão não deveria estar no dilema entre iniciativa privada ou persecução de ofício, mas “sino en generar o perfeccionar los mecanismos que garanticen, por un lado, las condiciones para que quienes sufrieron esta clase de delitos reciban toda la información, el asesoramiento y la contención necesarios para que adopten una decisión libre sobre el impulso de la investigación y, por otro, que el proceso penal será lo menos traumático posible” (PGN, 2012, p. 19). Para uma explicação detalhada do posicionamento adotado pelo Ministério Público argentino em relação à iniciativa privada das ações penais voltadas à persecução de crimes sexuais, considerando as diferentes hipóteses fáticas e normativas, ver a discussão completa no documento: (PGN, 2012, pp. 13-19).

de tipificação ou punição.¹⁵⁹ Essa estratégia permitiu avanços parciais na jurisprudência. Se, a princípio, os tribunais não consideravam de nenhuma forma os relatos de violência sexual, passaram a reconhecê-los como fatos comprovados no bojo dos processos. Segundo a entrevistada: “ha habido una evolución que el relato se ha comenzado a incorporar en distintas partes de la sentencia a traves de distintos mecanismos, sea a traves del reconocimiento o de relevar que la tortura tubo una connotación sexual”.

Em um segundo momento, seguindo o relato de Daniella, foi dado um passo mais adiante com a interposição de denúncias que perseguiram o delito de tortura e, em paralelo, o estupro. Por um lado, como visto, em nenhuma sentença, até a conclusão do presente estudo, os atos de violência sexual foram considerados “ni como agravante, ni como una atribución específica o responsabilidad penal”. Não obstante, por outro lado, tem se fortalecido o movimento de mulheres vítimas e de organizações feministas em defesa do caráter autônomo dos crimes sexuais. O coletivo das *Mujeres Sobrevivientes Siempre Resistentes* tem orientado suas campanhas e ações políticas a pressionar pelo reconhecimento da violência sexual como ato distinto da tortura.

Esse debate tem repercutido também no âmbito legislativo. Um projeto de lei em tramitação na Câmara Legislativa chilena, que tem por escopo adequar a tipificação do crime de tortura, prevê a violência sexual como uma de suas possíveis formas, como informado pelo OJT em resposta ao questionário. Segundo a entrevistada Daniella Quintanilla, da *Corporación Humanas*, no contexto da discussão parlamentar sobre o projeto de lei

varias organizaciones de mujeres feministas y organizaciones de mujeres sobrevivientes también de la dictadura han hecho incidencia para que en el tipo penal de la tortura se reconozca la especificidad de la tortura sexual contra las mujeres, especialmente en el contexto de persecución política.

159. A consideração dos aspectos de gênero da tortura foi enfatizada também em outras instâncias. Em documento que buscava subsidiar os trabalhos da *Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura*, a *Corporación Humanas* chamou atenção para a particularidade da tortura praticada contra as mulheres durante a ditadura chilena. Segundo a minuta, “hubo un tipo de tortura que se ejerció de manera desproporcionada contra ellas por el solo hecho de ser mujeres”. Como consequência, alertava-se a Comissão de que uma conceituação restritiva de tortura, concebida como uma categoria comum, seria desatenta às especificidades dos danos sofridos e incapaz de oferecer formas adequadas de reparação. (*Corporación Humanas*. “Minuta sobre violencia sexual como tortura. Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura”). Agradeço à Daniella Quintanilla, da *Corporación Humanas*, por disponibilizar o documento.

Em posicionamento crítico, o coletivo de *Mujeres Sobrevivientes* divulgou nota em que “exigen tipificación de violencia sexual como delito autónomo, sin que sea subsumido en el concepto de ‘tortura’ comprendido en el nuevo proyecto ley sobre tortura”.¹⁶⁰ Vale lembrar que essa tipificação não tem efeitos retroativos e não se aplica, portanto, aos crimes da ditadura. De acordo com Daniella Quintanilla, a representação jurídico-penal da violência sexual está em disputa dentro da sociedade civil, mas há consenso de que o tema da tortura deve ser tratado sem invisibilizar novamente a violência sexual:

Dentro de la sociedad civil tampoco hay una posición unificada en como el tipo penal debería recoger a la connotación sexual de la tortura, si es que debiera ser un tipo distinto, si es que debiera ser una agravante o si es que debiera ser a través de alguna otra técnica legislativa penal. Pero si, estamos todas de acuerdo que ese proceso de discusión de como tipificar la tortura no puede volver a invisibilizar la violencia sexual. Todas estamos claras de que hay que recogerla. Pero hay dudas y discusiones todavía planteadas sobre la mesa no resueltas sobre cual es la técnica penal en la que hay que ser recogida, si como un tipo distinto, si como una agravante. En eso no hay consenso.

O caso peruano também parece refletir um processo gradual de reconhecimento da violência sexual como crime contra a humanidade. Na entrevista concedida, Maria Ysabel Cedano, do DEMUS, pontuou que, por muito tempo, “ni siquiera la comunidad de los derechos humanos admitía que la violencia sexual pudiera ser un crimen de lesa humanidad de forma autónoma”. Diante disso, “la gente, por una cuestión de límites jurídicos, legales, pensaba que la única forma que había de entender y comprender esto era a través de la violencia sexual como tortura”. Com a mudança desse cenário foi possível tratar a violência sexual como um delito independente e, assim, visibilizar os direitos violados e as motivações para a prática dos crimes sexuais. Segundo a entrevistada:

160. Na nota, o Coletivo apresenta suas principais pautas: “En Chile, el Colectivo de Mujeres Sobrevivientes, Siempre Resistentes, lucha por visibilizar este tipo de violencia como una práctica específica en contra de las mujeres que rompen con el prototipo patriarcal y luchan por sus derechos y sus proyectos políticos y de sociedad. Entre sus principales fines se encuentran la búsqueda de la tipificación de la Violencia Política Sexual como delito autónomo, distinto al de tortura; la exigencia de que en los juicios de las sobrevivientes de este crimen se aplique la jurisprudencia internacional y la recuperación de la casa de tortura “Venda Sexy” [calle Irán con Plátanos, Santiago] como un sitio de memoria para las mujeres” (In: Observatorio de Justicia Transicional. Universidad Diego Portales, Santiago de Chile. Boletín informativo No 33, diciembre 2015, enero y febrero 2016. pp. 17-18)

seguro que la violencia sexual fue parte de las torturas que afligieran a las personas, pero lo que queríamos era que se investiguen y enjuicien y condenen no a la tortura, porque solo la tortura puede configurar crimen de lesa humanidad, sino que el avance que hemos logramos las mujeres, el uso de la violencia sexual independientemente se hay tortura o no es condenable como lesa humanidad, constituye un crimen de lesa humanidad. O sea, no es por la violación a la integridad o a la dignidad que solamente se configuran lesa humanidad, pero a la libertad sexual y reproductiva también. Y eso es lo que queremos y lo estamos consiguiendo hasta el momento es visibilizar esto. Que la gente sepa, que no solo, o sea, que si te violan pero no lo hacen en un contexto en donde te quieren arrancar una información o quieren que acuses al otro o que te inculpes a si misma, sino te violan porque creen eres un botín de guerra, porque creen que, de esa manera controlan tu subjetividad y la de tu familia y la de tu comunidad, es un instrumento, una arma de guerra, un botín, este es también [un crimen de lesa humanidad].

Sem deixar de reconhecer o uso da violência sexual como método de tortura, também se postula seu reconhecimento autônomo, ou seja, sua qualificação como crime contra a humanidade, mesmo quando não tenha sido praticada como meio de torturar as vítimas. O Guia de atuação dos Ministérios Públicos do Mercosul também segue essa linha ao prever a visibilização dos atos de violência sexual, nos termos do artigo 4, 'b':

Artículo 4. Obligación de investigar los crímenes de violencia sexual

b) Visibilidad de los hechos de violencia sexual. Los Ministerios Públicos encuadrarán los crímenes de violencia sexual en los delitos sexuales específicos, conforme estén previstos en el derecho interno de cada Estado. Si un hecho puede enmarcarse en varios delitos, todos deben visibilizarse.

Para el supuesto de que el crimen de violencia sexual no pueda encuadrarse en un delito sexual específico vigente en el derecho interno, los Ministerios Públicos procurarán visibilizar este tipo de violencia en sus diferentes presentaciones escritas u orales durante los procesos judiciales.

Por fim, no Brasil, embora não tenha havido um debate amplo sobre o tema, a militante Amelinha Teles defende que o estupro e outros atos de violência sexual sejam reconhecidos como “crime independente dos demais crimes praticados” e considerados crimes contra a humanidade. Com isso também se qualifica o entendimento de que “os crimes sexuais

praticados durante a ditadura são tão graves quanto outras formas de tortura utilizadas” (Teles, 2015, p. 1020).

4.3. Questões probatórias e de autoria

Duas dificuldades adicionais à judicialização dizem respeito, como visto, ao problema probatório e de verificação de autoria. Quanto ao tratamento das provas, as estratégias jurídicas nacionais têm se apoiado em regras e critérios fixados pelas normativas e pela jurisprudência internacional (abordadas na Parte I deste estudo), tais como: o histórico sexual da vítima não pode ser acionado como prova da ocorrência ou não do crime de estupro; a ausência de consentimento pode ser presumida ou inferida a partir do contexto coercitivo em foi praticada a agressão sexual¹⁶¹; o testemunho das vítimas é uma prova fundamental e dotada de confiabilidade; eventuais imprecisões ou lacunas nos relatos não prejudicam a credibilidade dos testemunhos, mas representam efeitos do próprio trauma psicológico causado pela violação.

Tanto o documento da *Procuración General de la Nación* na Argentina como o *amicus curiae* da *Women's Link Worldwide* no Chile reforçam a utilização desses critérios para o tratamento das provas nos casos de crimes sexuais. Buscam influenciar, portanto, o modo como os tribunais incorporam e valoram as provas diante da centralidade dos testemunhos das vítimas e da quase inexistência de outros elementos probatórios. Nesse aspecto, a advogada Ana Oberlin argumentou, em depoimento ao CELS: “Nosotros lo que decimos es que no puede pretenderse un estándar probatorio más alto de lo que son el resto de las violaciones a los derechos humanos” (Memoria Abierta, 2012, p. 23). Ou seja, as organizações e representantes das vítimas passaram a questionar o fato de a declaração das vítimas servir como prova suficiente para determinadas violações, como a tortura, mas sofrer descrédito e desqualificação quando se trata de crimes sexuais.

161. O documento da PGN corrobora essa regra: “El hecho de que se trate de prisioneros sometidos a toda clase de torturas y amenazas, sin posibilidad alguna de vislumbrar un auxilio legal, la existencia de un contexto de peligro permanente para la vida y la integridad física y psíquica tanto de la víctima como de sus seres queridos, implica una situación de coacción permanente con capacidad para excluir cualquier clase de consentimiento alegado por la defensa” (PGN, 2012, p. 25).

No caso peruano, a Corte Suprema de Justiça estabeleceu, no Acordo Plenário nº 1-2011/CJ-116¹⁶² de 6 de dezembro de 2011, a “doutrina legal” contendo os critérios e regras para a apreciação da prova nos casos de delitos sexuais. A Corte partiu do diagnóstico apresentado pelo foro de participação cidadã que apontava: que 90% das denúncias de delitos sexuais resultavam em absolvição, o que decorre possivelmente da forma de se valorar a prova indiciária, e que a valoração da prova nos casos de crimes sexuais é influenciada por estereótipos de gênero reproduzidos por policiais, promotores e juízes (§6º). Daí a necessidade de se reorientar a atividade probatória de modo a não danificar a dignidade das vítimas nem reforçar os padrões de impunidade (§8º).

Com base nas propostas apresentadas pela sociedade civil e pela comunidade jurídica, e com forte apoio nos estatutos e jurisprudência penal internacional, o Acordo Plenário firmou 4 tópicos: i) a irrelevância da apuração da resistência da vítima para fins de configuração do crime, tendo em vista que a ausência de consentimento não impõe a necessidade de resistência física, inclusive porque a violação sexual pode ocorrer sob ameaça ou em circunstâncias que tornam inútil ou arriscada a resistência da vítima (§18º a §21º); ii) a credibilidade da declaração da vítima em face de uma possível retração posterior e a proibição de se questionar a credibilidade do relato com base no comportamento sexual da vítima ou da testemunha; iii) a apreciação da prova tendo em conta os critérios de pertinência, necessidade, idoneidade e relevância, e em atenção às

162. Os Acordos Plenários são instrumento para uniformizar a jurisprudência penal em temas específicos, no Peru. As Salas Penais da Corte Suprema, em parceria com o Centro de Investigações Judiciais, realizaram a VII Plenária Jurisdiccional, que incluiu o foro de “Participación Ciudadã”, no qual a comunidade jurídica e a sociedade civil foram chamadas a debater os principais problemas hermenêuticos e normativos da prática judicial relacionada a normas penais, processuais e de execução penal. A partir daí foram definidos 10 temas de agenda, com seus problemas específicos, que se tornaram objeto dos Acordos Plenários. Depois de selecionados os temas, foram realizadas audiências públicas e, na sequência, ocorreu o processo de discussão e formulação dos Acordos Plenários, que veiculam resoluções vinculantes que fixam critérios jurisprudenciais a serem seguidos por todos os órgãos do Poder Judiciário (Acuerdo Plenario N° 01-2011/CJ-116, §§1º a 5º). Segundo informado pelo IDEHPUCP na resposta ao questionário, além do Acordo Plenário relacionado à valoração da prova em casos de delitos sexuais, outros três também dizem respeito ao tema de violência sexual. No total, os 4 Acordos Plenários são os seguintes: “i) Acuerdo Plenario N°07-2007/CJ-116: Violación Sexual: alcance interpretativo del artículo 173°.3 Código Penal, modificado por la Ley N.º 28704 para la determinación judicial de la pena; ii) Acuerdo Plenario N°01-2011/CJ-116: La valoración de la prueba en los delitos contra la libertad sexual: criterios y reglas para su aplicación; iii) Acuerdo Plenario N°03-2011/CJ-116: Delitos contra la libertad sexual y trata de personas: diferencias y penalidad y iv) Acuerdo Plenario N° 01-2012/CJ-116: Reconducción del delito de abuso sexual no consentido por adolescentes mayores de 14 y menores de 18 años de edad, al artículo 170º del Código Penal”. Em razão do recorte adotado no presente estudo, apenas o Acordo Plenário relativo à atividade probatória será objeto de análise.

particularidades do caso concreto, o que deve tornar inadmissível a perícia médico-legal quando não tenha utilidade (porque, por exemplo, o crime não envolveu agressão física) e inadmissível indagar sobre o comportamento sexual ou a idoneidade moral da vítima quando “implique em uma intromissão irrazoável, desnecessária e desproporcional na vida íntima” incapaz de acrescentar qualquer elemento probatório (§28o a §36o); iv) a obrigação de evitar a revitimização ou estigmatização secundária – quando a vítima revive sua experiência dolorosa e sofre uma nova violação ao relatar o ocorrido para funcionários mal treinados – tendo em conta as regras de: “a) Reserva de las actuaciones judiciales; b) Preservación de la identidad de la víctima; c) Promover y fomentar la actuación de única declaración de la víctima” (§37 e §38).

No lugar da realização de exames físicos que violem a integridade das vítimas, um meio probatório que pode ser utilizado para corroborar a imputação é a perícia psicológica que demonstre as sequelas sofridas pelas vítimas. Nesse sentido, segundo informado pelo IDEHPUCP no questionário, o Peru também adotou dois manuais que orientam a avaliação psicológica ou dos danos psíquicos em vítimas de violência sexual. Trata-se do “Guía de procedimiento para la evaluación psicológica de presuntas víctimas de abuso y violencia sexual atendidas en consultorio”¹⁶³ e do “Guía de valoración del daño psíquico en víctimas adultas de violencia familiar, sexual, tortura y otras formas de violencia intencional”.¹⁶⁴

O reconhecimento da credibilidade dos testemunhos de violência sexual deve levar em conta que o sentimento de vergonha e de culpa das vítimas não só explica a demora para a formulação das denúncias, como torna difícil pensar que alguém mentiria ao expor tais fatos (Balardini *et al*, 2011, p. 201). Nesse aspecto, o Guia do Mercosul dispõe que as declarações das vítimas e das testemunhas são as provas centrais para comprovar a prática de crimes sexuais, e atribui aos Ministérios Públicos a realização de entrevistas exaustivas e rigorosas, com devido acompanhamento psicológico (artigo 5, ‘c’).

Na Colômbia, a já mencionada Lei 1.719 de 2014 também traz recomendações para a condução das investigações e apreciação da prova em casos de delitos sexuais. No mesmo sentido do Acordo Plenário firmado no Peru, a lei estabelece que não se pode inferir o consentimento da

163. Disponível em: <http://www.chsalternativo.org/guias-y-manuales/295-guia-de-procedimiento-para-la-evaluacion-psicologica-de-presuntas-victimas-de-abuso-y-violencia-sexual-atendidos-en-consultorio/file>

164. Disponível em: http://www.mpfm.gob.pe/escuela/contenido/publicaciones/35_guia_psiquico.pdf

vítima a partir de nenhuma palavra, gesto ou conduta que não tenha sido livre e voluntária, nem do silêncio ou da falta de resistência (artigo 18). A lei também reforça que não é necessária a existência de provas físicas para se comprovar a ocorrência do crime e que devem ser introduzidas técnicas de investigação de alta qualidade “para la obtención de pruebas sin ser degradantes para la víctima y minimizando toda intrusión en su intimidad” (artigo 19). Sobre o valor do testemunho, o artigo dispõe que não será desqualificado o testemunho das vítimas de violência sexual no conflito armado, especialmente quando menores de idade. Também merece destaque, no mesmo dispositivo, a orientação para se aprofundar a investigação no caso de vítima com orientação sexual diversa, “sin calificarlos a priori como crímenes pasionales o como venganzas personales” e trabalhando com a hipótese de crime por homofobia. Por fim, inciso ‘5’ do artigo 19 insere outras possibilidade probatórias e chama atenção para os padrões que explicam os crimes sexuais:

5. Se atenderá al contexto en que ocurrieron los hechos criminales y los patrones que explican su comisión, especialmente aquellos que ocurren en el marco del conflicto armado. Para este efecto los operadores de justicia podrán acudir a peritajes psicológicos o antropológicos.

Portanto, diante da escassez de provas diretas, como provas físicas ou perícias de local ou corpo delito, outras estratégias são pensadas para corroborar a imputação penal. No *amicus curiae* apresentado à justiça chilena, a *Women’s Link Worldwide*, com apoio nos estatutos e na jurisprudência internacional, defendeu a possibilidade de recurso a provas indiciárias, circunstanciais ou conjecturais, bem como provas que demonstrem a conexão dos crimes com o contexto. A esse respeito, a entidade propôs:

una nueva comprensión e interpretación de la valoración de la prueba testifical en casos de violencia sexual y violación que tiene en cuenta el contexto en que ocurren estos crímenes. En este sentido, si bien en estos casos la declaración de las víctimas se torna trascendental y sustrato base de la posible imputación de responsabilidad internacional, también se obliga a mirar el entorno en que se ejercen estas conductas, liberando a las víctimas sobrevivientes de asumir toda la carga probatoria en estos casos. (Women’s Link, 2015, p. 19)

O Guia de atuação do Mercosul também indica a incorporação de elementos probatórios que deem conta do contexto, seja por meio de prova documental, pericial ou testemunhal (artigo 5, ‘b’). No caso Sepur Zarco, na Guatemala, as organizações representantes das vítimas e o Ministério Público buscaram contornar as dificuldades probatórias e caracterizar o

contexto dos crimes pelo recurso a perícias especializadas. Como afirmou a professora Rita Segato, que atuou como perita antropológica no caso, diante dos limites do direito, foi preciso inovar e ter criatividade para buscar argumentos e evidências que permitissem comprovar a escravidão sexual e doméstica a que foram submetidas as vítimas.¹⁶⁵ A estratégia das peticionárias, nesse sentido, envolveu a apresentação de ao menos 26 perícias especializadas, que levaram ao Tribunal conhecimentos a respeito do contexto histórico, político, social e cultural em que foram cometidos os delitos sexuais. O conjunto de perícias (antropológicas, linguísticas, psicossociais, entre outras) cumpriu o papel de desvendar, por exemplo, as estratégias militares e os padrões repressivos empregados, o impacto cultural dos crimes sobre a comunidade indígena, o marcador de gênero das violações, os danos sofridos pelas mulheres, e outras contribuições que tiveram centralidade no julgamento.

Na entrevista concedida ao estudo, Ada Valenzuela destacou o papel da perícia psicossocial em demonstrar os efeitos e danos psicológicos deixados pelas violações. A entrevistada também chamou atenção para a perícia sobre os padrões internacionais relacionados à credibilidade dos testemunhos.

El perito que hizo esa peritaje hizo una rendición de todos los testimonios presentados por los testigos, por las víctimas, y concluyó que todos los testimonios, en su parte central, su parte troncal como dije el perito, eran verídicos. Es decir, que no se contrahicieran uno con otros. Por la situación de que hacia tantos años había pasado, que había pasado más de treinta años, había fechas que cambiaban, verdad, o detalles simbólicos, pero que en su parte central, todos los testimonios iban a apuntar a la misma correlación de cómo se habían sucedidos hechos. Eso, creo yo, que es una de las peritajes centrales del proceso de investigación porque a través de estándares internacionales se darían credibilidad a los testimonios de las mujeres.

A professora Rita Segato, por sua vez, ficou responsável pela realização da perícia antropológica cultural de gênero, que buscou interpretar “los hechos denunciados y su impacto en las comunidades a la luz de patrones de cultura y valores propios de los sujetos individuales y colectivos que acuden al tribunal en la calidad de victimas”¹⁶⁶. A perita serviu como uma intérprete cultural entre as vítimas, agressores, promotores

165. Exposição da professora e antropóloga Rita Segato na Mesa de Debates sobre Judicialização de Crimes Sexuais na América Latina, realizada em junho de 2016 na Universidade de Brasília. Vídeo disponível em: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>

166. Informação retirada dos slides disponibilizados pelas MTM. (2016).

e juízes. Ao examinar as características da vida comunitária indígena, Rita Segato verificou que a relação entre homens e mulheres é regida pela “reciprocidade e dualidade” e por uma atuação mancomunada “nas tarefas reprodutivas e de gestão da vida”.¹⁶⁷ Pode haver uma hierarquia de prestígio e autoridade masculina, mas não há prática de feminicídio, tortura sexual ou estupro.¹⁶⁸ Para Rita, a grande revelação da sua perícia foi mostrar que esse tipo de violência estupradora e feminicida por meio do estupro e redutora à escravidão sexual não é característica do mundo tradicional nem sequer da cultura guatemalteca. Pela análise das relações de gênero mantidas no meio indígena maia, e nas aldeias q'eqchi'ës em particular, a perícia provou que os crimes não correspondiam à mera extensão de uma violência que já estava ali. A diferença cultural permite também entender qual o significado e a intencionalidade dos crimes praticados pelas Forças Armadas guatemaltecas. Tendo em vista o papel da mulher nas comunidades, segundo Rita, “el cuerpo de la mujer alegoriza el cuerpo social y la dominación sobre el mismo simboliza el poder jurisdiccional de un territorio”. A perita classificou os crimes sexuais julgados no caso Sepur Zarco como crimes de gênero de lesa humanidade.

De forma complementar, a perícia linguística também ofereceu importante contribuição para revelar como as mulheres sentiram e foram impactadas pela violência sexual e doméstica. A perícia apurou que não existe a palavra estupro na língua maia q'eqchi'ës, o que reforça que não era uma prática conhecida ou de mínima incidência no mundo campestre. O discurso das mulheres se organizava em torno de categorias como vergonha e profanação. Em particular, quando as mulheres se expressavam sobre o acesso sexual não consentido que sofreram, a palavra que usavam era profanação. Essa ideia de que foram profanadas deve ser compreendida a partir da posição central das mulheres na representação cultural da comunidade, de modo que a violação aos seus corpos atinge de forma mais ampla os padrões de convivência e as concepções de vida do grupo. Por fim, a tradução cultural também permitiu perceber que as mulheres expressavam o mesmo nível de tristeza e penúria ao falar da escravidão sexual e da escravidão doméstica, como ter que lavar a roupa dos soldados ou fazer comida para eles. Isso indica uma diferença com relação à mulher ocidental que, em regra, entende o acesso sexual não consentido como a forma mais extrema e cruel de violência. Já para as mulheres q'eqchi'ës,

167. Segato, 2013.

168. Segundo consta no slide da perícia: “La guerra introdujo la práctica del acceso sexual forzado, y su consecuencia hoy son hogares fragmentados, con desentendimiento y más violencia, y un cambio en la percepción de la mujer y en los códigos de la masculinidad”. (MTM, 2016).

como ressaltou Rita Segato, a redução à escravidão doméstica e sexual produziu o mesmo sofrimento¹⁶⁹.

Os exemplos extraídos do caso Sepur Zarco reforçam, portanto, o papel que perícias especializadas podem desempenhar como meio para complementar e robustecer os elementos probatórios da prática de crimes sexuais, bem como aferir o significado e o impacto produzido sobre grupos sociais minoritários e culturalmente distintos. O Guia do Mercosul também recomenda a sua utilização pelos Ministérios Públicos:

Artículo 5. Actividad probatoria

d) Prueba pericial. Los Ministerios Públicos promoverán peritajes especializados para acreditar el contexto en el que se perpetraron los hechos. A tales efectos, podrán incorporar estudios efectuados por expertos en historia, antropología, o sociología, entre otras disciplinas.

Com relação à verificação da autoria, a estratégia para contornar a tese de que os atos de violência sexual são crimes de mão própria e que, portanto, apenas os executores diretos podem ser responsabilizados, tem se apoiado, em grande medida, no emprego da chamada “teoria do domínio do fato”, desenvolvida pelo jurista alemão Claus Roxin. Essa é a tese defendida pelo documento da PGN na Argentina e pelo *amicus curiae* da *Women’s Link Worldwide* no Chile para embasar a responsabilização penal individual não só de autores diretos, mas também coautores, autores mediatos e partícipes dos crimes.

O documento da PGN questiona, em primeiro lugar, os fundamentos por trás da caracterização dos crimes sexuais como crimes de mão própria. Ao contrário de outros delitos enquadrados nessa classificação, não se trata de violação de um dever especial que justifique a restrição de autoria.¹⁷⁰ Além disso, o documento se apoia nos autores Javier A. De Luca e Julio López Casariego para indicar o que está por trás da noção de crime de mão própria aplicada aos delitos sexuais:

detrás de la concepción de que únicamente puede ser autor quien realiza el tocamiento o la penetración, parece subyacer la idea de que estos delitos exigen la presencia de placer, lascivia o fines o móviles de contenido libidinoso que, por propia definición, sólo pueden contemplarse de manera individual (De Luca; Casariego *apud* PGN, 2012, p. 21).

169. Segundo consta no slide da perícia: “Cuando las mujeres relatan su sometimiento sexual y su sometimiento domestico, lo hacen con idéntica pena, manifestando análoga penuria, y es tan quejosa la referencia al acoso a su cuerpo como al acoso a su trabajo y a sus productos” (MTM, 2016).

170. Seria o caso, por exemplo, do crime de prevaricação e de falso testemunho.

Uma vez que os crimes sexuais não exigem qualquer finalidade ou motivação específica, afastando considerações acerca da libido ou lascívia, a responsabilidade penal deveria ser aferida a partir do controle que cada autor ou partícipe detém na configuração final do crime. Nesses termos, contribui de forma determinante para a prática do delito não só o executor direto, mas também quem exerce força sobre a vítima, quem expede ordens ou quem comanda o centro de detenção, por exemplo.

O documento da PGN também defende a possibilidade de se responsabilizar os superiores hierárquicos, mesmo quando não haja ordens expressas que comprovem um envolvimento direto. Como afirmou Carolina Varsky em entrevista à pesquisa, a regra é que não existam, de fato, ordens escritas determinando ou autorizando a prática dos crimes. Não obstante, a promotoria argentina argumenta que a clandestinidade e a impunidade asseguradas pelo sistema repressivo ilegal e chanceladas pelos chefes foi condição de possibilidade para a prática dos delitos sexuais. No entendimento do órgão ministerial, aqueles que eram responsáveis pelo funcionamento dos centros e pelas condições de detenção detinham efetivo controle e domínio sobre os atos criminosos que eram cometidos. Nesse sentido também se manifestou a advogada Ana Oberlini, em depoimento ao CELS:

Lo que nosotros decimos es que puede existir la coautoría porque si no existiera este contexto represivo, en el cual esta persona está inserta en esta maquinaria, si no existieran los medios materiales y personales que permiten esto, no hubiera existido la violación, y por lo tanto pueden ser acusadas también las otras personas que estuvieron o que formaron parte de ese circuito represivo [...] (Memoria Abierta, 2012, p. 23)

O *amicus curiae* apresentado pela *Women's Link Worldwide* amplia igualmente o conceito de autoria dos crimes sexuais a quem comete, induz, facilita e provê meios, ou não impede a prática do crime, quando tinha o dever de fazê-lo. A entidade argumenta que os crimes sexuais praticados na ditadura chilena não são fruto da vontade de um indivíduo, mas manifestações coletivas de uma conexão repressiva e criminosa que inclui uma série de autores. Além disso, tratando-se de delitos praticados por membros das forças armadas e de segurança, que são organizações estruturadas de maneira vertical e baseadas na hierarquia e na disciplina, a cadeia de comando estaria implicada nos crimes independente da existência de ordens escritas. O documento adota a tese Claus Roxin sobre a “autoria mediata por dominio de la voluntad en aparatos de poder organizados” que aponta a responsabilidade de quem se aproveita de sua

posição de poder e se utiliza de outra pessoa para a prática de um crime. Assim é descrita a teoria:

En ésta existe un autor plenamente responsable (el que ejecuta la acción) y un autor mediato (el hombre de atrás). El “instrumento” que posibilita al hombre de atrás la ejecución de sus órdenes, no es sólo y ni siquiera mayoritariamente aquél que con sus propias manos ocasiona el delito. El verdadero instrumento es más bien el aparato como tal, éste está compuesto por una pluralidad de personas que están integradas en estructuras preestablecidas y cuyo entramado asegura al hombre de atrás el dominio sobre el resultado. Asimismo, el ejecutor y el hombre de atrás poseen distintas formas del dominio del hecho, el ejecutor, el dominio de la acción y el hombre de atrás el dominio de la organización, que garantiza la producción del resultado, sin ejecución del hecho por su propia mano. Por último, lo que hace posible la autoría mediata, es la posición del autor mediato en todo el suceso; el hombre de atrás puede a través del aparato que está a su disposición producir el resultado con la mayor seguridad, mayor incluso que el supuesto de coacción y error. (Women’s Link, 2015, p. 24)

O Guia de atuação dos Ministérios Públicos do Mercosul encampa o mesmo entendimento a respeito da participação criminal:

Artículo 4. Obligación de investigar los crímenes de violencia sexual

c) Participación criminal. En los procesos penales relativos a crímenes de violencia sexual, los Ministerios Públicos, en el marco de sus competencias específicas y conforme lo permita el derecho interno de cada Estado, investigarán e impulsarán la persecución penal para imputar penalmente a todos los responsables, cualquiera sea la forma de participación criminal y niveles de autoría en la que hayan intervenido (autores directos, mediatos, coautores, cómplices, entre otros).

✱ ✱ ✱

Apesar da adoção desse conjunto de mecanismos e estratégias, na maioria dos países membros do RLATJ, mesmo com avanços parciais, ainda persistem obstáculos à judicialização dos crimes sexuais. Com relação à Colômbia, por exemplo, segundo a avaliação da Alta Comissária em Direitos Humanos da ONU: “A pesar de que la Fiscalía ha hecho esfuerzos significativos para capacitar a sus funcionarios y crear unidades

especializadas de investigación en este tema, la impunidad de los hechos de violencia sexual sigue siendo generalizada” (ACNUDH, 2009, par. 47).

5. A judicialização de crimes sexuais na Argentina e na Guatemala

Argentina e Guatemala são países membros da RLAJT que apresentam marcos relevantes para a judicialização de crimes sexuais na América Latina. A Argentina, por um lado, possui a jurisprudência mais avançada em matéria de responsabilização penal por delitos sexuais praticados no marco do terrorismo de Estado. Por sua vez, a Guatemala se destaca pelo julgamento emblemático do caso Sepur Zarco, em fevereiro de 2016, que constituiu a primeira condenação em um tribunal nacional pela prática de escravidão sexual e doméstica, reconhecidas como crimes de lesa humanidade. Diante disso, será considerada a seguir a jurisprudência argentina (5.1) e o julgamento do caso Sepur Zarco na Guatemala (5.2.).

5.1 A jurisprudência argentina sobre crimes sexuais no marco do terrorismo de Estado

A Argentina possui uma jurisprudência que soma 18 sentenças condenatórias em ações penais relacionadas a crimes sexuais da ditadura. Nesse universo estão 78 acusados, sendo 76 homens e 2 mulheres, por crimes de estupro, abuso sexual e aborto forçado praticados contra 63 vítimas, entre as quais 57 mulheres e 6 homens.¹⁷¹ Ainda que seja um número substantivo, sobretudo em comparação com os demais países latino-americanos, Carolina Varsky destacou, na entrevista concedida, que ainda são enfrentadas dificuldades: “hay 18 sentencias pero hay muchísimos casos denunciados sobre los que todavía no se avanza la investigación”.

A primeira condenação ocorreu no “Caso Molina”, julgado pelo Tribunal Oral Federal de Mar del Plata, em 10 de junho de 2010¹⁷². O oficial Gregorio Molina foi condenado à pena perpétua como autor direto de cinco estupros e uma tentativa de estupro no centro clandestino de detenção conhecido como “La Cueva”. O julgamento incorporou três entendimentos relevantes:

- i) o estupro foi considerado um crime específico e separado, tendo sido provado pelos testemunhos das vítimas e outras testemunhas

171. Dados informados por Carolina Varsky e atualizados até dezembro de 2016.

172. Causa Nº 2086 y su acumulada Nº 22, Tribunal Oral Criminal Federal de Mar del Plata. Fecha de sentencia: 16/06/2010. Disponível em: <http://www.cels.org.ar/common/documentos/SentenciaMolina.pdf>

detidas no centro de detenção. O Tribunal considerou que os testemunhos satisfizeram o princípio da não-contradição e foram “verosímeis, concordantes, coerentes a lo largo del tiempo” (“Caso Molina”, 2010, p. 111);

- ii) o Tribunal reconheceu que os estupros constituíram crimes contra a humanidade e que “no constituían hechos aislados ni ocasionales, sino que formaban parte de las prácticas ejecutadas dentro de un plan sistemático y generalizado de represión” (“Caso Molina”, 2010, p. 111);
- iii) o Tribunal também reconheceu a especificidade da violência praticada contra as mulheres ao considerar que “los tormentos padecidos por las mujeres eran específicos, dirigidos contra ellas por su condición de mujer, lo que evidencia una clara intencionalidad discriminatoria” (“Caso Molina”, 2010, p. 112).

Após essa primeira condenação em 2010, por quase 3 anos não foi proferida nenhuma sentença em casos de crimes sexuais. Como visto, em 2012, foi adotado o documento da Procuradoria Geral da Nação com diretrizes para a investigação e processamento dos delitos sexuais cometidos na ditadura (PGN, 2012). O documento teve uma contribuição importante para avançar a judicialização, como indicou Carolina Varsky na entrevista concedida:

hubo una conexión directa en el punto de vista de que el Ministerio Público si generó el espacio y la escucha para poder investigar estos crímenes, porque hasta entonces no había quien se hubiera puesto a pensar como imputarlos o como avanzar en su juzgamiento, eso sí yo creo que este documento por lo menos desde el Ministerio Público facilitó el avance de estas investigaciones.

De fato, ao longo de 2013, diversos Tribunais Oraís sentenciaram casos de crimes sexuais e contribuíram para firmar, na jurisprudência nacional, o entendimento de que são crimes contra a humanidade e autônomos em relação à tortura. Segundo a entrevistada Carolina Varsky, as primeiros sentenças se apoiaram mais fortemente na jurisprudência internacional. À medida em que cresceu o número de causas julgadas e de condenações, os tribunais passaram a utilizar a própria jurisprudência nacional como referência.

O julgamento da “Megacausa Aliandro” foi a primeira sentença condenatória por delitos sexuais contra comandantes militares superiores, considerados como autores mediatos ou coautores dos crimes.¹⁷³

173. Causa 960/11, Tribunal Oral en lo Criminal Federal de Santiago del Estero. Fecha de sentencia: 05/03/2013. Disponível em: <http://www.cij.gov.ar/nota-12881-Difunden-fundamentos-del-fallo-que-conden-a-prisi-n-perpetua-a-Musa-Azar-por-delitos-de-lesa-humanidad.html>

O Tribunal afastou a tese segundo a qual os crimes sexuais seriam crimes de mão própria e ressaltou a mudança de entendimento quanto ao bem jurídico tutelado e à questão da intenção dos autores:

Con las sucesivas modificaciones que sufriera la norma [penal], el bien jurídico mudó [de la tutela de la honestidad] a la tutela de la libertad sexual, junto a la integridad física y psíquica de la víctima. Por lo tanto, poco importa el móvil del agente, es decir, si éste siente o no placer en la actividad desplegada, y con este cambio de paradigma, no existe obstáculo para objetivar el dominio del hecho, en virtud de que serán responsables todos aquellos que intervengan en el ataque a la libertad sexual de la víctima (“Megacausa Aliendro”, 2013).

Fica explícito, assim, o recurso à teoria do domínio do fato para fundamentar as condenações.¹⁷⁴ No julgamento da “causa Martel”, em julho de 2013, também foram condenados seis coautores pela prática de atos violência sexual, reforçando a possibilidade de que se apliquem distintas formas de autoria e participação. Carolina Varsky destacou, neste caso, o entendimento do *Tribunal Oral en lo Criminal Federal de San Juan*, que considerou que a declaração testemunhal em juízo que atesta o sofrimento de agressões sexuais equivale à denúncia para atender à iniciativa privada da ação penal.

Diante desse entendimento, na “Causa Mansión Seré”¹⁷⁵, a promotoria ampliou o escopo da acusação depois de perguntar às vítimas, em juízo, se elas desejavam que os delitos de natureza sexual sofridos também fossem investigados. Os acusados, que respondiam inicialmente por homicídio, privação ilegítima de liberdade e torturas, passaram a responder igualmente por crimes de estupro e de abuso sexual. Na sentença de setembro de 2015, o *Tribunal Oral en lo Criminal en lo Federal N° 5 de San Martín* explicitou as razões por que os abusos sexuais não devem se subsumir ao crime de tortura:

En primer lugar, no hay relación de especialidad entre ambos tipos penales, ya que ello ocurre sólo cuando la definición de uno (el tipo especial o calificado) contiene todos los elementos de la definición

174. No julgamento da “causa Mansión Seré”, mencionada a seguir, o tribunal também destacou que os delitos sexuais não podem ser tratados de forma diferente de outros crimes que admitem formas de coautoria e autoria mediata, conforme a teoria do domínio do fato. Para o tribunal, a configuração da autoria ou coautoria não exige a prática do verbo típico descrito na norma penal, “sino detentar el dominio real del hecho delictual a través de alguna de las formas previstas para ello, es decir, como dominio formal, de decisión o de configuración.”

175. Causa FSM 1861/2011/TO1 (RI n° 2829), del Tribunal Oral en lo Criminal en lo Federal N° 5 de San Martín. Fecha de sentencia: 18/09/2015. Disponível em: <http://www.cij.gov.ar/nota-18054-Lesa-humanidad--difundieron-fallo-que-conden--a-los-ochos-acusados-en-un-juicio-oral-por-delitos-en--Mansi-n-Ser---.html>

del otro (el tipo general o básico), lo que claramente no ocurre entre los tormentos y los abusos sexuales. Tampoco existe una relación de consunción o de encerramiento material, donde el resultado eventual ya está abarcado por el desvalor que de la conducta hace el otro tipo penal, pues de ningún modo podría afirmarse que el desvalor presente en los delitos contra la integridad sexual está contemplado en el de tortura, ni mucho menos que aquél es insignificante frente a la magnitud del injusto de éste (sobre todo en el caso del delito de violación). Finalmente, es claro que tampoco rige en estos casos el principio de subsidiariedad por progresión en la conducta típica. En definitiva, tal como señaláramos, no hay razones para que las figuras específicas de abuso sexual contempladas por el Código Penal queden desplazadas por la aplicación del delito de tormentos (“Causa Mansión Seré”, 2015).

Carolina Varsky também chamou atenção para dois aspectos inovadores no julgamento da “Causa La Rioja” em abril de 2016, pelo *Tribunal Oral en lo Criminal Federal*.¹⁷⁶ Pela primeira vez, um acusado, Jose Felix Bernaus, foi condenado como coautor pela prática de aborto forçado, ou seja, aborto doloso sem o consentimento da vítima (item IV). O segundo ponto ressaltado foi a declaração do tribunal ao final da sentença de que:

las mujeres que estuvieron detenidas en el marco de esta causa y que conforme a los testimonios vertidos en la audiencia de debate sufrieron algún tipo de vejamen o abuso sexual, fueron víctimas de actos que, según la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer - Convención de Belém do Pará -, constituyen formas de violencia contra la mujer. (“Causa La Rioja”, 2016, item XVIII)

Na sequência, o Tribunal determinou que a sentença fosse comunicada aos órgãos competentes para tratar de assuntos relacionados à violência contra a mulher e violência de gênero. Para Carolina Varsky, a sentença foi, nesse aspecto, inovadora e avançada ao considerar de forma ampla todo abuso sexual como ato de violência contra a mulher, nos termos da Convenção de Belém do Pará.

O último caso de violência sexual, até o encerramento do estudo, foi a “Causa La Perla”, julgada em outubro de 2016. O Tribunal Oral Federal nº 1 de Córdoba entendeu que os crimes sexuais foram cometidos de forma generalizada, dentro de um plano sistemático e que devem ser diferenciados de outros delitos. Na dosimetria da pena, o Tribunal considerou como circunstância agravante os danos inmensuráveis à integridade sexual da

176. Causa La Rioja. Tribunal Oral en lo Criminal Federal. Abril 2016.

vítima, com sequelas de longo prazo, e justificou a particular reprovação dos atos “porque implicó aplicación de violencia en un caso de género”.¹⁷⁷

5.2 O caso Sepur Zarco na Guatemala

No julgamento histórico do caso Sepur Zarco, na Guatemala, em 26 de fevereiro de 2016, depois de quatro semanas de audiências e oitavas públicas, o Tribunal B de Maior Risco fez a leitura do sumário da sentença que condenou dois militares pela prática de crimes de violência sexual e de escravidão doméstica e sexual contra 15 mulheres da etnia maia q'eqchi', entre 1982 e 1983, durante o conflito armado interno. Os acusados o Tenente Coronel Esteelmer Reyes Girón (ex-comandante da base militar de Sepur Zarco) e Heriberto Valdez Asig (ex-comissionado militar) foram condenados a penas de, respectivamente, 120 e 240 anos de prisão pela prática de crimes sexuais, além de homicídios e desaparecimentos forçados.

Foi a primeira vez que um tribunal guatemalteco processou um caso de crime sexual ocorrido no conflito armado interno, que durou 36 anos. Também foi a primeira vez que uma denúncia de escravidão doméstica e sexual, entendida como um crime contra a humanidade, foi julgada por um tribunal doméstico. Segundo Jo-Marie Burt, membro afiliado da RLAIJT que acompanhou o caso como observadora, durante as quatro semanas em que se desenrolou o julgamento, o tribunal “ouviu o testemunho de sobreviventes e o depoimento de especialistas que detalharam o padrão de operações militares na área, a relação entre o conflito pela terra e a repressão militar em Sepur Zarco e áreas ao redor, e o impacto duradouro da violência sofrida pelas mulheres”¹⁷⁸.

A sentença proferida apresenta de forma detalhada as provas colhidas e, para cada uma, expõe os argumentos pelos quais o tribunal reconhece seu valor probatório. São analisadas: as provas periciais (compostas por 26 perícias especializadas); as provas testemunhais (composta pelos relatos das vítimas e outras testemunhas); as provas documentais (incluindo relatórios, dados pessoais e funcionais, manuais militares, entre outros); e as provas materiais (incluindo roupas, objetos pessoais e documentos). Ao

177. Causa La Perla: Causa: FCB 93000136/2009/TO1 Principal en Tribunal Oral Federal n° 1 de Córdoba. Fecha de sentencia: 24/10/2016.

178. Para mais informações sobre o julgamento do caso Sepur Zarco, ver o acompanhamento realizado por Jo-Marie Burt no âmbito do projeto *International Justice Monitor* (<http://www.ijmonitor.org/category/guatemala-trials/>). O texto citado acima, de 4 de março de 2016, está disponível em: <http://www.ijmonitor.org/2016/03/military-officers-convicted-in-landmark-sepur-zarco-sexual-violence-case/>

final, a sentença condenou os dois acusados a mais de 100 anos de prisão e determinou 19 medidas de reparação às vítimas.¹⁷⁹

As violações sofridas pelas mulheres ocorreram no marco do conflito armado interno, no contexto da instalação de um destacamento militar do Exército na comunidade Sepur Zarco, onde famílias campesinas viviam da agricultura e criação de animais. A ocupação militar teve como pano de fundo as disputas pela terra travadas na região. Os maridos das vítimas buscavam regularizar as terras ancestralmente habitadas e cultivadas pela comunidade, o que incomodava os interesses de fazendeiros que usavam as terras no entorno da aldeia, sem título de propriedade. Por conta dessa atuação na luta pela terra, os homens foram sequestrados, torturados até a morte e desaparecidos, deixando as mulheres órfãs de parceiros. Essa perda teve um impacto particularmente grave para as mulheres, uma vez que a organização da vida conjugal, como destaca Rita Segato, se pautava na reciprocidade produtiva e reprodutiva a serviço da família e da comunidade. Segundo Rita, as vítimas relataram com frequência que seus matrimônios foram rompidos ou destruídos, o que significou para elas uma morte social. Para algumas mulheres, o resultado foi o adoecimento e a morte física (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 23). As que sobreviveram, por sua vez, ficaram em uma situação de desamparo e desproteção, ainda mais vulneráveis às violações praticadas pelos soldados.

Os relatos das vítimas e testemunhas demonstraram que as mulheres foram obrigadas a prestar serviços domésticos e sexuais sistematicamente aos oficiais no destacamento militar de Sepur Zarco. Todas as vítimas relataram que as violações tiveram início depois que os militares sumiram com seus maridos, sob o pretexto de que eles estariam alimentando guerrilheiros. A sentença apurou que o desaparecimento dos homens foi motivado pela atuação que todos eles tinham na luta por regularizar suas terras ancestrais e buscou abrir caminho para a submissão sexual e doméstica das mulheres. O testemunho das vítimas expôs que as mulheres foram estupradas de forma continuada, recebiam injeções para não engravidar e foram submetidas a constantes maus tratos. Além disso, eram obrigadas a lavar as roupas dos soldados e a cozinhar para eles, sem receber nada em troca, muitas vezes tendo que retirar o alimento de seus próprios filhos, que passavam fome. Entre as 15 mulheres vítimas, 7 perderam seus filhos nesse contexto de violações (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 80).

Também houve mulheres que fugiram para as montanhas na busca por refúgio e viveram de forma precária e sob intensas privações. Elas tentaram

179. Tribunal B de Riesgo Mayor. Setencia C-01076-2012-00021 OF.2º. 26 fevereiro de 2016. Agradeço à Susana Navarro pelo envio da sentença.

plantar milho para sobreviver, mas tiveram as plantações queimadas por helicópteros do Exército. Muitas dessas mulheres presenciaram seus filhos morrerem de fome e de frio. Quando a guerra acabou, elas encontraram suas vivendas destruídas e não conseguiram reaver seus bens e animais. Sofreram estigmatização, foram marginalizadas dentro da comunidade e tiveram que sobreviver em condições penosas e de extrema pobreza, sem acesso às terras que cultivavam.

Durante o conflito armado interno, os crimes sexuais foram usados como armas de guerra. Trata-se, de acordo com Rita Segato, de uma estratégia de profanação que busca dominar o corpo das mulheres como forma de exercer poder sobre o território e de atingir o corpo social (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 23)¹⁸⁰. A sentença reconheceu que as agressões sexuais contra as mulheres também provocaram o rompimento dos vínculos comunitários. Toda a rede de relações e o tecido social que se estruturava em torno das mulheres foram atingidos pelas violações sexuais e domésticas. O objetivo militar era a destruição – moral e cultural – da comunidade através da destruição do corpo das mulheres (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 487). Nesses termos se manifestou o tribunal:

En una sociedad, en la cual la mujer es portadora de vida y contribuye con su esfuerzo al crecimiento de su comunidad, al ser violadas sexualmente y constituir las como objetivo de guerra, para vencer al enemigo, se produjo el rompimiento del tejido social. (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 498)

Diante dos efeitos duradouros da violência, as mulheres enfrentam transtornos de estresse pós-traumático e problemas de saúde. Para Ada Valenzuela, elas passaram por um ciclo com três marcos durante o processo judicial: o primeiro marcado pelo medo, uma vez que não sabiam o que enfrentariam, como seria a reação do tribunal e da sociedade; o segundo de dor, diante de estratégias para desqualificar seus relatos como mentirosos e de momentos de muito sofrimento, como na exposição dos restos mortais localizados nas exumações; e o terceiro momento de felicidade diante da sentença condenatória e do reconhecimento da sua inocência, ou seja, de que elas não são culpadas pelas violações sofridas.

180. Na apresentação durante a mesa de debates, sobre Judicialização de Crimes Sexuais na América Latina, em junho de 2016, Rita Segato relatou que os manuais militares previam treinamentos para que os soldados membros das Forças Armadas perdessem os escrúpulos com relação aos corpos das mulheres e crianças. No término do conflito, muitas mulheres que tinham fugido para as montanhas regressaram e foram levadas a quartéis onde seriam alimentadas e medicadas. Elas sofreram estupros nesses quartéis, mas nesse momento os superiores reagiram para dizer que os soldados não mais podiam estuprar as mulheres. Isso prova que os estupros foram atos de guerra e não libidinosos. Os vídeos da mesa estão disponíveis em: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>

O medo inicial sentido foi alimentado por uma campanha midiática voltada a difamar as mulheres e a desqualificar as denúncias. Como reação, as advogadas e entidades se organizaram para ocupar os espaços nas mídias e redes sociais para contar a história das mulheres de Sepur Zarco. Ao lado dessa atuação, o desenvolvimento do processo e da produção das provas contribuiu para sensibilizar a população guatemalteca e obter o apoio e a comoção da opinião pública.

Na sentença, o tribunal prestou homenagem à coragem e à força das mulheres que levaram à público e à justiça os sofrimentos que suportaram:

Hoy a través de ésta sentencia, dejamos constancia del valor y respeto que merecen las MUJERES DE SEPUR ZARCO, que librando obstáculos y superando la estigmatización ejercida sobre ellas, han hecho públicas las violaciones de las cuales fueron objeto. (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 495)

Ao recorrer à justiça, as mulheres buscavam obter a responsabilização penal dos envolvidos na prática de crimes sexuais e também a reparação, tanto material como simbólica ou, como definiu Rita Segato, “reparação comunitária”. No campo material, buscavam compensação pela perda do auxílio dos maridos, pela marginalização sofrida na aldeia e pela perda das terras e bens. No âmbito da reparação comunitária, por sua vez, as mulheres queriam que o Estado reconhecesse que eram inocentes, já que aos olhos de suas próprias comunidades, eram culpadas ou tinham uma parcela da culpa. Para Rita Segato, esse foi o sentido do Tribunal.

A sentença considerou os dois acusados responsáveis penalmente pela prática de estupros, escravidão sexual e doméstica e maus tratos contra as mulheres. Os crimes foram qualificados como crimes contra a humanidade, nos termos do artigo 378 do Código Penal guatemalteco, e punidos com 30 anos de prisão.¹⁸¹ O reconhecimento da autoria se pautou nas provas periciais e testemunhais. A perícia militar indicou que os acusados não poderiam alegar que estavam seguindo ordens porque não devem cumprir ordens manifestamente ilegais, e não poderiam alegar que não sabiam da situação, uma vez que, pela posição ocupada (chefe do destacamento e comissionado), tinham controle sobre o destacamento e estavam inteirados do que ocorria (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 44). A existência desse controle e ciência foi reforçada pela perícia antropológica de Rita Segato, que concluiu que “las violaciones sexuales que sufrieron las mujeres, eran planificadas, eran pre-establecidas, incluso había rutina

181. Ao final, tendo em vista a imputação dos demais crimes de desaparecimento forçado e homicídio, as penas foram elevadas a 120 e 240 anos de prisão.

de horários” (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 39). A perícia de arquitetura forense também destacou que, tendo em vista a construção e estrutura do destacamento, não era possível que os acusados desconhecêssem o que se passava (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 475). No mesmo sentido, diversos testemunhos atestaram o controle que os oficiais exerciam sobre a população de Sepur Zarco. Com apoio nessas provas, o tribunal entendeu que os acusados permitiram e apoiaram as violações sexuais, quando tinham o dever de ordenar à tropa o respeito às mulheres (“Caso Sepur Zarco”, 2016, p. 492).

A sentença também previu 19 medidas de reparação, sendo que apenas uma corresponde à reparação econômica. O pagamento dessa reparação econômica ou monetária é de responsabilidade dos acusados, o que desconstroi o argumento usado pela campanha difamatória que criticava possíveis gastos do Estado para reparar as vítimas. Para Ada Valenzuela, a reparação econômica é a mais difícil de se executar justamente porque depende do cumprimento pelos acusados. As demais medidas de reparação são de ordem simbólica e comunitária, determinadas pela sentença para o cumprimento por diferentes órgãos do Estado.¹⁸² Destacam-se algumas delas a seguir:

- Ao Ministério da Educação, determina a concessão de bolsas a jovens da comunidade e a inclusão do caso das mulheres de Sepur Zarco nos programas de ensino para que seja conhecido pelas próximas gerações;
- Ao Ministério da Cultura, determina o desenvolvimento de projetos culturais, a realização de um documentário e a tradução da sentença para os 24 idiomas maias existentes no país;
- Ao Ministério da Saúde, determina a implantação de centros de saúde na comunidade;
- Determina a continuidade do trâmite para regularizar a propriedade das terras, que havia sido iniciado pelos maridos das mulheres, desaparecidos justamente pelo envolvimento na luta pela terra;
- Ao Ministério da Defesa, determina a inclusão do tema de direitos humanos das mulheres e de prevenção da violência contra as mulheres na formação dos militares;

182. Na entrevista concedida, Ada Valenzuela destacou, ainda, que as medidas de reparação previstas na sentença são relevantes diante da inexistência de uma política integral de reparações no país, tendo em vista que o programa nacional de ressarcimento não está funcionando, tendo sido praticamente desativado.

- Prevê medidas de segurança para as vítimas, famílias e organizações, e determina-se a construção de um monumento que represente a luta das mulheres de Sepur Zarco por justiça;
- Às autoridades locais, determina a realização de um trabalho de melhoria na prestação de serviços à comunidade, incluindo garantia de acesso à água e à energia elétrica;
- Ao Ministério Público, determina a continuidade das investigações para identificar o paradeiro dos maridos das mulheres que foram desaparecidos;
- Às organizações querelantes no caso, recomenda apresentar demanda para se reconhecer oficialmente o dia 26 de fevereiro, data da sentença, como dia das vítimas de violência sexual, escravidão sexual e escravidão doméstica.

Na entrevista concedida, Susana Navarro chamou atenção para o caráter de transformador das medidas de reparação. Ou seja, elas buscam “lograr a transformar las condiciones que permitieran que eso hechos sucederán”. As próprias vítimas conectam a violência que elas sofreram aos elevados níveis de violência a que estão atualmente sujeitas as mulheres na Guatemala. O objetivo último, portanto, é passar a mensagem de que é possível acessar a justiça e combater a impunidade pela prática de crimes sexuais e, assim, garantir que essa violência não repita ou não atinja outras mulheres.

O Tribunal B de Maior Risco, que conduziu o julgamento, foi composto por três integrantes, sendo duas juízas e um juiz.¹⁸³ A atuação do tribunal foi elogiada por Ada Valenzuela e Susana Navarro, tanto pelo comprometimento e qualificação de seus membros, como pela argumentação lastreada em instrumentos internacionais de direitos humanos e no entendimento aprofundado quanto ao impacto dos crimes sexuais sobre as mulheres e sobre a comunidade.

Por fim, segundo Ada Valenzuela, é possível destacar quatro aspectos relevantes do julgamento do caso Sepur Zarco para as mulheres: i) levou à sociedade guatemalteca e ao redor do mundo o conhecimento do que sofreram as mulheres de Sepur Zarco; ii) ficou estabelecido que as violações sofridas não foram culpa das mulheres, mas parte da estratégia contrainsurgente do Exército guatemalteco; iii) demonstrou-se que é possível julgar a violência sexual e obter a condenação penal dos responsáveis; iv) a sentença cumpre um papel de garantia de não-repetição, ou seja, deve produzir efeitos no futuro para impedir que qualquer mulher volte a sofrer o que sofreram as mulheres de Sepur Zarco.

183. Doctora Iris Yassmin Barrios Aguilar, Juez Presidenta; Abogada Patricia Isabel Bustamante García, Juez Vocal; Abogado Gervi Hionardo Sical Guerra, Juez Vocal.

6. Conclusões: judicialização

O panorama latino-americano, particularmente entre os 9 países integrantes da RLAJT, se caracteriza por uma judicialização tardia e de baixa intensidade de casos de crimes sexuais no âmbito da justiça de transição. Em regra, comparativamente a outras violações, os casos de violência sexual demoram mais a chegar à justiça, chegam em menor número, enfrentam maior resistência à aceitação da denúncia, maior morosidade no processamento e maiores empecilhos à condenação. As vítimas têm suas falas interditadas por muito tempo, e as políticas transicionais assumem outras prioridades e colocam em segundo plano o enfrentamento dos crimes sexuais. O estudo verificou que os obstáculos à judicialização incidem em distintas fases: são entraves à apresentação das denúncias, ao andamento dos casos e à condenação penal dos responsáveis. Esses entraves pertencem tanto à ordem do gênero, tendo em vista as práticas discriminatórias atuantes nas instituições, como propriamente ao campo da justiça transicional, em razão das medidas de impunidade e das dificuldades probatórias tradicionalmente impostas, e que são reforçadas ou agravadas nos casos de violência sexual.

Também é possível depreender a especificidade da nomeação dos crimes sexuais entre as violações praticadas nos períodos de ditaduras e conflitos armados. Tome-se o exemplo do estupro. Por mais que o estupro ocorra nos espaços privados e clandestinos como uma forma “aceita” de dominação de corpos sexados como femininos, não é um discurso que circula livremente. As normas de gênero e os padrões de masculinidade conferem ao estupro esse duplo estatuto: é, ao mesmo tempo, uma prática naturalizada e um dos crimes mais abomináveis e que causam maior repulsa. Nesse sentido, agentes da repressão e criminosos de guerra podem até tolerar a alcunha de torturadores, mas não de estupradores. A prática do estupro não cabe nas justificativas de “mal necessário” das ditaduras, nem entre os “excessos” das guerras. Por isso é ainda maior a resistência e as tentativas de silenciar e de desqualificar os relatos das vítimas. Pelo mesmo motivo, o reconhecimento da prática do estupro e demais crimes sexuais é também um ato de disputa da memória desses períodos. E o Judiciário é uma das arenas dessa disputa.

Quando as vítimas levam seus casos à justiça, também lutam por reconstruir as narrativas das violações que sofreram. A judicialização é parte de um esforço maior no sentido de politizar e visibilizar a violência sexual. Os processos judiciais podem ser profundamente revitimizantes, em especial para as mulheres que estão em situação de maior vulnerabilidade, mas também guardam uma potência reparadora. Nesse sentido, os conteúdos de verdade, de justiça e de reparação das sentenças se cruzam. As vítimas querem que as verdades subjetivas de seus testemunhos sejam consideradas e também buscam a certeza jurídica da verdade enunciada pela decisão judicial, como as mulheres de Sepur Zarco buscavam o reconhecimento

oficial de que não são culpadas. Quando obtida, a condenação de agentes responsáveis pela prática de crimes sexuais transmite uma mensagem de recusa à impunidade. Como apontam vítimas e militantes ouvidas, essa mensagem deve ser lida por uma lente intergeracional, tendo em vista o *continuum* da violência sexual entre passado e presente. Dados os aspectos estruturais da violência, muitas medidas de reparação assumem um caráter transformador: direcionam-se a um conjunto ampliado de vítimas e determinam reformas e garantias de não-repetição.

Nos países onde houve avanço na judicialização dos crimes sexuais, são muitos e complexos os fatores que prepararam o terreno e tornaram possível a superação dos obstáculos iniciais. Não há uma receita única que seja válida para todos os contextos, mas estratégias pensadas a partir das particularidades de cada país, das demandas e das prioridades de suas políticas transicionais. Entre os fatores, destaca-se a existência de mobilizações e de campanhas de sensibilização organizadas por grupos de vítimas e entidades feministas; de pressão internacional; de apoio jurídico do Estado às vítimas; de arranjos institucionais (re)formatados por uma perspectiva de gênero e de direitos humanos; e do engajamento de atores comprometidos dentro dos sistemas de justiça.

Por fim, é importante reconhecer, nesse processo, os usos e limites do direito. Por um lado, as estratégias e as teses jurídicas construídas por representantes de vítimas demonstram as possibilidades de usos criativos do direito, seja para pressionar por respostas, para contornar obstáculos ou para pensar novas formas de reparação. Por outro lado, o direito sozinho não basta. Destaca-se como as estratégias de judicialização precisam mobilizar outras frentes de atuação, como as áreas de comunicação, de atenção psicossocial e de segurança. No âmbito processual e probatório, os argumentos jurídicos também se combinam a outros saberes, como nas perícias especializadas, que agregam novos conhecimentos à análise dos casos de violência sexual, por meio de estudos históricos, antropológicos, linguísticos, etc.

O direito também encontra limites nas disputas de poder que atravessam os processos transicionais. As pautas e as obrigações dos Estados em matéria de justiça de transição ficam, de um modo geral, em estreita dependência das políticas de governo. Sofrem o impacto, portanto, das mudanças políticas e da correlação de forças e de interesses em cada momento. Diante disso, é necessário reconhecer que, como toda luta histórica, não se trata de um processo linear, mas sujeito a retrocessos e a tropeços. A precariedade dos avanços no campo judicial reforça a importância de a judicialização não retirar do debate político o tema dos crimes sexuais e justiça de transição. São os esforços de politização e projeção na agenda pública que podem, com maior efetividade, contribuir para que a pauta não seja neutralizada ou capturada por interesses alheios e em detrimento dos direitos das vítimas.

ARQUIVOS SOBRE CRIMES SEXUAIS NA AMÉRICA LATINA

O tratamento da violência sexual pelas Comissões da Verdade

O principal registro da prática de crimes sexuais em contextos de ditaduras e de conflitos armados internos é o testemunho das vítimas. Falar de arquivos sobre crimes sexuais é, portanto, em grande medida, falar sobre o testemunho das vítimas, sobretudo mulheres atingidas pelas violações. Na discussão sobre judicialização, ficou evidente a centralidade que os testemunhos das vítimas possuem, seja no âmbito dos trabalhos de mobilização das mulheres sobreviventes e de grupos da sociedade civil, por meio de iniciativas de memória e de reconhecimento simbólico, seja no âmbito dos próprios processos judiciais, nas investigações e demandas por responsabilização penal.

Neste momento, a análise a respeito dos arquivos se concentrará nos trabalhos das comissões da verdade da América Latina que trataram do tema da violência sexual. Constituídas por iniciativas oficiais dos Estados, as comissões da verdade recebem a competência de investigar e de apurar as graves violações a direitos humanos praticadas nos períodos de autoritarismo e guerra civil. Com isso, formam arquivos fundamentais para o conhecimento do contexto das violações cometidas no passado, das estratégias e padrões repressivos, das histórias das vítimas e do impacto duradouro da violência, em nível individual e coletivo.

No questionário enviado aos/às representantes de membros da RLAJT, buscou-se mapear informações sobre arquivos relacionados a crimes sexuais em quatro âmbitos: arquivos de órgãos da repressão, arquivos judiciais, arquivos de comissões do Estado e arquivos da sociedade civil. Após esse levantamento inicial, percebeu-se que o enfoque nas comissões da verdade é o que melhor permite abordar a especificidade dos arquivos sobre crimes sexuais, considerando os aspectos da sua formação de base testemunhal, do agenciamento do gênero, da nomeação da violência e do tratamento de informações consideradas sensíveis. Além disso, uma vez que as comissões da verdade constituem campos de disputas de narrativas e representações, a análise de seus funcionamentos, seus relatórios e seus acervos permite questionar como são incorporadas as histórias das vítimas de crimes sexuais e como são analisados os significados políticos e estruturais da prática de violência sexual nos contextos de autoritarismo e conflitos armados.

Partindo dessa delimitação, em um primeiro momento, busca-se traçar um histórico da inserção da violência sexual e da temática de gênero aos trabalhos das comissões da verdade na América Latina, atentando especificamente para o desenho institucional, mandato e composição das comissões. O segundo tópico visa mapear, nos relatórios de comissões da verdade instauradas nos países membros da RLAJT, como é nomeada a violência sexual. Por fim, o terceiro item se dedica a discutir a incorporação de uma perspectiva de gênero, as metodologias de coleta de testemunhos adotadas pelas comissões da verdade, bem como o tratamento das informações e dados pessoais ou “sensíveis”.

A análise se baseará fundamentalmente nos questionários respondidos pelos membros da RLAJT a respeito de arquivos sobre crimes sexuais em seus países, na bibliografia especializada sobre o tema, nas entrevistas realizadas e nos relatórios de comissões da verdade acessados como fonte primária. Para o caso brasileiro, foram consultadas também as fichas de coleta de testemunho preenchidas pelo Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero da Comissão Nacional da Verdade e disponibilizadas pelo Arquivo Nacional, responsável pela guarda do seu acervo.

1. Violência sexual, gênero e comissões da verdade em perspectiva histórica

Gerações de comissões da verdade e enfoques de gênero

No relatório intitulado “Reparaciones con perspectiva de género”, Julie Guillerot identifica três gerações de comissões da verdade no que diz respeito ao tratamento de violações contra mulheres e da temática do gênero. A primeira geração é caracterizada pela invisibilidade da violência de gênero nos trabalhos e relatórios das comissões da verdade e inclui a *Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas* (CONADEP), criada na Argentina em 1983, e a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (Comissão Rettig), criada no Chile em 1990. Tendo em vista o foco no esclarecimento de casos de mortes e desaparecimentos políticos, os mandatos dessas comissões não incluem a violência sexual entre as violações a direitos humanos consideradas, nem mencionam a integração de uma perspectiva de gênero. Seus relatórios finais não especificam tampouco o impacto diferencial das violações sobre corpos sexados como mulheres.

A segunda geração de comissões da verdade, segundo Guillerot, é representada pelas “dificuldades de visibilização por iniciativa própria” e abriga as experiências de comissões que, embora não contenham referências explícitas à violência de gênero em seus mandatos, passam a tratar do

tema no desenrolar dos trabalhos. São os casos das comissões da verdade da África do Sul, da Guatemala e do Peru, nas quais, a despeito da neutralidade dos mandatos, houve um agenciamento do gênero ao longo do processo que se reflete nos relatórios finais.

Por fim, a terceira geração de comissões da verdade é descrita pela existência de “visibilização estatutária” da violência de gênero. Ou seja, os mandatos das comissões passam a incluir referências de gênero às violações que serão consideradas, assim como à estrutura e funcionamento dos trabalhos. Guillerot observa que essa é uma tendência seguida por comissões mais recentes, como aquelas implantadas em Serra Leoa e no Timor Leste (Guillerot, 2007). Na América Latina, entre os países membros da RLAJT, nenhuma experiência de comissão da verdade se enquadra nessa terceira geração.

Em estudo sobre os relatórios *Nunca Más* produzidos pelos países do Cone Sul na década de 1980 e início da década de 1990, Mariana Joffily nota que, em todos eles, o espaço dedicado a violações contra mulheres é reduzido ou inexistente.¹⁸⁴ Quando muito, as mulheres aparecem nas estatísticas de vítimas, na medida em que as violações são discriminadas por sexo, ou aparecem nas menções à tortura contra crianças e contra gestantes ou no caso dos sequestros de bebês, característicos da repressão argentina (Joffily, 2010, pp. 116-7). Não há, portanto, uma análise da especificidade da violência contra as mulheres, nem tampouco uma análise de gênero.

Como visto, esse silêncio inicial pode decorrer de diversos fatores, como: i) a prioridade de se investigar o paradeiro das pessoas desaparecidas; ii) a dificuldade das próprias mulheres (vítimas preferenciais de violência sexual) em se reconhecer como vítimas e em relatar o que sofreram; iii) a representação das violações por meio de categorias genéricas que não dão conta de tipos específicos de violência.¹⁸⁵ A isso se soma o fato de que, naquele momento, o debate de gênero não tinha se desenvolvido ou era ainda incipiente.

A partir de meados da década de 1990, há um fortalecimento da perspectiva de gênero no campo do direito internacional, que impacta o trabalho das comissões da verdade. A principal resposta às interpelações de grupos de mulheres e do movimento feminista ocorreu por meio do desenvolvimento de análises destacadas sobre a violência sexual sofrida nos períodos de ditadura e conflitos armados. A violência sexual se tornou

184. Joffily analisa os relatórios de comissões da verdade na Argentina e Chile (CONADEP e Comissão Rettig) e os relatórios *Uruguai Nunca Mais* e *Brasil Nunca Mais*, produzidos, respectivamente, pelo *Servicio de Paz y Justicia* (SERPAJ) e pela Arquidiocese de São Paulo.

185. A esse respeito, ver o item “A invisibilização da violência sexual nos processos transicionais”.

a primeira e, muitas vezes, a única violência de gênero trabalhada nos processos transicionais. Outras formas de violência de gênero enfrentam barreiras maiores e seguem invisibilizadas. Como destacado pelo ICTJ, “a pesar de ser un tema crítico, la violencia sexual no abarca las complejas y variadas maneras cómo las mujeres sufren de abusos” (ICTJ, 2012, p. 11). Não representa, portanto, a complexidade das experiências das mulheres em contextos de graves violações aos direitos humanos. Além de marginalizar outras manifestações da violência de gênero, o foco exclusivo na violência sexual corre o risco de reduzir-se a uma abordagem individualizadora da violência, sem atentar para aspectos socioeconômicos e estruturais constitutivos do impacto diferencial das violações sobre corpos feminilizados.

Também é importante levar em conta que o tratamento da violência sexual pelas comissões da verdade não implica de forma necessária e automática na incorporação de um enfoque de gênero. A violência sexual, trabalhada como uma violação que atinge especialmente as mulheres, pode ou não ser tratada como uma violência de gênero. O marcador de gênero diz respeito à consideração de um regime de poder que tem como sua principal “tecnologia moral” o patriarcado (Diniz, 2014, p. 11). Requer, portanto, a análise da violência a partir da desigualdade estrutural e dos padrões de discriminação contra as mulheres que refletem hierarquias dominantes sobre os sentidos do masculino e do feminino.

Na medida em que essa perspectiva é incorporada, o gênero pode servir “como lente para analizar la violación de derechos humanos o como principio para organizar el trabajo de una comisión” (ICTJ, 2006, p. 3). Em estudo sobre comissões da verdade, o Centro Internacional de Justiça de Transição (ICTJ)¹⁸⁶ avaliou a marcação do gênero em diferentes aspectos: na seleção de pessoal, na redação e interpretação dos mandatos, no desenvolvimento das estruturas institucionais, nos procedimentos, no planejamento das audiências e na elaboração dos relatórios finais (ICTJ, 2006, p. 2).

A partir da análise de experiências de comissões da verdade, o ICTJ identificou três enfoques possíveis para a incorporação do gênero. O primeiro enfoque corresponde à incorporação da temática de gênero em todas as atividades da comissão, de modo que se converta em um princípio organizador durante todo o seu ciclo, desde a seleção e a capacitação de funcionários/as, até a realização de audiências e elaboração do relatório. Há críticas, no entanto, que apontam que a falta de uma equipe específica dedicada ao tema enfraquece a política de gênero porque ao mesmo tempo

186. International Centre for Transitional Justice.

em que ela é idealmente difundida por todas as áreas, não há responsáveis por planejá-la e executá-la de forma sistemática (ICTJ, 2006, p. 4).

A segunda possibilidade consiste na criação de uma unidade especial que recebe a atribuição de se focar exclusivamente na temática do gênero. Essa unidade fica responsável por realizar capacitações de funcionários/as, conduzir investigações sobre os padrões de gênero das violações, organizar audiências públicas e produzir capítulos específicos sobre violência de gênero para o relatório final. O risco, nesses casos, é que o agenciamento do gênero fique restrito e isolado em uma única unidade, sem se transmitir às demais áreas de atuação da comissão.

Por fim, o terceiro enfoque busca conciliar os dois primeiros e, assim, evitar seus respectivos efeitos colaterais. Propõe, como alternativa, tratar “el género como un tema global así como un área con un enfoque específico” (ICJT, 2006, p. 5). Para manter a pauta de gênero ativa durante o funcionamento cotidiano da comissão, é necessário contar com amplo respaldo político, conhecimento técnico especializado e estreitos vínculos com grupos feministas, capazes de pressionar e de sustentar o compromisso institucional com o tema. Nesses termos, o enfoque combinado, embora recomendável, pode ser excessivamente dispendioso e, por isso, inviável para comissões com recursos limitados (ICJT, 2006, p. 6).

Mandato, desenho institucional e composição das comissões da verdade

Tendo em vista as três gerações de comissões da verdade, conforme a divisão proposta por Julie Guillerot, e os três enfoques de gênero que podem ser adotados, segundo o estudo do ICJT, volta-se o olhar às experiências de comissões de verdade na América Latina, especificamente nos países membros da RLAJT. Como a justiça de transição no México não contou com a constituição de uma comissão da verdade¹⁸⁷, serão consideradas as experiências de: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Peru e Uruguai. Para analisar como são formados os arquivos dessas comissões da verdade, em especial aqueles que incluem o registro sobre crimes sexuais, observa-se três aspectos: o mandato, o desenho institucional e a composição.

Em primeiro lugar, os mandatos de todas as comissões são neutros em relação ao gênero. As leis ou atos de criação não fazem nenhuma

187. No México, em 2011, foi criada a Comissão da Verdade do Estado de Guerrero para investigar violações a direitos humanos praticadas no período da Guerra Suja. A Comissão apresentou relatório final em 2014 (México, COMVERDAD, 2014). No entanto, como funcionou no âmbito de um estado federado e tratou de um período repressivo distinto daquele considerado no presente estudo, essa Comissão não foi considerada na análise.

menção específica à violência sexual, às violações contra as mulheres ou ao caráter de gênero das violações. As atribuições e competências das comissões são definidas com referência a violações genéricas e neutras, como desaparecimento, assassinato, tortura ou graves violações aos direitos humanos. O escopo do mandato previsto para cada comissão pode ser analisado comparativamente pela tabela abaixo:

Mandatos das comissões da verdade

Comissão da verdade	Mandato
Argentina – <i>Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas</i> (CONADEP)	Artigo 1º do Decreto Presidencial nº 187/1983 – desaparecimento de pessoas.
Brasil – Comissão Nacional da Verdade (CNV)	Artigo 1º da Lei nº 12.528/2011 – graves violações de direitos humanos c/c Artigo 3º, II – torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres
Chile – <i>Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación</i> (Comissão Rettig)	Artigo 1º do Decreto Supremo nº 355/1990 – as mais graves violações aos direitos humanos, entendidas como as situações de presos desaparecidos, executados ou torturados com o resultado de morte. ¹⁸⁷
– <i>Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura</i> (Comissão Valech)	Artigo 1º do Decreto Supremo nº 1.040/2003 do Ministério do Interior – privação de liberdade ou tortura por razões políticas
Colômbia – <i>Comisión de la Verdad sobre los hechos del Palacio de Justicia</i>	Lei nº 975/2005 – assassinato e desaparecimento de pessoas
El Salvador – <i>Comisión de la Verdad para El Salvador</i>	Artigo 2º do Acordo de Paz de Chapultepec, de 1992 – graves fatos de violência
Guatemala – <i>Comisión para El Esclarecimiento Histórico</i> (CEH)	Acordo de Paz de Oslo, de 1994 – violações a direitos humanos e fatos de violência
Peru – <i>Comisión de la Verdad y Reconciliación</i> (CVR)	Artigo 1º do Decreto Supremo nº 065/2001 – violência terrorista e violação aos direitos humanos c/c Artigo 3º – assassinatos e sequestros; desaparecimentos forçados; torturas e outras lesões graves; violações aos direitos coletivos das comunidades andinas e nativas do país; outros crimes e graves violações dos direitos humanos
Uruguai – <i>Comisión para la Paz</i> (COMPAZ)	Artigo 1º da Resolução da Presidência da República nº 858/2000 – desaparecimento forçado
– <i>Grupo de Trabajo por Verdad y Justicia</i>	Artigo 1º do Decreto nº 118/2015 – crimes de lesa humanidade

As leis ou atos de criação também não estabelecem estruturas e áreas específicas no desenho institucional das comissões com a finalidade de tratar de vítimas mulheres ou da violência de gênero. Essas ausências

188. Vale lembrar que o mandato da Comissão Rettig contemplava violações praticadas tanto pelo Estado como por organizações de esquerda.

podem decorrer do fato de que, em regra, não há um processo aberto de consulta a respeito dos mandatos das comissões da verdade que envolva grupos tradicionalmente marginalizados a fim de garantir um debate plural que leve em conta seus interesses e necessidades (ICJT, 2006, p. 7)

Para a primeira geração de comissões da verdade, isso representou um silenciamento dos trabalhos e relatórios finais em relação a aspectos de gênero das violações e ao caráter específico das violações contra as mulheres. Como apontou Guillerot, a CONADEP na Argentina (1983) e a Comissão Rettig no Chile (1990) se enquadram nessa primeira geração. A elas se somam as experiências da Comissão da Verdade para El Salvador, de 1992, da Comissão para a Paz (COMPAZ) no Uruguai, de 2000¹⁸⁹, e da Comissão da Verdade sobre os Fatos do Palácio de Justiça, na Colômbia, de 2005. Embora as duas últimas sejam iniciativas mais recentes e, portanto, já sob o impacto do desenvolvimento do campo político e acadêmico ligado aos direitos das mulheres e a questões de gênero, essas comissões estiveram focadas em outros tipos de violação e não lidaram especificamente com violência sexual.

Por sua vez, para a segunda geração de comissões da verdade, apesar da neutralidade dos mandatos, foram criados mecanismos para dar atenção específica a casos de violência sexual. Em seu relatório, Guillerot indicou a Comissão para o Esclarecimento Histórico (CEH) da Guatemala, de 1994, e a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) do Peru, de 2001, como pertencentes a essa geração. É possível incluir também, entre elas, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) do Brasil, de 2012, e a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura (Comissão Valech), de 2004, no Chile.

Na Guatemala, a CEH foi criada em 1994, em processo que contou com a participação da ONU, com o escopo de investigar as violações a direitos humanos que ocorreram durante o conflito armado interno, que durou entre 1960 e 1996 e resultou em um saldo de 50.000 pessoas desaparecidas, 1 milhão deslocados/as internos/as, 10.000 refugiados/as, 200.000 crianças mortas e o genocídio da população maia. Apesar de seu mandato não se referir especificamente à investigação de atos de violência sexual, a CEH desenvolveu um trabalho sobre violações cometidas contra mulheres, destacadas dentro da categoria mais geral de violações a direitos humanos.

No Peru, após a queda do governo de Fujimori, durante a transição, em 2011, foi criada a Comissão da Verdade e da Reconciliação (CVR) pelo

189. O recente Grupo de Trabalho por Verdade e Justiça, em funcionamento, não dedica, tampouco, atenção a crimes sexuais.

Decreto Supremo n° 065/2001¹⁹⁰, com o objetivo de “esclarecer el proceso, los hechos y responsabilidades de la violencia terrorista y de la violación a los derechos humanos producidos desde mayo de 1980 hasta noviembre de 2000” (artigo 1°). O mandato atribuído à CVR não mencionava de forma explícita a violência sexual como objeto das investigações. Na entrevista concedida a esse estudo, Julissa Mantilla, que foi encarregada da investigação dos casos de violência sexual na CVR, relacionou a ausência de um mandato expresse a esse respeito ao desconhecimento predominante naquele momento quanto à prática de crimes sexuais no contexto do conflito armado interno:

el mandato de la Comisión no establecía ni la obligación ni la necesidad de investigar violencia sexual. Se pensaba, en general en ese momento que en el Perú esto no había pasado, que había casos aislados, quizás algunos, pero tanto en los grupos de derechos humanos en el movimiento de mujeres no había conciencia de que esto había sucedido, porque no habían informes nacionales, no habían casos ante la Corte Interamericana, no habían denuncias. Entonces la idea es que, la violencia sexual había sido esporádica.

A abertura de uma linha de investigação dedicada à temática de gênero foi fruto de uma decisão jurídica e política interna, encabeçada, segundo Julissa Matilla, pelo professor José Burneo, que era o Chefe da Equipe Jurídica e um grupo de acadêmicas do Curso de Estudos de Gênero da PUCP, além das demandas da cooperação internacional, principalmente. Não obstante, o fato de a violência sexual não estar inserida no mandato legal da CVR impôs dificuldades ao desenvolvimento dos trabalhos. Do ponto de vista operacional, implicou na falta de orçamento, recursos próprios e espaço dentro do organograma da comissão. Por outro lado, a base de dados da CVR permitia registrar o estupro, mas não outras formas de violência sexual. Isso limitou o levantamento estatístico, a completude e especificidade das violações investigadas, e gerou impacto na qualificação das vítimas para a política reparatória.

Sob essas limitações, segundo Julissa Mantilla, a equipe da linha de gênero trabalhou no sentido de priorizar as vozes das mulheres nos diferentes âmbitos da CVR, capacitar os funcionários para essa escuta atenta, articular com o pessoal da imprensa a inclusão do tema da violência sexual nos materiais divulgados, criar redes de contatos, em especial nos níveis regionais, e revisar as informações produzidas por todas as áreas da comissão.

190. Depois complementado pelo Decreto Supremo n° 101/2001.

Como indica o estudo do ICJT, o enfoque de gênero adotado pela CVR no Peru optou pela estratégia de constituir uma linha de investigação específica voltada para a temática de gênero dentro da comissão. A essa equipe coube a condução dos trabalhos de investigação, o planejamento de audiências temáticas e a elaboração dos capítulos específicos dedicados ao tema no relatório final (ICTJ, 2006, p. 4). Embora a CVR tenha concentrado o debate de gênero nessa unidade especial, houve um esforço para transversalizar a perspectiva de gênero às demais seções do relatório final, como será visto adiante.

No Brasil, a CNV seguiu a mesma estratégia de criação de uma unidade especial, que consistiu no Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero.¹⁹¹ Segundo consta no relatório final da CNV, a partir de dezembro de 2012, a comissão estruturou grupos de trabalho especializados que passaram a desenvolver as atividades de pesquisa. Os grupos eram coordenados pelos membros do Colegiado e compostos por uma equipe de assessores/as, consultores/as e pesquisadores/as. O intuito desse formato de organização foi “permitir a descentralização das investigações e a autonomia das equipes de pesquisa” (CNV, 2014, p. 51). Entre os 13 grupos formados¹⁹² estava o Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero sob a coordenação do comissionado Paulo Sérgio Pinheiro e da consultora Glenda Mezarobba. O sítio eletrônico da CNV descreve o GT Ditadura e Gênero como:

Grupo de trabalho que pesquisa a violência contra a mulher, suas consequências e impactos. Inclui a violência sexual e pretende dar visibilidade ao sofrimento não apenas das mulheres diretamente envolvidas no conflito, mas também daquelas que participaram de movimentos de resistência e daquelas cujos familiares foram vítimas de perseguição política, mortos ou seguem desaparecidos.¹⁹³

Em reunião ampliada da CNV com comissões da verdade e instituições conveniadas, em Brasília, em fevereiro de 2013, o GT Ditadura e

191. Cabe registrar que foi realizado contato com Glenda Mezarobba, responsável pelo GT Ditadura e Gênero, mas infelizmente a pesquisadora não teve disponibilidade para uma entrevista.

192. No total, os 13 grupos de trabalho organizados por campo temático foram: 1) ditadura e gênero; 2) Araguaia; 3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; 4) ditadura e sistema de Justiça; 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6) estrutura de repressão; 7) mortos e desaparecidos políticos; 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9) Operação Condor; 10) papel das igrejas durante a ditadura; 11) perseguições a militares; 12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e 13) o Estado ditatorial-militar (CNV, 2014, p. 51).

193. Descrição disponível em: <http://www.cnv.gov.br/16-grupos-de-trabalho/26-ditadura-e-genero.html>

Gênero fez uma apresentação na qual expôs seus objetivos e linhas de ação. O documento reforça que o GT pesquisava a violência contra a mulher, incluindo a violência sexual (por sua vez, não restrita ao estupro) e a violência contra crianças. O GT também se colocava as pretensões de: i) dar visibilidade ao sofrimento das mulheres afetadas pela ditadura, seja aquelas que se engajaram em movimentos de resistência ou que tiveram familiares vitimados pela repressão; ii) considerar a carga extra que foi imposta às mulheres pela ditadura; iii) “incorporar transversalmente a questão de gênero” ao relatório final; iv) “detectar eventual persistência de padrões ou arranjos institucionais que continuem permitindo” a violência contra as mulheres; v) inserir no relatório final “recomendações que propiciem a não-repetição de tais crimes”.¹⁹⁴ Nos tópicos seguintes, será possível avaliar em que medida esses objetivos foram cumpridos.

A Comissão Valech no Chile não adotou nenhum dos enfoques de gênero. Ou seja, não propôs uma abordagem integral da temática de gênero, nem constituiu uma unidade específica para esse fim. A inclusão de um capítulo sobre violência sexual no relatório não partiu de uma iniciativa da comissão, mas de declarações espontâneas das vítimas que foram testemunhar. O próprio relatório reconhece que o tema da violência sexual não foi pautado pela Comissão, mas trazido espontaneamente pelas mulheres:

Las entrevistas realizadas por esta Comisión no indagaron expresamente acerca de la violencia sexual ejercida contra las ex presas. Las situaciones que se registran fueron mencionadas espontáneamente por las declarantes. Es necesario señalar que la violación sexual es para muchas mujeres un hecho del cual les cuesta hablar y muchas veces prefieren no hacerlo. (Valech, 2004, p. 291)

Na entrevista concedida para esse estudo, Daniella Quintanilla, da *Corporación Humanas*, reforçou a inação da Comissão em tratar da violência sexual sofrida pelas mulheres. A incorporação do tema ao Informe Valech foi uma conquista obtida pelas mulheres apesar da ausência de qualquer incentivo institucional:

Las mujeres espontáneamente, al momento de ir a prestar la declaración, empezaron a revelar esta vivencia individual y colectiva. Pero, por ejemplo, en ningún momento, cuando la comisión se sienta a elaborar los protocolos de toma de declaración, no se les pregunta sobre esto, no se indaga más allá en esta experiencia sino

194. CNV, Reunión amplia. GT Ditadura e Gênero. Coordenação: Paulo Sérgio Pinheiro. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/grupos_trabalho/CNV_REUNIAO_AMPLA_Genero_250313.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2016.

que comienza a salir espontáneamente. Y como empieza a salir espontáneamente mucho de los relatos de la mujeres, la comisión se ve un poco forzada a incorporálos. Pero no fue un objetivo que la comisión se planteara programáticamente al momento de pensar en como tomar las declaraciones ni elaborar las aristas distintas que había tenido la experiencia de haber sufrido detención política en ese momento. Entonces yo creo que aquí el valor está en las mujeres que exigieron que esto se incorporara y las mujeres que espontáneamente fueran revelando su experiencia.

Outro aspecto institucional que deve ser considerado na construção dos arquivos de comissões da verdade é se a sua composição respeita um equilíbrio de gênero. Vale recordar, por um lado, a orientação pela participação das mulheres nos processos de justiça de transição, particularmente nos órgãos e instâncias decisórias.¹⁹⁵ Por outro lado, também é importante ter em conta que a inclusão de mulheres na fórmula não é suficiente para garantir a abordagem do caráter de gênero das violações, “especialmente considerando que la identidad y los intereses individuales de las mujeres son disputados y variados” (ICTJ, 2006, p. 2).

A análise da composição das comissões da verdade instauradas nos países membros da RLAJT revela uma enorme desproporção entre homens e mulheres. O número de mulheres comissionadas é extremamente inferior ao de homens e, em algumas comissões, a participação de mulheres é nula. A forma de indicação dos/as integrantes varia de uma comissão para a outra. Em alguns casos, as próprias leis de criação designam os/as comissionados/as, em outros, a lei apresenta critérios ou balizas para informar a indicação, feita pelo Presidente da República ou por outra autoridade.¹⁹⁶ A subrepresentação das mulheres indica, sobretudo no momento de constituição das comissões, como são desconsideradas as experiências e as necessidades específicas das mulheres que foram vítimas dos conflitos e das ditaduras. Apresenta-se, portanto, como causa e sintoma do tratamento deficitário que, em regra, é dispensado à violência de gênero. A tabela abaixo permite analisar comparativamente o desequilíbrio de gênero na composição das comissões da verdade:

195. A esse respeito, ver o item “Participação das mulheres e transversalização da perspectiva de gênero”.

196. As regras de indicação dos membros variam em cada comissão. Em alguns casos, como na Comissão Rettig e da Comissão Valech, o próprio Decreto de criação nomeou os integrantes (artigo 3º, Decreto Supremo nº 55/1990 e Decreto Supremo 1.040/2003). No caso da CEH, na Guatemala, o Acordo de Oslo previa as qualificações que deveriam ser preenchidas por cada membro. Na CVR, no Peru, o Decreto Supremo nº 065/2001 previa, em seu artigo 4o, os requisitos que deveriam ser preenchidos e atribuía a indicação dos membros ao Presidente da República, mediante aprovação do Conselho de Ministros.

Composição das comissões da verdade

Comissão da verdade	Número de mulheres comissionadas
Argentina – <i>Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas</i> (CONADEP)	1 entre 13 comissionados ¹⁹⁶
Brasil – Comissão Nacional da Verdade (CNV)	2 entre 7 comissionados ¹⁹⁷
Chile – <i>Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación</i> (Comissão Rettig)	2 entre 8 comissionados ¹⁹⁸
– <i>Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura</i> (Comissão Valech)	2 entre 8 comissionados ¹⁹⁹
Colômbia – <i>Comisión de la Verdad sobre los hechos del Palacio de Justicia</i>	0 de 3 comissionados
El Salvador – <i>Comisión de la Verdad para El Salvador</i>	0 de 3 comissionados
Guatemala – <i>Comisión para El Esclarecimiento Histórico</i> (CEH)	1 entre 3 comissionados ^{200 201}
Peru – <i>Comisión de la Verdad y Reconciliación</i> (CVR)	2 entre 12 comissionados ²⁰²
Uruguai – <i>Comisión para la Paz</i> (COMPAZ)	0 de 6 comissionados
– <i>Grupo de Trabajo por Verdad y Justicia</i>	3 entre 7 comissionados ²⁰³

Como apontado por Julie Guillerot, em relação ao caso peruano, a indicação de mulheres não traduziu um objetivo de garantir a representatividade feminina (Guillerot, 2010, p. 150). Em nenhum caso houve,

197. A única mulher que integrou a equipe foi a jornalista Magdalena Ruiz Guiñazu.

198. Trata-se da advogada Rosa Cardoso e da psicanalista Maria Rita Kehl.

199. As mulheres membros da comissão foram a assistente social, pedagoga, pesquisadora e política Mónica Jimenez de la Jara e Laura Novoa Vásquez. Vale lembrar que a Comissão Rettig incluiu entre seus membros tanto representantes de organismos de direitos humanos como partidários do regime de Pinochet.

200. As duas mulheres comissionadas foram Doña María Luisa Sepúlveda Edwards, Vicepresidenta Ejecutiva, e Doña Elizabeth Lira Kornfeld.

201. Trata-se de Otilia Lux de Cotí, mulher Maya k'iché.

202. Além de uma mulher, entre os três comissionados, houve participação de mulheres em outros âmbitos da CEH, como relata Claudia Paz y Paz: “El equipo central de trabajo estaba compuesto por 16 personas (incluyendo cinco mujeres). Había también 14 jefes regionales (incluyendo 10 mujeres), y un equipo de investigación y apoyo integrado por 184 personas (incluyendo 92 mujeres)” (Bailey, 2010, p. 137).

203. Segundo Guillerot, não há evidências de que a indicação de duas mulheres visava garantir participação feminina na Comissão. Sobre as indicadas: “La primera, Beatriz Alva Hart, es abogada laboralista y ex-vice- ministra del gobierno de Alberto Fujimori; y la segunda, Sofía Macher Bata- nero, nombrada cuando se amplió la CVR, es socióloga y tiene una reconocida trayectoria en materia de derechos humanos como ex-Secretaria Ejecutiva de la Coordinadora Nacional de Derechos Humanos” (Guillerot, 2010, p. 150).

204. Ainda sobre a composição, é interessante notar que o grupo é formado por familiares de vítimas e por representantes das principais religiões do país – católica, judia, metodista e umbandista.

tampouco, uma preocupação em designar mulheres com reconhecida expertise em gênero para representar a pauta dentro da comissão. Se a presença feminina nas comissões não é capaz de garantir, por si só, um olhar atento às experiências das mulheres e a questões de gênero, um fator fundamental destacado pelo ICTJ é o envolvimento de grupos da sociedade civil. O estudo ressalta a importância de se manter “una consulta y un diálogo permanentes con diferentes grupos de sobrevivientes, organizaciones de mujeres, así como feministas, tanto activistas como académicas” (ICTJ, 2006, p. 3).

A respeito dessa articulação com o movimento feminista no Peru, na entrevista concedida, Julissa Mantilla ressaltou o papel de organizações de mulheres, como o DEMUS, que se engajou desde o início do processo da CVR, patrocinando a colaboração de uma advogada na Linha de Gênero. No caso brasileiro, em entrevista ao presente estudo, Amelinha Teles avaliou que, por um lado, a CNV perdeu a oportunidade de fazer avançar a pauta de violência de gênero e, por outro lado, o movimento feminista também não foi capaz de pressionar a comissão a fazer um trabalho mais efetivo.

2. A nomeação da violência sexual nos relatórios das Comissões da Verdade

Tendo como objeto as experiências de comissões da verdade, entre os países membros da RLAJT, que lidaram com crimes sexuais, o presente tópico visa investigar como a violência sexual é nomeada e tratada nos relatórios finais. Indaga-se: i) se os relatórios possuem capítulos específicos dedicados ao tema; ii) se a violência sexual é trabalhada como violência de gênero e em caráter interseccional; iii) quais vítimas são consideradas; e iv) se há recomendações específicas relacionadas à violência contra as mulheres, crimes sexuais ou de gênero.

Guatemala

Na Guatemala, em fevereiro de 1999, a CEH entregou o seu relatório final, chamado “Guatemala: Memória do Silêncio”, com 12 volumes e quase 4.400 páginas. O relatório da CEH apresenta um capítulo específico sobre “Violencia sexual contra las mujeres”. Uma iniciativa de investigação anterior já tinha evidenciado as violações a direitos humanos praticadas contra as mulheres e serviu como fonte à CEH. Trata-se do trabalho realizado pela *Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado da Guatemala* (ODHAG), que resultou na publicação do *Informe del Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica* (REMHI), denominado “Guatemala: Nunca Más” (ODHAG, 1998). No capítulo intitulado “Enfrentando el

dolor: de la violencia a la afirmación de las mujeres”, o relatório aborda as distintas formas de violência sexual praticadas contra as mulheres, mas também as estratégias de resistência, de organização contra a violência e as lutas por justiça (Bailey, 2010, p. 113).

Embora o foco da CEH tenha sido a violência sexual, o relatório considera o contexto mais amplo de violações sofridas pelas mulheres durante o conflito armado, destacando as condições de vida que enfrentaram com seus filhos e a dor da experiência de violência (CEH, 1999, par. 2375). Nesse marco mais aberto de violações, entre as 9.411 mulheres vítimas ouvidas pela CEH, 33% foram vítimas de execuções arbitrárias, 19% de tortura, 18% de privação de liberdade, 14% de estupro, 6% de desaparecimento forçado, 4% de morte causada pelo deslocamento e 6% de outras violações (par. 2387).

O relatório considera a violência sexual como manifestação da violência de gênero, entendida, por isso, como demonstração do poder patriarcal exercido sobre as mulheres:

2394. Todo acto de fuerza que atente contra la vida, la integridad física o mental o la libertad constituye violencia. Cuando esos actos son dirigidos contra las mujeres porque son mujeres o porque las afectan mayoritariamente, se trata de “violencia de género”; de esta naturaleza son las agresiones sexuales que se cometen en las guerras. En el marco de la violencia específica de género, las violaciones sexuales se definen como actos de poder ejercidos en forma violenta contra personas consideradas inferiores por su género.

A CEH destacou o contexto socioeconômico e político das relações de poder que estão na base da violência de gênero, inclusive quando se ela fundamenta no “controle hierárquico e patriarcal” exercido pelo Estado. Também reconheceu o caráter estrutural da violência de gênero, pautada em condições de desigualdade, de discriminação e de opressão que antecederam, mas se aprofundaram durante o conflito armado, tornando maior a vulnerabilidade das mulheres (CEH, 1999, par. 2395).

A CEH concluiu que as mulheres foram vítimas tanto de uma repressão seletiva como de uma repressão generalizada. A repressão seletiva foi aplicada contra mulheres identificadas que participaram da guerrilha, lideraram movimentos de contestação ou tinham parentes acusados de subversão. Na maioria das vezes, os estupros foram praticado no contexto de detenção dessas mulheres e acompanhados de outras violações (CEH, 1999, par. 2479). Por sua vez, a repressão generalizada atingiu de forma indiscriminada mulheres indígenas, principalmente de origem maia, de comunidades rurais onde foram instalados destacamentos militares, praticados

massacres e operações de terra arrasada (CEH, 1999, par. 2480). Nessa forma massiva e sistemática das violações sexuais perpetradas pelo Estado, a CEH entendeu que “no se trató de actos aislados y excesos esporádicos sino sobre todo de una planificación estratégica” (CEH, 1999, par. 2398).

Segundo os dados apurados pela CEH, 99% das vítimas de estupro durante o conflito armado foram mulheres (CEH, 1999, par. 2376)²⁰⁵. No total, a CEH registrou 1.465 casos de estupro, de modo geral acompanhados por outras violações, como privação de liberdade, massacres e execuções arbitrárias (CEH, 1999, par. 2388-2389). Como afirma Claudia Paz y Paz, “Es poco probable que estas cifras reflejen la verdadera magnitud de las violaciones cometidas contra las mujeres en Guatemala, debido al estigma social sufrido por las víctimas” (Bailey, 2010, p. 108). Paz y Paz critica, ainda, a falta de esforço da CEH por quantificar as demais violações específicas sofridas pelas mulheres, como uniões forçadas, escravidão sexual, trabalho forçado e prostituição (Bailey, 2010, pp. 106-107).

A CEH também apresentou dados sobre o recorte étnico das violações: 88,7% das vítimas de estupro são maias, 10,3% são ladinas e 1% pertence a outras etnias. Os grupos étnicos mais atingidos foram “k’iche’, q’anjob’al, mam, q’eqchi’, ixil, chuj y kaqchikel” (CEH, 1999, par. 2390). As mulheres que pertenciam a povos da etnia maia foram vítimas de diferentes tipos de violência sexual, incluindo escravidão sexual, e sofreram consequências prolongadas da violência, como gravidez indesejada, perda de fertilidade, transtorno de estresse pós-traumático e isolamento dentro das comunidades.²⁰⁶ Depois dos massacres, muitas foram forçadas a trabalhar para os militares e sistematicamente estupradas. Outras tentaram fugir para as montanhas e morreram de fome, de doenças ou de frio. Aquelas que sobreviveram ficaram em situação de extrema pobreza, já que dependiam de seus parceiros para a sobrevivência econômica e foram marginalizadas pelas comunidades.

A expressiva vitimização das mulheres maias foi explicada pelo relatório da CEH por meio de uma abordagem interseccional: “las mujeres masivamente afectadas por abusos de índole sexual pertenecían al pueblo maya, pues la consideración de inferioridad se configura también en razón de la pertenencia étnica y posición social” (CEH, 1999, par. 2396).

205. Claudia Paz y Paz atenta para fato de que o dado segundo o qual 1% das vítimas de estupros são homens e meninos também é sintomático do estigma ainda maior que enfrentam para denunciar (Bailey, 2010, p. 108).

206. Segundo avaliação de Claudia Paz y Paz, são escassas referências sobre casos de gravidez indesejada. Também não há dados sobre contágio de doenças sexualmente transmissíveis ou danos à saúde reprodutiva das mulheres vítimas de abusos.

A violência sexual praticada contra mulheres indígenas tirou proveito dessa absoluta desvalorização que sofreram. Segundo o relatório, pelo fato de serem mulheres indígenas, as vítimas eram agredidas sexualmente pelos membros do Exército em total impunidade (CEH, 1999, par. 2398).

Apesar dos avanços promovidos pelo relatório ao adotar uma perspectiva de gênero e interseccional, ainda pesam críticas quanto à insuficiência da abordagem:

estos informes no profundizaron en cuanto a los elementos androcéntricos, racistas y clasistas que agudizaron esta situación para las mujeres y que siguen marcando, como en ese entonces, las relaciones sociales en nuestro país. Además hace falta recomendaciones para que el Estado pueda resarcir los derechos específicos de las mujeres y así fortalecer el Estado de Derecho (ODHAG, 2014, p. 8).

Nesse mesmo sentido, Claudia Paz y Paz chama atenção para a ausência de recomendações relacionadas à violência contra as mulheres. As únicas referências às mulheres nas recomendações da CEH dizem respeito à orientação para incluir mulheres no órgão responsável pelo programa de reparações e para dar prioridade às viúvas dentro do grupo de beneficiários (Bailey, 2010, p. 114).

Peru

No Peru, em 2003, a CVR divulgou o seu Relatório Final, dividido em 9 tomos. O relatório apresenta dois capítulos dedicados, respectivamente, à violência sexual e à relação entre violência e discriminação de gênero: o capítulo 1.5 “La violencia sexual contra la mujer” (localizado no Tomo VI, “Sección cuarta: los crímenes y violaciones de los derechos humanos”, Capítulo 1: “Patrones en la perpetración de los crímenes y de las violaciones de los derechos humanos”) e o capítulo 2.1 “Violencia y Desigualdad de Género” (localizado no Tomo VIII. “Segunda Parte: Los factores que hicieron posible la violencia”, Capítulo 2: “El impacto diferenciado de la violencia”).²⁰⁷ Nesses termos, um capítulo se propõe a investigar os atos de violência sexual praticados durante o conflito armado interno, e o outro a explicar o impacto diferencial da violência a partir de uma perspectiva de gênero.

207. Além dos dois capítulos mencionados, dentro da seção dedicada aos atores do conflito armado, no capítulo sobre as organizações sociais, há um item que trata das organizações das mulheres (“3.2. Los sindicatos, los gremios empresariales y las organizaciones de mujeres”). Este capítulo não será examinado no presente estudo em razão do foco na violência sexual. É importante, no entanto, destacar que também atende a uma demanda dos grupos de mulheres e movimentos feministas às comissões da verdade para retratar as distintas experiências das mulheres nos contextos de conflito e dar protagonismo à participação das mulheres também nos movimentos e organizações de resistência.

Na entrevista concedida a esse estudo, Julissa Mantilla comentou a escolha por focar a análise da violência sexual contra vítimas mulheres, sem incluir os homens que foram atingidos:

los casos de violencia sexual contra hombres que configuraran tortura están incluidos en el capítulo de tortura. La decisión de llamar «Violencia sexual contra la mujer» fue fundamentalmente debido a que se trataba de violencia de género, totalmente invisibilizada en ese momento. Entonces no es que los hombres no puedan ser víctimas de violencia sexual, sino que hubo una masividad contra las mujeres. Y por otro lado, también esta fue una discusión con José Burneo que era el abogado que dirigía el equipo jurídico y estábamos en la misma línea. Era, además, una forma de reparación porque, en realidad, cuando la Comisión de la Verdad empieza, no había ni idea que había habido violencia sexual y cuando la Comisión termina su trabajo, concluye que fue violencia generalizada en determinadas circunstancias, y con más del 90% de víctimas mujeres. Entonces enfatizarlo de esta manera era una manera de reconocer la real dimensión de los hechos.

Tendo em vista a invisibilidade das mulheres no conflito armado interno, a não ser no papel de mães e esposas de mortos e desaparecidos, segundo Julissa, “el hecho de priorizar la historia de las mujeres no era negar lo que les pasaba a los hombres, toda la historia del conflicto estaba escrita entera en el masculino”. Representava, portanto, uma tentativa de lançar luzes e de destacar experiências que tinham sido apagadas e que, mesmo com a priorização, foram apenas parcialmente recuperadas pelo relatório.

O capítulo dedicado à violência sexual contra mulheres adota uma conceituação ampla que abrange diversas modalidades de violência sexual, alinhando-se aos termos do Estatuto de Roma.²⁰⁸ A violência sexual é tratada como violência de gênero, uma vez que “afectó a las mujeres por solo hecho de serlo” e atingiu muito mais mulheres do que homens (CVR, 2003, p. 273). No total, foram reportados 538 casos de estupro à CVR, dos quais 527 correspondem a vítimas mulheres e 11 a homens (CVR, 2003, p. 66). Entre as vítimas, estão mulheres que foram detidas por real ou suposto envolvimento pessoal no conflito armado; mulheres cujos parceiros eram efetiva ou supostamente membros de grupos subversivos; e mulheres que buscavam seus parentes desaparecidos ou denunciavam as violações praticadas (CVR, 2003, p. 48).

208. A CVR define violência sexual como: “la realización de un acto de naturaleza sexual contra una o más personas, o cuando se hace que esa(s) persona(s) realice(n) un acto de naturaleza sexual por la fuerza o mediante la amenaza de la fuerza o mediante la coacción, como la causada por el temor a la violencia, la intimidación, la detención, la opresión psicológica o el abuso de poder contra esa(s) persona(s) u otra persona, o aprovechando un entorno de coacción o la incapacidad de esa(s) persona(s) de dar su libre consentimiento” (CVR, 2003, p. 263).

No universo de violações investigadas pela CVR, o estupro correspondeu a 1,53%, número considerado subrepresentado em razão dos sentimentos de vergonha e de culpa que inibem os relatos das vítimas. Os estupros constituem a 6ª violação mais comum entre as mulheres. O percentual de mulheres estupradas é de 7%, enquanto as violações mais frequentes são assassinatos (32%), detenções (18%) e tortura (16%). Apesar de tratar das diversas modalidades de violência sexual, o relatório não apresenta estatísticas em relação a nenhuma outra além do estupro. Isso ocorreu porque a Base de Dados da CVR apenas permitia o registro de casos de estupro, como explica o próprio relatório:

es necesario precisar que la Base de Datos de la CVR sólo contabiliza los casos de violación sexual, dejando de lado las otras formas de violencia sexual (abuso sexual, prostitución forzada, unión forzada, etc.). Del mismo modo, es importante tener presente que el registro se da en función a “víctimas identificadas”, es decir, sólo aquellas cuyo nombre y apellido se conoce, dejando de lado para efectos de la construcción de estadísticas los casos en que existen referencias generales de los hechos. (CVR, 2003, p. 274)

O relatório confessa, portanto, as limitações do trabalho no âmbito da violência sexual contra as mulheres. Na entrevista concedida a esse estudo, Maria Ysabel Cedano, no DEMUS, também destaca a ausência de investigação sobre os casos de esterilização forçada pela CVR. Segundo Maria Ysabel, o entendimento então adotado era o de que a política de contracepção cirúrgica não tinha relação com o contexto do conflito armado ou da luta contra a subversão e, por isso, não caberia no escopo das investigações.

Guillerot explica que a Base de Dados e o formulário de entrevistas foram as primeiras ferramentas técnicas desenhadas, logo após a instalação da CVR, para a coleta de testemunhos. Foram desenvolvidas antes que a Equipe Jurídica pudesse trabalhar na lista e definição dos crimes que norteariam as investigações e antes que a Linha de Gênero estivesse constituída para propor os tipos de violações relacionadas ao gênero. Isso afetou, portanto, a catalogação e aproveitamento das informações extraídas dos testemunhos (Guillerot, 2010, p. 166).

A despeito dos limites, o relatório da CVR representou importantes avanços em matéria de gênero. Um ponto central foi o reconhecimento de que a violência afeta homens e mulheres de formas distintas. Além disso, segundo o relatório, a violência também é sentida de maneiras diversas entre as mulheres, conforme a sua posição social e o seu pertencimento cultural. Nesse sentido, a CVR desenvolveu uma abordagem

interseccional que considerou marcadores étnicos, culturais, sociais e de gênero que impactaram as causas e efeitos das violações. O cruzamento de fatores de risco ou de opressão colocam as mulheres em situação de particular vulnerabilidade, o que se reflete no perfil das vítimas.

O relatório informa que, entre as mulheres vítimas de estupro, 73% falavam quechua como língua mãe, 80% viviam em áreas rurais, 36% eram camponesas e 34% eram analfabetas. Esse perfil sociodemográfico indica que “fueron las peruanas más excluidas, y por lo tanto desprotegidas, las que sufrieron con mayor intensidad la práctica de la violación sexual” (CVR, 2003, p. 276). Ainda, com relação à faixa etária, o relatório registra que as vítimas foram predominantemente jovens, com maior incidência das violações contra meninas a partir dos 11 anos.²⁰⁹

No capítulo sobre violência e desigualdade de gênero, o relatório faz uma análise estrutural das violações sofridas pelas mulheres durante o conflito armado, conectando-as aos padrões discriminatórios que já estavam estabelecidos e continuam a reger as relações de gênero no país:

Como resultado de la investigación realizada, la CVR ha llegado a la conclusión que la violencia desatada en nuestro país afectó de manera diferente a hombres y mujeres. Las distintas posiciones sociales y roles de género ocupados por varones y mujeres condicionan su participación en el conflicto armado y producen efectos específicos en cada uno de ellos. Las mujeres, por el hecho de serlo, fueron víctimas singulares de un conjunto de delitos y atentados contra su dignidad y sus DDHH que difieren de aquellos infligidos a los varones. Estas diferencias no son nuevas y retoman situaciones previas de desigualdad de género, étnicas y sociales que es preciso conocer para poder actuar en consecuencia. (CVR, 2003, p. 45)

A violência contra as mulheres é atravessada pelas hierarquias de gênero, que se sustentam por mecanismos de autoridade e poder e que foram aprofundadas durante o conflito armado. Ao lado do sistema de gênero e do sistema machista, o relatório da CVR pontuou que o racismo também foi estruturante das violações praticadas contra mulheres indígenas, de cultura andina e idioma quechua, as quais ocupam “las últimas escalas de la jerarquía social y de poder”. Além disso, o racismo se manifestava na

209. Com relação à autoria, segundo apurou a CVR, os atos de violência sexual foram praticados majoritariamente pelas forças estatais e, em menor medida, pelos grupos insurgentes. O relatório indicou que o Estado foi responsável pela prática de 83% dos estupros, enquanto os grupos subversivos respondem por 11% das violações, entre as quais se destacam o trabalho doméstico forçado, mutilação, escravidão sexual, aborto forçado e união forçada (CVR, 2003, p. 277).

falsa identificação que era pregada entre indígenas e grupos subversivos, como se o fator étnico fosse um elemento que predispunha à prática da subversão (CVR, 2003, p. 72).

De forma mais ampla, o relatório situa as violações produzidas pelo conflito armado dentro do processo histórico atravessado pelo Peru e destaca a influência do passado colonial:

la violencia vivida en nuestro país no puede ser entendida fuera del marco histórico y social peruano. Ella se instaló sobre procesos seculares de exclusión, dominación y opresión cuyas huellas, presentes en la memoria colectiva de los subalternos, emergen en momentos de crisis social. Se trató de una violencia que reitera prácticas autoritarias, prepotentes, que revivió relaciones coloniales aún no superadas. (CVR, 2003, p. 79)

Para além dos efeitos duradouros da violência sexual no campo individual e subjetivo, desde gravidez, doenças, transtornos psíquicos e problemas de saúde sexual e reprodutiva, o relatório também identifica como impactos diferenciados da violência sobre as mulheres “la acentuación de la división sexual del trabajo y la sobrecarga femenina, la desintegración familiar producto del desplazamiento y el traslado de los grupos familiares a cargo de mujeres solas” (CVR, 2003, p. 80). Assinala, portanto, os danos causados no campo familiar, socioeconômico e de projetos de vida das mulheres afetadas.

Ao enfocar esses aspectos, o relatório da CVR abre espaço para as histórias e as experiências das mulheres. Não apenas as histórias de dor e de sofrimento, mas também de luta e de resistência coletiva. O relatório destaca as estratégias de sobrevivência, os espaços de “agência feminina”, os modos de organização e de atuação das mulheres no enfrentamento do conflito armado, como lutadoras e atoras sociais. A CVR buscou, assim, incorporar novas vozes e olhares à narrativa do conflito e ressignificar o papel desempenhado pelas mulheres.

Por fim, há alguns elementos das recomendações que chamam atenção para a situação específica das mulheres. No ponto que diz respeito à melhoria das condições de vida da população carcerária, a CVR pede ênfase à saúde das mulheres, uma vez que ficou comprovado que a desatenção a necessidades básicas de saúde (como pré-natal e pós-natal, atendimento de necessidades fisiológicas e ginecológicas) foi utilizada como método de tortura (CVR, 2003, p. 133). Por outro lado, é ressaltada a ausência de um enfoque de gênero no âmbito das políticas públicas reparatórias recomendadas pela CVR.

Chile

Em 2004, a Comissão Valech lançou o relatório final sobre prisão e tortura política durante a ditadura chilena.²¹⁰ O Capítulo V do relatório intitulado “Métodos de tortura: definiciones y testimonios” incluiu um tópico específico sobre “Violencia sexual contra las mujeres”. O tópico se inicia com o seguinte registro da Comissão: “Ha parecido necesario destacar separadamente la situación de violencia sexual que afectó a las mujeres detenidas, tomando en consideración las características de esa violencia, además de su significación moral y cultural en la sociedad chilena” (Valech, 2004, p. 290). Apesar dessa primeira sinalização, o relatório não relaciona os atos de violência sexual com o contexto mais amplo de desigualdade ou com o padrão de discriminação contra as mulheres.

Segundo o relatório, a Comissão Valech colheu o testemunho de 3.399 mulheres vítimas de prisão e tortura política, e praticamente todas declararam que sofreram violência sexual, sendo que 316 relataram especificamente terem sido estupradas. Entre as 229 mulheres que afirmaram estarem grávidas quando presas, 11 foram vítimas de estupro, 20 abortaram e 15 tiveram os filhos no cativeiro (Valech, 2004, p. 291). Não há dados sobre outras formas de violência sexual, tampouco a respeito do perfil das vítimas e do possível impacto de fatores sociais, étnicos e culturais.

O tópico sobre violência sexual contra as mulheres inclui 6 seções relacionadas aos temas: “prisão e violência sexual”; “prisão e violência sexual de menores de idade”; “prisão e violência sexual de mulheres grávidas estupradas durante a detenção”; “a perspectiva das crianças”; “prisão de mulheres estupradas que ficaram grávidas”; “prisão de mulheres grávidas cujos filhos nasceram na prisão”. Cada seção é composta basicamente por trechos dos testemunhos colhidos pela Comissão e breves descrições da violência tratada.

Embora o relatório registre as múltiplas formas de violência sexual sofridas, não há uma conceituação dos crimes a partir da perspectiva das relações de gênero e das condições específicas atravessadas pelas mulheres. Diante da ausência de um enfoque de gênero, as violações contra as mulheres são consideradas pelo relatório apenas de maneira isolada (Barbutto; Fries, 2008, p. 101). A esse respeito, na entrevista concedida, Beatriz, ex-presa política que prestou testemunho à Comissão Valech, relatou:

210. A Comissão Valech II, criada em 2010 para fazer uma segunda rodada de investigações, não produziu um relatório conclusivo, mas apenas elaborou uma lista de vítimas que seriam beneficiárias da política de reparação.

la Comisión Valech no relevó este tema, claramente no incluyo de manera explícita en el registro que hizo sobre los instrumentos aplicados por el terrorismo de Estado. Sencillamente no lo preguntó y las personas, las mujeres de manera espontánea se dieron cuenta de esta situación. Sin embargo, apareció solamente como un dato estadístico porque la comisión no tubo ningún énfasis en género, ni el más mínimo. En la práctica, no pudo hacer un relato de la historia efectiva que pasamos las mujeres con la represión de la dictadura. Un relato absolutamente incompleto en una historia, y como la mayoría de la historia, lo cierto es que la neutralidad invisibiliza la situación de las mujeres.

Apesar de reconhecer a brutalidade da violência sexual, o relatório afirma que “las mujeres fueron detenidas por sus ideas, sus acciones y, participación política, no por su condición de tales”. O sexo seria usado como um fator que agrava o impacto sobre a integridade moral e psicológica, mas que, sozinho, não teria dado causa à violência (Valech, 2004, p. 291). Essa leitura restritiva tem recebido críticas por desconsiderar que o fato de ser mulher representava um risco, por si só, e que as mulheres militantes eram duplamente punidas (pela posição política opositora e por extrapolar seu papel social). Também se critica a desconsideração das violências praticadas contra mulheres que foram presas, não por conta da própria militância política, mas por causa das relações que mantinham com homens perseguidos pelo regime. Nesses casos, as agressões sexuais aos corpos das mulheres visavam punir, por extensão, o “inimigo” (Calandra, 2010, pp. 219-220).

Por fim, em resposta ao questionário, o OJT, membro chileno da RLAJT, informou que se acreditava que a segunda edição da Comissão Valech II (em 2011) daria mais atenção ao tema da violência sexual, uma vez que houve o comparecimento de um número maior de mulheres em comparação com a primeira rodada da Comissão Valech, em 2004. No entanto, a segunda edição não publicou um relatório completo, mas apenas uma lista de nomes e informes estatísticos, de modo que não aprofundou o tema da violência sexual.

Brasil

No Brasil, em dezembro de 2014, a CNV disponibilizou o seu relatório final, organizado em três tomos. O Capítulo 10 do Tomo I se chama “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” e contém as conclusões dos trabalhos do GT Ditadura e Gênero. O relatório adota uma compreensão ampla de violência sexual, definida nos seguintes termos:

33. Além da penetração vaginal, anal e oral, também constituem violência sexual golpes nos seios; golpes no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos e/ou animais na vagina, pênis e/ou ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; atos físicos humilhantes; andar ou desfilar nu ou seminu diante de homens e/ou mulheres; realizar tarefas nu ou seminu; maus-tratos verbais e xingamentos de cunho sexual; obrigar as pessoas a permanecer nuas ou seminuas e expô-las a amigos, familiares e/ou estranhos; ausência de intimidade ou privacidade no uso de banheiros; negar às mulheres artigos de higiene, especialmente durante o período menstrual; e ameaças de violação sexual. (CNV, 2014, p. 419)

O capítulo se propõe a abordar a “violência estruturada pela hierarquia de gênero e sexualidade” que atinge de formas distintas homens e mulheres (CNV, 2014, p. 400). Nota, como pano de fundo da análise, que o padrão das relações de gênero vigente no contexto brasileiro estabelece a heterossexualidade como norma compulsória (CNV, 2014, p. 401). Segundo o relatório, a violência sexual e de gênero foi empregada como um instrumento de poder e de dominação (CNV, 2014, p. 402). Essa forma de violência assumiu caráter sistemático e ocorria “de forma disseminada em praticamente toda a estrutura repressiva” (CNV, 2014, p. 421). Além disso, a CNV concluiu que a violência sexual se configurou como crime contra a humanidade, uma vez que foi praticada em um contexto de ataque generalizado e sistemático contra a população civil (CNV, 2014, p. 417).

O relatório da CNV demarca como os papéis sociais de gênero atravessaram a violência praticada contra as mulheres, na medida em que os perpetradores as acusavam de se desviarem das funções de mãe e esposa e de extrapolar o espaço privado, ou atribuíam a elas identidades femininas tidas como ilegítimas, como prostituta. Para além das mulheres com militância política, o capítulo também aborda as violações contra mulheres atingidas porque seus companheiros eram perseguidos políticos. O capítulo também trata de forma específica da tortura contra mulheres grávidas e da questão da maternidade como uma “carga extra” suportada pelas mulheres. No âmbito familiar, narra como a ameaça a integrantes da família, especialmente filhos/as, era usada como forma de atingir e torturar psicologicamente as mulheres. Outro aspecto trabalhado pelo capítulo diz respeito às consequências da violência para os/as sobreviventes, tendo em vista os danos físicos e biológicos, morais e psicológicos e ao projeto de vida sofridos pelas vítimas (CNV, 2014).²¹¹

211. Para mais informações sobre as violações sofridas por mulheres na ditadura brasileira, ver (Teles, 2015) e (Merlino; Ojeda, 2010).

Apesar de se concentrar nas mulheres, o relatório da CNV também considera homens como vítimas da violência sexual perpetrada pela ditadura. Chama atenção que esse tenha sido praticamente o primeiro tema tratado pelo capítulo: os cinco primeiros testemunhos considerados são testemunhos de homens, e o sexto é o testemunho de uma mulher que relata o sofrimento de um homem. Para a CNV, a violência de gênero é cometida “contra homens e mulheres, por causa de seu sexo e/ou por causa de seus papéis de gênero, socialmente construídos” (CNV, 2014, p. 420). Segundo o relatório, a violência sexual contra homens também obedeceu a uma orientação heteronormativa, na medida em que visava atingir a virilidade ou destruir a masculinidade dos presos políticos, com a “intenção de feminilização e homossexualização simbólica do corpo torturado” (CNV, 2014, p. 413). Enquanto a prática da violência sexual contra mulheres reforçava os estereótipos de submissão e de inferioridade, a prática contra homens buscava inverter o seu papel social de masculinidade viril.

Apesar de oferecer uma contribuição importante, o capítulo da CNV apresenta sérias lacunas no tratamento do tema da violência sexual. Em primeiro lugar, não há dados estatísticos sobre as violações ou elementos sobre o perfil das vítimas. O capítulo não informa sequer quantas vítimas foram ouvidas pelo GT Ditadura e Gênero e, entre elas, quantas relataram ter sofrido abusos sexuais e de quais tipos. A inexistência de qualquer levantamento quantitativo impede uma análise mais aprofundada não só com respeito à expressão numérica da violência sexual, mas também sobre os padrões e métodos empregados pela ditadura brasileira. Ressalte-se, ainda, a ausência de um enfoque interseccional que leve em conta a posição social, a origem rural e camponesa e a identidade étnica das mulheres atingidas.

Ao contrário da pretensão inicial do GT Ditadura e Gênero, o capítulo dedicado ao tema não explora outras facetas da experiência das mulheres na ditadura, como a atuação em movimentos de resistência, nem a continuidade de estruturas e práticas violentas contra as mulheres. O capítulo de recomendações da CNV também não inclui nenhuma medida ou política pública voltada à não-repetição dos crimes de violência contra a mulher e de violência de gênero.²¹²

212. É importante destacar que, no contexto brasileiro, também foram formadas comissões estaduais, municipais e setoriais. Algumas também inseriram análises específicas sobre violência sexual e violência de gênero em seus trabalhos e relatórios, a exemplo da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro e da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”. A esse respeito, ver os respectivos relatórios: (CEV-RJ, 2015, especificamente o capítulo 10 “Mulheres na luta contra a ditadura: o terror do Estado e a violência sexual” e capítulo 11 “Homossexualidades, repressão e resistência na ditadura”) e (CEV-SP “Rubens Paiva”, 2015, especificamente os capítulos “Verdade e Gênero” e “Ditadura e homossexualidades: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva”).

Violência sexual nos relatórios das comissões da verdade

Comissão da verdade que tratam da violência sexual	Capítulo sobre violência sexual no relatório final	Perspectiva de gênero e interseccionalidade	Vítimas consideradas	Recomendações relacionadas à violência contra a mulher
Brasil – Comissão Nacional da Verdade (CNV)	Capítulo 10 “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”	Incorpora perspectiva de gênero, mas não de interseccionalidade	Mulheres e homens. Também inclui capítulo específico dedicado à repressão de minorias sexuais.	Não há
Chile – <i>Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura</i> (Comissão Valech)	“Violência sexual contra las mujeres”	Não incorpora perspectiva de gênero, nem de interseccionalidade	Apenas mulheres que foram presas/torturadas em função da militância política	Não há
Guatemala – <i>Comisión para el Esclarecimiento Histórico</i> (CEH)	“Violência sexual contra las mujeres”	Incorpora perspectiva de gênero e de interseccionalidade	Mulheres e meninas. Especial consideração às mulheres indígenas e de comunidades rurais.	A CEH recomendou a inclusão de mulheres no órgão responsável pela reparação e a prioridade das viúvas entre os/as beneficiários/as
Peru – <i>Comisión de la Verdad y Reconciliación</i> (CVR)	Capítulo 1.5 “La violencia sexual contra la mujer” e Capítulo 2.1 “Violencia y Desigualdad de Género”	Incorpora perspectiva de gênero e de interseccionalidade	Mulheres e meninas. Especial consideração às mulheres indígenas e de comunidades rurais.	A CVR recomendou, no campo das melhorias das condições da população penal, especial atenção à saúde das mulheres

Por fim, merece destaque o fato de o relatório da CNV ter dedicado um capítulo à repressão baseada na orientação ou identidade sexual. Trata-se do texto “Ditadura e Homossexualidades” que integra o Tomo II do relatório.²¹³ Segundo o estudo do ICJT, até 2006, o relatório da CVR era o único a considerar, ainda que de modo tangencial, o tema da perseguição sexual e de como pode ser utilizada como arma política.²¹⁴ Nesse sentido, a CNV parece ter dado um passo adiante ao dedicar um capítulo específico a abordar os aspectos homofóbicos da repressão ditatorial no Brasil e a relatar os efeitos sobre a discriminação e violências sofridas pelos segmentos LGBT.

3. Perspectiva de gênero, coleta de testemunhos e tratamento das informações

Incorporação da perspectiva de gênero e metodologia de coleta de testemunhos

Tendo em vista os princípios internacionais que recomendam a transversalização da perspectiva de gênero e as regras e os procedimentos específicos que norteiam a metodologia de coleta do testemunho das vítimas de crimes sexuais, este tópico analisa o enfoque de gênero adotado e a escuta das mulheres pelas comissões da verdade.

No caso da Guatemala, um dos problemas apresentados pelo próprio relatório da CEH é que, por um lado, 48% das mulheres testemunharam na condição de vítimas diretas do conflito. No entanto, por outro lado, “la mayoría enfoca sus testimonios no como víctimas de violaciones de sus derechos, sino como testigos de lo que les pasó a otros, porque vivir en función de otras personas forma parte de su realidad” (CEH, 1999, par. 2377). Também no relatório “Guatemala Nunca Más”, metade dos testemunhos recolhidos foi prestado por mulheres, mas estiveram focados

213. Vale notar, no entanto, que o Tomo II é composto por textos temáticos produzidos por conselheiros e grupos de trabalho que assinam e assumem responsabilidade pelos conteúdos escritos. Ou seja, os textos não são atribuídos institucionalmente à CNV, o que tem o efeito de secundarizá-los. No caso do texto “Ditaduras e Homossexualidades”, consta que “foi elaborado sob a responsabilidade do conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas pelos pesquisadores James N. Green; Carlos Manuel de Céspedes, professor de História Latino-Americana, Brown University (EUA); e Renan Quinalha, advogado na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva””.

214. Segundo o ICJT, “La Comisión [CVR] determinó que el grupo de militantes MRTA empleó la violencia homofóbica como estrategia de terror y declaró que ésta era un crimen de guerra. Esta intervención se convirtió en un hito en la historia de los informes finales. No obstante, es igualmente significativo que incluso en el informe de la comisión de Perú, el tema sólo haya recibido una atención marginal; o sea, dos páginas de un informe de 12 volúmenes” (ICJT, 2006, p. 51).

na violência e no impacto do conflito sobre as condições familiares ou comunitárias. Ou seja, nota-se ainda uma dificuldade das mulheres em colocar suas experiências pessoais em primeiro plano, o que, segundo pesquisa coordenada pelo CAFCA,

pudo deberse a la vergüenza de relatar situaciones de violencia y violaciones sexuales que vivieron, por el estigma y señalamiento que se teme al respecto, pero también a que el proyecto no se definió con una perspectiva de género que permitiera visibilizar y profundizar sobre la situación específica de las mujeres en este contexto (ODHAG, 2014, pp. 6-7)

De acordo com a publicação, a incorporação de um perspectiva de gênero implica em reconhecer que as violações contra as mulheres foram praticadas “sobre la base de situaciones previas de desigualdad, discriminación e inequidad étnica, social y de género” (ODHAG, 2014, pp. 6-7). Isso permite não só ampliar a gama de violações consideradas, como também complexificar o entendimento das violências sofridas pelas mulheres, ao perceber, por exemplo, a situação de maior vulnerabilidade em que elas se encontram quando perdem seus parceiros e têm que assumir novos papéis sociais.

No Peru e no Brasil, como visto, o enfoque de gênero foi implementado a partir da criação de uma unidade especial dentro das comissões, incumbida de investigar as violações contra as mulheres e a relação entre gênero e violência. Segundo o estudo do ICJT, a opção por uma linha de investigação específica sobre gênero apresenta riscos:

un enfoque que trate solamente los temas de género como un área de enfoque específico podría terminar encasillando el género y canalizando todas las energías en las audiencias o los capítulos de género del informe, y aislando el resto del trabajo de la comisión de cualquier responsabilidad con respecto a un enfoque integral consciente del tema de género (ICTJ, 2006, p. 6)

No caso brasileiro, esse risco parece ter se consumado. Apesar de o GT Ditadura e Gênero ter pretendido uma incorporação transversal do gênero ao relatório da CNV, observa-se que o debate sobre gênero ficou restrito às audiências e oitivas realizadas pelo GT e ao capítulo específico dedicado ao tema.

No âmbito da CVR, no Peru, o trabalho da linha de investigação sobre gênero produziu resultados mais efetivos, mas também enfrentou dificuldades em integralizar o enfoque de gênero. Como observou Guillerot, “la incorporación de una perspectiva de género en el trabajo de la CVR se

reflejó en la metodología de investigación, en la estrategia de comunicación y en la metodología de recogida de testimonios” (Guillerot, 2010, p. 167). Não obstante, o enfoque de gênero não se transmitiu ao funcionamento diário das demais unidades da CVR. Foram realizadas algumas audiências públicas temáticas sobre gênero, com apoio da unidade e em diálogo com grupos de defesa dos direitos das mulheres. Mas a par dessas audiências, no dia-a-dia dos trabalhos da CVR, a unidade de gênero era a única a investigar e se dedicar ao tema (ICTJ, 2006, p. 5).

Em particular, Guillerot nota que não se conseguiu incorporar uma perspectiva de gênero ao trabalho das equipes responsáveis por elaborar as recomendações da CVR, especialmente no tema de reparações. Nas recomendações relacionadas ao programa de reparações (PIR), o único efeito sentido do trabalho da equipe de gênero foi a inclusão do estupro na lista de crimes que deveriam ser reparados. Embora essa previsão já represente um avanço, outras formas de violência sexual ficaram de fora, o que limita as possibilidades de reparação das mulheres (Guillerot, 2010, p. 167).

Apesar disso e com essa ressalva, a Linha de Gênero foi capaz de transversalizar a perspectiva de gênero no relatório da CVR. Depois de elaborados os textos pelos demais setores, a unidade de gênero foi responsável por revisar os conteúdos com o objetivo de inserir a reflexão sobre gênero nos diversos temas tratados pelo relatório. Assim reconhece o estudo do ICTJ:

además de lograr una atención enfocada, el tema de género se concatenó con cada uno de los volúmenes del informe como un tema general. El género es un tema que circula en las discusiones sobre historia política, audiencias institucionales, violaciones de derechos humanos individuales y patrones de violación de derechos humanos, así como en recomendaciones que se plantean sobre reparaciones y reformas. Todo esto es adicional a los dos capítulos que se enfocan específicamente en los temas de género y violencia sexual. (ICTJ, 2006, p. 6).

No campo do trabalho de coleta dos testemunhos, a CVR adotou uma estratégia de comunicação dirigida às mulheres para incentivar o comparecimento para apresentar seus relatos e narrar suas experiências (Guillerot, 2010, p. 163). Segundo Julissa Mantilla, na entrevista a esse estudo, a CVR já possuía manuais e protocolos para a tomada de testemunhos, antes de constituída internamente a linha de gênero. O que essa unidade fez foi revisar as orientações e capacitar o pessoal responsável para tratar dos casos de violência sexual. Também foi criada

uma estratégia específica para atender mulheres com necessidades próprias, por razões sociais, culturais ou étnicas, tendo em vista um enfoque interseccional.

Julissa relatou que a capacitação visava preparar os/as operadores/as a lidar com as mulheres de modo a não obrigá-las a falar, diante das dificuldades do relato, mas tampouco negá-las a oportunidade de oferecer seus testemunhos. Uma das técnicas, segundo Julissa, consiste em evitar abordagens bruscas ou excessivamente diretas que podem agredir a pessoa ouvida. Incentiva-se a criação de um clima de confiança, iniciando a entrevista com explicações sobre o trabalho da comissão e das violações consideradas, incluindo a violência sexual, todas tratadas com a mesma importância. Essa abordagem permite que as mulheres reconheçam as violações sofridas a partir da caracterização apresentada e sintam-se seguras e à vontade para contar o que viveram.

De acordo com Amelinha Teles, na entrevista concedida, esse cuidado faltou ao GT Ditadura e Gênero da CNV, no Brasil, uma vez que a abordagem da equipe se iniciava com a apresentação de um formulário para preenchimento pelas vítimas, o que era insensível à situação das mulheres e seus relatos de dor. Em suas palavras:

em relação à Mulher, Verdade e Gênero, francamente eu não vi esse trabalho acontecer, porque começaram com aquele formulário, que era absurdo. Você chegar na mulher e perguntar se ela foi estuprada, se foi no ânus, se foi duas vezes; o que é aquilo, gente? Eles pegam um formulário da ONU, que não sei nem porque fez aquilo, você não vai conversar com a mulher. Quem fez essa comissão não se deu conta do contexto histórico e político da nossa sociedade. Primeiro você tem que ouvir muito para depois propor um formulário, se é o caso. Chegar para as mulheres e perguntar aquilo foi absurdo. Eu nunca responderia aquilo.

Para Amelinha Teles, essa metodologia impediu que as mulheres fossem ouvidas e apresentassem seus testemunhos. Na sua dupla condição de vítima e de militante feminista, Amelinha entende que a CNV tinha que ter aberto um espaço para as vítimas falarem, ou seja, fazer a escuta e ouvir as mulheres, em primeiro lugar, para então formalizar um documento que catalogasse as violações. A própria Amelinha, embora citada diversas vezes pelo capítulo da CNV sobre violência sexual, não foi ouvida pelo GT Ditadura e Gênero.

Os formulários utilizados pelo GT Ditadura e Gênero foram consultados para a presente pesquisa, por meio de pedido de acesso feito

ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Identificam-se três formulários distintos utilizados pelo GT Ditadura e Gênero: Formulário nº 1 – Ficha de Testemunho; Formulário nº 2 – Ficha Violência Sexual; e Formulário nº 3 – Ficha Provável Violador. A primeira ficha visa registrar os dados do testemunho, as violações indicadas, informações sobre as vítimas e locais das violações, além de constar eventuais documentos apresentados. A segunda ficha é específica para casos de violência sexual e contém campos relacionados aos tipos de violência sexual sofridos, ao local onde ocorreram e a dados sobre o violador. Por fim, a última ficha tem o objetivo de aprofundar as informações sobre o possível responsável pelas violações.

As fichas parecem ter sido concebidas como um instrumento de apoio à coleta dos testemunhos, ou seja, como mecanismo para consolidar as informações extraídas dos relatos.²¹⁵ Uma das críticas feitas ao trabalho, no entanto, como relatou Amelinha, é que os formulários eram apresentados para preenchimento pelas vítimas sem o cuidado de se preparar, antes, um espaço para a escuta. Em reforço a essa percepção, há fichas que informam que não houve testemunho prestado e que a própria vítima preencheu e enviou eletronicamente o formulário. Em um deles, por exemplo, consta que “Não houve depoimento, este formulário foi preenchido a partir de correio eletrônico enviado pela própria testemunha”²¹⁶. Essa abordagem pode ter sido prejudicial ao trabalho, não só pelo desestímulo às vítimas, mas também por priorizar uma catalogação de dados sobre as violações, em detrimento dos relatos e narrativas.

As fichas contêm testemunhos diretos e indiretos. Ou seja, por vezes é a própria vítima quem testemunha, outras vezes, uma pessoa terceira testemunha em nome da vítima. Há testemunhos de homens e mulheres a respeito de vítimas também homens e mulheres. Uma grande parte dos testemunhos não se relaciona a casos de violência sexual ou de violência de gênero, o que demonstra que não houve esse recorte temático por parte da equipe. O risco, nesse caso, é que mais uma vez as especificidades dessas violações fiquem diluídas ou invisibilizadas no trabalho do próprio GT Ditadura e Gênero.

Por sua vez, como visto, a Comissão Valech, no Chile, não criou uma unidade especial para a temática gênero, tampouco incluía perguntas específicas sobre violência sexual nas entrevistas com as vítimas.

215. Isso porque, por exemplo, o campo a respeito da descrição dos fatos consta: “52. Breve descrição dos fatos, a partir do depoimento”.

216. Arquivo Nacional, Fundo CNV, 00092_000233_2015_15. Há também formulários preenchidos com base em outras fontes, que não testemunhos prestados à Comissão. Por exemplo, com base em um documentário no qual consta o depoimento de uma familiar de vítima.

O trabalho da Comissão tem sido criticado pela falta de sensibilidade dos/as funcionários/as responsáveis pela realização das entrevistas e pelo despreparo para a compilação dos dados. De acordo com Barbuto e Fries, “la Comisión Valech no entrena a su personal para la recepción adecuada de los testimonios de las mujeres, ni realiza una difusión especial que permita que las mismas mujeres identifiquen la violencia sexual como tortura” (Barbuto; Fries, 2008, p. 83).

Em reforço à crítica, na entrevista concedida, a advogada Daniella Quintanilla, da Corporação Humanas, comentou sobre a ausência de uma perspectiva de gênero nos trabalhos da Comissão Valech e de um protocolo para a coleta dos testemunhos:

no hubo una perspectiva de género, no hubo un proceso de reflexión previo antes de comenzar a tomar los relatos. (...) no hubo una preparación ni para la tomada de testimonio, ni para como recoger a estos testimonios, ni siquiera en el texto. O sea, no hubo ninguna facilitación para la incorporación de una perspectiva de género sino mas bien una respuesta frente a una realidad que no se pudo seguir ocultando. Pero cuando se hacen estas solicitudes de Corporación Humanas o de otras organizaciones de mujeres sobrevivientes, la Comisión no tenía ningún protocolo de toma de testimonios de mujeres ni tampoco una forma de entender desde la Comisión la violencia sexual dentro del relato integral.

Para além da falta de treinamento ou capacitação do pessoal e da inexistência de uma estratégia de comunicação que buscasse conscientizar as mulheres e incentivá-las a relatar, a Comissão também falhou em garantir um espaço e ambiente adequados para o recebimento dos testemunhos. Nesse sentido relatou Beatriz, que é ex-presa política e prestou testemunho à Comissão:

no solo no estaban preparados los que tomaban los testimonios, sino tampoco se daban las condiciones. Es decir se tú hablas de algo tan íntimo tan complejo, tan traumático para algunas personas, tu no lo puede hacer en una sala donde hay 100 mesas, 8 personas declarando, y tu escuchas lo que estan declarando. O sea, es absolutamente imposible. Yo siento que eso fue desde mi perspectiva muy maltratador y conducido sin ningún tipo de sensibilidad, ni protección hacia la víctima. Esta ha sido al final, la historia que también hemos enfrentado en el aparato judicial donde también tuvimos que entregar nuestro testimonio y de repente estábamos entregando nuestro testimonio en una mesa, y en la mesa atrás había un torturador entregando su propio testimonio. O sea yo siento que hay una indolencia y una absoluta insensibilidad hacia la víctima.

Como visto, tanto a jurisprudência como protocolos nacionais e internacionais determinam que seja oferecido, para a escuta dos testemunhos de vítimas de violência sexual, um ambiente cômodo, seguro, com garantia de privacidade e apoio psicológico. O desrespeito a essas condições não só faz retrair os relatos das vítimas, prejudicando a qualidade das informações compartilhadas, como expõe as mulheres a um ciclo de re-traumatização pela falta de acolhida e escuta sensível.

Para Beatriz, é altamente provável que não tenha havido sequer um registro exaustivo dos testemunhos pela Comissão Valech. Ela acredita que o que existiu foi um “check-list” no qual se constou o que ocorreu ou não, acompanhado de algumas notas. Diante da relutância da Comissão em dar acesso aos testemunhos para as próprias vítimas, Beatriz suspeita que não exista um relato específico de cada uma, o que prejudica a possibilidade de trabalhos que busquem reconstruir a memória histórica do período e dessas violações.

Acesso e tratamento das informações

Um último aspecto que cabe observar com relação a arquivos sobre crimes sexuais diz respeito ao acesso e tratamento das informações. Por um lado, é certo que o direito à verdade compreende o direito de acesso à informação. Por outro lado, os registros sobre violência sexual, cujo núcleo duro são os próprios testemunhos das vítimas, contêm informações e dados considerados sensíveis e que inspiram cuidados para o seu manejo.

Entre os relatórios analisados, a CNV, no Brasil, é a única comissão que revela os nomes das vítimas que prestaram testemunho e que deram seu consentimento. Entre as fichas de testemunho usadas pelo GT Ditadura e Gênero, encontra-se o documento denominado “Declaração sobre o Relato” (DR), que foi assinado pelas pessoas que prestaram testemunho, pelo qual: i) concordam com as disposições do documento “Deveres e Direitos dos Depoentes”; ii) declaram que as informações prestadas são fidedignas; e iii) autorizam a utilização dos relatos “para todas as finalidades relativas ao cumprimento do mandato da CNV”. Além disso, as testemunhas devem informar expressamente se autorizam a utilização de imagens colhidas nos depoimentos e se requerem que seu nomes sejam mantidos em sigilo.²¹⁷

217. “Sigilo. Art. 5º - As atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade serão públicas exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção do sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas.

De acordo com o inciso I do artigo 4º da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, a Comissão poderá receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada.”

O documento indica, portanto, que as testemunhas foram informadas sobre as condições de divulgação dos relatos e consentiram com elas.

Por sua vez, as comissões no Peru, Guatemala e Chile optaram por resguardar a identidade das testemunhas em seus relatórios finais. A garantia de anonimato e de confidencialidade tem o escopo de proteger as vítimas, seja para resguardar a intimidade e privacidade, seja em razão da situação de vulnerabilidade em que se encontram, incluindo possíveis ameaças ou riscos de represália. Esses cuidados são particularmente acionados para os casos de violência sexual, em que é comum que as vítimas sejam alvo de estigmas, desqualificações ou reações de seus agressores que atingem sua integridade física e psicológica.

É razoável supor que esses fatores de risco diminuam à medida em que se toma distância em relação aos fatos. Com o passar do tempo, é provável que os efeitos negativos sofridos pelas vítimas se tornem menores, tanto por mudanças externas como de foro íntimo. Nesse sentido, a temporalidade das comissões da verdade pode ser uma chave explicativa para se compreender determinadas abordagens ou opções narrativas, como a nomeação dos testemunhos. O fato de a CNV, no Brasil, ter sido criada quase 30 anos após a transição política pode ter facilitado a indicação dos nomes das pessoas que testemunharam. Quando as comissões são instaladas ainda no foco das tensões políticas e sociais deixadas pelos conflitos e ditaduras, é natural que haja uma precaução maior com a identificação das vítimas. Trata-se, portanto, de uma situação que deve ser verificada caso a caso e requer uma análise do contexto. Há casos em que o anonimato é necessário para a segurança, e há casos em que nomear as vítimas pode ser uma forma de proteção (Diniz, 2015). Atribuir o nome também pode valer como reconhecimento das personagens que são protagonistas das histórias.

Alguns relatórios e princípios internacionais podem ajudar a estabelecer balizas sobre restrições de acesso e o tratamento de informações pessoais e sensíveis. Em seu estudo sobre arquivos relacionados a direitos humanos na América Latina, Shana Santos analisa princípios e obrigações internacionais sobre o tratamento dos arquivos, inclusive sobre restrições legítimas ao acesso à informação. O estudo indica que os Princípios desenvolvidos por Louis Joinet²¹⁸ e Diane Orentlicher²¹⁹, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU, admitem a possibilidade de anonimato nas hipóteses de “informações fornecidas por vítimas e testemunhas a comissões de investigação sob a expectativa de confidencialidade” (Santos,

218. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos)*, preparado por el Sr. L. Joinet.

219. *Conjunto de principios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad*, Informe de Diane Orentlicher. (2005)

2016, p. 87). Nesses casos, as comissões responsáveis devem informar os/as depoentes sobre as normas que regulam os relatos e se comprometer a não identificá-los/las. Por sua vez, o Relatório produzido por Antonio Gonzalez Quintana para a UNESCO e o Conselho Internacional de Arquivos também recomenda uma preocupação em preservar a privacidade de pessoas mencionadas nos arquivos para evitar riscos de exposição indevida.²²⁰ Já no âmbito das regulamentações nacionais, Shana Santos mapeia que, de modo geral, os países membros da RLAJT possuem normas protetivas de dados pessoais e direitos de terceiros, com o objetivo de resguardar a intimidade, honra e imagem (Santos, 2016).

No caso de arquivos sobre crimes sexuais, o acesso à informação envolve a disponibilização dos testemunhos prestados pelas vítimas. Em muitos países, o acesso público aos testemunhos é vedado ou restringido com o objetivo de resguardar as vítimas.²²¹ Por outro lado, o acesso aos testemunhos pode ser uma medida importante para permitir uma análise exaustiva de seu conteúdo e subsidiar a construção de histórias inclusivas, que levem em conta as experiências das vítimas e, especialmente, das mulheres. Nesse caso, a existência de dados considerados sensíveis impõe uma responsabilidade de uso devido àqueles/as que trabalham a documentação, seja na condição de pesquisadores/as ou de cidadãos/os. No caso de arquivos sobre crimes sexuais, em particular, os cuidados éticos para o tratamento das informações devem guardar a preocupação de impedir leituras estigmatizantes ou que reproduzam estereótipos que agridem as pessoas referidas, explicitamente ou não, nos documentos.

No Chile, a questão de acesso ao acervo da Comissão Valech possui contornos específicos, tendo em vista a imposição de sigilo e/ou reserva pelo prazo de 50 anos, pela lei 1.992/2004. Nos termos do artigo 15 da Lei, o sigilo se aplica aos documentos, testemunhos e antecedentes entregues pelas vítimas à Comissão.²²² Como informado pelo OJT, em resposta ao

220. Quintana, Antonio Gonzalez. Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos. UNESCO, ICA, 2009.

221. No seminário da RLAJT, em novembro de 2016, Maria Celina Flores, representante do Memoria Abierta, informou que os testemunhos prestados à CONADEP não são públicos, muito menos aqueles que contêm informações sobre estupro. Segundo Celina Flores, trata-se de decisão tomada pelo órgão que faz a gestão do acervo.

222. O artigo 15 da Lei prevê: “Son secretos los documentos, testimonios y antecedentes aportados por las víctimas ante la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, creada por decreto supremo Nº 1.040, de 2003, del Ministerio del Interior, en el desarrollo de su cometido. En todo caso, este secreto no se extiende al informe elaborado por la Comisión sobre la base de dichos antecedentes.

El secreto establecido en el inciso anterior se mantendrá durante el plazo de 50 años, período en que los antecedentes sobre los que recae quedarán bajo la custodia del Ministerio del Interior”.

questionário, embora a lei não mencione de forma explícita, um dos motivos aduzidos para a previsão de sigilo “es el supuesto deseo de proteger a las y los sobrevivientes de ver sus testimonios expuestos al publico”. No entanto, como relatou Beatriz Betaszew na entrevista, essa não foi uma demanda das vítimas. No mesmo sentido, segundo o OJT, as pessoas que foram ouvidas pela Comissão Valech relataram que não foram informadas sobre o status confidencial de seus testemunhos. Beatriz narrou, inclusive, que as vítimas tentaram obter cópias de seus testemunhos, mas, em um primeiro momento, somente receberam cópias dos documentos que elas mesmas entregaram à Comissão. Organizações de direitos humanos, como o espaço de memória “Londres 38”, articularam campanhas contra a lei do sigilo, buscando acesso público ou judicial ao acervo da Comissão Valech. Como informou o OJT, conseguiram permissão a um acesso parcial aos arquivos, pela via judicial, quando a pessoa afetada solicitar cópias das informações que a Comissão tenha sobre ela ou autorizar o tribunal a fazê-lo. Nessas hipóteses, a pessoa afetada pode utilizar as informações livremente, enquanto o tribunal fica autorizado a usá-las somente para suas investigações.

Seguem em curso tentativas de revogar a lei que impõe o sigilo. A mais recente iniciativa legislativa foi proposta por deputados de esquerda, em setembro de 2016, mas não foi aprovada. Há também um projeto de “Desclassificação Popular”, apoiado por diversas organizações e protagonizado por pessoas que deram testemunhos à Comissão Valech e reivindicam o direito de acessá-los.²²³

4. Conclusões: arquivos

A partir do enfoque nos trabalhos de comissões da verdade para a análise de arquivos sobre crimes sexuais, o estudo indicou que, entre os países membros da RLAJT, apenas Guatemala, Peru, Chile e Brasil contaram com comissões da verdade que trataram especificamente de violência sexual. Ainda assim, nenhum mandato dessas comissões incluía de forma explícita a investigação de atos de violência sexual entre as violações a direitos humanos consideradas. Não previam, tampouco, a incorporação de uma perspectiva de gênero aos trabalhos. Nos casos da CVR, no Peru, e da CNV, no Brasil, foram criadas unidades específicas para cuidar da temática de gênero, quando as comissões já estavam em funcionamento. Mas a neutralidade dos mandatos representou a imposição de limites à estrutura e ao orçamento destinado ao trabalho de investigação sobre violência sexual ou, de forma mais ampla, sobre violência de gênero.

223. A respeito do projeto, ver o site eletrônico: <http://desclasificacionpopular.cl/web/>

Em termos gerais, portanto, nota-se que a violência sexual tem recebido um tratamento deficitário por parte de uma das iniciativas centrais da justiça de transição na América Latina, que são as comissões de verdade. O tema não é priorizado no desenho institucional das comissões e raras vezes se torna objeto de atenção específica e recebe destaque nos relatórios finais. É ainda mais problemática a carência de uma perspectiva de gênero e de interseccionalidade nos trabalhos das comissões, em especial na coleta de testemunhos. A CVR, no Peru, foi a que obteve maior avanço no agendamento do gênero, inclusive de forma transversal no relatório final, ainda que não tenha se refletido na atuação cotidiana dos demais braços da comissão.

O tratamento da violência sexual pelas comissões de verdade revela alguns riscos e potencialidades nesse marco de formação do arquivo. Por um lado, há o risco de se considerar a violência sexual de forma individualizante, desprezando seus aspectos estruturais. Existe também um risco de duplo apagamento: primeiro, de restringir as experiências das mulheres à violência sexual, desconsiderando a complexidade das violações sofridas; e segundo, de excluir a experiência de submissão à violência sexual por determinados grupos de mulheres, que seguem às margens das políticas da justiça de transição.

Por outro lado, entre as potencialidades, destaca-se a contribuição dos processos de verdade para ressignificar a prática da violência sexual, não mais como um efeito colateral ou de ordem privada, mas como estratégia de repressão ou arma de guerra. De forma mais ampla, é possível que as investigações sobre violência sexual fortaleçam a integração do gênero ao campo da justiça de transição, seja na análise das violações, seja nas respostas estatais, particularmente nos programas de reparação. Os trabalhos das comissões também podem promover uma abertura para as narrativas das vítimas e para a construção de histórias inclusivas que contemplem os usos da violência sexual, o sofrimento e a resistência dos sujeitos e grupos atingidos.

Por fim, no âmbito do tratamento das informações, contidas, por excelência, nos testemunhos das vítimas, percebeu-se que não existe uma regra única sobre como os relatos devem ser incorporados nos relatórios e disponibilizados para acesso público. Em alguns casos, o anonimato e a confidencialidade podem constituir uma garantia de segurança e de proteção à intimidade e privacidade. Em outros casos, a nomeação das vítimas pode ser a melhor forma de protegê-las e de (re)conhecimento de suas histórias. Mas uma orientação precisa que deve ser respeitada pelas comissões é a de esclarecer e de consultar as vítimas sobre os usos dos testemunhos.

E àqueles/as que manuseiam os arquivos, cabe uma responsabilidade ética reforçada de não estigmatizar as pessoas referidas.

O tema, no entanto, coloca questões de grande complexidade, que não foram, em absoluto, esgotadas no presente estudo. A pretensão do estudo foi, antes, propor uma sistematização inicial que possa abrir novas frentes e desdobramentos de pesquisa e de ação política nos países da América Latina.

[Volta ao Sumário]

Relatórios

Organização das Nações Unidas

Guillerot, Julie. *Reparaciones con Perspectiva de Género*. Consultoría para la Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. OACNUDH, 2007.

Méndez, Juan. *Report of the Special Rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment*. 5 January 2016, UN Doc. A/HRC/31/57. 2016.

ONU. *Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. Informe sobre la situación de los derechos humanos en Colombia*, año 2009. A/HRC/13/72, 4 de marzo de 2010.

ONU. Asamblea General. *Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y violaciones graves del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones*, Resolución A/C. 3/60/L.24 de 24 de octubre de 2005.

ONU. Comissão de Direitos Humanos. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos)*, preparado por el Sr. L. Joinet de conformidad con la resolución 1996/119 de la Subcomisión. E/CN.4/Sub.2/1997/20, 26 de junio de 1997.

ONU. Comissão de Direitos Humanos. *Conjunto de principios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad*, Informe de Diane Orentlicher, E/CN.4/2005/102/Add.1, 8 de febrero de 2005.

ONU. Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. *Protocolo de Estambul – Manual para la investigación y documentación eficaces de la tortura y otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes*. Nueva York y Ginebra, 2004.

Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. *Acceso a la justicia para las mujeres víctimas de violencia en las Américas*. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 68, 20 enero 2007.

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. *Acceso a la justicia para mujeres víctimas de violencia sexual en Mesoamérica*. OEA/Ser.L/V/II., Doc. 63, 9 diciembre 2011.

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. *Las mujeres frente a la violencia y la discriminación derivadas del conflicto armado en Colombia*. OEA/Ser.L/V/II., Doc. 67, 18 octubre 2006.

Tribunal Penal Internacional

TPI. *Situación en Colombia. Reporte Intermedio*. Noviembre 2012.

Argentina

Ministerio Público Fiscal. *Pautas para la actuación de los y las fiscales en la investigación de crímenes de lesa humanidad*. Informe de la Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad. Procuración General de la Nación – República Argentina, abril, 2016. (MPF, 2016)

Brasil

Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. – Brasília: CNV, 2014. (CNV, 2014).

Rio de Janeiro (Estado). Comissão da Verdade do Rio. *Relatório / Comissão da Verdade do Rio*. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. (CEV-RJ, 2015)

SÃO PAULO (Estado). Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva. *Relatório*. São Paulo, 2015. (CEVSP-RP, 2015)

Chile

Comisión Nacional sobre prisión política y tortura (Comisión Valech). *Informe Comisión Nacional sobre prisión política y tortura*. 2004. (Chile, Valech, 2004).

Guatemala

Comisión para el Esclarecimiento Histórico (CEH), *Guatemala: Memoria del Silencio*. 1999. (CEH, 1999).

Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala (ODHAG), *Informe del Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica (REMHI)*, Guatemala: Nunca Más. 1998. (ODHAG, 1998).

México

COMVERDAD – COMISIÓN DE LA VERDAD DEL ESTADO DE GUERRERO. *Informe final de atividades*. Chilpancingo de los Bravo, 15 oct. 2014. Disponível em: <http://www.almomento.mx/images/InformeFinalCOMVERDAD.pdf> (México, COMVERDAD, 2014).

Peru

Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR). *Informe Final de la Comisión de la Verdad y Reconciliación*. Vol. I. 2003. (CVR, 2003)

CVR. Secretaría Ejecutiva. *Informe Especializado del Caso Manta y Vilca*; Lima, agosto 2003. (CVR, 2003b)

Outros

Centro Internacional para la Justicia Transicional (ICTJ). *Comisiones de la verdad y género: principios, políticas y procedimientos*/ Centro Internacional para la Justicia Transicional – ICTJ. – Bogotá: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2006.

Quintana, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009.

Jurisprudência

Tribunais Penais Internacionais

TPIR. Caso No ICTR-96-4-T. *Fiscal vs. Jean Paul Akayesu*. Sentença de 2 de setembro de 1998.

TPIY. Case No. IT- 94-1-T. *Fiscal vs. Tadic*. Sentença de 14 de dezembro de 1995.

TPIY. Caso N° IT-95-17/1-T. *Fiscal vs. Anto Furundzija*. Sentença de 10 de dezembro de 1998.

TPIY. Caso N° IT-96-23-T e IT-96-23/1-T. *Fiscal vs. Dragoljub Kunarac, Radomir Kovac e Zoran Vukovic* – Foca. Sentença de 22 de fevereiro de 2001.

TPIY. Caso n° IT-96-21-T. *Fiscal vs. Zejnil Delalic, Zdravko Mucic alias “Pavo”, Hazim Delic, Esad Landzo alias “Zenga” (Celebici)*. Sentença de 16 de novembro de 1998.

Sistema interamericano de Direitos Humanos

CIDH. *Maria da Penha vs. Brasil*. Informe N° 54/01. Caso 12.051. <http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm>

CIDH. *Alba Lucía Rodríguez Cardona vs. Colombia*. Informe N° 59 de 2014. Caso 12.376. <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COSA12376-ES.pdf>

CIDH. *XY Familiares vs. Colombia*. Informe N° 82 de 2008. Petición 477-05. <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2008sp/Colombia477-05.sp.htm>

CIDH. *Caso Álvaro Enrique Rodríguez Buitrago y otros vs. Colombia*. Informe N° 34 de 2015. Petición 191 – 07 y otras. <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2015/COAD191-07ES.pdf>

CIDH. *Caso Jineth Bedoya Lima vs. Colombia*. Informe No. 50 de 2014. Petición 779-11. <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COAD779-11ES.pdf>

CIDH. *Caso de Masacre de Albania vs. Colombia*. Informe N° 36 de 2014. Petición 913-06. <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COAD913-06ES.pdf>

CIDH. *Raquel Martín de Mejía vs. Peru*. Informe n° 5/1996. Caso 10.970. 1996. <http://www.cidh.org/women/cap.III.peru10.970.htm>

CIDH. *María Mamérita Mestanza Chávez vs. Peru*. Informe N° 71/03. Petición 12.191. <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2003sp/Peru.12191.htm>

CIDH. *M.M. vs. Peru*. Informe No. 69/ 14. Caso 12.041. <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/PESA12041ES.pdf>

CIDH. *Georgina Gamboa García y Familiares vs. Peru*. Informe No. 61/14. Petición 1235-07. <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/PEAD1235-07ES.pdf>

CIDH. *Ana, Beatriz y Celia González Pérez vs. México*. Informe nº 53/2001. Caso No 11.565. <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000sp/capituloiii/fondo/mexico11.565.htm>

Corte IDH. *González y otras vs. México* (“*Campo Algodonero*”). 16 novembro 2009. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_esp.pdf

Corte IDH. *Fernández Ortega vs. México*. 30 agosto 2010. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_215_esp.pdf

Corte IDH. *Rosendo Cantu vs México*. 31 agosto 2010. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_216_esp.pdf

Corte IDH. *Massacre de las Dos Erres vs. Guatemala*. 24 novembro 2009. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_211_esp.pdf

Corte IDH. *Miguel Castro Castro vs. Peru*. 25 de novembro de 2006. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_160_esp.pdf

Corte IDH. *Espinoza Gonzáles Vs. Perú*. 20 novembro 2014. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_289_esp.pdf

Corte IDH. *J Vs. Perú vs. Perú*. 27 novembro 2013. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_275_esp.pdf

Argentina

Causa 13/84, Juicio de las Juntas Militares. 1985.

Causa N° 2086 y su acumulada N° 22, Tribunal Oral Criminal Federal de Mar del Plata. Fecha de sentencia: 16/06/2010. (Causa Molina). Disponible en: <http://www.cels.org.ar/common/documentos/SentenciaMolina.pdf>

Causa 960/11, Tribunal Oral en lo Criminal Federal de Santiago del Estero. Fecha de sentencia: 05/03/2013. (Megacausa Aliandro). Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-12881-Difunden-fundamentos-del-fallo-que-conden-a-prisi-n-perpetua-a-Musa-Azar-por-delitos-de-lesa-humanidad.html>

Causa 21/10, Tribunal Oral en lo Criminal Federal de Santa Fe. Fecha de sentencia: 25/09/2013. (Causa Sambuelli). Disponible en: <http://www.cij.gov>

ar/nota-12225-Difundieron-fundamentos-del-fallo-que-conden--a-siete-acusados-en-un-juicio-oral-por-cr-menes-de-lesa-humanidad-en-Santa-Fe.html

Causa A- 81/12 y expedientes acumulados A-36/12, J-18/12 y 145/09, Tribunal Oral Criminal Federal de Tucumán. Fecha de sentencia: 13/12/2013 (Causa Arsenal Miguel de Azcuénaga). Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-13075-Lesa-humanidad--difunden-fallo-que-conden--a-37-acusados-en-un-juicio-oral-por-cr-menes-en-Tucum-n.html>

Causa 1838, Tribunal Oral en lo Criminal Federal N°4 de la Capital Federal. Fecha de sentencia. 26/03/2015 (Causa Vesubio II). Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-15381-Lesa-humanidad--difundieron-fallo-que-conden--a-prisi-n-perpetua-a-los-cuatro-acusados-en-un-juicio-por-delitos-en--El-Vesubio-.html>

Causa FSM 1861/2011/TO1 (RI n° 2829), del Tribunal Oral en lo Criminal en lo Federal N° 5 de San Martín. Fecha de sentencia: 18/09/2015. (Causa Mansión Seré). Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-18054-Lesa-humanidad--difundieron-fallo-que-conden--a-los-ocho-acusados-en-un-juicio-oral-por-delitos-en--Mansi-n-Ser---.html>

Causa La Rioja. Tribunal Oral en lo Criminal Federal. Abril 2016.

Causa FCB 93000136/2009/TO1 Principal en Tribunal Oral Federal n° 1 de Córdoba. Fecha de sentencia: 24/10/2016. (Causa La Perla).

Causa 14.216/03 del Juzgado Federal n° 3 de Capital Federal. Fecha de sentencia: 30 de diciembre de 2009

Brasil

Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153/DF. Autor: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Relator: Min. Eros Grau, Brasília, Distrito Federal, 29 abr. 2010. (ADPF 153).

Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.434.498/SP. Recorrente: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Recorridos: César Augusto Teles e outros. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Redator para o acórdão: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Brasília, Distrito Federal, 9 dez. 2014. (“Caso Família Teles vs. Ustra”).

Justiça Federal de 1ª Instância da Seção Judiciária de São Paulo. Processo n. 1999.61.00.027857-6. Autora: Inês Etienne Romeu. Ré: União Federal. Juiz: José Marcos Lunardelli. São Paulo, 14 nov. 2002. (“Caso Inês Etienne”)

Colômbia

Sala Segunda de Revisión de la Corte Constitucional. Auto 0092, de 2008. Bogotá, D.C., catorce (14) de abril de dos mil ocho (2008).

Guatemala

Tribunal B de Riesgo Mayor. Sentencia C-01076-2012-00021 OF.2º. 26 fevereiro de 2016. (Caso Sepur Zarco, 2016).

Peru

Corte Suprema de Justicia de la Republica. Acuerdo Plenário nº 1-2011/CJ-116. VII Pleno Jurisdiccional de las Salas Penales Permanente y Transitoria. 6 de diciembre de 2011.

Legislação

CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1993, Viena. Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993.

_____. 1995. Pequim. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. (CEDAW)

_____. RECOMENDACIONES GENERALES adoptadas por el Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer.

_____. III Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra, ONU, 1949.

_____. Convenção de Genebra IV, ONU, 1950.

_____. Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais, ONU, 1977.

_____. Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. 1993.

_____. UNSC Resolution 1325. ONU, 2000.

_____. UNSC Resolution 1820. ONU, 2008.

_____. UNSC Resolution 1888. ONU, 2009.

_____. UNSC Resolution 1960. ONU, 2010.

_____. UNSC Resolution 2106. ONU, 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”. OEA, Belém do Pará, Brasil, 9 jun. 1994.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, 17 jul. 1998. Estatuto de Roma. 1998.

_____. Los Elementos de los Crímenes, U.N. Doc. PCNICC/2000/1/Add.2, 2000.

_____. Rules of Procedure and Evidence. Official Records of the Assembly of States Parties to the Rome Statute of the International Criminal Court, First session, New York, 3-10 September 2002 (ICC-ASP/1/3 and Corr.1), part II.A. 2013.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA A EX-IUGOSLÁVIA. Rules of Procedure and Evidence. IT/32/Rev. 44, 10 December 2009.

Argentina

Decreto Presidencial nº 187/1983.

Ley del Punto Final. Ley 23.492, 1986.

Ley de Obediencia Debida. Ley 23.521, 1987.

Ley no. 26.200 de 2007.

Código Penal. Ley 11.179, 16 de enero de 1985.

Resolución de la Procuración General de la Nación 557/2012, Unidad Fiscal de Coordinación y Seguimiento de las causas por violaciones a los derechos humanos cometidas durante el terrorismo de Estado, *Conside-*

razones sobre el juzgamiento de los abusos sexuales cometidos en el marco del terrorismo de estado, Ciudad de Buenos Aires, 2012. Disponible en: <http://www.mpf.gov.ar/resoluciones/pgn/2012/PGN-0557-2012-002.pdf>. (PGN, 2012)

Brasil

Lei 9.140 de 1995.

Lei nº 12.015 de 2009.

Código Penal, Decreto-lei n.º 2.848 de 1940.

Lei nº 12.528/2011

Chile

Decreto Supremo nº 355/1990.

Ley 19.617 de 1999.

Decreto Supremo nº 1.040/2003 del Ministerio del Interior.

Ley no. 20.357 de 2009.

Código Penal. Fecha Publicación: 12-NOV-1874. Última Modificación: 22-NOV-2016 Ley 20968.

Colombia

Ley no. 1719 de 2014.

Código Penal. Ley 599 de 2000.

Ley 360 de 1997.

Ley nº 975/2005.

Acto Legislativo nº 1 de 2012. Marco jurídico para la paz.

El Salvador

Acuerdo de Paz de Chapultepec, de 1992.

Ley Especial integral para una vida libre de violencia. D.L. N°. 520, publicado en el D. O. N°. 2, Tomo 390, de fecha 4 de enero de 2011.

Guatemala

Acuerdo sobre el establecimiento de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico de las violaciones a los derechos humanos y los hechos de violencia que han causado sufrimientos a la población. *Acuerdo de Oslo. Noruega. 24 de junho de 1994.*

Código Penal de Guatemala. Decreto No. 17-73.

Ley Contra El Femicidio Y Otras Formas De Violencia Contra La Mujer. Decreto 22-2008 Del Congreso De La República.

México

Código Penal Federal - Nuevo Código Publicado en el Diario Oficial de la Federación el 14 de agosto de 1931.

Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia. 2007.

Ley General de Víctimas de 9 de enero de 2013.

Peru

Código Penal. Decreto Legislativo n° 635. Promulgado: 03-04-91. Publicado: 08-04-91.

Ley 30.364 de 2015 - Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar.

Decreto Supremo n° 065/2001.

Uruguai

Ley n° 15.848, Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado, de 1986.

Código Penal. Ley 9.155 del 04 de diciembre de 1933.

Resolución de la Presidencia de la República n° 858/2000.

Ley n° 17.815 de 2004. “Violencia sexual comercial o no comercial cometida contra niños, adolescentes o incapaces”.

Decreto n° 118/2015.

Mercosul

Sexta reunión Especializada de Ministerios Públicos del Mercosur, *Guía de actuación para los Ministerios Públicos en la investigación penal de casos de violencia sexual perpetrados en el marco de crímenes internacionales, en particular de crímenes de lesa humanidad*. Disponible en: <http://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/wp->

Outros

Argentina

Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos “Dr. Fernando Ulloa”. *Protocolo de Intervención para el Tratamiento de Víctimas-Testigos en el Marco de Procesos Judiciales*. Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación; Corte Suprema de Justicia de la Nación. Buenos Aires, septiembre de 2011. (Centro Ulloa, 2011)

Centro de Estudios Legales y Sociales. *Guía de Trabajo para la toma de testimonios a víctimas sobrevivientes de tortura*. CELS; Unión Europea, 2012.

Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM); Instituto de Género, Derecho y Desarrollo (INSGENAR). *Amicus Curiae. Causa No 4012 “Riveros, Santiago Omar y otros por privación ilegal de la libertad, tormentos, homicidio, etc.”*. Juzgado Federal en lo Criminal y Correccional no 2 de San Martín. 9 de fevereiro de 2010. (CLADEM y INSGENAR, 2010)

Chile

Observatorio de Justicia Transicional. Universidad Diego Portales, Santiago de Chile. *Boletín informativo No 33*, diciembre 2015, enero y febrero 2016.

Corporación Humanas. “*Minuta sobre violencia sexual como tortura. Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura*”.

Women’s Link Worldwide. *Amicus Curiae. Rol 99-2015 Del 34° Juzgado del Crimen de Santiago*, Ministro Instructor Don Mario Carroza Espinoza. Incorporación de la Perspectiva de Género y la Categoría de Crímenes Internacionales a la Investigación del Caso de Ana María Campillo Bastidas. Madrid, noviembre de 2015. (Women’s Link, 2015).

Colômbia

ECCHR; Sisma; CAJAR. *Comunicacion a la CPI sobre la violencia sexual en Colombia - Resumen Ejecutivo*. 2015.

Guatemala

Mujeres Transformando el Mundo (MTM). Peritaje antropológico cultural de género. Dra. Rita Laura Segato. Guatemala, 18 de fevereiro de 2016. Disponível em: http://www.mujerestransformandoelmundo.org/sites/www.mujerestransformandoelmundo.org/files/descargas/ritasegatojuiciosepurzarco2016_-_parte_1.pdf e http://www.mujerestransformandoelmundo.org/sites/www.mujerestransformandoelmundo.org/files/descargas/peritaje_juiciosepurzarco2016_-_parte2.pdf (MTM, 2016)

México

Procuraduría General de la República. Protocolo de Investigación Ministerial, Pericial y Policial con Perspectiva de Género para la Violencia Sexual, disponible en: http://www.pgr.gob.mx/que-es-la-pgr/PGR_Normateca_Sustantiva/protocolo%20violencia%20sexual.pdf. (PGR, 2015).

Protocolo de Investigación de Delitos Sexuales en adultos, disponible en: http://www.secretariadoejecutivo.gob.mx/docs/pdfs/ConcertacionFASP2015/INFORMACION%20COMPLEMENTARIA/5%20PROTOCOLO_INVESTIGACION_DELITOS_ROBO_%20SEXUALES_%20EN_ADULTOS.pdf

Peru

Ministerio Público. Fiscalía de la Nación. Distrito Fiscal de Lima. Segunda Fiscalía Penal Supraprovincial. Resolución Fiscal n° 16. Investigación Preliminar N° 029-2001. Resolución sobre el Fondo del Asunto. Lima, 27 de julio de 2016. (Ministerio Público, Perú, 2016)

[Volta ao Sumário]

Referências bibliográficas

Abramovich, Víctor. Responsabilidad estatal por violencia de género: comentarios sobre el caso “Campo Algodonero” en la Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Anuário*. Nº 6, pp. 167-182, 2010. Disponível em www.anuariocdh.uchile.cl.

Alianza Rompiendo el Silencio y la Impunidad. *Nuestra Mirada esta en la Justicia*. Caso Sepur Zarco. Octubre, 2013.

Aoláin, Fionnula; O'Rourke, Catherine; Swaine, Aisling. Transforming Reparations for Conflict-Related Sexual Violence: principles and practice. *Harvard Human Rights Journal*, vol. 28, 2015. pp. 97-146.

Arns, Paulo Evaristo. Brasil: *Nunca Mais*. Um relato para a história. 20a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

Bailey, Claudia Paz y Paz. Guatemala: Género y reparaciones para las violaciones de derechos humanos. In: *Y qué fue de las mujeres? : género y reparaciones de violaciones de derechos humanos*. / Beth Goldblatt [et al]. Editora Ruth Rubio-Marín. Bogotá: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2010.

Balardini, Lorena; Orbelin, Ana; Sobredo, Laura. “Violencia de género y abusos sexuales en los centros clandestinos de detención: Un aporte a la comprensión de la experiencia argentina”. In: Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). *Hacer justicia: nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad en la Argentina*. - 1a ed. - Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. pp. 167-226.

Balardini, Lorena; Orbelin, Ana; Sobredo, Laura. “Violência de gênero e crimes sexuais em centros clandestinos de detenção”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.º 06, 2010, pp.118-147.

Barbutto, Valeria; Fries, Lorena. *Sin Tregua*: Políticas de reparación para mujeres víctimas de violencia sexual durante dictaduras y conflictos armados. Corporación Humanas: Santiago de Chile, 2008.

Bell, Christine; O'Rourke, Catherine. Does Feminism need a Theory of Transitional Justice? An Introductory Essay. *The International Journal of Transitional Justice*. Vol. 1, 2007, p. 23-44.

Burt, Jo-Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: processos judiciais pelas violações de direitos humanos na América Latina. In: *Justiça de transição: manual para a América Latina / coordenação de Félix Reátegui*. – Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. pp. 307-335.

Burt, Jo-Marie. Justicia transicional en el post-conflicto de Perú: avances y retrocesos en la rendición de cuentas por abusos del pasado. 2015. (Texto cedido pela autora, lido em manuscrito).

Calandra, Benedetta. Un tema ‘incómodo e indecente’: el debate alrededor de la violación sexual en el Chile postautoritario. *Stud. hist., H.a cont.*, 28, 2010, pp. 213-236.

Cánaves, V. Como la cigarra: notas sobre violencia sexual, jurisprudencia, y Derechos Humanos. *Revista Jurídica de la Universidad de Palermo*. v.12, n.1, p. 88-110, Oct. 2011.

Castilho, Ela Wiecko V. O Estatuto de Roma na Perspectiva de Gênero. Brasília, DF: Procuradoria Geral da República, 2005. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/mulher/estatuto_roma.pdf. Acesso em: 29 jul. 2016.

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). Juzgamiento de la violencia sexual durante la última dictadura cívico militar en Argentina. 2015. (Documento cedido para a pesquisa, lido em manuscrito).

Chiarotti, Susana. Jurisprudência internacional sobre violencia sexual. In Analía Aucía, Florencia Barrera, Celina Berterame, Susana Chiarotti, Alejandra Paolini (Org.). *Grietas en el silencio*. Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado. Rosario: Cladem, 2011.

Clerico, Laura; Novelli, Celeste. La violencia contra las mujeres en las producciones de la Comisión y la Corte Interamericana de derechos humanos. *Estudios constitucionales*, Santiago, v. 12, n. 1, p. 15-70, 2014.

Copelon, Rhonda. Crímenes de género como crímenes de guerra: integrando los crímenes contra las mujeres en el derecho penal internacional. *McGill Law Journal*, 2000.

Corte IDH. *Cuadernillo de Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos* N° 4: Género. 2015.

De Greiff, Pablo. Justiça e Reparações. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.º 03, 2006. pp.42-71.

Diniz, Débora. Ela, Zefinha: o nome do abandono. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9): 2667-2674, 2015.

Diniz, Débora. Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista. In: Stevens, Cristina; Oliveira, Susane Rodrigues de; Zanello, Valeska (Org.). *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 11-21.

Diez, Andrea. Mujeres mayas abren camino: la búsqueda por la justicia ante el sistema de impunidad en Guatemala. In: *Justicia y reparación para mujeres víctimas de violencia sexual en contextos de conflicto armado interno*. Lima: Consejería en Proyectos, 2007.

Duque, Ana Paula Del Vieira. *Direito como Tecnologia de Gênero: uma análise a partir dos relatos de tortura a mulheres pela ditadura civil-militar nos processos do Superior Tribunal Militar (1964-1979)*. Monografia de final de curso. Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

Falcón, Julissa Mantilla. La judicialización de la violencia sexual – Perú y el conflicto armado. *Puentes*, Edición especial, junio 2015. pp. 41-45.

Gaggioli, Gloria. Sexual violence in armed conflicts: A violation of international humanitarian law and human rights law. *International Review of the Red Cross* (2014), 96 (894), 503–538.

Garzón, Baltasar. Avances en la Jurisprudencia Internacional en Violencia Sexual contra Mujeres en Conflictos Armados. *The Journal Jurisprudence*. (2012), 443-472.

Guillerot, Julie. Vinculando género y reparaciones en Perú: Una oportunidad fallida. In: *Y qué fue de las mujeres? : género y reparaciones de violaciones de derechos humanos*. / Beth Goldblatt [et al]. Editora Ruth Rubio-Marín. Bogotá: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2010.

Hagay-Frey, Alona. *Sex and gender crimes in the new international law: past, present, future*. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.

Lauretis, Teresa de. The technologies of gender. In: *Technologies of gender: Essays on Theory, Film and Fiction*. London: Macmillan Press, 1989. p. 1-30.

Memoria Abierta. “... y nadie quería saber”. Relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina / 1a ed. - Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.

Merlino, Tatiana; Ojeda, Igor (Orgs.). *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

Meyer, Emílio Peluso Neder. *Ditadura e responsabilização: elementos para uma justiça de transição no Brasil*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

Meyer, Emílio Peluso Neder. Responsabilização e ditadura. In: Carvalho, Claudia Paiva; Guimarães, José Otávio Nogueira; Guerra, Maria Pia (Org.). *Justiça de Transição na América Latina: panorama 2015*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

Nagy, Rosemary. Transitional Justice as Global Project: critical reflections. *Third World Quarterly*, v. 29, n. 2, 2008, p. 275–289.

Observatorio Luz Ibarburu. Ditadura e transição democrática no Uruguai. In: Carvalho, Claudia Paiva; Guimarães, José Otávio Nogueira; Guerra, Maria Pia (Org.). *Justiça de Transição na América Latina: panorama 2015*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala (ODHAG). *Silenciaron nuestra historia... ahora queremos justicia*. Las violaciones a los derechos humanos cometidas contra las mujeres durante el Conflicto Armado Interno en la región q'eqch'i. ODHAG; CAFCA; PNUD: Ciudad de Guatemala, 2014. (ODHAG, 2014)

Osmo, Carla. *Judicialização da justiça de transição na América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

Proner, Carol. “La Actuación del Tribunal Internacional para la Aplicación de la Justicia Restaurativa”, 2012. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=147254>

Queiroz, Vanessa Oliveira de. TPI reconhece e condena o estupro como crime de guerra. *Revista Consultor Jurídico*. 4 abr. 2016.

Roesler, Claudia Roseane; Senra, Laura Carneiro de Mello. Gênero e justiça de transição no Brasil. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília. V. 5 nº 105, Fev./Mai. 2013, p. 35 a 67.

Roth-Arriaza, Naomi. América Central: o Sistema Interamericano e a responsabilização de crimes internacionais. In: Silva Filho, José Carlos Moreira; Abrão, Paulo; Torelly, Marcelo. *Justiça de transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013.

Rubio-Marín, Ruth (Org.). *What happened to the women? Gender and Reparations for Human Rights Violations*. New York: Social Science Research Council, 2006.

Santos, Shana Marques Prado dos. *Tratamento de arquivo de direitos humanos na América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada*, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. / Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014.

Segato, Rita Laura Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. *Revista E-Cadernos*, Publicação Trimestral, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES), n. 18, 2012. Disponível em: <https://eces.revues.org/1533>

Segato, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia* - 1a ed. - Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

Segato, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. 1a. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

Souza Pinto, Gabriel Rezende. *Para a democracia: soberania, transição e rastro na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153*. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

Teles, Maria Amélia. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 1001-1022, setembro-dezembro/2015.

Torelly, Marcelo. *Governança Transversal dos Direitos Fundamentais: Experiências Latino-Americanas*. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Tramontana, E.. Hacia la consolidación de la perspectiva de género en el Sistema Interamericano: avances y desafíos a la luz de la reciente jurisprudencia de la Corte de San José, *Revista IIDH*, n.53, p.141-81, 2011.

Unión Nacional de Mujeres Guatemaltecas, UNAMG. *Ni olvido, ni silencio* - Tribunal de conciencia contra la violencia sexual hacia mujeres durante el

conflicto armado en Guatemala. Guatemala, Guatemala: (Editora) Media Azkue, Irantzu; (Editora) Guzmán Orellana, Gloria, 2012. (UNAMG, 2012)

Y qué fue de las mujeres? : género y reparaciones de violaciones de derechos humanos. / Beth Goldblatt [et al]. Editora Ruth Rubio-Marín. Bogotá: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2010.

[Volta ao Sumário]

Lista de entrevistas

Ada Valenzuela, Unión Nacional de Mujeres Guatemaltecas, UNAAMG, Guatemala, 11 de julho de 2016.

Ana Paula Brito, Núcleo de Preservação da Memória Política, Brasil, 19 de outubro de 2016

Amelinha Teles (Maria Amélia de Almeida Teles), ex-presa política, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Brasil, 20 de julho de 2016.

Beatriz Betaszew, coletivo Mujeres Sobrevivientes, Siempre Resistentes, Chile, 12 de julho de 2016.

Carolina Varsky, coordenadora da Procuradoria de Crimes contra a Humanidade, Argentina, 18 de julho de 2016.

Daniela Quintanilla, Corporación Humanas, Chile, 21 de julho de 2016.

Inês Prado Soares, Procuradora do MPF-SP (Ministério Público Federal – São Paulo), Brasil, 11 de julho de 2016.

Julissa Mantilla, docente PUCP e consultora internacional em gênero e justiça de transição, Peru, 8 de setembro de 2016.

Karina Ansolabehere, Flacso México, México, 14 de julho de 2016.

Marlon Weichert, Procurador do MPF-SP (Ministério Público Federal – São Paulo), Brasil, 12 de julho de 2016.

María Ysabel Cedano, advogada, diretora do DEMUS (Estudio para la Defensa de los Derechos de la Mujer), Peru, 14 de setembro de 2016.

Susana Navarro García, Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicosocial, Guatemala, 19 de julho de 2016.

Susana Chiarotti, Diretora do Instituto de Gênero, Direito e Desenvolvimento de Rosario, integrante do Conselho Consultivo do CLADEM e do Comitê de Especialistas em Violência contra a mulher da OEA, Argentina, 7 de setembro de 2016.

[Volta ao Sumário]

Anexo 1

Cuestionario crímenes sexuales: judicialización

Cuestionario para recoger informaciones y datos para el informe “Crímenes sexuales: justicia y archivos” de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición, bajo la responsabilidad de la consultora Claudia Carvalho y la coordinación de la Profesora Camila Prando

Identificación

1. Miembro de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición:
2. Nombre(s) de la/lo(s) representante(s) que contesta(n) el cuestionario
3. País representado:

Aspectos internacionales

4. Indicar si el país adoptó los instrumentos internacionales relacionados abajo y la fecha de ratificación:

() Convención de las Naciones Unidas para Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra las mujeres (1979). Fecha:

() Estatuto de Roma de el Tribunal Penal Internacional (1998) Fecha:

() Convención Interamericana para prevenir, punir y erradicar todas las formas de violencia contra la mujer (1994) Fecha:

Indicar otras normativas internacionales relevantes para la temática, que no tengan sido arrolladas arriba:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

5. Hay casos sobre crímenes sexuales apreciados por la Comisión (CIDH) o por la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH)?

() Sí

() No

() No poseo esta

información

En caso afirmativo, cuales los casos y decisiones?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí

() No

6. En el caso de recomendaciones de la CIDH y/o de condenaciones por la Corte IDH, las medidas y/o las sentencias fueron cumplidas por el país?
☐ Sí ☐ No ☐ Parcialmente ☐ No poseo esta información

Indicar las medidas adoptadas para el cumplimiento de las determinaciones:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

7. Hubo sentencias por otros tribunales internacionales o tribunales *ad hoc*?
☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los casos y decisiones?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

8. Existen informes de órganos internacionales respecto a la situación de la violencia sexual en el país?
☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los informes?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

Aspectos nacionales

9. Como los crimines sexuales están calificados en el ordenamiento jurídico nacional?
Favor indicar as leyes y los dispositivos pertinentes.

10. Hubieron reformas legislativas en los códigos o leyes penales que modificaron esa caracterización de los delitos sexuales?
☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales las reformas?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

11. Hay otros dispositivos legales o proyectos de leyes relevantes para la temática de crímenes sexuales?
☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales leyes o proyectos?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

12. Se aplican protocolos – nacionales o internacionales – que guían la conducción de las investigaciones sobre crímenes sexuales?
☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los protocolos?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

Acciones penales

13. Las denuncias y demandas por judicialización de los crímenes sexuales cometidos en los períodos de dictadura y conflicto armado partieron de grupos de la sociedad civil?
☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales grupos se destacan?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

14. Cuando las denuncias sobre crímenes sexuales empezaron a ser articuladas y a ganar fuerza?
☐ mientras el régimen dictatorial o conflicto armado;
☐ hasta 5 (cinco) años después el fin de la dictadura o conflicto;
☐ hasta 10 (diez) años después el fin de la dictadura o conflicto;
☐ hasta 20 (veinte) años después el fin de la dictadura o conflicto;
☐ más de 20 (veinte) años después el fin de la dictadura o conflicto.
☐ no poseo esta información

Hay algún hito importante a este respecto?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

15. Hay acciones penales promovidas en el ámbito interno para la persecución de crímenes sexuales practicados en los períodos de dictadura y conflicto armado?
☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

No hay acciones penales (o hay con mucho retraso)

16. Hay casos de condenaciones y/o denuncias por la práctica de otros crímenes en acciones judiciales que relatan la ocurrencia de violencia sexual?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los casos?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

17. Hay investigaciones en curso sobre casos relacionados a crímenes sexuales?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

Más informaciones sobre las investigaciones en curso:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

18. Cuales los principales obstáculos y dificultades para la judicialización?

- ☐ tipificación inadecuada de los delitos sexuales;
- ☐ demora o ineffectividad de las investigaciones;
- ☐ dificultad de acceso de las víctimas a los órganos responsables;
- ☐ otros [indicar abajo]
- ☐ no poseo esta información

Otros obstáculos:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

Hay acciones penales

19. Cuando tuvo inicio o ajuizamiento de las acciones?

- ☐ durante el régimen dictatorial o conflicto armado;
- ☐ hasta 5 (cinco) años después el fin de la dictadura o conflicto;
- ☐ hasta 10 (diez) años después el fin de la dictadura o conflicto;
- ☐ hasta 20 (veinte) años después el fin de la dictadura o conflicto;
- ☐ más de 20 (veinte) años después el fin de la dictadura o conflicto;
- ☐ no poseo esta información.

Hay algún hito importante a este respecto?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

20. Es posible fornecer números sobre las acciones?

() Sí () No () No poseo esta información

En caso afirmativo, indicar datos acerca de: Causas activas; Causas paralizadas; Juicios finalizados; Condenas; Absoluciones

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

21. Hay informes gubernamentales o no-gubernamentales sobre los resultados de esas acciones?

() Sí () No () No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los informes?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

22. Quién inicia la acción penal?

- () el Estado (fiscalías, poder judicial);
- () las víctimas o familiares;
- () otros [indicar abajo]
- () no poseo esta información

Otros agentes que inician la acción:

23. Hay unidades especializadas de las fiscalías o ministerios públicos para investigar y perseguir los crímenes sexuales?

() Sí () No () No poseo esta información

En caso afirmativo, indicar las unidades y más informaciones.

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

24. Las fiscalías o ministerios públicos y el Poder Judicial califican los crímenes sexuales cometidos en los períodos de dictadura y conflictos armados como crímenes contra la humanidad?

() Sí () No () No poseo esta información

Otras informaciones relevantes:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

25. Las fiscalías o ministerios públicos y el Poder Judicial califican los crímenes sexuales como delitos autónomos o tipos de tormentos?

() Sí () No () No poseo esta información

Otras informaciones relevantes:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

26. Los tipos penales de los crímenes sexuales - calificados de crímenes contra la humanidad - también admiten autoría mediata?

() Sí () No () No poseo esta información

Más informaciones acerca de la autoría y participación criminal en los crímenes sexuales:

27. Cómo son dirigidas las actividades probatorias? Son utilizadas pruebas producidas por comisiones de la verdad y de reparación? Cual es el papel de los testigos? Hay recurso a peritajes especializados?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

28. Las víctimas reciben acompañamiento psicológico?

() Sí () No () No poseo esta información

Otros datos sobre el servicio de acompañamiento psicológico, si se tiene más información:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

29. Los funcionarios del sistema de justicia reciben capacitación en género para manejar los casos de crímenes sexuales?

() Sí () No () No poseo esta información

Otros datos sobre la capacitación en género, si se tiene más información:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

30. Hubo adaptaciones del procedimiento del proceso penal para la situación específica de los crímenes sexuales?
() Sí () No () No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales las adaptaciones?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

31. Cuales son los principales obstáculos y dificultades todavía enfrentadas en la persecución penal?
() demora en los juzgamientos
() bajo número de condenaciones
() ineffectividad de las puniciones aplicadas
() otros [indicar abajo]
() no poseo esta información

Otros obstáculos en la persecución penal:

32. Hay casos paradigmáticos de judicialización de crímenes sexuales que merecen una atención especial?
() Sí () No () No poseo esta información

En caso positivo, cuales?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

33. Existen estrategias de priorización o selección de casos por parte de las autoridades o de la sociedad civil?
() Sí () No () No poseo esta información

En caso positivo, cuales?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

Acciones civiles

34. Hay acciones civiles promovidas en el ámbito nacional respecto a los crímenes sexuales practicados en los períodos de dictadura y conflicto armado?
() Sí () No () No poseo esta información

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

35. En caso positivo, cual el objeto de esas acciones?

- ☐ derechos de reparación;
- ☐ derechos de acceso a la información y de esclarecimiento de los hechos;
- ☐ acciones declaratorias;
- ☐ otros [indicar abajo]
- ☐ no poseo esta información

Otros objetos o más informaciones respecto a las causas civiles:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

36. Como las acciones son movidas?

- ☐ por órganos acusatorios, como los Ministerios Públicos;
- ☐ por las víctimas y familiares;
- ☐ otro [indicar abajo]
- ☐ no poseo esta información

Otros objetos o más informaciones respecto a las causas civiles:

37. Es posible fornecer números sobre las acciones?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso positivo, indicar: Causas activas; Causas paralizadas; Juicios finalizados; Decisiones favorables; Decisiones negativas:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

Final

Espacio para otras informaciones que complementen el cuestionario y para la indicación de links, películas, acervos visuales etc

Cuestionario crímenes sexuales: archivos

Cuestionario para recoger informaciones y datos para el informe “Crímenes sexuales: justicia y archivos” de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición, bajo la responsabilidad de la consultora Claudia Carvalho y la coordinación de la Profesora Camila Prando

Identificación

Miembro de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición:

Nombre(s) de la/lo(s) representante(s) que contesta(n) el cuestionario:

País representado:

Legislación

1. ¿Hay limitaciones legales respecto el acceso a los archivos de información relativa a violaciones de los derechos humanos?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar las leyes y los dispositivos pertinentes.

2. ¿Específicamente, existen limitaciones legales al acceso a la información basada en el derecho de protección de la intimidad, la privacidad y el honor?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar las leyes y los dispositivos pertinentes.

Archivos de la represión

3. ¿Hay archivos de órganos de represión política o de conflicto armado que contienen (o pueden contener) información respecto delitos sexuales?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar cuales son los archivos, órganos productores, tipos de información y documentos.

Archivos de comisiones estatales

4. ¿Hubo comisiones estatales (comisiones de la verdad o de reparación) que han investigado los delitos sexuales practicados durante las dictaduras y conflictos armados o contextos de graves crisis de derechos humanos?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar las comisiones y posibles informes.

5. ¿Las leyes que crearon las comisiones incorporan una perspectiva de género?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar los dispositivos pertinentes.

6. ¿Han sido adoptados procedimientos específicos para recoger los testimonios de las víctimas, en particular las víctimas de crímenes sexuales?
(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

Más informaciones acerca de la metodología de recogida de los testimonios.

7. ¿Las víctimas recibieron acompañamiento psicológico?
(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

8. ¿Fue añadida una perspectiva de género al trabajo de la comisión o de las comisiones?
(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

Más información al respecto.

9. ¿Los testimonios de las víctimas de delitos sexuales están disponibles para el acceso público?
(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

Más información sobre las condiciones de acceso:

10. ¿Hay casos de judicialización por el mal uso de la información recogida por las comisiones sobre las víctimas de delitos sexuales?
(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar cuáles son las acciones legales y los resultados.

Archivos judiciales

11. ¿Existen protocolos para la recopilación de testimonios de víctimas de violencia sexual?
(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar los protocolos.

12. ¿Los testimonios recogidos son accesibles al público?
(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

Archivos de la sociedad civil y las iniciativas de memorialización

13. ¿Hubo o hay iniciativas de la sociedad civil para la recogida y el intercambio de testimonios de víctimas de delitos sexuales?
(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

Si ha contestado que sí a la pregunta anterior, indique los informes que se han publicado como resultado de la obra y / o archivos con los testimonios de las víctimas.

14. ¿Hay otras iniciativas de memorialización encabezadas por grupos de víctimas o de derechos humanos?

☐ Sí ☐ No ☐ No tengo esta información

Si ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar las iniciativas.

[Volta ao Sumário]

Claudia Paiva Carvalho

CRÍMENES SEXUALES Y JUSTICIA TRANSICIONAL EN AMÉRICA LATINA: JUDICIALIZACIÓN Y ARCHIVOS

VERSÃO BILINGUE

CRIMES SEXUAIS E JUSTIÇA DE
TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA:
JUDICIALIZAÇÃO E ARQUIVOS



MEMORIAL DA ANISTIA

REDE LATINO-AMERICANA DE
Justiça de Transição





Ministério da Justiça e Cidadania
Comissão de Anistia

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Justiça e Cidadania

Alexandre de Moraes

Presidente da Comissão de Anistia

Almino Monteiro Álvares Afonso

Vice-Presidente da Comissão de Anistia

Grace Maria Fernandes Mendonça

Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil

Magally Dato Rodrigues

Conselheiros da Comissão de Anistia

Alberto Goldman

Almino Monteiro Álvares Afonso

Amanda Flávio de Oliveira

Ana Maria Lima de Oliveira Baia

Arlindo Fernandes de Oliveira

Carlos Bastide Horbach

Carolina Cardoso Guimarães Lisboa

Eneá de Stutz e Almeida

Eunice Aparecida De Jesus Prudente

Fabiano Menke

Fernando Dias Menezes de Almeida

Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto

George Rodrigo Bandeira Galindo

Gilda Portugal Gouveia

Grace Maria Fernandes Mendonça

Henrique de Almeida Cardoso

José Francisco Rezek

José Rogério Cruz e Tucci

Kaline Ferreira Davi

Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha

Marina da Silva Steinbruch

Mário Miranda de Albuquerque

Marlon Alberto Weichert

Nina Beatriz Stocco Ranieri

Otavio Brito Lopes

Paulo Lopo Saraiva

Rita Maria de Miranda Sipahi

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Claudia Paiva Carvalho

CRÍMENES SEXUALES Y JUSTICIA TRANSICIONAL EN AMÉRICA LATINA: JUDICIALIZACIÓN Y ARCHIVOS



Florianópolis-SC, 2016



REDE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO 2016

Membros plenos

Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) – Guatemala
Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) – Argentina
Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CTJ) – Brasil
Comissão de Anistia – Brasil
Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos – México
Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario – Colômbia
Universidad del Rosario – Colômbia
Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST) – Brasil
Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú – Peru
Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) – El Salvador
Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos do Centro de Estudos Superiores de Santa Catarina – Brasil
Memoria Abierta – Argentina
Núcleo de Preservação da Memória Política – Brasil
Observatorio de Justiça Transicional de la Universidad Diego Portales – Chile
Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica – Uruguay
Observatorio Luz Ibarburu – Uruguay
Secretaria-Executiva da RLAJT (UnB/UFGM) – Brasil
Universidad de Lanus – Argentina

Membros afiliados

Antonio Coelho Pereira – Uruguay
Andres Del Rio Roldan – Universidade Federal Fluminense (Brasil)
Catalina Vallejo – CRITICTJ – Universidad de Los Andes (Colômbia)
Carlos Bravo Ramírez – CRITICTJ – Comisión Nacional de Derechos Humanos (México)
Eric Wiebelhaus-Brahm – University of Arkansas at Little Rock (Estados Unidos)
Francesca Lessa – University of Oxford (Reino Unido)
George Radics – CRITICTJ – National University of Singapore (Singapura)
Jo-Marie Burt – George Mason University (Estados Unidos) e Washington Office on Latin America – WOLA (EUA e Peru)
José Benjamin Cuéllar Martínez – Universidad Centroamerica José Simeón Cañas (El Salvador)
Nina Schneider – Universität Konstanz (Alemanha)
Noemi Perez Vasquez – CRITICTJ – SOAS (Inglaterra/Venezuela)
Olga Prado Carcovich – Consultora da Comissão Nacional da Verdade, 2013-2014 (Brasil)
Ram Natarajan – CRITICTJ – University of Arkansas (Estados Unidos)
Rogelio Agustín Goiburú – Oficina de Memoria Histórica y Reparación (Paraguai)
Rosely A. Stefanos Pacheco – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (Brasil)
Simone Rodrigues Pinto – Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, UnB (Brasil)
Vanessa Dorneles Schinke – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (Brasil)

SECRETARIA-EXECUTIVA DA RLAJT (2016-2017)

Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (CJT/UFGM)

Coordenação

Camila Prando (UnB)
Emílio Peluso Neder Meyer (UFGM)

Professores Pesquisadores

Cristiano Paixão (UnB)
José Otávio Nogueira Guimarães (UnB)
Liziane Guazina (UnB)
Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira (UFGM)

Pesquisadoras Reladoras

Claudia Paiva Carvalho (UnB)
Mariluci Cardoso Vargas (UFRGS)

Bolsistas

Ana Paula Duque (UnB)
Camilla Cristina Silva (UFOP)
Maria Pia Guerra (UnB)
Patrícia Cunegundes (UnB)
Vanuza Nunes (UFGM)

Estagiários

Felipe Guimarães Assis Tirado (UFGM)
Raquel Cristina Possolo Gonçalves (UFGM)

C331c Carvalho, Claudia Paiva

Crimes sexuais e justiça de transição na América Latina : judicialização e arquivos = Crímenes sexuales y justicia transicional en América Latina : judicialización y archivos / Claudia Paiva Carvalho; tradução Nathaly Mancilla Ordenes e Camila Guedes. – Florianópolis : Tribo da Ilha; Belo Horizonte: Projeto Memorial da Anistia; Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT); Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, Universidade Federal de Minas Gerais (CJT/UFMG), Universidade de Brasília (UnB), 2016.
491p.

Versión bilingue
Inclui referências bibliográficas
ISBN: 978-85-62946-75-2

1. Crimen sexual. 2. Justicia transicional – América Latina. 3. Judicialización. 4. Derechos Humanos – América Latina. 5. Derecho Internacional. 6. Archivos (Documentos) I. Ordenes, Nathaly Mancilla. II. Guedes, Camila.
III. Título. IV. Título: Crímenes sexuales y justicia transicional em América Latina.

CDU: 342.7(100)

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Esta publicación fue apoyada por la Secretaría Ejecutiva de la Red Latinoamericana de Justicia Transicional, incluido en el Proyecto Memorial de Amnistía (proyecto Fundep 17.076), la Comisión de la Amnistía y la Universidad Federal de Minas Gerais, así como la Fapemig (proyecto OET – 00610 – 16). La Secretaría Ejecutiva de la RLAJT tiene su sede, en los años de 2016 y 2017, en el Centro de Estudios sobre Justicia Transicional da UFMG e na UnB. Las opiniones y los datos contenidos en la obra son de responsabilidad de los autores y no reflejan los puntos de vista del Gobierno Federal.

Traducción
Nathaly Mancilla Órdenes (Parte I) e
Camila Guedes (Parte II)

Diagramación
Rita Motta – Ed. Tribo da Ilha



EDITORA TRIBO DA ILHA

Rod. Virgílio Várzea, 1991 – Saco Grande
Florianópolis-SC – CEP 88032-001
e-mail: editoratribodailha@gmail.com
Fone: (48) 3238 1262 | 9122-3860
www.editoratribo.blogspot.com

Índice

PRESENTACIÓN.....	252
INTRODUCCIÓN.....	255
Metodología y referencial teórico.....	257
Estructura del trabajo y ejes de análisis.....	264
JUDICIALIZACIÓN DE CRÍMENES SEXUALES EN AMÉRICA LATINA	
PARTE I – ASPECTOS INTERNACIONALES	
Normativa y jurisprudencia internacional sobre crímenes sexuales.....	267
1. Primeras aproximaciones: la violencia sexual en el Derecho Internacional Humanitario.....	269
2. El reconocimiento de la violencia sexual como grave violación a los derechos humanos	272
3. El reconocimiento de la violencia sexual como crimen contra la humanidad	279
3.1. Los tribunales penales internacionales de Ruanda y de la ex Yugoslavia.....	279
3.2. El Estatuto de Roma y la Corte Penal Internacional	288
4. Participación de las mujeres y transversalización de la perspectiva de género.....	294
5. La violencia sexual en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos.....	298
5.1. Definición de violencia sexual, violación y feminicidio	301
5.2. Tratamiento jurídico de los crímenes sexuales	304
5.3. La obligación de debida diligencia de los Estados.....	309
5.4. Perspectiva de género de las reparaciones	314
PARTE II – ASPECTOS NACIONALES	
Derecho y jurisprudencia sobre crímenes sexuales en los países de América Latina	321
1. La invisibilización de la violencia sexual en los procesos transicionales	322
1.1. Prioridades y límites de los procesos transicionales.....	323
1.2. El tiempo de las víctimas.....	329
2. Movilización de mujeres: campañas para sensibilizar e iniciativas de judicialización	334
3. Obstáculos para el acceso a la justicia y la responsabilidad penal.....	351
3.1. Obstáculos específicos relacionados a crímenes sexuales	352
3.2. Obstáculos de la justicia transicional aplicados a los crímenes sexuales.....	359
4. Estrategias y mecanismos para superar los obstáculos a la judicialización de los delitos sexuales.....	377
4.1. Medidas de no discriminación y garantía de derechos.....	378
4.2. Estrategias contra la prescripción y la amnistía	392
4.3. Cuestiones probatorias y de autoría.....	402
5. La judicialización de crímenes sexuales en Argentina y en Guatemala.....	411
5.1. La jurisprudencia argentina sobre crímenes sexuales en el marco del terrorismo de Estado.....	411
5.2. Caso Sepur Zarco en Guatemala.....	415
6. Conclusiones: judicialización	421
ARCHIVOS SOBRE CRÍMENES SEXUALES EN AMÉRICA LATINA	424
O trato de la violencia sexual por las Comisiones de la Verdad	425

1. Violencia sexual, género y comisiones de la verdad en perspectiva histórica.....	426
2. La designación de la violencia sexual en los informes de las Comisiones de la Verdad	437
3. Perspectiva de género, recolección de testimonios y trato de las informaciones ..	451
Incorporación de la perspectiva de género y metodología de coleta de testimonios.	451
Acceso y trato de las informaciones.....	456
4. Conclusiones: archivos	460
FUENTES	462
Informes.....	462
Jurisprudencia.....	464
Legislación.....	468
Otros	472
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	474
LISTADO DE ENTREVISTAS.....	479
ANEXO 1	480

Presentación

El estudio «Crímenes sexuales y justicia transicional en América Latina: judicialización y archivos» es un importante fruto más del trabajo desarrollado en el ámbito de la Secretaría de la Red Latinoamericana de Justicia Transicional (RLAJT). Durante el año de 2015, la Secretaría de la RLAJT tuvo su sede partida entre la Universidad de Brasilia (UnB) y la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ). Se contrató dos consultorías con el objetivo de producir informes sobre dos temas escogidos por los miembros de la RLAJT: judicialización y archivos. Carla Osmo y Shana Santos, publicaron, entonces, los trabajos «Judicialización de la Justicia de Transición en América Latina» y «Tratamiento de Archivos de Derechos Humanos en América Latina», ambos en el 2016. Los trabajos forman parte del acervo de la RLAJT disponible en su sitio web (<http://rlajt.com/publicacoes/>).

Sin embargo, durante la asamblea de la RLAJT de 2015, las organizaciones que forman parte de ella, decidieron que las temáticas de investigación para el año 2016 aún tendrían enfoque en las cuestiones de judicialización y archivos. Aunque esta lente fuera mantenida, sin embargo, dos temas deberían cruzarlas: los crímenes sexuales y los crímenes de desaparición forzada. De ahí la Secretaría de la RLAJT, ante convocatoria pública, ha seleccionado la investigadora y doctoranda en Derecho por la Universidad de Brasília, Claudia Paiva Carvalho, a que elaborara el trabajo dedicado a los crímenes sexuales.

La primera parte del trabajo presentó los aspectos internacionales y nacionales de la judicialización de los crímenes sexuales. A partir del análisis de las normativas y decisiones judiciales, así como de la realización de entrevistas y aplicación de cuestionarios, el estudio apuntó hacia los obstáculos al acceso a la justicia y a la responsabilidad penal, así como a los mecanismos y estrategias con el fin de evitar tales obstáculos. En la segunda parte, la investigación adoptó las producciones de las Comisiones de la Verdad como fuentes de evaluación de la gestión de la recolección de testimonios y trato de informaciones en los casos de crímenes sexuales. Los análisis de las experiencias de los países que incorporaron casos de crímenes sexuales en los Informes

de sus respectivas Comisiones señalaron, segundo la investigación, a) hacia una especificidad contextual que impide la normalización universalizante sobre políticas de privacidad o publicidad de los documentos, b) hacia un protocolo de referencia en la recolección de los testimonios a fin de garantizar el respeto a los derechos y a la dignidad de las víctimas.

El resultado del trabajo producido por la investigadora fue, por consiguiente, un mapeo de las experiencias de judicialización y de los desafíos de las políticas de producción de información y registro sobre crímenes sexuales en los países de América Latina que cuentan con miembros en la RLAJT. La investigación, sin embargo, no solo colectó y sistematizó los datos sobre el tema, sino que también ofreció una comprensión analítica desde los estudios de género. De esa forma, este Informe es un marcador de referencia para las prácticas y políticas jus transicionales y también para los análisis de las experiencias vividas durante los procesos de transición.

En el 2016, se abrigó la Secretaría de la RLAJT dentro del proyecto del Memorial de la Amnistía Política (proyecto FUNDEP 17.076), conducido por la Rectoría de la UFMG y por la Comisión de Amnistía. Como atesta el plan de trabajo del referido proyecto, «El objeto del plan de trabajo del Memorial consiste en la generación de contenidos, producción e instalación de proyecto museográfico completo, exposición de larga duración de alta interacción con los visitantes, producción de contenidos para el acervo del Memorial y acciones de articulación con instituciones actuantes en justicia transicional y memoria. Sus productos abarcan: acciones de articulación y cooperación institucional con entidades que actúan en el área de justicia transicional y memoria, especialmente por medio de la RLAJT, aportando apoyo a sus actividades, de manera que genere subsidios (investigaciones, informes, seminarios, publicaciones y otros productos) que integren el acervo del Memorial de la Amnistía Política de Brasil y que orienten el proceso de formulación de los proyectos museográfico y pedagógico».

De esa forma, gran parte de la actividad desempeñada en el ámbito de la Secretaría de la RLAJT pretendió la producción de insumos para el futuro Memorial de la Amnistía Política, cuya construcción se está tornando, también, objeto de lucha por parte de actores políticos involucrados con la justicia transicional en Brasil. Se entiende que, además de los destinatarios directos de los informes de la RLAJT – las organizaciones que la integran (<http://rlajt.com/quem-somos/membros-permanentes/>) – el trabajo debe estar direccionado al gran público que tiene el derecho de conocer el

pasado dictatorial latinoamericano y buscar, cada vez más, garantías de no repetición.

Esperamos que el lector pueda disfrutar y compartir de esta fuente más de investigación que aporta aún más para el acervo de la RLAJT.

Camila Cardoso de Melo Prando (UnB)

Emilio Peluso Neder Meyer (UFMG)

Coordenadores de la Secretaría de la RLAJT (2016-2017)

[Volver al Índice]

Introducción

El presente estudio es resultado del trabajo de consultoría realizado en el ámbito de la Red Latinoamericana de Justicia Transicional (RLAJT), con el objetivo de producir una investigación «respecto a las iniciativas de judicialización y tratamiento de archivos referentes a los crímenes sexuales en los países de América Latina integrantes de la RLAJT».¹ Creada en 2011, la RLAJT está constituida, en 2016, por 17 miembros de 9 países de América Latina, que son entidades y organizaciones de derechos humanos que trabajan con la temática de la justicia transicional en el continente. En esa articulación, la RLAJT «tiene como objetivo principal facilitar y promover la comunicación y el intercambio de conocimientos en el campo de la justicia transicional en América Latina, así como dar visibilidad a las experiencias de países de la región»².

Durante el bienio de 2014 y 2015, la RLAJT tuvo como enfoque de sus encuentros y producciones dos temas prioritarios: *i) la judicialización de la justicia transicional en América Latina y ii) principios y obligaciones en el trato de archivos de derechos humanos en América Latina*. Esos temas fueron discutidos en dos seminarios internacionales, realizados en junio y noviembre de 2015³, y fueron objeto de recomendaciones de políticas públicas lanzadas en enero de 2016⁴ y de dos estudios producidos por consultoras contratadas⁵. En la Asamblea interna de la RLAJT, realizada en noviembre de 2015, los miembros entendieron que las temáticas sobre judicialización y archivos

1. Ver la convocatoria pública disponible en: <http://rlajt.web2403.uni5.net/wp-content/uploads/publicacoes/c5cac732.pdf>.

2. Informaciones sacadas de la sección «Historia y objetivos» en la pestaña «Quién somos» del sitio electrónico de la RLAJT. Disponible en: <http://rlajt.web2403.uni5.net/quem-somos/historia-e-objetivo/>

3. Se trata del Seminario Internacional «Contra la impunidad y el olvido: justicia y archivos», organizado por la Comisión de Amnistía/Ministerio de la Justicia y por la RLAJT, el 1º de junio de 2015, en Finatéc, Universidad de Brasilia (UnB) y del II Congreso Internacional de Justicia de Transición, realizado, en el mismo lugar y con los mismos organizadores, en los días 5 y 6 de noviembre de 2015, e incluyó, al primer día, el II Encuentro Anual de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición «Contra la impunidad y el olvido: recomendaciones sobre justicia y archivos». Los videos de los seminarios están disponibles en el sitio electrónico de la RLAJT: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>.

4. Las recomendaciones sobre judicialización y archivos están disponibles en: <http://rlajt.com/publicacoes/>.

5. Ver (Osimo, 2016) y (Santos, 2016).

no habían sido agotadas y seguían añadiendo desafíos importantes para la región. Fue deliberado, entonces, por unanimidad, el proseguimiento de los esfuerzos de actuación y de investigación en judicialización y archivos, con enfoque en dos subtemas o líneas de investigación para el año de 2016: *i) desaparición forzada y ii) crímenes sexuales*.⁶

Es en ese contexto que se inserta el presente estudio, que tiene por finalidad investigar la judicialización y el trato de archivos sobre crímenes sexuales en 9 países de América Latina que cuentan con representantes en la RLAJT: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, El Salvador, Guatemala, México, Perú y Uruguay. La investigación se moldeó a partir del objetivo de organizar una sistematización de datos sobre esos contextos nacionales y de producir un análisis comparado entre los países. En tal esfuerzo, no se descuida de la tensión productiva que constituye el campo de la justicia transicional entre los polos de reflexión teórica y de intervención política. Se cree, como está en el núcleo de la concepción de la RLAJT, que la producción y el cambio de conocimiento posee un activo papel dentro de los procesos transicionales. En ese sentido, la investigación también se orienta a generar subsidios para la formulación de estrategias y de recomendaciones de prácticas y de políticas públicas sobre el tema de justicia transicional y crímenes sexuales en América Latina.

El proceso de producción del estudio buscó contribuir, igualmente, para pautar el tema de la violencia sexual en la agenda de la justicia transicional y visibilizar las experiencias de los países de la RLAJT. Durante los meses de junio y agosto de 2016, judicialización y archivos sobre crímenes sexuales fueron, respectivamente, los temas destacados en las redes sociales y en los canales de comunicación de la RLAJT, especialmente en la página del Facebook. Fueron transmitidos textos de intervención, noticias y materiales relacionados a las temáticas. A cada mes también fueron realizadas dos actividades en la Universidad de Brasilia (UnB) dedicadas a discutir y profundizar los temas: un encuentro del grupo de estudios y una mesa de debates, con la presencia de invitados/as externos/as. En esos eventos, las contribuciones ofrecidas por la profesora Rita Laura Segato, por el investigador Marcelo Torelly, por la profesora Mariana Joffily y por la investigadora Mariana Pedrosa sirvieron con mucha propiedad al estudio.⁷

Con vista a ese conjunto de acciones, la realización de la investigación y de las demás actividades de la consultoría contó con el imprescindible apoyo del equipo de la Secretaría Ejecutiva de la RLAJT. En primer lugar, la orientación precisa y cuidadosa de la profesora Camila Prando Cardoso,

6. Ver la Ata de la Asamblea de la RLAJT del 5 de noviembre de 2015, producida por Isabelle Chehab.

7. Los videos de los eventos están disponibles en: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>.

coordinadora del equipo en la UnB, fue fundamental en todas las etapas del proceso. También fue central el compromiso de las investigadoras becarias Ana Paula Duque, por medio del auxilio a la investigación y a la organización de las actividades, y Patrícia Cunegundes, responsable de la comunicación social y construcción de los materiales gráficos. Además, la consultoría se desarrolló en colaboración con el equipo de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), coordinada por el profesor Emílio Peluso Meyer, que también acompañó de forma solícita y atenta la conducción de los trabajos. En especial, el diálogo y los intercambios con la consultora Mariluci Vargas, responsable del estudio sobre desaparición forzada, permitieron pensar y ejecutar en conjunto el desarrollo y diseño de la investigación. Por fin, todavía en la UFMG, el apoyo de Camilla Cristina, Felipe Guimarães y Vanuza Nunes fue indispensable para el flujo para, a los trámites administrativos y para la preparación del seminario final, para al cual los resultados de la investigación fueron debatidos por los miembros de la RLAJT.

Metodología y referencial teórico

El presente estudio fue desarrollado durante un período de 6 (seis) meses, entre mayo y noviembre de 2016. Debido a la limitación de tiempo y el amplio alcance de la investigación, la metodología se estructuró con una dinámica colaborativa, contando con la participación de los/las representantes de los miembros de la RLAJT para el fornecimiento de informaciones relacionadas a la justicia transicional y crímenes sexuales en sus países. La investigación no hubiera sido posible sin esas contribuciones y diálogos. Por ello, registro el agradecimiento a los/las representantes que se involucraron directamente en las respuestas a las demandas: Luz Palmas del *Centro de Estudios Legales y Sociales*, en Argentina; el equipo supervisado por Emílio Peluso Meyer, del Centro de Estudios sobre Justicia Transicional, en Brasil⁸; Boris Hau y Cath Collins, del *Observatorio de Justicia Transicional* (OJT), de la Universidad de Diego Portales, en Chile; Alexandra Quintero Benavides, de la Facultad de Derecho de la Universidad de Rosario, en Colombia; Silvia Cuéllar, del *Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas* (IDHUCA), en El Salvador; Rafael Herrarte y María Eugenia Carrera, del *Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas* (CAFCA), en Guatemala; Nancy López Pérez, de la *Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos*, en México; el equipo

8. Equipo formado por: Jéssica Holl, Camilla Cristina Silva, Núbia Medeiros, Raíssa Lott, Paulo Repolês.

coordinado por Iris Jave, del *Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú*, en Perú⁹; y Sofia Lascano, del *Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal*, en Uruguay.¹⁰

En un primer momento, los miembros de la RLAJT fueron consultados sobre los principales debates y desafíos que el tema de la violencia sexual coloca a la justicia transicional en sus países. Tras ese contacto inicial, se adoptaron dos instrumentos principales para la recogida de datos: i) el envío de cuestionarios a los miembros de la RLAJT sobre judicialización y archivos relativos a crímenes sexuales, formulados con quesitos mayoritariamente cerrados¹¹; ii) la realización de entrevistas semiestructuradas con personas de referencia en esas temáticas, que fueron indicadas por los/las representantes de la RLAJT en cada país. Después de haber concluido el estudio, los resultados de la investigación fueron debatidos por los miembros en seminario realizado en noviembre de 2016, oportunidad en la que nuevas contribuciones se presentaron por los/las representantes presentes.¹²

Los cuestionarios sirvieron para la compilación de datos y obtención de materiales sobre los países que cuentan con miembros en la RLAJT. Permitió, por tanto, mapear el panorama de la judicialización de crímenes sexuales, en el ámbito internacional y nacional, y de los archivos relacionados a la violencia sexual en cada contexto. Realizado el mapeo, fue posible cruzar las informaciones obtenidas para relacionar y comparar los avances, desafíos, estrategias e iniciativas promovidas en los 9 (nueve) países estudiados. Los cuestionarios llenados también traen evaluaciones y análisis hechas por los propios miembros sobre las características del derecho interno y de los procesos nacionales de justicia transicional.

9. Equipo formado por: Mario Cépeda, Lorena Vílchez y David Torres.

10. Los nombres citados fueron aquellos señalados en los cuestionarios como las personas responsables del relleno.

11. Los modelos de los cuestionarios aplicados están disponibles en el Anexo I.

12. En particular, se registra un agradecimiento por las contribuciones ofrecidas por: Maria Celina Flores, Memoria Abierta (Argentina), Luz Palmas Zaldua, Centro de Estudios Legales y Sociales (Argentina), Renan Quinalha, Grupo de Estudios sobre Internacionalización del Derecho y Justicia de Transición (IDEJUST – Brasil), Cath Collins, Observatorio de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales (Chile), Camila de Gamboa Tapias, Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario (Colombia), Arnau Baulenas Bardia, Instituto de Derechos Humanos de la UCA (IDHUCA – El Salvador), María Eugenia Carrera Chávez, Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA – Guatemala), Lucía Guadalupe Chávez Vargas, Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos (CMDPDH – México), Felix Reategui, Instituto de Democracia y Derechos Humanos (IDEHPUCP – Perú) y Silvia Mariela Antúnez Méndez, Observatorio Luz Ibarburu (Uruguay).

Por su vez, la realización de entrevistas se reveló un instrumento indispensable para complementar y profundizar el abordaje de los temas. En total, se realizaron 13 (trece) entrevistas con personas de 6 (seis) países, vinculadas al campo político, jurídico y académico. Entre las/los entrevistadas/os están militantes y activistas, ex presas políticas, abogadas y representantes de víctimas, miembros del Ministerio Público, estudiosas y especialistas que actuaron en comisiones del Estado, entre otros actores. Queda registrado aquí un agradecimiento por la disponibilidad y por las contribuciones ofrecidas por: Ada Valenzuela, Ana Paula Brito, Amelinha Teles, Beatriz Betaszew, Carolina Varsky, Daniela Quintanilla, Inês Prado Soares, Julissa Mantilla, Karina Ansolabehere, Marlon Weichert, María Isabel Cedano, Susana Navarro García y Susana Chiarotti.¹³ Las entrevistas permitieron un mayor acercamiento a las experiencias nacionales y a los debates internos. La riqueza de los relatos colectados no solo trajo nuevas informaciones, como también agregó otros enfoques o ángulos de observación sobre los tópicos trabajados. Se buscó, a la medida de lo posible, incorporar al estudio las diferentes vivencias y perspectivas ofrecidas. Para el uso de la consultoría, las entrevistas fueron transcritas con el apoyo de un equipo de asistentes de investigación, en Brasilia¹⁴, y de un equipo de traducción¹⁵, en Belo Horizonte, coordinada por el profesor Rômulo Monte Alto, del Departamento de Letras de la UFMG.¹⁶

Las respuestas a los cuestionarios y las entrevistas indicaron un amplio conjunto de fuentes documentales, tanto de carácter institucional, como producidas por organismos de la sociedad civil. Para la construcción del presente estudio, fueron seleccionadas y analizadas las fuentes de mayor centralidad, principalmente legislación, jurisprudencia e informes. En particular, para el caso brasileño, también fueron consultados documentos del acervo de la Comisión Nacional de la Verdad (CNV), guardados por el Archivo Nacional, en Rio de Janeiro.¹⁷ Por fin, se utilizó una literatura

13. Ver la Lista de entrevistas al final del estudio, que presenta los nombres, calificaciones, sitio de origen de las personas entrevistadas y la fecha de realización de las entrevistas.

14. Queda registrado un agradecimiento por el trabajo de los/las asistentes de investigación Danilo Borges, Matheus Lira, Nicolle Wagner y Talita Lima. Las transcripciones fueron revisadas con la ayuda de la investigadora-becaria Ana Paula Duque y de la investigadora Paula Franco, colaboradora de la RLATJ.

15. Queda registrado un agradecimiento particularmente a Patrícia Oliveira.

16. La provisión de las entrevistas, en su totalidad, está siendo planificada para que pueda ser accedida y explotada por todos/as interesados/as.

17. Agradezco especialmente a Viven Ishaq por el apoyo e instrucción para la consulta a la documentación.

de apoyo, en particular la bibliografía especializada que discute el tema de la violencia sexual y de género en la justicia transicional.

Desde el punto de vista conceptual y teórico, es importante hacer algunas precisiones, empezando por los conceptos de justicia transicional y de violencia sexual. En primer lugar, se comprende que los mecanismos de la justicia transicional son aptos a hacer frente a contextos de «violencia extraordinaria», es decir, practicada en períodos de graves violaciones a derechos humanos (ICTJ, 2006, p. 11). Admisibles, por excelencia, en respuesta a situaciones post dictaduras o postconflictos, las medidas de justicia transicional también se aplican a períodos formalmente caracterizados como de paz o de democracia, pero que viven contextos de violencia extraordinaria.¹⁸ Desde esa amplia perspectiva, las políticas transicionales se aplican, por ejemplo, al actual contexto de crisis de derechos humanos vivenciado en México. Para Rita Segato, la situación mexicana constituye una nueva forma de guerra contemporánea, que implica la actuación de un poder paralelo equivalente al Estado, representado por el narcotráfico (Segato, 2013).

Entre los países estudiados, con excepción del caso mexicano, los procesos de justicia transicional conciernen a períodos de conflictos armados y de dictaduras. Así, el recorte temporal de la práctica de crímenes sexuales en Argentina, Brasil y Chile se refiere a los períodos de dictadura vividos entre las décadas de 1960 y 1980. En el caso de El Salvador, Perú y Guatemala, se consideran los crímenes practicados durante los conflictos armados internos ya encerrados (incluyendo, en el caso peruano, la dictadura que se sucedió). Por su vez, en Colombia y en México, el estudio se reporta a conflictos que ocurren en el presente y que están marcados, respectivamente, por el confronto entre el Estado colombiano y las FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) y por la guerra al narcotráfico.

En segundo lugar, el concepto de violencia sexual abarca un conjunto amplio de violaciones, que incluyen, pero no se restringen a la violación. De acuerdo con el artículo 7º, 'g', del Estatuto de Roma, de 1998, la violencia sexual, considerada como un crimen de lesa humanidad, comprende la «violación, esclavitud sexual, prostitución forzada, embarazo forzado, esterilización forzada o cualquier otra forma de violencia

18. Aunque que se trabaje con ese marco para efectos de recorte temporal del estudio, no se ignora que la justicia transicional es un campo en movimiento, y sus mecanismos pueden ser accionados para hacer frente con distintos temas y contextos. En lugar de un abordaje prescriptivo que pretenda decir donde caben o no las medidas transicionales, interesa más observar sus usos y apropiaciones.

sexual de gravedad comparable». Esa conceptualización abierta y flexible es importante para desnaturalizar los actos de violencia sexual y comprender las diversas modalidades que asumen. Del concepto también se desprende que los crímenes sexuales no se vuelven contra un grupo específico o una categoría única de víctimas, como se verá mejor a continuación, y pueden ser practicados, en los contextos de conflictos armados internos, tanto por fuerzas estatales como por fuerzas paramilitares.

Con relación al referencial teórico, se parte del entendimiento de que la práctica de actos de violencia sexual es impactada por estructuras sociales previas, es decir, por patrones de discriminación estructural y de desigualdades que preceden las situaciones de conflicto y de autoritarismo, pero son potencializados en esas coyunturas. Con el intuito de aprehender la relación entre esos patrones y los crímenes sexuales cometidos, la investigación adopta una perspectiva de género como marco orientador del análisis. Se pretende notar, por un lado, las construcciones sociales y culturales de jerarquías de género que atraviesan los actos de violencia sexual y, por otro lado, los mecanismos productores de estas jerarquías. Con ese fin, se toma prestada la definición de género como *régimen político*, propuesta por Débora Diniz:

Género es un régimen político, cuya institución fundamental es la familia reproductora y cuidadora, y el patriarcado, una tecnología moral. El patriarcado nos antecede y nos acompaña: su principal actualización es lo que llamamos de pedagogías de género. Las pedagogías de género garantizan la reproducción del poder patriarcal. Las instituciones lo oficializan como regla de gobierno. Las leyes son el registro de su legalidad y de su potencia para el uso da fuerza ante las insubordinadas (Diniz, 2014, pp. 11-12).

A partir de esa definición, en primero lugar, el género constituye el contexto de la violencia sexual, agravado en períodos de dictaduras y guerras civiles. El marcador de género hace la violencia sexual inteligible como expresión de un régimen de poder que clasifica y jerarquiza cuerpos sexados como femeninos y masculinos. También permite comprender que la violencia sexual no se produce en un marco de poder sexualmente neutro, sino que dentro de un orden patriarcal que subordina y precariza cuerpos feminizados. Hay una interdependencia entre violencia y género, de modo que la violencia (en general, pero también específicamente la violencia sexual) tiene un papel en la reproducción del orden del género (Segato, 2003). Además, tanto el comportamiento de los agresores, como el sufrimiento de los sujetos atingidos están relacionados a las posiciones de género establecidas socialmente. En ese sentido, se debe considerar el régimen del género para comprender los motivos que autorizan y

mueven la práctica de los crímenes sexuales, bien como las consecuencias específicas (de orden individual y subjetiva, o estructural y política) que esa práctica genera.

En segundo lugar, el género también integra la institucionalidad que debe o debería responder a esa violencia sexual en los procesos de justicia transicional. En este punto, no hay también neutralidad en el funcionamiento del derecho y sus instituciones. Como expone Teresa de Lauretis, el género es un producto de varias tecnologías sociales, así como discursos institucionalizados, epistemologías y prácticas cotidianas (Lauretis, 1989, p. 2). Las leyes, los discursos y las operaciones jurídicas funcionan como tecnologías de género que, por un lado, reproducen estereotipos socialmente contruidos y, por otro lado, crean y organizan el orden de género. Bajo el pretexto de la universalidad, se construye un sistema de representación que normaliza jerarquías de género. Dentro de ese sistema, la violencia sexual es regulada y valorada conforme percepciones culturales e intereses de poder que subordinan el femenino al masculino. Por eso, los obstáculos a la denuncia, a la formulación de los relatos y al acceso a la justicia – que son objeto central de preocupación de la investigación – deben ser comprendidos como tecnologías de género que hacen invisible la práctica de la violencia sexual y estigmatizan las víctimas.

Con relación al perfil de las víctimas que sufren crímenes sexuales, en particular en los contextos de guerra y represión, es importante considerar que son predominantemente mujeres y niñas. Eso no significa que hombres y niños no sufran crímenes sexuales, o que la victimización de ellos también no traduzca el régimen de género, ya que se orienta, como regla general, a emascular cuerpos considerados masculinos. Sin embargo, el dato de que mujeres y niñas son las víctimas preferenciales de esos crímenes es relevante y debe ser bien destacado. Frente a eso, el marcador de género busca dar inteligibilidad a esa estadística y revelar el régimen político que la sostiene.

El sometimiento de las mujeres a actos de violencia sexual no ocurre, sin embargo, de forma uniforme, es decir, no alcanza a todas de forma igual. Al lado del régimen de género, el modo por el cual la violencia sexual opera también se atraviesa por factores adicionales de opresión, como la raza y la clase social de las víctimas; cruce que se ha designado como interseccionalidad. Se agrega, también, otro marco clasificador que organiza las relaciones de género: la colonialidad. Como demuestra Rita Segato, el proceso colonizador produce «el agravamiento y la intensificación de las jerarquías que formaban parte del orden comunitario pré-intrusión» (Segato,

2012, §20). Además de constituir un aspecto de la dominación, el género se convierte en una categoría central de análisis de las transformaciones impuestas a las formas de vida tradicional. En esos términos, la integración entre colonialidad y género forma un eje necesario para comprender los abusos sexuales sufridos por integrantes de comunidades indígenas en los contextos de graves violaciones a los derechos humanos.

Otro aspecto puesto por la perspectiva de género es la ruptura con el binarismo de la clasificación entre hombres y mujeres que sigue definiciones biológicas de los sexos. Tal ruptura exige ampliar y volver compleja la comprensión de los sujetos que sufren violencias marcadas por el orden de género. Eso implica en reconocer, en los casos de crímenes sexuales, la pluralidad de experiencias y de formas de opresión también entre sujetos que poseen identidades de género y orientaciones sexuales que huyen a la norma social cisexista y heterosexual, a ejemplo de los segmentos LGBT.

A lo largo de la investigación, con frecuencia, el análisis de la violencia sexual se sobrepuso a la cuestión de la violencia contra las mujeres, aunque con ella no se confunda. Eso se explica por el hecho de que la violencia sexual ha atingido históricamente las mujeres de forma masiva y desproporcional. También es una forma de violencia contra las mujeres que se intensifica y asume modalidades específicas en los contextos de conflictos armados y de autoritarismo. Como consecuencia, fueron grupos de mujeres y organizaciones feministas que pautaron el enfrentamiento de los crímenes sexuales en los momentos pos transición o posconflicto. Por su vez, los avances en el trato jurídico de los crímenes sexuales caminaron junto a las luchas por reconocimiento de los derechos de las mujeres. La violencia sexual es, en regla, la primera y, muchas veces, la única violencia de género considerada por las políticas transicionales, y ese proceso cuenta con el protagonismo de las mujeres como víctimas, articuladoras y activistas. De esa forma, para los propósitos de este trabajo, una vez que el objeto de la investigación son los crímenes sexuales, y no crímenes de género, la centralidad de las mujeres refleja el direccionamiento y la especificidad de la violencia sexual, en los contextos estudiados, contra los cuerpos considerados como femeninos. No se ignora, sin embargo, que el enfoque mantenido sobre las mujeres es sintomático de la invisibilidad todavía más marcada de otros sujetos en el campo de la justicia transicional.

Dicho eso, es importante señalar tres constataciones que resultaron de la investigación. La primera es que el debate de género surge asociado a mujeres, lo que se puede verificar justo por reconocer que género no es sinónimo de mujer, pero corresponde a relaciones construidas socialmente. La segunda es la tendencia de reducir la violencia contra la mujer a la

violencia sexual, lo que disminuye la complejidad de las experiencias de violaciones sufridas por las mujeres. Y la tercera constatación señala que, en el proceso jurídico y político de trato de la violencia sexual, en regla, el encuadramiento de identidades de género es un encuadramiento binario, o sea, de forma general, los documentos utilizan un lenguaje binario, que asocia género a mujeres.

Por fin, cabe resaltar que el género no solo orienta analíticamente la investigación, sino que será igualmente objeto de las preguntas a las fuentes. Siendo así, se pregunta si hay una agendamiento del género y cómo esa perspectiva está siendo incorporada en las políticas transicionales, específicamente en el ámbito de los procesos de justicia y de recogimiento y trato de las informaciones, en especial por la coleta de testimonios.

Estructura del trabajo y ejes de análisis

El estudio se estructura en dos bloques: el primero dedicado a la «Judicialización de crímenes sexuales en América Latina», y el segundo dedicado a «Archivos sobre crímenes sexuales en América Latina». El mayor énfasis de la investigación recayó sobre la investigación en torno de la judicialización, con vista a los temas y debates pautados por los miembros de la RLAJT, bien como el volumen de materiales asesados.

El análisis sobre judicialización está dividido en dos partes: la primera orientada hacia los aspectos internacionales (normativa y jurisprudencia internacional) y la segunda dedicada a los aspectos nacionales (derecho y jurisprudencia de los países miembros de la RLAJT). La primera parte busca tratar, en el ámbito del derecho internacional, del proceso de reconocimiento de la violación y de la violencia sexual como graves violaciones a los derechos humanos y crímenes contra la humanidad. Paralelamente, son mapeadas las principales obligaciones internacionales que vinculan los países de América Latina a partir del estudio de instrumentos normativos del sistema universal y regional y de la jurisprudencia de tribunales penales internacionales y del sistema interamericano de derechos humanos. La segunda parte hace un análisis comparado entre las situaciones de los países integrantes de la RLAJT. Presenta el panorama de la judicialización nacional de crímenes sexuales y relaciona los obstáculos enfrentados, las estrategias e iniciativas promovidas, incluyendo las tesis jurídicas desarrolladas, las reformas en la legislación y procedimientos, y un análisis de la jurisprudencia existente.

Por su vez, el estudio respecto de archivos sobre crímenes sexuales está centrado en un análisis de las comisiones de verdad que trataron del tema de la violencia sexual. Teniendo en vista el papel de los testigos como fuente de conocimiento de los crímenes sexuales, y partiendo del mapeo

hecho con los miembros de la RLAJT, ese recorte permitió explotar la especificidad de archivos que cuentan la historia de la violencia sexual. El estudio buscó interrogar como la violencia sexual se pautó por las comisiones, como fue nombrada por los informes finales (cuales víctimas y cuales violencias son consideradas), en qué medida se incorporó una perspectiva de género, como se organizó la recolección de testimonios y cuales las balizas existentes para el tratamiento de las informaciones.

Al presentarse una sistematización de datos y un análisis comparado entre los nueve países de América Latina estudiados, la investigación espera contribuir con una perspectiva de producción de conocimiento comprometida con la integración regional de las políticas de justicia transicional, en particular en el tema de crímenes sexuales.

[Volver al Índice]

JUDICIALIZACIÓN DE CRÍMENES SEXUALES EN AMÉRICA LATINA

PARTE I – ASPECTOS INTERNACIONALES

NORMATIVA Y JURISPRUDENCIA INTERNACIONAL SOBRE CRÍMENES SEXUALES

La violencia sexual practicada en el marco de conflictos armados ha sido objeto de regulación normativa y de la jurisprudencia de al menos tres ramas del derecho internacional: el derecho internacional humanitario, el derecho penal internacional y el derecho internacional de los derechos humanos. El objetivo de la primera parte de éste estudio es reconstruir los principales hitos del tratamiento de los crímenes sexuales en el derecho internacional, tanto en el ámbito del sistema universal como regional, a partir de una perspectiva histórica y de género.

Se pretende investigar, particularmente, el proceso por el cual se reconoció la gravedad y la especificidad de los actos de violencia sexual como violación a los derechos humanos, y también como crimen internacional. El mapeo de los principales instrumentos internacionales y decisiones permitirá trazar un panorama de las obligaciones que vinculan a los Estados latinoamericanos en el ámbito de la judicialización de los crímenes sexuales cometidos en los periodos de dictadura, de conflictos armados internos o de anormalidad política.

Entre los países miembros de RLAJT, prácticamente todos han ratificado los principales instrumentos internacionales, del sistema universal y regional, que reconocen los actos de violencia sexual como una grave violación a los derechos humanos y crimen de lesa humanidad, y obligan a los Estados a adoptar medidas para prevenir, sancionar y erradicar dichas violencias. Las únicas excepciones son Chile y El Salvador, que han firmado, pero no ratificado, el Protocolo Adicional a la CEDAW, que reconoce la competencia del Comité de la CEDAW para supervisar las obligaciones del Estado y recibir comunicaciones individuales.

La siguiente tabla permite observar los tratados que han sido ratificados y la fecha de ratificación, de manera comparada. Es interesante observar, en este sentido, la demora de Guatemala y El Salvador en adherirse al Estatuto de Roma, considerando que los dos países pasaron por conflictos armados internos con un número significativo de víctimas entre los años 1960 y 1990. También cabe destacar el movimiento rápido de la incorporación de la Convención de «Belém do Pará» por los países miembros de la RLAJT ocurriendo la adhesión por todos en los primeros años después de su adopción.

Ratificación de los tratados internacionales por los países miembros de la RLAJT¹⁹²⁰

Tratados internacionales País miembro de la RLAJT	Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer (CEDAW), de 1979	Protocolo Facultativo de la CEDAW	Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer, de 1994	Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional, de 1998
Argentina	15 de julio de 1985	2007	05 de julio de 1996	16 de enero de 2001
Brasil	1° de febrero de 1984	2002	27 de noviembre de 1995	20 de julio de 2002
Chile	9 de diciembre de 1989	-- ¹	11 de noviembre de 1998.	1° de agosto de 2009
Colombia	1981	2005	3 de octubre de 1996	5 de agosto de 2002
Guatemala	1982	2002	4 de enero de 1995	2 de abril de 2012
El Salvador	1981	-- ²	23 de agosto de 1995	26 de noviembre de 2015
México	1981	2002	19 de junio de 1998	28 de octubre de 2005
Peru	13 de septiembre de 1982	9 de abril de 2001	4 de febrero de 1996	10 de noviembre de 2001
Uruguay	31 de septiembre de 1981	2011	1° de abril de 1996	28 de junio de 2002

19. Firma en 2001. Pero no hay, hasta septiembre de 2016, ratificación. Información disponible en: <http://indicators.ohchr.org/>.

20. Firma en 2001. Pero no hay, hasta septiembre de 2016, ratificación. Información disponible en: <http://indicators.ohchr.org/>.

En este contexto, el análisis del campo internacional se divide en cinco partes. La primera trabaja las referencias iniciales a la violencia sexual en el marco del derecho internacional humanitario. Los dos tópicos siguientes están dedicados a la construcción del entendimiento de los crímenes sexuales como graves violaciones a los derechos humanos y como crímenes de lesa humanidad, respectivamente. El cuarto punto corresponde a un análisis de las normativas relacionadas a la exigencia de incorporación de mujeres y de una perspectiva de género en los procesos políticos post-conflicto. El quinto tópico se enfoca en el sistema interamericano de derechos humanos y su jurisprudencia respecto de casos de violencia sexual llevados a la Comisión (CIDH) y a la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH).

1. Primeras aproximaciones: la violencia sexual en el Derecho Internacional Humanitario

Las referencias históricas a la violencia sexual cometida en situaciones de conflictos armados presentan de forma general una misma lógica: las mujeres como botín de guerra, premio de los vencedores, parte del territorio conquistado, medio para humillar a los vencidos. La práctica de crímenes sexuales es tan antigua como las propias guerras, y estuvo siempre adherida a la dinámica bélica. Esto explica por qué, en experiencias precedentes a la propia modernidad, ya es posible localizar actos oficiales que prohibían la violación de mujeres por parte de los soldados.²¹

De acuerdo con la autora Alona Hagay-Frey, el derecho internacional atraviesa tres fases relacionadas con el tratamiento a los crímenes sexuales: la «Era del Silencio», la «Era de la Honra» y la «Tercera Era» o «Nueva Era». La «Era del Silencio» se caracteriza por la indiferencia del derecho internacional en relación a los crímenes sexuales y se extiende desde su surgimiento hasta el final de la II Guerra Mundial (Hagay-Frey, 2011, p. 57). En general, se considera que las Convenciones de la Haya de 1899 y de 1907 contienen una prohibición implícita a la práctica de actos de violencia sexual en contextos de guerra, en la medida en que garantizan la «honra de la familia» y las «convicciones y prácticas religiosas». En tanto, no existe prohibición expresa de la violación y abusos sexuales, reforzando la apatía del derecho internacional respecto de tales violaciones.

Los crímenes sexuales practicados durante la II Guerra Mundial no fueron enfrentados o fueron apenas de una forma parcial e incompleta por los tribunales militares internacionales instaurados al final del conflicto. El Estatuto del Tribunal de Núremberg no previa ningún tipo de crimen

21. Véase sobre esto Hagay-Frey (2011, pp. 59-60).

sexual y ninguna acusación fue presentada, a pesar de los registros que documentaban la práctica de violación, esterilizaciones forzadas, mutilación sexual, entre otros. Para Hagay-Frey, los crímenes sexuales eran considerados aspectos inevitables de la guerra o actos excesivamente atroces para ser procesados. De cualquier forma permanecieron impunes y silenciados (Hagay-Frey, 2011, pp. 62-64). Rhonda Copelon, por su parte, trabaja otra hipótesis explicativa para la exclusión y la ausencia de cualquier proceso por crímenes sexuales en Núremberg: «porque algunas tropas Aliadas eran igualmente culpables de violar mujeres - un ejemplo de la banalidad y de la maldad de la cultura militar patriarcal» (Copelon, 2000, p. 4).

En el Tribunal de Tokio, pese a no estar previsto como crimen por el Estatuto, casos de violación fueron denunciados y juzgados junto a los otros crímenes de guerra. Este avance no excluye, en tanto, la persistencia del silencio, como destaca Hagay-Frey, una vez que ninguna víctima de violación fue llamada a declarar como testigo frente al Tribunal. De modo general, por lo tanto, en el espectro de medidas jurídicas y judiciales del postguerra, cuando no fueron justificados como subproducto de guerra, los crímenes sexuales siguieron invisibilizados y secundarizados en relación a otros crímenes tenidos como más graves o relevantes (Hagay-Frey, 2011, p. 65-66).²²

Tras concluidos los juicios en tribunales internacionales, fue autorizada la persecución penal de oficiales de menor rango en tribunales militares nacionales. La autorización fue concedida por un acto denominado *Contro Council Law n° 10* (CCL10), que incluye la violación dentro de la categoría de crimen contra la humanidad. No obstante, ninguna denuncia por violación fue presentada (Hagay-Frey, 2011, p. 67).

A partir de las Convenciones de Ginebra de 1949, el derecho internacional pasó a condenar explícitamente la práctica de violación contra mujeres en situaciones de conflicto armado. En tanto, la violación no fue contemplada de forma expresa entre los actos prohibidos por el artículo 3° común a todas Convenciones de Ginebra²³, siendo desconsiderada

22. Se destaca en este silencio, el caso de las «Confort women», mujeres que fueron secuestradas y mantenidas por las tropas japonesas como esclavas sexuales para satisfacer los soldados durante la Segunda Guerra Mundial. No obstante las fuerzas aliadas tuviesen conocimiento de la práctica, ninguna medida se tomó al respecto. Sólo en 1993 el gobierno japonés reconoció su responsabilidad y pidió disculpas a las mujeres por los crímenes sufridos. (Hagay-Frey, 2011, p. 62).

23. Existen defensores de que la prohibición de la violación puede ser considerada desde el inicio una consecuencia de la prohibición del tratamiento cruel y tortura, contenida en el artículo 3° común a todas las Convenciones de Ginebra (Gaggioli, 2014, pp. 512-513). Esta comprensión fue adoptada en la década de los 90' para considerar la violación como infracción de la Convención de Ginebra y del derecho internacional humanitario.

como una grave infracción al derecho internacional humanitario. Como dispone el artículo 27 de la Convenciones de Ginebra IV, la reprobación de la violación integra la obligación de los Estados de proteger las mujeres contra ataques a su honra:

Artículo 27

Las personas protegidas tienen derecho, en todas las circunstancias, a que su persona, su honor, sus derechos familiares, sus convicciones y prácticas religiosas, sus hábitos y sus costumbres sean respetados. Siempre serán tratadas con humanidad y protegidas especialmente contra cualquier acto de violencia o de intimidación, contra los insultos y la curiosidad pública.

Las mujeres serán especialmente protegidas contra todo atentado a su honor y, en particular, contra la violación, la prostitución forzada y todo atentado a su pudor. (negritas acrescentadas por la autora)

La violación es entendida como una forma de atentado al pudor, y la protección contra la violación aparece como una subdivisión de la protección más amplia de la «honra», de los «derechos de familia», de las «convicciones y prácticas religiosas», de los «hábitos y costumbres». Es en referencia a esta caracterización que Hagay-Frey denomina la segunda fase del tratamiento de los crímenes sexuales por parte del derecho internacional como la «Era de la Honra». Para la autora, el «paradigma de la honra» refuerza el «peso patriarcal que los crímenes sexuales cargan como crímenes inferiores, crímenes contra la propiedad (...) y como crímenes contra la honra de la sociedad, en vez de crímenes contra el cuerpo o la dignidad de la mujer que fue violada» (Hagay-Frey, 2011, p. 77).

Hay autores que están en desacuerdo con esta lectura, por considerar, por ejemplo, que la noción de honra tenía otro sentido en la época, y constituía un elemento importante en la imposición de límites durante la guerra (Gaggioli, 2014, p. 512). En tanto, el lenguaje del derecho, como afirma Hagay-Frey, no es accidental (Hagay-Frey, 2011, p. 72). Teniendo en cuenta el funcionamiento del derecho como una «tecnología de género» (Lauretis, 1989), no sólo se rompe con una idea de neutralidad o universalidad del lenguaje jurídico, sino también se traspasa la idea de que el derecho simplemente refleja o reproduce padrones de género dados de antemano. Dicho de otro modo, el derecho es también una fuerza productiva que crea y jerarquiza relaciones de género. En este sentido, como observa Rhonda Copelon, la caracterización de la violación en la Convención de Ginebra

refuerza una importancia secundaria así como la vergüenza y el estigma de las mujeres victimizadas. La ofensa era en contra de la

dignidad y el honor masculino, o el honor nacional o étnico. En este escenario, las mujeres eran el objeto de un ataque avergonzante, la propiedad u objeto de otros, necesitando protección tal vez, pero no sujetos de derecho (Copelon, 2000, pp. 3-4).

Los Protocolos Adicionales a las Convenciones de Ginebra, de 1977, muestran un avance en la caracterización de crímenes sexuales, como la violación y la prostitución forzada, como ofensas a la dignidad de las personas, y no más ofensas a la honra.²⁴ En este sentido, el artículo 75, (2) 'b' del Protocolo Adicional I, que protege a las víctimas de conflictos internacionales, prohíbe «atentados contra la *dignidad* de la persona, los denominados tratamientos humillantes y degradantes, la prostitución forzada y cualquier forma de atentado al pudor», cometidos por agentes militares o civiles. El artículo 76 también prevé una protección específica a las mujeres contra «la violación, la prostitución forzada y cualquier otra forma de atentado al pudor». Por su parte, el Protocolo Adicional II, que protege víctimas en conflictos armados que no tengan carácter internacional, también prohíbe la práctica de violación, prostitución forzada y otros actos atentatorios a la dignidad de la persona, según establece el artículo 4, (2) 'b'.

Los Protocolos Adicionales, para Hagay-Frey, indican una transición para la «Nueva Era» o «Tercera Era», pero el cambio efectivo en la comprensión de los crímenes sexuales en el derecho internacional humanitario apenas ocurre de hecho en la década de 1990. Ese proceso es acompañado por el progresivo reconocimiento de los derechos humanos de las mujeres y por la también gradual incorporación de una perspectiva de género a las normas internacionales.

2. El reconocimiento de la violencia sexual como grave violación a los derechos humanos

El debate sobre crímenes sexuales surge y avanza vinculado a las víctimas mujeres, una vez que este es un modo de violencia que, en la jerarquización de género, las atinge con frecuencia. Eso no quiere decir que la violencia sexual no atinge hombres, sobre todo, aquellos no asociados a las identidades masculinas. Significa sí, que las mujeres son víctimas preferenciales y sufren violaciones específicas. Por esta causa, el reconocimiento de violencia sexual como grave violación a los derechos humanos es inseparable del proceso de afirmación de los derechos de las mujeres como derechos humanos.

24. Es importante tener en cuenta que a diferencia de las Convenciones de Ginebra que fueron ratificadas por prácticamente todos los Estados, los Protocolos Adicionales no tuvieron adhesión universal, limitando su aplicabilidad. (Hagay-Frey, 2011, p. 75).

La segunda mitad de la década de 1970 es marcada por una creciente atención del derecho internacional a las mujeres. La Organización de las Naciones Unidas (ONU) declaró el año 1975 como el «Año de las Mujeres» y realizó una conferencia en México para discutir los derechos de las mujeres. Algunos años después, en 1979, la Asamblea General de la ONU aprobó la *Convención para la Eliminación de Todas las formas de Discriminación contra la Mujer* («CEDAW», según su sigla en inglés), que establece los parámetros básicos para la protección en nivel internacional de los derechos de las mujeres.

Más allá de fijar las exigencias de tratamiento igualitario y condiciones paritarias para la participación de las mujeres en todos los espacios, la CEDAW reconoce los aspectos estructurales de la discriminación contra las mujeres. En este sentido, el artículo 5º (‘a’) obliga a los Estados a adoptar medidas para «modificar los patrones socio-culturales de conducta de hombres y mujeres» con objetivo de eliminar prejuicios y prácticas que «estén basados en la idea de inferioridad o superioridad de cualquiera de los sexos o en papeles estereotipados de hombres y mujeres».

Para monitorear los avances y deficiencias en la aplicación de la CEDAW, fue creado el Comité sobre la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer (Comité de la CEDAW) (artículo 17). Asimismo, los Estados signatarios se comprometen con un cronograma de envío de informes conteniendo las medidas adoptadas para hacer efectivas las disposiciones de la CEDAW (artículo 18). Posteriormente, el Protocolo Facultativo a la CEDAW, adoptado en 1999, previó la competencia del Comité de la CEDAW para apreciar comunicaciones presentadas por individuos o grupos de individuos que aleguen violaciones a derechos garantizados por la Convención.

La CEDAW constituye un hito importante en la consideración de tres aspectos: las mujeres como sujetos de derecho, los derechos de las mujeres como derechos humanos y las causas estructurales que fundamentan la discriminación contra las mujeres. No obstante, en el texto original la CEDAW no incluye explícitamente la violencia contra las mujeres como forma de discriminación.²⁵ Fue entre el final de la década de 1980 e inicio de la década de 1990 que las Recomendaciones nº 12 y 19 del Comité de la CEDAW incorporaron la violencia contra la mujer como forma extrema de discriminación que afecta el goce y el ejercicio de derechos e impide el pleno desarrollo de las mujeres como personas. En la Recomendación General nº19, de 1992, el Comité de CEDAW consideró que:

25. Lo más próximo a una consideración de la violencia contra la mujer está contenido en el artículo 6º de la CEDAW, que determina a los Estados a tomar medidas «para suprimir todas las formas de *tráfico de mujeres y explotación sexual de la mujer*» (énfasis de la autora).

6. El artículo 1 de la Convención define la discriminación contra la mujer. Esa definición incluye la violencia basada en el sexo, es decir, la violencia dirigida contra la mujer porque es mujer o que la afecta en forma desproporcionada. Incluye actos que infligen daños o sufrimientos de índole física, mental o sexual, amenazas de cometer esos actos, coacción y otras formas de privación de la libertad. La violencia contra la mujer puede contravenir disposiciones de la Convención, sin tener en cuenta si hablan expresamente de la violencia.²⁶

A partir de ahí, el reconocimiento de los derechos de las mujeres como derechos humanos y de la violencia contra la mujer como grave violación a los derechos humanos caminaron juntos. En junio de 1993, fue realizada en Viena, Austria, la Conferencia Mundial de los Derechos Humanos, de la cual resultó aprobada la *Declaración y Programa de Acción de Viena*. En ella se estableció que «Los derechos humanos de las mujeres y de las niñas son inalienables y constituyen parte integral e indivisible de los derechos humanos universales» (Parte I, §18). El mismo párrafo señala que «La violencia y todas las formas de abuso y exploración sexual, incluyendo el prejuicio cultural y el tráfico internacional de personas, son incompatibles con la dignidad y valor de la persona humana y deben ser eliminadas».

La conferencia mostró preocupación delante de las masivas violaciones a derechos humanos practicadas en contextos de conflictos armados, y particularmente a la violación sistemática de mujeres, apelando al castigo de los crímenes y a la eliminación de las prácticas (Parte I, §28). El tema de la violencia también recibió una atención más pormenorizada en la Parte II §38 de la Declaración, con destaque para el reconocimiento expreso de las violaciones contra derechos de las mujeres en contextos de conflicto armado como ofensa a los principios fundamentales de derechos humanos y del derecho humanitario. Hasta entonces, no obstante reprobadas, esas violaciones no eran reconocidas como una infracción grave de las normas internacionales. Vale la pena referirse a esta parte de la Declaración:

26. Entre otras medidas previstas en esa Recomendación General n° 19, se destaca: i) los Estados pueden ser responsabilizados por actos de violencia cometidos por los gobiernos y autoridades públicas y también por no adoptar medidas con diligencia adecuada para prevenir, investigar y sancionar actos de violencia practicados por agentes privados, además de ofrecer reparación adecuada (párrafo 9); ii) los papeles estereotipados atribuidos a las mujeres perpetúan la violencia como forma de dominación, al mismo tiempo en que las consecuencias de la violencia refuerzan la subordinación (párrafo 11); iii) entre las recomendaciones concretas (párrafo 24), el Comité apunta la adopción de medidas adecuadas y eficaces para combatir todo tipo de violencia basada en el sexo, en el ámbito público o privado ('a'). También recomienda procedimientos eficaces de denuncia y reparación ('i').

38. La Conferencia Mundial de Derechos Humanos subraya en especial **la importancia de la labor destinada a eliminar la violencia contra la mujer en la vida pública y privada**, a eliminar todas las formas de acoso sexual, la explotación y la trata de mujeres, a eliminar los prejuicios sexistas en la administración de la justicia y a erradicar cualesquiera conflictos que puedan surgir entre los derechos de la mujer y las consecuencias perjudiciales de ciertas prácticas tradicionales o costumbres, de prejuicios culturales y del extremismo religioso. La Conferencia pide a la Asamblea General que apruebe el proyecto de declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer e insta a los Estados a que combatan la violencia contra la mujer de conformidad con las disposiciones de la declaración. **Las violaciones de los derechos humanos de la mujer en situaciones de conflicto armado constituyen violaciones de los principios fundamentales de los derechos humanos y el derecho humanitario internacionales.** Todos los delitos de ese tipo, en particular los asesinatos, las violaciones sistemáticas, la esclavitud sexual y los embarazos forzados, requieren una respuesta especialmente eficaz. (énfasis acrecentado)

Atendiendo al llamado hecho por la Conferencia, la Asamblea General de la ONU adoptó, el 20 de diciembre de 1993, la *Declaración sobre la Eliminación de la Violencia contra las Mujeres*, por medio de la Resolución 48/104.²⁷ No obstante sea un instrumento de fuerza no obligatoria, la Declaración merece destaque como el primer documento internacional que trató específicamente de la violencia contra las mujeres. En el ámbito regional, la *Convención Interamericana para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres* («Convención de Belém do Pará»), adoptada en 9 de junio de 1994, constituye el primer tratado internacional, de fuerza vinculante para los Estados signatarios, dedicado al tema de la violencia contra las mujeres.²⁸

Una lectura combinada de los dos textos permite identificar algunos aspectos centrales de protección internacional a las mujeres contra violencia, entendida como una violación a los derechos humanos. El primero dice

27. También como consecuencia de la Conferencia de Viena, la ONU creó, en 1994, la Relatoría sobre Violencia contra la Mujer, indicando como relatora a Radhika Coomaraswamy, que presentó en 2001 un informe sobre «La violencia contra la mujer perpetrada y/o condonada por el Estado en tiempos de conflicto armado (1997-2000)».

28. Para acompañar el cumplimiento de la Convención de Belém de Pará en la región, fue constituido el Mecanismo de Seguimiento de la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer –MISECVI. El MISECVI está formado por dos órganos: la Conferencia de los Estados Partes y el Comité de Peritas (CEVI). Vale recordar que la OEA (Organización de Estados Americanos) ya contaba con un organismo especializado en el tema de los derechos de las mujeres, la Comisión Interamericana de Mujeres (CMI), integrada a la OEA en 1948.

respecto al reconocimiento expreso en los preámbulos de los dos documentos de que «la violencia contra las mujeres constituye una manifestación de relaciones de poder históricamente desiguales entre hombres y mujeres». En ese sentido, la violencia limita el goce de los derechos y opera como un factor que refuerza la discriminación y subordinación de las mujeres.

Un segundo punto importante consiste en la conceptualización de la violencia contra las mujeres, definida en los dos instrumentos como una violación a derechos humanos que comprende la violencia física, psicológica y sexual sufrida en la esfera pública o privada o sea, en el ámbito de la familia, de la comunidad o del Estado. Como agente violador, el Estado puede tener una conducta comisiva, como perpetrador directo, o una conducta de omisión, tolerando o permitiendo la práctica.²⁹ Particularmente, llama la atención, en el artículo 1º de la Convención de Belém de Pará, la definición de la violencia contra la mujer como «cualquier acto o conducta basada en el género». La palabra «género», que estuvo ausente de los instrumentos internacionales hasta entonces, es utilizada como elemento constitutivo de la violencia contra a mujer en la norma interamericana.

En tercer lugar, las dos normativas prevén obligaciones semejantes a los Estados en el combate y prevención de la violencia contra la mujer. Además de la obligación más amplia de adoptar políticas para abstenerse, prevenir y castigar los actos de violencia, cabe a los Estados la implementación de medidas específicas para: i) modificar patrones sociales y culturales que refuercen la inferiorización de la mujer; ii) capacitar el personal del poder judicial, policías y demás funcionarios encargados de aplicación de políticas de combate a la violencia contra la mujer; iii) prestar servicios de asistencia especializada a la mujer víctima de violencia.³⁰

En el ámbito regional, el artículo 7º de la Convención de Belém do Pará impone a los Estados una obligación reforzada de prevención, investigación y castigo de los casos de violencia contra la mujer. La observancia del deber de debida diligencia por los Estados incluye la adopción de medidas legislativas, administrativas y judiciales tanto para prevenir como para responder de forma adecuada y efectiva a las denuncias de violencia contra la mujer.

Finalmente, vale destacar la preocupación inscrita en los dos documentos en relación a mujeres que estén en situación de especial vulnerabilidad. El preámbulo de la Declaración de la ONU manifiesta

29. El art. 2º, 'c', de la Convención de Belém do Pará dispone que a violencia contra la mujer (física, sexual y psicológica) incluye la violencia «perpetrada o tolerada por el Estado o seus agentes, donde quiera que ocurra.»

30. Art. 8º de la Convención de Belém de Pará Art. 4º de la Declaración de la ONU.

esta preocupación en relación a grupos de mujeres, como las indígenas, refugiadas, mujeres de comunidades rurales, en contextos de conflicto armado, entre otras. En este mismo sentido, el artículo 9º de la Convención de Belém do Pará dispone en los siguientes términos:

Art. 9º Para la adopción de las medidas a que se refiere este capítulo, los Estados Partes tendrán especialmente en cuenta la **situación de vulnerabilidad a la violencia que pueda sufrir la mujer en razón, entre otras, de su raza o de su condición étnica, de migrante, refugiada o desplazada**. En igual sentido se considerará a la mujer que es objeto de violencia cuando está embarazada, es discapacitada, menor de edad, anciana, o está en situación socioeconómica desfavorable o **afectada por situaciones de conflictos armados o de privación de su libertad**. (énfasis adicionado por la autora)

La norma adopta una perspectiva interseccional que considera diversos factores de opresión a las mujeres que se cruzan e influyen mutuamente. Para los propósitos del presente estudio, resulta relevante, en primer lugar, la mención a mujeres en situación de conflictos armados y de privación de libertad como factor que aumenta la vulnerabilidad y que exige un deber especial de protección por parte del Estado. Esto por que son circunstancias en que las víctimas están absolutamente indefensas y sujetas al control de los agentes perpetradores de violencia.

En segundo lugar, la consideración de factores como raza, origen étnico y vínculo rural es necesaria para analizar las causas y consecuencias específicas de género de la violencia sexual cometida contra las mujeres, así como para evaluar la adecuación de las respuestas y de las medidas de reparación adoptadas.³¹ Como regla, en los países de América Latina que atravesaron conflictos armados y dictaduras o que enfrentan graves crisis de derechos humanos, mujeres indígenas, pobres y campesinas son blanco privilegiado de la acción represiva y, especialmente, de abusos sexuales. Estas mujeres también poseen mayor dificultad de acceso a la justicia y a las instituciones del Estado, incluso producto de barreras lingüísticas, lo que agrava la marginalización.

La referencia a esos grupos de mujeres también trae a colación la relación entre colonialidad y género. Rita Segato (2012) explica que el proceso colonizador interfiere en las relaciones de género dentro de comunidades tradicionales y exacerba las jerarquías existentes. No obstante hombres y mujeres tuviesen papeles diversos en las sociedades tribales y afroamericanas, siendo las mujeres relegadas al espacio doméstico, considerado inferior en

31. Aquí la reparación puede ser pensada como concepto amplio que engloba no sólo formas de compensación por el daño sufrido sino también iniciativas de memorización y justicia.

relación al espacio público, la política también se practicaba en ese ámbito doméstico. Existía, según Segato, un «patriarcado de baja intensidad». Por otra parte, el orden colonial, fundado en el patriarcado moderno, vuelve la política monopolio de la esfera pública, y los hombres sus únicos interlocutores. Esto desemboca en la privatización de la esfera doméstica y vuelve a las mujeres más vulnerables a la violencia masculina. De esta forma, la comprensión de las causas y efectos de la violencia practicada contra mujeres de determinados grupos, como las mujeres indígenas, pasa por la comprensión de esa reformulación del sistema de género bajo el dominio colonial moderno.

Partiendo de los avances acumulados en materia de derechos humanos de las mujeres y de enfrentamiento de la violencia contra la mujer, en 1995, fue realizada en Beijín, la 4ª Conferencia Mundial de las Mujeres. De ella resultó la aprobación de la *Declaración y Plataforma de Acción de Beijín*, conteniendo un conjunto de objetivos estratégicos y de acciones en 12 áreas prioritarias que sirven como guía para la adopción de medidas jurídicas y políticas por los gobiernos. El concepto de género, que no había aparecido en la Declaración de Viena, fue incorporado transversalmente al texto de la nueva declaración, volviéndose un componente clave tanto de la cualificación de la violencia, sus causas y efectos, como del diseño de las medidas y programas recomendados.

Entre las áreas prioritarias contempladas en la Declaración de Beijín están «La violación contra la mujer» y «Los efectos de los conflictos armados sobre las mujeres» (Ítems D y E del Capítulo IV). En la primera área, algunos puntos de avance o innovación merecen destaque. La declaración reconoce que la violencia refuerza la posición de subordinación de la mujer (§117) y es agravada por presiones sociales, tales como la vergüenza en denunciar, la falta de acceso a la información o a la asistencia jurídica (§118). A su vez, el objetivo de prevenir y eliminar la violencia contra la mujer envuelve una serie de medidas como: la integración de una perspectiva de género a todas las políticas y programas del gobierno, el adecuado entrenamiento de los responsables por su implementación; la adopción de estrategias para impedir la revictimización de las mujeres atingidas (§124, 'g'); y el castigo de los agentes del Estado perpetradores de actos de violencia (§124, 'o').

Finalmente, la Declaración de Beijín reitera el reconocimiento de la gravedad de los actos de violencia sexual practicados en situación de conflicto armado, que violan los principios fundamentales de los derechos humanos y humanitario internacional (§131). El texto refuerza igualmente la especificidad de la práctica de abusos sexuales en esos contextos:

135. Aunque hay comunidades enteras que sufren las consecuencias de los conflictos armados y del terrorismo, las mujeres y las niñas se ven particularmente afectadas a causa de su condición en la sociedad y de su sexo. Las partes en los conflictos a menudo violan a las mujeres con impunidad, utilizando a veces la violación sistemática como táctica de guerra y de terrorismo.

La declaración también reafirma que la violación practicada en el curso de conflictos armados constituye un crimen de guerra y puede conformarse como crimen contra la humanidad y acto de genocidio (§144, 'd'). La consolidación de esta comprensión ocurre en el marco del derecho penal internacional y, particularmente, de la actuación de los tribunales internacionales de Ruanda y la ex Yugoslavia, analizada a continuación.

3. El reconocimiento de la violencia sexual como crimen contra la humanidad

3.1. Los tribunales penales internacionales de Ruanda y de la ex Yugoslavia

En el inicio de la década de los 90, las guerras civiles travadas en Ruanda y en la ex Yugoslavia dejaron un rastro de genocidio y de masivas violaciones contra derechos humanos. Estas violaciones incluyeron la práctica sistemática de violación y otros abusos sexuales contra mujeres y niñas sometidas por las partes en conflicto.

En Ruanda, el conflicto armado entre los Tutsi y los Hutu (que entonces ocupaban el gobierno) tuvo inicio en octubre de 1990, cuando el «Frente Patriótico Ruandés» (FPR), formado por Tutsi exiliados, invadió el país para tratar de tomar el poder. Entre los meses de abril y julio de 1994, el gobierno ruandés, que perdió la guerra al final, perpetró un genocidio contra la etnia Tutsi, que terminó con cerca de 800.000 ruandeses muertos, según datos de la ONU (Chiarotti, 2011, p. 181). Se estima que entre 100 mil y 250 mil mujeres fueron violadas durante los tres meses en que fue practicado el genocidio de 1994 (Cáneves, 2011, p. 96).

A su vez, la guerra de Bosnia-Herzegovina fue gatillada en abril de 1992 por un ataque serbio contra el país, como reacción a su reciente declaración de independencia, después de la desintegración de la antigua Yugoslavia. Diversos factores políticos y religiosos están en la base del conflicto que terminó oficialmente en diciembre de 1995. La guerra dejó un saldo de 97.000 víctimas (65% bosnios musulmanes y 25% serbios) y 1,8 millones de personas desplazadas internas. Entre 1992 y 1995, las fuerzas armadas serbias y croatas ejecutaron un plan de limpieza étnica

que fue reconocido después como genocidio. Entre 22 mil y 44 mil mujeres fueron sistemáticamente violadas por las fuerzas serbias, caracterizando el fenómeno como violaciones en masa (Chiarotti, 2011, pp. 183-184).

De acuerdo con Hagay-Frey, las mujeres fueron violadas repetidas veces y a lo largo de diversos meses, mientras eran mantenidas en «centros de violación». Las violaciones fueron practicadas con el propósito de embarazar forzosamente a las mujeres y así expandir la población serbia. Como afirma la autora, «las mujeres fueron usadas como medio de humillar, de violar y, en última instancia, de intentar y destruir la población entera» (Hagay-Frey, 2011, p. 80).

En 1993 y 1994, el Consejo de Seguridad de la ONU creó, respectivamente, el Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) y el Tribunal Penal Internacional para la ex Yugoslavia (TPIY)³² con poderes para procesar individuos que cometieran crímenes de guerra, genocidio y crímenes contra la humanidad durante los conflictos internos. Los Estatutos de los dos tribunales incluyeron la violación entre los crímenes contra la humanidad que estaban bajo la jurisdicción de cada uno³³. El Estatuto del TPIR previó, aún, en el artículo 4, que el crimen de violación configura una infracción del artículo 3 común a las Convenciones de Ginebra.

Vale destacar que la inclusión de la violación en el Estatuto del TPIY fue fruto de presiones políticas y de la movilización de grupos de mujeres, como la organización *Women in the Law Project* (WILP), que envió una delegación para el lugar del conflicto y publicó un informe, basado en las investigaciones y entrevistas realizadas. El informe recomendó la constitución de un tribunal internacional y la inserción de la violación entre los crímenes internacionales bajo su competencia (Hagay-Frey, 2011, p. 82).

La previsión de la violación como crimen representó un importante avance, pero la capitulación también fue objeto de críticas, sintetizadas por Hagay-Frey en tres problemas principales: i) los Estatutos exigen que la violación haya sido practicada en el contexto de un ataque sistemático y generalizado y como parte de un conflicto armado. En tanto, generalmente, las violaciones cometidas no están directamente ligadas al ataque y muchas veces son esporádicas y no sistemáticas; ii) la violación está enumerada apenas en la lista de crímenes contra la humanidad, no siendo incluida como crimen de guerra ni como acto de genocidio; iii) no hay una definición de crímenes de género en los Estatutos, lo que refleja su valoración como crímenes menores para el derecho internacional (Hagay-Frey, 2011, p. 84).

32. Creados por las resoluciones n° 955 (1994) y n.° 827 (1993) del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

33. Artículo 3 (g) del Estatuto del TPIR y Artículo 5 (g) del Estatuto del TPIY.

Por otra parte, el TPIY dio otro paso significativo al prever, entre las Reglas de Procedimiento y Prueba, reglas especiales aplicables a los casos de crímenes sexuales. Esto fue posible gracias a la apertura del proceso de elaboración de las normas a la participación de organizaciones de derechos humanos y feministas (Copelon, 2011, p. 10).

En primer lugar, el artículo 22 del Estatuto exigió la adopción de reglas para la protección de las víctimas y testigos. En este sentido, la Regla 34 (A) previó la constitución de una unidad para ofrecer asistencia y apoyo a las víctimas y los testigos de crímenes sexuales.³⁴ También hubo una flexibilización del rito de testimonios y especificaciones en la apreciación de las pruebas, como dispone la Regla 96:

En casos de ofensa sexual:

- (i) ninguna corroboración del testimonio de la víctima será requerida;
- (ii) el consentimiento no será admitido como defensa si la víctima:
 - a. está sometida a amenaza o tiene motivo para temer violencia, coacción, detención u opresión psicológica;
 - b. razonablemente acreditó que se no se sometiese, otra persona sería sometida, amenazada o puesta en peligro;
- [...]
- (iv) la conducta sexual anterior de la víctima no será admitida como prueba.

Estas medidas son relevantes para reconocer la credibilidad de los relatos de las víctimas y evitar que sean culpabilizadas o revictimizadas en el proceso, por cuenta del abordaje sexista de operadores y de procedimientos insensibles a la cuestión de género.

También es importante destacar la Regla 34 (B) del TPIY que determina que se considere la «indicación de mujeres calificadas» en el proceso de nominación de funcionarios. Esto muestra como el Tribunal valoró positivamente e incentivó el «involucramiento de mujeres como investigadoras y promotoras en casos de violación y ofensas sexuales» (Hagay-Frey, 2011, p. 87)³⁵. Más allá de la cuestión de representatividad, la presencia de mujeres tuvo un impacto directo en la posibilidad de procesamiento y en la conducción de los casos.

34. Alona Hagay-Frey señala que apesar de la protección ofrecida durante los procedimientos judiciales, las víctimas y testigos no recibieron protección después de finalizados los procedimientos. Muchas retomaron a sus comunidades y debieron convivir con sus agresores. Casos de negligencia en la protección de la identidad y de información que se filtró respecto de los testimonios, también expusieron a las víctimas y llevaron muchas veces a desistir de atestiguar por miedo de lo que podrían sufrir. (Hagay-Frey, 2011, p. 87).

35. En el mismo sentido Copelon: «El movimiento de derechos humanos de las mujeres se movilizó para lograr la elección de juezas, y su presencia ha sido fundamental en el Tribunal Penal Internacional de la ex Yugoslavia» (Copelon, 2011, p. 9).

Esto queda claro en el ámbito del TPIR. No obstante el Estatuto admitiese la persecución penal del delito de violación, la primera serie de acusaciones presentadas no involucraron denuncias relacionadas a la violencia sexual. Incluso con la creciente documentación y visibilidad de los casos de violencia sexual, fruto del trabajo de organizaciones y grupos de derechos humanos, la ausencia inicial de acusaciones por delitos de violación refleja la falta de preparación y de conocimiento del equipo investigador y de la fiscalía responsable, como explica Rhoda Copelon:

Era común, en ese momento, escuchar la aseveración que genocidio es matar, no violar, y que las mujeres que habían sido violadas y habían sobrevivido tenían suerte de no estar muertas. En efecto, Shattered Lives registró que “..hay una amplia percepción entre los investigadores del Tribunal que la violación de alguna manera es un crimen “menor” o “incidental” que no merece ser investigado” (Copelon, 2011, p. 6).

La acusación inicial contra Jean-Paul Akayesu, que fue intendente en Taba en 1993 y 1994 y tuvo participación directa e indirecta en la práctica del genocidio, no contenía ninguna denuncia o pruebas relacionadas a crímenes sexuales. Según Copelon, fue la actuación de la jueza Navanethem Pillay, única mujer del Tribunal que conocía el caso, que permitió seguir las investigaciones y oír testigos sobre las violaciones. La actuación de organizaciones no gubernamentales, incluyendo grupos de mujeres de Ruanda y la presentación de un informe de *amicus curiae*, también fue fundamental para dar visibilidad y presionar al Tribunal por la inclusión de los crímenes sexuales en el proceso de justicia. Esta movilización, sumada a la intervención de la jueza y la toma de nuevas declaraciones de testigos, consiguió provocar la modificación de la acusación para incluir denuncias por crímenes sexuales (Copelon, 2011, pp. 7-8).

El juzgamiento del caso Akayesu constituye un hito porque desembocó en la primera condena internacional por violación y violencia sexual, considerados actos de genocidio. A partir de ahí, el TPIR y TPIY construyeron una jurisprudencia que se tornó referencia en el campo de la judicialización internacional de crímenes sexuales, tanto para otros órganos internacionales como para juzgados nacionales. Para los fines del presente estudio, es posible destacar tres aspectos principales de la jurisprudencia de los dos órganos: i) la definición de violación; ii) la configuración de la violación como crimen de lesa humanidad, genocidio y tortura; iii) la aplicación de reglas específicas de procedimiento y prueba.

Concepto de violación

En el caso Akayesu³⁶, el TPIR rompió con la definición restringida de violación como relación sexual forzada caracterizada por la penetración del pene de un hombre en la vagina de una mujer, tradicionalmente presente en las legislaciones nacionales.³⁷ La sentencia adoptó un concepto amplio de violación, considerada como «una invasión física de naturaleza sexual practicada contra una persona bajo circunstancias coactivas» (§ 688). También entendió que las circunstancias coactivas no exigen el uso de la fuerza física, pero pueden ser demostradas por cualquier forma de amenaza o intimidación y son inherentes a determinados contextos, como conflictos armados y ocupaciones militares.

La sentencia acogió igualmente una definición extendida de violencia sexual, en los siguientes términos:

El Tribunal considera que la violencia sexual, que incluye la violación, es cualquier acto de naturaleza sexual que se comete contra una persona en circunstancias coactivas. La violencia sexual no está limitada a la invasión física del cuerpo humano y puede incluir actos que no implican la penetración ni el contacto físico (§ 688).³⁸

Este reconocimiento amplio de los crímenes sexuales para el derecho internacional ya habían sido objeto de decisión en el TPIY, en el juicio contra Dusko Tadic, en diciembre de 1995.³⁹ No obstante Tadic haya sido acusado inicialmente por el crimen de violación, esas denuncias fueron retiradas por temor de las víctimas y testigos a prestar declaraciones. Al final, fue condenado por otros crímenes sexuales y por la práctica de mutilación sexual. El Tribunal reconoció – por primera vez en una decisión internacional – la extensión de los crímenes sexuales, más allá de la violación. Y como las víctimas de los abusos eran hombres, se reforzó la posibilidad de que tantos hombres como mujeres sean víctimas de crímenes sexuales, entendidos como crímenes de género (Hagay-Frey, 2011, p. 89).

En este punto, aunque las dimensiones de violencia sean dirigidas a hombres y a mujeres, es importante destacar que se hace de forma diferente en cada caso. Las jerarquías de género, pautadas por la inferiorización de

36. Caso No ICTR-96-4-T. *Fiscal vs. Jean Paul Akayesu*. Sentencia de 2 de septiembre de 1998.

37. En los términos de la sentencia: «La Sala opina que la violación es un tipo de agresión y que los elementos centrales del delito de violación no se pueden capturar en una descripción mecánica de objetos y partes del cuerpo» (§597).

38. La acusación hizo referencia explícita al desnudo forzado como forma de agresión sexual, lo que supuso un reconocimiento de la gravedad de este tipo de abusos y de los sufrimientos psicológicos que causa a la víctima, aunque no exista daño físico (Hagay-Frey, 2011, p. 98).

39. TPIY. Case No. IT- 94-1-T. *Fiscal vs. Tadic*. Sentencia de 14 de diciembre de 1995.

las identidades tenidas como femeninas, demarcan la especificidad de la violencia sexual practicada contra cuerpos femeninos o feminizados: tanto las causas como las modalidades, y las consecuencias de la violencia, son diversas.

Después de la decisión paradigmática del TPIR contra Jean-Paul Akayesu, en diciembre de 1998, el TPIY juzgó el caso Furundzija⁴⁰ y firmó una nueva definición, más acotada, de violación, que fue incorporada por otros tribunales y normativas de ahí en adelante, inclusive por el propio TPIR. La sentencia condenó a «Anto Furudzija, un Croata bosnio, que fue comandante de la unidad ‘Jokers’ (Consejo de Defensa croata), por haber detenido y torturado civiles musulmanes. Entre ellos una mujer que fue violada de manera repetida por sus subordinados» (Chiarotti, 2011, p. 184).

En la sentencia, la Sala de Primera Instancia definió la violación a partir de los siguientes elementos objetivos:

185. [...] (i) la penetración sexual, por más mínima que sea: (a) de la vagina o el ano de la víctima por el pene del perpetrador o cualquier otro objeto usado por el perpetrador; o (b) de la boca de la víctima por el pene del perpetrador;
(ii) por medio de la coacción, la fuerza o la amenaza de fuerza contra la víctima o un tercero.

Esta definición de violación pasó a ser adoptada ampliamente por la jurisprudencia de los dos Tribunales. En el juzgamiento contra Laurent Semanza, el 15 de mayo de 2003, el TPIR expresó su convencimiento cuanto a la definición de violación aprobada por la TPIY, que pasó a seguir. No obstante, aclaró que otros actos de violencia sexual que no atendiesen a esa definición estrecha podrían ser imputados como otros crímenes contra la humanidad de la competencia del Tribunal, como tortura y esclavitud (§ 345).

La violación como crimen contra la humanidad y otros crímenes internacionales

En el caso Akayesu, la violación fue encuadrada por el TPIR como crimen de lesa humanidad, una vez atendidos los cuatro elementos esenciales para la configuración de esta categoría de crimen: i) acto inhumano que causa grave sufrimiento o daño a la salud física o mental; ii) parte de un ataque generalizado o sistemático; iii) cometido contra miembros de una

40. TPIY. Caso Nº IT-95-17/1-T. *Fiscal vs. Anto Furundzija*. Sentencia de 10 de diciembre de 1998.

población civil; iv) con fundamento discriminatorio⁴¹. El Tribunal también consideró que la violación y la violencia sexual fueron actos constitutivos del genocidio, en la medida que se cometieron con el propósito de destruir, en parte o por completo, un grupo específico. Al respecto dispone la sentencia:

731. [...] Estas violaciones llevaron a la destrucción física y psicológica de las mujeres Tutsi, de sus familias y sus comunidades. La violencia sexual fue una parte integral del proceso de destrucción, al haber estado dirigido hacia las mujeres Tutsi y al haber contribuido específicamente con su destrucción y con la destrucción del grupo Tutsi en su totalidad.⁴²

En el ámbito del TPIY, la violación fue considerada un crimen contra la humanidad, conforme lo previsto en el Estatuto, y también una violación a la Convención de Ginebra de 1949 y a los Protocolos Adicionales de 1977. Este punto de vista fue desarrollado en el juicio contra Furundzija, ocasión en que el Tribunal también reiteró que las normas penales internacionales castigan no sólo la violación, sino cualquier agresión sexual grave que no llegue a constituir penetración.

En el juicio contra Kunarac y otros oficiales⁴³, en febrero de 2001, el TPIY se posicionó sobre el requisito de sistematicidad de la violación como crimen contra la humanidad. El Tribunal entendió que el ataque, y no los actos individuales de los acusados, deben ser generalizados y sistemáticos⁴⁴. Como consecuencia, la sentencia afirma que «(...) Un simple acto puede, por consiguiente, ser considerado un crimen contra la humanidad si tiene lugar en un contexto relevante». Esta precisión conceptual tiene importancia para

41. Sobre el crimen contra la humanidad, dispone la sentencia: «578. (...) (i) el acto debe ser inhumano en naturaleza y carácter, causar sufrimiento grave o daños graves a la salud física o mental; (ii) el acto debe cometerse como parte de un ataque generalizado o sistemático; (iii) el acto debe cometerse contra miembros de una población civil; (iv) el acto debe cometerse sobre una o más bases discriminatorias, a saber, bases nacionales, políticas, étnicas, raciales o religiosas». En el juicio contra Laurent Semanza, el 15 de mayo de 2004, el TPIR aclaró los requisitos para la configuración de la violación como crimen contra la humanidad. Aclaró lo que se define como ataque, el requisito de que sea generalizado o sistemático, lo que se entiende por población civil, los motivos discriminatorios y el elemento intencional del crimen, que exige que el acusado haya actuado con conocimiento del contexto más amplio del ataque. (Chiarotti, 2011, p. 198).

42. Más adelante afirma: «732. (...) Como parte de la campaña propagandística dirigida a movilizar a los Hutu contra los Tutsi, se presentaba a las mujeres Tutsi como objetos sexuales. (...) Esa representación de la identidad étnica dotada de sexo ilustra gráficamente que las mujeres Tutsi eran objeto de violencia sexual porque eran Tutsi. La violencia sexual fue un paso en el proceso de destrucción del grupo Tutsi: destrucción del espíritu, del deseo de vivir y de la vida misma.»

43. TPIY. Caso N° IT-96-23-T e IT-96-23/1-T. *Fiscal vs. Dragoljub Kunarac, Radomir Kovac y Zoran Vukovic – Foca*. Sentencia de 22 de febrero de 2001.

44. En el mismo sentido, en el caso *Vukovar Hospital* de septiembre 2007, el Tribunal consideró que el acto criminoso no precisa estar en medio del ataque, basta probar su conexión dentro del contexto geral de la acción represiva.

los casos latinoamericanos, como se verá en el análisis de la jurisprudencia argentina, que ha aplicado esta forma de conceptualizarlos.

Cuando se juzgó oficiales de las fuerzas armadas bosnias que trabajaban en el campo de prisioneros Celebici⁴⁵, el TPIY estableció criterios sobre los cuales la violación y otras formas de violencia sexual constituyen delito de tortura.⁴⁶ En este caso, visto en noviembre de 1998, el Tribunal recurrió a decisiones de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y de la Corte Europea de Derechos Humanos sobre la cuestión de la violación como tortura. Decidió, al final, que es inherente a situaciones de conflicto armado que la violación haya sido practicada por funcionarios públicos o con su aquiescencia y que tenga el propósito de servir como «castigo, coerción, discriminación e intimidación» (§ 495). Cumpliendo con este criterio, la violación constituye tortura.

El TPIR, en el juicio contra Akayesu, también equiparó la práctica de la violación a la tortura en el contexto del conflicto armado:

597. [...] Al igual que la tortura, la violación se usa para propósitos como la amenaza, la degradación, la humillación, la discriminación, el castigo, el control o la destrucción de una persona. Como la tortura, la violación es una violación de la dignidad personal y la violación, en efecto, constituye una tortura cuando la comete un funcionario público u otra persona con un puesto oficial o instiga a alguien para que la cometa o da su consentimiento.

En ese momento, la consideración de la violencia sexual como tortura fue una victoria para las organizaciones feministas que buscaban que los crímenes sexuales fuesen tratados con el mismo peso y gravedad.⁴⁷ A ese respecto, es contundente el relato de Rhonda Copelon que participó en el TPIY:

la preocupación de las feministas no se satisface por la simple inclusión de la violación y la violencia sexual; la cuestión de cómo se incorpora en la acusación es igualmente importante. ***Estábamos preocupadas e interesadas por que la violencia sexual se reconceptualizara como una forma de tortura***, y no como un tratamiento humillante y degradante, o incluso como infracción grave por infligir deliberadamente gran daño y sufrimiento. (Copelon, 2011, p. 11).

45. TPIY. Caso n° IT-96-21-T. *Fiscal vs. Zejnil Delalic, Zdravko Mucic alias "Pavo", Hazim Delic, Esad Landzo alias "Zenga" (Celebici)*. Sentencia de 16 de noviembre de 1998.

46. Según Hagay-Frey, «fue la primera vez que la violación fue reconocida como tipo de tortura y una ofensa primaria en una acusación, en vez de una ofensa secundaria en relación a crímenes más graves» (Hagay-Frey, 2011, p. 90).

47. Esa evaluación de las organizaciones feministas es relevante para el debate actual al respecto de la calificación de la violación como crimen autónomo o subsumido al delito de tortura. Este debate será retomado más adelante.

Reglas específicas de procedimiento y prueba

La sentencia del caso Akayesu reconoce la responsabilidad mediata del acusado bajo el argumento de que, más allá de cualquier duda razonable, él tenía razones para saber y de hecho sabía de la práctica de violaciones en el predio de la comuna. Como prueba, el TPIR consideró los testimonios de mujeres que sufrieron y/o presenciaron los actos de violencia sexual y afirmaron que Akayesu estaba presente y veía lo que pasaba. Teniendo conocimiento de lo que ocurría, el comandante no tomó ninguna providencia para evitar o castigar los responsables. Por el contrario, las evidencias mostraron que el acusado ordenó, instigó y conspiró para la práctica de los actos de violencia sexual de la (§§ 452 y 460 de la sentencia).

En el caso Kunarac, el TPIY se manifestó sobre la cuestión del consentimiento de la víctima en el delito de violación y otras tesis de defensa. La sentencia estableció reglas claras para evaluar el consentimiento de las víctimas: consideró que debe ser analizado bajo las circunstancias en que ocurrieron los hechos; no puede ser invocado como defensa de los acusados; y la falta de consentimiento no es un elemento del delito de violación, ya que la coacción invalida la manifestación libre y voluntaria de la víctima.⁴⁸ El TPIY aplicó aun en ese caso, el criterio de la Regla 96, de acuerdo con el cual la conducta sexual previa de la víctima no puede ser admitida como prueba.

Igualmente, la regla 96 fue aplicada por el TPIY en los casos Tadic y Celibici para fundamentar la tesis de que los relatos de las víctimas de crímenes sexuales poseen la misma credibilidad que las declaraciones de víctimas de otros delitos. Según las sentencias, el derecho negó por mucho tiempo la «presunción de igual fiabilidad» a las víctimas de agresiones sexuales. Desde esa perspectiva, el Tribunal hizo valer la regla de que no debe solicitarse a las víctimas de crímenes sexuales la corroboración de sus declaraciones (Chiarotti, 2011, p. 214).

La credibilidad del testimonio de las víctimas también fue enfrentada por el TPIY en el juicio contra Furundzija. En este caso, el Tribunal validó las declaraciones de una víctima que sufría de stress post-traumático, contra los intentos de la defensa por impugnar la validez de dicho relato como prueba, bajo el argumento de que la memoria de la víctima estaba

48. La idea de que el consentimiento es imposible en cualquier situación de conflicto armado fue reafirmada por el TPIR en el juicio de los casos contra Laurent Semanza y contra Mikaeli Muhimana.

bloqueada por el trauma (Hagay-Frey, 2011, p. 91).⁴⁹ Como bien demostró Rhonda Copelon, todos estos procesos contaron con actuación cautelosa de abogadas y activistas feministas, que presentaron *amicus curiae* y presionaron al Tribunal a seguir las medidas de protección sensibles al género (Copelon, 2011, p. 12).

Pese a los avances, no se alcanzó un «proceso integral de incorporación del género» (Copelon, 2011, p. 12). En este aspecto, la actuación de TPIR recibió diversas críticas. Como vimos, hubo una resistencia inicial a procesar los crímenes sexuales, y el saldo final también fue una baja judicialización de los mismos. Para Hagay-Frey, esa deficiencia del proceso de justicia se explica, al menos parcialmente, por la ausencia de una preocupación del Tribunal en integrar procedimientos sensibles a la cuestión de género. Por ejemplo, diferente del TPIY, el TPIR no incentivó la presencia de mujeres como investigadoras o traductoras de las declaraciones de las víctimas (Hagay-Frey, 2011, p. 101).

3.2. El Estatuto de Roma y la Corte Penal Internacional

La jurisprudencia del TPIR y del TPIY ejerció una influencia decisiva sobre la codificación de la violencia sexual en el Estatuto de Roma, que en 1998 creó la Corte Penal Internacional (CPI). En particular, durante los trabajos preparatorios, la actuación del colectivo «Caucus» de Mujeres por la Justicia de Género fue fundamental para garantizar la incorporación de una perspectiva de género al Estatuto.

Al principio, de acuerdo con Copelon, los objetivos del colectivo eran dos: i) codificar una gama de crímenes sexuales, contemplados en la lista de crímenes bajo jurisdicción de la CPI y considerados como crímenes en sí, y no constitutivos de otros; ii) incorporar el entendimiento de la violencia sexual también como constitutiva de otros crímenes, como tortura, genocidio y esclavitud (2011, pp. 13-14). Para Copelon, las dos demandas eran necesarias debido a la tendencia histórica de considerar los crímenes sexuales como crímenes de segundo orden. Explica la misma autora:

La diferencia se expresa en relación a los elementos que deben ser probados, la pena que se impone, y la importancia cultural de comprender la violencia contra la mujer, tratando la violación como tortura mas que como tratamiento humillante. Así que ***necesitábamos insistir***, como una cuestión de principio de no discriminación, ***que la violencia contra la mujer fuera constitutiva***

49. Pese a la decisión acertada, el Tribunal fue criticado por no respetar la privacidad de la víctima al conceder a la defensa del acusado acceso a sus registros médicos. (Hagay-Frey, 2011, p. 93).

de cualquiera de los crímenes reconocidos siempre que cumpliera con los requisitos, al mismo tiempo que era necesario nombrar específicamente los crímenes de violencia sexual. (Copelon, 2011, p. 14) (grifos acrecidos)

Los dos objetivos fueron alcanzados, en lo que el Estatuto de Roma representa un gran avance. Así, el artículo 7º del Estatuto incluyó como crímenes contra la humanidad una relación no exhaustiva de actos de violencia sexual:

Artículo 7

Crímenes contra la Humanidad

1. A los efectos del presente Estatuto, se entenderá por «crimen de lesa humanidad» cualquiera de los actos siguientes cuando se cometa como parte de un ataque generalizado o sistemático contra una población civil y con conocimiento de dicho ataque:

g) Violación, esclavitud sexual, prostitución forzada, embarazo forzado, esterilización forzada o cualquier otra forma de violencia sexual de gravedad comparable;

En la caracterización de los crímenes contra la humanidad, es particularmente relevante que haya sido admitida su practica tanto por agentes públicos como por agentes privados. Esto porque como resalta Copelon, las mujeres son frecuentemente víctimas de violencia no estatal – en tiempos de paz y de guerra – agravada por la negligencia del Estado en investigar y castigar los agresores (Copelon, 2011, p. 15).

Entre los crímenes contra la humanidad, es importante destacar también la inclusión de la persecución de un grupo o colectividad por motivo de género (artigo 7º, (1), 'h'). La inclusión de la palabra «género» y la previsión de la discriminación basada en el género (y no en el sexo) venció la resistencia de sectores religiosos y conservadores y fue una victoria importante de las militantes feministas, volviéndose, según Copelon «una de las protecciones más importantes de la justicia de género» (2011, p. 16). Más adelante, el mismo cuerpo legal aclara lo que se entiende por «género»: «el término 'género' abarca los sexos masculinos y femenino, dentro del contexto de la sociedad, no debiendo ser atribuido a éste ningún otro significado» (artículo 7º (3)). Esta definición fue fruto de una intensa negociación con el Vaticano y los países islámicos, y puede resultar problemática en la medida en que permite una vinculación del entendimiento del género a las perspectivas culturales de cada sociedad (Castilho, 2005)⁵⁰.

50. Desde otra perspectiva, Copelon indica que «las palabras 'en el contexto de una sociedad' fue intencionalmente explicitado para incorporar la concepción sociológica de la construcción de los géneros». (2011, p. 16).

El artículo 8º contiene una lista semejante de crímenes sexuales previstos como crímenes de guerra, tanto en el ámbito de los conflictos internacionales (artículo 8º (2), 'b', xii) como de conflictos que no tienen un carácter internacional (artículo 8º (2), 'e', vi). A su vez, en la definición del crimen de genocidio, el Estatuto de Roma incluye la «imposición de las medidas destinadas a impedir nacimientos en el seno del grupo [nacional, racial o religioso]», con la intención de destruirlo en todo o en parte (artículo 6º, 'd').

Los crímenes sexuales fueron incorporados, por lo tanto, de forma amplia, como crímenes especialmente graves frente al derecho internacional y que, por esto, son imprescriptibles (artículo 24) y acarrean la responsabilidad criminal individual de los perpetradores (artículo 25). También es admitida la responsabilidad de los jefes militares y otros superiores jerárquicos, cuando se satisfacen las condiciones previstas por el artículo 28 del Estatuto.

Como medio auxiliar para la interpretación y aplicación de los artículos que listan los crímenes bajo su jurisdicción, la CPI aprobó el documento llamado «Elementos de los crímenes», que contiene una descripción de los elementos constitutivos de los crímenes previstos en los artículos 6, 7 y 8 del Estatuto de Roma. Los elementos del crimen de violación son definidos en los siguientes términos:

1. Que el autor haya invadido el cuerpo de una persona mediante una conducta que haya ocasionado la penetración, por insignificante que fuera, de cualquier parte del cuerpo de la víctima o del autor con un órgano sexual o del orificio anal o vaginal de la víctima con un objeto u otra parte del cuerpo.
2. Que la invasión haya tenido lugar por la fuerza, o mediante la amenaza de la fuerza o mediante coacción, como la causada por el temor a la violencia, la intimidación, la detención, la opresión psicológica o el abuso de poder, contra esa u otra persona o aprovechando un entorno de coacción, o se haya realizado contra una persona incapaz de dar su libre consentimiento.
3. Que la conducta se haya cometido como parte de un ataque generalizado o sistemático dirigido contra una población civil.
4. Que el autor haya tenido conocimiento de que la conducta era parte de un ataque generalizado o sistemático dirigido contra una población civil o haya tenido la intención de que la conducta fuera parte de un ataque de ese tipo.

Siguiendo la definición creada al interior de la jurisprudencia del TPIY y del TPIR, el Estatuto de Roma incorpora la concepción de que la violación no se limita a la penetración vaginal, sino que también abarca la penetración del órgano sexual en cualquier parte del cuerpo de la víctima, o la violación anal o vaginal de la víctima con cualquier objeto o parte del cuerpo del agresor. La ampliación del concepto de la violación reconoce que tanto las víctimas como los agresores pueden ser hombres o mujeres.

Las Reglas de Procedimiento y Prueba de la CPI⁵¹ traen consigo principios específicos aplicables a los casos de violencia sexual. La regla 70 establece que el consentimiento no puede ser inferido a partir de ninguna palabra o conducta de la víctima, cuando ella no podría dar su consentimiento libre y genuino porque está sometida a una situación de uso o amenaza de la fuerza o a circunstancias coercitivas. El silencio o falta de resistencia de la víctima tampoco constituye consentimiento. Asimismo, la Regla 71 no admite que la conducta sexual previa o posterior de la víctima o testigos sean alegadas como prueba.

Otras demandas del «Caucus» de Mujeres en el proceso de negociación del Estatuto de Roma estaban dirigidas a los procedimientos de la CPI, considerando la participación de las mujeres y la protección de las víctimas y testigos de crímenes sexuales. Tomando como ejemplo las experiencias de los tribunales penales *ad hoc*, en los cuales la presencia de mujeres como juezas e investigadoras fue crucial para el avance de los casos sobre violencia sexual, el Estatuto de Roma también cuidó de la composición de la CPI y de la procuraduría. Para la selección de jueces se estipula que debe considerarse tanto una composición justa en términos de género, como la presencia de jueces especializados en ciertas materias, entre ellas la violencia contra mujeres (artículos 36 (8) 'a', iii y 36 (8) 'b').

Las mismas exigencias se aplican para la indicación del personal de la Procuraduría y la secretaría (artículo 44 (2)). En la procuraduría, en particular, el Estatuto prevé que deben ser nominados/as asesores/as jurídicos/as especializados/as en violencia sexual de género (artículo 42 (9)). Además, la actuación de la Procuraduría en la investigación y en el procedimiento criminal debe considerar «los intereses y la situación de las víctimas y testigos», incluyendo el género, así también, la naturaleza del crimen, particularmente cuando envuelva violencia sexual (artículo 54 (1) 'b').

En relación a las medidas de protección, el artículo 43 (6) prevé la creación de una Unidad de Protección a Víctimas y Testigos, y dispone

51. Aprobadas en septiembre de 2002.

que la unidad «incluira personal especializado para atender las víctimas de traumas, especialmente los relacionados con crímenes de violencia sexual.» A su vez, el artículo 68 trata de la «Protección de las Víctimas y Testigos y su Participación en el Proceso» e incluye medidas relativas a la garantía de seguridad, bien estar físico y psicológico, dignidad y vida privada, en particular cuando la naturaleza del crimen envuelva agresiones sexuales y violencia de género (artículo 68 (1)). El artículo también posibilita hacer excepciones respecto del carácter público de las audiencias, especialmente en el caso de víctimas de violencia sexual (artigo 68 (2)). En este mismo sentido, cabe al juez instructor proteger y respetar la privacidad de víctimas y testigos (artigo 57(3) 'c')⁵².

Las Reglas de Procedimiento y Prueba de la CPI también refuerzan la necesidad de adoptar medidas sensibles al género para facilitar la participación y testimonio de las víctimas de violencia sexual en todas las etapas del proceso (Regla 16, (1), 'd' e Regla 17, (2), 'b', iii)⁵³. El reglamento dispone incluso, a semejanza de las Reglas del TPIY, que no se exija la corroboración de las declaraciones de las víctimas para comprobar el crimen, principalmente de víctimas de violencia sexual (Regla 63, (4)).

Por todos estos avances la CPI se ha constituido como referencia sobre justicia de género, así señala Ela Wiecko V. de Castilho:

La CPI es actualmente uno de los mecanismos más desarrollados en materia de justicia de género, pues incorpora (a) una definición de género, (b) el principio de la no-discriminación basada en género, (c) normas de procedimiento y prueba, protección y participación en relación a las víctimas y testigos de crímenes de violencia sexual, y (d) criminaliza en nivel internacional la violencia sexual y de género (Castilho, 2005).

Finalmente, en la jurisprudencia de la CPI, pocos casos relacionados a la práctica de crímenes sexuales tuvieron desarrollo. Según Baltasar Garzón, los primeros casos de investigación sobre violencia sexual en el ámbito de la CPI guardaban relación con la República Democrática del Congo (RDC), donde, según estima la ONU, más de 40.000 mujeres y niñas fueron violadas durante la guerra civil. Garzón relata que, hasta el año 2012, dos

52. Las Reglas de Prueba y Procedimiento de la CPI disponen que, teniendo en cuenta que las violaciones a la privacidad amenazan la seguridad, las Salas de la CPI deben tener cuidado con la forma de interrogar a las víctimas y testigos, de modo que se evite cualquier intimidación, especialmente debe prestarse atención a las víctimas de violencia sexual (Regla 88 (5)).

53. De forma complementaria, la Regra 88 (1) prevee que pueden ser adoptadas medidas especiales, por ejemplo, para facilitar el testimonio de víctimas traumatizadas o víctimas de violencia sexual.

casos contaban con decisiones que confirmaban las acusaciones, contando con evidencia suficiente sobre práctica de violación y esclavitud sexual⁵⁴.

El 21 de marzo del 2016, la CPI reconoció y condenó, por primera vez la violación como crimen de guerra, en el juicio del ex presidente de la RDC, Jean-Pierre Bemba Gombo, que se inició en 2010 y oyó más de 77 testigos. Como apunta Vanesa Oliveira de Queiroz, la violación fue considerada arma de guerra:

En particular, fue de gran relevancia la posición adoptada por los jueces en el sentido de identificar los actos de violación cometidos por el MLC [Mouvement de Libération du Congo] en aquel contexto como arma de guerra, encuadrándolos en el artículo 8, ítem “e”, línea “vi”, del estatuto de la CPI (...). En efecto, los jueces fueron categóricos al destacar que las evidencias colectadas demostraron que los violadores poseían motivaciones específicas y objetivos claros para cometer los actos. Esto porque algunos de los soldados del MLC consideraban las víctimas como “botín de guerra”, que les pertenecen por haber derrotado al enemigo. Las agresiones sexuales también eran reconocidas por los perpetradores como instrumento capaz de desestabilizar, humillar y castigar simpatizantes de los grupos opositores (Queiroz, 2016).

Los jueces también reforzaron el entendimiento de que tanto mujeres como hombres pueden ser víctimas y perpetradores del crimen y que la violación abarca no sólo la penetración vaginal y anal, sino también la penetración oral. La decisión unánime tomada por la Cámara de Juzgamiento II, bajo la presidencia de la jueza brasileña Sylvia Steiner, consideró que el acusado tenía suficiente poder y control sobre sus subordinados y falló en no interrumpir la práctica de los crímenes (Queiroz, 2016).

Por fin, es importante registrar que la situación colombiana relacionada a la práctica de actos de violencia sexual en el marco del conflicto armado interno es el objeto de acompañamiento de la CPI. En informe de noviembre de 2012, la CPI consideró grave la situación del país, teniendo en vista la gran escala de los crímenes y la elevada impunidad, y recomendó la priorización en la investigación de los casos de delitos sexuales (CPI, 2012). En refuerzo al alerta, en 2015, el ECCHR (*European Center for Constitutional and Human Rights*) y las organizaciones colombianas

54. Según Garzón, el caso más avanzado era la investigación contra Germain Katanga “Simba” y Mathieu Ngudjolo Chui, dos líderes guerrilleros de la RDC acusados de violar y forzar mujeres a la esclavitud sexual en Bororo, en el año 2003. El caso estaría en fase de juzgamiento desde noviembre de 2009. El segundo caso que recibió decisión de confirmación de las acusaciones fue el caso Lubanga, en el cual, entre tanto no hubo condena por crímenes sexuales, pese haber sido solicitado por el fiscal (Garzón, 2012, p. 458).

Sisma Mujer (Sisma) y *Colectivo de Abogados José Alvear Restrepo* (CAJAR) presentaron una Comunicación a la CPI, en la cual instan la Fiscalía a realizar una investigación exhaustiva contra los máximos dirigentes del Estado colombiano. Las organizaciones analizan 36 casos de violencia sexual y concluyen que no son actos aislados, sino que parte de la estrategia de las Fuerzas Armadas, configurándose como crímenes contra la humanidad. A pesar de la gravedad, la impunidad de los altos mandos militares es casi absoluta (ECCHR; Sisma; CAJAR, 2015).

4. Participación de las mujeres y transversalización de la perspectiva de género

Las experiencias de los tribunales penales internacionales (TPIR, TPIY y CPI) muestran que la presencia de mujeres y especialistas en género como juezas, investigadoras o como abogadas y activistas tiene un impacto decisivo en la conducción de casos y en la adopción de reglamentos específicos relacionados a crímenes sexuales.⁵⁵ En tanto, por mucho tiempo, la importancia de la participación de mujeres en los órganos y procesos decisorios fue relegada en el ámbito del derecho internacional y de la justicia transicional.

Históricamente, el derecho internacional se organizó como un campo fuertemente masculino y masculinizado, pautado en la exclusión sistemática de las mujeres de los espacios de toma de decisión. Hagay-Frey apunta que esta exclusión tiene raíces en la propia estructura del derecho internacional, enfocada en Estados y organizaciones, aparatos en los cuales las mujeres están, en regla, ausentes de las posiciones de poder. Se suma a esto la pretensión de neutralidad y universalidad ostentada por el derecho internacional, que ignora como las normas impactan de formas diferentes sobre hombres y mujeres (Hagay-Frey, 2011, p. 12). En el ámbito de las políticas transicionales adoptadas en sociedades post conflicto, la marginalización de las mujeres es aún más demarcada, como explica Christian Bell:

[...] declarar la guerra y negociar acuerdos de paz son ambos asuntos predominantemente masculinos. **Los procesos que producen mecanismos contemporáneos de justicia transicional tienden a ser negociados por protagonistas estatales y no estatales del conflicto y mediadores internacionales que son aplastantemente hombres.** Los procesos de negociación también son basados en

55. En ese sentido, afirma Christian Bell: «The improved sensitivity of the ICTY and ICTR processes to the concerns of women has been attributed to the greater representation of women on the staff of those bodies while the significant developments secured in the Rome Statute have been attributed to the considerable feminist mobilization around its drafting» (Bell, 2007, p. 30).

el género en un nivel más profundo, en que ellos típicamente se enfocan en el alto el fuego seguido por complejas divisiones de poder entre grupos divididos por medio de arreglos electorales y gubernamentales innovadores y/o divisiones de territorio. Asuntos que lidian con cuestiones subyacentes a la discriminación, dominación y mejorías de la seguridad física, social y jurídica, particularmente en relación al género, son frecuentemente tratadas como secundarias, o a veces directamente ignoradas. (Bell, 2007, p.25) (traducción libre) (realce adicionado)

Incluso siendo directamente afectadas por el conflicto – tanto en la condición de víctimas que sufren violaciones específicas ligadas al género, como en la condición de sobrevivientes, muchas veces obligadas a asumir el papel de jefes de familia – las mujeres no son llamadas a participar de esas mesas de negociación. No son consultadas sobre sus experiencias y necesidades, ni sobre las medidas prioritarias o sobre los rumbos a tomar.

En reacción a ese escenario, fueron las propias mujeres que pasaron a reivindicar el derecho de participar de los procesos de paz y de la definición y conducción de las políticas postconflicto. Por un lado, se defiende que solamente con la participación de las mujeres es posible responder de forma adecuada a las necesidades específicas de género que ellas vivencian durante y después de los conflictos. Por otro lado, experiencias históricas también muestran como las perspectivas de las mujeres ofrecen otras visiones sobre cual debe ser el foco del proceso de retomada de paz. De acuerdo con Bell, mientras las negociaciones lideradas por hombres privilegian la cuestión del militarismo, la actuación de mujeres puede conducir a una priorización de aspectos socioeconómicos, por ejemplo (Bell, 2007, pp. 30-31).

Es necesario destacar dicha constatación no para refuerzar características esencializadas de mujeres, pero para demostrar como la pluralidad de perspectivas de grupos socialmente diversos permite avanzar en la democratización del campo de la justicia transicional. O sea, no se debe extraer de ahí que la presencia de las mujeres en la política se justifica por inducir supuestos atributos femeninos naturalizados, los cuales reafirman estereotipos de género, como aquellos de la mujer conciliadora y cuidadora. Lo que se defiende es ampliar las miradas y las voces de los/las participantes de esos procesos, en atención incluso a la heterogeneidad entre las mujeres y grupos de ellas.

Para Christian Bell, la importancia de la representatividad no reside a penas en la inclusión de las mujeres, sino en el potencial de la transformación feminista de la propia agenda política internacional. Según la autora, «La esperanza es que, al cambiar los jugadores, la naturaleza del juego también cambie, entonces permitiendo que un conjunto nuevo de prioridades salga a

la luz» (Bell, 2007, p. 30). O sea, la demanda por la presencia de las mujeres va más allá de una perspectiva liberal que considera suficiente la garantía de igual oportunidad de acceso a los espacios y estructuras de poder. Es necesario cuestionar la propia moldura masculina de tales estructuras y considerar que los hombres parten de un estatus diferenciado y de una posición de habla privilegiada.

Hagay-Frey también resalta que la especificidad de la voz de las mujeres y de sus puntos de vista puede operar un cambio sustantivo en el derecho internacional en el sentido de exponer sus silencios y sus sujetos periféricos.⁵⁶ En este sentido, la inclusión de las mujeres en los procesos de construcción y deliberación de la justicia transicional es un «acto político que integra la lucha por el cambio de la estructura jerárquica de poder de la sociedad» (Hagay-Frey, 2011, p. 15).

En la ruta de la movilización feminista por representatividad, sólo a partir de mediados de los 1990' el derecho internacional pasó a considerar la importancia de la participación de las mujeres y de la incorporación de una perspectiva de género a los procesos políticos postconflicto. Al abordar el tema «La mujer y los conflictos armados», la Declaración de Beijín (1995) trae el siguiente balance:

134. La igualdad de acceso a las estructuras de poder y la plena participación de las mujeres en ellas y en todos los esfuerzos para la prevención y solución de conflictos son fundamentales para el mantenimiento y fomento de la paz y la seguridad. Aunque las mujeres han comenzado a desempeñar una función importante en la solución de conflictos, en el mantenimiento de la paz y en los mecanismos de defensa y de relaciones exteriores, siguen estando insuficientemente representadas en los niveles de adopción de decisiones. Para que las mujeres desempeñen en pie de igualdad una función en la tarea de lograr y mantener la paz, deben alcanzar responsabilidades políticas y económicas y estar representadas debidamente en todos los niveles del proceso de adopción de decisiones.

A partir de ese diagnóstico, la Declaración prevé como objetivo estratégico el aumento de la participación de las mujeres en la toma de decisiones para la solución de conflictos armados y recomienda la adopción de medidas en ese sentido (§142, 'a' e §144, 'c'). También se indican medidas para integrar una perspectiva de género a los procesos

56. En este punto, según Hagay-Frey, como expresión de la voz diferente de las mujeres, se demuestra empíricamente que las mujeres tienden a apoyar iniciativas de paz, protección ambiental y servicios sociales más que los hombres (Hagay-Frey, 2011, p. 15).

de solución de conflictos, así como garantizar la preparación de órganos responsables para tratar cuestiones relacionadas al género, proveyendo una formación adecuada a magistrados, promotores y demás funcionarios judiciales (§142, 'a', 'b' e 'c').

De forma más amplia, la Declaración de Viena de 1993 ya había previsto que la igualdad y los derechos de la mujer deberían «integrarse en las principales actividades de todo el sistema de las Naciones Unidas». Esto implica una transversalización de la perspectiva de género, de modo que no se limite apenas a los instrumentos específicos de protección de las mujeres, sino que sea aplicada a todos los textos generales de derechos humanos. Esta integración transversal es impulsada por la Declaración de Beijing de 1995 que proclama la necesidad de una «inclusión activa y visible» del enfoque de género en todos los programas y políticas de la ONU. Es importante destacar que la transversalidad no excluye, sino complementa la necesidad de mecanismos especiales direccionados a garantizar los derechos de las mujeres (Tramontana, 2011, p. 146).

En los años 2000, el Consejo de Seguridad de la ONU aprobó un conjunto de resoluciones sobre el tema «Mujeres, Paz y Seguridad». La Resolución 1325, aprobada el 31 de octubre de 2000, tiene como objetivo principal aumentar la participación de las mujeres en todas las etapas de los procesos de paz, especialmente en las instancias decisorias, como expresa su preámbulo:

Reafirmando el importante papel que desempeñan las mujeres en la prevención y solución de los conflictos y en la consolidación de la paz, y subrayando la importancia de que participen en pie de igualdad e intervengan plenamente en todas las iniciativas encaminadas al mantenimiento y el fomento de la paz y la seguridad, y la necesidad de aumentar su participación en los procesos de adopción de decisiones en materia de prevención y solución de conflictos.

En este aspecto, insta a los Estados Miembros a aumentar la representatividad de las mujeres en los espacios decisorios de las instituciones y mecanismos nacionales, regionales e internacionales que lidian con la gestión, prevención y solución de conflictos.

La Resolución 1325/2000 también reconoce la necesidad urgente de incorporar una perspectiva de género en las operaciones de mantención de paz, envolviendo el apoyo a las actividades de tratamiento o de capacitación destinadas a desarrollar una sensibilidad a las cuestiones de género, para

así considerar las necesidades especiales de las mujeres y niñas en la reintegración y rehabilitación postconflicto.

En los años siguientes, nuevas resoluciones del Consejo de Seguridad reforzaron el importante papel de las mujeres en la prevención y solución de conflictos y reconocieron la persistencia de obstáculos a la participación de las mujeres, lo que impacta negativamente en el objetivo de consolidación de la paz. Estas son: Resolución 1820, de 19 de junio de 2008; Resolución 1888, de 30 de septiembre de 2009; Resolución 1960, de 16 de diciembre de 2010; la Resolución 2106, de 24 de junio de 2013.

Reforzando el pedido de la serie de Resoluciones de la ONU, la Recomendación General n° 30 del Comité de la CEDAW del 2013 dedicó una sección a la participación de las mujeres en los procesos de negociación y de paz, tanto a nivel nacional, como regional e internacional. Advierte que la participación efectiva e igualitaria de la mujer se ha visto perjudicada por cuenta de estereotipos propios de los «líderes masculinos», no obstante, constituye un prerrequisito «para crear una sociedad con democracia duradera, paz e igualdad de género» (§ 42). Llama la atención, también, que al tratar del objetivo de la Recomendación, el Comité de la CEDAW ha destacado que «Las mujeres no son un grupo homogéneo y sus experiencias del conflicto y necesidades específicas postconflicto son diversas» (§ 6). Esta consideración refuerza el punto de vista de la participación de las mujeres como mecanismo que agrega una pluralidad de perspectivas de grupos sociales que son diferentes entre sí y también heterogéneos en su interior.

Finalmente, la importancia de la participación de las mujeres también ha sido reforzada específicamente en el campo de la justicia transicional. El informe de Diane Orentlicher, especialista independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad, en el ámbito de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, resalta la necesidad de participación de las mujeres, en pie de igualdad, en las deliberaciones sobre la constitución y funcionamiento de comisiones de la verdad y sobre el diseño, aplicación y evaluación de los programas de reparación (Principios 6 y 32).

5. La violencia sexual en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos

Bajo la influencia de la inserción de los derechos de las mujeres y de la cuestión de género en la agenda internacional, fue a mediados de la década de 1990 que el tema de la violencia sexual ganó prominencia en el Sistema

Interamericano de Derechos Humanos.⁵⁷ Más allá de la aprobación de la Convención de Belém de Pará, en 1994, fue en ese periodo que la CIDH comenzó a pronunciarse sobre casos relacionados a crímenes sexuales.

Durante décadas, por lo tanto, la problemática de género no fue parte de la actuación de la CIDH. Esto comenzó a cambiar particularmente a partir de la creación de la Relatoría Especial de la Comisión sobre los Derechos de la Mujer, en 1994, con el propósito de hacer un seguimiento de las obligaciones de la Convención Americana de Derechos Humanos (CADH) relacionadas a los derechos de las mujeres por parte de los Estados. La CIDH pasó, entonces, a analizar demandas individuales sobre violaciones a derechos de las mujeres y a incluir en sus informes anuales o generales por país capítulos dedicados a la situación de las mujeres (Tramontana, 2011, pp. 150-151).

La cuestión de la violencia de género y los problemas de acceso a la justicia por las mujeres víctimas de violencia, se volvieron temas centrales del trabajo de la CIDH. Uno de los hitos inicialmente citados es el Informe sobre la Situación de los Derechos Humanos en Haití, de 1995, en que la CIDH consideró que las violaciones de mujeres y niñas haitianas fueron cometidas como «arma de guerra» y se configuraron crímenes contra la humanidad y actos de tortura (Canáves, 2011, p. 99). Como relata Baltazar Garzón, entre 1991 y 2000, la CIDH identificó 14 casos relacionados a derechos sexuales y reproductivos, siendo que 6 de ellos envolvían la practica de violencia sexual como tortura por parte del Estado (Garzón, 2012, p. 459).

La Corte IDH, a su vez, llevó más tiempo para incorporar una perspectiva de género a su jurisprudencia. Apenas en 2006 la Corte IDH emitió la primera sentencia – en el caso *Miguel Castro Castro vs. Perú* – que aplicaba un enfoque de género al análisis de actos de violencia sexual contra mujeres. La autora Enzamaría Tramontana identifica a lo menos dos motivos que explican esa demora.

Por un lado, se relaciona a la reticencia de la CIDH en remitir a la Corte IDH casos relacionados a las cuestiones de género. Hasta 2002, apenas un caso sobre violencia de género había sido repasado a la Corte, siendo que todos los demás fueron cerrados por la CIDH con la publicación del informe final o con acuerdos de solución amistosa. Esta postura de la CIDH es criticada porque impidió que los casos fuesen sentenciados,

57. Otros temas relacionados a la protección de derechos de las mujeres, pero no específicamente a la violencia sexual, ya habían sido tratados en el ámbito del Sistema Interamericano de Derchos Humanos. Se destaca por ejemplo las Convenciones Interamericanas Sobre la Concesión de los Derechos Civiles y Políticos a la Mujer (1948).

incluso con la determinación de reparaciones a las víctimas, y también inhibió la evolución de la jurisprudencia de la Corte IDH sobre la materia. En este sentido, la reforma en el Reglamento de la CIDH, al disminuir la discrecionalidad del órgano en la remisión de casos a la Corte IDH, parece haber contribuido al «cambio de dirección» (Tramontana, 2011, pp. 156-157)⁵⁸.

Por otro lado, también se debe considerar la resistencia de la propia Corte IDH en considerar las especificidades de género en los casos analizados. Al menos en tres oportunidades la Corte podría haber desarrollado argumentos en ese sentido: i) en el *Caso Caballero Delgado y Santana vs. Colombia*, en que fue expresamente relatada la imposición de desnudez forzada a una prisionera, pero la sentencia guardó silencio al respecto; ii) en el *Caso Loayza Tamayo vs. Perú*, en que la Corte consideró que estaban comprobadas una serie de violaciones sufridas por la víctima, pero no la violencia sexual, indicando que exigiría un *onus probandi* mayor; iii) y en el *Caso Marizta Urrutia vs Guatemala*, en que no se desarrolló ningún argumento relativo al género, no obstante la CIDH hubiese enfatizado las amenazas de violación sufridas por la víctima (Tramontana, 2011, pp. 158-159).

No obstante, a partir del caso *Miguel Castro Castro*, la Corte IDH desarrolló una jurisprudencia de gran relevancia en la materia de violencia sexual y de género, que ha dialogado con las decisiones y conceptualizaciones de otros organismos y tribunales internacionales y avanzado en la construcción de una perspectiva de género e intercultural en el tratamiento del tema (Corte IDH, 2015). Como indica Tramontana, la elección de la jueza Cecilia Medina Quiroga, en 2004, también parece haber contribuido para la evolución de la jurisprudencia, dada su sensibilidad para cuestiones de género (Tramontana, 2011, p. 179).

Trazado este panorama, cuatro aspectos de la jurisprudencia de la CIDH y de la Corte IDH serán analizados: i) la definición de violencia sexual, de violación y de feminicidio; ii) el tratamiento jurídico dado a los crímenes sexuales, específicamente en lo que respecta la cualificación de la violación como tortura; iii) la obligación de debida diligencia de los Estados y el problema del acceso a la justicia; y iv) la perspectiva de género en la comprensión de las reparaciones. En el ámbito de la CIDH, el análisis tendrá como foco el sistema de casos y peticiones. Los informes

58. Según Tramontana, con la reforma al Reglamento, la decisión de la CIDH de remitir los casos a la Corte pasó a quedar subordinada al interés de obtención de justicia en el caso concreto y a la apreciación de factores como la naturaleza y gravedad de la violación y la necesidad de desarrollar o aclarar la jurisprudencia del Sistema Interamericano de Derechos Humanos.

temáticos, anuales y de país, relacionados al tema de la violencia sexual, serán explorados (cuando sea pertinente) dentro del estudio sobre los aspectos nacionales de la judicialización, desarrollado en la Parte II.

5.1. Definición de violencia sexual, violación y feminicidio

La Corte IDH se manifestó respecto de los elementos constitutivos de la violencia sexual y del delito de violación en el primer caso en que trabó una discusión de género. Como apuntamos, se trata del *Caso Penal Miguel Castro Castro vs. Perú*, que tuvo por objeto las violaciones cometidas por las fuerzas de seguridad peruanas en una operación realizada en mayo de 1992, en el presidio Miguel Castro Castro donde estaban detenidos/as integrantes de grupos guerrilleros. Con el supuesto propósito de trasladar a las mujeres detenidas a un presidio de seguridad máxima, las fuerzas de seguridad practicaron un ataque contra los/las presos/as mediante el uso de armas de guerra, explosivos y bombas de gas. En medio del ataque, muchas mujeres fueron mantenidas bajo condiciones inhumanas, siendo amenazadas y violentadas sexualmente. En total, 42 personas fueron muertas, 175 heridas y 322 fueron víctimas de malos tratos y de violencia sexual.

En la sentencia de 25 de noviembre de 2006, la Corte IDH consideró que los actos de violencia afectan mujeres y hombres de forma distinta y que algunos actos son dirigidos específicamente a las mujeres o las atingen en una proporción mayor. En relación a la violencia sexual, la decisión reconoció su propósito de humillar la parte contraria y de sancionar y reprimir a las mujeres (§§ 223 e 224). Específicamente, la Corte IDH entendió que la desnudez forzada a la que fueron sometidas seis mujeres configura acto de violencia sexual, según la definición amplia adoptada por el TPIR en el caso Akayesu. Así consta en la sentencia:

306. (...) Lo que califica este tratamiento de violencia sexual es que las mujeres fueron constantemente observadas por hombres. La Corte, siguiendo la línea de la jurisprudencia internacional y tomando en cuenta lo dispuesto en la Convención para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer, considera que la violencia sexual se configura con acciones de naturaleza sexual que se cometen en una persona sin su consentimiento, que además de comprender la invasión física del cuerpo humano, pueden incluir actos que no involucren penetración o incluso contacto físico alguno.

La violencia sexual se caracteriza por lo tanto, por la práctica de actos de naturaleza sexual sin el consentimiento de la víctima⁵⁹, aunque no

59. En relación a la exigencia de falta de consentimiento de la víctima, en el caso *Caso Fernández Ortega y otros vs. México*, la Corte IDH ponderó que no es necesario comprobar el uso de la fuerza o la resistencia de la víctima, una vez demostrado el carácter coercitivo del acto y del contexto en que es practicado. (§115)

envuelva contacto físico. La Corte IDH consideró, aún más, el contexto en que fueron cometidos los actos, en el cual las mujeres estaban indefensas y sujetas al control de los agentes del Estado que debían protegerlas (§ 307).

La Corte IDH también analizó la violencia sexual contra una prisionera que había sido trasladada a un hospital y fue objeto de inspección vaginal practicada con extrema brutalidad y por diversas personas encapuchadas, al mismo tiempo, bajo el pretexto de revisarla. En la concepción de la Corte IDH, esa inspección configura práctica de violación, de acuerdo con el concepto de la jurisprudencia del TPIY que incluye penetración vaginal y anal (mediante otra parte del cuerpo del agresor u objeto) y oral (con el miembro viril), como registra la sentencia:

310. Siguiendo el criterio jurisprudencial y normativo que impera tanto en el ámbito del Derecho Penal Internacional como en el Derecho Penal comparado, el Tribunal considera que la violación sexual no implica necesariamente una relación sexual sin consentimiento, por vía vaginal, como se consideró tradicionalmente. Por violación sexual también debe entenderse actos de penetración vaginales o anales, sin consentimiento de la víctima, mediante la utilización de otras partes del cuerpo del agresor u objetos, así como la penetración bucal mediante el miembro viril.

La Corte consideró que la violación de una detenida por un agente del Estado es un «acto especialmente grave y reprobable», teniendo en vista la vulnerabilidad de la víctima y el abuso de poder empleado por el agente. En cuanto a los efectos, la sentencia afirmó que la violación constituye una experiencia traumática que produce daños físicos, psicológicos y emocionales difícilmente superables con el pasar del tiempo (§ 311).

En el campo probatorio, para los crímenes de violación y de violencia sexual, la Corte IDH ha valorado la declaración de la víctima como prueba fundamental de los hechos. En el caso *J. vs. Peru*, la Corte IDH consideró que la violencia sexual se caracteriza como práctica clandestina que ocurre, generalmente, en la ausencia de otras personas además de la víctima y del/los agresor/es. La señora J. fue detenida en 1992 en un inmueble de su familia, acusado de servir a la prensa comunista. En el momento de su detención, la víctima sufrió malos tratos y agresiones sexuales por parte de los agentes policiales. Para comprobar la violencia sufrida, la Corte IDH entendió que: «Dada la naturaleza de esta forma de violencia, no se puede esperar la existencia de pruebas gráficas o documentales y, por ello, la declaración de la víctima constituye una prueba fundamental sobre el hecho» (§. 323).

Sobre el valor probatorio de la declaración de las víctimas, la Corte también consideró que cualquier inconsistencia o discrepancia en los relatos no afecta su credibilidad. En el *Caso Fernández Ortega y otros vs. México*, sobre violación practicada por militares mexicanos contra una mujer indígena, la Corte resaltó que los hechos relatados por la víctima «se refieren a un momento traumático sufrido por ella, cuyo impacto puede causar que se cometan determinadas imprecisiones al recordarlos» (§ 105). En la misma sentencia la Corte IDH analizó la ausencia de consentimiento como requisito para la configuración del crimen de violación. Según ese entendimiento, la existencia de violación no exige prueba de resistencia física de la víctima contra la agresión, siendo suficiente que haya elementos coercitivos en la conducta del agresor.⁶⁰

Finalmente, el crimen de feminicidio fue conceptualizado por primera vez en la decisión del *Caso Gonzáles y otras vs. México*, conocido como caso «Campo Algodonero». Este fue el primer caso frente a la Corte IDH «enteramente centrado en el tema de la violencia de género» (Tramontana, 2011, p. 160). El caso trata del homicidio y desaparición de tres mujeres en 2011 en Ciudad Juárez, localizada en el Estado de Chihuahua, frontera norte de México, que es conocida por la práctica de discriminación y elevados índices de violencia contra las mujeres. Se estima que entre 1993 y 2005, a lo menos 379 mujeres fueron víctimas de muertes violentas, todas ellas con marcas de violencia física y sexual. La impunidad por la práctica de los crímenes, en los cuales están envueltos altos mandos de poder, favorece a la continuidad y a la reproducción de la violencia (Chiarotti, 2011, p. 173).

Campo algodonero es el nombre del terreno baldío donde se encontraron en noviembre de 2001, cuerpos de 8 mujeres, entre las cuales 3 son las víctimas del caso llevado a la Corte IDH. Todas ellas eran jóvenes de bajos ingresos, siendo dos menores de edad, y las tres desaparecidas en fechas próximas. El contexto y las causas de los crímenes son complejos y se enraízan en las estructuras de poder paralelo y de dominio político y económico de la ciudad. En un profundo estudio sobre los feminicidios de Ciudad Juárez, Rita Segato muestra como son practicados en el ámbito de pactos y acuerdos firmados por las asociaciones mafiosas que operan el narcotráfico y ejercen el poder

60. Según la sentencia: «115. (...) esta Corte observa lo establecido en la jurisprudencia internacional en el sentido de que el uso de la fuerza no puede considerarse un elemento imprescindible para castigar conductas sexuales no consentidas, así como tampoco debe exigirse prueba de la existencia de resistencia física a la misma, sino que es suficiente con que haya elementos coercitivos en la conducta. En el presente caso, está acreditado que el hecho se cometió en una situación de extrema coerción, con el agravante de producirse en un contexto de relaciones de autoridad, por parte de tres militares armados».

de facto sobre la ciudad, al margen de la ley. Las mujeres muertas son víctimas sacrificadas en un rito o pacto de sangre en que el autor procura mostrar la cohesión de su grupo o control territorial de su red criminal (Segato, 2013, p. 30). En este sentido, Segato caracteriza los asesinatos como una demostración de poder y de dominio territorial para probar «que Ciudad Juárez tiene dueños, y que esos dueños matan mujeres para mostrar que lo son» (Segato, 2013, p. 33).

En la sentencia de 16 de noviembre de 2009, la Corte IDH caracterizó el feminicidio como «homicidio de mujer por razones de género» (§ 143). La Corte entendió que las muertes de las víctimas están directamente relacionadas a la situación de violencia contra la mujer en Ciudad Juárez, reconocida por el propio Estado mexicano. Esta conexión también está fundada en informes de órganos internacionales, como la CIDH, el Comité de la CEDAW e Amnistía Internacional, que calificaron las muertes de las mujeres de Juárez como manifestaciones de la violencia basada en el género (§§ 228 e 229). Por esos motivos la Corte IDH concluyó que las jóvenes fueron víctimas de violencia de género y que «los homicidios de las víctimas fueron por razones de género y están enmarcados dentro de un reconocido contexto de violencia contra la mujer en Ciudad Juárez» (§ 231).

Como apuntan los casos mencionados, la Corte IDH ha caracterizado los crímenes sexuales a partir de una perspectiva de género, que rompe con marcadores biológicos y masculinos para comprender los crímenes como producto de patrones sociales y estructurales de discriminación contra las mujeres y productores de violaciones específicas a las víctimas. Paralelamente, la Corte también ha incorporado una dimensión intercultural que considera el impacto diferencial de la violencia sexual sufrida por mujeres pertenecientes a distintos grupos étnicos. En este sentido, en la sentencia del caso *Fernández Otega vs. México*, la Corte IDH trajo la comprensión de la CIDH sobre la práctica de violación contra mujeres indígenas:

90. (...) En los casos de violación sexual contra mujeres indígenas, el dolor y la humillación se agrava por su condición de indígenas debido “al desconocimiento del idioma de sus agresores y de las demás autoridades intervinientes y por el repudio de su comunidad como consecuencia de los hechos”.

5.2. Tratamiento jurídico de los crímenes sexuales

La jurisprudencia de la CIDH y de la Corte IDH ha considerado que la violencia sexual constituye una violación a los derechos humanos, incluyendo al derecho a la integridad física y mental, a la dignidad, a la

honra, a la vida privada y a la libertad sexual⁶¹, además de, en algunos casos, la propia vida de las víctimas.

Un punto de particular interés en la discusión sobre la calificación jurídica de la violencia sexual se refiere a la comprensión mantenida por la CIDH y por la Corte IDH en cuanto a la configuración de la violación como tortura.

A este respecto, en el análisis del caso *Raquel Martín de Mejía vs Perú*, en 1996, la CIDH entendió que la violación practicada contra la víctima, Raquel Martín de Mejía, por miembros de las fuerzas de seguridad peruanas constituye tortura. En junio de 1989, la casa de la víctima fue invadida por hombres encapuchados y con uniformes militares, que llevaron su marido. En esa ocasión, la víctima fue violada dos veces por uno de los oficiales que participaba de la operación y que afirmó que ella también era considerada una subversiva. En los días siguientes, la víctima se dedicó a buscar su marido desaparecido, hasta encontrar su cuerpo con claras señales de violencia. Por mucho tiempo, Raquel no consiguió denunciar la violencia sexual que había sufrido, en razón del contexto hostil al recibimiento de la denuncia (Chiarotti, 2011, p. 228).

Basándose en la Convención Interamericana para Prevenir y Sancionar la Tortura, la CIDH entendió que «para que exista tortura deben conjugarse tres elementos: 1. que se trate de un acto a través del cual se inflijan a una persona penas y sufrimientos físicos y mentales; 2. cometido con un fin; 3. por un funcionario público o por una persona privada a instigación del primero». Los tres elementos fueron reconocidos en el caso, una vez que la violación constituyó un método de tortura física y psicológica, fue practicada con el objetivo de castigar y humillar a la víctima, y por un miembro de las fuerzas del Estado.

La misma comprensión fue adoptada en el caso *Ana, Beatriz y Celia González Pérez vs. México* analizado por la CIDH en 1999. La CIDH consideró que la violación cometida por militares del Ejército mexicano contra las víctimas constituye acto de tortura, siguiendo el posicionamiento de otros órganos y tribunales internacionales. La denuncia narra que las tres víctimas, tres mujeres indígenas, siendo una menor de edad, fueron arbitrariamente detenidas por un grupo de militares, bajo el pretexto de interrogarlas sobre su participación en el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). Durante el interrogatorio, las víctimas fueron violadas

61. En el caso *Raquel Martín de Mejía vs Perú*, la CIDH entendió que los abusos sexuales practicados contra la víctima representan una ofensa a su dignidad y a la vida privada, una vez que la vida privada alcanza la integridad física y moral de una persona y consecuentemente su vida sexual.

seguidas veces por los oficiales, y luego de liberadas sufrieron amenazas de muerte para no denunciar lo ocurrido. Aún así, presentaron una denuncia a la Fiscalía, pero el proceso fue trasladado a la Procuraduría General de Justicia Militar, que archivó el caso bajo el argumento de que las víctimas se habían recusado a rehacer las declaraciones y el examen ginecológico (Chiarotti, 2011, pp. 177-178).

La CIDH consideró que la violación practicada por agentes estatales contra víctimas que están presas o bajo interrogatorio y con el propósito de humillar, castigar, coaccionar, intimidar u obtener información o confesión de la propia persona o de terceros configura tortura (§§ 47, 48 e 49). En síntesis, a CIDH concluyó:

52. La Comisión Interamericana considera que los abusos contra la integridad física, psíquica y moral de las tres hermanas tzeltales cometidos por los agentes del Estado mexicano constituyen tortura. Asimismo, los hechos aquí establecidos conforman una violación de la vida privada de las cuatro mujeres y de su familia y un ataque ilegal a su honra o reputación, que las llevó a huir de su comunidad en medio del temor, la vergüenza y humillación.

Como se ve en los dos casos recién abordados, uno de los requisitos para la configuración de la violación como tortura, de acuerdo al criterio de la CIDH, es que haya sido practicada por agentes estatales. Por cuenta de esto, en el juzgamiento del caso «Campo Algodonero», la Corte IDH no calificó las agresiones sexuales sufridas por las víctimas como tortura porque fueron practicadas por agentes privados, y no por funcionarios públicos. Esta comprensión, no obstante, generó controversias y fue objeto de manifestación contraria por parte de la jueza Cecilia Medina Quiroga en su voto concurrente. La jueza argumentó que el criterio decisivo para diferenciar la tortura de otros tratamientos crueles, deshumanos y degradantes no es la participación estatal, sino la gravedad del sufrimiento físico y mental causado a la víctima. Para ella la Corte no debe seguir estrictamente los términos de la Convención contra la tortura, y sí garantizar la mayor protección posible a los derechos humanos. El reconocimiento de la responsabilidad del Estado por actos de tortura practicados por agentes no estatales representaría, según la jueza, un importante avance de la jurisprudencia de la Corte IDH.

La calificación de la violación como tortura fue retomada en los casos de las víctimas Inés Fernández Ortega y Valentina Rosendo Cantú, examinados por la Corte IDH en 2010. Las dos víctimas son mujeres indígenas que fueron violadas por miembros del Ejército mexicano. La Corte asumió el entendimiento de que el sufrimiento severo de la víctima,

en cuanto requisito para la configuración de la tortura, es inherente a la violación, incluso cuando no resulten lesiones físicas. En el caso *Rosendo Cantú vs. México*, en particular, la Corte IDH consideró que la violación puede configurar tortura incluso cuando «consista en un solo hecho u ocurra fuera de instalaciones estatales» (§ 118)⁶², como puede ser la residencia de la víctima.⁶³ La Corte IDH también desarrolló, en estos dos casos, la caracterización de la violación como ofensa a la vida privada y a la libertad sexual, en la medida en que viola los derechos de las víctimas de decidir sobre sus cuerpos y las relaciones sexuales que desean mantener (*Fernández Ortega vs. México*, § 129).

El crimen de esterilización forzada, que también constituye un tipo de violencia sexual, fue objeto de consideración de la CIDH en el caso *María Mamérita Mestanza Chávez vs. Perú*, finalizado por medio del Acuerdo de Solución Amistosa suscrito por las partes el 10 de octubre del 2003 (Informe n° 71/03). El caso dice relación con la política gubernamental de cirugía de anticoncepción practicada de forma masiva y coercitiva por el gobierno de Fujimori en Perú, durante la década de 1990, con el objetivo de cambiar el comportamiento reproductivo de la población, especialmente de mujeres pobres, indígenas y de zonas rurales. María Mamérita Mestanza Chávez era una mujer campesina de 33 años, madre de 7 hijos, que sufrió acoso y amenaza de funcionarios del sistema público de salud para esterilizarse.⁶⁴ Bajo coacción, ella consintió a someterse a un procedimiento de ligamiento de trompas, realizado el 27 de marzo de 1998. Después de la cirugía, la víctima presentó diversos problemas que no fueron tratados y falleció en su casa algunos días después, el 5 de abril. Como los intentos de encaminar el caso a la justicia nacional no prosperaron, fue presentado ante la CIDH.

62. La Corte afirmó: «118. (...) Esto es así ya que los elementos objetivos y subjetivos que califican un hecho como tortura no se refieren ni a la acumulación de hechos ni al lugar donde el acto se realiza, sino a la intencionalidad, a la severidad del sufrimiento y a la finalidad del acto, requisitos que en el presente caso se encuentran cumplidos.»

63. La configuración de actos de violencia sexual como tortura también fue analizada en el Caso *J. vs. Perú*, en que la Corte IDH reafirmó: «363. (...) debe entenderse como ‘tortura’, de conformidad con la jurisprudencia de la Corte, se está frente a un acto constitutivo de tortura cuando el maltrato: a) es intencional; b) cause severos sufrimientos físicos o mentales, y c) se cometa con cualquier fin o propósito»

64. Entre las amenazas sufridas, las peticionarias relatan que los funcionarios del sistema de salud amenazaron denunciar María Mamérita a la policía, bajo el argumento de que «el gobierno había promulgado una ley según la cual quien tuviese más de cinco hijos tendría que pagar multa y sería llevada a prisión» (par. 10).

En el Acuerdo de Solución Amistosa, el Estado Peruano reconoció su responsabilidad internacional por violar los derechos de la víctima a la vida, integridad personal e igualdad ante la ley. También admitió la violación al artículo 7 de la Convención de Belém do Pará, que prevé las obligaciones de actuar con la debida diligencia en la prevención, sanción y erradicación de la violencia contra las mujeres. En términos de tratamiento jurídico, no hubo calificación explícita de la práctica de esterilización forzada como tipo de violencia sexual. No obstante, por tratarse de un procedimiento de solución amistosa, la CIDH no tuvo que posicionarse específicamente sobre este punto.

Finalmente, cabe destacar la comprensión de la Corte IDH sobre la práctica de crímenes sexuales en contextos de conflicto armado, caracterizados por un ataque sistemático y generalizado contra la población civil. En el proceso del caso *Castro Castro vs Perú*, la Corte reconoció que las violaciones practicadas durante el ataque coordinado por las fuerzas de seguridad al presidio *Miguel Castro Castro*, incluyendo los actos de violencia sexual contra las mujeres que estaban detenidas, configuran crímenes contra la humanidad, imponiendo al Estado el deber de procesar y sancionar sus autores (§ 404).

En otra oportunidad, en el juicio del caso *Espinoza Gonzáles vs Perú*, la Corte IDH se pronunció sobre el uso violencia sexual como estrategia de lucha en el conflicto armado interno. El caso dice relación con la práctica de abusos sexuales contra la víctima, Gladys Carol Espinoza Gonzáles, detenida por la policía peruana, junto a su pareja, el 17 de abril de 1993, por cuenta de la investigación sobre secuestro de un empresario en el ámbito de la lucha antiterrorista. La víctima denunció haber sufrido actos de tortura, violación y otras formas de violencia sexual durante a su permanencia en las instalaciones de la DIVISE (*División de Investigación de Secuestros*) y de laa DINCOTE (*Dirección Nacional Contra el Terrorismo*). La Corte IDH entendió que:

229. (...) el cuerpo de Gladys Espinoza como mujer fue utilizado a fin de obtener información de su compañero sentimental y humillar e intimidar a ambos. Estos actos confirman que los agentes estatales utilizaron la violencia sexual y la amenaza de violencia sexual en contra de Gladys Carol Espinoza Gonzáles como estrategia en la lucha contra el mencionado grupo subversivo.

En los tres casos en que el Estado Peruano fue condenado por la Corte IDH por la práctica de crímenes sexuales en el ámbito del conflicto armado interno, el informe de la CVR (*Comisión de la Verdad y Reconciliación*) fue utilizado como prueba del contexto existente a la época de los hechos,

caracterizado por graves violaciones a los derechos humanos.⁶⁵ En particular, se recurrió al trabajo de la CVR para demostrar el carácter sistemático y generalizado de la práctica de violencia sexual contra las mujeres durante el conflicto, especialmente las que fueron detenidas; las diversas formas de la violencia sexual perpetradas; las dificultades de denuncia por parte de las víctimas, entre otros aspectos.⁶⁶

El caso *Masacre de las Dos Erres vs. Guatemala*, juzgado por la Corte IDH en noviembre de 2009, también trató de crímenes sexuales practicados en contexto del conflicto armado. Durante el ataque de hombres armados a la aldea Dos Erres en diciembre de 1982, en el ámbito de la política de tierra arrasada practicadas por lo general José Efraín Ríos Montt y que dejaba rastros de masivas violaciones a los derechos humanos, varias mujeres y niñas fueron violadas antes de muertas en la masacre que tuvo más de 190 víctimas (Chiarotti, 2011, pp. 176-177). La Corte IDH consideró que la violación buscaba destruir la dignidad de las mujeres «a nivel cultural, social, familiar e individual» y constituyó un crimen contra la humanidad.⁶⁷

En todos los casos relacionados, la Corte entendió que las denuncias de violencia sexual practicada en contextos de conflicto armado interno en los dos países dan lugar a la responsabilidad de los Estados en conducir investigaciones eficientes para resolver los crímenes practicados. Esta obligación de debida diligencia fue desarrollada en otros casos que serán tratados a seguir.

5.3. La obligación de debida diligencia de los Estados

El caso «Campo Algodonero» (*Caso González y otras vs. México*), sentenciado por la Corte IDH en noviembre de 2009, es paradigmático en la definición de la obligación de debida diligencia que cabe al Estado delante de la práctica de actos de violencia sexual, en los términos del artículo 7º de la Convención de Belém do Pará.⁶⁸ La Corte IDH enfrentó la cuestión respecto a los criterios y al alcance de la responsabilidad del Estado por crímenes cometidos por particulares, teniendo en cuenta el contexto de

65. Se destaca la práctica de detenciones arbitrarias, tortura, tratamiento inhumano, cruel y degradante, ejecuciones extra judiciales entre otras violaciones.

66. Ver *Caso Castro Castro vs. Perú*, §§ 205-206; *Caso J. vs. Perú*, § 68 e ss.; *Caso Espinoza Gonzáles vs. Perú*, § 62 e ss.

67. Al respecto de los avances en la calificación jurídica de la violencia sexual, Tramontana pondera que la Corte IDH no ha considerado la violación practicada en situación de conflicto armado como crimen de guerra, lo que sería coherente con el entendimiento fijado en el marco del derecho internacional (Tramontana, 2011, p. 168).

68. De manera general, la Corte IDH entiende que el deber de debida diligencia comporta cuatro obligaciones: la preservación, la investigación, la sanción y la reparación de las violaciones de derechos humanos, para prevenir la impunidad (CIDH, 2011, p. 12)

violencia contra la mujer subyacente al caso. En este sentido, la sentencia reconoció que la cultura de discriminación contra las mujeres influyó tanto los motivos y modalidades de los crímenes, como la respuesta de las autoridades a ellos (§164).

En oportunidades anteriores, la Corte ya se había pronunciado al respecto de la atribución de responsabilidad al Estado por actos de particulares, una vez verificado el incumplimiento de una obligación estatal de proteger derechos dentro de relaciones privadas. Esta obligación del Estado está presente en las hipótesis en que sus agentes cumplen una «función de garantía» en relación a los particulares (Abramovich, 2010, p. 173). Siguiendo esa orientación, en el caso «Campo Algodonero», la Corte IDH aplicó la «doctrina del riesgo previsible y evitable», que vincula el deber del Estado de adoptar medidas de protección y de prevención a su «conocimiento de una situación de riesgo real e inmediato para un individuo o grupo de individuos determinado» y a la «posibilidad razonable de prevenir o evitar ese riesgo» (Abramovich, 2010, p. 173)⁶⁹.

La Corte analizó el cumplimiento del deber de prevención por el Estado en dos momentos: antes de la desaparición de las víctimas y después de las denuncias de las familias, hasta la localización de los cuerpos sin vida.

En el primero momento, entendió que no cabía la responsabilidad del Estado por no haber evitado la desaparición de las víctimas porque no quedó demostrado que tenía conocimiento del «riesgo real e inmediato» que corrían las mujeres en el caso concreto. No obstante, la Corte advirtió que el Estado falló en el cumplimiento general de su obligación de prevención, teniendo en vista el contexto de discriminación y violencia estructural contra las mujeres en Ciudad Juárez. Este contexto fue reconocido por el propio Estado mexicano, que conocía, por tanto, la situación de riesgo y de vulnerabilidad de las mujeres, especialmente jóvenes y humildes (§ 282).

En un segundo momento, delante de la denuncia de desaparición, la Corte afirmó que el Estado tomó conocimiento del «riesgo real e inmediato» de que las víctimas hubiesen sufrido agresiones sexuales y hubiesen sido asesinadas. Surgió entonces para el Estado el «deber de debida diligencia estricta» que implica la adopción de medidas inmediatas, la realización de actividades exhaustivas de búsqueda, la conducción de procedimientos adecuados y eficientes de investigación (§ 283).

69. En otros términos, Tramontana afirma que, según la jurisprudencia de la Corte IDH para configurar la responsabilidad del Estado, deben estar presentes tres requisitos: «a) el conocimiento por parte de las autoridades estatales, de una situación de riesgo real e inmediato; b) para un individuo o grupo de individuos determinado, y c) la existencia de posibilidades razonables de prevenir o evitar ese riesgo» (2011, p. 170).

Por lo tanto, las autoridades estatales tendrían que haber actuado con la debida diligencia en la investigación del caso, lo que no ocurrió, en afronta al artículo 7 de la Convención de Belém do Pará. Como fue relatado por las peticionarias, después la desaparición de las víctimas, las familias buscaron la policía para denunciar lo ocurrido, pero los agentes se rehusaban a dar inicio a las investigaciones y argumentaban que las víctimas debían haber huido con los novios o salido con amigos. Los funcionarios minimizaron y desacreditaron los actos relatados por las familias, además de culpabilizar a las víctimas, alegando que ellas fueron responsables por lo sucedido porque una «buena niña» estaría en su casa (§§ 196-200).⁷⁰ La Corte entendió que la conducta negligente de los funcionarios estatales configuró una violación del derecho de acceso a la justicia de los/las familiares de las víctimas. Según la sentencia,

400. (...) esta indiferencia, por sus consecuencias respecto a la impunidad del caso, reproduce la violencia que se pretende atacar, sin perjuicio de que constituye en sí misma una discriminación en el acceso a la justicia. La impunidad de los delitos cometidos envía el mensaje de que la violencia contra la mujer es tolerada, lo que favorece su perpetuación y la aceptación social del fenómeno, el sentimiento y la sensación de inseguridad en las mujeres, así como una persistente desconfianza de éstas en el sistema de administración de justicia.

La Corte consideró que una de las causas de la discriminación reside en la reproducción – especialmente por las autoridades policiales y judiciales – de estereotipos de género, definidos como «una pre-concepción de atributos o características poseídas o papeles que son o deberían ser ejecutados por hombres y mujeres respectivamente» (§ 401). Es común que las mujeres sean culpabilizadas por la violencia sufrida, a través del uso de estereotipos, como resultado de un desvío del comportamiento socialmente aceptado para ellas. Como apunta la sentencia, la influencia de esas nociones estereotipadas fue desarrollada por la CIDH en el informe sobre “Aceso a la Justicia para Mujeres Víctimas de Violencia”, destacando el siguiente párrafo:

155. La influencia de patrones socioculturales discriminatorios puede dar como resultado una descalificación de la credibilidad de la víctima durante el proceso penal en casos de violencia y una

70. La Corte IDH afirmó que diversas pruebas demostraron que los funcionarios del Estado y de Ciudad Juárez «minimizaban el problema y llegaron a culpar a las propias víctimas de su suerte, fuera por su forma de vestir, por el lugar en que trabajaban, por su conducta, por andar solas o por falta de cuidado de los padres» (§154).

asunción tácita de responsabilidad de ella por los hechos, ya sea por su forma de vestir, por su ocupación laboral, conducta sexual, relación o parentesco con el agresor, lo cual se traduce en inacción por parte de los fiscales, policía y jueces ante denuncias de hechos violentos. Esta influencia también puede afectar de forma negativa la investigación de los casos y la valoración de la prueba subsiguiente, que puede verse marcada por nociones estereotipadas sobre cuál debe ser el comportamiento de las mujeres en sus relaciones interpersonales. (CIDH, 2007, par. 155)

El tratamiento discriminatorio de las autoridades responsables por investigar los crímenes, aliado al sentimiento de miedo, humillación y vergüenza de las víctimas que sufrieron abusos sexuales, producen el efecto de inhibir la presentación de denuncias. En este sentido, en el caso *Raquel Martín de Mejía vs Perú*, de 1996, la CIDH consideró la falta de un “contexto habilitante” para la denuncia, que contribuyó a que la víctima de violencia sexual permaneciese en silencio por mucho tiempo. Según la CIDH, “Las mujeres víctimas de violación por un miembro de las fuerzas de seguridad no denuncian estos abusos por dos razones: humillación pública y la percepción que los responsables nunca serán sancionados”. A esto se suma las amenazas de represalias contra las víctimas y sus familiares en caso de denuncia.

En el mismo sentido, en la sentencia del caso *J. vs. Perú*, la Corte IDH entendió que no cabe evaluar si la víctima tuvo o no oportunidad de denunciar la violencia sufrida a la época de los hechos. Incluso si hubiese existido la oportunidad, el hecho de no haber denunciado no significa que los actos no fueron practicados. La Corte destacó que víctimas de tortura y, específicamente, de agresiones sexuales, con frecuencia no denuncian lo que sufrieron. La denuncia es aún más improbable si ellas estaban en el mismo espacio donde las violencias ocurrieron, posiblemente con la presencia de los perpetradores, lo que no constituye un ambiente cómodo y seguro que garantice privacidad y confianza para el relato de los abusos sufridos (§337).

Otros dos casos juzgados por la Corte IDH contra el Estado mexicano abordan igualmente los obstáculos al acceso a la justicia por las víctimas de crímenes sexuales y la obligación de debida diligencia del Estado en la investigación de los crímenes. Los casos *Fernández Ortega y Otros vs. México* y *Rosendo Cantú y otra vs. México* tratan de denuncias de violaciones cometidas contra mujeres indígenas por miembros de las fuerzas de seguridad. Un conjunto de irregularidades practicadas por las autoridades policiales y judiciales impidió una investigación seria de los crímenes, que fueron sometidos a la justicia militar. La Corte IDH consideró las barreras específicas, incluso de orden lingüística, que agravan la dificultad del acceso de las mujeres indígenas a servicios de salud y de

justicia.⁷¹ También consideró que la justicia militar es inadecuada para procesar denuncias por violaciones a derechos humanos, determinando reformas en la legislación para establecer la competencia civil para examen de este tipo de violación.

Otra situación de particular discriminación de las mujeres en el acceso a la justicia atinge aquellas que son víctimas de violencia sexual en el ámbito de la detención, como demuestra el caso *Espinoza Gonzáles vs. Perú*. En el contexto del conflicto armado interno en Perú, Gladys Espinoza Gonzáles fue detenida por la práctica de supuestos actos de terrorismo y denunció haber sufrido torturas y abusos sexuales durante su detención en 1993. Pese a esto, las autoridades responsables no llevaron adelante ninguna investigación de los hechos relatados por ella. Por el contrario, al valorar las declaraciones de Gladys Espinoza, el Poder Judicial descalificó su denuncia de que había sufrido torturas y violencia sexual, aplicando estereotipos de género. Basándose en una pericia psicológica realizada, el tribunal consideró que Gladys Espinoza sufría de un trastorno de personalidad que la llevara a dramatizar excesivamente las situaciones para llamar la atención y la caracterizaba como una mujer inmadura, insegura y manipuladora, que buscaba obtener beneficios. Es importante destacar que aquí el conocimiento médico fue utilizado como forma de legitimar la discriminación de género por parte del derecho.

En la apreciación del caso, la Corte IDH reconoció y rechazó el estereotipo de género que caracteriza a las mujeres sospechosas de haber cometido delitos usando atributos de supuesto carácter intrínseco, como ser poco fiables o manipuladoras, sobretudo cuando es utilizado en procesos judiciales. En este sentido, la sentencia resaltó que «una garantía para el acceso a la justicia de las mujeres víctimas de violencia sexual debe ser la previsión de reglas para la valoración de la prueba que evite afirmaciones, insinuaciones y alusiones estereotipadas» (§ 278). La Corte también llamó la atención, de modo general, sobre la apreciación selectiva de las pruebas por los órganos judiciales, en particular de las pruebas médicas, en perjuicio de la víctima. Esta postura del Poder Judicial contribuyó además a reforzar el ambiente de impunidad y la repetición de la violencia contra la mujer, tolerada y aceptada socialmente, al mismo tiempo en que aumenta el sentimiento de inseguridad y de desconfianza de las víctimas en relación al sistema de justicia (§ 280).

El caso *Maria da Penha vs. Brasil* visto por la CIDH en 2001 también fue paradigmático en el reconocimiento de la responsabilidad del Estado

71. Respecto del acceso a la justicia, en el caso *Fernández Ortega*, la Corte IDH entendió que «201. (...) la imposibilidad de denunciar y recibir información en su idioma en los momentos iniciales implicó, en el presente caso, un trato que no tomó en cuenta la situación de vulnerabilidad de la señora Fernández Ortega, basada en su idioma y etnicidad, implicando un menoscabo de hecho injustificado en su derecho de acceder a la justicia».

por actos de violencia contra la mujer practicados en el ámbito doméstico. No se trata de un caso de violencia en periodo dictatorial o de conflicto armado, mas bien, fue la primera vez en que se reconoció en la CIDH la responsabilidad del Estado brasileño en casos de violencia contra la mujer. También fue la primera vez en que la CIDH aplicó la Convención de Belém de Pará y consideró que el Estado brasileño incumplió su obligación de prevenir, investigar y sancionar los actos de violencia practicados contra la víctima, calificándolos como violencia de género. Como consta en la denuncia, por más de 15 años Brasil falló en adoptar medidas para procesar y sancionar el agresor, en violación al deber de debida diligencia previsto en el artículo 7 de la Convención de Belém de Pará. Para la CIDH, la falta de combate adecuado de la violencia doméstica por parte de las autoridades estatales demuestra la existencia de un patrón discriminatorio de tolerancia a la violencia y una grave ineficacia de la acción judicial.

Aunque no se refiera al contexto dictatorial en Brasil, el caso fue pionero al plasmar la comprensión de la CIDH sobre el artículo 7º de la Convención de Belém do Pará, que contempla la obligación reforzada de los Estados de investigar actos de violencia contra la mujer y procesar los responsables. Como se vio, la Corte IDH incorporó esta línea de interpretación en el análisis de casos de violencia sexual en periodos de conflicto armado o anormalidad política, destacando el problema de acceso a la justicia. De forma más amplia, la literatura ha demostrado como el tema transversal de la violencia contra las mujeres, transita e influencia posiciones y decisiones relacionadas a tiempos de paz o de guerra, de normalidad o de excepción.

5.4. Perspectiva de género de las reparaciones

La Corte IDH y la CIDH poseen el punto de vista de que las víctimas de graves violaciones a derechos humanos tienen derecho a una reparación integral, que incluye garantías de restitución, indemnización, rehabilitación, satisfacción y no repetición, siguiendo principios firmados por la ONU.⁷² En esos términos, el concepto de reparación trasciende a la indemnización meramente económica y involucra un conjunto de acciones y medidas complementarias que se enfocan a la integridad de los daños causados.

En el ámbito de las reparaciones para las víctimas de violencia contra la mujer, el caso «Campo Algodonero» fue precursor en incorporar una

72. La restitución busca restablecer la situación previa y los derechos de las víctimas, pero no siempre es posible (como en los casos de daños físicos, emocionales y sexuales); la indemnización tiene en vista la recomposición patrimonial; la rehabilitación garantiza la atención médica y psicosocial; las garantías de no repetición tienen el objetivo de evitar que las violaciones se repitan; y las medidas de satisfacción apuntan al conocimiento público y actos de desagravio. Ese concepto tradicional de reparación está presente en: (De Greiff, 2006).

perspectiva de género a las reparaciones. La sentencia ordenó al Estado mexicano, entre otras medidas: i) la integración de una perspectiva de género a las investigaciones, con líneas de investigación específicas sobre violencia sexual; ii) el entrenamiento de los funcionarios públicos en atención a las víctimas de discriminación y violencia en razón de género; iii) la construcción de un memorial en homenaje a las víctimas; iv) el pago de indemnización adicional a las madres de las víctimas, v) la garantía de asistencia médica psicológica y psiquiátrica a las víctimas ofrecida por profesionales capacitados para tratar la violencia de género.

La Corte IDH también entendió que las reparaciones deben tener una «vocación transformadora» y producir un efecto no sólo reparatorio, sino también correctivo, en respuesta a la situación estructural de violencia y discriminación contra las mujeres de Ciudad Juárez. En ese sentido:

450. La Corte recuerda que el concepto de “reparación integral” (*restitutio in integrum*) implica el reestablecimiento de la situación anterior y la eliminación de los efectos que la violación produjo, así como una indemnización como compensación por los daños causados. Sin embargo, teniendo en cuenta la situación de discriminación estructural en la que se enmarcan los hechos ocurridos en el presente caso y que fue reconocida por el Estado (supra párrs. 129 y 152), las reparaciones deben tener una vocación transformadora de dicha situación, de tal forma que las mismas tengan un efecto no solo reparatorio sino también correctivo.

En ese aspecto, las reparaciones transformadoras previstas en el caso «Campo Algodonero» abarcan una serie de medidas de no repetición que se destinan a un conjunto ampliado de víctimas, y no apenas aquellas directamente afectadas. Entre las medidas, se destacan: i) el desarrollo de protocolos y de servicios padronizados con base en una perspectiva de género para combatir la desaparición de mujeres y el feminicidio; ii) la creación de una base de datos nacional para facilitar la búsqueda de mujeres desaparecidas; la capacitación de funcionarios públicos en derechos humanos y género; y iii) el desarrollo de programas educativos enfocados a la población en general, con el objetivo de superar los estereotipos socioculturales sobre las mujeres y la situación de discriminación de género.

La literatura ha apuntado las reparaciones transformadoras como un camino provechoso a la inclusión de un enfoque de género a las medidas de reparación. Más allá de la necesidad de reparar los daños inmediatos sufridos por las víctimas, se abre espacio para un abordaje más amplia y para una mayor creatividad en el campo de reparaciones, con el objetivo de atacar las causas estructurales de discriminación que posibilitan la ocurrencia y la continuidad de la violencia (Aoláin *et al*, 2015, p. 142).

La tendencia de incorporación de una perspectiva de género a las reparaciones fue seguida en los casos *Fernández Ortega y Rosendo Cantú*. La Corte IDH determinó sean realizadas adaptaciones a los procedimientos, tanto en el campo de la justicia como de la salud, para insertar un enfoque de género para atender a los intereses y necesidades de las víctimas como también a la naturaleza de los crimines. De acuerdo con las sentencias, cabe al Estado garantizar:

- la declaración de la víctima en un ambiente cómodo y seguro, con garantía de privacidad y tentativa de impedir, el máximo posible, su repetición;
- la prestación de asistencia médica, sanitaria y psicológica a la víctima;
- la realización inmediata de exámenes médicos y psicológicos completos y detallados por personal capacitado, contando con el consentimiento previo e informado de la víctima y sin la presencia de agentes de seguridad o estatales;
- la diligencia en la conducción de las actividades probatorias para documentación cuidadosa de las pruebas disponibles y pericia inmediata en el local de los hechos;
- el acceso de las víctimas a la asistencia judicial gratuita en todas las fases del proceso⁷³

La Corte IDH ha reiterado y desarrollado, en otros juicios, estas recomendaciones relacionadas a la colecta de testimonios de las víctimas de violencia sexual y a la realización de exámenes médicos, según estándares definidos por las Naciones Unidas y por la Organización Mundial de Salud.⁷⁴

En relación a las medidas de no repetición de carácter transformador, vale resaltar que, en el Acuerdo de Solución Amistosa firmado en el caso *María Mamérita Mestanza Chávez vs. Perú*, relacionado a la práctica de esterilizaciones forzadas por el gobierno de Fujimori, la décima primera cláusula impuso al Estado Peruano el compromiso de realizar cambios legislativos y en políticas públicas en los temas de salud reproductiva y de planeamiento familiar, con el objetivo de eliminar cualquier enfoque discriminatorio y de respetar la autonomía de las mujeres (Informe n° 71/03).

A su vez, medidas relacionadas al tratamiento de mujeres encarceladas fueron objeto de consideración de la Corte IDH en el caso *Penal Castro Castro vs. Perú*. No obstante no haya incluido esa medidas expresamente en el ámbito de las reparaciones determinadas al Estado, la Corte señaló,

73. Caso *Fernández Ortega*, para. 193 y 194; caso *Rosendo Cantú*, para. 177 y 178.

74. Caso *Espinoza Gonzáles vs. Peru* (par. 248 y 249; 251 252, 255 256); Caso *J. vs. Peru*.

siguiendo la conceptualización del Alto Comisariado de Derechos Humanos de la ONU, que las mujeres encarceladas «no deben sufrir discriminación, y deben ser protegidas de todas las formas de violencia o explotación». Específicamente, afirmó que ellas «deben ser supervisadas y revisadas por oficiales femeninas», y las mujeres detenidas que estén embarazadas o lactantes «deben ser proveídas con condiciones especiales» (§ 303).

Finalmente, cabe destacar que la CIDH también entiende que las medidas de reparación adoptadas por los Estados delante de actos de violencia contra la mujer deben considerar las necesidades específicas y las perspectivas de las beneficiadas. Para eso, es importante garantizar la participación de las víctimas en el proceso para que puedan traer sus percepciones con atención particular a las características étnicas y culturales. Son aspectos fundamentales para garantizar que las reparaciones sean adecuadas y efectivas:

111. Esto significa para la CIDH que el Estado deberá valorar, para determinar el alcance de la reparación, los aspectos culturales que caracterizan a la víctima, tales como el conjunto de valores, conductas, experiencias y conocimientos que la identifican a ella o a su grupo cultural. Es fundamental que se considere la cosmovisión, la perspectiva de la vida, y el concepto de justicia de la víctima. En un proceso de determinación del contenido de reparaciones se debe tomar en cuenta estas diferencias culturales y valorarlas bajo el principio de igualdad; rompiendo con los prejuicios y estereotipos; especialmente aquellos que se dirigen en contra de los pueblos indígenas y las comunidades afrodescendientes. De allí la importancia de que se consulte a las víctimas sobre su propio concepto de reparación, sus necesidades, y el impacto que los hechos han tenido conforme a su cosmovisión. (CIDH, 2011, p. 33)

A pesar de los avances de la jurisprudencia del sistema interamericano en materia de género, internamente, hay una serie de obstáculos y dificultades en el cumplimiento de las determinaciones de la Corte IDH. Según informaciones de la *Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos*, en respuesta al cuestionario, el Estado mexicano ha cumplido de forma selectiva las sentencias:

En la mayoría de los casos, las sentencias de la Corte Interamericana han sido cumplidas en las medidas reparatorias tendientes al pago de indemnizaciones y actos de reconocimiento de responsabilidad pública, no obstante en temas relacionadas con acceso a la justicia para las víctimas, así como el castigo a los responsables de las violaciones a derechos humanos no han sido cumplidas. También se destaca que en muchos de los casos, la atención médica han sido brindadas, pero no ha sido la psicológica. No hay medidas de no repetición.

Casos de violencia sexual en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos

País miembro de la RLAJ	Caso	Peticionarios	Datos relevantes sobre la decisión
Brasil	CIDH <i>Maria da Penha vs. Brasil</i> Informe N° 54/01. Caso 12.051. http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm	Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e Comité Latino-Americano de Defensa dos Direitos da Mulher (CLADEM)	Obligación de debida diligencia del Estado
Colombia	CIDH <i>Alba Lucía Rodríguez Cárdena vs. Colombia</i> Informe N° 59 de 2014. Caso 12.376. https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COSA12376-ES.pdf	Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL) y Red Colombiana de Mujeres por los Derechos Sexuales y Reproductivos	Solución amistosa
	CIDH <i>XY Familiares vs. Colombia.</i> Informe N° 82 de 2008. Petición 477-05. https://www.cidh.oas.org/annualrep/2008sp/Colombia477-05.sp.htm	José Luis Viveros Abisambra, Nicolás Muñoz Gómez y Diego Fernando Posada Grajales, integrantes de la organización "Indemnizaciones Estatales"	Solución amistosa
	CIDH <i>Caso Álvaro Enrique Rodríguez Buitrago y otros vs. Colombia.</i> Informe N° 34 de 2015. Petición 191 - 07 y otras. https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2015/COAD191-07ES.pdf	37 peticiones en representación de 64 personas	Informe de admisibilidad
	CIDH <i>Caso Jineth Bedoya Lima vs. Colombia.</i> Informe No. 50 de 2014. Petición 779-11. http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COAD779-11ES.pdf	Fundación para la Libertad de Prensa	Informe de admisibilidad
	CIDH <i>Caso de Masacre de Albania vs. Colombia.</i> Informe N° 36 de 2014. Petición 913-06 http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COAD913-06ES.pdf	Corporación Colectiva de Abogados José Alvear Restrepo	Informe de admisibilidad
Guatemala	Corte IDH. <i>Massacre de las Dos Erres vs. Guatemala</i> 24 noviembre 2009. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_211_esp.pdf	Víctimas(s): Habitantes del parcelamiento de Las Dos Erres y sus familiares Representante(s): Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala (ODHAG); Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)	Violación como crimen contra la humanidad

País miembro da RLAJT	Caso	Peticionários	Datos relevantes sobre la decisión
México	CIDH. <i>Ana, Beatriz y Celia González Pérez vs. México</i>, Informe nº 53/2001. Caso No 11.565, de 2009. https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000sp/capituloiii/fondo/mexico11.565.htm Corte IDH. <i>González y otras vs. México</i> («Campo Algodonero»). 16 noviembre 2009. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_esp.pdf	Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL) - Asociación Nacional de Abogados Democráticos A.C. - Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer - Red Ciudadana de No Violencia y por la Dignidad Humana - Centro para el Desarrollo Integral de la Mujer A.C.	• Violación como tortura • Violencia sexual contra mujeres indígenas • Violencia sexual como violación de la vida privada, honra o reputación • Concepto de feminicidio • Obligación de debida diligencia del Estado • Reparaciones con perspectiva de género
	Corte IDH. <i>Fernández Ortega vs. México</i>. 30 agosto 2010. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_215_esp.pdf	Víctimas(s): Inés Fernández Ortega y sus familiares Representante(s): Organización del Pueblo Indígena Tlapaneco / Me'phaa; Centro de Derechos Humanos de la Montaña Tlachinollan A.C.; Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)	• Violación como tortura • Violencia sexual contra mujeres indígenas • Acceso a la justicia por parte de mujeres indígenas • Reparaciones con perspectiva de género • Violación como ofensa a la vida privada y a la libertad sexual
	Corte IDH <i>Rosendo Cantu vs México</i>. 31 agosto 2010. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_216_esp.pdf	Víctimas(s): Valentina Rosendo Cantú y Yeny's Bernardino Sierra Representante(s): Organización del Pueblo Indígena Tlapaneco/Me'phaa4 (OPIM); Centro de Derechos Humanos de la Montaña Tlachinollan A.C.; Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)	• Violación como tortura • Violencia sexual contra mujeres indígenas • Acceso a la justicia por parte de mujeres indígenas • Reparaciones con perspectiva de género
Perú	CIDH. <i>Raquel Martín de Mejía vs. Perú</i>. Informe nº 5/1996. Caso 10.970. 1996. http://www.cidh.org/women/cap.III.peru10.970.htm		• Violación como tortura • Violación como ofensa a dignidad y a la vida privada • “Contexto habilitante” para la denuncia

País miembro da RLAIT	Caso	Peticionários	Datos relevantes sobre la decisión
	CIDH <i>María Mamérita Mestanza Chávez</i> Informe N° 71/03. Petición 12.191. https://www.cidh.oas.org/annualrep/2003sp/Peru.12191.htm	Estudio para la Defensa de la Mujer (DEMUS), Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos Humanos de la Mujer (CLADEM), Asociación Pro Derechos Humanos (APRODEH), Centro Legal para Derechos Reproductivos y Políticas Públicas (CRLP) y Centro para la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)	• Esterilización forzada. • Solución amistosa.
	CIDH <i>M.M. vs. Perú</i> Informe No. 69/14. Caso 12.041. https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/PESA12041ES.pdf	Comité Latinoamericano y del Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM) y Center for Reproductive Law and Policy (CRLP)	• Solución amistosa.
	CIDH <i>Georgina Gamboa García y Familiares</i> Informe No. 61/14. Petición 1235-07. http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/PEAD1235-07ES.pdf	Comisión de Derechos Humanos (COMISEDH)	• Informe de admisibilidad
	Corte IDH <i>Miguel Castro Castro vs. Perú.</i> 25 de noviembre de 2006. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_160_esp.pdf	Víctimas(s): Reclusos del Penal Miguel Castro y sus familiares Representante(s):- Mónica Feria Tinta (Interviniente común)	• Concepto de violación y de violencia sexual • Reconocimiento del impacto diferenciado de la violencia sobre hombres y mujeres • Violación como crimen contra la humanidad • Deber del Estado de investigar
	Corte IDH <i>Espinoza Gonzáles vs. Perú.</i> 20 noviembre 2014. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_289_esp.pdf	Asociación Pro Derechos Humanos – APRODEH, senhora Teodora Gonzales Vda. de Espinoza y Centro por la Justicia y el Derecho Internacional – CEJIL.	• Violación y violencia sexual como tortura • Violencia sexual en contexto de conflicto armado • Protocolos de entrevista y exámenes médicos
	Corte IDH <i>J. vs. Perú.</i> 27 noviembre 2013. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_275_esp.pdf	Curtis Francis Doebller	• La declaración de la víctima como prueba fundamental; • El «<i>manoseo</i>» de la víctima consiste en violencia sexual y tortura; • Deber de investigar

PARTE II – ASPECTOS NACIONALES

DERECHO Y JURISPRUDENCIA SOBRE CRÍMENES SEXUALES EN LOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA

Esta segunda parte del estudio sobre la judicialización pretende investigar los aspectos nacionales relacionados a los 9 países que son miembros de la RLAJT: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, El Salvador, Guatemala, México, Perú, y Uruguay. Estos 9 países presentan experiencias bastante distintas de justicia transicional, considerando los contextos en que las violaciones de derechos humanos fueron (o son) practicadas. Algunos de esos países vivieron periodos dictatoriales durante las décadas de 1960 a 1980 (casos de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay). Otros enfrentaron conflictos armados internos entre los años de 1960 y 1990 (casos de El Salvador, Guatemala y Perú). Hay aún, entre los miembros de la RLAJT, países que vivencian hoy situaciones de conflicto o de graves crisis de derechos humanos (Colombia y México). Siendo así, los recortes temporales abordados siguen las especificidades de cada contexto nacional.

Partiendo de una revisión de bibliografía, la metodología para la recopilación de datos sobre el panorama interno de la judicialización de los crímenes sexuales fue estructurada por medio de dos instrumentos principales.

El primero corresponde a la aplicación de un cuestionario, con preguntas mayoritariamente cerradas, sobre la situación de la violencia sexual en el campo de la justicia transicional de cada país, que fue respondido por los miembros de la RLAJT.⁷⁵ Las preguntas del cuestionario buscaron mapear las obligaciones internacionales que vinculan los países en materia de violencia sexual, las disposiciones legales pertinentes en los respectivos ordenamientos, las demandas por justicia, incluyendo obstáculos, estrategias e iniciativas de judicialización, bien como el desarrollo y los resultados de las investigaciones y eventuales acciones judiciales.

El segundo instrumento fue la realización de entrevistas semiestructuradas con especialistas y actores que fueron indicados/as

75. El modelo de cuestionario aplicado está disponible en el Anexo I.

por los miembros de la RLAJT como personas de referencia para el debate sobre crímenes sexuales y justicia transicional. A partir de las indicaciones recibidas, fueron realizadas 13 entrevistas, considerando criterios de representatividad geográfica y de pluralidad de visiones ofrecidas. En tal sentido, fueron entrevistadas abogadas, activistas, procuradoras, estudiosas y víctimas, con el objetivo de recoger diversas perspectivas y profundizar el abordaje del tema.

Tanto las respuestas del cuestionario como las entrevistas, complementadas por la literatura levantada, indicaron conjuntos de fuentes documentales que también servirán de materia prima para el estudio de los aspectos nacionales de la judicialización. Fueron consultadas fuentes institucionales – legislación, reglamentos, fallos e informes de órganos de Estado – y no institucionales, entre las que se destacan materiales producidos por organismos de la sociedad civil, especialmente organizaciones feministas y grupos de mujeres.

El análisis en este punto seguirá una división temática organizada en cinco ejes. El primero trata de la invisibilización de la violencia sexual en los procesos transicionales. El segundo analiza la movilización de grupos de mujeres y el papel de los organismos de la sociedad civil en la articulación de demandas por justicia. El tercer eje está dedicado a los obstáculos al acceso a la justicia y a la responsabilidad penal. El cuarto punto aborda las estrategias y medidas adoptadas por los países para superar los obstáculos. El último punto trabaja las experiencias de responsabilidad penal en Argentina y Guatemala que cuentan con acciones judiciales ya falladas.

La organización por temas, en lugar de una división por países, busca tornar más fructíferos los esfuerzos de un análisis comparativo. A lo largo de los ejes se busca interrogar la especificidad de la violencia sexual, analizar los principales obstáculos al acceso a la justicia, y dar visibilidad a las luchas y mecanismos que han sido adoptados para enfrentar el silenciamiento e impunidad de esas violaciones.

1. La invisibilización de la violencia sexual en los procesos transicionales

Los crímenes sexuales pueden ser considerados un «caso especial» en la judicialización de la justicia transicional. Entre los países miembros de la RLAJT que atravesaran un periodo de dictadura entre las décadas de 1960 y 1990 – Argentina, Brasil, Chile y Uruguay – todos los representantes de los miembros indicaron, en respuesta al cuestionario enviado, que las denuncias relacionadas a crímenes sexuales sólo comenzaron a ser articuladas y a ganar fuerza más de 20 años después del término de las dictaduras. Incluso en

países que consiguieron avanzar los procesos de justicia, la inclusión de la violencia sexual en la pauta solo ocurrió tardíamente. Esta invisibilización de los crímenes sexuales debe ser considerada, en un primer momento, a partir de dos aspectos: i) las prioridades y los límites de las políticas de justicia transicional; y ii) el tiempo de las víctimas, considerando las condiciones de posibilidad del testimonio.

1.1. Prioridades y límites de los procesos transicionales

En los países que salieron de regímenes dictatoriales en la década de 1980, las medidas adoptadas durante las transiciones políticas no dieron atención a la violencia sexual empleada por las estrategias represivas. En el caso de Argentina, después de la caída de la dictadura, fue constituida, en 1984, la CONADEP – *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* – que se volvió conocida como experiencia pionera de comisión de verdad en la región. Los trabajos de la CONADEP se enfocaron en investigar los casos de desaparición forzada y en comprobar la existencia de un plan de exterminio de opositores políticos, puesto en práctica por el terrorismo de Estado implantado en el país entre 1976 y 1983. Entre los testimonios recogidos por la CONADEP hubo relatos de crímenes sexuales cometidos en los centros clandestinos de detención. En tanto, esos relatos no recibieron un tratamiento o atención especial, ya que el foco de las investigaciones era buscar informaciones respecto a las personas desaparecidas.

Los resultados y conclusiones de la CONADEP fueron publicados en el informe *Nunca Más*, que inspiró los títulos de informes producidos después en Uruguay y Brasil, por iniciativas de la sociedad civil, enfocadas a documentar las violaciones de derechos humanos practicadas en los periodos dictatoriales. Los trabajos de la CONADEP también proveyeron pruebas para el Juicio de las Juntas Militares (Causa 13/84), realizado en 1985, que culminó en la condena de cuatro miembros de las Fuerzas Armadas que tenían integrado los gobiernos militares. La estrategia de acusación fue concentrada en casos paradigmáticos, que no incluyeron delitos sexuales, y buscó robustecer la caracterización del contexto represivo y del plan sistemático de exterminio. Las especificidades de las violaciones de género quedaron así opacadas:

el objetivo general de probar la represión ilegal opacó las vivencias individuales, que, aunque mencionadas de modo reiterado por los testigos y recuperadas en los textos históricos, quedaron en un evidente segundo plano frente a la dimensión amplia del plan sistemático de desaparición y exterminio (Balardini *et al*, 2011, p. 170).

Poco tiempo después, el proceso de justicia en Argentina fue interrumpido por la aprobación de las llamadas «leyes de impunidad» *Ley del Punto Final* (Ley 23.492, 1986) y *Ley de Obediencia Debida* (Ley 23.521, 1987). Tres tipos de delitos fueron excluidos del alcance de las leyes de impunidad, porque supuestamente no estaban relacionados a la «lucha contra subversión»: los crímenes contra la integridad sexual; secuestro de bebés; y el robo de bienes personales. Siendo así, técnicamente, la persecución penal de crímenes sexuales que habían sido practicados durante la dictadura era posible; no obstante, ningún caso fue investigado en este momento, y esas violaciones permanecieron sin visibilidad.

Siguiendo el ejemplo de Argentina, en Chile, el gobierno del recién electo Patricio Aylwin creó en 1990 la *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (“Comisión Rettig”), con el objetivo de «aclarar las más graves violaciones a los derechos humanos cometidas en los últimos años»⁷⁶. El mandato se tradujo en el objetivo de investigar los casos de muerte y desaparición forzada practicada durante la dictadura de Pinochet. La justificación para dejar fuera otras violaciones importantes, como detenciones arbitrarias y tortura, era viabilizar que el trabajo fuese concluido en un plazo corto. Entre los ocho integrantes de la Comisión, apenas dos eran mujeres y ninguna de ellas era especialista en género «lo que eventualmente les hubiese permitido percibir la complejidad y especificidad de las violaciones de los derechos humanos de las mujeres» (Fries *et al*, 2008, p. 72). Como consecuencia, el informe final publicado en 1991 no incluyó consideraciones específicas sobre la violencia sexual u otras violaciones contra mujeres.

La misma ausencia se observa en Uruguay. La primera de las comisiones oficiales constituidas en la transición estaba encargada de investigar la situación de personas desaparecidas, y la segunda dedicada a averiguar las muertes de dos ex legisladores.⁷⁷ El foco de las comisiones también dejó de lado el examen de otros tipos de violaciones, como los de naturaleza sexual. En 1986, fue aprobada la Ley de Caducidad⁷⁸, que vedó el juzgamiento y punición de los agentes que practicaron crímenes durante la dictadura. Pese a la garantía de impunidad, el artículo 4º de la Ley mantuvo el deber del Estado de revelar la verdad y de investigar lo ocurrido con las personas desaparecidas y niños secuestrados. En opinión del Observatorio Luz Ibarburu (OLI), esto tiene implicancias políticas:

76. Artículo 1º del Decreto Supremo nº 355/1990.

77. Son: i) la *Comisión Investigadora sobre Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron*; y ii) la *Comisión Investigadora sobre el Secuestro y Asesinato Perpetrados contra los ex Legisladores Héctor Gutiérrez Ruiz y Zelmar Michelini*.

78. Ley nº 15.848, Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado.

Esa distinción que otorgaba a las desapariciones de personas adultas y menores, frente a otras conductas criminales de la dictadura, fue parte de una operación política que a lo largo de muchos años excluyó de toda consideración, la tortura, los asesinatos, la apropiación de menores y la violencia sexual (Observatorio Luz Ibarburu, 2016, pp. 177-178)

Aún en Uruguay, en 1989, fue publicado el informe *Uruguay Nunca Más* como resultado del trabajo de documentación realizado por el *Servicio de Paz y Justicia* (Serpaj), que registró las violaciones contra derechos humanos practicadas en la dictadura. El trabajo no trató en tanto, específicamente de crímenes sexuales o violencia de género. De la misma manera, en el contexto brasileño, el informe *Brasil Nunca Mais*, publicado por la Arquidiócesis de Sao Paulo, en 1985, no dio atención específica a los casos de violencia sexual y tampoco incorporó una perspectiva de género en el análisis de las denuncias hechas delante de las auditorías militares.⁷⁹

En relación a las iniciativas del Estado brasileño, solamente en 1995 fue aprobada la Ley 9.140 que reconoció la responsabilidad estatal por las muertes y desapariciones políticas cometidas en el periodo de la dictadura. La misma ley creó la Comisión Especial sobre Muertos y Desaparecidos Políticos (CEMDP), con competencia para conceder indemnización a las familias de las víctimas y coordinar las búsquedas de los restos mortales de las personas desaparecidas. También con foco en las víctimas de desaparición, la CEMDP, como las demás comisiones hasta entonces instaladas en los países vecinos, no tuvo una actuación específica relacionada a los crímenes sexuales cometidos en la dictadura brasileña.

El análisis de esas medidas de justicia transicional en los contextos de las transiciones democráticas demuestra que la preocupación considerada prioritaria, en el momento inicial era aclarar lo que había ocurrido con las víctimas fatales y el paradero de las personas desaparecidas. Esto se relaciona con las limitaciones prácticas enfrentadas por las políticas transicionales, como explica Gabriel R. de Souza Pinto:

toda vez que la justicia transicional lidia con recursos materiales y humanos inevitablemente escasos y, además, se proyecta a partir de la visión de si como provisoria y efímera, la necesidad de *escoger* se impone. Decisiones son tomadas respecto de que tipo de violaciones serán privilegiadas, cuales víctimas serán atendidas y como será hecho el ajuste de cuentas con el pasado. (Souza Pinto, 2013, p. 156).

79. Se trata de una iniciativa conducida por abogados en el final de la década de 1970. Contiene datos respecto a las denuncias y clasificaciones de las violaciones. A ese respecto, vease: Arns, 1987.

Las decisiones recayeron, de modo general, sobre la pauta asumida como más urgente y dramática para las familias: la cuestión de las personas desaparecidas. En este escenario, las mujeres fueron tratadas como víctimas secundarias o indirectas del conflicto, en la condición de testigos de sus parejas muertas o desaparecidas, de los hijos y nietos secuestrados, pero no protagonistas de las propias historias de violencia y sufrimiento.

Más allá de una cuestión estratégica de priorización de políticas públicas transicionales, también se debe considerar que la línea predominante en el campo de la justicia transicional adopta una visión estrecha y excluyente en relación a las violaciones de derechos humanos consideradas. Ese abordaje tradicional está ligado a un telón de fondo de la democracia liberal, que entiende las violaciones a partir de una perspectiva individualizada y homogeneizante. Como resultado, siguiendo el razonamiento de Rosemary Nagy, son excluidas del objetivo de la justicia transicional la violencia estructural y la violencia de género (Nagy, 2008, p. 276).

Para Nagy, el paradigma legalista o liberal-democrático refuerza «la tendencia de subestimar las ramificaciones de género y socioeconómicas del conflicto violento, que pueden incluir VIH, viudez y pobreza» (Nagy, 2008, p. 278). Con esto, se pierde de vista la importancia de investigar, no sólo los crímenes y violaciones practicadas, sino también sus causas estructurales y continuidades. En el caso de la violencia sexual, en la medida en que se explicita su origen y raíces en la jerarquía de género, se percibe que no hay ruptura entre las violaciones del pasado y del presente, toda vez que esas estructuras de poder y dominación persisten (Roesler; Senra, 2013, p. 49).

Los mecanismos típicamente empleados por la justicia transicional se reportan, generalmente, a categorías genéricas de violaciones a derechos humanos – como tortura, desaparición y ejecución – que no son suficientes para contemplar las formas específicas de las violaciones cometidas contra las mujeres.⁸⁰ También privilegian respuestas técnicas o jurídicas abstraídas de las experiencias subjetivas de las víctimas que, a su vez, son influenciadas por los patrones de opresión y jerarquías de género. Una violencia de género no puede reducirse, por lo tanto, a un ataque a derechos individuales.

80. A ese respecto, según Claudia Roesler y Laura Senra: «un primer paso hacia la aproximación de género y la justicia de transición es reconocer que había formas específicas de violencia a las que fueron sometidas las mujeres y las que deberán incluirse en la lista de crímenes y violaciones cometidas. Considerar tales violaciones en su especificidad – y no agruparlas en categorías genéricas tales como ‘graves violaciones de los derechos humanos’ – tiene un valor político y simbólico, para dar una mayor visibilidad y llamar la atención del Estado y la sociedad» (Roesler; Senra, 2013, p. 54). Sobre esta base, las autoras sostienen que en la lista de crímenes investigados violaciones específicas de género deben ser incluidas.

En este sentido, Rosemary Nagy demuestra las cegueras que una visión masculina produce dentro de la justicia transicional:

Hasta hace poco tiempo, mujeres y género estuvieron manifiestamente ausentes de los programas de justicia transicional. Determinaciones masculinas del problema transicional se centraron en la violencia política con un énfasis en las violaciones “extraordinarias” de derechos civiles y políticos. Esta construcción desconsidera y trata como “ordinaria” la violencia privada e íntima que mujeres vivencian en una sociedad militarizada y desigual. También falla en reflejar la inmensidad de daños sociales y económicos que son desproporcionadamente impuestos a las mujeres, viudas en particular durante y después la represión o conflicto armado. (Nagy, 2008, pp. 285-286)

Nagy se preocupa en llamar la atención para violencias que no estarían directamente vinculadas al conflicto o a la represión política porque ocurridas en el ambiente privado o doméstico. Sin embargo, se puede extender la crítica también para el tratamiento de la violencia sexual cometida por las partes en un conflicto armado o agentes represivos en los centros clandestinos de detención. Esto se debe a que, de la misma manera, la violencia sexual en estos contextos fue rotulada por mucho tiempo como un tipo de violencia relacionada a la vida privada e íntima de la víctima. Como se ve en el contexto del derecho internacional humanitario, los delitos sexuales fueron clasificados como delitos contra el honor hasta que se consolida un cambio de entendimiento en la década de 1990. En el mismo sentido, algunos sistemas jurídicos nacionales también contenían dispositivos que tipificaban los delitos sexuales de forma estereotipada.

Este es el caso de Argentina, donde, hasta la reforma del Código Penal en 1999, la violación y otras formas de violencia sexual se caracterizaron como «delitos contra la honestidad». Sólo con esta reforma que ahora se consideran delitos contra la integridad sexual de la víctima. Otro ejemplo es el Código Penal Brasileño de 1940⁸¹, que describía los crímenes sexuales como «delitos contra las buenas costumbres». Como ha destacado el Centro de Estudios para la Justicia Transicional (CJT) en respuesta al cuestionario, se trataba de una protección centrada en la moral de la sociedad, en lugar de la propia víctima. Otras disposiciones penales establecían que sólo la «mujer honesta» podría ser víctima de crímenes sexuales y que, en el caso de la víctima casarse con el agresor, el crimen se extinguía. Solamente con la ley n° 12.015 de 2009, los crímenes sexuales recibieron la calificación

81. Decreto-lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#nome_jurídico.

de «crímenes contra la dignidad sexual». En el caso colombiano, también fue realizada una reforma por la ley n° 360 de 1997⁸² para modificar el bien jurídico protegido por la tipificación de los crímenes sexuales, sustituyéndose el pudor por la dignidad de la persona. La misma ley eliminó la causa de extinción de la acción penal en la hipótesis del agresor contraer matrimonio con la víctima y incorporó un artículo denominado «derechos de las víctimas contra la libertad sexual y dignidad humana».⁸³

En el informe de 2011, la CIDH observó que el honor era también el interés jurídico tutelado históricamente en los delitos relacionados con la violencia sexual en Centroamérica. En los cambios recientes, la mayor parte de los Códigos Penales han considerado otros bienes jurídicos, como es el caso de El Salvador, que protege la libertad sexual, y Guatemala, que protege la libertad, la seguridad sexual y el pudor (CIDH, 2011, p. 14).

Al respecto de la protección de la honestidad, el honor o las costumbres para la calificación de los delitos sexuales, Lorena Balardini, Ana Oberlin y Laura Sobredo afirman, en estudio sobre el caso argentino:

El delito contra la honestidad – entendida como un valor a resguardar – indica que el hombre es alcanzado y afectado en su integridad moral por los actos de las mujeres vinculadas a él. Así leída la ley, no pretende defender a la víctima en tanto ciudadana sino resguardar cierto orden social, una determinada moral, expresada en ciertas costumbres, y muestra con claridad la vigencia del orden jerárquico patriarcal (...) (Balardini et al, 2011, pp. 181-182)

La moral patriarcal se manifiesta también en la definición restrictiva de violación como la penetración vaginal, a expensas de otras formas de abuso sexual, lo que indica que el bien jurídico protegido por el tipo penal es la protección de la herencia y la descendencia, consideradas como prerrogativas del padre y esposo (Balardini *et al*, 2011, p. 182). Este concepto de violación predominó en las legislaciones nacionales hasta hace poco. En Chile, una reforma legislativa sobre delitos sexuales en 1999, conducida por la Ley 19.617, amplió la comprensión de violación para incluir, además de la penetración vaginal sin consentimiento, el acceso por la vía anal y oral. También tipificó la violación en contra de «una persona», reconociendo que no sólo las mujeres, pero otros sujetos también pueden ser víctimas. La misma ley incorpora en el Código Penal el delito de «abuso sexual», que incluye actos diversos de la violación, pero que también tienen connotación sexual.

82. Ley 360 de 1997: http://www.secretariassenado.gov.co/senado/basedoc/ley_0360_1997.html

83. Otros aspectos relacionados a esas reformas penales serán tratados en el Punto 4.

En todos esos casos, el lento cambio de la ley es un síntoma de las dificultades, tanto a nivel individual e institucional, que enfrentan las mujeres de reportar o denunciar los delitos sexuales sufridos. Como ya se ha indicado, el derecho no sólo es un espejo, pero también es productor de jerarquías de género, en la medida en que es atravesado y constituido por relaciones de poder. Las representaciones legales y penales de delitos sexuales refuerzan la idea de que eran delitos menores o pertenecientes a la esfera íntima de las víctimas, y que eran motivo de vergüenza y constreñimiento. Dado este entorno hostil, muchas víctimas prefieren permanecer en silencio o demoraron para tomar conciencia de lo que fue la violencia que sufrieron y su gravedad.

1.2. El tiempo de las víctimas

En el estudio sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado en Argentina, Lorena Balardini, Ana Oberlin y Laura Sobredo elaboraron una hipótesis explicativa sobre el retraso en la aparición y la atención a los relatos de las mujeres. Las autoras proponen comprender la posibilidad de los testimonios de las víctimas en referencia a un *tiempo lógico*, que es independiente de una noción cronológica de tiempo (Balardini *et al*, 2010, p. 122). Ellas comprenden que hay un conjunto de condiciones lógicas que son necesarias para hacer posible la toma de consciencia sobre las violaciones, el compartimiento de los testimonios y su escucha comprensiva. Y se puede llevar años o décadas hasta que esas condiciones estén puestas (Balardini *et al*, 2011, p. 175).

Estas condiciones lógicas están vinculadas tanto a las víctimas como a la existencia de un espacio de escucha social. Por lo tanto, en un primer momento en los procesos de transición, la posibilidad de hablar fue impedida, o porque: i) los testimonios de las víctimas fueron enfocados en la búsqueda a los desaparecidos, lo que lleva a la absorción de los propios relatos por otros discursos; ii) no había una conciencia del significado y la gravedad de la violencia sexual, que era minimizada y descalificada; iii) las personas no querían escuchar los relatos de las víctimas.

En el contexto de las transiciones democráticas, las mujeres sobrevivientes que habían sufrido abusos y agresiones sexuales comprendieron que, en un primer momento, sus testimonios debían servir al propósito de denunciar y reunir información sobre los compañeros desaparecidos. Es decir, las propias víctimas relegaban la violencia sufrida para priorizar el esclarecimiento de los crímenes que consideraban más graves y urgentes. El testimonio de una víctima ofrecido en 2010, en la Causa Molina, en el proceso de la justicia argentina, revela esta jerarquía: «Dentro del horror que estaba en los campos de concentración, la violación parecía una cosa

secundaria. Frente a la muerte de mi marido, y de todo lo que sucedía allá dentro, todo el horror, eso quedaba en un segundo lugar...» (In: Balardini *et al*, 2010, p. 123).

Las víctimas también necesitan tiempo para comprender la violencia, para poder darle un nombre y tomar conciencia de su gravedad. Para muchas mujeres, delante las horribles torturas sufridas por sus compañeros militantes, los actos de violencia sexual parecían algo menor. Esta percepción llevó a que las víctimas silenciaran su dolor al sentir que se les había salvado de lo peor y que solo los crímenes más brutales merecían la atención y denuncia. La violencia sexual era minimizada o percibida como algo inherente a la tortura. Esto dio lugar a una naturalización del abuso sexual como parte de los tormentos, lo que contribuyó a su invisibilidad.

Al mismo tiempo, pesaba sobre las víctimas el miedo de la estigmatización y el temor a ser juzgadas y culpabilizadas por la violación que sufrieron. Aquí, la lógica de la desconfianza y la sospecha de la víctima, algo común en delitos sexuales del presente, tiene características específicas debido a que muchas mujeres militantes fueron acusadas de «traicioneras» que «han hecho tratos» con la represión por «ceder» al acoso sexual. Como si fueran responsables de ponerse en esa situación o tomar ventaja de ella para deshacerse de los castigos más duros. Esta es una descalificación muy particular de la violencia contra las mujeres, como si fueran capaces de resistencia, y el fracaso en resistir descalificaría la conducta política de las víctimas (Balardini *et al*, 2011, p. 181; Barbuto; Fries, 2008, p. 48).

Otro factor causador del silenciamiento de las víctimas de delitos sexuales es la inseguridad de denunciar. Por un lado, la práctica de la violación y la violencia sexual causan daños psicológicos a largo plazo, amedrenta a las víctimas e inhibe las quejas. Por otra parte, las víctimas se sienten intimidadas, ya que, por regla general, son también objeto de amenazas y represalias del agresor. En los casos en que el crimen sexual es cometido por agentes del Estado, miembros de las fuerzas armadas y de seguridad, la vulnerabilidad de las víctimas es aún más pronunciada debido a que los autores son los que deben garantizar su protección. El cuadro resulta más grave en los contextos en que, después del fin de los conflictos armados y dictaduras, los responsables de los crímenes todavía ocupan posiciones de poder o ejercen influencia política.

El daño social causado por los crímenes sexuales también funciona como un factor de aislamiento y de ostracismo de las víctimas, ya sea dentro de la familia o de la comunidad. En los casos de violencia sexual contra las mujeres indígenas, como ocurrió en una escala masiva en el conflicto armado interno en Guatemala y Perú, o en el contexto mexicano, es común

la marginación de las víctimas dentro de sus comunidades. A menudo, las víctimas no son aceptadas o son consideradas culpables por los otros miembros del grupo. Y ese juicio puede llevar a la expulsión o a que las propias víctimas decidan huir por vergüenza o por miedo de la reacción negativa del grupo. Como resultado, las víctimas pierden sus lazos con la comunidad y sufren aislamiento y desamparo, lo que también impide o retrasa la posibilidad de denuncia.

Se suma también el problema de la privatización de los delitos sexuales, tratados como si pertenecieran a la esfera íntima de las víctimas y estuvieran vinculados a una cuestión del placer, de la libido y del deseo sexual de los autores, y no a una cuestión de poder y de dominación (Segato, 2013). La consideración del fenómeno de la violencia sexual como un asunto privado, reforzado por su estatus legal en aquella época, ha contribuido a dificultar el tratamiento público del tema. Para muchas víctimas, fue necesario un proceso de resignificación política y subjetiva de las violaciones sufridas. Es simbólico en este sentido que colectivos feministas en Chile adopten como lema el reconocimiento y el castigo de la «violencia política sexual», puesto que incorpora la dimensión de poder en el concepto de la violencia.

Un último punto para destacar se refiere a la falta de escucha social. En el contexto del fin de las dictaduras y de la transición política, muchas personas, tanto del círculo personal como del activismo político, e incluso de las esferas institucionales, no querían o no eran capaces de escuchar las historias de las mujeres sobre la violencia sexual sufrida (Memoria Abierta, 2012, p. 88). Las víctimas que estaban dispuestas a hablar en esos tiempos tempranos encontraron, en general, una falta de atención y acogida sensible por parte de los interlocutores. Por un lado, existe una dificultad de orden general, tanto a nivel individual como colectivo, en escuchar lo traumático (Balardini *et al*, 2011, p. 172). Por otra parte, sobre todo en el caso de delitos sexuales, muchas personas se sintieron incómodas al escuchar los relatos, o no les daban importancia a ellos, o incluso creían que, al dispensar a las víctimas a hablar, estaban protegiéndolas o salvándolas del dolor de revivir el ocurrido o de exponerse a humillación. De esa forma, el miedo de la indiferencia también calló a muchas mujeres.

En una entrevista realizada para este estudio, el día 22 de julio de, 2016, Amelinha Teles, ex presa política y activista de las Promotores Legales Populares y de la Unión de Mujeres de Sao Paulo también informó sobre las dificultades que enfrentan en Brasil para hablar y nombrar la violencia sexual:

De hecho, yo diría que casi todas las mujeres que han sido secuestradas o detenidas fueron víctimas de delitos sexuales. Muchas, quizás,

no tengan o el coraje de hablar o la conciencia de que aquello era un crimen sexual (me parece que esto es también una falta de conciencia). Recuerdo, yo misma, cuando también era una víctima de la violencia sexual, en el DOI-CODI aquí de São Paulo y cuando llegué a comentar con un compañero sobre eso, él me dijo: «No hables con nadie al respecto. Lo guarde para ti, porque todos van a pensar que eres la culpable, todos van a pensar que tú lo has provocado». Y me puse impresionada con él, que era comunista, como yo, militante, persona de grande valor, no te voy a decir que él no tenga un valor político y una comprensión de la sociedad humana, pero tal vez él ya haya vivido o tenido esta experiencia con otros. Así que él me lo ha recomendado. Y creo que no lo ha hecho para que yo me silenciara, sino también para preservarme, porque en realidad hace unos cuarenta años era muy común que no se hablara de violencia sexual. Por cierto, no sé si usaría el término «violencia sexual» porque este término ni siquiera se utilizaba en esa época.

En otra entrevista, Beatriz Bataszew reiteró que no había en Chile, en la época de la dictadura y de la transición, esta comprensión de la violencia sexual como algo distinto de la tortura. Beatriz fue presa política durante la dictadura de Pinochet y ahora integra el colectivo *Mujeres Sobrevivientes Siempre Resistentes*, que lucha, entre otras directrices, por el reconocimiento de la violencia política sexual en el período dictatorial. En una entrevista el 12 de julio de 2016, Beatriz comentó sobre la recepción de testimonios de las mujeres en diferentes instancias:

Las mujeres, en muchas oportunidades, nosotras entregamos testimonios, incluso en la dictadura, incluso tanto en el campo de concentración. Entregamos testimonios sobre nuestros compañeros y compañeras que tenían desaparecido. En esta entrega de testimonio, nosotras nos dábamos cuenta de esta situación de tortura, de esta situación de violencia política sexual o tortura sexual. Sin embargo los jueces que en esta oportunidad tendrían que haber investigado por oficio, no lo hacían. Entregamos también nuestro testimonio en algunas organizaciones como de la Vicaría de la Solidaridad que jugó un importante rol en nuestro país en la protección de las víctimas y en alguno apoyo judicial, y tampoco esto era acogido. Cuando uno leía, desde después de la dictadura, uno iba a buscar los testimonios, uno encontraba que en la parte de la tortura se hablaba de tratos degradantes y en la parte de violencia sexual se hablaba de tratos humijantes. Pero se borraba en general nuestra declaratoria. Esto dá cuenta de persona o institución que no tenían tampoco la capacidad de diferenciar, y como esto les parecía seguramente muy atroz, sencillamente lo borraba y lo ponía un rotulo que según ellos daba cuenta de lo que nos había pasado. Después que termina la dictadura, el primer esfuerzo de las sobrevivientes es en relación a nuestra compañera y nuestro compañero detenido desaparecido o

ejecutado, es decir de lo que se consideraba y se considera los casos más graves de violación de los derechos humanos.

El discurso de Beatriz se refiere a la traducción de los relatos de las mujeres. Es decir, los testimonios eran recibidos, filtrados y traducidos de formas que literalmente borraban la experiencia del abuso sexual sufrido.

También en Brasil, la violencia sexual por parte de agentes de la represión fue denunciada incluso en el período de la dictadura por las mujeres que relataron las torturas sufridas ante las auditorías militares responsables por el procesamiento y enjuiciamiento de los llamados delitos políticos. En un estudio sobre estos relatos de tortura, Ana Paula Duque pregunta «cuáles fueron los posibles discursos elaborados, cómo fueron asimilados y oídos, y la forma como fueron traducidos por el derecho al ser transcritos en la auditoría militar por parte de los escribanes y jueces» (Duque, 2015, p. 42). La autora destaca como el ambiente masculino de los interrogatorios, ocupado por jueces, promotores, escribanes y abogados, en su gran mayoría hombres, constituyó una barrera no solo para el habla de las víctimas, como también «a una escucha que de hecho fuese sensible y capaz de comprender y traducir los significados de las vivencias narradas». A partir del análisis de las transcripciones-traducciones hechas por los militares, Duque concluye que «ese discurso jurídico es una forma de silenciar las mujeres torturadas: en muchos de los procesos las descripciones eran sencillas y diminutas, seguramente no expresando todo lo que fue narrado por la mujer en su testimonio» (Duque, 2015, p. 45).

En la transición para la democracia, esas operaciones de supresión todavía se encontraban presentes. Reforzando el relato de Beatriz Bataszew sobre el contexto chileno, también en entrevista para la investigación, Susana Chiarotti comentó sobre la vivencia de las mujeres ante las primeras iniciativas de verdad y justicia en Argentina:

cuando vos hablás con las víctimas que nosotros entrevistamos, algunas ya habían denunciado ante la CONADEP y nos contaban que cuando denunciaban estos hechos, los que escuchaban, los fiscales, miraban para otro lado y bajaban la cabeza, incluso [Julio] Strassera que había dirigido el “juicio a las juntas”, como una manera de no molestarlas, de no ponerlas más incómodas a ellas. Pero de alguna manera al poner todo lo demás, todo lo que ellas contaban resumirlo como tortura, estaban ignorando una experiencia cruel y dolorosa que ellas estaban haciendo el esfuerzo de contar.

Susana comentó que también hubo resistencia en tiempos recientes al tratar de los crímenes sexuales practicados en la dictadura argentina e, incluso, por promotores comprometidos con la defensa de los derechos humanos, que no veían utilidad en la investigación de casos de violencia sexual y creían que produciría revictimización. Fue necesario, por tanto, un

debate dentro del propio campo de los derechos humanos para resignificar el habla de las víctimas como un acto potencialmente terapéutico y para llamar la atención para los objetivos específicos de la violencia sexual dentro de las lógicas represivas de las dictaduras y conflictos.

El proceso de visibilización de la violencia sexual involucró tanto un trabajo con las mujeres sobrevivientes como un trabajo más amplio de sensibilización de la sociedad y de las instituciones del Estado, especialmente del sistema de justicia. Como será visto más adelante, en el ítem 4, alteraciones institucionales específicas también fueron necesarias para producir un ambiente institucional que hizo posible el discurso de las violaciones.

2. Movilización de mujeres: campañas para sensibilizar e iniciativas de judicialización

Entre los países latinoamericanos, el camino para dar visibilidad a los delitos sexuales y articular demandas por justicia y reparación involucró un trabajo de construcción colectiva entre las víctimas y de concienciación social e institucional. Es importante recuperar este proceso de movilización y las iniciativas que se han promovido, no sólo para ayudar a preparar el terreno para la búsqueda por justicia y reparación, sino también porque significa el reconocimiento de la capacidad de agencia de los sujetos. Aunque sean producidos y representados por mecanismos de saber/poder que son estructurantes, como el propio sistema jurídico, los sujetos (en el caso, las víctimas, pero también activistas de derechos humanos y otros actores sociales) son capaces de acción y, en el ámbito de la justicia transicional, sus batallas son el impulsor principal de los cambios y avances logrados.

En las respuestas a los cuestionarios enviados, los miembros de la RLAJT resaltan, en prácticamente todos los países, el papel desempeñado por los grupos de víctimas y organizaciones de la sociedad civil relacionadas con los derechos humanos, especialmente los derechos de la mujer, en este empeño. En algunos países, sin embargo, este es un trabajo todavía incipiente.

Brasil y El Salvador

En el caso de El Salvador, de acuerdo a la información del IDHUCA, aunque las fuerzas de seguridad han cometido delitos sexuales como métodos de tortura durante la guerra civil, hay pocos registros en este sentido, y el tema es poco discutido. Vale destacar la iniciativa del *Tribunal Internacional para la Aplicación de la Justicia Restaurativa*, promovida por el IDHUCA, por la Comisión de Amnistía, de Brasil, y por la *Fundación por la Justicia*, de

España, que busca una forma alternativa de aplicación de la justicia. Desde la primera edición en 2009, el Tribunal se constituye como un espacio de escucha y narrativa de las víctimas y de reconocimiento simbólico de las violaciones sufridas. Segundo informado por el IDHUCA, el Tribunal está recibiendo testimonios de mujeres que fueron privadas de libertad y sufrieron torturas sexuales durante el conflicto armado. De esa forma, aunque tenga alcance más amplio, el Tribunal puede ayudar a fomentar denuncias y articulaciones de víctimas de crímenes sexuales.⁸⁴

En Brasil, a pesar de las denuncias presentadas por mujeres ante la justicia militar aún durante la dictadura, y de otras que fueron llevadas al Tribunal Russell II⁸⁵ y a la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, no hubo un avance significativo de la movilización. Como fue informado por el CJT en respuesta al cuestionario, no se verifica la actuación de grupos de la sociedad civil dirigidos a denunciar específicamente la violencia sexual y de género en la dictadura.

Este diagnóstico fue confirmado por Amelinha Teles en entrevista para esta investigación. Al responder respecto a la existencia de una movilización en Brasil en torno a la agenda de la violencia sexual durante la dictadura, Amelinha dijo: «Estoy bastante segura, no me gusta decir esto, pero lo he hecho casi sola. No siento una movilización. (...) Yo siento que soy una sola, y una sola golondrina no hace verano, pero lo hago». Independientemente del escenario adverso, Amelinha sigue dedicada a la lucha lleva el tema a debate siempre que es invitada a hablar en público: «Por ser feminista yo sigo allí y hablo y voy. A veces me llaman para hablar de otras cosas y hablo –. «Mira ustedes que me llamaron para hablar de tal cosa, pero voy a hablar sobre eso [la violencia sexual durante la dictadura]». Hablo sobre eso, ¿lo comprende?».

En los demás países latinoamericanos, la visibilización de la violencia sexual se construye a partir de un trabajo de las víctimas y organizaciones de la sociedad civil.⁸⁶

84. Para más informaciones sobre el Tribunal de Justicia Restaurativa, ver el texto «La Actuación del Tribunal Internacional para la Aplicación de la Justicia Restaurativa», de Carol Proner (2012). Disponible en: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=147254>

85. Realizado en Roma, en el primer semestre de 1974.

86. Con respecto al contexto de Uruguay, el OLAP no puso de relieve cualquier iniciativa de la sociedad civil en particular. Pero vale la pena señalar que la organización de las mujeres víctimas conllevó a la presentación de la primera queja relacionada con la violencia sexual en 2011. La demanda colectiva fue presentada por 28 ex presas políticas e incluye los delitos sexuales cometidos en varios centros de detención.

Chile

En Chile, en los últimos años, los colectivos de mujeres comenzaron a luchar por el reconocimiento de la violencia política sexual en la dictadura de Pinochet. En 2004, se produjo la publicación del Informe Valech, que dedicó un capítulo específico a la cuestión de la violencia sexual contra las mujeres víctimas de prisión y torturas políticas, trajo testimonios de mujeres e introdujo la violencia sexual como parte de la tortura. Como se verá mejor más adelante, los relatos de violencia sexual fueron presentados a la Comisión Valech voluntariamente por las víctimas. Los testimonios fueron alentados por la movilización de un grupo de ex presas políticas en 2004, que hicieron, a la prensa, una denuncia colectiva de la violencia sexual como forma de tortura sistemática contra las mujeres en los centros de detención de la dictadura. El grupo fue convocado por las organizaciones feministas para reaccionar a las declaraciones de los líderes políticos que trataron de descalificar a la denuncia que Odette Alegría, también ex presa política, hizo en 2003, al nombrar uno de los agentes responsables de las agresiones sexuales que sufrió (Frei, 2008, p. 84). Esa iniciativa de Odette y de las demás víctimas que le mostraron solidaridad a ella desencadenó un movimiento más amplio de articulación y denuncia.

Las demandas por memoria y justicia con respecto a la violación cobraron impulso, aunque todavía en un ambiente hostil. En entrevista a esta investigación, Beatriz Bataszew habló de las dificultades para incluir el tema en los grupos tradicionales de activistas de derechos humanos:

ese tema de la violencia política sexual, como nosotras lo llamamos, por el componente político y el componente de género, también es un tema que fue muy complejo de colocar entre los nuestros propios compañeros ex-presos y ex-presas políticas. Ha sido una tremenda dificultad, tanta dificultad que yo era parte de una asociación de memoria y derechos humanos y que, al poner énfasis en particular en esta temática, yo sentí efectivamente que estaba siendo objeto de una misoginia y de un trato brutal por colocar este tema como un tema relevante para nosotras mujeres.

Frente a esta resistencia a incorporar en la discusión la violencia sexual que sufren las mujeres, Beatriz cuenta cómo fue la formación del colectivo *Mujeres Sobrevivientes siempre Resistentes*, de lo cual hace parte:

A partir de esta no comprensión, de esta situación específica de las mujeres, decidimos formar un colectivo independiente de cualquier otra organización de derechos humanos y lo decidimos en función de algunos objetivos. El primero era visibilizar esta situación que se da de manera particular y distinta solo a las mujeres y el segundo

era solicitar o luchar por que se tipifique el delito de la violencia política sexual como un delito autónomo, distinto al de tortura.

A partir de estos objetivos, el grupo ha llevado a cabo campañas para aumentar el conocimiento y el debate sobre la violencia política sexual en la sociedad chilena.⁸⁷ En el ámbito de la justicia, las víctimas reciben el apoyo de organizaciones de la sociedad civil, como la *Corporación Humanas*. En la entrevista concedida, Daniela Quintanilla, abogada de la organización, habló sobre el proceso de articulación de las mujeres sobrevivientes en el contexto de discusión del Informe Valech. La abogada relató que, en el inicio, fueron realizadas acciones comunicacionales con las mujeres y, en la medida en que comenzaron a socializar sus demandas, más mujeres se inserían. Así se desarrolló el trabajo conjunto, con miras a la presentación de las primeras denuncias por violencia sexual, en 2010:

Entonces comenzamos a articularnos junto con mujeres sobrevivientes que tenían un relato común desta forma específica de cómo se ejerció la tortura y la violencia contra las mujeres y comenzamos en un principio con un trabajo de documentación. Luego comenzamos a hablar de los procesos judiciales que se habían iniciado y volvemos a ver como la violencia sexual es absolutamente invisibilizada. Entonces se presentan, en principio, cinco querellas de sobrevivientes sobre distintos hechos de violencia sexual que ocurrieron durante la dictadura para hacer en este testigo también al interior a lo órgano judicial para investigarnos como es la aproximación del tribunal a este tipo de crímenes.

Según informado por el OJT en respuesta al cuestionario, en 2014, un grupo de cuatro mujeres (Alejandra Holzapfel, Nieves Ayress, Soledad Castillo y Lucrecia Brito) presentó, por iniciativa propia y sin recibir apoyo del Estado chileno, una denuncia por los actos de violencia sexual que sufrieron en la condición de presas políticas.⁸⁸ Otra acción penal fue iniciada en 2015: Lélia Perez, también ex presa política, presentó denuncia por diversos crímenes cometidos contra ella cuando tenía apenas 16 años,

87. En este aspecto, el grupo de mujeres hizo un vídeo para concientizar sobre el tema de la violencia política sexual, que puede ser consultado en: <https://youtu.be/DpqAss4qC60>. El colectivo también ha participado en la demanda de memoria, como la recuperación de lugares vinculados a la represión que han servido sobre todo a las violaciones contra las mujeres. En una decisión de mayo de 2016, la demanda fue atendida para declarar la casa de tortura «Venda Sexy» como un espacio de memoria. La propuesta consiste en la incorporación de un enfoque de género en el nuevo espacio, así como su administración por y para mujeres. A este respecto, ver el reportaje: <http://www.laizquierdadiario.cl/Recuperacion-de-la-casa-de-tortura-Venda-Sexy-para-las-mujeres>

88. Noticia La Nación.cl: «Mujeres ingresan querella por delitos sexuales en dictadura: éramos botín de guerra» 16 de mayo del 2014: <http://www.lanacion.cl/noticias/pais/ddhh/ex-prisionera-politica-ratifica-querella-por-violencia-sexual-en-dictadura/2014-12-01/125024.html>

entre ellos el de violación.⁸⁹ Las denuncias fueron recibidas por el juez competente por juzgar las causas relacionadas a derechos humanos, pero los dos casos se encuentran todavía en fase de investigación.⁹⁰

En noviembre de 2015, a instancias de la Corporación Humanas, la organización *Women's Link Worldwide* presentó un amicus curiae dedicado a la incorporación de la perspectiva de género y de la categoría de crímenes internacionales a la investigación del caso de Ana María Bastidas Campillo. El amicus presenta el desarrollo de las normas y la jurisprudencia internacional «en relación con la configuración, investigación y persecución de los actos de violencia sexual y violación como crímenes de lesa humanidad autónomos y formas específicas de violencia en base al género» (Women's Link, 2015, p. 4). Busca contribuir al examen de la justicia chilena, particularmente con respecto a la prueba y la autoría, como se verá más adelante.

Argentina

En Argentina, el proceso de justicia fue interrumpido por las «leyes de impunidad», adoptadas en la década de 1980. Durante la década de 1990, se realizaron los llamados *Juicios por la Verdad* que, como alternativa al procesamiento penal, buscaban aclarar lo que había sucedido a las personas desaparecidas, localizar sus restos mortales y saber, de forma amplia, la verdad sobre los crímenes cometidos durante la dictadura. Estos procesos no tienen el alcance para detener a los autores, pero lograron formar un robusto conjunto de pruebas que se convirtió en un instrumento útil para reabrir las causas penales a partir de 2006. Dentro de esta perspectiva de investigar y registrar los hechos, los *Juicios por la Verdad* abrieron un espacio importante para la entrega de testimonios. Y este espacio ha permitido a muchas víctimas darse cuenta de las formas de violencia que sufrieron y devolver el foco a sus propias experiencias traumáticas. Por primera vez, las sobrevivientes comenzaron a hablar de sí mismas y enfocar sus experiencias personales (Balardini *et al*, 2010, p. 121).

89. Noticia Villa Grimaldi.cl «Presentan querrela por violencia sexual política contra menores de edad en dictadura»: <http://villagrimaldi.cl/noticias/presentan-querrela-por-violencia-sexual-politica-contra-menores-de-edad-en-dictadura/>

90. Las causas relacionadas con los crímenes de la dictadura en Chile siguen los viejos procedimientos penales donde los jueces son responsables de llevar a cabo investigaciones. Por lo tanto, las víctimas presentan quejas y, cuando recibidas por el juez, se da inicio la investigación. Después de las investigaciones preliminares, se da seguimiento al auto de procesamiento y al auto de acusación, en el que el juez define el objeto del crimen y los autores de la persecución penal. El mismo juez que lleva a cabo la investigación es competente para llevar a cabo el juicio y la sentencia.

Cuando tuvo inicio el nuevo proceso de justicia en 2006⁹¹, hubo un «salto cualitativo en la construcción de los relatos», siendo más completos y detallados. Al mismo tiempo, creció el número de víctimas que exponen las violaciones sufridas (Balardini *et al*, 2010, p. 122). En testimonio a Memoria Abierta, Carolina Varsky dijo que en 2007, cuando era abogada del CELS, escuchó por primera vez declaraciones de víctimas ante los tribunales que hicieron referencias explícitas a los delitos contra la integridad sexual. Pasaron luego a trabajar este tema con las víctimas sobrevivientes, especialmente las mujeres que entendían que las violaciones eran parte de las condiciones de detención, o que habían recibido tratamiento privilegiado porque se les permitió salir por la noche o salir a restaurantes, aunque sufriendo violencia sexual. El trabajo se direcciona, por tanto, a desconstruir la percepción de las víctimas de la violencia y mostrar que la violación es un delito grave y es un delito distinto de la tortura. Según Carolina Varsky, al acercarse a las víctimas, los/las abogados/as no han recibido una reacción negativa, por el contrario:

La respuesta en general de las sobrevivientes sobre todo fue positiva. Porque no es que en general recibimos “no, yo de esto no quiero hablar”, “no, no me interesa avanzar sobre esto” sino, al contrario, dijeron “buenísimo” y muchas de ellas sintieron una especie de reparación al momento de sentir que las estaban escuchando y que eso lo podían decir (Memoria Abierta, 2012, p. 28).

Según ha informado Susana Chiarotti, en la entrevista concedida, el proceso de judicialización fue provocado por las víctimas que han tenido iniciativas de relatar la violencia sufrida en el ámbito de los procesos penales relacionados con delitos contra la humanidad cometidos por el terrorismo de Estado. Susana ha dicho que en la causa de *Campo de Mayo*, dos ex presas políticas reportaron su sufrimiento con la violencia sexual, que no fueron, sin embargo, considerados por el juez. Por lo tanto, la organización demandante, HIJOS, pidió al CLADEM (Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer) que preparara un escrito *amicus curiae* para reunir argumentos técnicos y legales para la necesidad de la investigación y la imputación de los delitos sexuales.

El *amicus curiae* fue presentado por el CLADEM y el *Instituto de Género, Derecho y Desarrollo* (INSGENAR) el 9 de febrero de 2010,

91. En el año de 2003, el Parlamento argentino decretó la nulidad de las «leyes de impunidad». Posteriormente, la inconstitucionalidad de las leyes fue declarada por la Suprema Corte de Justicia de la Nación, en 2005, en la sentencia del caso «Simón, Julio y otros s/ privación ilegítima de la libertad, etc». En 2006, hubo el primer juicio por crímenes de lesa humanidad practicados en el marco del terrorismo de Estado.

delante del Tribunal de San Martín⁹². La petición presenta argumentos en favor de la consideración de los delitos sexuales cometidos en los centros de detención como crímenes contra la humanidad y la consiguiente responsabilidad penal tanto de autores directos, como los que, en la estructura de poder, mantenían dominio y control de los actos realizados (CLADEM y INSGENAR, 2010, p. 2). Las organizaciones sostienen que la persecución de los delitos sexuales «está vinculada indisolublemente a la obligación internacional del Estado de investigar y castigar los crímenes de lesa humanidad, respetar y garantizar específicamente el derecho al acceso a la justicia sin discriminación de clase ninguna, en particular, razón de género» (CLADEM y INSGENAR, 2010, p. 2). El *amicus curiae* se apoya fuertemente en los testimonios prestados por las víctimas conteniendo denuncias de violencia sexual, bien como en las normas y jurisprudencia internacional sobre el tema, tanto para contextualizar la práctica de los crímenes sexuales en el marco del terrorismo de Estado en Argentina, como para demostrar su configuración como crímenes contra la humanidad.

En un primer momento no era posible revertir la decisión del tribunal porque los crímenes no fueron incluidos por la Fiscalía en la acusación, por lo que no podían ser juzgados y castigados. En respuesta, las organizaciones han seguido una estrategia con doble enfoque, tal como se describe en la entrevista Susana:

lo que hicimos nosotras es armar una estrategia. Por un lado difundir el *amicus curiae* ampliamente por todas las redes sociales, especialmente aquellos que trabajaban en los derechos humanos, hacer presentaciones públicas, tratando de convencer a todos los que estaban involucrados de la necesidad de imputar los casos de violencia sexual, de manera autónoma y separada de los casos de tortura (...) Y la otra fue darnos una estrategia hacia el Ministerio de la acusación, hacia los fiscales, y en ese sentido lo que hicimos es pedir una audiencia a la Procuración General de la Nación, les pedimos que nos recibieran y nos recibieron en Buenos Aires. Y ahí les planteamos que era importante que los fiscales ya imputaran estos delitos, porque el juez no podía ir más allá de lo que la acusación había planteado.

En esa reunión, las organizaciones hicieron hincapié en la necesidad de que la Fiscalía, al investigar y denunciar los delitos de violación y

92. Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM); Instituto de Género, Derecho y Desarrollo (INSGENAR). *Amicus Curiae*. Causa No 4012 "Riveros, Santiago Omar y otros por privación ilegal de la libertad, tormentos, homicidio, etc.". Juzgado Federal en lo Criminal y Correccional no 2 de San Martín. 9 de fevereiro de 2010. (CLADEM y INSGENAR, 2010)

violencia sexual, los considerase como crímenes de lesa humanidad. Este enfoque permitiría la visibilidad de la violencia de género y proporcionaría una reparación integral a las víctimas. Ambas entidades recibieron el compromiso de la Fiscalía de perseguir los delitos sexuales de forma autónoma y mantener una colaboración mutua para identificar los casos y calificar correctamente los delitos.

A partir del esfuerzo de difusión del *amicus curiae*, las organizaciones señalaron que muchos actores institucionales no entendían que la violencia sexual contra las mujeres durante la dictadura argentina había sido sistemática. Esto condujo, como informó Susana, la iniciativa de hacer un trabajo de entrevistas con las víctimas y escuchar las violaciones sufridas en cautiverio. Este proyecto ha permitido que muchas víctimas se den cuenta de que habían sufrido violencia sexual y dio origen al libro *Grietas del Silencio* (2011), que reúne los testimonios recogidos de diferentes partes de Argentina. Con la publicación, Susana dijo que las organizaciones fueron llamadas a hacer presentaciones públicas del libro en varios lugares en donde se llevaban a cabo los juicios, y tuvieron la oportunidad de distribuir los libros a los jueces y fiscales, como parte de la estrategia de sensibilización y concienciación.

Perú

En el caso peruano, el Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú (IDEHPUCP) indicó, en respuesta al cuestionario, tres hitos en el proceso de movilización y denuncia de crímenes sexuales cometidos en el conflicto armado interno. El primero se produce en 1982, cuando, durante el conflicto armado, el gobierno declaró estado de emergencia en zonas afectadas por la violencia política, imponiendo el control militar y restricciones a las libertades individuales y colectivas. En este contexto, las organizaciones no gubernamentales hicieron las primeras denuncias de violaciones de los derechos humanos, e identificaron la práctica de la violación contra las mujeres que han denunciado la desaparición o detención de sus compañeros, niños o miembros de la familia. Sin embargo, las denuncias tuvieron poco eco en la opinión pública, y prevaleció el miedo y la represión.

El segundo hito comprende los años de 1997 a 2000. En 1997, fueron vehiculadas denuncias en periódicos por mujeres de las comunidades de Huancabamba (Piura) y de Anta (Cusco) que habían sido sometidas a procedimientos de esterilización forzada en el ámbito de la política de salud llamada «Anticoncepción Quirúrgica Voluntaria – AQV», implementada en el régimen de Alberto Fujimori, entre 1996 y 2000. Según datos del CLADEM, 270 mil mujeres fueron esterilizadas, en todo el país, en el

ámbito de esa política. El objetivo principal fueron mujeres pobres de zonas rurales, indígenas (*quechuahablantes*) y analfabetas, siendo que algunas llegaron a ser secuestradas por negarse a hacer la cirugía. Como la mayoría de las víctimas no hablaban español, tuvieron dificultad de acceder a las instituciones estatales para buscar asistencia o denunciar lo ocurrido.

En 1999, las organizaciones no gubernamentales DEMUS, CLADEM, Asociación Pro Derechos Humanos (APRODEH), Centro Legal para Derechos Reproductivos y Políticas Públicas (CRLP) y Centro para la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL) presentaron una petición a la CIDH contra el Estado peruano por violaciones a los derechos de la señora María Mamérita Mestanza Chávez, sometida sobre coerción a un procedimiento quirúrgico de esterilización que resultó con su muerte. Como fue visto, en 2003, fue firmado un Acuerdo de Solución Amistosa en que el Estado reconoció su responsabilidad y se obligó a adoptar medidas de reparación y de prevención, para investigar y sancionar los responsables.

Entre 2012 y 2016, fueron iniciadas nuevas investigaciones judiciales y se produjeron nuevos estudios sobre el tema, que entró para la agenda pública y electoral. También fueron organizadas campañas de sensibilización y grupos de presión que fortalecieron las demandas por justicia y reparación. Dos iniciativas pueden ser destacadas en ese sentido. En primer lugar, el lanzamiento de la plataforma interactiva *Quipu* con testimonios de mujeres víctimas de esterilización forzada. El proyecto constituyó un archivo de memoria colectiva que cuenta un poco de las historias de esas mujeres y permite que sean más ampliamente conocidas.⁹³ En segundo lugar, la organización de la campaña *Somos 2074 y muchas más* por grupos de mujeres y víctimas, con el objetivo de dar visibilidad a la política de esterilización forzada y a las demandas por justicia y reparación.⁹⁴ El nombre de la campaña se refiere al número de mujeres que presentaron denuncias a la Fiscalía. Después de 14 años que el caso quedó bajo investigación preliminar y bajo la presión de las víctimas a presentar la denuncia, la fiscal Marcelita Gutiérrez, responsable de la investigación en la Segunda Fiscalía Provincial,

93. La plataforma puede ser accedida en: <https://interactive.quipu-project.com/#/es/quipu/intro>. En ella se encuentra la explicación del nombre del Proyecto: «Los quipus son cuerdas anudadas que fueron usadas por los Incas y antiguas civilizaciones andinas, para transmitir mensajes complejos. Este documental interactivo es una interpretación contemporánea de este sistema. A través de una línea de teléfono especialmente desarrollada y conectada a esta web, los testimonios de alrededor de 150 personas esterilizadas han sido recolectados. Esperamos que el número de voces siga creciendo y conectándose para así construir una comunidad en torno a este hecho en común.»

94. Para más informaciones sobre la campaña «Somos 2074 y muchas más», acceso aquí: <http://www.demus.org.pe/campanas/somos-2074-y-muchas-mas/>. Hay también una página en facebook: <https://www.facebook.com/Somos-2074-y-Muchas-M%C3%A1s-496530317187709/>.

archivó parcialmente el caso, en julio del año 2016. La promotora entendió que no había un aparato organizado de poder responsable de realizar las esterilizaciones forzadas. Descartó, así, la configuración de crímenes contra la humanidad y la responsabilidad del ex dictador Alberto Fujimori y sus ministros de salud. En agosto, el promotor general (*fiscal superior*) Luis Landa Burgos ordenó la reapertura del caso por la promotora Gutierrez para complementar las investigaciones.⁹⁵ Al mismo tiempo, también en 2016, hubo un avance en el campo de las políticas reparatorias, con la apertura del registro de víctimas de esterilización forzada.⁹⁶

Por último, el tercer hito identificado por el IDEHPUCP fue el año de 2016, en que se inició el primer juicio oral por la práctica de violencia sexual contra 09 mujeres de las comunidades de Manta y Vilca (Huancavelica), violadas por miembros de las fuerzas armadas entre 1984 y 1991. El caso había sido remitido por la Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR) para el Ministerio Público en el año 2003.⁹⁷ Sin embargo, debido a la complejidad del caso, desconocimiento de la normatividad internacional de derechos humanos y su aplicación en el derecho interno, escaso conocimiento del enfoque derechos humanos, género e interculturalidad, inadecuada tipificación y falta de priorización, las investigaciones preliminares se extendieron hasta 2007, cuando se presentó la denuncia. La acción penal, que comenzó en 2009, se mantuvo en la fase de investigación durante cuatro años. Finalmente, el 08 julio de 2016, comenzó el juicio oral.

En el caso peruano, según lo informado por María Ysabel Cedano en la entrevista para la investigación, DEMUS adoptó una estrategia de litigio emblemático. Según la investigación realizada por la CVR, el caso Manta y Vilca mostró que la violencia sexual era una práctica generalizada y sistemática en algunas zonas del país, en particular dónde se han instalado bases militares. Esto se debe a la estrategia militar de arrasamiento de comunidades, que incluyó, junto al dominio del territorio, la práctica de la

95. Ver las noticias sobre el archivamiento y la determinación de reapertura del caso en: http://rpp.pe/peru/actualidad/fiscalia-archivo-caso-de-esterilizaciones-forzadas-noticia-982885?ns_source=self&ns_mchannel=articulo.body&ns_campaign=content.rel y <http://rpp.pe/politica/judiciales/fiscalia-superior-reabre-caso-de-esterilizaciones-forzadas-noticia-989434>. Sin embargo, durante la revisión final del presente estudio, el 7 de diciembre de 2016, la promotora Marcelita Gutierrez volvió a archivar el caso. La organización peruana DEMUS presentó recurso contra la decisión y considera apelar a la CIDH, recordando la solución amistosa firmada por Perú en un caso de esterilización forzada. Ver: <http://larepublica.pe/impresa/politica/830133-presentaron-recurso-de-queja-por-el-archivamiento-del-caso-esterilizaciones>

96. Segundo datos del Ministerio de la Justicia, en diciembre de 2016, el Registro ya incluye 2000 víctimas de esterilización forzada. Esa información fue prestada por María Ysabel Cedano, directora del DEMUS, para el reportaje: <https://mundo.sputniknews.com/americalatina/201612131065515810-peru-esterilizaciones-fujimori/>.

97. La Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR), que entregó su informe final en 2003, documentó dos casos emblemáticos de violencia sexual: el caso Montesa y el caso Manta y Vilca, que fueron remitidos al Ministerio Público para la toma providencias relacionadas a la búsqueda por justicia.

violencia sexual como una forma de sometimiento. Debido a esta dimensión, María Ysabel Cedano dijo que el caso Manta y Vilca fue seleccionado por DEMUS para componer la estrategia de litigio emblemático. La idea es que la discusión no se agote en las violaciones individuales sufridas, sino que permitan ampliar la escala de observación para abordar las causas estructurales de la violencia sexual y la responsabilidad del Estado:

nosotras, cuando usamos un litigio emblemático, no es solo para alcanzar justicia en el caso individual. Es un litigio emblemático porque, con consentimiento de las patrocinadas, usamos el caso para avocar cambios culturales, cambios políticos y cambios sociales. Y además usamos el caso para modificaciones de leyes y políticas públicas que permitan, a través de medidas de no repetición, que avancemos en reconocimiento y garantía de derechos humanos. Por lo tanto, nosotras cuando litigamos Manta y Vilca no es solo porque queremos que las 24 [CVR, 2003b] mujeres que dieron sus testimonios a la CVR accedan a justicia y reparación, o que solo las 09 mujeres que están en juicio oral accedan a lo mismo, sino lo que queremos es también que se reconozca que lo que sucedió en este país fue un crimen de lesa humanidad, de responsabilidad de un Estado y de gobiernos de turno. No queremos que esto quede como responsabilidad individual de militares, como si hubieran actuado sin haber recibido órdenes. Queremos evidenciar que en el Perú se ha llegado al extremo de que el propio Estado ordene violar o use la violación contra las mujeres. Si eso no se admite social y culturalmente, eso va hacer que continúe la impunidad en los casos de violencia sexual cotidianos.

Guatemala

En Guatemala, el conflicto armado interno terminó con los Acuerdos de Paz de 1996, dejando un rastro de graves violaciones contra los derechos humanos, incluidos los actos de violencia sexual, como la violación, la esclavitud sexual y doméstica. La práctica de la violación masiva, sistemática y generalizada, sobre todo por las fuerzas de seguridad del Estado, ha sido reconocida por el informe de la *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* (CEH) de 1999, y también por el *Informe de Recuperación de la Memoria Histórica* (REMHI), realizado en 1998 por la *Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala* (ODHAG). A pesar de esos reconocimientos oficiales, las víctimas quedaron por mucho tiempo en silencio y no eran contempladas por las iniciativas de reparación y justicia (al menos no de forma ecúanime y adecuada).

A partir de 2003, la *Unión Nacional de Mujeres Guatemaltecas* (UNAMG) y el *Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicosocial Comunitaria* (ECAP) formaron un «Consorcio Actoras de Cambio: mujeres en búsqueda de justicia», con el objetivo de trabajar con mujeres

sobrevivientes de violencia sexual en el conflicto armado interno. En entrevista concedida a esta investigación, Ada Valenzuela (UNAMG) relató cómo fue desarrollado ese trabajo:

Mientras ECAP trabajaba con la parte psicosocial de las mujeres, UNAMG trabajaba con la parte del empoderamiento y derechos humanos de las mujeres así como su organización. Porque todas pensamos, estamos convencidas que un paso fundamental para las mujeres hablaren de lo que le han sucedido es el fortalecimiento personal de ellas a través de procesos de empoderamiento, que incluyen formación de organización y sobre todo para entender que las mujeres no están solas en ese proceso. (...) Se crearan metodologías específicas para trabajar el tema del empoderamiento con las mujeres, para trabajar el tema de su organización y, así digamos, se empezaron a conformar los grupos de las mujeres sobrevivientes a la violencia sexual durante la guerra con las cuales trabajamos sus procesos de formación y a las cuales todavía se les seguimos acompañando hasta ese momento.⁹⁸

A lo largo del trabajo, Ada dijo que las mujeres pasaron a compartir experiencias y elaborar juntas el problema de las causas y consecuencias de la violencia. Con eso pasaron a tomar conciencia de las conexiones entre la violencia del pasado y del presente y a reconocer las raíces coloniales de la violencia sexual contra las mujeres en Guatemala:

(...) hemos ido construyendo al redor de esos años, hemos ido construyendo efectivamente y analizando como vemos la violencia sexual incluso en presente en el país y como se ha venido parte de un continuo de violencia a la vida de las mujeres guatemaltecas. Que la violencia sexual no tiene solamente un vínculo con la guerra, sino que tiene un vínculo desde la invasión colonial a nuestro país así como es todo un proceso histórico para entender porque la violencia sexual sigue siendo uno dos los principales problemas que enfrentan las mujeres en el país.

Además de volcar la atención para las mujeres sobrevivientes, el trabajo también buscaba alcanzar la sociedad guatemalteca de forma amplia. En ese sentido, Ada destaca la importancia de las campañas de sensibilización y de comunicación social:

98. En el mismo sentido sentido: «El eje principal del trabajo de ECAP y de UNAMG, desde el inicio del acompañamiento a las mujeres sobrevivientes de violencia sexual, ha sido el empoderamiento desde una perspectiva integral. Este proceso ha incluido acompañamiento psicosocial, formación en derechos de las mujeres, recuperación de la memoria histórica, sensibilización social e incidencia política para la justicia y el resarcimiento, así como la realización de varios encuentros entre mujeres sobrevivientes.» (UNAMG, 2012, p. 15)

pensábamos que uno era el trabajo con las mujeres para acompañarlas a ellas en ese proceso para que pudieran hablar de lo que les había pasado hasta llegar al juicio de Sepur Zarco de un pequeño grupo de esas mujeres. Pero también pensábamos que es fundamental que la sociedad guatemalteca conozca a lo que pasó a las mujeres en la guerra, y que hay mujeres que sobrevivieron y que es responsable de esa violencia y que no podemos permitir que se siga reproduciendo la violencia sexual a las mujeres en el país.

Deshecho este consorcio inicial, la UNAMG y la ECAP siguieron trabajando en conjunto y a partir de 2009, se alían a la organización *Mujeres Transformando el Mundo* (MTM) para planificar la iniciativa, realizada en marzo de 2010, del «Tribunal de conciencia contra la violencia sexual hacia las mujeres durante el conflicto armado interno en Guatemala»⁹⁹. En contacto con las víctimas, se percibió, primero, que muchas todavía tenían miedo y recelo de llevar sus relatos al público. Segundo, que la principal demanda de las mujeres era la de «*Ser escuchadas y que la gente sepa que no somos culpables*» (UNAMG, 2012, p. 16). En ese diálogo, fue decidida la realización del Tribunal y definido el objetivo:

Visibilizar los efectos de la violencia sexual en la vida de las mujeres y en el continuum de violencia actual, a través de un mecanismo alternativo y reparador en donde sean escuchadas por personas que ellas reconocen con la autoridad moral suficiente para explicar las condiciones en las que fueron violadas, y determinar las causas y las consecuencias en las mujeres y en la sociedad de la violación y la violencia sexual cometidas durante el enfrentamiento armado. (In: UNAMG, 2012, p.16)

Inspirado en el Tribunal de Tokio, que ocurrió en el año 2000, el Tribunal de Consciencia Histórica, como es llamado, fue pensado a partir de una estructura correspondiente al sistema de justicia, con la presencia de promotoras de consciencia, juezas y magistradas de consciencia, producción de pruebas con la escucha de los testimonios de las víctimas¹⁰⁰ y peritajes especializados¹⁰¹ (UNAMG, 2012, p. 18). La idea fue dar centralidad a las voces y a las historias de las mujeres que declararon, en nombre de todas

99. Ver la publicación «Ni Olvido Ni Silencio» en: http://publicaciones.hegoa.ehu.es/assets/pdfs/279/Ni_olvido_ni_silencio.pdf?1342173748

100. Importante destacar que, entre los testimonios presentados, uno se refería a los actos de violencia sexual practicados durante la desocupación de tierras en 2007, «lo que permitió visualizar la continuidad de la violencia sexual como una estrategia de guerra en el pasado que sigue vigente en los conflictos del presente» (UNAMG, 2012, p. 19).

101. Los peritajes especializados abordaron el tema de la violencia sexual contra las mujeres en el conflicto armado a partir de diferentes perspectivas: estrategia militar, género, psicosocial, médico, antropológico, cultural y jurídico-doctrinario (UNAMG, 2012, p. 20).

las víctimas, ante el tribunal. Las organizaciones han hecho un trabajo cuidadoso de acompañamiento de las mujeres, preparando los testimonios y dando asistencia psicológica. Se cree que un ejercicio de catarsis podría traer efectos terapéuticos a las víctimas, así como efectos pedagógicos a la sociedad en su conjunto.

El juicio realizado se llevó a cabo durante dos días, con traducción a seis idiomas mayas, de forma pública y con una amplia cobertura (UNAMG, 2012, p. 19). Como indicó el CAFCA en respuesta al cuestionario, el Tribunal buscó:

- Realizar una acción política y dignificante para las mujeres sobrevivientes de Violencia Sexual;
- Sensibilizar a la sociedad sobre la violencia sexual como un problema social y no únicamente de las mujeres;
- Demostrar que la violencia sexual fue una estrategia de guerra y constitutiva de genocidio y de feminicidio;
- Demandar al Estado acciones integrales de reparación y en contra de la impunidad sobre violencia sexual en el pasado y presente.

Después del relato del caso por las promotoras, la escucha de los testimonios, y la presentación de los peritajes especializados, las magistradas de conciencia hicieron su pronunciamiento final, en el que reconocieron que los actos de violencia sexual cometidos durante el conflicto son crímenes contra la humanidad y por lo tanto son crímenes imprescriptibles y casi en su totalidad imputables al Estado.¹⁰² De esa forma, el juicio fue un acto político y de justicia simbólica que retiró la culpa de las mujeres y atribuyó la responsabilidad al Estado por las violencias sexuales que sufrieron.

Todavía en el ámbito de las iniciativas de asistencia a las víctimas, vale destacar que el Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA), miembro de la RLAJT, también ha realizado un proyecto con mujeres de la etnia maya q'eqchi', en Alta Verapaz. Como fue informado en la respuesta al cuestionario, el trabajo busca ofrecer herramientas, jurídicas, para que las mujeres obtengan una reparación integral, digna y transformadora, siguiendo los parámetros internacionales de los derechos humanos. En esa línea de actuación, CAFCA ya ha desarrollado un trabajo comunitario que ha implicado en la colecta de testimonios individuales de mujeres pertenecientes a

102. Ver el pronunciamiento del Tribunal de Conciencia Histórica en: <http://www.ecapguatemala.org.gt/publicaciones/pronunciamiento-tribunal-de-conciencia-guatemala-2010>

seis comunidades, de testimonio colectivos que servirán de subsidio a peticiones y a denuncias, y también en la realización de encuentros y de actividades. Las mujeres sobrevivientes pasaron a organizarse en Comités de Mujeres Víctimas del Conflicto Armado Interno y, con el apoyo del CAFCA, construyeron los llamados *Memoriales de Agravio* – que contienen una descripción de las violaciones sufridas durante el conflicto – y actúan ante los órganos del Estado para presentar sus demandas de reparación y justicia (ODHAG, 2014, pp. 12-13).

En sus despliegues, el Tribunal de Consciencia Histórica abrió camino para la articulación de denuncias formales para la persecución penal de los responsables de la práctica de crímenes sexuales en el período del conflicto armado. Las tres organizaciones (UNAMG, ECAP e MTM) unidas en «Alianza Rompiendo el Silencio» dieron soporte a las 15 mujeres de la etnia maya q'eqchi' que llevaron a la justicia una denuncia por la esclavitud sexual y doméstica a la que fueron sometidas en el destacamento militar de Sepur Zarco durante el año de 1982.

La judicialización del caso Sepur Zarco siguió una línea de litigio estratégico, que busca el acceso a la justicia formal y la participación de la sociedad y de las instancias del Estado. Según las organizaciones que componen la *Alianza Rompiendo el Silencio y la Impunidad*, el litigio estratégico «se impulsa con el propósito de producir un impacto social a través del derecho, fortalecer las instituciones del sistema de justicia, identificar las fortalezas y debilidades de las instituciones de justicia, promover el debate público y educar a la sociedad, así como fortalecer el accionar de las mujeres en todo el proceso». En el mismo sentido relató Ada Valenzuela, en la entrevista concedida, que el litigio estratégico envuelve una actuación en el campo jurídico, pero también en el campo de sensibilización y del acompañamiento del nivel comunitario. Según Ada, «son varias cosas que se fueron haciendo para poder posicionar en la agenda pública, en la agenda política y en la agenda legal el caso de las mujeres de Sepur Zarco». Esas acciones involucraron entrevistas con las víctimas y diversos testimonios claves, pero lo más importante, para Ada, fue «mantener la cohesión del grupo, acompañarles en cada etapa del proceso, superar el miedo y los problemas de salud que algunas padecen».

Diversos componentes integraron el litigio estratégico desarrollado en el ámbito del caso Sepur Zarco, como destaca un informativo de la *Alianza Rompiendo el Silencio y la Impunidad*:

- Estrategia Jurídica: Incidir en el ámbito de justicia, desde una mirada crítica y estratégica del derecho penal e internacional de DDHH, humanitario y de las mujeres.

- Estrategia Política: Impulsar la perspectiva y reflexión feminista en la justicia transicional, a partir de casos de violencia y esclavitud sexual y doméstica contra las mujeres cometidos por fuerzas armadas.
- Estrategia Comunicacional: Posicionar la violencia sexual contra las mujeres ejercida por fuerzas armadas, como un crimen de trascendencia internacional.
- Estrategia Psicosocial: Desde la generación de capacidades para afrontar los efectos psicosociales de la violencia, fortalecer el liderazgo y actoría comunitaria de las mujeres en la defensa de sus derechos humanos.
- Estrategia de Seguridad: Desarrollar mecanismos para afrontar riesgos y vulnerabilidades en el litigio estratégico de casos de violencia sexual contra mujeres¹⁰³

Colombia y México

Por fin, en los conflictos que se desarrollan en la actualidad, en Colombia y en México, la articulación entre grupos de mujeres, organizaciones de derechos humanos y movimiento feminista también tiene un papel central en la visibilización de la violencia sexual. En Colombia, según lo indicado por la Universidad de Rosario en el cuestionario enviado, se destaca el trabajo de organizaciones de mujeres, principalmente la *Corporación Sisma Mujer*, *Corporación Humanas*, a *Iniciativa de Mujeres por la Paz* (IMP), la *Casa de la Mujer*, *Dejusticia* y la *Ruta Pacífica*. Todas ellas han representado víctimas de violencia sexual en el marco del conflicto armado.

En el caso mexicano, el contexto de extrema violencia contra las mujeres y de impunidad de los agentes del Estado involucrados ha sido respondido por una potente movilización feminista. Diversas organizaciones, dentro y fuera del país, desarrollan acciones, campañas de combate a la discriminación y a la violencia contra las mujeres. En una alianza compuesta actualmente por 49 organizaciones de derechos humanos, mujeres de 21 estados y del distrito federal, se constituyó el *Observatorio Ciudadano Nacional del Feminicidio* (OCNF), con el objetivo de monitorear y exigir respuestas de las instituciones responsables por prevenir, investigar y punir los casos de violencia contra las mujeres y el feminicidio. La actuación del

103. Ver: "Caso Sepur Zarco, la lucha de las mujeres por la justicia". Disponible en: <https://www.mpdl.org/sites/default/files/160210-dossier-alianza-rompiendo-silencio.pdf>. El caso fue juzgado en febrero de 2016 y fue la primera vez que un tribunal nacional condenó agentes del Estado por la práctica de actos de violencia sexual como crímenes contra la humanidad. Más adelante el caso será retomado.

Observatorio comporta un trabajo de documentación, de asistencia a las víctimas, principalmente dirigida al acceso a la justicia, y de diligencias junto a las instituciones del Estado.¹⁰⁴

También se destacan iniciativas movidas por las víctimas, como las mujeres de Atenco¹⁰⁵. Entre las 26 víctimas de ese episodio, 11 mujeres presentaron una denuncia contra el Estado mexicano ante el CIDH, ante la falta de acceso a la justicia en el país.¹⁰⁶ En 2014, el grupo de mujeres inició la campaña «Rompiendo el silencio; todas juntas contra la violencia sexual», con el objetivo de visibilizar la práctica de violencia sexual por parte de integrantes del Ejército Mexicano:

Rompiendo el silencio tiene como objetivo visibilizar el patrón sistemático de la tortura sexual que enfrentan las mujeres mexicanas que son detenidas por agentes policiales, militares o marinos en la supuesta política de seguridad de Estado, donde en aras de asegurar una protección a la sociedad, se tortura. Asimismo, se evidencia que la tortura y la represión son mecanismos de control social que ejecuta el Estado con diferentes objetivos: de represión, intimidación, humillación, generación de pruebas inculpatorias y muchos otros.¹⁰⁷

Las mujeres de Atenco también organizaron un proyecto artístico llamado «Mirada Sostenida», que busca resignificar sus memorias individuales y colectivas. Cada una eligió un lugar que fue significativo en el proceso para regresar a él y buscar reconciliarse con su historia. Mismo con edades variadas, distintas nacionalidades y ocupaciones, las mujeres se unieron para apoyarse de forma mutua y llevar al debate público la violencia que sufrieron. Así:

Lo que las une y mantiene organizadas es el deseo de transformar algo desde sí mismas; reconstruir un proceso de sanación y justicia, garantizar que la historia no se repita y, principalmente, romper el silencio y pronunciar su palabra con la fuerza suficiente para hacer cimbrar a este país.¹⁰⁸

104. Para más informaciones, ver: <http://observatoriofeminicidio.blogspot.com.br/p/quienes-somos.html>

105. En los días 3 y 4 de mayo de 2006, miembros de las fuerzas de seguridad mexicanas ejercieron una represión brutal contra activistas y personas solidarias al Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra (FPDT), en los poblados de Texcoco y San Salvador Atenco, Estado de México. 47 mujeres fueron detenidas y sufrieron torturas sexuales en las manos de los policías que participaban del operativo. Entre las víctimas, 26 mujeres denunciaron las agresiones sexuales sufridas.

106. Las 11 mujeres denunciantes de la tortura sexual en Atenco son: Ana María, Italia, Claudia, Cristina, Edith, Mariana, María Patricia, Norma, Patricia, Gabriela y Yolanda.

107. Más informaciones sobre la campaña en: <http://centroprodh.org.mx/rompiendoelsilencio/>

108. El proyecto «Mirada Sostenida» puede ser consultado en: <http://miradasostenida.net/>.

Todos esos movimientos colocaron el problema de la violencia sexual en la agenda de los países de la región e impulsaron la presentación de denuncias. Sin embargo, las demandas por justicia sufren resistencias relacionadas a los patrones discriminatorios contra las mujeres y otros impases ligados a la judicialización de crímenes sexuales en el ámbito de la justicia transicional.

3. Obstáculos para el acceso a la justicia y la responsabilidad penal

Se registra, entre los países miembros de la RLAJT, un reducido número de denuncias formales y de sentencias finales condenatorias por la práctica de crímenes sexuales en los periodos de conflictos armados y dictaduras. A partir de los cuestionarios respondidos por los miembros, es posible verificar que apenas Argentina, Colombia y Guatemala poseen casos de violencia sexual sentenciados. Chile, Perú y Uruguay presentan casos en tramitación en la justicia, pero ninguno cuenta con sentencia final. México también cuenta con acciones penales en curso, pero ninguna acusación incluye miembros de puestos más altos de la cadena de mando. Por fin, en Brasil y en El Salvador, no hay ningún caso específico de crimen sexual judicializado.¹⁰⁹

Delante de este cuadro, es importante resaltar, inicialmente, que la judicialización de crímenes sexuales practicados en periodos de dictaduras y de conflictos armados enfrenta obstáculos que son típicos de la justicia transicional de modo general, tales como: i) la adopción de medidas de impunidad, a ejemplo de las leyes de amnistía; ii) la prescripción de los crímenes, una vez capitulados como crímenes comunes; y iii) las dificultades probatorias, teniendo en cuenta que, como vía de regla, el propio Estado violador busca ocultar los crímenes practicados y eliminar sus vestigios.¹¹⁰

Además de esas dificultades de orden general, la judicialización de crímenes sexuales presenta desafíos propios. En primer lugar, inciden

109. Los datos están actualizados hasta el mes de octubre de 2016, una vez que la investigación fue finalizada en noviembre. Es importante registrar que, cuando el estudio estaba en etapa de revisión final, en la primera semana de diciembre, se presentó en Brasil la primera denuncia por crimen sexual. La denuncia fue ofrecida por el Grupo Justicia Transicional del Ministerio Público Federal contra el ex paracaidista Antônio Waneir Pinheiro de Lima («Camarão»), acusado de obligar, mediante violencia, la ex presa política Inês Etienne Romeu a «conjunção carnal» (abuso con acceso carnal), en los términos del artículo 213 del Código Penal. Inês Etienne Romeu, ya fallecida, fue la única sobreviviente del centro clandestino de detención y desaparición mantenido por el Ejército en la ciudad de Petrópolis (RJ), conocido como «Casa da Morte». En testimonio prestado aún durante la dictadura, Inês relató haber sido violada dos veces por el acusado. Ver la noticia sobre la denuncia en: <http://oglobo.globo.com/brasil/carcereiro-da-casa-da-morte-denunciado-pelo-mp-20585511#ixzz4S1HfqOe2>

110. Ver, a ese respecto, (Osimo, 2016).

barreras específicas que también son enfrentadas por las víctimas de violencia sexual en tiempos de paz o de democracia.¹¹¹ El sentimiento de vergüenza, de culpa y de constreñimiento o miedo del estigma social, el riesgo de revictimización (o victimización secundaria) y el carácter hostil de las estructuras institucionales son factores compartidos que contribuyen para silenciar y marginalizar las víctimas de crímenes sexuales, tanto en los procesos de justicia transicional como de justicia común u ordinaria.

En segundo lugar, los obstáculos típicos de la judicialización de la justicia transicional adquieren especificidades en el caso de delitos sexuales, en la medida en que las demandas judiciales enfrentan dificultades adicionales para: eludir las medidas de impunidad; obtener el reconocimiento de los crímenes sexuales como crímenes contra la humanidad; neutralizar la influencia política de los sectores civiles y militares; cumplir con los requisitos de prueba; y demostrar la autoría de los crímenes.

El problema de acceso a la justicia y de responsabilidad será tratado, por tanto, a partir de esos dos pilares: i) obstáculos específicos relacionados a los crímenes sexuales; y ii) obstáculos de la justicia transicional aplicados a los crímenes sexuales.

3.1. Obstáculos específicos relacionados a crímenes sexuales

La CIDH y la Corte IDH entienden que el acceso a la justicia constituye la primera línea de defensa de los derechos humanos de las mujeres víctimas de violencia sexual (CIDH, 2007, par. 6). Este derecho incluye la garantía de tutela judicial efectiva, capaz de preservar la seguridad de las víctimas y proporcionar respuestas eficaces y en plazo razonable. Por lo tanto, el deber de diligencia de los Estados no se limita a la existencia formal de los recursos judiciales, sino que requiere que estén disponibles y que sean apropiados y eficaces. La denegación de justicia o retraso injustificado en las investigaciones representan un incumplimiento de ese deber y la violación de los derechos de las víctimas y las familias de acceder a la justicia. Por otra parte, la obligación de los Estados también implica la adopción de las medidas necesarias para aclarar la verdad de lo sucedido, la reparación a las personas afectadas y la persecución y castigo a los responsables (CIDH, 2011, pars. 21-24).¹¹²

111. La división entre obstáculos propios de la justicia transicional y obstáculos específicos para casos de crímenes sexuales fue inspirada por la presentación de Marcelo Torelly en la mesa de debates de la RLAJT sobre judicialización de crímenes sexuales en América Latina.

112. La Recomendación no.28 del Comité de CEDAW incluye entre las obligaciones del Estado para eliminar la discriminación contra la mujer adoptar «medidas que aseguren que las mujeres puedan presentar denuncias en caso de violaciones de los derechos consagrados en la Convención y tengan acceso a recursos efectivos», el establecimiento de «mecanismos de protección jurídica de los derechos de la mujer en pie de igualdad con el hombre», y el «asegurar, mediante los tribunales nacionales y otras instituciones públicas competentes, la protección efectiva de la mujer contra todo acto de discriminación».

En el punto ahora tratado, interesa analizar específicamente la influencia que los patrones de discriminación contra la mujer ejercen dentro del sistema de justicia, como factor que inhibe las denuncias, que provoca revictimización y que favorece la impunidad y la continuidad de la violencia. Ese análisis se apoyará principalmente en dos informes de la CIDH sobre la situación del acceso a la justicia de las mujeres víctimas de violencia en el continente latinoamericano: *Acceso a la justicia para las mujeres víctimas de violencia en las Américas* (2007) y *Acceso a la justicia para mujeres víctimas de violencia sexual en Mesoamérica* (2011).

De inicio, es importante tener como telón de fondo el problema de la selectividad del sistema penal, que define los bienes jurídicos a resguardar, los sujetos a perseguir y las víctimas a proteger. Como destacan Balardini, Oberlin y Sobredo, esa selección no se hace apenas por la legislación, que determina cuáles conductas son reprobables penalmente, «sino también y fundamentalmente a través de la práctica cotidiana de los operadores de la justicia y el accionar de otros segmentos del sistema penal, como la Policía» (Balardini *et al*, 2011, p. 198).

En el informe de 2011, la CIDH hace un balance de las condiciones inadecuadas dentro de los procedimientos judiciales que dificultan la presentación de denuncias por las víctimas de violencia sexual en América Central. En general, los factores enumerados se aplican, de forma más amplia, a los demás países del continente, y dicen respecto a la situación de las víctimas de violencias del pasado y del presente:

Las víctimas de violencia sexual siguen enfrentando condiciones inadecuadas para interponer debidamente sus denuncias ante las autoridades pertinentes. No se tiende a garantizar el derecho a la privacidad. Los procedimientos son sumamente formales, complicados y largos. Además, resultan muy costosos y conducen a las mujeres a desistir de los mismos, lo que se agrava con la falta de información y asesoría. Otro factor que resulta determinante para que las víctimas no denuncien es la ineffectividad de las medidas de protección, en particular, las encaminadas a ofrecer protección a las víctimas de actos de violencia inminentes; medidas que con frecuencia no gozan de una implementación efectiva (CIDH, 2011, par. 12).

Se suma el desconocimiento de las mujeres en relación a los propios derechos y la falta o el precario acceso a la información y asistencia jurídica ofrecida por el Estado. Esas limitaciones son particularmente graves para mujeres de zonas rurales, indígenas, migrantes, afrodescendientes o en situación de pobreza. En ese sentido, en entrevista concedida para ese estudio, Ada Valenzuela destacó como, en Guatemala, el problema del

desplazamiento de las mujeres a los centros urbanos, donde se concentran los servicios de administración de la justicia, constituye un obstáculo central a la formalización de las denuncias y a la participación en los procesos.

La CIDH ha llamado la atención sobre la necesidad de los Estados, en la prestación jurisdiccional, llevar en cuenta la intersección de las formas de discriminación y factores de riesgo combinados, que afectan a las mujeres víctimas de violencia como: la edad, la raza, el origen étnico, la posición económica, la condición de migrante y la discapacidad (CIDH, 2011, par. 21). Las diferentes experiencias y necesidades de las mujeres deben ser consideradas, por lo tanto, para garantizar el acceso a la justicia y protección judicial. En particular, los derechos de las mujeres indígenas, de acuerdo con el Convenio n° 169 de la OIT, incluyen «Acceso a la justicia respetando su cosmovisión, tradiciones, cultura e idiomas» (CIDH, 2011, par. 35). Sin embargo, los sistemas de justicia siguen despreparados para ofrecer servicios de traducción y para atender a las mujeres en sus propios idiomas, como también señaló Ada Valenzuela en el contexto de Guatemala:

el sistema de justicia no está preparado todavía precisamente para atender a las mujeres en su propio idioma. Eso es uno de los obstáculos más grandes, lo cual hay representado grandes retos, no solo para nosotras, sino para las mujeres porque parece que las mujeres son las que necesitan traductor y no el sistema de justicia. Cuando quienes en realidad debería necesitar la traducción es el sistema de justicia porque esas mujeres eran las víctimas de la violencia y tenían derecho a ser atendidas en su propio idioma. Casi en la mayoría de las veces, las organizaciones fuimos las que tuvimos que proporcionar la traducción para que las mujeres pudieran estar atentas al que pasó en todo el proceso legal.

Por un lado, las mujeres no son incentivadas o asistidas para denunciar las violaciones. Por otra parte, cuando buscan el sistema de administración de justicia o de salud, la respuesta estatal es deficiente, y la actuación de las instituciones reproduce los patrones socioculturales discriminatorios contra las mujeres. En respuesta al cuestionario enviado, el CELS reforzó lo anteriormente expuesto señalando que «uno de estos obstáculos a la (judicialización) es la renuencia a investigar delitos sexuales por parte del poder judicial que en los hechos y en su mayoría es sexista y discriminatorio».

Un conjunto de acciones puede demostrar esta actuación. A menudo, en la primera entrevista con las víctimas, los empleados del sistema de justicia o de salud hacen preguntas capciosas, preguntan aspectos íntimos y la vida privada de la víctima, emiten juicios de valor moral, e incluso se divierten con los detalles de la violencia que sufrieron las víctimas. También

reproducen los discursos sociales que minimizan la gravedad de los actos de violencia sexual, culpabilizan a las mujeres por haberlos provocado y justifican los actos por el histórico sexual de la víctima (CIDH, 2011, pár. 17). En ese sentido, la CIDH ejemplifica: «después de hacer preguntas sobre las circunstancias de modo, tiempo, y lugar, siguen otras como: «¿Y Usted gritó?», «¿Se encontraba sola?», «¿Por qué no intentó detenerlo?», y otras tendientes a acreditar la conducta moral de la persona» (CIDH, 2011, par. 266). En todas esas conductas, es destacada la influencia de estereotipos de género, entendidos como preconcepciones sobre atributos, características y el papel que hombres y mujeres deberían desempeñar, que refuerzan la discriminación estructural contra las mujeres (CIDH, 2007).

En cuanto a la hostilidad de los espacios institucionales, la abogada de la *Corporación Humanas*, Daniela Quintanilla, entrevistada para este estudio, relató sus impresiones sobre el ambiente judicial durante el trabajo de acompañamiento de las mujeres para ratificar las denuncias o para prestar declaraciones:

es un espacio muy hostil, o sea, las declaraciones sobre estos hechos tan delicados, tan difíciles de transmitir en un relato, para la propia víctima, se tiene que hacer en un tribunal donde hay un espacio abierto con siete escritorios, donde tu estas sentada contando esto que te pasó mientras pasan por atrás personas que van hacer otras diligencias, donde pueden pasar incluso agentes perpetradores que son citados a declarar en el mesón del lado.

Operadores judiciales también utilizan un vocabulario sexista y ponen la palabra de las víctimas en duda, cuestionando la credibilidad de las declaraciones, realizadas con enorme costo emocional y psicológico para las víctimas. Los funcionarios atribuyen el retraso en la presentación de las denuncias y las deficiencias o inexactitudes de los relatos como indicativo de la falta de veracidad de los testigos. Estas prácticas institucionales discriminatorias que desacreditan sistemáticamente, y buscan culpar y estigmatizar a las mujeres, dan lugar a un constante proceso de revictimización. El miedo a que este reedite la violencia lleva a muchas víctimas a desistir en el camino o incluso ni siquiera buscar la justicia. En ese sentido, destaca la CIDH:

los principales obstáculos que encuentran las mujeres cuando acceden a la justicia es la falta de sensibilización de algunos y algunas operadoras de justicia al momento de escuchar las declaraciones testimoniales de la víctima y/o sobrevivientes de la violencia sexual, así como la estigmatización y etiquetamiento de las mujeres que son abusadas sexualmente (CIDH, 2011, par. 170)

En vez de realizar un único interrogatorio por un equipo interdisciplinario capacitado para abordar el tema, en general las víctimas son obligadas a repetir sus declaraciones varias veces, lo que las hace revivir la experiencia traumática. Además de eso, no existen protocolos de atención y de primera entrevista, o cuando existen, no son aplicados (CIDH, 2011, par. 187-189). La CIDH también destaca el desconocimiento por los operadores judiciales de los derechos de las mujeres, consagrados en las normativas nacionales e internacionales (CIDH, 2011, par. 192).

Otro hecho que dificulta el desarrollo de políticas públicas judiciales atentas al género es la ausencia de datos y estadísticas confiables sobre la violencia sexual. La expresiva sub-notificación de esos crímenes, que generan las llamadas cifras ocultas, impide que se calculen las dimensiones reales del problema. Los sistemas de información son ineficaces e ineficientes en la tabulación de las variables que permiten diagnosticar la incidencia de delitos sexuales según género, etnia, raza, etc., de las víctimas. (CIDH, 2011, par. 20). Esta deficiencia de la información afecta no solo a los crímenes de la actualidad, pero también los cometidos en el pasado reciente de dictaduras o conflictos armados. Se nota, por ejemplo, las diferencias numéricas levantadas en Perú: inicialmente, la Comisión de Verdad y Reconciliación (CVR), que cerró sus trabajos en 2003, identificó 538 casos de violaciones, en cuanto, hasta 2015, el Registro Único de Víctimas computaba 3.063 casos de violencia sexual (Burt, 2015).

La subnotificación es síntoma de la desconfianza de las víctimas con relación al sistema de justicia. Además de todos los factores antes mencionados que inhiben la queja, esta desconfianza también proviene del estándar de impunidad sistemática de los delitos sexuales en el continente latinoamericano (CIDH, 2007). Se activa un círculo vicioso en el que se refuerza la impunidad y la aceptación social del fenómeno de la violencia sexual y su reproducción. En respuesta al cuestionario, la Universidad de Rosario ha llamado la atención a las advertencias de organismos internacionales respecto a la situación de impunidad de los delitos sexuales en Colombia. Para la CIDH, «el hecho de que no se haya investigado, procesado y castigado a los responsables de violaciones y otras formas de violencia por razón de género, ha contribuido a crear en Colombia un clima de impunidad que perpetúa la violencia contra las mujeres y contribuye al aumento de la violencia en general» (CIDH, 2006, par. 221).

En entrevista concedida, Susana Chiarotti fue precisa en mostrar la relación entre impunidad y el desestimulo a la denuncia:

una vez que vencen esas dificultades para hablar y llegan ante a los jueces, como fue con la causa Campo de Mayo, y se animan a contar, haciendo un esfuerzo grandísimo, lo peor que les puede

pasar es que el juez no las escuchen, ¿no? Yo creo que esta además del estigma sobre la persona que sufre violencia sexual como un problema grave. Y el otro problema, también parece que empieza, pero que va invisible por detrás, es el alto nivel de impunidad que tienen las causas de violencia sexual, en la justicia ordinaria y en la justicia extraordinaria para estos casos. Si vos mirás los índices de impunidad, que superan el 97% en la mayoría de los países para los casos de violencia sexual, te explicá por qué las víctimas se niegan a denunciar y describir ante un público en la audiencia este tipo de delito. Porque es como someterse a una máquina trituradora de carne para después no conseguir ningún resultado.

Esto conduce a un vaciamiento de las investigaciones. Si, por una parte, las víctimas suelen no reportar, por el otro, no hay ninguna iniciativa o provocación por parte de los operadores del sistema de justicia, que en general tienen el deber de actuar de oficio. En las causas relacionadas a derechos humanos, en regla general, no son planteadas preguntas específicas sobre el sufrimiento de violaciones sexuales, al contrario de otras violaciones que son objeto de cuestionamientos explícitos de los investigadores.

Cuando ocurre la presentación de quejas, en general, son las víctimas que denuncian de forma espontánea. Aun así, no hay garantía de que la declaración dará lugar a una investigación concreta o una acusación. Cabe señalar, en este sentido, el ejemplo de Argentina. Al inicio del proceso de justicia, reabierto a partir de 2006, las víctimas exponían la violencia sexual sufrida en sus testimonios, pero los crímenes no aparecían de forma destacada, ni en las acusaciones del Ministerio Público, tampoco en las decisiones judiciales. Según indicado por Carolina Varsky en la entrevista concedida: «no es que los testigos no lo relataron, sino que fueron invisibilizados o eran tratados como parte integrante de la tortura a la que fueron sometidos estos hombres y mujeres».

En cuanto al caso peruano, Julissa Mantilla Falcón destaca las dificultades específicas en el tratamiento de los delitos y las pruebas:

Si bien hay aspectos comunes que dificultan el desarrollo de los procesos judiciales de violaciones de derechos humanos - como la falta de colaboración del Ministerio de Defensa en la entrega de información, la falta de recursos de las víctimas para lograr una representación legal apropiada o la prescripción de los delitos -, los casos de violación sexual presentan matices específicos. Por ejemplo, los problemas en la tipificación penal, las deficiencias en la realización de pericias psicológicas y la programación de diligencias que vulneran la dignidad de las víctimas (Mantilla Falcón, 2015, p. 44).

Mantilla Falcón llama la atención sobre las deficiencias del servicio de pericia psicológica, ya sea por no añadir datos relevantes a las acciones judiciales, ya sea por falta de personal y de dominio del idioma de las mujeres indígenas. También critica la realización de medidas invasivas, tales como exámenes físicos (a pesar de la distancia temporal de los hechos) o pruebas de ADN que ponen en duda la palabra de las víctimas respecto a los niños nacidos como resultado de violación. Se agrega a esto el hecho de que «la policía y los operadores jurídicos - incluidos los traductores - no reciben formación en género ni en investigación de la violencia sexual», lo que «impide que las víctimas reciban un adecuado tratamiento y acompañamiento en el proceso judicial y lleva a que, en muchos casos, desistan de denunciar o abandonen el proceso» (Mantilla Falcón, 2015, p. 44).

A su vez, las dificultades que enfrentaron las víctimas en el caso Sepur Zarco, que fue a juicio en Guatemala en febrero de 2016, demuestran cómo la designación de los crímenes sexuales incomoda y activa el recurso a estrategias de contenidos discriminatorios explícitos con la intención de inhibir e intimidar a las víctimas. En entrevista para este estudio, Ada Valenzuela comentó sobre la campaña mediática articulada al comienzo del proceso, con el intento de deslegitimar a la demanda de las mujeres:

hicieran con el caso de Sepur Zarco, una campaña mediática muy fuerte, de mucha agresividad para las abogadas, para las organizaciones, por supuesto también para las mujeres. Porque una cosa es que “nos acusan de genocidio”, pero otra cosa es que “nos acusan de violadores”, y eso si les tocó mucho a los militares en el país. Incluso se atrevieron a llamar las mujeres prostitutas y decir que las mujeres se iban a prostituir en el destacamento militar.

Por lo tanto, la ofensiva buscaba descalificar la denuncia por medio de un contra discurso que intentaba desacreditar la conducta de las víctimas. En secuencia, la entrevistada habló sobre el impacto que el riesgo de impunidad ha causado en las víctimas en este caso. En este sentido, ella explicó porqué, durante todo el juicio, las mujeres mantuvieron sus rostros cubiertos por paños:

me atrevería a decir que las mujeres pasaran por un ciclo difícil al principio del juicio, con mucha incertidumbre a no saber que iba pasar. Incluso, la presidenta del colectivo de las mujeres, en una conferencia de prensa que hicimos una semana después del juicio, cuando la gente preguntó “por que no se descubre la cara?” (yo creo que allí entendí muy bien como ellas estaban viviendo ese proceso porque) ella dijo a los medios de comunicación: “nosotras no podemos destapar la cara porque no sabemos cuál va a ser el

resultado de eso juicio. Imagínense que dejen libres los acusados, como vamos a quedar nosotras frente la sociedad?”. Entonces ellas habían mucho miedo, miedo de perder el juicio, miedo de que no les creyeran lo que había pasado, medo de que dejen libres los acusados, miedo de lo que la sociedad dijera.¹¹³

Al lado de todos esos obstáculos propios de la judicialización de crímenes sexuales, otras condiciones adversas, más directamente relacionadas a los procesos transicionales, contribuyeron para dificultar el acceso a la justicia por las víctimas de violencia sexual y la responsabilidad de los perpetradores.

3.2 Obstáculos de la justicia transicional aplicados a los crímenes sexuales

Los procesos de justicia desarrollados en los países del continente americano después de períodos de represión y de conflictos armados no siguieron un recorrido uniforme o linear. En cada contexto nacional, diversos elementos se combinaron para preparar el terreno de la judicialización: cambios políticos, presión internacional, movilización de la sociedad civil y actuación de actores institucionales, principalmente del sistema de justicia, son algunos de los factores que influenciaron las posibilidades de avance de la persecución penal contra autores de violaciones a los derechos humanos (Burt, 2011). Del mismo modo, ningún país está libre de los riesgos de retrocesos o de reveses en sus procesos de transición, en detrimento de las demandas de justicia.

Como fue demostrado en el estudio de la RLJT que produjo Carla Osmo al respecto de la *Judicialización de la Justicia Transicional en América Latina*, la superación de las leyes de amnistía no es una condición necesaria, y muchas veces no es suficiente para garantizar el suceso de las iniciativas de responsabilidad criminal. Muchos países desarrollaron estrategias para eludir las leyes de amnistía que siguen vigentes, mientras que en otros, las leyes fueron derogadas, pero otros mecanismos continúan asegurando la impunidad de los crímenes del pasado (Osmo, 2016).

113. De modo general, la opción para cubrir sus rostros era una alternativa para proteger la identidad de las mujeres de las condiciones de inseguridad en el país: «Debido a las condiciones de inseguridad en Guatemala, y a que los victimarios permanecen libres, fue necesario resguardar, en la medida de lo posible, la identidad de las mujeres. No solo la identidad de sus nombres sino la de sus rostros. Esto último se logró utilizando chales originarios a las mujeres mayas, las cuales constituyen la mayoría de víctimas del conflicto. Estos chales se han convertido en emblema del coraje, la decisión y la dignidad de las mujeres que no olvidan, no callan y no renuncian a pesar de las amenazas que implica sacar del silencio estos crímenes y señalar a los responsables materiales y intelectuales» (Alianza Rompiendo el Silencio y la Impunidad, 2013, p. 38)

De modo general, los avances en la judicialización son promovidos de forma gradual y a partir de estrategias de priorización de casos. Esas estrategias se aprovechan de brechas en las leyes y de presiones internas y externas, y se apoyan en tesis que tendrían o tienen mayor posibilidad de aceptación por el Poder Judicial. Por eso, es común que el primer conjunto de casos llevados a la justicia se relacione a crímenes de desaparición forzada y de homicidio. A partir de la maduración de la jurisprudencia y de la consolidación de algunos entendimientos basilares es que el radio de acción se amplía para considerar otras violaciones, como las de naturaleza sexual.

Entre los países de la RLAJT, Brasil y El Salvador todavía no consiguieron avanzar la responsabilidad penal de forma amplia, de modo que los esfuerzos o iniciativas para la judicialización de crímenes sexuales se encuentran paralizados en sus orígenes. En los países que poseen casos judicializados, las barreras iniciales fueron, de una forma o de otra, superadas, por veces de manera parcial o precaria. Por diferentes vías, las leyes de amnistías de Argentina, Chile, Uruguay¹¹⁴, Perú y Guatemala fueron superadas o están siendo apartadas judicialmente en casos de crímenes contra la humanidad (Osorio, 2016). Esos países ya poseen, por tanto, un histórico de responsabilidad criminal por graves violaciones a los derechos humanos, mismo que persistan desafíos importantes. No obstante, también entre ellos, se evidencia una baja judicialización de casos de crímenes sexuales, si se compara a otras violaciones, lo que refleja la existencia de barreras en la formulación y el recibimiento de las denuncias. En los casos llevados a la justicia, inciden barreras en el procedimiento, que resultan en la lentitud de los procesos judiciales, y barreras a la punición, impactando el pequeño número de sentencias condenatorias.

A partir de las respuestas a los cuestionarios, es posible sistematizar algunos elementos que son considerados obstáculos a la judicialización (ya sea en la presentación de las demandas, en los andamientos procesales o en la responsabilidad): i) la vigencia de leyes de amnistía y la baja

114. En Uruguay, el proceso de justicia ha seguido un camino muy tortuoso, de modo que la llamada Ley de Caducidad (*Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado* – Ley nº 15.848 de 22 de diciembre de 1986), todavía representa un obstáculo a la investigación y la responsabilidad efectiva de agentes de la dictadura. No obstante, desde la condena de Uruguay por la Corte IDH en el Caso Gelman, hubo un aumento de las denuncias de crímenes contra la humanidad y de la movilización de la sociedad civil. Según el seguimiento de las causas judiciales realizadas por el Observatorio Luz Ibarburu (OLI), hasta el momento, 6 casos fueron sentenciados con condenas por las prácticas de homicidios, desapariciones forzadas y torturas. Informaciones disponibles en: http://www.observatorioluzibarburu.org/causas/?text=&case_state=4&court__region=&court=&o=file_date

incorporación del derecho internacional de los derechos humanos; ii) la relegación a un segundo plano de los crímenes sexuales y la falta de apoyo del Estado; iii) la tipificación penal inadecuada y la cualificación jurídica de los crímenes sexuales; iv) las dificultades de pruebas y de verificación de autoría; e v) la corrupción de las instituciones del sistema de justicia y la influencia política de sectores militares y civiles.

Leyes de amnistía y baja incorporación del derecho internacional de los derechos humanos

Como fue mencionado, Brasil y El Salvador son países que todavía no vencieron las primeras barreras de la judicialización de la justicia transicional de forma amplia. Frente a las estrategias de priorización que buscan combatir la impunidad impuesta por leyes de amnistía, las denuncias por crímenes sexuales se han quedado en segundo plano. Los obstáculos a la judicialización están relacionados a la no observancia de obligaciones internacionales y al desprecio a la jurisprudencia, conceptos y categorías del derecho internacional de los derechos humanos.

En el caso brasileño, la ley de amnistía de 1979 fue validada por el Supremo Tribunal Federal en 2010¹¹⁵ y continúa siendo aplicada como obstáculo al desarrollo de las acciones penales por crímenes de la dictadura. Las estrategias del Ministerio Público Federal en apartar la amnistía por medio de la acusación por crímenes continuados, como la desaparición forzada (capitulada como secuestro y ocultación de cadáver), o por crímenes contra la humanidad, no han prosperado. De manera general, el Poder Judicial se ha negado a procesar cualquier acusación, sobre el argumento de vigencia de la ley de amnistía o de la prescripción de los crímenes, con la consecuente extinción de la punibilidad de los acusados. Algunas denuncias fueron rechazadas de plano, en cuanto otras fueron inicialmente recibidas, pero después fueron suspendidas por medio de reclamación al Supremo Tribunal Federal o de *habeas corpus* al tribunal competente.

Esa postura refractaria del Poder Judicial demuestra un menosprecio en relación a la condena de Brasil por la Corte IDH en el *Caso Gomes Lund*. Revela también una desconsideración a conceptos y categorías del derecho internacional de los derechos humanos, como resalta Emílio Peluso Meyer, representante del CJT:

El cuadro en relación a la actuación del Poder Judicial (...) es bastante arduo. Hay varios problemas relativos a una ausencia de comprensión

115. Sentencia de la Acción de Descumplimiento del Precepto Fundamental (ADPF) n° 153, de abril de 2010. Para más informaciones, ver: (Meyer, 2012).

del significado y la fuerza lógica del derecho internacional de los derechos humanos y de sus conceptos: crímenes contra la humanidad, imprescriptibilidad, imposibilidad de incidencia de amnistía pasan a lo largo de decisiones que todavía encierran una oposición entre soberanía y derechos humanos, con franca precedencia de la primera, principalmente en nombre de la supuesta eficacia vinculante de la decisión del STF en la ADPF 153 (Meyer, 2016, pp. 53-54).

En entrevista concedida para el presente estudio, el Fiscal Marlon Weichert, refuerza la idea de que en la justicia brasileña «hay una figura anacrónica de la soberanía relacionada con la no aceptación de la interferencia del derecho internacional en asuntos internos». Esta concepción de la soberanía se combinaría con un desconocimiento teórico del campo jurídico internacional. El fiscal también comentó sobre cómo la resistencia del Poder Judicial de Brasil en decidir casos que tendrían más fácil aceptación, ha impedido el progreso en otros temas, como la violencia sexual:

Sin duda, el tema de la violencia sexual está en la pauta, incluso es un camino importante, desde mi punto de vista, para superar la idea de que la tortura era típica, como crimen específico al periodo de la dictadura, pero no las violencias sexuales, aunque no consideradas como tortura, sino como violencias sexuales en sí. Pero a causa de la resistencia del Judiciario en llevar a cabo, aceptar la persecución incluso de esos casos más graves [relacionados al delito de desaparición forzada], hay un cierto ritmo de espera de que primero esos casos más fáciles sean solucionados para después poder avanzar en otras materias.

Junto a Brasil, El Salvador no registró ninguna acción judicializada respecto a la práctica de delitos sexuales en el período del conflicto armado interno que vivió el país entre 1980 y 1992. Esta ausencia va acompañada de la situación general de impunidad de los crímenes contra la humanidad que se cometieron durante la guerra civil. Aunque se haya enfrentado, como Guatemala, un conflicto armado de extrema violencia y que ha producido el número más expresivo de víctimas dentro del contexto de América Latina, los avances en la responsabilidad penal siguen obstruidos. Esto se debe a varias razones, con raíces muy complejas, entre las que se destaca la baja incorporación de las normas internacionales de derechos humanos en el orden interno.

En este contexto, El Salvador viene violando las disposiciones de la CIDH y de la Corte IDH respecto a la obligación de investigar, procesar y sancionar a los responsables de crímenes, dadas las convicciones o recomendaciones recibidas en casos relacionados con el asesinato de Monseñor Romero, en 1980, de los sacerdotes jesuitas y sus colaboradores

en 1989 y de la desaparición forzada de las hermanas Serrano Cruz en 1982. En el año 2000, la CIDH ordenó la anulación de la llamada Ley de Amnistía General para la Consolidación de la Paz, que estaba en vigor desde 1993, cuando fue adoptada después de la publicación del informe final de la comisión de la verdad, como se prevé en los acuerdos de paz. En el mismo año, la Sala Constitucional del Tribunal Supremo decidió que la ley de amnistía de El Salvador no se aplica a violaciones graves de los derechos humanos, pero dejó abierta la posibilidad para el análisis caso por caso. Por tanto, ni los fiscales ni los tribunales han realizado esta interpretación para alejar la ley de amnistía e impulsar las investigaciones.

En cuanto a los delitos sexuales, específicamente, de acuerdo con la respuesta de IDHUCA al cuestionario, el posicionamiento del poder judicial y de la Fiscalía comprende que son delitos comunes, y por lo tanto ya están prescritos y no pueden ser perseguidos penalmente. Por parte de las víctimas, la respuesta del IDHUCA al cuestionario indica que no hay una percepción de la violencia sexual en sí, por separado, sino que apenas como un método de tortura.

Posición secundaria de los delitos sexuales y falta de apoyo del Estado

Se observa con frecuencia entre los países miembros de la RLAJT, la existencia de casos de violaciones de derechos humanos llevados a la justicia que incluyen la práctica de delitos sexuales, pero estos crímenes no se integran formalmente a las acusaciones y a las condenas. Los actos de violencia sexual se colocan en segundo plano por parte de las fiscalías, incluso por razones estratégicas, y por los tribunales. Al mismo tiempo, hay países donde no hay apoyo del Estado o asistencia jurídica a las víctimas, que es un serio obstáculo para la presentación de quejas.

Comenzando por Brasil, en entrevista realizada para este estudio, el fiscal Marlon Weichert informó que hay más de 200 investigaciones en curso y que varias de ellas involucran casos de violencia sexual. Sin embargo, hasta el momento de la conclusión de este trabajo, ninguna acción penal en curso relacionada a los crímenes de la dictadura presenta acusaciones por violación o por otro tipo de violencia sexual. De acuerdo con datos proporcionados por el CJT, hay 23 causas penales en curso, la mayoría relacionada con delitos de asesinato, secuestro y ocultación de cadáver.¹¹⁶ Incluso en los casos en los que se constata que hubo violencia sexual a

116. Datos disponibles en: <https://cjt.ufmg.br/index.php/ditadura-e-responsabilizacao/acoes-criminais/>. El CJT acompaña las acciones penales en curso en Brasil.

partir de la descripción de las torturas cometidas contra las víctimas, los hechos no se presentaron como delitos sexuales.¹¹⁷

En el ámbito de las acciones civiles, tampoco hubo un tratamiento destacado de la violencia sexual. Al menos en los casos de las acciones propuestas por Inês Etienne Romeu, única sobreviviente de la «Casa de la Muerte» en Petrópolis, y la familia Teles, las violaciones sufridas incluían la práctica de violación u otro tipo de violencia sexual. Aunque esas violencias hayan sido relatadas en el contexto de los procesos judiciales, no se solicitó ningún reconocimiento específico, ya sea para efectos declaratorios o para fines de reparación («Caso Inês Etienne» y «Caso Família Teles vs. Ustra»).

En la entrevista concedida, Amelinha Teles confirmó que en el caso contra el ex coronel Carlos Brilhante Ustra, lo que se pidió fue su declaración como torturador, reconocida por el poder judicial. Para ella, en aquel momento, la cuestión de la violencia sexual aún enfrentaba una lucha en el campo político, que se refería a la dificultad de hablar y tratar este tema en público. Esta primera barrera habría tenido éxito; Sin embargo, de acuerdo con Amelinha: «todavía no habíamos visto ni comprendido la posibilidad de que eso se convirtiera dentro del ámbito jurídico».

La fiscal Inês Virgínia Prado Soares, también entrevistada para el estudio, se refirió a la posibilidad de una acción del Ministerio Público en el ámbito civil, a través del Grupo de Trabajo del Derecho a la Memoria y a la Verdad, que se dedica a temas tales como la responsabilidad civil, la reparación, la búsqueda de los/las desaparecidos/as y acciones de memoria y verdad. Inês enfatizó la influencia de factores externos, como la provocación de la sociedad en temas de género, y la influencia del/la fiscal que actúa en el caso. Según la entrevistada, hubo un aumento en el número de fiscales que trabajan en temas de intereses colectivos, y es notable la profesionalización y el aprendizaje en este campo. Sin embargo, la fiscal reconoció la incorporación aún deficiente de la perspectiva de género y destacó la importancia de capacitación con vistas al trabajo con grupos que necesitan ser escuchados de una manera específica.

En el contexto chileno, la entrevistada Beatriz Bataszew llamó la atención sobre la falta de reconocimiento de la violencia sexual en las decisiones judiciales: «hasta el día de hoy, no hay ninguna condena por

117. En la respuesta al cuestionario enviado, el CJT apuntó que en los siguientes casos sería posible identificar la descripción de actos de violencia sexual, aunque la acusación no se refería a crímenes sexuales: Caso Aluizio Palhana Pedreira Ferreira; Caso Tito de Alencar Lima; Caso Joaquim Alencar Seixas; Caso Luiz Eduardo da Rocha Merlino; Caso Manoel Conceição Santos; Caso Mário Alves de Souza Vieira; Caso Rubens Paiva.

tortura sexual o violencia política sexual, ninguna. Esa es la realidad. Ni siquiera como un agravante. Es decir, *se menciona en el relato, pero eso no tiene ninguna respuesta judicial*, hasta el día de hoy». Además de no haber ningún caso de delitos sexuales condenados de manera autónoma, Beatriz se refiere a las decisiones judiciales que no reconocen la violencia sexual siquiera como un tipo específico de tortura o circunstancia de una mayor valoración del tipo, incluso cuando existe denuncia expresa en los procesos.

El caso Guacolda Rojas demuestra esta operación selectiva. Los hechos se refieren a la detención de Guacolda Raquel Rojas Pizarro, simpatizante del MIR¹¹⁸, por agentes de la DINA¹¹⁹ el 10 de diciembre de 1975. Llevada a la Villa Grimaldi durante una semana, la víctima fue sometida a interrogatorios y diversos tipos de tortura. En la declaración hecha en la Corte, Guacolda informó que fue torturada desnuda, recibió descargas eléctricas en los genitales y fue abusada sexualmente por sus interrogadores. Tanto la sentencia de primera instancia y la sentencia definitiva de la Suprema Corte¹²⁰ registraron las agresiones sexuales sufridas por la víctima, pero han condenado al autor sólo por la tortura sin agravar o especificar la naturaleza sexual.

En el Perú existen alrededor de 22 casos en investigación fiscal o proceso judicial. Entre 2005 y 2015, fueron emitidas noventa y siete sentencias por violaciones de derechos humanos, pero ninguna relacionada

118. MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria.

119. DINA - Dirección de Inteligencia Nacional.

120. La sentencia de primeira instancia fue emitida el 13 de mayo de 2013, y la sentencia de la Corte Suprema el 14 de julho de 2014. Esta última registró que la víctima «fue sometida a interrogatorios en los cuales recibió diversos tipos de torturas en forma reiterada, entre ellos golpes en su cuerpo, aplicación de corriente en sus genitales y todo tipo de vejámenes sexuales». Sin embargo, al examinar la petición de indemnización, se referió al agente condenado apenas como autor del delito de «apremios ilegítimos». La sentencia está disponible en: <https://goo.gl/zSgt6e>

con delitos sexuales¹²¹, recién en el 2016 se emitió una sentencia pero responsabilizando al autor mediano más no a los autores inmediatos de dicho crimen.¹²² Como se ha señalado por Jo-Marie Burt, en algunos casos, como en el masacre de Accomarca, a pesar de demostrada la práctica de la violencia sexual, la acusación no imputó cargos por delitos sexuales. En este caso, los testigos del masacre informaron haber sido víctimas de violación, o haber presenciado la violación de las mujeres que luego fueron ejecutadas. Sin embargo, ni la acusación ni el juicio oral pusieron énfasis en los actos de violencia sexual, lo que favoreció la impunidad y el olvido (Burt, 2015).

Sólo 2 de los casos se presentan en la etapa de juicio oral: Chumbivilcas y recientemente el caso Manta y Vilca, iniciado en julio de 2016. En balance sobre el andamiaje del caso Manta y Vilca, en diciembre de 2016, la organización DEMUS señaló como aspectos positivos: i) el rechazo del pedido de nulidad del Ministerio de Defensa por supuesta violación del derecho de defensa; ii) el rechazo de la excepción de prescripción, lo que se presenta como un avance significativo delante de la jurisprudencia aún vacilante sobre el tema; y iii) el recurso a la Ley 30364 – Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres y los integrantes del

121. El proceso de justicia en Perú contó con dos antecedentes importantes: el primero fue la condena en la Corte IDH, en el Caso *Barrios Alto*, que resultó en la anulación de las leyes de amnistía de 1995, que hasta el momento impedían el juicio de casos de derechos humanos; el segundo fueron los trabajos de la Comisión de Verdad y Reconciliación (CVR), que remitió diversos casos para la investigación del Ministerio Público. Fue principalmente a partir de 2005 que ese proceso se impulsó, con la creación de unidades especializadas del Ministerio Público para investigar los casos de derechos humanos, y la configuración de la Sala Penal Nacional (SPN), responsable del juzgar las violaciones de derechos humanos, los crímenes de lesa humanidad y de terrorismo. Uno de los principales hitos fue la condenación del dictador Alberto Fujimori en 2009. A partir de entonces, sin embargo, el proceso de justicia sufrió diversos reveses, como relata Jo-Marie Burt: «Más allá del proceso judicial contra Fujimori, sólo una mínima cantidad de los casos denunciados han llegado a juicio, y en los últimos años ha habido una cantidad importante de sentencias absolutorias que los defensores de derechos humanos han impugnado al considerar que se basan en dudosos argumentos jurídicos. Los últimos años han visto una serie de campañas nefastas diseñadas para intimidar y desprestigiar a los abogados de derechos humanos, organizaciones no gubernamentales (ONG) y operadores judiciales que intervienen en juicios de derechos humanos. Altos funcionarios del Ejecutivo, militares retirados y políticos conservadores han acusado a abogados de derechos humanos, fiscales y jueces de ‘perseguir’ a las fuerzas armadas, politizar la justicia y manipular a víctimas con fines políticos o económicos.» (Burt, 2015). Esos retrocesos también afectan las posibilidades de éxito en la judicialización de los crímenes sexuales practicados en el conflicto armado interno peruano.

122. En Perú, las investigaciones se conducen por el Ministerio Público, que presenta la denuncia penal. Corresponde al Tribunal Penal Supranacional recibir la denuncia y abrir el proceso penal. La entidad del Ministerio Público vinculada a esa instancia judicial (en el caso, la *Fiscalía Superior Penal Nacional*) tiene competencia para presentar la acusación. A continuación, debe darse inicio al juicio oral que se finaliza con la sentencia.

grupo familiar – para ofrecer asistencia psicológica a las víctimas. Por otro lado, la organización considera preocupante la decisión de realizar todas las audiencias de forma reservada, contrario al pedido de las víctimas para que fuesen realizadas de forma mixta: públicas para la consulta de los acusados, presentación de pericias y de testimonios expertos, y privadas para los testimonios de las víctimas. También demuestran preocupación con la baja asistencia de los acusados.¹²³

En Uruguay, el primer caso relacionado con la violencia sexual fue judicializado en 2011. Un grupo de veintiocho ex-presas políticas presentó una denuncia colectiva contra más de 100 agentes acusados de cometer agresiones sexuales en varios centros de detención. En 2013, la jueza Julia Staricco, responsable del caso, emitió una decisión, basándose en la sentencia de la Corte IDH en el *Caso Gelman*, que consideró que los delitos de violación y de violencia sexual cometidos son crímenes contra la humanidad y por lo tanto imprescriptibles. Sin embargo, en la decisión más reciente en mayo de 2016, la jueza ordenó la detención del militar Asencio Lucero por la práctica de los «crímenes repetidos de privación de libertad», sin mención específica a los crímenes sexuales. La decisión fue criticada por organizaciones de derechos humanos por haber hecho invisible la violencia sexual que sufrieron las mujeres. El OLI emitió un comunicado de rechazo, en el que informó que a pesar de la denuncia y de la solicitud de la acusación enfatizasen la influencia del género de las víctimas en las torturas aplicadas, la decisión del tribunal no refleja estas consideraciones. De acuerdo con la declaración:

Es fundamental que estas consideraciones figuren en los fallos judiciales, porque los autores deben ser castigados por lo que realmente hicieron. No solo privaron ilegítimamente de la libertad a sus víctimas, sino que les aplicaron toda clase de torturas y ejercieron todo tipo de violencia sexual sobre ellas, sus cuerpos y sus psiquis con absoluta impunidad. Además, si bien se invoca tanto en la vista fiscal como en el auto de procesamiento que las denunciantes fueron víctimas de delitos sexuales (entre otros), en la resolución judicial de procesamiento ello no se ve reflejado, invisibilizándose nuevamente a las víctimas y evitándose así la condena social respecto de estos crímenes.¹²⁴

Se evidencia entonces, un proceso aún incipiente en el reconocimiento judicial de los crímenes sexuales practicados en la dictadura uruguaya y que

123. Véase el reportaje “¿Cómo va el caso de Manta y Vilca? A la quinceava audiencia hacemos el siguiente recuento”. 8 diciembre 2016. Disponible en: <http://www.demus.org.pe/noticias/como-va-el-caso-de-manta-y-vilca-a-la-quinceava-audiencia-hacemos-el-siguiente-recuento/>

124. La entrevista de 11 de mayo y el documento completo del Observatorio Luz Ibarburu está disponible en: <http://www.nodal.am/2016/05/uruguay-denuncian-que-la-justicia-invisibiliza-violencia-del-terrorismo-estatal-contra-mujeres/>

no está libre de tropiezos. Además de la invisibilidad, las víctimas también sufren de la falta de una política estructurada de apoyo estatal, siendo apoyadas por iniciativas de la sociedad civil y organizaciones de derechos humanos.

Este problema también es central en el caso de Chile. La falta de apoyo estatal para la interposición de querellas es vista como un factor importante que obstaculiza el acceso a la justicia para las víctimas de delitos sexuales cometidos en la dictadura de Pinochet. Esta dificultad es compartida por las víctimas sobrevivientes en general, ya que el Estado Chileno solo proporciona asistencia jurídica y judicial a los familiares de las víctimas desaparecidas y muertas. En este sentido ha explicado el Observatorio de Justicia Transicional (OJT) en respuesta al cuestionario:

Quizás el factor más importante que es el obstáculo que encuentran los ex presos políticos a diferencia de los familiares de las víctimas no sobrevivientes, es que el Estado no persigue penalmente ex officio la tortura, ni tampoco proporciona abogados que se hacen parte en causas, o inician causas, de parte del Estado. El Programa de Derechos Humanos del Ministerio del Interior, que cumple esa función en relación a víctimas de desaparición o ejecución, está impedido por su limitado mandato legal de actuar respecto a violaciones de DDHH cometidas contra sobrevivientes. Por lo que en Chile las víctimas sobrevivientes para iniciar un juicio de derechos humanos deben conseguir por sus propios recursos un abogado particular (‘privado’) que interponga la querella.

Tal diferencia de trato entre las víctimas sobrevivientes y no sobrevivientes impacta en el curso de las demandas. Como ha señalado el OJT, la Suprema Corte de Chile considera solo los casos de víctimas desaparecidas o ejecutadas como «causas de derechos humanos» en tiempos de la dictadura, con el fin de atribuir la investigación a los jueces especiales asignados a estas causas. Por lo tanto, hay casos en que las víctimas sobrevivientes han presentado querellas por tortura, y los casos fueron remitidos a los jueces ordinarios. Según relata Daniela Quintanilla, de la *Corporación Humanas*, «los Tribunales que comenzaban a investigar las causas de tortura eran tribunales de justicia criminal antiguos que no tenían dedicación exclusiva, que no tenían la herramienta idónea para realizar esta investigación». En este sentido, hay una cuestión relativa a la distribución y a la estructura institucional que afecta directamente al modo de juzgar el caso. Las víctimas y las organizaciones tuvieron que luchar para que los procesos se remitiesen a los jueces especiales que se ocupan de las causas de derechos humanos¹²⁵.

125. Al respecto de eso, como informa el OJT, hay jueces especiales que abren de oficio investigaciones por tortura, cuando, por ejemplo, algún testigo de un caso de desaparición forzada relata hechos que constituyen, en el entendimiento de los jueces, denuncia por tortura.

Tipificación penal y calificación jurídica de los delitos sexuales

Las iniciativas de judicialización de los crímenes sexuales han seguido dos caminos posibles: tratar la violencia sexual como forma de tortura o como crimen autónomo. En el caso chileno, inicialmente, las denuncias presentaban las agresiones sexuales dentro de la práctica de tortura. Sin embargo, el Código Penal vigente en la época de los hechos no prevía el crimen de tortura, y si de «apremios ilegítimos», considerado un tipo penal inadecuado y sancionado con penas bajas. Además, la violencia sexual no estaba prevista como una forma de tortura, lo que contribuyó para invisibilizarla en las decisiones. Sin embargo, los tipos penales de violación y de abuso sexual contenían penas aún más bajas que los crímenes de tortura («apremios ilegítimos») o de secuestro agravado, lo que influyó en las estrategias jurídicas adoptadas, según relata Daniella Quintanilla en la entrevista concedida. Para Daniella, el mayor desafío enfrentado hoy es el de ultrapasar la barrera de la tortura y obtener el reconocimiento de la violación como crimen contra la humanidad. Sin embargo, los procesos en trámite en Chile que involucran los tipos de violación y de abuso sexual todavía no llegaron a la fase de acusación.

En Perú, Julissa Mantilla Falcón y Jo-Marie Burt comparten la evaluación de que uno de los principales problemas del procesamiento de los casos de violencia sexual por parte del poder judicial es la tipificación. La mayoría de los casos se consideran delitos comunes y por tanto sujetos a la prescripción (Mantilla Falcón, 2015, p 44; Burt, 2015). Jo-Marie señala que, en algunos casos, los actos de violencia sexual fueron tipificados como tortura y por lo tanto considerados imprescriptibles. Son, sin embargo, una minoría los casos que llegan a ser juzgados (Burt, 2015).

En Argentina, hubo una resistencia inicial del sistema judicial en acatar la tesis de juicio de los crímenes sexuales como delitos autónomos, separados e independientes de los delitos de tortura y malos tratos. Los tribunales entendían que la violencia sexual era una parte integral o un método de tortura y, por lo tanto, la violación y otros actos de violencia sexual se subsumían al delito de tortura. De acuerdo con el documento de la Procuración General de la Nación (PGN), estas sentencias no aplicaban al derecho penal internacional y no traían ningún razonamiento, o insinuaban que la figura de la tortura excluía los tipos penales específicos relativos a los crímenes sexuales. Es decir, tomaban la tortura como un conjunto de padecimientos, entre los cuales se encuentra la violencia sexual. La condena por torturas impediría la condena por violación, porque la segunda ya se incluiría en el tipo de la primera o porque habría consunción entre los delitos más graves y menos graves. Como resultado de ello, para las

víctimas y sus representantes, las agresiones sexuales se ocultaban bajo imputaciones genéricas que invisibilizaban manifestaciones de la violencia de género (PGN, 2012).

Un problema central en todos esos países se refiere a la caracterización de la violencia sexual como un delito de lesa humanidad. En Argentina, el posicionamiento inicial del Poder Judicial entendía que los crímenes sexuales objeto de denuncias no cumplían los requisitos para su configuración como crimen contra la humanidad, una vez que no estaría demostrada la práctica de forma sistemática y generalizada. Así, por ejemplo, en la causa «Circuito Zárate Campana», el tribunal de instrucción de la Cámara Federal de Apelación consideró que las violaciones fueron hechos aislados, que ocurrieron, por tanto, de forma ocasional (CELS, 2015). En ese sentido también fue el entendimiento del Tribunal Federal n° 3 de la Capital, en decisión de 30 de diciembre de 2009, emitida en el ámbito de la acción penal promovida contra Jorge R. Videla:

[...] esa clase de afectaciones [de índole sexual], quedan situadas en un espacio común pero **ajenas a la generalidad y sistematicidad que caracterizaron la concreción del plan de represión ilegal** durante el período comprendido entre el 24 de marzo de 1976 y el 10 de diciembre de 1983 en nuestro país, si bien tales actos lesivos tuvieron idénticos escenarios y fueron cometidos en el mismo contexto de aquellos otros hechos, característicos del despliegue del terrorismo estatal, son calificados como delitos contra la humanidad [...] Como se ve, en el universo específico tratado en autos, no se dieron esas características por cuanto, si bien una gran cantidad de mujeres fueron sometidas a esta clase de hechos, **la dinámica con la que se cometieron los mismos, carente de las notas de una previsión sistemática y una intencionalidad consustanciada con ella, no refleja su inscripción en el plan clandestino de represión instaurado por el régimen [...]**¹²⁶

Si bien se reconoce que muchas mujeres fueron sometidas a violencia sexual, la interpretación adoptada refuerza la idea de que los crímenes sexuales no eran parte del plan represivo. Esto significó una despolitización de los crímenes sexuales, porque excluía su conexión con el ejercicio del poder y los devolvía a la esfera íntima y privada de las víctimas y a la intención del placer o del deseo sexual del agresor. Al mismo tiempo, contemplaba los crímenes como eventos aislados o individuales y como el resultado de la mala conducta cometida por funcionarios «degenerados», según lo declarado por la abogada Ana Oberlin:

126. Causa 14.216/03 del Juzgado Federal n° 3 de Capital Federal. Fecha de sentencia: 30 de diciembre de 2009. Esa referencia fue extraída del documento (PGN, 2012, p. 5).

Se nos ponían trabas desde los juzgados y tribunales principalmente diciendo que eran delitos que habían prescrito o que tenían que ver no con el accionar represivo sino con una cosa individual de algún miembro de la patota que era «degenerado», por decirlo de alguna manera. Como que eran situaciones aisladas y no situaciones dentro del contexto en el que ocurrieron que fue el contexto represivo (In: Memoria Abierta, 2012, p. 21).

La calificación jurídica de los delitos sexuales también ha sido un obstáculo en Colombia. En respuesta al cuestionario, la Universidad de Rosario señaló que algunos aspectos del «marco jurídico para la paz», aprobada por el Acto Legislativo No. 1 de 2012, pueden obstaculizar la judicialización de delitos sexuales. Esta reforma constitucional celebrada para facilitar la terminación del conflicto armado y la construcción de una paz estable y duradera, estableció los criterios legales para las negociaciones entre el gobierno colombiano y las FARC. Entre estos criterios se establecieron medidas como: la priorización y la selección de los casos, en el entendido de que no todas las violaciones de derechos humanos serían llevadas ante la justicia. Según informó el miembro colombiano de la RLAJT, la *Corporación Sisma Mujer*, una organización que representa a las víctimas de delitos sexuales, llamó la atención sobre el riesgo de la reforma profundizar el escenario de impunidad e imponer nuevos obstáculos al esclarecimiento de las violaciones. Este riesgo se debe a tres razones. En primer lugar, porque la definición de «máximos responsables» propuesta en el ámbito del derecho penal internacional no incorpora a los responsables de la práctica de la violencia sexual. En segundo lugar, debido a que la priorización de los delitos sexuales que constituyen crímenes contra la humanidad o crímenes de guerra dificulta la posibilidad de juicio, teniendo en vista las barreras que las víctimas enfrentan para probar el carácter generalizado o sistemático de estos crímenes. En tercer lugar, ya que dan prioridad a los delitos sexuales con conexión probada con el conflicto armado, lo que también es difícil de demostrar, debido a la propia naturaleza de la violencia sexual.

Dificultades de prueba y de verificación de autoría

La valoración de la prueba y la concepción de autoría y participación criminal también constituyen obstáculos a la judicialización de los delitos sexuales, según lo informado por el CELS en respuesta al cuestionario sobre el contexto argentino:

Muchas veces se obstaculiza el juzgamiento por ser el testimonio de la víctima el único medio de prueba. Otras veces el obstáculo radica en la consideración de los delitos sexuales como crímenes de

propia mano, lo cual dificulta la acusación cuando se conoce a los responsables del secuestro/detención, pero no se logró identificar a quien cometió el delito.

El testimonio de las víctimas es, por regla general, el único medio de prueba, ya que los crímenes fueron cometidos clandestinamente y no fueron presenciados por otros/as. Por otra parte, dado que han pasado décadas desde la ocurrencia de los hechos, tampoco es viable la realización de exámenes físicos para comprobar las agresiones sexuales. Ante esta situación, en un primer momento, había jueces argentinos que rechazaron la declaración de las víctimas como única prueba e incluso pusieron en duda la credibilidad de los relatos, ya que no habían sido hechos en la primera oportunidad o por haber aparecido cuando las acciones ya estaban en marcha o mucho después. En este sentido:

los tribunales han objetado la pertinencia de dar por probados hechos que solo cuentan con el testimonio de la víctima, ya que generalmente no hay otras personas que puedan confirmarlo y, en la inmensa mayoría de los casos, después de treinta años no se cuenta con evidencias físicas de esa violencia. Lo paradójico es que no se exige lo mismo en el caso de las torturas, que se dan por probadas por el contexto de detención clandestina. (Memoria Abierta, 2012, p. 18).

Sobre la cuestión de la autoría, la caracterización de la violación como un crimen de mano propia, en la comprensión tradicional de la dogmática penal, requiere que la denuncia indique el ejecutor directo o inmediato del crimen. Muy a menudo, sin embargo, esta determinación no era viable debido a la clandestinidad de la práctica de la violación en el marco del terrorismo de Estado en Argentina, acompañada de cuidados especiales para evitar la identificación de los responsables. En este sentido enfatizan Balardini, Orbelin y Sobredo:

Evidentemente, en los casos de terrorismo de Estado, determinar quien cometió los actos de violencia sexual concretos es excepcional. Debido al contexto en que sucedieron, con víctimas generalmente privadas de la visión, sometidas a condiciones inhumanas de vida, desnudas y maltratadas física y psicológicamente, todo lo cual aumentaba notablemente su vulnerabilidad, y con victimarios que con toda intencionalidad buscaban procurarse impunidad futura utilizando alias para no ser identificados, en el marco del alto grado de clandestinidad en que se desplegó el terrorismo de Estado argentino, raramente podría determinarse con precisión el autor directo de esos hechos” (Balardini *et al*, 2011, pp. 203-204).

En la persecución de otras violaciones, como la tortura, que tenían la misma dificultad en señalar el responsable directo, la jurisprudencia admitía que autores mediatos o indirectos (inclusive altos dirigentes) y partícipes del crimen, fuesen procesados y punidos directamente (Memoria Abierta, 2012, p. 19). En el caso de violación, ante su comprensión como un delito de mano propia, esta posibilidad no fue aceptada inicialmente. Esto colocaba un reto específico para la responsabilidad penal por crímenes sexuales.

La investigación del caso de las esterilizaciones forzadas por parte de la Fiscalía en Perú también trae datos importantes para considerar los problemas de valoración de la prueba. Después de 14 años de investigación, en resolución de julio de 2016, la Fiscal Marcelita Gutiérrez archivó parcialmente la denuncia, ya que consideró que las esterilizaciones involuntarias, practicadas en el contexto de una política pública de salud de planificación familiar entre 1995 y 2000, no constituyen delitos de lesa humanidad y no pueden ser atribuidas al ex dictador Alberto Fujimori y sus ministros de salud. Parte del argumento de la fiscal se centra en la validez del supuesto consentimiento dado por las mujeres sometidas a cirugías de esterilización. A pesar de que las víctimas han informado que fueron sometidas a la fuerza, bajo coacción, amenaza o engaño, la fiscal entiende que todos los formularios de consentimiento firmados por mujeres son válidos, como se informó María Ysabel Cedano, en la entrevista concedida. Según la resolución de la Fiscalía, los términos de consentimiento son válidos, entre otros motivos porque:

- fueron firmados por personas mayores de edad y que tienen plena capacidad para ejercer sus derechos civiles. Según la fiscal, «El hecho de alegar ser analfabeto, o tener un bajo o escaso el nivel de instrucción o de hablar un idioma diferente del castellano no los convierte en incapaces» (Ministerio Público, Perú, 2016, p. 71);
- No hay información objetiva que corrobore las acusaciones de que se firmaron los acuerdos tras la finalización de la cirugía o que han sido firmados bajo violencia, amenaza, engaño o falsas promesas. La fiscal sostiene que «tampoco se evidencia ninguna diligencia mínima por parte de las personas que señalaron supuestamente ser engañadas, para poder superar el engaño que invocan». Las mujeres víctimas reportaron haber recibido amenazas de prisión o de pago de impuestos caso tuvieran más hijos, y recibían promesas de beneficios si cumplían con la cirugía. Para la fiscal, aunque eran analfabetos o quechuahablantes, el engaño «fácilmente podría superarse, con la pregunta a otras personas o por último a otros profesionales» (Ministerio Público, Perú, 2016, p. 71).

La comprensión de la Fiscalía demuestra un rechazo a la credibilidad del testimonio de las víctimas, la imposición de la carga probatoria en las mujeres que fueron afectadas por la política de esterilización y la desconsideración de factores étnicos, culturales y socioeconómicos que agravan la situación de vulnerabilidad de las víctimas. Esta acción de la Fiscalía implica la revictimización de las mujeres que presentaron denuncias, enfrentando numerosas y difíciles barreras para llevar sus demandas de justicia. La organización DEMUS también considera que la decisión de la promotora Marcelita Gutierrez vulnera «los estándares internacionales de derechos humanos para procesar crímenes de lesa humanidad, valoración del contexto, el consentimiento informado y la responsabilidad penal»¹²⁷

Corrupción de las instituciones del sistema de justicia y influencia política de los sectores militares y civiles

Entre los países de la RLAJT, en particular aquellos que han pasado por conflictos armados, la corrupción del sistema de justicia es un factor que ha impedido el avance de la responsabilidad penal de los autores de violaciones de derechos humanos. Este dato refleja la ausencia de reformas y depuraciones en las instituciones judiciales y policiales, que sufren la influencia de sectores civiles y militares interesados en garantizar la impunidad. Como consecuencia, esto conduce a una profunda desconfianza de las víctimas en relación con el sistema de justicia.

En El Salvador, el fin del conflicto armado no significó el cese de la violencia. Por el contrario, la situación actual se caracteriza por altos niveles de violencia y la falta de seguridad como resultado de las actividades de las mafias y los carteles de droga que mantienen lazos con las antiguas fuerzas de seguridad. En esa coyuntura, las medidas transicionales son afectadas por la influencia política de sectores militares y civiles interesados en impedir la judicialización y por la corrupción de las instituciones del sistema jurídico y penal (Roth-Arriaza, 2013, p. 404). De forma directamente relacionada, en la respuesta al cuestionario, el IDHUCA, representante de El Salvador, informó como obstáculos a la persecución penal de los crímenes sexuales la «falta de confianza de las víctimas en las instituciones del Estado y el nulo interés de la Fiscalía General de la República para investigar los casos».

En Guatemala, el proceso de judicialización enfrentó obstáculos iniciales graves, similares a El Salvador. Aunque en el caso de Guatemala,

127. Ver: «Demus cuestiona que se haya archivado el caso de esterilizaciones forzadas». Disponible en: <http://larepublica.pe/imprensa/politica/828730-demus-cuestiona-que-se-haya-archivado-el-caso-de-esterilizaciones-forzadas>

la ley de amnistía no ha sido obstáculos de hecho, ya que se excluye su aplicación en los casos de graves violaciones de los derechos humanos, el país también sufrió con la influencia ejercida por los sectores militares y civiles, con la situación de la violencia y la inseguridad y la falta de interés inicial de las instituciones relacionadas con el sistema de justicia. La situación ha cambiado a partir de la presión internacional, en particular la CIDH y la Corte IDH, la movilización de las víctimas y una nueva orientación asumida por la Fiscalía en apoyo a la persecución penal, sobre todo después de la designación de Claudia Paz y Paz para el cargo de Fiscal General. Esta combinación de factores ha permitido que Guatemala saliera de una situación de casi total impunidad hacia una apertura parcial a los procesos penales (Roth-Arriaza, 2013, p. 407).

Sin embargo, la evolución de los casos criminales todavía sufre interferencias externas, sobre todo cuando el acusado ocupó altos puestos de mando, como en el juicio contra el ex dictador Efraín Ríos Montt. En 2013, el ex dictador fue condenado a 80 años de prisión por la práctica de crímenes de asesinato y desaparición forzada. Pocos días después, sin embargo, la Corte Constitucional de Guatemala revocó la condena y anuló todos los actos procesales hasta entonces. A partir de ahí, el caso ha sufrido interrupciones repetidas, lo que demuestra la dificultad de condenar a una figura de gran alcance como Ríos Montt. Esta evaluación es reforzada por la sentencia del caso Sepur Zarco, que juzgó la práctica de la esclavitud doméstica y sexual contra 15 mujeres mayas. La profesora y antropóloga Rita Segato, que era experta en el caso Sepur Zarco, dijo que una de las condiciones de posibilidad de la condena de los acusados fue el hecho de que ocuparon puestos bajos. De hecho, los condenados eran teniente coronel y ex comisionado militar del destacamento.

En Perú, los sectores de las elites militares y políticas también tratan de poner freno a las acciones de la justicia y presionan a fiscales y jueces para obstaculizar las investigaciones y evitar condenas, sobre todo de altos mandos militares. También llevan a cabo campañas de difamación acusando abogados/as y los involucrados/as en causas de derechos humanos de la realización de una «persecución política» contra los militares. Como se muestra por Jo-Marie Burt, esto afecta el perfil de condenados: la mayoría son soldados y oficiales de niveles medio y bajo. Por otra parte, el Tribunal Supremo anuló las condenas de alto rango (Burt, 2015). La entrevistada María Ysabel Cedano relató que la organización DEMUS hace un trabajo para documentar indicios y denunciar la interferencia política en investigaciones relacionadas a crímenes sexuales. Segundo ella, «hay fiscales pro fujimoristas cuya actuación ha sido negligente o maltratadora de las mujeres», además de visitas de personas ajenas a las

investigaciones, como algunos ex congresistas que transitan por espacios que ni las víctimas tienen derecho de frecuentar.

La influencia de la posición de poder que ocupan los agresores también es importante en el análisis de los casos de México y Colombia. En el contexto mexicano, las propias familias de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez rechazan juicios que conducen a los banquillos de los acusados y condenan a delincuentes comunes para ofrecer una respuesta fácil y que aparte el enfoque de los verdaderos culpables. Existe toda una malla jurídica y policial creada para blindar los responsables porque son parte de los altos escalones del poder paralelo, o del Segundo Estado, como llama Rita Segato. En ese sentido se manifestó la *Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos* (CMDPDH) en la respuesta al cuestionario enviado:

En el caso de México, los crímenes sexuales cometidos por integrantes de fuerzas de seguridad del Estado han permanecido en la impunidad. La comisión de crímenes sexuales como parte de una política de Estado, nunca ha sido reconocido, en ninguno de los diferentes periodos de conflicto, por ello nunca se ha iniciado procesos penales en contra de altos mandos.

Esto también ocurre en Colombia, en la medida en que muchos autores de delitos sexuales integran las fuerzas paraestatales y están seguros de la impunidad. Un caso reportado por Susana Chiarotti en entrevista a este estudio demuestra la gravedad de la situación:

[...] en una visita que hice a Colombia para ver el seguimiento de cómo se aplicaban las recomendaciones del informe nacional que se me había hecho, me entrevisté con líderes de las mujeres desplazadas. Una de ellas contó que, como tenía una cautelar de la Comisión Interamericana protegiéndolas, la Fiscalía le ha dado un celular. Un día volviendo a la casa, un tipo la agarra, la somete, la agarra el celular, lo tira a un costado, la viola y luego, agarra el celular, se lo entregue y le dice: «ahora llama a la fiscalía y cuéntale lo que pasó».

Del relato se puede inferir que el agresor era parte de un grupo político que trató de perseguir a líderes de las mujeres desplazadas y silenciar a sus reivindicaciones. También revela que los agresores tenían acceso a los datos y a la información del sistema de justicia, o tienen contactos e influencia en las instituciones judiciales, lo que desalienta a las mujeres a denunciar la violencia sufrida. Como informó Susana Chiarotti, Colombia responde a 1500 medidas cautelares de la CIDH, y varias personas supuestamente protegidos por estas medidas ya están

muertas. La ineficacia y la corrupción del sistema de justicia contribuyen así a perpetuar la violencia contra las mujeres.

Obstáculos para la judicialización de crímenes sexuales en América Latina

País miembro de la RLAJT	Casos judicializados*	Casos sentenciados*	Principales obstáculos para judicialización
Argentina	Número indeterminado	18	• Subsunción de la violación al crimen de tortura • Concepción de autoría de la violación como crimen de mano propia • Reconocimiento del testimonio de las víctimas como única prueba
Brasil	No hay	--	• Ley de amnistía • Baja incorporación del derecho internacional de los derechos humanos
Chile	Número indeterminado	No hay	• Falta de apoyo del Estado a la presentación de las demandas judiciales • Tipificación penal inadecuada
Colombia	Número indeterminado		• Corrupción del sistema de justicia • Influencia de sectores militares y civiles
El Salvador	No hay	--	• Ley de amnistía • Baja incorporación derecho internacional de los derechos humanos • Corrupción del sistema de justicia • Influencia de sectores militares y civiles
Guatemala	Número indeterminado	1	• Corrupción del sistema de justicia • Influencia de sectores militares y civiles
México	Ningun caso contra altos mandos	--	• Corrupción del sistema de justicia • Influencia de sectores militares y civiles
Perú	3 casos	No hay	• Influencia de sectores militares y civiles • Tipificación penal inadecuada • Lentitud de las investigaciones
Uruguay	1 caso	No hay	• Falta de apoyo del Estado a la presentación de las demandas judiciales

* Números aproximados

4. Estrategias y mecanismos para superar los obstáculos a la judicialización de los delitos sexuales

Los países miembros RLAJT han adoptado mecanismos y estrategias para superar los obstáculos a la judicialización de los crímenes sexuales

cometidos en los periodos de dictaduras y conflictos armados. Por un lado, avanzan en las reformas legales y penales con el propósito de eliminar los elementos discriminatorios de género que forman parte del sistema de justicia y garantizar los derechos de las víctimas de delitos sexuales, especialmente las mujeres (4.1). Por otro lado, desarrollan estrategias para eludir la aplicación de la prescripción o de medidas de impunidad, como la amnistía, así como para eludir el problema de la producción de pruebas y de la verificación de autoría (4.2).¹²⁸

4.1 Medidas de no discriminación y garantía de derechos

La movilización de las mujeres víctimas, del movimiento feminista y de grupos de la sociedad civil, junto a la actuación de los organismos internacionales de defensa de los derechos humanos, permitió avances en la identificación de elementos discriminatorios de género presentes en las leyes y prácticas judiciales, que actúan como barreras para la judicialización de los delitos sexuales y como fuente de impunidad y revictimización. Para hacer frente a estos elementos, varios países miembros de la RLAJT han adoptado iniciativas y medidas para ajustar normas y procedimientos penales a una perspectiva de género.

En primer lugar, los sistemas legales nacionales siguieron en las décadas de 1990 y 2000, un movimiento de ajuste de los tipos penales relacionados con la violencia sexual. Varios miembros indicaron, en respuesta al cuestionario, las reformas en la legislación penal para ajustar la regulación de los delitos sexuales, especialmente en relación: i) al bien jurídico protegido, con el fin de eliminar las referencias al honor, la honestidad, el pudor o costumbres y asegurar la protección de la libertad, la integridad y la dignidad sexual de la víctima; ii) la ampliación del concepto de violación, lo que refuta la concepción restrictiva de la penetración vaginal cometida por un hombre contra una mujer e incorpora la fórmula más amplia incluyendo el sexo vaginal, anal y oral mediante la penetración del miembro viril, o la introducción de cualquier miembro u objeto en la cavidad vaginal o anal, en contra de cualquier persona; iii) la creación de nuevos tipos penales relacionados con la violencia sexual, ampliando

128. La organización del presente ítem se valió de las contribuciones de Marcelo Torelly durante la mesa de debates de la RLAJT sobre Judicialización de crímenes sexuales en América Latina, realizada en el 23 de junio de 2016, en la Universidad de Brasília (UnB – Brasil). Los vídeos de la mesa están disponibles en: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>. La presentación hecha por Marcelo Torelly, intitulada «Desafíos de la Justicia Transicional: enfrentamiento de crímenes sexuales» también está disponible en: https://www.academia.edu/26433763/Desafios_da_Justi%C3%A7a_de_Transi%C3%A7%C3%A3o_enfrentamento_de_crimes_sexuais

la gama de conductas delictivas y acercándose a la comprensión de la jurisprudencia internacional que incluye cualquier acto de naturaleza sexual cometido sin el consentimiento de la víctima, independientemente de si hubo contacto físico¹²⁹. Se destaca, también la aprobación en varios países, de leyes que tipifican y combaten el crimen de feminicidio, entendido como el homicidio de mujeres por el hecho de ser mujeres y que, por regla general, es precedido por actos de violencia sexual. Una recopilación de los cambios legislativos indicados por los miembros de RLAJT se presenta en la siguiente tabla:

Cambios en la legislación penal sobre crímenes sexuales*

País miembro de la RLAJT	Normas penales vigentes en la época	Contenidos de las reformas en la legislación penal
Argentina	Código Penal - artículo 119 y siguientes	Ley 25087 de 1999 que altera el Código Penal – la violación deja de ser considerada «crimen contra la honestidad» y pasa a ser considerada «crimen contra la integridad sexual». La violación también deja de ser entendida exclusivamente como penetración vaginal.
Brasil	Código Penal brasileño, Decreto-lei n.º 2.848 de 1940 Art. 213 – violación Art. 214 – violación sexual mediante fraude Art. 216-A – acoso sexual	Ley 12.015/2009 alteró la calificación de los crímenes sexuales de «crímenes contra la costumbre» para «crímenes contra la dignidad sexual» y «crímenes contra la libertad sexual»
Chile	Código penal Art. 361 – violación sexual Art. 366 – abuso sexual	La Ley 19617 amplió el «acceso carnal» o penetración no sólo al acceso vaginal sino además por vía anal u oral. Además la víctima no sólo podría ser una mujer sino que se cambió la víctima por contra una persona, por lo que la víctima puede ser un hombre o una mujer, establecido en el art. 361. Además se agregaron los delitos de abuso sexual, son actos distintos a la violación pero que tienen una connotación sexual, por ejemplo tocaciones.

129. Por ejemplo, la Ley No.1719 de 2014, de Colombia, incorpora una serie de tipos penales relacionados a violencia sexual, abordando en particular a su práctica en el contexto del conflicto armado interno. Son previstos, además de la violación, los crímenes de prostitución forzada, esclavitud sexual, esterilización forzada, aborto forzado, embarazo forzado, entre otros. También incluye la desnudez forzada como crimen sexual, reconociendo la no necesidad de contacto físico para la configuración de actos de violencia sexual.

País miembro de la RLAJT	Normas penales vigentes en la época	Contenidos de las reformas en la legislación penal
Colombia	Código Penal Colombiano (Ley 599 de 2000) - acceso carnal violento en persona protegida (artículo 138), acceso carnal abusivo en persona protegida menor de catorce años (artículo 138 A), actos sexuales violentos en persona protegida (artículo 139), actos sexuales con persona protegida menor de catorce años (artículo 139 A), esterilización forzada en persona protegida (artículo 139 B), embarazo forzado en persona protegida (artículo 139 C), desnudez forzada en persona protegida (artículo 139 D), aborto forzado en persona protegida (artículo 139 E), prostitución forzada en persona protegida (artículo 141), esclavitud sexual en persona protegida (artículo 141 A) y trata de personas en persona protegida con fines de explotación sexual (artículo 141 B).	Ley 360 de 1997 modificó el bien jurídico protegido que era el «pudor» por la dignidad de la persona; eliminó la causal de extinción de la acción penal en casos que el autor contrajera matrimonio con la víctima; incorporó un artículo denominado «derechos de las víctimas contra la libertad sexual y dignidad humana» Ley 1719 de 2014 - creó nuevos tipos penales que el derecho internacional considera como delitos de carácter sexual en el contexto del conflicto armado.
El Salvador	Código Penal - Arts. 158 hasta 173 B. Ley Especial integral para una vida libre de violencia	Ley Especial integral para una vida libre de violencia. Decreto-Ley 520 de 2011.
Guatemala	Código Penal de Guatemala Decreto No. 17-73. Título III De Los Delitos Contra La Libertad Y La Seguridad Sexuales Y Contra El Pudor Capítulo I De La Violación	Ley Contra El Femicidio Y Otras Formas De Violencia Contra La Mujer. Decreto 22-2008 Del Congreso De La República.
México	Código Penal Federal - Artículo 325 (feminicidio), Art. 259 (Hostigamiento sexual), Artículo 260 (abuso sexual), Artículo 265 (delito de violación)	Reforma a los Códigos Penales de los estados de la república por medio del cual se integra el tipo penal de feminicidio. D.O.F. 14 de junio de 2012 Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia
Perú	Código Penal peruano - artículos 170 y 178 de dicho cuerpo normativo (delitos como violación sexual, violación sexual de menor de edad, seducción, violación de persona en estado de inconsciencia, actos contra el pudor, entre otros).	Ley 30.364 de 2015 - Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar.
Uruguay	Código Penal, Capítulo IV – De la violencia carnal, corrupción de menores, ultraje público al pudor. Art. 272 (Violación), Art. 273 (Atentado violento al pudor).	Ley n° 17.815 de 2004. «Violencia sexual comercial o no comercial cometida contra niños, adolescentes o incapaces»

* Tabla basada en las informaciones transmitidas por los miembros de la RLAJT en los cuestionarios

En segundo lugar, los países latinoamericanos también han avanzado en reformas del sistema policial y judicial enfocadas al combate de la discriminación de género por medio de: i) la adopción de protocolos especiales para la investigación de delitos sexuales; ii) la adopción de protocolos y manuales para la toma de testimonio y para la primera entrevista de las víctimas; iii) la capacitación en género de los/las operadores/as judiciales; iv) la creación de unidades especializadas dentro de los órganos de investigación; y v) la garantía de los derechos de las víctimas a la protección contra la violencia sexual, al acceso a la justicia, entre otros.

Antes de analizar los documentos específicos de los países, algunos protocolos generales de atención a las víctimas de graves violaciones de derechos humanos también tienen pertinencia y relevancia para los casos de violencia sexual. En el ámbito internacional, se puede destacar el Protocolo de Estambul – «Manual para la investigación y documentación eficaces de la tortura y otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes» – adoptado por el Alto Comisariado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos en 2004. El Protocolo es el primer conjunto de medidas enfocadas a documentar casos de tortura y sus consecuencias y a orientar la atención a las víctimas. Entre otros temas, el Protocolo de Estambul dispone sobre la estructura de la entrevista de las víctimas, teniendo en cuenta los traumas sufridos, sobre la identificación de señales físicas y psicológicas de la práctica de tortura y establece medidas de protección a las víctimas, como la asistencia psicológica, la evaluación clínica y la garantía de la presencia de un/a intérprete y de especialista en género en el equipo de investigación. En respuesta al cuestionario, el OJT informó que, en Chile, en los procedimientos relacionados con las víctimas sobrevivientes de tortura, los tribunales solicitan un peritaje psicológico y, para este fin, los profesionales psicólogos del Servicio Médico Legal han implementado el Protocolo de Estambul. El OJT también destacó la realización de capacitaciones sobre el Protocolo dirigidas a los funcionarios del Poder Judicial con el objetivo de perfeccionar el tratamiento del tema de la tortura.¹³⁰

130. Por ejemplo, el OJT indicó dos capacitaciones realizadas respectivamente para los equipos de trabajo de la Magistrada Marianela Cifuentes y del Magistrado Mario Carroza de la Suprema Corte de Chile, siendo que el propio Observatorio participo de una de ellas. Noticias sobre las capacitaciones están disponibles en: <https://goo.gl/W89lNt> y <https://goo.gl/vJCHwW>.

El Protocolo de Estambul, al lado de otros instrumentos internacionales¹³¹, inspiran la elaboración de documentos internos por los Estados. En Argentina, el *Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos «Dr. Fernando Ulloa»*, con apoyo del Poder Judicial, publicó el *Protocolo de Intervención para el Tratamiento de Víctimas-Testigos en el Marco de Procesos Judiciales*, basado en el trabajo de asistencia y acompañamiento de testigos víctimas en los procesos por delitos de lesa humanidad. El objetivo de la publicación es evitar la revictimización y la situación de vulnerabilidad de las víctimas durante las investigaciones y procesos judiciales. Se pretende, así, servir para garantizar la protección de derechos y también una coordinación interinstitucional para promover la atención integral a las víctimas (Centro Ulloa, 2011, p. 12). El Protocolo resalta la valoración de la víctima-testigo no solo como objeto de la prueba, sino también como sujeto de derecho (Centro Ulloa, 2011, p. 15) y presenta una serie de recomendaciones relativas: al reconocimiento del testimonio como un derecho (derecho de las víctimas de participar del proceso); a la capacitación de los operadores; a la importancia de un operador judicial como referente (lo que significa que el mismo operador mantenga contacto con la víctima en los diferentes momentos y actos procesales); la garantía de la protección y la seguridad; la necesidad de evitar los encuentros entre víctimas y acusados/imputados; la garantía de un espacio físico cómodo, tranquilo y que ofrezca privacidad; la garantía de la confidencialidad; el cuidado específico en entrevistar a las víctimas de delitos sexuales (Centro Ulloa, 2011, pp. 22-30).

Diversas orientaciones son compartidas por la «Guía de Trabajo para la toma de testimonios a víctimas sobrevivientes de la tortura» de 2012, preparado por el CELS, en asociación con la Unión Europea. A partir del diagnóstico de que la forma en que se recoge el testimonio impacta en la calidad y en la riqueza del relato (CELS, 2012, p. 1), la guía también presenta instrucciones para el tratamiento de las víctimas en los diferentes momentos procesales, incluyendo: la garantía de apoyo psicosocial; el esclarecimiento sobre términos jurídicos y sobre el alcance del proceso; el respeto al tiempo de las víctimas y a la decisión de no declarar; el cuidado para evitar preguntas repetidas; adoptar una perspectiva de género para tener en cuenta el impacto diferencial e identificar las prácticas de violencia sexual (CELS, 2012, pp. 3-10). Permanece, de esa forma, la apuesta en la potencialidad reparadora de un proceso de justicia calificado para escuchar

131. De modo general, el derecho de las víctimas a la protección integral está previsto en los «Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y violaciones graves del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones», aprobados por la Resolución A/C. 3/60/L.24 de la Asamblea General de la ONU de 24 de octubre de 2005.

a las víctimas y respetar su integridad emocional, así como para explorar los testimonios como prueba y fuente de información (CELS, 2012, pp. 10-11).

Además de esos instrumentos para la protección y tratamiento de los testigos-víctimas en general, fueron desarrollados protocolos y reglas específicas enfocadas en los casos de violencia sexual. En ese sentido se manifestó la Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad en Argentina sobre los contornos particulares que la problemática de testigos adquiere en los casos de delitos sexuales, en informe de 2016:

La problemática del tratamiento de los testigos-víctimas adquiere especial relevancia cuando se trata de casos de delitos contra la integridad sexual. Aquí es necesario procurar que los tribunales adopten mecanismos que establezcan criterios respecto de la recepción de los testimonios, facilitando que la declaración tenga lugar en un ambiente propicio y adecuado para el relato, resguardando la intimidad, por ejemplo, mediante el desalojo de la sala de audiencia -siempre y cuando la persona que brindará declaración, no manifestará su voluntad en contrario. (MPF, 2016, p. 28)

Antes de esto, el Ministerio Público argentino había producido un documento que presenta los argumentos jurídicos centrales y las adecuaciones en el procedimiento penal implementadas para ajustar el tratamiento a los casos de delitos sexuales. Se trata de la Resolución PGN n° 557 de 2012, de la *Procuración General de la Nación* de Argentina, que instruye todos los promotores a observar el documento elaborado por la *Unidad Fiscal de Coordinación y Seguimiento de las causas por violaciones a los derechos humanos cometidas durante el terrorismo de Estado*, intitulado *Consideraciones sobre el juzgamiento de los abusos sexuales cometidos en el marco del terrorismo de Estado*. Teniendo en cuenta las respuestas judiciales deficitarias hasta entonces, y llevando en consideración la recomendación del Comité de la CEDAW para que el Estado avanzase en la judicialización de los crímenes sexuales, el documento «identifica los aspectos problemáticos de la práctica judicial al momento de tratar estos delitos y ofrece distintas pautas de actuación para evitar o morigerar sus efectos perniciosos» (PGN, 2012, p. 1).

La construcción del documento es fruto de la actuación de unidades especializadas de la Fiscalía argentina. Por un lado, la iniciativa fue promovida por la unidad que conduce las causas relacionadas a las violaciones de derechos humanos durante la dictadura. Por otro lado, también repercute el trabajo del *Programa de la Fiscalía sobre Políticas de Género*, que se dedica a la «difusión, sensibilización y capacitación sobre la temática de género y derechos de las mujeres» bien como a la «articulación intra e

interinstitucional con organismos encargados de asuntos pertinentes para la temática de género». Se aprecia, así, la importancia de la especialidad de unidades de la fiscalía para pautar el tema de los crímenes de la dictadura y, en particular, de la violencia sexual, para difundirlos y orientar los demás sectores del órgano fiscal.

Con relación a la metodología para la colecta de los testimonios y la preparación de los operadores judiciales, el documento de la PGN registra que «es imprescindible prestar atención tanto a la capacitación, competencia y el comportamiento de los funcionarios encargados de recibir su testimonio como a la adecuación del lugar y la modalidad en la que tiene lugar el acto». En ese sentido, cabe a los jueces y promotores:

asistir a la víctima en las necesidades que requiera; procurar que su declaración se realice en un contexto adecuado para lograr que se produzca con la mayor libertad posible; impedir interrogatorios que se dirijan a violentar, coaccionar o intranquilizar a la víctima; disponer las medidas de seguridad y de asistencia psicológica que hagan falta; y, si fuera necesario evitar su exposición pública, hacer uso de los medios técnicos que correspondan (videoconferencia, cámara Gesell, u otras alternativas similares) (PGN, 2012, p. 25).

México también ha adoptado varias leyes y protocolos destinados a al atendimento de las víctimas y a la investigación de los casos de delitos sexuales, lo que traduce el esfuerzo para dar cumplimiento a las obligaciones internacionales asumidas y resultantes de las condenas sufridas en el SIDH. Una reforma constitucional llevada a cabo en 2011 incorporó al artículo 1º de la Constitución el principio de protección de los derechos humanos en conformidad con las normas constitucionales y tratados internacionales. En 2013, se promulgó la Ley General de Víctimas, cuyo objetivo es proteger los derechos de las víctimas de delitos y violaciones de los derechos humanos cometidas por el Estado o por la violencia practicada por particulares.¹³² Están contemplados los derechos a la asistencia, protección, atención, verdad, justicia, reparación, debida diligencia, entre otros (artículo no. 2)¹³³. Los mecanismos, medidas y procedimientos previstos en la Ley deben ser diseñados en observancia a una serie de principios enunciados en el artículo no. 5, que incluye la debida diligencia, el enfoque diferencial y

132. La Ley puede ser consultada en: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGV.pdf>.

133. Los derechos están definidos en el Título Segundo de la Ley, artículo no. 7º a 27.

especializado¹³⁴, el enfoque transformador¹³⁵, la igualdad y no discriminación y la no victimización secundaria¹³⁶.

En el tema específico de la violencia sexual, fue creada una unidad especializada en el ámbito de la Fiscalía General de la República llamada «Fiscalía Especial para los Delitos de Violencia Contra las Mujeres y Trata de Personas» (FEVIMTRA).¹³⁷ Con base en estas directrices nacionales establecidas por el Estado Mexicano¹³⁸, la FEVIMTRA elaboró el «Protocolo de Investigación Ministerial, Pericial y Policial con Perspectiva de Género para la Violencia Sexual» (PGR, 2015)¹³⁹ con el objetivo de «proporcionar una herramienta metodológica estándar y efectiva en la investigación de la violencia sexual» a partir de una «visión de género y estricto cumplimiento al principio de debida diligencia» (PGR, 2015, p. 7). Así, el Protocolo visa estandarizar los procedimientos seguidos en los tres niveles de especialización – ministerial, policial y pericial – para coordinar la actuación y evitar la discrecionalidad (PGR, 2015, p. 8). La guía rechaza la influencia de los estereotipos discriminatorios en las investigaciones y establece un enfoque de género y de interseccionalidad, teniendo en cuenta las situaciones de especial vulnerabilidad que afectan a las mujeres

134. En ese aspecto, la Ley «reconoce la existencia de grupos de población con características particulares o con mayor situación de vulnerabilidad en razón de su edad, género, preferencia u orientación sexual, etnia, condición de discapacidad y otros, en consecuencia, se reconoce que ciertos daños requieren de una atención especializada que responda a las particularidades y grado de vulnerabilidad de las víctimas».

135. Ese enfoque requiere de las autoridades competentes esfuerzos para que las medidas en pro de la efectividad de los derechos de las víctimas «contribuyan a la eliminación de los esquemas de discriminación y marginación que pudieron ser la causa de los hechos victimizantes».

136. Ese principio refuerza que la cualidad de la víctima no puede ser negada por «características y condiciones particulares». También dispone que los mecanismos y procedimientos no pueden agravar la situación de las víctimas, imponer requisitos que impidan el ejercicio de sus derechos o las expongan a nuevos daños causados por conductas de los servidores públicos.

137. Para más informaciones, ver: <http://www.pgr.gob.mx/Fiscalias/fevimtra/Paginas/default.aspx>.

138. Entre esas directrices, se destaca: «La Ley Orgánica de la Fiscalía General de la República que en su artículo no.5 establece la obligación a la PGR, de elaborar y aplicar protocolos de investigación de delitos con perspectiva de género, entre otros para la investigación de la violencia sexual, contra la libertad y normal desarrollo psicosexual» y «El Programa Nacional de Procuración de Justicia 2013-2018 (PNPJ), incluye los casos de violencia contra las mujeres como delitos de alto impacto cuya atención es prioritaria para el Estado mexicano, así como la responsabilidad de sensibilizar a todo el personal respecto a la atención y protección adecuada de las víctimas del delito y proveer garantías efectivas para que las mujeres denuncien actos de violencia» (PGR, 2015, p. 7).

139. El Protocolo de investigación está disponible en: http://www.pgr.gob.mx/que-es-la-pgr/PGR_Normateca_Sustantiva/protocolo%20violencia%20sexual.pdf

(PGR, 2015, p. 10 y ss.)¹⁴⁰. Las orientaciones a los funcionarios abarcan: la atención a las necesidades de las víctimas y el respeto de su tiempo y dificultades; la obtención del consentimiento de la víctima para todas las diligencias y el cuidado para que no tenga que repetir más de una vez el relato; el suministro de información y orientación a las víctimas sobre sus derechos¹⁴¹; la protección de la confidencialidad e intimidad; la no revictimización por medio de juicio de valor basados en discriminación de género (PGR, 2015, pp. 22-25).¹⁴² Vale resaltar, por fin, los cuidados indicados por el Protocolo para la primera entrevista, con el objetivo de obtener la confianza, transmitir tranquilidad y facilitar la narrativa de las víctimas (PGR, 2015, pp. 25-26). En su Anexo I, el Protocolo trae una sugerencia de guión para la primera entrevista, incluyendo un modelo de cuestionario básico (PGR, 2015, pp. 66-69).

En Colombia, el Auto 092 de 2008 emitido por la Sala Segunda de Revisión de la Corte Constitucional dice respecto a medidas de atención y a la protección de los derechos de las mujeres afectadas por el desplazamiento interno causado por el conflicto armado y a la prevención de las violaciones de género y su impacto diferencial sobre las mujeres. El Auto fue expedido en seguimiento a la sentencia de tutela T-025 emitida por la Corte Constitucional en 2004, en la cual declaró el estado de cosas inconstitucional relativo al desplazamiento interno provocado por el conflicto. La sentencia reconoció las violaciones masivas a los derechos humanos practicadas contra la población desplazada y las fallas estructurales de las políticas del Estado que contribuyeron para que eso aconteciese.

En ese marco, el Auto 092, enfocado a la situación de las mujeres, partió del presupuesto fáctico del «impacto desproporcionado, en términos cuantitativos y cualitativos, del conflicto armado interno y del desplazamiento forzado sobre las mujeres colombianas» y del presupuesto jurídico de que las mujeres desplazadas son «sujetos de protección constitucional reforzada»

140. El Protocolo se apoya en la decisión de la Suprema Corte de Justicia de la Nación en la «Resolución de Amparo directo en revisión 2655/2013, Acceso a la justicia en condiciones de igualdad. Elementos para juzgar con perspectiva de género», de 6 de noviembre de 2013, que trae elementos para identificar situaciones de violencia y de vulnerabilidad por razones de género (PGR, 2015, p. 40).

141. Incluyendo el derecho de ser atendida por un profesional del mismo sexo y capacitado, el derecho a copias de todos los documentos que sean de interés de la víctima y el derecho de participar del proceso penal, o acceso a servicios médicos de emergencia (incluyendo contracepción o interrupción de embarazo), la presencia de intérprete.

142. Otro Protocolo relevante: «Protocolo de Investigación de Delitos Sexuales en adultos». Disponible en: http://www.secretariadoejecutivo.gob.mx/docs/pdfs/ConcertacionFASP2015/INFORMACION%20COMPLEMENTARIA/5%20PROTOCOLO_INVESTIGACION_DELITOS_ROBO_%20SEXUALES_%20EN_ADULTOS.pdf

con base en la Constitución colombiana y en las obligaciones del Estado en materia de derechos humanos y derecho internacional humanitario. La Corte se pronunció tanto en el ámbito de la prevención del impacto diferencial que el conflicto armado y el desplazamiento interno produjo sobre las mujeres, como en el ámbito de la atención a las mujeres que son víctimas desplazadas internas y de la protección a sus derechos. En el campo de la prevención, la decisión llevó en cuenta 10 riesgos de género¹⁴³ en el marco del conflicto armado, entre los cuales el primer enunciado es el riesgo de la violencia sexual, explotación sexual o abuso sexual. Ya en el ámbito de la atención a las víctimas y la protección de sus derechos, la Corte identificó 18 «facetas de género del desplazamiento forzado»¹⁴⁴ que incluyen tanto patrones de violencia y discriminación de carácter estructural que preexisten a la situación de desplazamiento, como problemas específicos que dicen respecto a la particular vulnerabilidad causada por el desplazamiento interno. En la primera categoría está el riesgo de sufrir violencia y abusos sexuales, y el desconocimiento de sus derechos a la justicia, verdad, reparación y no repetición; en la segunda categoría están los problemas de la falta de apoyo psicológico, del registro de la población desplazada, del acceso al servicio de atención a esta población, así como «una alta frecuencia de funcionarios no capacitados para atender a las mujeres desplazadas, o abiertamente hostiles e insensible a su situación».

En este sentido, la Corte Constitucional ordenó la adopción de un conjunto de medidas, resumidas por la decisión de la siguiente manera:

- (i) órdenes de creación de trece (13) programas específicos para colmar los vacíos existentes en la política pública para la atención del desplazamiento forzado desde la perspectiva de las mujeres, de manera tal que se contrarresten efectivamente los riesgos de género en el conflicto armado y las facetas de género del desplazamiento

143. Según la Decisión, este tipo de riesgos se corresponde con diez «factores de vulnerabilidad específica de los que están expuestas las mujeres debido a su condición femenina en el marco del enfrentamiento armado interno de Colombia, que no son compartida por los hombres».

144. Según la Decisión, estas facetas de género corresponden a «aspectos del desplazamiento que impactan de manera diferencial, específica y agudizada a las mujeres, debido a su condición de femenina en el marco del conflicto armado en Colombia»

forzado¹⁴⁵, (ii) el establecimiento de dos presunciones constitucionales que amparan a las mujeres desplazadas¹⁴⁶, (iii) la adopción de órdenes individuales de protección concreta para seiscientos (600) mujeres desplazadas en el país, y (iv) la comunicación al Fiscal General de la Nación de numerosos relatos de crímenes sexuales cometidos en el marco del conflicto armado interno colombiano.

En 2014, se promulgó en Colombia la Ley no. 1719, con el fin de garantizar los derechos de la mujer en el contexto del conflicto armado, en particular el acceso a la justicia. Entre las garantías previstas en el artículo no. 13 de la ley están: la preservación de la intimidad y la privacidad de la víctima, manteniendo la confidencialidad de sus datos personales; el acceso a documentos de interés de la víctima, como la denuncia o el laudo médico-legal; la no discriminación a causa del comportamiento o la orientación sexual; la atención por parte de personas con formación en derechos humanos y en enfoque diferencial; el derecho a no ser confrontada con el agresor, o sometida a pruebas repetitivas o que conlleven una intromisión innecesaria o desproporcionada de su intimidad; el atendimento en lugares accesibles, con la garantía de privacidad, salud, seguridad y comodidad; la protección contra

145. Los trece programas de acción social previstos para llenar lagunas en materia de género en las políticas públicas enfocadas al tema del desplazamiento forzado son: «a). El Programa de Prevención del Impacto de Género Desproporcionado del Desplazamiento, mediante la Prevención de los Riesgos Extraordinarios de Género en el marco del Conflicto Armado. b. El Programa de Prevención de la Violencia Sexual contra la Mujer Desplazada y de Atención Integral a sus Víctimas. c. El Programa de Prevención de la Violencia Intrafamiliar y Comunitaria contra la Mujer Desplazada y de Atención Integral a sus Víctimas. d. El Programa de Promoción de la Salud de las Mujeres Desplazadas. e. El Programa de Apoyo a las Mujeres Desplazadas que son Jefes de Hogar, de Facilitación del Acceso a Oportunidades Laborales y Productivas y de Prevención de la Explotación Doméstica y Laboral de la Mujer Desplazada. f. El Programa de Apoyo Educativo para las Mujeres Desplazadas Mayores de 15 Años. g. El Programa de Facilitación del Acceso a la Propiedad de la Tierra por las Mujeres Desplazadas. h. El Programa de Protección de los Derechos de las Mujeres Indígenas Desplazadas i. El Programa de Protección de los Derechos de las Mujeres Afrodescendientes Desplazadas. j. El Programa de Promoción de la Participación de la Mujer Desplazada y de Prevención de la Violencia contra las Mujeres Líderes o que adquieren Visibilidad Pública por sus Labores de Promoción Social, Cívica o de los Derechos Humanos. k. El Programa de Garantía de los Derechos de las Mujeres Desplazadas como Víctimas del Conflicto Armado a la Justicia, la Verdad, la Reparación y la No Repetición. l. El Programa de Acompañamiento Psicosocial para Mujeres Desplazadas. m. El Programa de Eliminación de las Barreras de Acceso al Sistema de Protección por las Mujeres Desplazadas».

146. Las dos presunciones constitucionales que amparan a las mujeres desplazadas en cuanto «sujetos de protección constitucional reforzada» son: «a. La presunción constitucional de vulnerabilidad acentuada de las mujeres desplazadas, para efectos de su acceso a los distintos componentes del SNAIPD [Sistema Nacional de Atención Integral a la Población Desplazada] y de la valoración integral de su situación por parte de los funcionarios competentes para atenderlas; y b. La presunción constitucional de prórroga automática de la ayuda humanitaria de emergencia a favor de las mujeres desplazadas, hasta que se compruebe la autosuficiencia integral y en condiciones de dignidad de cada mujer en particular».

todas las formas de coacción, violencia e intimidación; el acompañamiento y la asistencia técnica y jurídica¹⁴⁷; el derecho a la igualdad de oportunidades y medidas para facilitar el testimonio; consideración de las condiciones de especial vulnerabilidad (como la edad, la discapacidad, la pertenencia a grupos étnicos, etc.) para la adopción de medidas preventivas o de protección o garantía de la participación en el proceso y en la reparación; el acceso a la información sobre el derecho a la interrupción del embarazo causado por violación. El dispositivo también prevé los deberes y responsabilidades de los organismos y autoridades implicadas en los procesos de atención integral y el acceso a la justicia para las víctimas de violencia sexual.

El artículo no.17 de la ley se refiere a la obligación de llevar a cabo investigaciones en un plazo razonable y bajo el impulso de los funcionarios judiciales, sin depender de la iniciativa de la víctima. Los fiscales y los jueces deben actuar con la debida diligencia, contar con el apoyo especializado y evitar la revictimización:

ARTÍCULO 17. OBLIGACIÓN DE ADELAN TAR LAS INVESTIGACIONES EN UN PLAZO RAZONABLE Y BAJO EL IMPULSO DE LOS FUNCIONARIOS JUDICIALES.

(...)

El fiscal del caso deberá contar dentro de su grupo de investigadores criminalísticos con personal capacitado en delitos sexuales, con quienes adecuará el programa metodológico de la investigación de acuerdo a las características de cada caso y atendiendo a las características étnicas, etarias y socioeconómicas de la víctima.

Las actuaciones adelantadas por los funcionarios judiciales deberán respetar en todo momento la dignidad de las víctimas de violencia sexual y atender sus necesidades de tal manera que no constituyan actos de revictimización.

Además de la actuación de los agentes entrenados dentro de los equipos de investigación, el artículo no. 21 de la ley también prevé la creación de comités técnicos-jurídicos dentro de la Fiscalía General de la Nación para investigar la violencia sexual. Los comités deben funcionar «como mecanismos de direccionamiento estratégico de casos que por su dificultad y situación de mayor vulnerabilidad de las víctimas» con el objetivo de «realizar el análisis, monitoreo y definición de técnicas y

147. En ese aspecto, la norma dispone específicamente que: «Las entrevistas y diligencias que se surjan antes de la formulación de imputación deberán realizarse en un lugar seguro y que le genere confianza a la víctima, y ningún funcionario podrá impedirle estar acompañada por un abogado o abogada, o psicóloga o psicólogo. Se deberán garantizar lugares de espera para las víctimas aislados de las áreas en las que se desarrollan las diligencias judiciales, que eviten el contacto con el agresor o su defensa, y con el acompañamiento de personal idóneo».

estrategias de investigación con perspectiva de género y diferencial». En esta misma línea de la atención en la preparación de los órganos y agentes públicos encargados de atender y procesar las quejas de delitos sexuales, la ley elimina la competencia de la justicia penal militar para investigar tales delitos (artículo 20). La Ley también prevé medidas de protección para las víctimas, a la vista de su situación de vulnerabilidad (artículo 22)¹⁴⁸, así como la atención integral de salud (artículo 23)¹⁴⁹, incluida la atención psicosocial, durante el tiempo que sea necesario (artículo 24).¹⁵⁰

Por último, a nivel regional, merece atención la «Guía para la acción de los fiscales en la investigación penal de los casos de violencia sexual en el contexto de los crímenes internacionales, en particular los crímenes contra la humanidad», adoptada en la XVII Reunión Especializada de Ministerios Públicos del Mercosur, celebrada en junio del año 2015.¹⁵¹ La Guía contiene «pautas generales para guiar la actuación de los Ministerios Públicos en la investigación penal de casos de violencia sexual perpetrados en el contexto de crímenes internacionales, en particular de crímenes de lesa humanidad» (artículo no. 1, 'a'). El artículo no.2º de la Guía establece que los Ministerios Públicos deben incorporar una perspectiva de género y un enfoque interseccional en las investigaciones de los casos de violencia sexual. O sea, deben llevar en cuenta el impacto diferencial de la violencia contra hombres y mujeres, bien como la incidencia de otras condiciones de vulnerabilidad, tales como «edad, pobreza, orientación sexual, identidad de género, migración y desplazamiento interno, discapacidad, pertenencia a comunidades indígenas u otras minorías, privación de la libertad, entre otras» (artículo 2, 'b').

Entre los temas tratados en la Guía, además de las directrices para la investigación y la actividad probatoria, mencionadas en el próximo

148. Como establece el dispositivo, las medidas de protección parten del entendimiento de que «Se presume la vulnerabilidad acentuada de las víctimas de violencia sexual con ocasión del conflicto armado, el riesgo de sufrir nuevas agresiones que afecten su seguridad personal y su integridad física, y la existencia de riesgos desproporcionados de violencia sexual de las mujeres colombianas en el conflicto armado (artículo 22, '1')». El artículo también dispone que las medidas protectoras son extensivas al grupo familiar y a las personas que dependan de la víctima, y también aquellas que, por defender los derechos de la víctima, entran en situación de riesgo.

149. En el atendimiento a la salud, debe ser implementado el «Protocolo y el Modelo de Atención Integral en Salud para las Víctimas de Violencia Sexual», que incluye procedimiento de interrupción del embarazo.

150. Según lo informado por la Universidad de Rosario, en respuesta al cuestionario, el Ministerio Público de Colombia adoptó recientemente un protocolo de investigación de los casos de crímenes sexuales relacionados al conflicto armado interno, pero todavía no está disponible. Respecto a eso, ver el reportaje: <http://www.fiscalia.gov.co/colombia/noticias/destacada/fiscalia-adopta-protocolo-para-investigar-y-judicializar-la-violencia-sexual/>. También existe un protocolo para la Fuerza Pública: <http://unfpa.org.co/wp-content/uploads/2014/03/protocolo-ddhh-0711012-PANTONE-300pm-1.pdf>.

151. Se registra un agradecimiento al CELS por la indicación de la Guía.

ítem, están previstas, en el artículo 6º, orientaciones para la colecta de testimonios de las víctimas de violencia sexual. A pesar de la extensión, vale transcribir íntegramente el dispositivo, una vez que sus incisos resumen las principales instrucciones para coleccionar los testimonios de víctimas de crímenes sexuales:

Artículo no. 6. Pautas generales para la toma de testimonios de víctimas de violencia sexual

Los Ministerios Públicos, en el marco de sus competencias específicas y conforme lo permita el derecho interno de cada Estado, investigarán con la debida diligencia los crímenes de violencia sexual, adoptando medidas para proteger a las víctimas, orientadas a prevenir el riesgo de la retraumatización ante la declaración y a fortalecer el carácter reparador del proceso de justicia. A tales efectos:

- a) asegurarán que las declaraciones de las víctimas se realicen en ambientes cómodos y reservados, para brindarles seguridad y confianza;
- b) adoptarán medidas para evitar que las víctimas tengan que reiterar su declaración. Al respecto, podrán solicitar la utilización de declaraciones formuladas en la etapa de investigación (ya sea declaraciones por escrito o grabaciones sonoras o audiovisuales) o ante otros tribunales;
- c) con el consentimiento de las víctimas, adoptarán medidas para limitar su exposición al público y para prevenir su estrés psicológico. En particular, podrán solicitar: un cambio del lugar de celebración del juicio o de la fecha de la audiencia, el desalojo del público de la sala del tribunal (sesión a puerta cerrada), o la presencia de un acompañante como apoyo psicológico. También podrán requerir que se preserve la identidad de las víctimas en los escritos y resoluciones, consignando las iniciales de los nombres, entre otras medidas;
- d) adoptarán medidas para un abordaje psicosocial o psicojurídico antes, durante y después de las entrevistas, con profesionales del campo de la salud mental y/o de las ciencias sociales;
- e) preguntarán específicamente sobre la posible comisión de delitos sexuales. No asumirán que las víctimas de violencia sexual no quieren relatar su historia;
- f) consultarán sobre la posible comisión de crímenes de violencia sexual tanto a hombres como a mujeres. No realizarán presunciones sobre quienes son las víctimas de violencia sexual ni sobre quienes quieren relatar su historia;
- g) utilizarán un lenguaje claro y desprejuiciado, a la vez que clarificarán a las víctimas los términos jurídicos que se utilizan;
- h) al tomar testimonios, dejarán que las víctimas relaten los hechos de manera espontánea y cronológica y, luego, realizarán las preguntas aclaratorias o específicas para completar la información.

Las consultas tendrán un carácter general, y no se requerirán detalles de los hechos, sino sólo de aquellos elementos que sean indispensables para probar la configuración de los delitos y la participación criminal;

i) al valorar los testimonios, no se confundirán las manifestaciones del trauma (como ausencia de emoción o narraciones inconexas) con la falta de credibilidad;

j) adoptarán aptitudes de escucha activa, lo que implica la capacidad de escucha atenta y respetuosa;

k) estarán atentos para advertir en los testimonios indicadores de posibles crímenes de violencia sexual (como por ejemplo la detención de mujeres vigiladas por hombres; la publicación o difusión de propaganda o incitación al odio diseñada para instigar a la violencia sexual contra un grupo determinado; el allanamientos de viviendas por parte de soldados o grupos de milicias, sobre todo si las mujeres o los niños se encuentran solos en el hogar; el aumento del número de mujeres que solicitan tratamiento médico de lesiones como la fístula; entre otros indicadores).

4.2 Estrategias contra la prescripción y la amnistía

La aplicación de los institutos de prescripción o amnistía para los delitos sexuales presupone la calificación de estos delitos como delitos comunes, que estarían, por tanto, sujetos a las medidas de extinción de la pena. Para protegerse de estas medidas se adoptan estrategias legales para la caracterización de los actos de violencia sexual como: i) tortura, ii) crímenes de guerra o iii) crímenes contra la humanidad, perseguidos bajo la jurisdicción nacional o internacional.

En enero de 2016, el Relator Especial de la ONU sobre la tortura, tratamiento y actos crueles, inhumanos o degradantes, Juan Méndez, dio a conocer un informe en el que analiza los aspectos de género de la tortura. El relator hizo hincapié en que el análisis de género se opone a la «tendencia a considerar violaciones contra las mujeres y las niñas, y las personas lesbianas, homosexuales, bisexuales y transexuales como malos tratos, incluso cuando se identificaría más propiamente como tortura» (Méndez, UN, A/HRC/31/57, §8). Con apoyo en la jurisprudencia internacional firmada tanto por las cortes regionales de derechos humanos, como por los tribunales penales internacionales *ad hoc*, el informe afirma que la violación y otros actos de violencia sexual pueden constituir tortura cuando son cometidos por grupos

estatales y no estatales (Méndez, UN, A/HRC/31/57, §52)¹⁵². Se observa que la calificación como tortura busca reconocer la especial gravedad de los actos de violencia sexual, al afirmar que no son violaciones inferiores o de menor gravedad o de menos dignidad, pero equivalentes a la práctica de tortura. Al hacer esta equivalencia, el relator no deja de lado el hecho de que la tortura es tratada tradicionalmente como una práctica cometida en contra de los hombres, lo que invisibiliza los aspectos específicos de la violencia y el sufrimiento causado a las mujeres, las niñas y otros grupos que, a causa de la orientación sexual o identidad género, estarían desviados de los patrones socialmente dominantes. En este sentido, el relator llama la atención sobre la necesidad de tener en cuenta la naturaleza de género de la tortura, tanto para el análisis de sus causas y consecuencias (con énfasis en los factores estructurales de discriminación), como para la formulación de las respuestas estatales, especialmente en el campo de las reparaciones a las víctimas (Méndez, UN, A/HRC/31/57, §68).

Como se vio en la primera parte de este estudio, los crímenes sexuales también pueden constituir crímenes de guerra o crímenes contra la humanidad, siempre que satisfagan los requisitos exigidos para cada especie. En estos casos, los crímenes sexuales cometidos en las dictaduras y conflictos armados también están sujetos a persecución penal en los tribunales nacionales como delitos autónomos. Como, de forma general, las víctimas y las organizaciones no encuentran respaldo jurídico interno a la judicialización de crímenes de transcendencia internacional, sea por cuestiones políticas o de orden procesal, ellas desarrollan un modo de actuación que ha sido llamado de *litigio estratégico* (Torelly, 2016, pp. 148-9). Esta línea de actuación consiste en la utilización de la judicialización internacional con el fin de presionar e impactar en las políticas y en la legislación nacional, como explica Marcelo Torelly:

Cuando actúan en los niveles transnacionales e internacionales con vistas no sólo al saneamiento de una violación, sino una ruta alternativa para una reforma legal o implementación de políticas públicas, los individuos y los actores privados, como las ONG, producen lo que Keck y Sikkink definen como un «efecto boomerang» en el que una demanda que podría ser dirigida a una institución

152. De acuerdo con el informe, aun cuando no es el autor, el Estado es responsable por los actos cometidos por particulares cuando no cumple su obligación de diligencia debida. Se entiende que la tortura se caracteriza por la naturaleza del acto cometido y no el estado de la persona que lo cometió (Méndez, ONU, A / HRC / 31/57, § 52). Esta discusión es particularmente relevante a la vista, por ejemplo, el entendimiento adoptado por la Corte IDH en el juicio del caso Campo Algodonero, como visto, en que la violencia sexual contra las víctimas no se consideró como tortura porque cometida por actores privados y no por los empleados públicos.

nacional, o incluso que fue dirigida, pero no fue reconocida por la institución nacional, es enviada a un foro internacional y luego devuelta a la esfera doméstica recodificada (Torelly, 2016, p. 150).

En este sentido, algunos países de la RLAJT han avanzado en la incorporación al ordenamiento jurídico interno de los conceptos y categorías del derecho penal internacional, tales como crímenes contra la humanidad. Por ejemplo, en Chile, según ha informado el OJT, la Ley no. 20.357 de 2009 tipificó los delitos contra la humanidad e incluyó entre ellos la violación y abuso sexual. El artículo no. 5, no. 8, prevé como delito de lesa humanidad el de: «Violar a una persona en los términos de los artículos no. 361 y no. 362 del Código Penal o abusar sexualmente de ella en los términos del artículo no. 365 bis». Aunque la ley no se aplica a los crímenes de la dictadura, indica un avance en la interacción entre orden jurídica nacional e internacional.¹⁵³ En Colombia, la Ley no. 1719 de 2014 establece en su artículo no.15, que los actos de violencia sexual cometidos como parte de un ataque generalizado o sistemático contra una población civil, y con conocimiento de dicho ataque, son vistos como crímenes contra la humanidad, los cuales son imprescriptibles, en virtud del artículo no.16 de la misma ley.

La calificación jurídica como tortura, crimen de guerra o crimen contra la humanidad otorga a los delitos sexuales el carácter de imprescriptibles y insusceptibles de amnistía. En principio, el tratamiento de los delitos sexuales como tortura o como delitos autónomos (como crímenes contra la humanidad) no son mutuamente excluyentes. Es decir, es posible que un acto de violación, por ejemplo, se considere un método de tortura y un crimen independiente. Sin embargo, como se ha visto, se presentan dificultades específicas para destacarse los actos de violencia sexual de la práctica de la tortura y para reconocerlos como crímenes contra la humanidad. En este sentido, los países miembros de la RLAJT han seguido caminos y estrategias diferentes en el ámbito de la justicia, pero parecen converger en la defensa del carácter autónomo de la violación, aunque sea posible una imputación simultánea como tortura, en concurso formal.

En el contexto argentino, esta defensa de la autonomía de los crímenes sexuales vocaliza, en primer lugar, una demanda de las propias víctimas, que entienden y se hacen conscientes de que han sido afectados de maneras diferentes cuando torturadas, por un lado, y cuando violadas o abusadas sexualmente, por otro. Teniendo en cuenta la diferencia entre

153. En ese sentido, ver también la Ley no. 26.200 promulgada en 2007 en Argentina, que dice respecto a la implementación del Estatuto de Roma.

los actos, ellas postulan que los agentes tienen que rendir cuentas por separado para cada delito cometido. En este sentido, una de las víctimas oída en ámbito del proyecto Grietas del Silencio expresó: «Que se los juzgue, en mi caso particular a este tipo por lo que yo lo denuncié, un delito, un violador serial. (...) Y quiero que se le condene por eso» (M14) (2011, p. 253).

En la entrevista realizada en el marco de esta investigación, Susana Chiarotti dijo que el análisis por separado de los actos de violencia sexual también es importante en el sentido de disputa política y simbólica de la memoria de la dictadura, para revelar quiénes eran los represores:

en cada uno de esos actos había una expresión de violencia sexual, que debe ser analizada por separada, por separado también para mostrar la verdadera imagen de lo que eran los represores, porque todavía tenemos el rastro de una gran parte de la sociedad que piensa que estos señores libraron al país de una escoria roja, de los perversos comunistas y toda la gente que quería traer el mal al país, y que eran gente pura recta, cristiana, que solo quería poner orden en el país y moralizarlo. Cuando vos mostrás que se robaban las pertenencias que los detenidos y se los llevaban a su casa, y que se violaban a las detenidas, esta imagen de militar puro se desarma. Incluso la gente puede tolerar que le digan que ese señor torturó, pero no puede tolerar que digan violó, porque cuando vos decís tortura, la gente se imagina a un militar con una picana, o un palo que lo intermedia del cuerpo del otro, que lo separa del cuerpo del otro, tratando de obtener información para garantizar la seguridad del país. Pero cuando vos mostrás un tipo tirándose arriba de una detenida encapuchada y con las manos atadas, la imagen es la de un animal, y se te rompe en pedazos la idea del represor bueno que tuvo algún exceso para obtener informaciones para salvar al país. Si en nuestros países, donde la construcción de la democracia siempre es frágil, si vos no desmontar esa imagen del represor tal cual era, si no la mostrás, crudamente, la gente sigue pensando que mejor estábamos con los militares.

En el ámbito jurídico, el documento de la PGN, que contiene directrices a los fiscales para la persecución penal de los delitos sexuales en el marco del terrorismo de Estado, presenta un diagnóstico de que la subsunción en el delito de tortura hace con que los delitos sexuales se queden diluidos e invisibles. El Ministerio Público argentino hace hincapié en que los actos de violencia sexual tienen su «propia entidad» tanto para el derecho internacional como para la legislación nacional. Incluso en el la época de los hechos ya había figuras penales de la

legislación interna que tipificaban los delitos sexuales.¹⁵⁴ Por lo tanto, no hay razón para no calificarlos como «delitos sexuales en sentido estricto», aunque también se consideran como parte de la tortura. En este sentido, el documento registra: «Aquí no se pretende negar que la calificación de tormentos puede concurrir, sino afirmar que la calificación como delitos contra la integridad sexual no puede dejarse de lado». Se admite que una misma acción pueda ser constitutiva de dos delitos, como violación y tortura, como un ejemplo de concurso formal, (PGN, 2012, p. 10). Lo que se refuta es que la violencia sexual se inscribe en el delito de tortura. La PGN rechaza la idea de subsunción, sea por absorción del delito menos grave por el más grave, sea por considerar que el delito más general capta todos los aspectos penales del delito específico:

ello claramente no sucede en el caso de los abusos sexuales, dado que ni son menos graves (en especial la violación), ni tampoco es posible considerar que los abusos sexuales sean casos característicos o prototípicos de tormento, de modo tal que razonablemente pueda entenderse que ya fueron contemplados en la definición genérica del delito de tormento. En efecto, el delito de tormentos no expresa de ninguna manera la esencia particular que tiene una agresión de índole sexual y, por ende, nada autoriza a dejar de aplicar las figuras penales que sí lo hacen (PGN, 2012, p. 12).

La resistencia a la calificación jurídica autónoma de delitos sexuales parece haber transcurrido, según el documento de la PGN, del miedo de que no se cumplan las condiciones establecidas en el derecho internacional para la caracterización como crímenes contra la humanidad. De hecho, hubo decisiones que entendieron que los actos de violencia sexual habían sido hechos eventuales y desconectados del plan represivo coordinado por el Estado dictatorial. Aunque estuviesen establecidos en diversos instrumentos internacionales, la inclusión de los delitos sexuales en la categoría de crímenes contra la humanidad exigiría que hubiesen sido cometidos de forma sistemática y generalizada.

En respuesta a estos argumentos, trabajos de colecta de testimonios, como el proyecto Grietas del Silencio, demostraron que los delitos sexuales no fueron incidentes aislados, sino que se practicaban en forma planificada

154. La época del terrorismo de Estado en Argentina, los crímenes sexuales estaban previstos en los artículos no.119, 120, 122, 123, 124 e 127 del Código Penal, sobre la rúbrica de «delitos contra a honestidad».

en los centros clandestinos de detención y con amplia distribución geográfica, puesto que las demandas se refirieron a varios lugares en el territorio argentino. Sin embargo, aunque no fuera así, los delitos sexuales no perderían su condición de crímenes contra la humanidad. Esto se debe a que, en virtud del artículo no. 7º del Estatuto de Roma, crímenes contra la humanidad se definen como «cualquiera de los actos siguientes [incluyendo delitos sexuales enumerados en la letra 'g'155], cuando se cometan como parte de un ataque generalizado o sistemático dirigido contra una población civil y con conocimiento de dicho ataque». Es, por tanto, el ataque el que debe ser generalizado o sistemático, y no las violaciones. Un solo acto de violencia sexual puede constituir un crimen contra la humanidad desde que esté conectado o haga parte del ataque «generalizado o sistemático» contra una población civil. En la entrevista concedida, Carolina Varsky reforzó ese entendimiento:

aun cuando haya un solo caso en un centro clandestino, esa sistematicidad es de ataque generalizado, no de la práctica de la violación, ¿se entiende? Aunque haya un solo caso es un crimen de lesa humanidad, porque fue cometido en el marco de ese plan sistemático de exterminio de las oponentes a la dictadura.¹⁵⁶

Es cierto que la motivación de los agentes para la práctica de actos de violencia sexual es irrelevante para su configuración como un crimen contra la humanidad. Aún así, al demostrarse la relación de los delitos

155. Como visto, son inscritos como crímenes contra la humanidad: (g) Agresión sexual, esclavitud sexual, prostitución forzada, embarazo forzado, esterilización forzada o cualquier otra forma de violencia en el campo sexual de gravedad comparable».

156. Apoyado en las normas y la jurisprudencia internacional, el documento elaborado por la unidad especial de la fiscalía argentina presenta los requisitos para que los actos de violencia sexual constituyan crímenes contra la humanidad, cuando son parte de un ataque generalizado o sistemático contra una población civil. En primer lugar, en relación con el contexto, se requiere que haya una comisión múltiple de actos (ataque) que afecta a un gran número de víctimas (generalizado) o que haya sido coordinados por un plan preconcebido (sistemática). En el caso del terrorismo de Estado argentino, el sistema represivo siguió un patrón de conducta criminal que era a la vez generalizado y sistemático. Cuanto la relación entre el acto y el ataque, el documento señala que esta relación puede deberse al hecho de que el crimen es, por su naturaleza y consecuencias, parte del ataque, o del conocimiento de los acusados de que hay un ataque y su acto es parte de él. Otro criterio se relaciona con el aumento del peligro de la delincuencia o la vulnerabilidad de las víctimas por el contexto. Este marco no cubre todos los crímenes cometidos en el período, pero las conductas que «se ven favorecidas o facilitadas por la existencia del ataque, precisamente porque no hay una autoridad dispuesta a evitarlas, sancionarlas, es decir, se trata de conductas cometidas al amparo del poder que sostiene el ataque general de la política sistemática». Este es el caso de la violencia sexual practicada en los centros clandestinos de detención o exterminio, ya que había un control casi absoluto de los agentes de la represión sobre las víctimas. (PGN, 2012, pp. 5-7)

sexuales con el contexto represivo, se desmonta la tesis de que estos crímenes estén relacionados con la libido o el deseo sexual de los agentes. También se reconoce que los actos de violencia sexual eran parte de la estrategia de aniquilamiento de las opositoras/es políticas/os y fueron posibles debido a la posición de poder que tenían los atacantes. Es decir, los delitos sexuales no planteaban la satisfacción del placer sexual, sino que eran parte del plan de exterminio y dominación política. Tampoco constituyen desvíos individuales, sino actos imbricados en las estructuras de poder. Es esclarecedor en este sentido, el testimonio de una víctima de Argentina:

[...] Charly, estoy segura de que si estuviera suelto en la calle no sería un violador en serie; violaba las mujeres porque era parte del poder en este lugar ... no fue un loco que un día tuvo la idea de violar a las mujeres, todo el mundo sabía que también tenía sus preferidas dentro del lugar, que era parte de un plan... (In: Balardini *et al*, 2010, p.130)

Es importante recordar que la persecución penal de los delitos sexuales, en Argentina, depende de instancia privada, es decir, de la iniciativa de las víctimas. Aunque se caracterice como crímenes contra la humanidad, lo que podría fundamentar el deber de investigar y procesar de oficio, la posición seguida por el Ministerio Público argentino es el respeto a la voluntad expresada por las víctimas. Esta orientación tiene como objetivo proteger los intereses de las personas afectadas al evitarse daños o perjuicios que pueden ser causados por la tramitación del proceso, especialmente teniendo en mente la falta de preparación todavía del sistema de justicia para responder a este tipo de delitos, lo que entraña el riesgo de revictimización. Por consiguiente, las investigaciones y las acciones penales son promovidas solo por el impulso de las víctimas, o de oficio en el caso de que no hayan sobrevivido a la dictadura. En los casos en los que las víctimas se manifiestan en contrario con la investigación del abuso sexual sufrido, o no hacen ninguna manifestación, no se investigarán estos abusos, excepto (y único) a medida en que hagan parte de otros crímenes de acción penal pública, como la tortura (PGN, 2012, p. 17).¹⁵⁷

157. En el documento con las directrices de actuación, la unidad especial de la Procuraduría General de la Nación señala que el énfasis de la discusión no debe estar en el dilema entre iniciativa privada o persecución de oficio, "sino en generar o perfeccionar los mecanismos que garanticen, por un lado, las condiciones para que quienes sufrieron esta clase de delitos reciban toda la información, el asesoramiento y la contención necesarios para que adopten una decisión libre sobre el impulso de la investigación y, por otro, que el proceso penal será lo menos traumático posible" (PGN, 2012, p. 19). Para una explicación detallada de la posición adoptada por el Ministerio Público argentino en relación con la iniciativa privada de acciones penales para el enjuiciamiento de los delitos sexuales, teniendo en cuenta los diferentes supuestos de hecho y normativos, consulte la explicación completa en el documento: (PGN, 2012, pp 13-19).

En Chile, según la abogada Daniella Quintanilla, de la Corporación Humanas, en un primer momento, las querellas relativas a delitos sexuales subsumían los actos de violencia sexual a cargos de tortura. Es decir, las denuncias imputaban el delito de tortura sexual, pero se trataba de una acción más política que jurídica, con el fin de hacer hincapié en el contenido o la connotación sexual de la tortura, pero sin consecuencias prácticas para los fines de tipificación o punición.¹⁵⁸ Esta estrategia permitió avances parciales en la jurisprudencia. Si, en principio, los tribunales no llevaron en cuenta en modo alguno los relatos de violencia sexual, comenzaron a reconocerlos como hechos probados en el interior del proceso. De acuerdo con la entrevistada: «ha habido una evolución que el relato se ha comenzado a incorporar en distintas partes de la sentencia a través de distintos mecanismos, sea a través del reconocimiento o de relevar que la tortura tubo una connotación sexual».

En un segundo momento, siguiendo el relato de Daniella, se dio un paso más con la presentación de querellas que perseguían el delito de tortura y, en paralelo, la violación. Por un lado, como ya visto, en ningún juicio hasta la conclusión de este estudio, se consideraron los actos de violencia sexual «ni como agravante, ni como una atribución específica o responsabilidad penal». Sin embargo, por otro lado, se ha fortalecido el movimiento de las mujeres víctimas y las organizaciones feministas en defensa de la naturaleza autónoma de los delitos sexuales. El colectivo *Mujeres Sobrevivientes Siempre Resistentes* ha orientado sus campañas y acciones políticas hacia la presión por el reconocimiento de la violencia sexual como actos distintos de la tortura.

Este debate ha repercutido en el marco legislativo. Un proyecto de ley pendiente ante la Cámara legislativa chilena, cuyo objetivo es adecuar a la tipificación del delito de tortura, prevé la violencia sexual como una de sus formas posibles, según ha informado la OJT en respuesta al cuestionario. Según la entrevistada Daniella Quintanilla, de la Corporación Humanas, en el contexto de la discusión parlamentaria sobre el proyecto de ley

158. La consideración de los aspectos de género de la tortura también se hizo hincapié en otros casos. En un documento que buscó apoyar el trabajo de la *Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura*, la Corporación Humanas llamó atención a la particularidad de la tortura contra las mujeres durante la dictadura chilena. Según el documento, «hubo un tipo de tortura que se ejerció de manera desproporcionada contra ellas por el solo hecho de ser mujeres». Como resultado, se alertó a la Comisión de que un concepto restrictivo de la tortura, concebida como una categoría común, sería ajeno a las especificidades de los daños sufridos e incapaz de ofrecer formas adecuadas de reparación. (Corporación Humanas. «Minuta sobre violencia sexual como tortura. Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura»). Agradezco a Daniella Quintanilla, de la Corporación Humanas, por proporcionar el documento.

varias organizaciones de mujeres feministas y organizaciones de mujeres sobrevivientes también de la dictadura han hecho incidencia para que en el tipo penal de la tortura se reconozca de la especificidad de la tortura sexual contra las mujeres, especialmente en el contexto de persecución política.

En posicionamiento crítico, el colectivo de *Mujeres Sobrevivientes* divulgó nota en que «exigen tipificación de violencia sexual como delito autónomo, sin que sea subsumido en el concepto de «tortura» comprendido en el nuevo proyecto ley sobre tortura».¹⁵⁹ Vale recordar que esa tipificación no tiene efectos retroactivos y no se aplica, por tanto, a los crímenes de la dictadura. De acuerdo con Daniella Quintanilla, la representación jurídico-penal de la violencia sexual está en disputa dentro de la sociedad civil, pero hay consenso de que el tema de la tortura debe ser tratado sin invisibilizar nuevamente la violencia sexual:

Dentro de la sociedad civil tampoco hay una posición unificada en como el tipo penal debería recoger a la connotación sexual de la tortura, si es que debiera ser un tipo distinto, si es que debiera ser una agravante o si es que debiera ser a través de alguna otra técnica legislativa penal. Pero si, estamos todas de acuerdo que ese proceso de discusión de como tipificar la tortura no puede volver a invisibilizar la violencia sexual. Todas estamos claras de que hay que recogerla. Pero hay dudas y discusiones todavía planteadas sobre la mesa no resueltas sobre cual es la técnica penal en la que hay que ser recogida, si como un tipo distinto, si como una agravante. En eso no hay consenso.

El caso peruano también parece reflejar un proceso gradual de reconocimiento de la violencia sexual como crimen contra la humanidad. En la entrevista concedida, Maria Ysabel Cedano, de DEMUS, señaló que, por mucho tiempo, «ni siquiera la comunidad de los derechos humanos admitía que la violencia sexual pudiera ser un crimen de lesa humanidad de forma autónoma». Ante a esto, «la gente, por una cuestión de límites jurídicos, legales, pensaba que la única forma que había de entender y comprender

159. En nota, el Colectivo presenta sus principales pautas: «En Chile, el Colectivo de Mujeres Sobrevivientes, Siempre Resistentes, lucha por visibilizar este tipo de violencia como una práctica específica en contra de las mujeres que rompen con el prototipo patriarcal y luchan por sus derechos y sus proyectos políticos y de sociedad. Entre sus principales fines se encuentran la búsqueda de la tipificación de la Violencia Política Sexual como delito autónomo, distinto al de tortura; la exigencia de que en los juicios de las sobrevivientes de este crimen se aplique la jurisprudencia internacional y la recuperación de la casa de tortura «Venda Sexy» [calle Irán con Plátanos, Santiago] como un sitio de memoria para las mujeres» (In: Observatorio de Justicia Transicional. Universidad Diego Portales, Santiago de Chile. Boletín informativo No. 33, diciembre 2015, enero y febrero 2016. pp. 17-18)

esto era a través de la violencia sexual como tortura». Con el cambio de ese panorama fue posible pasar a tratar la violencia sexual como un delito independiente y, así, visibilizar los derechos violados y las motivaciones para la práctica de los crímenes sexuales, de acuerdo con la entrevistada:

seguro que la violencia sexual fue parte de las torturas que afligieran a la personas, pero lo que queríamos era que se investiguen y enjuicien y condenen no a la tortura, porque solo la tortura puede configurar crimen de lesa humanidad, sino que el avance que hemos logramos las mujeres, el uso de la violencia sexual independientemente se hay tortura o no es condenable como lesa humanidad, constituye un crimen de lesa humanidad. O sea, no es por la violación a la integridad o a la dignidad que solamente se configuran lesa humanidad, pero a la libertad sexual y reproductiva también. Y eso es lo que queremos y lo estamos consiguiendo hasta el momento es visibilizar esto. Que la gente sepa, que no solo, o sea, que si te violan pero no lo hacen en un contexto en donde te quieren arrancar una información o quieren que acuses al otro o que te inculpes a si misma, sino te violan porque creen eres un botín de guerra, porque creen que, de esa manera controlan tu subjetividad y la de tu familia y la de tu comunidad, es un instrumento, una arma de guerra, un botín, este es también [un crimen de lesa humanidad].

Sin dejar de reconocer el uso de la violencia sexual como método de tortura, también se postula su reconocimiento autónomo, o sea, su cualificación como crimen contra la humanidad, aunque no haya sido practicado como medio de torturar a las víctimas. La Guía de actuación para los Ministerios Públicos del Mercosur también sigue esa línea al prever la visibilización de los actos de violencia sexual, en los términos del artículo no.4, 'b':

Artículo 4. Obligación de investigar los crímenes de violencia sexual
b) Visibilidad de los hechos de violencia sexual. Los Ministerios Públicos encuadrarán los crímenes de violencia sexual en los delitos sexuales específicos, conforme estén previstos en el derecho interno de cada Estado. Si un hecho puede enmarcarse en varios delitos, todos deben visibilizarse.

Para el supuesto de que el crimen de violencia sexual no pueda encuadrarse en un delito sexual específico vigente en el derecho interno, los Ministerios Públicos procurarán visibilizar este tipo de violencia en sus diferentes presentaciones escritas u orales durante los procesos judiciales.

Por fin, en Brasil, a pesar de que no haya habido un debate amplio sobre el tema, la militante Amelinha Teles defiende que la violación y otros actos de violencia sexual sean reconocidos como «crimen independiente de los demás crímenes practicados» y considerados crímenes contra la

humanidad. Con eso también se califica el entendimiento de que «los crímenes sexuales practicados durante la dictadura son tan graves cuanto otras formas de tortura utilizadas» (Teles, 2015, p. 1020).

4.3 Cuestiones probatorias y de autoría

Dos dificultades adicionales para la judicialización se refieren, como visto, al problema probatorio y de verificación de autoría. En cuanto al tratamiento de las pruebas, las estrategias legales nacionales se han basado en la normativa y jurisprudencia internacional (discutidas en la Parte I de este estudio), tales como: el histórico sexual de la víctima no puede ser considerado como evidencia de la ocurrencia o no del delito de violación; la ausencia de consentimiento puede presumirse o inferirse a partir del contexto coercitivo en el que la agresión sexual fue cometida¹⁶⁰; el testimonio de las víctimas es un elemento fundamental y dotado de fiabilidad; cualquier inexactitud o lagunas en los relatos no dañan la credibilidad de los testigos, sino que representan los efectos del propio trauma psicológico causado por la violación.

Tanto el documento de la *Procuración General de la Nación* en Argentina como el *amicus curiae* de la *Women's Link Worldwide* en Chile refuerzan la utilización de esos criterios para el tratamiento de las pruebas en los casos de crímenes sexuales (PGN, 2012; Women's Link, 2015). Buscan influenciar, por tanto, el modo como los tribunales incorporan y valoran las pruebas frente a la centralidad de los testimonios de las víctimas y de la inexistencia de otros elementos probatorios. En ese aspecto, la abogada Ana Oberlin argumentó, en testimonio al CELS: «Nosotros lo que decimos es que no puede pretenderse un estándar probatorio más alto de lo que son el resto de las violaciones a los derechos humanos» (Memoria Abierta, 2012, p. 23). O sea, las organizaciones y representantes de las víctimas pasaron a cuestionar el hecho de la declaración de las víctimas servir como prueba suficiente para determinadas violaciones, como la tortura, pero sufrir descrédito y descalificación cuando se trata de crimen sexual.

160. El documento de la PGN corrobora esa regla: «El hecho de que se trate de prisioneros sometidos a toda clase de torturas y amenazas, sin posibilidad alguna de vislumbrar un auxilio legal, la existencia de un contexto de peligro permanente para la vida y la integridad física y psíquica tanto de la víctima como de sus seres queridos, implica una situación de coacción permanente con capacidad para excluir cualquier clase de consentimiento alegado por la defensa» (PGN, 2012, p. 25).

En caso peruano, la Corte Suprema de Justicia estableció, en el Acuerdo Plenario n° 1-2011/CJ-116¹⁶¹ de 6 de diciembre de 2011, la «doctrina legal» conteniendo los criterios y reglas para la apreciación de la prueba en los casos de delitos sexuales. La Corte partió del diagnóstico presentado por el foro de participación ciudadana que apuntaba: que 90% de las denuncias de delitos sexuales resultaban en absolución, lo que emana posiblemente de la forma de se valorar la prueba indiciaria, y que la valoración de la prueba en los casos de crímenes sexuales es influenciada por estereotipos de género reproducidos por policías, promotores y jueces (§6°). Por eso la necesidad de ser reorientada la actividad probatoria de modo a no damnificar la dignidad de las víctimas ni reforzar los patrones de impunidad (§8°).

Con base en las propuestas presentadas por la sociedad civil y la comunidad jurídica, y con un fuerte apoyo en los estatutos y la jurisprudencia penal internacional, el acuerdo plenario firmó cuatro temas: i) la irrelevancia de la verificación de la resistencia de la víctima para la configuración del crimen, ya que la falta de consentimiento no impone la necesidad de resistencia física, entre otras razones porque la violación puede ocurrir bajo amenaza o en circunstancias que hacen que sea inútil o de riesgo la resistencia de la víctima (§18° a §21°); ii) la credibilidad de la declaración de la víctima ante una posible retractación futura y la prohibición para cuestionar la credibilidad del relato basado en el comportamiento sexual

161. Los Acuerdos Plenarios son instrumento para estandarizar la jurisprudencia penal en cuestiones específicas en Perú. Las Salas Penales de la Suprema Corte, en colaboración con el Centro de Investigación Judicial, llevaron a cabo el VII Pleno Jurisdiccional, que incluía el foro «Participación ciudadana», en el que la comunidad jurídica y la sociedad civil fueron llamados para discutir los principales problemas hermenéuticos y normativos de la práctica judicial relacionadas con las normas penales, de procedimiento y de ejecución criminal. A partir de ahí se definió una agenda de 10 temas, con problemas específicos, que se convirtió en el objeto de los Acuerdos Plenarios. Después de seleccionados los temas, se llevaron a cabo audiencias públicas, y, a continuación, ocurrió el proceso de discusión y formulación de los acuerdos plenarios que contienen resoluciones vinculantes las cuales establecen los criterios de jurisprudencia que deben ser seguidos por todos los órganos del Poder Judicial (Acuerdo Pleno N° 01-2011 / CJ-116, §§10 a 5). Según informado por IDEHPUCP en respuesta al cuestionario, además del acuerdo plenario en relación con la valoración de la prueba en los casos de delitos sexuales, otros tres también se relacionan con el tema de la violencia sexual. En total, los 4 acuerdos Plenarios son los siguientes: «i) Acuerdo Plenario N°07-2007/CJ-116: Violación Sexual: alcance interpretativo del artículo 173°.3 Código Penal, modificado por la Ley N.° 28704 para la determinación judicial de la pena; ii) Acuerdo Plenario N°01-2011/CJ-116: La valoración de la prueba en los delitos contra la libertad sexual: criterios y reglas para su aplicación; iii) Acuerdo Plenario N°03-2011/CJ-116: Delitos contra la libertad sexual y trata de personas: diferencias y penalidad y iv) Acuerdo Plenario N° 01-2012/CJ-116: Reconducción del delito de abuso sexual no consentido por adolescentes mayores de 14 y menores de 18 años de edad, al artículo 170° del Código Penal». Debido al corte adoptado en este estudio, se analizó sólo el Acuerdo plenario sobre la actividad probatoria.

de la víctima o de un testigo; iii) la valoración de la prueba teniendo en cuenta los criterios de pertinencia, necesidad, idoneidad y relevancia, y con atención a las características del caso, lo que debe hacer inadmisibles la pericia médico-legal cuando no tiene ningún uso (porque, por ejemplo, en el crimen no hubo agresión física) e inadmisibles preguntar sobre el comportamiento sexual o la integridad moral de la víctima cuando «implica una intromisión irrazonable, innecesaria y desproporcionada en la vida privada» no agregando ninguna evidencia (§28º a §36º); iv) la obligación de evitar la revictimización o estigmatización secundaria - cuando la víctima revive su experiencia dolorosa y sufre una nueva violación al informar lo que le pasó al personal mal entrenado - teniendo en cuenta las siguientes reglas: «a) Reserva de las actuaciones judiciales; b) Preservación de la identidad de la víctima; c) Promover y fomentar la actuación de única declaración de la víctima» (§37 e §38).

En lugar de realizar exámenes físicos que violan la integridad de las víctimas, un medio de prueba que se puede utilizar para apoyar la imputación es la pericia psicológica que demuestre las consecuencias sufridas por las víctimas. A este respecto, según lo informado por IDEHPUCP en el cuestionario, Perú también ha adoptado dos manuales que guían la evaluación psicológica o de los daños psicológicos en las víctimas de violencia sexual. Son ellos: la «Guía para la evaluación del procedimiento psicológico de presuntas víctimas de violencia, abuso sexual atendidas en el consultorio»¹⁶² y la «Guía de valoración psíquica de daño en víctimas adultas de la violencia familiar, la tortura u otras formas de violencia sexual y otras formas de violencia intencional».¹⁶³

El reconocimiento de la credibilidad de los testimonios debe tener en cuenta que los sentimientos de vergüenza y culpa de las víctimas no solo explica el retraso en la formulación de quejas, como hace difícil pensar que alguien mentiría al exponer tales hechos (Balardini *et al*, 2011, p. 201). En este sentido, la Guía del Mercosur establece que las declaraciones de las víctimas y los testigos son la evidencia fundamental para demostrar la comisión de los delitos sexuales, y atribuye a los Ministerios Públicos la realización de entrevistas exhaustivas y rigurosas con la debida orientación y acompañamiento psicológico (artículo no. 5, <c>).

En Colombia, la citada Ley no. 1.719 del año 2014 también proporciona recomendaciones para la realización de investigaciones y la valoración de

162. Disponible en: <http://www.chsalternativo.org/guias-y-manuales/295-guia-de-procedimiento-para-la-evaluacion-psicologica-de-presuntas-victimas-de-abuso-y-violencia-sexual-atendidos-en-consultorio/file>

163. Disponible en: http://www.mpf.n.gob.pe/escuela/contenido/publicaciones/35_guia_psiquico.pdf

la prueba en los casos de delitos sexuales. En el mismo sentido del Acuerdo Plenario en Perú, la ley establece que no se puede inferir el consentimiento de la víctima de ninguna palabra, gesto o comportamiento que no haya sido libre y voluntario, ni del silencio o de la falta de resistencia (artículo no. 18). La ley también hace hincapié en que no se necesita la existencia de pruebas físicas para comprobar la ocurrencia del delito y se debe utilizar las técnicas de investigación de alta calidad «para la obtención de pruebas sin ser degradantes para la víctima y minimizando toda intrusión en su intimidad» (artículo no. 19). Sobre el valor del testimonio, el artículo afirma que no será desestimado el testimonio de las víctimas de violencia sexual con ocasión del conflicto armado, especialmente cuando son menores de edad. También cabe destacar, en el mismo dispositivo, la orientación para profundizar la investigación en el caso de una víctima con diferente orientación sexual, «sin calificarlos a priori como los crímenes pasionales o venganzas personales» y se considerando la hipótesis del crimen por homofobia. Por último, el artículo no. 19, apartado 5, incluye otra posibilidad probatoria y llama la atención a los patrones que explican los delitos sexuales:

5. Se atenderá al contexto en que ocurrieron los hechos criminales y los patrones que explican su comisión, especialmente aquellos que ocurren en el marco del conflicto armado. Para este efecto los operadores de justicia podrán acudir a peritajes psicológicos o antropológicos.

Por lo tanto, dada la falta de pruebas directas, tal como la evidencia física, pericia local o cuerpo de delito, se piensan en otras estrategias para apoyar la imputación penal. En el *amicus curiae* presentado a la justicia chilena, la *Women's Link Worldwide*, con apoyo a los estatutos y la jurisprudencia internacional, defendió la posibilidad de recurso a pruebas indiciarias, circunstanciales o conjeturales, bien como pruebas que demuestren la conexión de los crímenes con el contexto. Al respecto de eso, la entidad propuso:

una nueva comprensión e interpretación de la valoración de la prueba testifical en casos de violencia sexual y violación que tiene en cuenta el contexto en que ocurren estos crímenes. En este sentido, si bien en estos casos la declaración de las víctimas se torna trascendental y sustrato base de la posible imputación de responsabilidad internacional, también se obliga a mirar el entorno en que se ejercen estas conductas, liberando a las víctimas sobrevivientes de asumir toda la carga probatoria en estos casos. (Women's Link, 2015, p. 19)

La Guía de actuación del Mercosur también indica la incorporación de elementos probatorios que dan cuenta del contexto, ya sea a través de pruebas documentales, forense o testimonio (artigo no.5, 'b'). En el caso

Sepur Zarco, en Guatemala, las organizaciones representantes de las víctimas y el Ministerio Público buscaron solucionar las dificultades probatorias y caracterizar el contexto de los crímenes por el recurso a peritajes especializados. Como afirmó la profesora Rita Segato, que actuó como perita antropológica en el caso, delante de los límites del derecho, fue preciso innovar y tener creatividad para buscar argumentos y evidencias que permitieran comprobar la esclavitud sexual y doméstica a que fueron sometidas las víctimas.¹⁶⁴ La estrategia de las peticionarias, en ese sentido, involucró la presentación de al menos 26 peritajes especializados, que llevaron al Tribunal conocimientos al respecto del contexto histórico, político, social y cultural en que fueron cometidos los delitos sexuales. El conjunto de peritajes (antropológicos, lingüísticos, psicosociales, entre otros) cumplió el papel de revelar, por ejemplo, las estrategias militares y los patrones represivos empleados, el impacto cultural de los crímenes sobre la comunidad indígena, el marcador de género de las violaciones, los daños sufridos por las mujeres, y otras contribuciones fundamentales al juicio.

En entrevista concedida al estudio, Ada Valenzuela destacó el papel del peritaje psicosocial en demostrar los efectos y daños psicológicos dejados por las violaciones. La entrevistada también llamó la atención para el peritaje sobre los patrones internacionales relacionados a la credibilidad de los testimonios.

El perito que hizo esa peritaje hizo una rendición de todos los testimonios presentados por los testigos, por las víctimas, y concluyó que todos los testimonios, en su parte central, su parte troncal como dije el perito, eran verídicos. Es decir, que no se contrahicieran uno con otros. Por la situación de que tantos años habían pasado, que habían pasado más de treinta años, había fechas que cambiaban, verdad, o detalles simbólicos, pero que en su parte central, todos los testimonios iban a apuntar a la misma correlación de cómo se habían sucedidos hechos. Eso, creo yo, que es una de las peritajes centrales del proceso de investigación porque a través de estándares internacionales se darían credibilidad a los testimonios de las mujeres.

La profesora Rita Segato quedó responsable por la realización del peritaje antropológico cultural de género, que buscó interpretar «los hechos denunciados y su impacto en las comunidades a la luz de patrones de cultura y valores propios de los sujetos individuales y colectivos que acuden al tribunal en la calidad de víctimas»¹⁶⁵. La perita sirvió como

164. Exposición de la profesora y antropóloga Rita Segato en la Mesa de Debates sobre Judicialización de Crímenes Sexuales en América Latina, realizada en junio de 2016 en la Universidad de Brasília. Vídeo disponible en: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>

165. Información retirada de power point disponibilizados por la MTM. (2016)

una intérprete cultural entre las víctimas, agresores, promotores y jueces. Al examinar las características de la vida comunitaria indígena, Rita Segato verificó que la relación entre hombres y mujeres está regida por la «reciprocidad y la dualidad» y por una actuación mancomunada «en las tareas reproductivas y de gestión de la vida».¹⁶⁶ Puede haber una jerarquía de prestigio y autoridad masculina, pero no hay práctica de feminicidio, tortura sexual o violación.¹⁶⁷ Para Rita, la gran revelación de su peritaje fue mostrar que ese tipo de violencia violadora, feminicida por medio de la violación y que practica la esclavitud sexual no es característica del mundo tradicional ni siquiera de la cultura guatemalteca. A través del análisis de las relaciones de género mantenidas en el medio indígena maya, y en las aldeas q'eqchi'és en particular, el peritaje demostró que no se trató de una mera extensión de una violencia que ya estaba allí. La diferencia cultural permite también comprender el significado y la intención de los crímenes cometidos por las fuerzas armadas de Guatemala. Teniendo en vista el papel de la mujer en las comunidades, de acuerdo con Rita, «el cuerpo de la mujer alegoriza el cuerpo social y la dominación sobre el mismo simboliza el poder jurisdiccional de un territorio». La perita clasificó los crímenes sexuales juzgados en el caso Sepur Zarco como crimen de género de lesa humanidad.

De forma complementaria, la pericia lingüística también ofreció importante contribución para revelar como las mujeres se sentían y como fueron impactadas por la violencia sexual y doméstica. El peritaje apuntó que no existe la palabra violación en la lengua maia q'eqchi'és, lo que refuerza que no era una práctica conocida o de mínima incidencia en el mundo campesino. El discurso de las mujeres se organizaba alrededor de categorías como vergüenza y profanación. En particular, cuando las mujeres se expresaban sobre el acceso sexual no consentido que sufrían, la palabra que usaban era profanación. Esa idea de que fueron profanadas debe ser comprendida a partir de la posición estructurante de las mujeres en la representación cultural de la comunidad, de modo que la violación a sus cuerpos alcanza de forma más amplia los patrones de convivencia y las concepciones de vida del grupo. Por fin, la traducción cultural también permitió percibir que las mujeres expresaban el mismo nivel de tristeza y penuria al hablar de la esclavitud sexual y de la esclavitud doméstica, como tener que lavar la ropa de los soldados o hacer comida para ellos. Esto indica una diferencia con relación a la mujer occidental que, en regla,

166. Segato, 2013.

167. Según consta en el slide del peritaje: «La guerra introdujo la práctica del acceso sexual forzado, y su consecuencia hoy son hogares fragmentados, con desentendimiento y más violencia, y un cambio en la percepción de la mujer y en los códigos de la masculinidad». (MTM, 2016).

entiende el acoso sexual no consentido como la forma más extrema y cruel de violencia. Ya para las mujeres q'eqchi'es, como resaltó Rita Segato, la sumisión a la esclavitud doméstica produjo el mismo sufrimiento¹⁶⁸.

Los ejemplos extraídos del caso Sepur Zarco refuerzan, por tanto, el papel que los peritajes especializados pueden desempeñar como medio para complementar y robustecer los elementos probatorios de la práctica de crímenes sexuales, bien como evaluar el significado y el impacto que produjo sobre grupos sociales minoritarios y culturalmente distintos. La Guía del Mercosur también recomienda su utilización por los Ministerios Públicos:

Artículo no.5. Actividad probatoria

d) Prueba pericial. Los Ministerios Públicos promoverán peritajes especializados para acreditar el contexto en el que se perpetraron los hechos. A tales efectos, podrán incorporar estudios efectuados por expertos en historia, antropología, o sociología, entre otras disciplinas.

Con relación a la verificación de la autoría, la estrategia para superar la tesis de que los actos de violencia sexual son crímenes de mano propia y por tanto, apenas los autores directos pueden ser responsabilizados, se ha apoyado en gran medida, en el empleo de la llamada «teoría del dominio del facto», desarrollada por el jurista alemán Claus Roxin. Esa es la tesis defendida por el documento de la PGN en Argentina y por el *amicus curiae* de la *Women's Link Worldwide* en Chile para justificar la responsabilidad penal individual no solo de autores directos, sino también coautores, autores mediatos y partícipes de los crímenes.

El documento de la PGN cuestiona, en primer lugar, los fundamentos por detrás de la caracterización de los crímenes sexuales como crímenes de mano propia. Al contrario de otros delitos encuadrados en esa clasificación, no se trata de violaciones de un deber especial que justifique la restricción de autoría.¹⁶⁹ Además de eso, el documento se apoya en los autores Javier A. De Luca y Julio López Casariego para indicar lo que está por detrás de la noción de crimen de mano propia aplicada a los delitos sexuales:

detrás de la concepción de que únicamente puede ser autor quien realiza el tocamiento o la penetración, parece subyacer la idea de que estos delitos exigen la presencia de placer, lascivia o fines o móviles de contenido libidinoso que, por propia definición, sólo

168. Según consta en el slide del peritaje: «Cuando las mujeres relatan su sometimiento sexual y su sometimiento doméstico, lo hacen con idéntica pena, manifestando análoga penuria, y es tan quejosa la referencia al acceso a su cuerpo como al acceso a su trabajo y a sus productos». (MTM, 2016).

169. Sería el caso, por ejemplo, del crimen de prevaricación y de falso testimonio.

pueden contemplarse de manera individual (De Luca; Casariego *apud* PGN, 2012, p. 21).

Una vez que los crímenes sexuales no exigen cualquier finalidad o motivación específica, apartando las consideraciones acerca de la libido o lascivia, la responsabilidad penal debería ser evaluada a partir del control que cada autor o partícipe tiene en la conformación final del crimen. En esos términos, contribuye de forma determinante para la configuración del delito no solo el ejecutor directo, sino también quien ejerce fuerza sobre las víctimas, quien expide órdenes o quien conduce el centro de detención, por ejemplo.

El documento de la PGN también defiende la posibilidad de responsabilizar los superiores jerárquicos, mismo cuando no hayan órdenes expresas que comprueben una implicación directa. Como afirmó Carolina Varsky en entrevista para esta investigación, la regla es que no existan, de hecho, órdenes escritas determinando o autorizando la comisión de los crímenes. No obstante, la fiscalía argentina argumenta que la clandestinidad y la impunidad aseguradas por el sistema represivo ilegal y garantizadas por los jefes fue condición de posibilidad para la práctica de los delitos sexuales. En el entendimiento del órgano ministerial, aquellos que eran responsables del funcionamiento de los centros y por las condiciones de detención tenían un control efectivo y un dominio sobre los actos criminales que eran practicados. En ese sentido también se manifestó la abogada Ana Oberlini, en testimonio al CELS:

Lo que nosotros decimos es que puede existir la coautoría porque si no existiera este contexto represivo, en el cual esta persona está inserta en esta maquinaria, si no existieran los medios materiales y personales que permiten esto, no hubiera existido la violación, y por lo tanto pueden ser acusadas también las otras personas que estuvieron o que formaron parte de ese circuito represivo [...] (Memoria Abierta, 2012, p. 23)

El *amicus curiae* presentado por la *Women's Link Worldwide* amplía igualmente el concepto de autoría de los crímenes sexuales a quien comete, induce, facilita y provee medios, o no impide la práctica del crimen, cuando tenía el deber de hacerlo. La entidad argumenta que los crímenes sexuales practicados en la dictadura chilena no son fruto de la voluntad de un individuo, sino manifestaciones colectivas de una conexión represiva y criminal que incluye una serie de autores. Además, una vez que se trata de delitos practicados por miembros de las fuerzas armadas y de seguridad, que son organizaciones estructuradas de manera vertical y basadas en la jerarquía y en la disciplina, la cadena de comando estaría implicada en

los crímenes independientes de la existencia de órdenes escritas. La pieza adopta la tesis de Claus Roxin sobre la «autoría mediata por dominio de la voluntad en aparatos de poder organizados» que apunta a la responsabilidad de quien se aprovecha de su posición de poder y se utiliza de otra persona para la práctica de un crimen. Así es descrita la teoría:

En ésta existe un autor plenamente responsable (el que ejecuta la acción) y un autor mediato (el hombre de atrás). El «instrumento» que posibilita al hombre de atrás la ejecución de sus órdenes, no es sólo y ni siquiera mayoritariamente aquél que con sus propias manos ocasiona el delito. El verdadero instrumento es más bien el aparato como tal, este está compuesto por una pluralidad de personas que están integradas en estructuras preestablecidas y cuyo entramado asegura al hombre de atrás el dominio sobre el resultado. Asimismo, el ejecutor y el hombre de atrás poseen distintas formas del dominio del hecho, el ejecutor, el dominio de la acción y el hombre de atrás el dominio de la organización, que garantiza la producción del resultado, sin ejecución del hecho por su propia mano. Por último, lo que hace posible la autoría mediata, es la posición del autor mediato en todo el suceso; el hombre de atrás puede a través del aparato que está a su disposición producir el resultado con la mayor seguridad, mayor incluso que el supuesto de coacción y error. (Women's Link, 2015, p. 24)

La Guía de actuación de los Ministerios Públicos del Mercosur establece el mismo entendimiento al respecto de la participación criminal:

Artículo 4. Obligación de investigar los crímenes de violencia sexual
c) Participación criminal. En los procesos penales relativos a crímenes de violencia sexual, los Ministerios Públicos, en el marco de sus competencias específicas y conforme lo permita el derecho interno de cada Estado, investigarán e impulsarán la persecución penal para imputar penalmente a todos los responsables, cualquiera sea la forma de participación criminal y niveles de autoría en la que hayan intervenido (autores directos, mediatos, coautores, cómplices, entre otros).

✱ ✱ ✱

A pesar de la adopción de este conjunto de mecanismos y estrategias, en la mayoría de los países miembros de la RLAJT, mismo con avances parciales, todavía persisten obstáculos a la judicialización de los crímenes sexuales. Con relación a Colombia, por ejemplo, según la evaluación de la Alta Comisaría en Derechos Humanos de la ONU: «A pesar de que la

Fiscalía ha hecho esfuerzos significativos para capacitar a sus funcionarios y crear unidades especializadas de investigación en este tema, la impunidad de los hechos de violencia sexual sigue siendo generalizada» (ACNUDH, 2009, par. 47).

5. La judicialización de crímenes sexuales en Argentina y en Guatemala

Argentina y Guatemala son países miembros de la RLAJT que presentan hitos relevantes para la judicialización de crímenes sexuales en América Latina. Argentina por un lado, posee la jurisprudencia más avanzada en materia de responsabilidad penal por delitos sexuales practicados en el marco del terrorismo de Estado. A su vez, Guatemala se destaca por el juzgamiento emblemático del caso Sepur Zarco, en febrero de 2016, que constituye la primera condena hecha por un tribunal nacional contra acusados por la práctica de esclavitud sexual y doméstica, reconocida como crimen de lesa humanidad. Ante eso, será considerada a seguir la jurisprudencia argentina (5.1) y el juicio del caso Sepur Zarco en Guatemala (5.2.).

5.1 La jurisprudencia argentina sobre crímenes sexuales en el marco del terrorismo de Estado

Argentina posee una jurisprudencia que suma 18 sentencias condenatorias en acciones penales relacionadas a crímenes sexuales de la dictadura. En este universo están 78 acusados, 76 de ellos hombres y 2 mujeres, por crímenes de violación, abuso sexual y aborto forzado practicados contra 63 víctimas, entre las cuales 57 son mujeres y 6 hombres.¹⁷⁰ Aunque sea un número considerable, sobre todo en comparación a los otros países latinoamericanos, Carolina Varsky destacó, en la entrevista concedida, que todavía hay una subrepresentación a causa de dificultades que persisten. Según ella, «hay 18 sentencias pero hay muchísimos casos denunciados sobre los que todavía no se avanza la investigación».

La primera condena ocurrió en el «caso Molina», juzgado por el Tribunal Oral Federal de Mar del Plata, el 10 de junio del 2010.¹⁷¹ El oficial Gregorio Molina fue condenado a cadena perpetua como autor directo de cinco violaciones y una tentativa de violación en el centro

170. Datos informados por Carolina Varsky y actualizados hasta diciembre de 2016.

171. Causa N° 2086 y su acumulada N° 22, Tribunal Oral Criminal Federal de Mar del Plata. Fecha de sentencia: 16/06/2010. Disponible en: <http://www.cels.org.ar/common/documentos/SentenciaMolina.pdf>

clandestino de detención conocido como «La Cueva». El juicio incorporó tres consideraciones relevantes:

- i) La violación fue considerada un crimen específico y separado, habiendo sido probado por los testimonios de las víctimas y otros testigos detenidos en el centro de detención. El tribunal consideró que los testimonios satisfacían el principio de no contradicción y fueron «verosímiles, concordantes, coherentes a lo largo del tiempo» («Causa Molina», 2010, p. 111);
- ii) el Tribunal reconoció que las violaciones constituyeron crímenes contra la humanidad y que «no constituían hechos aislados ni ocasionales, sino que formaban parte de las prácticas ejecutadas dentro de un plan sistemático y generalizado de represión» («Causa Molina», 2010, p. 111);
- iii) el Tribunal también reconoció la especificidad de la violencia practicada contra las mujeres al considerar que «los tormentos padecidos por las mujeres eran específicos, dirigidos contra ellas por su condición de mujer, lo que evidencia una clara intencionalidad discriminatoria» («Causa Molina», 2010, p. 112).

Después de esta primera condena en 2010, por casi 3 años no fue dictada ninguna sentencia en casos de crímenes sexuales. Como hemos visto, el 2012, fue adoptado un documento de la Procuraduría General de la Nación con directrices para la investigación y juzgamiento de los delitos sexuales cometidos en la dictadura. El documento contribuyó para avanzar en la judicialización, como indicó Carolina Varsky en la entrevista concedida:

hubo una conexión directa en el punto de vista de que el Ministerio Público si generó el espacio y la escucha para poder investigar estos crímenes, porque hasta entonces no había quien se hubiera puesto a pensar como imputarlos o como avanzar en su juzgamiento, eso sí yo creo que este documento por lo menos desde el Ministerio Público facilitó el avance de estas investigaciones.

De hecho, a lo largo del 2013, diversos Tribunales Orales sentenciaron casos de crímenes sexuales y contribuyeron para fijar en la jurisprudencia nacional el entendimiento de que son crímenes contra la humanidad y autónomos en relación a la tortura. Según la entrevistada Carolina Varsky, las primeras sentencias se apoyaron fuertemente en la jurisprudencia internacional. En la medida en que creció el número de causas juzgadas y de condenas, los tribunales pasaron a utilizar la propia jurisprudencia nacional como respaldo.

El juicio de la «Megacausa Aliandro»¹⁷² fue la primera sentencia condenatoria contra comandantes militares superiores, considerados como autores mediatos de los crímenes. El tribunal rechazó la tesis según la cual los crímenes sexuales serían crímenes de mano propia y resaltó el cambio de entendimiento cuanto al bien jurídico protegido y a la «intención» de los autores:

Con las sucesivas modificaciones que sufriera la norma [penal], el bien jurídico mudó [de la tutela de la honestidad] a la tutela de la libertad sexual, junto a la integridad física y psíquica de la víctima. Por lo tanto, poco importa el móvil del agente, es decir, si éste siente o no placer en la actividad desplegada, y con este cambio de paradigma, no existe obstáculo para objetivar el dominio del hecho, en virtud de que serán responsables todos aquellos que intervengan en el ataque a la libertad sexual de la víctima.

Con esto queda explícito el recurso a la teoría del dominio hecho para fundamentar las condenas.¹⁷³ En el juicio de la «causa Martel», en junio de 2013, también fueron condenados seis coautores por la práctica de actos de violencia sexual, reforzando la posibilidad de que se apliquen distintas formas de autoría y participación. Carolina Varsky, destacó en este caso el razonamiento del Tribunal Oral en lo Criminal Federal en San Juan de que la declaración de testigos en juicio que atesta el sufrimiento de agresiones sexuales equivale a la denuncia para atender a la iniciativa privada de la acción penal.

En vista de esto, en la «causa Mansión Seré»¹⁷⁴ la fiscalía amplió el objeto de la acusación después de preguntar a las víctimas en juicio si ellas deseaban que los delitos de naturaleza sexual sufridos fuesen investigados. Los acusados que respondían inicialmente por homicidio, privación ilegítima de libertad y tortura, pasaron a responder igualmente por crímenes

172. Causa 960/11, Tribunal Oral en el Criminal Federal de Santiago del Estero. Fecha de sentencia: 05/03/2013. Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-12881-Difunden-fundamentos-del-fallo-que-conden-a-prisi-n-perpetua-a-Musa-Azar-por-delitos-de-lesa-humanidad.html>

173. En el juicio de la «causa Mansión Seré», mencionada a seguir, el tribunal también destacó que los delitos sexuales no pueden ser tratados de forma diferente de otros crímenes que admiten formas de coautoría y autoría mediata, conforme la teoría del dominio del facto. Para el tribunal, la configuración de la autoría o coautoría no exige la práctica del verbo típico descrito en la norma penal, «sino detentar el dominio real del hecho delictual a través de alguna de las formas previstas para ello, es decir, como dominio formal, de decisión o de configuración».

174. Causa FSM 1861/2011/TO1 (RI n° 2829), del Tribunal Oral en lo Criminal en lo Federal N° 5 de San Martín. Fecha de sentencia: 18/09/2015. Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-18054-Lesa-humanidad--difundieron-fallo-que-conden-a-los-ochos-acusados-en-un-juicio-oral-por-delitos-en-Mansi-n-Ser-.html>

de violación y de abuso sexual. En la sentencia de septiembre del 2015 el *Tribunal Oral en lo Criminal en lo Federal N° 5 de San Martín*, señaló:

En primer lugar, no hay relación de especialidad entre ambos tipos penales, ya que ello ocurre solo cuando la definición de uno (el tipo especial o calificado) contiene todos los elementos de la definición del otro (el tipo general o básico), lo que claramente no ocurre entre los tormentos y los abusos sexuales. Tampoco existe una relación de consunción o de encerramiento material, donde el resultado eventual ya está abarcado por el desvalor que de la conducta hace el otro tipo penal, pues de ningún modo podría afirmarse que el desvalor presente en los delitos contra la integridad sexual está contemplado en el de tortura, ni mucho menos que aquél es insignificante frente a la magnitud del injusto de este (sobre todo en el caso del delito de violación). Finalmente, es claro que tampoco rige en estos casos el principio de subsidiariedad por progresión en la conducta típica. En definitiva, tal como señaláramos, no hay razones para que las figuras específicas de abuso sexual contempladas por el Código Penal queden desplazadas por la aplicación del delito de tormentos.

Carolina Varsky también llamó la atención sobre dos aspectos innovadores en el juicio de la «causa La Rioja» en abril de 2016, por el *Tribunal Oral en lo Criminal Federal*.¹⁷⁵ Por primera vez, un acusado, José Felix Bernaus, fue condenado como coautor por aborto forzado, o sea, aborto doloso sin consentimiento de la víctima (ítem IV). El segundo punto destacado fue la declaración del tribunal al final de la sentencia de que:

las mujeres que estuvieron detenidas en el marco de esta causa y que conforme a los testimonios vertidos en la audiencia de debate sufrieron algún tipo de vejamen o abuso sexual, fueron víctimas de actos que, según la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer - Convención de Belém do Pará -, constituyen formas de violencia contra la mujer. (ítem XVIII)

Posteriormente el tribunal determinó que la sentencia fuese comunicada a los órganos competentes que tratan los casos de la violencia contra la mujer y de violencia de género. Para Varsky, la sentencia fue en este aspecto, innovadora y avanzada al considerar de forma amplia todo abuso sexual como acto de violencia contra la mujer, en términos de la Convención de Belém do Pará.

El último caso de violencia sexual, hasta el encierre del estudio, fue la «Causa La Perla», juzgada en octubre de 2016. El Tribunal Oral Federal

175. Causa La Rioja. Tribunal Oral en lo Criminal Federal. Abril 2016.

nº 1 de Córdoba entendió que los crímenes sexuales fueran cometidos de forma generalizada, dentro de un plan sistemático y que deben ser diferenciados de otros delitos. En la dosimetría de la pena, el Tribunal consideró como circunstancia agravante los daños inconmensurables a la integridad sexual de la víctima, con secuelas de largo plazo, y justificó la particular reprobación de los actos «porque implicó aplicación de violencia en un caso de género».¹⁷⁶

5.2 Caso Sepur Zarco en Guatemala

En el juicio histórico del caso Sepur Zarco, en Guatemala, el 26 de febrero del 2016, después de cuatro semanas de audiencias públicas, el Tribunal B de Mayor Riesgo hizo la lectura del sumario de la sentencia que condenó a dos militares por la práctica de crímenes de violencia sexual y de esclavitud doméstica y sexual contra 15 mujeres de la etnia maya q'eqchi' entre 1982 y 1983, durante el conflicto armado interno. Los acusados el Teniente Coronel Esteelmer Reyes Girón (ex comandante de la base militar Sepur Zarco) y Heriberto Valdez Asig (ex comisionado militar), fueron condenados a penas de 120 y 240 años de prisión, respectivamente, por la práctica de crímenes sexuales además de homicidios y desapariciones forzadas.

Fue la primera vez que un tribunal guatemalteco procesó un caso de crimen sexual ocurrido en el conflicto armado interno, que duró 36 años. También fue la primera vez que una denuncia de esclavitud doméstica y sexual, entendida como un crimen contra la humanidad, fue juzgada por un tribunal local. Según Jo-Marie Burt, miembro afiliado de la RLAJT que acompañó el caso como observadora, durante las cuatro semanas que duró el juicio, el tribunal «oyó el testimonio de sobrevivientes y la declaración de especialistas que detallaron el estándar de operaciones militares en el área, la relación entre conflicto por la tierra y la represión militar en Sepur Zarco y áreas aledañas, y el impacto duradero de la violencia sufrida por las mujeres»¹⁷⁷.

La sentencia dictada presenta de forma detallada las pruebas recogidas y para cada una expone los argumentos por los cuales el tribunal reconoce su valor probatorio. Son analizadas: las pruebas periciales (correspondientes a 26 informes periciales); las pruebas

176. Causa La Perla: Causa: FCB 93000136/2009/TO1 Principal en Tribunal Oral Federal nº 1 de Córdoba. Fecha de sentencia: 24/10/2016.

177. Para más informaciones sobre el juicio del caso Sepur Zarco, ver el acompañamiento realizado por Jo-Marie Burt en el ámbito del proyecto *International Justice Monitor* (<http://www.ijmonitor.org/category/guatemala-trials/>). El texto citado anteriormente, de 4 de marzo de 2016, está disponible en: <http://www.ijmonitor.org/2016/03/military-officers-convicted-in-landmark-sepur-zarco-sexual-violence-case/>

testimoniales (relatos de víctimas y otros testimonios); las pruebas documentales (incluyendo informes, datos personales y funcionales, manuales, militares entre otros); y las pruebas materiales (incluyendo ropas, objetos personales y documentos). Al final, la sentencia condenó los dos acusados a más de cien años de cárcel y determinó 19 medidas de reparación para las víctimas.¹⁷⁸

Las violaciones sufridas por las mujeres ocurrieron en el marco del conflicto armado interno, en el contexto de la instalación de un destacamento militar del Ejército en la comunidad Sepur Zarco, donde familias campesinas vivían de la agricultura y crianza de animales. La ocupación militar tuvo como telón de fondo las disputas por la tierra trabadas en la región. Los maridos de las víctimas buscaban regularizar las tierras ancestrales habitadas y cultivadas por la comunidad, lo que incomodaba los intereses de finqueros que usaban las tierras que habían usurpado, y de las cuales su título de propiedad es dudoso. Por cuenta de esa actuación en la lucha por la tierra, los hombres fueron secuestrados, torturados hasta la muerte y desaparecidos, dejando las mujeres viudas. Esta pérdida tuvo un impacto especialmente grave para las mujeres una vez que la organización de la vida conyugal, como destaca Rita Segato, se pautaba en la reciprocidad productiva al servicio de la familia y de la comunidad. Según Rita Segato, las víctimas relataban con frecuencia que sus matrimonios fueron rotos o destruidos, lo que significó para ellas una muerte social. Para algunas mujeres, el resultado fue enfermedad y muerte («Caso Sepur Zarco», 2016, p. 23). Las que sobrevivieron, a su vez, quedaron en situación de desamparo y desprotección, aún más vulnerable a las violaciones practicadas por los soldados.

Los relatos de las víctimas y testigos demostraron que las mujeres fueron obligadas a prestar servicios domésticos y sexuales sistemáticamente a los oficiales en el destacamento militar de Sepur Zarco. Todas las víctimas relataron que las violaciones tuvieron inicio después que los militares desaparecieron a sus maridos, bajo el pretexto de que ellos estarían alimentando guerrilleros. La sentencia determinó que la desaparición de los hombres fue motivada por la actuación que todos ellos tenían en la lucha por regularizar sus tierras ancestrales y sirvió para abrir camino para la esclavitud sexual y doméstica de las mujeres. El testimonio de las víctimas expone que las mujeres fueron violadas continuamente, recibían inyecciones para no quedar embarazadas y fueron sometidas a malos tratos. Además de eso, eran obligadas a lavar ropas de soldados y a cocinar

178. Tribunal B de Riesgo Mayor. Sentencia C-01076-2012-00021 OF.2º. 26 febrero de 2016. Se registra un agradecimiento a Susana Navarro por el envío de la sentencia.

para ellos sin recibir nada en cambio, muchas veces teniendo que quitar alimento de sus propios hijos, que pasaban hambre. Entre las 15 mujeres víctimas, 7 perdieron sus hijos en el contexto de esas violaciones («Caso Sepur Zarco», 2016, p. 80).

También hubo mujeres que huyeron para las montañas en búsqueda de refugio y vivieron de forma precaria y bajo intensas privaciones. Ellas intentaron plantar maíz para sobrevivir, pero las plantaciones fueron quemadas por helicópteros del Ejército. Muchas de esas mujeres vieron a sus hijos morir de hambre y frío. Cuando la guerra acabó, ellas encontraron sus viviendas destruidas y no poseían ya sus bienes y animales. Sufrieron estigmatización, fueron marginalizadas dentro de la comunidad y tuvieron que sobrevivir en condiciones penosas de extrema pobreza, sin acceso a las tierras que cultivaban.

Durante el conflicto armado interno, los crímenes sexuales fueron usados como armas de guerra. Se trata de acuerdo con Rita Segato de una estrategia de profanación para dominar el cuerpo de las mujeres como forma de ejercer poder sobre el territorio y de agredir el cuerpo social («Caso Sepur Zarco», p. 23)¹⁷⁹. La sentencia reconoció que las agresiones sexuales contra las mujeres también provocaron el rompimiento de los vínculos comunitarios. Toda la red de relaciones y el tejido social que se estructuraba en torno a las mujeres fueron dañados por las violaciones sexuales domésticas. El objetivo militar era la destrucción –moral y cultural– de la comunidad a través de la destrucción del cuerpo de las mujeres («Caso Sepur Zarco», 2016, p. 487). En estos términos el tribunal manifestó:

En una sociedad, en la cual la mujer es portadora de vida y contribuye con su esfuerzo al crecimiento de su comunidad, al ser violadas sexualmente y constituir las como objetivo de guerra, para vencer al enemigo, se produjo el rompimiento del tejido social. («Caso Sepur Zarco», 2016, p. 498)

Delante de los efectos duraderos de la violencia, las mujeres enfrentan trastornos de estrés postraumático y problemas de salud. Para Ada Valenzuela,

179. En la presentación durante la mesa de debates sobre Judicialización de Crímenes Sexuales en América Latina, en junio 2016, Rita Segato relató que los manuales militares prevían entrenamientos para que los soldados miembros de las Fuerzas Armadas perdiesen los escrúpulos con relación a los cuerpos de las mujeres y niños. Al fin del conflicto, muchas mujeres que habían huido para las montañas regresaron y fueron llevadas a cuartos donde serían alimentadas y medicadas. Ellas sufrieron violaciones en esos cuartos, pero en ese momento los superiores reaccionaron para decir que los soldados no podían violar más a las mujeres. Eso prueba que las violaciones fueron actos de guerra y no libidinosos. Los videos de la mesa están disponibles en: <http://rlajt.com/biblioteca/videos/>

ellas pasaron por un ciclo de tres hitos durante el proceso judicial: el primero marcado por el miedo, una vez que no sabían lo que enfrentarían, como sería la reacción del tribunal y de la sociedad; el segundo de dolor, delante de las estrategias para descalificar sus relatos como mentirosos y de momentos de mucho sufrimiento, como en la exposición de los restos mortales localizados en las exhumaciones; y el tercer momento de felicidad delante de la sentencia condenatoria y del reconocimiento de su inocencia, o sea, de que ellas no son culpables por las violaciones sufridas. El miedo inicial sentido, fue alimentado por una campaña mediática destinada a difamar a las mujeres y a descalificar las denuncias. Como reacción, las abogadas y entidades se organizaron para ocupar los espacios en los medios y redes sociales para contar la historia de las mujeres de Sepur Zarco. Al lado de esa actuación, el desarrollo del proceso y de la producción de las pruebas contribuye a sensibilizar la población guatemalteca y a obtener apoyo y conmoción de la opinión pública.

En la sentencia, el Tribunal rindió homenaje al coraje y a la fuerza de las mujeres que llevaron al público y a la justicia los sufrimientos que soportaron:

Hoy a través de ésta sentencia, dejamos constancia del valor y respeto que merecen las MUJERES DE SEPUR ZARCO, que librando obstáculos y superando la estigmatización ejercida sobre ellas, han hecho públicas las violaciones de las cuales fueron objeto. («Caso Sepur Zarco», 2016, p. 495)

Al recurrir a la justicia, las mujeres buscaban obtener la reponsabilidad penal de los participantes en la práctica de crímenes sexuales y también la reparación, tanto material como simbólica o, como definió Rita Segato, reparación comunitaria. En el campo material, buscaban compensación por la pérdida del auxilio de los maridos, por la marginalización sufrida en la aldea y por la pérdida de tierras y bienes. En el ámbito de la reparación comunitaria, a su vez, las mujeres querían que el Estado reconociese que eran inocentes, ya que a los ojos de sus propias comunidades, eran culpables o tenían un porcentaje de culpa. Para Rita Segato, ese fue el sentido del Tribunal.

La sentencia consideró a dos acusados responsables penalmente por la práctica de violación, esclavitud sexual y doméstica y malos tratos contra las mujeres. Los crímenes fueron calificados como crímenes contra la humanidad, en los términos del artículo 378 del Código Penal guatemalteco, y castigados con 30 años de cárcel.¹⁸⁰ El peritaje militar indicó que los

180. Al fin, teniendo en vista la imputación de los otros crímenes de desaparición forzada y homicidio, las penas fueron elevadas a 120 y 240 años de cárcel.

acusados no podrían alegar que estaban siguiendo órdenes porque no deben cumplir órdenes manifiestamente ilegales, y no podrían alegar que no sabían de la situación ya que por la posición ocupada (jefe del destacamento y comisionado), tenían control sobre el destacamento y estaban enterados de lo que ocurría («Caso Sepur Zarco», 2016, p. 44). La existencia de ese control y conciencia, fue reforzada por el peritaje antropológico de Rita Segato, que concluyó que «las violaciones sexuales que sufrieron las mujeres, eran planificadas, eran pre-establecidas, incluso había rutina de horarios» («Caso Sepur Zarco», 2016, p. 39). El peritaje de arquitectura forense también destacó que, teniendo en vista la construcción y estructura del destacamento, era imposible que los acusados no supieran lo que ocurría («Caso Sepur Zarco», 2016, p. 475). En el mismo sentido, diversos testimonios señalaron el control que los oficiales ejercían sobre la población de Sepur Zarco. Con base en esas pruebas, el Tribunal entendió que los acusados permitían y apoyaban las violaciones sexuales, cuando tenían el deber de ordenar a la tropa respeto a las mujeres («Caso Sepur Zarco», 2016, p. 492).

La sentencia también previó 19 medidas de reparación, siendo que apenas una corresponde a reparación económica. El pago de esa reparación económica o monetaria es de responsabilidad de los acusados, lo que deconstruye el argumento usado por la campaña difamatoria que criticaba posibles gastos del Estado para reparar las víctimas. Para Ada Valenzuela, la reparación económica es la más difícil de ejecutar, justamente porque depende del cumplimiento por parte de los acusados. Las demás medidas de reparación son de orden simbólico y comunitario, determinadas por la sentencia para el cumplimiento por diferentes órganos del Estado.¹⁸¹ Se destacan algunas a seguir:

- Al Ministerio de Educación, determina la concesión de becas a jóvenes de la comunidad y la inclusión del caso de las mujeres de Sepur Zarco en los programas de estudio para que sea conocido por las próximas generaciones;
- Al Ministerio de la Cultura, determina el desarrollo de proyectos culturales, la realización de un documental y la traducción de la sentencia a los 24 idiomas mayas existentes en el país;
- Al Ministerio de Salud, determina la implementación de centros de salud en la comunidad;

181. En entrevista concedida, Ada Valenzuela destacó, también, que las medidas de reparación previstas en la sentencia son relevantes ante la inexistencia de una política integral de reparaciones en el país, teniendo en vista que el programa nacional de resarcimiento no está funcionando, habiendo sido prácticamente desativado.

- Determina la continuidad del trámite para regularizar la propiedad de las tierras, que había sido iniciado por los maridos de las mujeres, desaparecidos justamente por la participación en la lucha por la tierra;
- Al ministerio de Defensa, determina la inclusión del tema de derechos humanos de las mujeres y de prevención de la violencia contra las mismas en la formación de los militares;
- Prevé medidas de seguridad para las víctimas, familias y organizaciones, y se determina la construcción de un monumento que represente las luchas de Sepur Zarco por justicia;
- A las autoridades locales, determinan la realización de un trabajo de mejoría en la prestación de servicios a la comunidad, incluyendo garantía de acceso al agua y la luz eléctrica;
- Al Ministerio Público, determina la continuidad de las investigaciones para identificar el paradero de los maridos de las mujeres que fueron desaparecidos;
- A las organizaciones querellantes en el caso, recomienda presentar demanda para reconocer oficialmente el día 26 de febrero (fecha de la sentencia), como día de las víctimas de violencia sexual, esclavitud sexual y esclavitud doméstica.

En la entrevista concedida, Susana Navarro llamó la atención al carácter transformador de las medidas de reparación. O sea, ellas buscan «lograr transformar las condiciones que permitieron que eso hechos sucedieran». Las propias víctimas conectan la violencia que sufrieron a los elevados niveles de violencia a que están actualmente sujetas las mujeres en Guatemala. El objetivo último, por lo tanto, es transmitir el mensaje de que es posible acceder a la justicia y combatir la impunidad por la práctica de crímenes sexuales y, así, garantizar que esa violencia no se repita o afecte a otras mujeres.

El Tribunal B de Mayor Risco, que condujo el juicio, fue compuesto por tres integrantes, siendo dos juezas y un juez.¹⁸² La actuación del Tribunal fue elogiada por Ada Valenzuela y Susana Navarro, tanto por el compromiso y calificación de sus miembros, como por la argumentación basada en instrumentos internacionales de derechos humanos, y el entendimiento profundo del impacto de los crímenes sexuales sobre las mujeres y sobre la comunidad.

182. Doctora Iris Yassmin Barrios Aguilar, Juez Presidenta; Abogada Patricia Isabel Bustamante García, Juez Vocal; Abogado Gervi Hionardo Sical Guerra, Juez Vocal.

Finalmente, según Ada Valenzuela, es posible destacar cuatro aspectos relevantes del juico del caso Sepur Zarco para las mujeres: i) llevó a la sociedad guatemalteca y alrededor del mundo el conocimiento de lo que sufrieron las mujeres de Sepur Zarco; ii) quedó establecido que las violaciones sufridas no fueron culpa de las mujeres, pero parte de la estrategia contrainsurgente del Ejército guatemalteco; iii) se demostró que es posible juzgar la violencia sexual y obtener la condena penal de los responsables; iv) la sentencia cumple el papel de garantía de no repetición, esto es, debe producir efectos en el futuro para impedir que cualquier mujer vuelva a sufrir lo que sufrieron las mujeres de Sepur Zarco.

6. Conclusiones: judicialización

El panorama latinoamericano, particularmente entre los 9 países integrantes de la RLAJT, se caracteriza por una judicialización tardía y de baja intensidad de casos de crímenes sexuales en el ámbito de la justicia transicional. Por regla general, al compararse a otras violaciones, los casos de violencia sexual tardan más en llegar a la justicia, llegan en menor número, enfrentan mayor resistencia a la aceptación de la denuncia, mayor morosidad en los trámites y mayores obstáculos a la condenación. Las víctimas quedan silenciadas por mucho tiempo, y las políticas transicionales asumen otras prioridades y ponen en segundo plano el enfrentamiento de los crímenes sexuales. El estudio verificó que los obstáculos hacia la judicialización inciden en distintas fases: son obstáculos a la presentación de las denuncias, al progreso de los casos y a la condena penal de los responsables. Esos obstáculos pertenecen tanto al orden del género, teniendo en vista las prácticas discriminatorias actuantes en las instituciones, como propiamente al campo de la justicia transicional, por motivo de las medidas de impunidad y de las dificultades probatorias tradicionalmente impuestas, y que son reforzadas o agravadas en los casos de violencia sexual.

También es posible deducir la especificidad del nombramiento de los crímenes sexuales entre las violaciones practicadas en los períodos de dictaduras y conflictos armados. Se puede considerar como ejemplo la violación. Por mucho que la violación ocurra en los espacios privados y clandestinos como una forma «aceptada» de dominación de cuerpos sexados como femeninos, no es un discurso que circula libremente. Las normas de género y los patrones de masculinidad otorgan a la violación ese doble estatuto: es, al mismo tiempo, una práctica naturalizada y uno de los crímenes más abominables y que causan mayor repulsa. En ese sentido, agentes de la represión y criminosos de guerra pueden incluso tolerar el apodo de torturadores, pero no de violadores. La práctica de la violación no cabe en las justificativas de «mal necesario» de las dictaduras, tampoco

entre los «excesos» de las guerras. Por eso es aún mayor la resistencia y los intentos de silenciar y de descalificar los relatos de las víctimas. Por el mismo motivo, el reconocimiento de la práctica de la violación y de los demás crímenes sexuales es también un acto de disputa de la memoria de esos períodos. Y el poder judicial es un de los escenarios de esa disputa.

Cuando las víctimas llevan sus casos a la justicia, también luchan por reconstruir las narrativas de las violaciones que sufrieron. La judicialización hace parte de un esfuerzo mayor en el sentido de politizar y visibilizar la violencia sexual. Los procesos judiciales pueden ser profundamente revictimizantes, en especial para las mujeres que están en situación de mayor vulnerabilidad, pero también guardan una potencia reparadora. En ese sentido, los contenidos de verdad, de justicia y de reparación de las sentencias se cruzan. Las víctimas quieren que las verdades subjetivas de sus testimonios sean consideradas y también buscan la seguridad jurídica de la verdad enunciada por la decisión judicial, como las mujeres de Sepur Zarco buscaban el reconocimiento oficial de que no son culpadas. Cuando obtenida, la condenación de agentes responsables de la práctica de crímenes sexuales transmite un mensaje de rechazo a la impunidad. Como apuntan víctimas y militantes escuchadas, este mensaje debe ser leído por una lente intergeneracional, teniendo en mente el *continuum* de la violencia sexual entre pasado y presente. Dados los aspectos estructurales de la violencia, muchas medidas de reparación asumen un carácter transformador: se direccionan a un conjunto ampliado de víctimas y determinan reformas y garantías de no repetición.

En los países donde hubo un avance en la judicialización de los crímenes sexuales, son muchos y complejos los factores que prepararon el terreno y hicieron posible la superación de los obstáculos iniciales. No hay una receta única que sea válida para todos los contextos, sino estrategias pensadas a partir de las particularidades de cada país, de las demandas y de las prioridades de sus políticas transicionales. Entre los factores, se destaca la existencia de movilizaciones y de campañas de sensibilización organizadas por grupos de víctimas y entidades feministas; de presión internacional; de apoyo jurídico del Estado a las víctimas; de arreglos institucionales (re) formateados por una perspectiva de género y de derechos humanos; y de la implicación de actores comprometidos dentro de los sistemas de justicia.

Por fin, es importante reconocer, en ese proceso, los usos y límites del derecho. Por un lado, las estrategias y las tesis jurídicas construidas por representantes de víctimas demuestran las posibilidades de usos creativos del derecho, sea para presionar por respuestas, para contornar deficiencias o para pensar nuevas formas de reparación. Por otro lado, el derecho por sí solo no basta. Se destaca como las estrategias de judicialización tienen que movilizar otras

frentes de actuación, como las áreas de comunicación, de atención psicosocial y de seguridad. En el ámbito procesual y probatorio, los argumentos jurídicos también se combinan a otros saberes, como en los peritajes especializados, que agregan nuevos conocimientos al análisis de los casos de violencia sexual, por medio de estudios históricos, antropológicos, lingüísticos, etc.

El derecho también encuentra límites en las disputas de poder que atraviesan los procesos transicionales. Las pautas y las obligaciones de los Estados en materia de justicia transicional se quedan, en general, en estrecha dependencia de las políticas de gobierno. Sufren impacto, por tanto, de los cambios políticos y de la correlación de fuerzas y de intereses en cada momento. Ante a eso, se hace necesario reconocer que, como toda lucha histórica, no se trata de un proceso lineal, sino que sometido a retrocesos y a tropiezos. La precariedad de los avances en el campo judicial refuerza la importancia de la judicialización no retirar del debate político el tema de los crímenes sexuales en la justicia transicional. Son los esfuerzos de politización y proyección en la agenda pública que pueden, con mayor efectividad, contribuir para que la pauta no sea neutralizada o capturada por intereses ajenos y en detrimento de los derechos de las víctimas.

[Volver al Índice]

ARCHIVOS SOBRE CRÍMENES SEXUALES EN AMÉRICA LATINA

O trato de la violencia sexual por las Comisiones de la Verdad

El principal registro de la práctica de crímenes sexuales en contextos de dictaduras y de conflictos armados internos es el testimonio de las víctimas. Hablar de archivos sobre crímenes sexuales es, por tanto, en gran medida, hablar sobre el testimonio de las víctimas, sobre todo mujeres atingidas por las violaciones. En la discusión sobre judicialización, se evidenció la centralidad que los testimonios de las víctimas poseen, sea en el ámbito de los trabajos de movilización de las mujeres sobrevivientes y de grupos de la sociedad civil, por medio de iniciativas de memoria y de reconocimiento simbólico, sea en el ámbito de los propios procesos judiciales, en las investigaciones y demandas por responsabilidad penal.

En este momento, el análisis a cerca de los archivos se concentrará en los trabajos de las comisiones de la verdad en América Latina que trataron del tema de la violencia sexual. Constituidas por iniciativas oficiales de los Estados, las comisiones de la verdad reciben la competencia de investigar y de apurar las graves violaciones a derechos humanos practicadas en los periodos de autoritarismo y de guerra civil. Con ello, forman archivos fundamentales para el conocimiento del contexto de las violaciones cometidas en el pasado, de las estrategias y estándares represivos, de las historias de las víctimas y del impacto duradero de la violencia, a nivel individual y colectivo.

En el cuestionario enviado a los/las representantes de miembros de la RLAJT, se buscó mapear informaciones sobre archivos relacionados a crímenes sexuales en cuatro ámbitos: archivos de órganos de la represión, archivos judiciales, archivos de comisiones del Estado y archivos de la sociedad civil. Tras ese mapeo inicial, se percibió que el enfoque en las comisiones de la verdad es lo que mejor permite abordar la especificidad de los archivos sobre crímenes sexuales, considerando los aspectos de su formación de base testimonial, de la gestión del género, de la designación de la violencia y del trato de informaciones consideradas sensibles. Además, una vez que las comisiones de la verdad constituyen campos de disputas de narrativas y representaciones, el análisis de sus funcionamientos, sus informes y sus acervos permite cuestionar como son incorporadas las historias de las víctimas de crímenes sexuales y como son analizados los significados

políticos y estructurales de la práctica de violencia sexual en los contextos de autoritarismo y conflictos armados.

A partir de esa delimitación, en un primer momento, se busca trazar un histórico de la inserción de la violencia sexual y de la temática de género a los trabajos de las comisiones de la verdad en América Latina, con atención especial al diseño institucional, mandato y composición de las comisiones. El segundo tópico pretende mapear, en los informes de comisiones de la verdad instauradas en los países miembros de la RLAJT, como es denominada la violencia sexual. Por fin, el tercer ítem se dedica a discutir la incorporación de una perspectiva de género, las metodologías de colecta de testimonios adoptadas por las comisiones de la verdad, bien como el trato de informaciones y datos personales o «sensibles».

El análisis se basará fundamentalmente en los cuestionarios respondidos por los miembros de la RLAJT a respecto de archivos sobre crímenes sexuales en sus países, en la bibliografía especializada sobre el tema, en las entrevistas realizadas y en los informes de comisiones de la verdad accedidos como fuente primaria. Para el caso brasileño, se consultaron también las fichas de colecta de testimonio rellenas por el Grupo de Trabajo Dictadura y Género de la Comisión Nacional de la Verdad y disponibles por el Archivo Nacional, responsable de la custodia de su acervo.

1. Violencia sexual, género y comisiones de la verdad en perspectiva histórica

Generaciones de comisiones de la verdad y enfoques de género

En el informe intitulado «Reparaciones con perspectiva de género», Julie Guillerot identifica tres generaciones de comisiones de la verdad en lo que se refiere al trato de violaciones contra mujeres y de la temática del género. La primera generación se caracteriza por la invisibilidad de la violencia de género en los trabajos e informes de las comisiones de la verdad e incluye la *Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas* (CONADEP), creada en Argentina en 1983, y la *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (Comisión Rettig), creada en Chile en 1990. Teniendo en cuenta el enfoque en el esclarecimiento de casos de muertes y desapariciones políticas, los mandatos de esas comisiones no incluyen la violencia sexual entre las violaciones a derechos humanos consideradas, ni mencionan la integración de una perspectiva de género. Sus informes finales no especifican tampoco el impacto diferencial de las violaciones sobre sobre corpos sexados como mujeres.

La segunda generación de comisiones de la verdad, de acuerdo con Guillerot, se representa por las «dificultades de visibilización por iniciativa propia» y abriga las experiencias de comisiones que, aunque no contengan referencias explícitas a la violencia de género en sus mandatos, pasan a tratar del tema en el desarrollo de sus trabajos. Son los casos de las comisiones de la verdad de África del Sur, de Guatemala y de Perú, en las cuales, a pesar de la neutralidad de los mandatos, hubo una gestión del género a lo largo del proceso que se refleja en los informes finales.

Por fin, la tercera generación de comisiones de la verdad se describe por la existencia de «visibilización estatutaria» de la violencia de género. Es decir, los mandatos de las comisiones pasan a incluir referencias de género a las violaciones que van a ser consideradas, así como a la estructura y al funcionamiento de los trabajos. Guillerot observa que esa es una tendencia seguida por comisiones más recientes, como aquellas implantadas en Serra Leoa y en Timor Leste (Guillerot, 2007). En América Latina, entre los países miembros de la RLAJT, ninguna experiencia de comisión de la verdad se encuadra en esa tercera generación.

En estudio un sobre los informes *Nunca Más* producidos por los países del Cono Sur en la década de 1980 e inicio de la década de 1990, Mariana Joffily nota que, en todos ellos, el espacio dedicado a las violaciones contra mujeres es reducido o inexistente.¹⁸³ Cuando mucho, las mujeres aparecen en las estadísticas de víctimas, en la medida en que las violaciones son discriminadas por sexo, o aparecen en las menciones a la tortura contra niños y contra gestantes o en el caso de los secuestros de bebés, característicos de la represión argentina (Joffily, 2010, pp. 116-7). No hay, por tanto, un análisis de la especificidad de la violencia contra las mujeres, tampoco un análisis de género.

Como visto, ese silencio inicial puede ser resultado de diversos factores, como: i) la prioridad de que se investigue el paradero de las personas desaparecidas; ii) la dificultad de que las propias mujeres (víctimas preferenciales de la violencia sexual) se reconozcan como víctimas y de que relaten lo que les pasó; iii) la representación de las violaciones por medio de categorías genéricas que no dan cuenta de tipos específicos de violencia.¹⁸⁴ A eso se suma el hecho de que, en aquel momento, el debate de género no se había desarrollado o era todavía incipiente.

183. Joffily analiza los informes de comisiones de la verdad en Argentina y Chile (CONADEP y Comisión Rettig) y los informes *Uruguay Nunca Más* y *Brasil Nunca Más*, producidos, respectivamente, por el *Servicio de Paz y Justicia* (SERPAJ) y por la Arquidiócesis de São Paulo.

184. Sobre este punto, ver el ítem «1. La invisibilización de la violencia sexual en los procesos transicionales».

A partir de mediados de la década de 1990, hay un fortalecimiento de la perspectiva de género en el campo del derecho internacional, que impacta el trabajo de las comisiones de la verdad. La principal respuesta a las interpelaciones de grupos de mujeres y del movimiento feminista ocurrió por medio del desarrollo de análisis destacados sobre la violencia sexual sufrida en los períodos de dictadura y conflictos armados. La violencia sexual se convirtió en la primera y, muchas veces, la única violencia de género trabajada en los procesos transicionales. Otras formas de violencia de género enfrentan barreras mayores y siguen ocultas. Como destacado por el ICTJ, «a pesar de ser un tema crítico, la violencia sexual no abarca las complejas y variadas maneras como las mujeres sufren abusos» (ICTJ, 2012, p. 11). No representa, por tanto, la complejidad de las experiencias de las mujeres en contextos de graves violaciones a los derechos humanos. Además de marginalizar otras manifestaciones de la violencia de género, el enfoque exclusivo en la violencia sexual corre el riesgo de reducirse a un abordaje individualizadora de la violencia, sin tener en cuenta aspectos socioeconómicos y estructurales constitutivos del impacto diferencial de las violaciones sobre los cuerpos feminilizados.

También es importante llevar en consideración que el trato de la violencia sexual por las comisiones de la verdad no implica de forma necesaria y automática en la incorporación de un enfoque de género. La violencia sexual, trabajada como una violación que afecta especialmente las mujeres, puede o no ser tratada como una violencia de género. El marcador de género se refiere a la consideración de un régimen de poder que tiene como su principal «tecnología moral» el patriarcado (Diniz, 2014, p. 11). Requiere, por tanto, el análisis de la violencia a partir de la desigualdad estructural y de los patrones de discriminación contra las mujeres que reflejan jerarquías dominantes sobre los sentidos del masculino y del femenino.

En la medida en que esa perspectiva es incorporada, el género puede servir «como lente para analizar la violación de derechos humanos o como principio para organizar el trabajo de una comisión» (ICTJ, 2006, p. 3). En estudio sobre comisiones de la verdad, el Centro Internacional para la Justicia Transicional (ICTJ)¹⁸⁵ evaluó la marcación del género en diferentes aspectos: en la selección de personal, en la redacción e interpretación de los mandatos, en el desarrollo de las estructuras institucionales, en los procedimientos, en la planificación de las audiencias y en la elaboración de los informes finales (ICTJ, 2006, p. 2).

A partir del análisis de experiencias de comisiones de la verdad, el ICTJ identificó tres enfoques posibles para la incorporación del género. El primer enfoque corresponde a la incorporación de la temática de

185. International Center for Transitional Justice.

género en todas las actividades de la comisión, de modo que se convierta en un principio organizador durante todo su ciclo, desde la selección y la capacitación de funcionarios/as, hasta la realización de audiencias y elaboración del informe. Hay críticas, sin embargo, que señalan que la falta de un equipo específico dedicado al tema debilita la política de género porque al mismo tiempo en el que ella es idealmente difundida por todas las áreas, no hay responsables por planificarla y ejecutarla de forma sistemática (ICTJ, 2006, p. 4).

La segunda posibilidad consiste en la creación de una unidad especial que recibe la atribución de enfocar exclusivamente en la temática de género. Esa unidad se responsabiliza por realizar capacitaciones de funcionarios/as, conducir investigaciones sobre los patrones de género de las violaciones, organizar audiencias públicas y producir capítulos específicos sobre violencia de género para el informe final. El riesgo, en esos casos, es que el tratamiento del género se restrinja y se aísle en una única unidad, sin que se transmita a las demás áreas de actuación de la comisión.

Por fin, el tercer enfoque busca conciliar los dos primeros y, de esa forma, evitar sus respectivos efectos colaterales. Propone, como alternativa, tratar «el género como un tema global así como un área con un enfoque específico» (ICJT, 2006, p. 5). Para mantener la pauta de género activa durante el funcionamiento cotidiano de la comisión, se necesita contar con amplio respaldo político, conocimiento técnico especializado y estrechos vínculos con grupos feministas, capaces de presionar y de sostener el compromiso institucional con el tema. Por consiguiente, el enfoque combinado, aunque recomendable, puede ser excesivamente dispendioso y, por eso, inviable para comisiones con recursos limitados (ICJT, 2006, p. 6).

Mandato, diseño institucional y composición de las comisiones de la verdad

Teniendo en cuenta las tres generaciones de comisiones de la verdad, conforme la división propuesta por Julie Guillerot, y los tres enfoques de género que pueden ser adoptados, segundo el estudio del ICTJ, se dirige la mirada a las experiencias de comisiones de verdad en América Latina, específicamente en los países miembros de la RLAJT. Como la justicia transicional en México no contó con la constitución de una comisión de la verdad¹⁸⁶, se considerarán las experiencias de: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, El Salvador, Guatemala, Perú y Uruguay. Para analizar cómo se

186. En México, en 2011, se creó la Comisión de la Verdad del Estado de Guerrero para investigar violaciones a derechos humanos practicadas en el período de la Guerra Suja. La Comisión presentó informe final en 2014 (México, COMVERDAD, 2014). Sin embargo, como funcionó en el ámbito de un estado federado y trató de un período represivo distinto de aquel considerado en el presente estudio, esa Comisión no fue considerada en el análisis.

forman los archivos de esas comisiones de la verdad, en especial aquellos que incluyen el registro sobre crímenes sexuales, se observa tres aspectos: el mandato, el diseño institucional y la composición.

En primer lugar, los mandatos de todas las comisiones son neutros con relación al género. Las leyes o actos de creación no mencionan específicamente a la violencia sexual, a las violaciones contra las mujeres o al carácter de género de las violaciones. Las atribuciones y competencias de las comisiones son definidas con referencia a violaciones genéricas y neutras, como desaparición, asesinato, tortura o graves violaciones a los derechos humanos. El alcance del mandato previsto para cada comisión puede ser analizado comparativamente por la tabla abajo:

Mandatos de las comisiones de la verdad

Comisión de la verdad	Mandato
Argentina – <i>Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas</i> (CONADEP)	Artículo 1° del Decreto Presidencial n° 187/1983 – desaparición de personas.
Brasil – Comisión Nacional de la Verdad (CNV)	Artículo 1° de la Ley n° 12.528/2011 – graves violaciones de derechos humanos c/c Artículo 3°, II – torturas, muertes, desapariciones forzadas, ocultación de cadáveres
Chile – <i>Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación</i> (Comisión Rettig)	Artículo 1° del Decreto Supremo n° 355/1990 – las más graves violaciones a los derechos humanos, comprendidas como las situaciones de presos desaparecidos, ejecutados o torturados con el resultado de muerte.
– <i>Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura</i> (Comisión Valech)	Artículo 1° del Decreto Supremo n° 1.040/2003 del Ministerio del Interior – privación de libertad o tortura por razones políticas
Colombia – <i>Comisión de la Verdad sobre los hechos del Palacio de Justicia</i>	Ley n° 975/2005 – asesinato y desaparición de personas
El Salvador – <i>Comisión de la Verdad para El Salvador</i>	Artículo 2° del Acuerdo de Paz de Chapultepec, de 1992 – graves hechos de violencia
Guatemala – <i>Comisión para El Esclarecimiento Histórico</i> (CEH)	Acuerdo de Paz de Oslo, de 1994 – violaciones a derechos humanos y hechos de violencia
Perú – <i>Comisión de la Verdad y Reconciliación</i> (CVR)	Artículo 1° del Decreto Supremo n° 065/2001 – violencia terrorista y violación a los derechos humanos c/c Artículo 3° – asesinatos y secuestros; desapariciones forzadas; torturas y otras lesiones graves; violaciones a los derechos colectivos de las comunidades andinas y nativas del país; otros crímenes y graves violaciones de los derechos humanos
Uruguay – <i>Comisión para la Paz</i> (COMPAZ)	Artículo 1° de la Resolución de la Presidencia de la República n° 858/2000 – desaparición forzada
– <i>Grupo de Trabajo por Verdad y Justicia</i>	Artículo 1° del Decreto n° 118/2015 – crímenes de lesa humanidad

187. Cabe recordar que el mandato de la Comisión Rettig contemplaba violaciones practicadas tanto por el Estado como por organizaciones de izquierda.

Las leyes o actos de creación también no establecen estructuras y áreas específicas en el diseño institucional de las comisiones con la finalidad de tratar de víctimas mujeres o de la violencia de género. Esas ausencias pueden resultar del hecho de que, en regla, no hay un proceso abierto de consulta a cerca de los mandatos de las comisiones de la verdad que involucren grupos tradicionalmente marginalizados a fin de garantizar un debate plural que lleve en consideración sus intereses y necesidades (ICJT, 2006, p. 7)

Para la primera generación de comisiones de la verdad, eso representó un silenciamiento de los trabajos e informes finales con relación a aspectos de género de las violaciones y al carácter específico de las violaciones contra las mujeres. Como señaló Guillerot, la CONADEP en Argentina (1983) y la Comisión Rettig en Chile (1990) se encuadran en esa primera generación. A ellas se suman las experiencias de la Comisión de la Verdad para El Salvador, de 1992, de la Comisión para la Paz (COMPAZ) en Uruguay, de 2000¹⁸⁸, y de la Comisión de la Verdad sobre los Hechos del Palacio de Justicia, en Colombia, de 2005. Aunque las dos últimas sean iniciativas más recientes y, por tanto, ya bajo el impacto del desarrollo del campo político y académico vinculado a los derechos de las mujeres y las cuestiones de género, esas comisiones estuvieron centradas en otros tipos de violación y no trataron específicamente con violencia sexual.

A su vez, para la segunda generación de comisiones de la verdad, a pesar de la neutralidad de los mandatos, fueron creados mecanismos para dar atención específica a casos de violencia sexual. En su informe, Guillerot indicó la Comisión para el Esclarecimiento Histórico (CEH) de Guatemala, de 1994, y la Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR) de Perú, de 2001, como pertenecientes a esa generación. Es posible incluir también, entre ellas, la Comisión Nacional de la Verdad (CNV) de Brasil, de 2012, y la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (Comisión Valech), de 2004, en Chile.

En Guatemala, la CEH fue creada en 1994, en proceso que contó con la participación de la ONU, con la finalidad de investigar las violaciones a derechos humanos que ocurrieron durante el conflicto armado interno, que duró entre 1960 y 1996 y resultó en un saldo de 50.000 personas desaparecidas, 1 millón de desplazados/as internos/as, 10.000 de refugiados/as, 200.000 de niños/as muertos/as y el genocidio de la población maya. A pesar de su mandato no referirse específicamente a la investigación de actos de violencia sexual, la CEH desarrolló un trabajo sobre violaciones

188. El reciente Grupo de Trabajo por Verdad y Justicia, en funcionamiento, tampoco dedica atención a crímenes sexuales.

cometidas contra mujeres, destacadas dentro de la categoría más general de violaciones a derechos humanos.

En Perú, tras la caída del gobierno de Fujimori, durante la transición, en 2001, se creó la Comisión de la Verdad y de la Reconciliación (CVR) por el Decreto Supremo n° 065/2001¹⁸⁹, con el objetivo de «esclarecer el proceso, los hechos y responsabilidades de la violencia terrorista y de la violación a los derechos humanos producidos desde mayo de 1980 hasta noviembre de 2000» (artículo 1°). El mandato atribuido a la CVR no mencionaba de forma explícita la violencia sexual como objeto de las investigaciones. En la entrevista concedida a ese estudio, Julissa Mantilla, que fue encargada de la investigación de los casos de violencia sexual en la CVR, vinculó la ausencia de un mandato expreso al respecto con el desconocimiento predominante en aquel momento en cuanto a la práctica de crímenes sexuales en el contexto del conflicto armado interno:

el mandato de la Comisión no establecía ni la obligación ni la necesidad de investigar violencia sexual. Se pensaba, en general en ese momento, que en el Perú esto no había pasado, que había casos aislados, quizás algunos, pero tanto en los grupos de derechos humanos como en el movimiento de mujeres no había conciencia de que esto había sucedido, porque no habían informes nacionales, no habían casos ante la Corte Interamericana, no habían denuncias. Entonces la idea es que la violencia sexual había sido esporádica.

La apertura de una línea de investigación dedicada a la temática de género fue fruto de una decisión jurídica y política interna, encabezada, de acuerdo con Julissa Mantilla, por el profesor José Burneo, que era el Jefe del Equipo Jurídico y un grupo de académicas del Diploma de Estudios de Género de la PUCP, además de los requerimientos de la cooperación internacional, principalmente. No obstante, el hecho de que la violencia sexual no estuviera incluida en el mandato legal de la CVR impuso dificultades al desarrollo del trabajo. Desde el punto de vista operacional, implicó en la falta de presupuesto, recursos propios y espacio dentro del organigrama de la comisión, por ejemplo. Por otro lado, la base de datos de la CVR permitía registrar la violación, pero no otras formas de violencia sexual. Esto limitó el levantamiento estadístico, la integralidad y especificidad de las violaciones investigadas, y generó impacto en la cualificación de las víctimas para la política reparatoria.

Bajo esas limitaciones, de acuerdo con Julissa Mantilla, el equipo de la línea de género trabajó en el sentido de priorizar las voces de las

189. Después complementado por el Decreto Supremo n° 101/2001.

mujeres en los diferentes ámbitos de la CVR, capacitar a los funcionarios para escucharlas con atención, articular con el personal de la prensa la inclusión del tema de la violencia sexual en los materiales divulgados, crear redes de contactos, en especial en los niveles regionales, y revisar las informaciones producidas por todas las áreas de la comisión.

Como indica el estudio del ICJT, el enfoque de género adoptado por la CVR en Perú optó por la estrategia de constituir una línea de investigación específica dirigida a la temática de género dentro de la comisión. A ese equipo le tocó la conducción de los trabajos de investigación, la planificación de audiencias temáticas y la elaboración de los capítulos específicos dedicados al tema en el informe final (ICTJ, 2006, p. 4). Aunque la CVR haya concentrado el debate de género en esa unidad especial, hubo un esfuerzo para transversalizar la perspectiva de género a las demás secciones del informe final, como será visto más adelante.

En Brasil, la CNV siguió la misma estrategia de creación de una unidad especial, que consistió en el Grupo de Trabajo Dictadura y Género.¹⁹⁰ Segundo consta en el informe final de la CNV, a partir de diciembre de 2012, la comisión estructuró grupos de trabajo especializados que pasaron a desarrollar las actividades de investigación. Los grupos eran coordinados por los miembros del Colegiado y compuestos por un equipo de asesores, consultores e investigadores. El intuio de ese formato de organización fue «permitir la descentralización de las investigaciones y la autonomía de los equipos de investigación» (CNV, 2014, p. 51). Entre los 13 grupos formados¹⁹¹ estaba el Grupo de Trabajo Dictadura y Género bajo la coordinación del comisionado Paulo Sérgio Pinheiro y de la consultora Glenda Mezarobba. El sitio electrónico de la CNV describe el GT Dictadura y Género como:

Grupo de trabajo que investiga la violencia contra la mujer, sus consecuencias e impactos. Incluye la violencia sexual y pretende dar visibilidad a sufrimientos no solo de las mujeres directamente involucradas en el conflicto, sino también de aquellas que participaron

190. Cabe registrar que se contactó a Glenda Mezarobba, responsable del GT Dictadura y Género, pero lamentablemente la investigadora no tuvo disponibilidad para una entrevista.

191. En el total, los 13 grupos de trabajo organizados por campo temático fueron: 1) dictadura y género; 2) Araguaia; 3) contextualización, fundamentos y razones del golpe civil militar de 1964; 4) dictadura y sistema de Justicia; 5) dictadura y represión a los trabajadores y al movimiento sindical; 6) estructura de represión; 7) muertos y desaparecidos políticos; 8) graves violaciones a derechos humanos en el campo o contra indígenas; 9) Operación Cóndor; 10) papel de las iglesias durante la dictadura; 11) persecución a militares; 12) violaciones de derechos humanos de brasileños en el exterior y de extranjeros en Brasil; y 13) el Estado dictatorial-militar (CNV, 2014, p. 51).

de movimientos de resistencia y de aquellas cuyos familiares fueron víctimas de persecución política, muertos o siguen desaparecidos.¹⁹²

En reunión ampliada de la CNV con comisiones de la verdad e instituciones acreditadas, en Brasilia, en febrero de 2013, el GT Dictadura y Género hizo una presentación en la cual expuso sus objetivos y líneas de acción. El documento refuerza que el GT investigaba la violencia contra la mujer, incluyendo la violencia sexual (por su vez, no limitada a la violación) y la violencia contra niños. El GT también se ofrecía a las pretensiones de: i) dar visibilidad al sufrimiento de las mujeres afectadas por la dictadura, sea aquellas que se enrolaron en movimientos de resistencia, sea las que tuvieron familiares victimados por la represión; ii) considerar la carga extra que se impuso a las mujeres por la dictadura; iii) «incorporar transversalmente la cuestión de género» al informe final; iv) «detectar eventual persistencia de patrones o arreglos institucionales que sigan permitiendo» la violencia contra las mujeres; v) insertar en el informe final «recomendaciones que propicien la no repetición de tales crímenes».¹⁹³ En los siguientes tópicos, se podrá evaluar en qué medida esos objetivos se cumplieron.

La Comisión Valech en Chile no adoptó ninguno de los enfoques de género. Es decir, no propuso un abordaje integral de la temática de género, tampoco constituyó una unidad específica para ese fin. La inclusión de un capítulo sobre violencia sexual en el informe no partió de una iniciativa de la comisión, sino que de declaraciones espontáneas de las víctimas que fueron dar su testimonio. El propio informe reconoce que el tema de la violencia sexual no se pautó por la Comisión, sino fue llevado espontáneamente por las mujeres:

Las entrevistas realizadas por esta Comisión no indagaron expresamente acerca de la violencia sexual ejercida contra las ex presas. Las situaciones que se registran fueron mencionadas espontáneamente por las declarantes. Es necesario señalar que la violación sexual es para muchas mujeres un hecho del cual les cuesta hablar y muchas veces prefieren no hacerlo. (Valech, 2004, p. 291)

En la entrevista concedida para ese estudio, Daniella Quintanilla, de la *Corporación Humanas*, reforzó la inacción de la Comisión en tratar de la violencia sexual sufrida por las mujeres. La incorporación del tema al Informe Valech fue una conquista obtenida por las mujeres a pesar de la ausencia de cualquier incentivo institucional:

192. Descripción disponible en: <http://www.cnv.gov.br/16-grupos-de-trabalho/26-ditadura-e-genero.html>

193. CNV, Reunión amplia. GT Dictadura y Género. Coordinación: Paulo Sérgio Pinheiro. Disponible en: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/grupos_trabalho/CNV_REUNIAO_AMPLA_Genero_250313.pdf. Acceso en 14 de noviembre de 2016.

Las mujeres espontáneamente, al momento de ir a prestar la declaración, empezaron a revelar esta vivencia individual y colectiva. Pero, por ejemplo, en ningún momento, cuando la comisión se sienta a elaborar los protocolos de toma de declaración, no se les pregunta sobre esto, no se indaga más allá en esta experiencia sino que comienza a salir espontáneamente. Y como empieza a salir espontáneamente mucho de los relatos de la mujeres, la comisión se ve un poco forzada a incorporarlos. Pero no fue un objetivo que la comisión se planteara programáticamente al momento de pensar en como tomar las declaraciones ni elaborar las aristas distintas que había tenido la experiencia de haber sufrido detención política en ese momento. Entonces yo creo que aquí el valor está en las mujeres que exigieron que esto se incorporara y las mujeres que espontáneamente fueran revelando su experiencia.

Otro aspecto institucional que debe ser considerado en la construcción de los archivos de comisiones de la verdad es si su composición respeta un equilibrio de género. Vale recordar, por un lado, la orientación por la participación de las mujeres en los procesos de justicia transicional, particularmente en los órganos e instancias decisorias.¹⁹⁴ Por otro lado, también es importante tener en cuenta que la inclusión de mujeres en la fórmula no es suficiente para garantizar el abordaje del carácter de género de las violaciones, «especialmente considerando que la identidad y los intereses individuales de las mujeres son disputados y variados» (ICTJ, 2006, p. 2).

El análisis de la composición de las comisiones de la verdad instauradas en los países miembros de la RLAJT revela una enorme desproporción entre hombres y mujeres. El número de mujeres comisionadas es extremadamente inferior al de hombres y, en algunas comisiones, la participación de mujeres es nula. La forma de indicación de los/las integrantes difiere de una comisión a otra. En algunos casos, las propias leyes de creación designan los/las comisionados/as, en otros, la ley presenta criterios o balizas para informar la indicación, hecha por el Presidente de la República o por otra autoridad.¹⁹⁵ La sub representación de las mujeres indica, sobre todo en el momento de constitución de las comisiones, como son desconsideradas

194. A ese respecto, ver el ítem «Participación de las mujeres y transversalización de la perspectiva de género».

195. Las reglas de indicación de los miembros varían en cada comisión. En algunos casos, como en la Comisión Rettig y de la Comisión Valech, el propio Decreto de creación designó a los integrantes (artículo 3o, Decreto Supremo n° 55/1990 y Decreto Supremo 1.040/2003). En el caso de la CEH, en Guatemala, el Acuerdo de Oslo contenía las cualificaciones que deberían ser rellenadas por cada miembro. En la CVR, en Perú, el Decreto Supremo n° 065/2001 contenía, en su artículo 4o, los requisitos que deberían ser rellenados y atribuyó la indicación de los miembros al Presidente de la República, mediante aprobación del Consejo de Ministros.

las experiencias y las necesidades específicas de las mujeres que fueron víctimas de los conflictos y de las dictaduras. Se presenta, por tanto, como causa y síntoma del trato deficitario que, en regla, se da a la violencia de género. La tabla abajo permite analizar comparativamente el desequilibrio de género en la composición de las comisiones de la verdad:

Composición de las comisiones de la verdad

Comisión de la verdad	Número de mujeres comisionadas
Argentina – <i>Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas</i> (CONADEP)	1 entre 13 comisionados ⁵
Brasil – <i>Comisión Nacional de la Verdad</i> (CNV)	2 entre 7 comisionados ⁶
Chile – <i>Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación</i> (Comissão Rettig)	2 entre 8 comisionados ⁷
– <i>Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura</i> (Comissão Valech)	2 entre 8 comisionados ⁸
Colombia – <i>Comisión de la Verdad sobre los hechos del Palacio de Justicia</i>	0 de 3 comisionados
El Salvador – <i>Comisión de la Verdad para El Salvador</i>	0 de 3 comisionados
Guatemala – <i>Comisión para El Esclarecimiento Histórico</i> (CEH)	1 entre 3 comisionados ^{9 10}
Perú – <i>Comisión de la Verdad y Reconciliación</i> (CVR)	2 entre 12 comisionados ¹¹
Uruguay – <i>Comisión para la Paz</i> (COMPAZ)	0 de 6 comisionados
– <i>Grupo de Trabajo por Verdad y Justicia</i>	3 entre 7 comisionados ¹²

196. La única mujer que integró el equipo fue la periodista Magdalena Ruiz Guiñazu.

197. Se trata de la abogada Rosa Cardoso y de la psicanalista Maria Rita Kehl.

198. Las mujeres miembros de la comisión fueron la asistente social, pedagoga, investigadora y política Mónica Jimenez de la Jara y Laura Novoa Vásquez. Vale recordar que la Comisión Rettig incluyó entre sus miembros tanto representantes de organismos de derechos humanos como partidarios del régimen de Pinochet.

199. Las dos mujeres comisionadas fueron Doña María Luisa Sepúlveda Edwards, Vicepresidenta Ejecutiva, y Doña Elizabeth Lira Kornfeld.

200. Se trata de Otilia Lux de Cotí, mujer Maya k'iché.

201. Además de una mujer, entre los tres comisionados, hubo participación de mujeres en otros ámbitos de la CEH, como relata Claudia Paz y Paz: «El equipo central de trabajo estaba compuesto por 16 personas (incluyendo cinco mujeres). Había también 14 jefes regionales (incluyendo 10 mujeres), y un equipo de investigación y apoyo integrado por 184 personas (incluyendo 92 mujeres)» (Bailey, 2010, p. 137).

202. Segundo Guillerot, no hay evidencias de que la indicación de dos mujeres visaba garantizar la participación femenina en la Comisión. Sobre las indicadas: «La primera, Beatriz Alva Hart, es abogada laboralista y ex-vice- ministra del gobierno de Alberto Fujimori; y la segunda, Sofía Macher Bata- nero, nombrada cuando se amplió la CVR, es socióloga y tiene una reconocida trayectoria en materia de derechos humanos como ex-Secretaria Ejecutiva de la Coordinadora Nacional de Derechos Humanos» (Guillerot, 2010, p. 150).

203. todavía sobre la composición, es interesante percibir que el grupo es formado por familiares de víctimas y por representantes de las principales religiones del país – católica, judía, metodista y umbandista.

Como señalado por Julie Guillerot, con relación al caso peruano, la indicación de mujeres no traduce un objetivo de garantizar la representatividad femenina (Guillerot, 2010, p. 150). En ningún caso hubo, tampoco, una preocupación en designar mujeres con reconocida experiencia en género para representar la pauta dentro de la comisión. Si la presencia femenina en las comisiones no es capaz de garantizar, por sí mismo, una mirada atenta a las experiencias de las mujeres y las cuestiones de género, un factor fundamental destacado por el ICTJ es la participación de grupos de la sociedad civil. El estudio resalta la importancia de mantener «una consulta y un diálogo permanentes con diferentes grupos de sobrevivientes, organizaciones de mujeres, así como feministas, tanto activistas como académicas» (ICTJ, 2006, p. 3).

En lo que se refiere a esa articulación con el movimiento feminista en Perú, en la entrevista concedida, Julissa Mantilla resaltó el papel de organizaciones de mujeres, como el DEMUS, que se integró desde el inicio al proceso de la CVR, auspiciando la colaboración de una abogada en la Línea de Género. En el caso brasileño, en entrevista al presente estudio, Amelinha Teles evaluó que, por un lado, la CNV perdió la oportunidad de hacer avanzar la pauta de la violencia de género y, por otro lado, el movimiento feminista también no fue capaz de presionar la comisión a hacer un trabajo más efectivo.

2. La designación de la violencia sexual en los informes de las Comisiones de la Verdad

Tomando como objeto las experiencias de comisiones de la verdad, entre los países miembros de la RLAJT, que trataron con crímenes sexuales, el presente tópico visa investigar como la violencia sexual es designada y tratada en los informes finales. Se pregunta: i) si los informes poseen capítulos específicos dedicados al tema; ii) si la violencia sexual es trabajada como violencia de género y en carácter interseccional; iii) cuales víctimas son consideradas; y iv) si hay recomendaciones específicas relacionadas a la violencia contra las mujeres, crímenes sexuales o de género.

Guatemala

En Guatemala, en febrero de 1999, la CEH entregó su informe final, intitulado «Guatemala: Memoria del Silencio», con 12 volúmenes y case 4.400 páginas. El informe de la CEH presenta un capítulo específico sobre «Violencia sexual contra las mujeres». Una iniciativa de investigación anterior ya había evidenciado las violaciones a derechos humanos practicadas contra las mujeres y sirvió como fuente a la CEH. Se trata del trabajo realizado por la *Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado* de Guatemala (ODHAG), que resultó en la publicación del *Informe del Proyecto Interdiocesano de*

Recuperación de la Memoria Histórica (REMHI), denominado «Guatemala: Nunca Más» (ODHAG, 1998). En el capítulo intitulado «Enfrentando el dolor: de la violencia a la afirmación de las mujeres», el informe aborda las distintas formas de violencia sexual practicadas contra las mujeres, y también las estrategias de resistencia, de organizaciones contra la violencia y las luchas por justicia (Bailey, 2010, p. 113).

Aunque el enfoque de la CEH haya sido la violencia sexual, el informe considera el contexto más amplio de violaciones sufridas por las mujeres durante el conflicto armado, destacando las condiciones de vida que enfrentaron con sus hijos y el dolor de la experiencia de violencia (CEH, 1999, par. 2375). En ese marco más amplio de violaciones, entre las 9.411 mujeres víctimas escuchadas por la CEH, el 33% fueron víctimas de ejecuciones arbitrarias, el 19% de tortura, el 18% de privación de libertad, el 14% de violación, el 6% de desaparición forzada, el 4% de muerte causada por el desplazamiento y el 6% de otras violaciones (par. 2387).

El informe considera la violencia sexual como manifestación de la violencia de género, comprendida, por eso, como demostración del poder patriarcal ejercido sobre las mujeres:

2394. Todo acto de fuerza que atente contra la vida, la integridad física o mental o la libertad constituye violencia. Cuando esos actos son dirigidos contra las mujeres porque son mujeres o porque las afectan mayoritariamente, se trata de «violencia de género»; de esta naturaleza son las agresiones sexuales que se cometen en las guerras. En el marco de la violencia específica de género, las violaciones sexuales se definen como actos de poder ejercidos en forma violenta contra personas consideradas inferiores por su género.

La CEH destacó el contexto socioeconómico y político de las relaciones de poder que están en la base de la violencia de género, incluso cuando ella se fundamenta en el «control jerárquico y patriarcal» ejercido por el Estado. También reconoció el carácter estructural de la violencia de género, pautada en condiciones de desigualdad, de discriminación y de opresión que antecedieron, pero se profundizaron durante el conflicto armado, haciendo mayor la vulnerabilidad de las mujeres (CEH, 1999, par. 2395).

La CEH concluyó que las mujeres fueron víctimas tanto de una represión selectiva como de una represión generalizada. La represión selectiva fue aplicada contra mujeres identificadas que participaron en la guerrilla, lideraron movimientos de contestación o tenían familiares acusados de subversión. En la mayoría de las veces, las violaciones fueron practicadas en el contexto de detención de esas mujeres y acompañadas de otras violaciones (CEH, 1999, par. 2479). Por su vez, la represión generalizada

alcanzó de forma indiscriminada mujeres indígenas, principalmente las de origen maya, de comunidades rurales donde fueron instalados destacamentos militares, practicados masacres y operaciones de tierra arrasada (CEH, 1999, par. 2480). En esa forma masiva y sistemática de las violaciones sexuales perpetradas por el Estado, la CEH comprendió que «no se trató de actos aislados y excesos esporádicos sino sobre todo de una planificación estratégica» (CEH, 1999, par. 2398).

De acuerdo con los datos apurados por la CEH, el 99% de las víctimas de violación durante el conflicto armado fueron mujeres (CEH, 1999, par. 2376)²⁰⁴. En el total, la CEH registró 1.465 casos de violación sexual, de modo general acompañados por otras violaciones, como privación de libertad, masacres y ejecuciones arbitrarias (CEH, 1999, par. 2388-2389). Como afirma Claudia Paz y Paz, «Es poco probable que estas cifras reflejen la verdadera magnitud de las violaciones cometidas contra las mujeres en Guatemala, debido al estigma social sufrido por las víctimas» (Bailey, 2010, p. 108). Paz y Paz critica, también, la falta de esfuerzo de la CEH por cuantificar las demás violaciones específicas sufridas por las mujeres, como uniones forzadas, esclavitud sexual, trabajo forzado y prostitución (Bailey, 2010, pp. 106-107).

La CEH también presentó datos sobre el recorte étnico de las violaciones: el 88,7% de las víctimas de violación son mayas, el 10,3% son ladinas y el 1% pertenece a otras etnias. Los grupos étnicos más afectados fueron «k'iche', q'anjob'al, mam, q'eqchi', ixil, chuj y kaqchikel» (CEH, 1999, par. 2390). Las mujeres que pertenecían a pueblos de la etnia maya fueron víctimas de diferentes tipos de violencia sexual, incluyendo esclavitud sexual, y sufrieron consecuencias prolongadas de la violencia, como embarazo forzado, pérdida de fertilidad, trastorno de estrese pos traumático y aislamiento dentro de las comunidades.²⁰⁵ Después de los masacres, muchas fueron forzadas a trabajar para los militares y sistemáticamente violadas. Otras intentaron huir para las montañas y murieron de hambre, de enfermedades o de frío. Aquellas que sobrevivieron se quedaron en situación de extrema pobreza, ya que dependían de sus compañeros para la sobrevivencia económica y fueron marginalizadas por las comunidades.

La expresiva victimización de las mujeres mayas se explicó por el informe de la CEH por medio de un abordaje interseccional: «las mujeres masivamente afectadas por abusos de índole sexual pertenecían al pueblo maya, pues la consideración de inferioridad se configura también en razón de la pertenencia étnica y posición social» (CEH, 1999, par. 2396).

204. Claudia Paz y Paz atenta para el hecho de que el dato segundo el cual el 1% de las víctimas de violación son hombres y niños también es sintomático del estigma todavía mayor que enfrentan para denunciar (Bailey, 2010, p. p. 108).

205. De acuerdo con la evaluación de Claudia Paz y Paz, son escasas las referencias sobre casos de embarazo indeseado. También no hay datos sobre contagio de enfermedades sexualmente transmisibles o daños a la salud reproductiva de las mujeres víctimas de abusos.

La violencia sexual practicada contra mujeres indígenas se benefició de esa absoluta desvalorización que sufrieron. De acuerdo con el informe, por el hecho de que eran mujeres indígenas, las víctimas eran agredidas sexualmente por los miembros del Ejército en total impunidad (CEH, 1999, par. 2398).

A pesar de los avances promovidos por el informe al adoptar una perspectiva de género e interseccional, aún pesan críticas con relación a la insuficiencia del abordaje:

estos informes no profundizaron en cuanto a los elementos androcéntricos, racistas y clasistas que agudizaron esta situación para las mujeres y que siguen marcando, como en ese entonces, las relaciones sociales en nuestro país. Además hace falta recomendaciones para que el Estado pueda resarcir los derechos específicos de las mujeres y así fortalecer el Estado de Derecho (ODHAG, 2014, p. 8).

En ese mismo sentido, Claudia Paz y Paz llama la atención para la ausencia de recomendaciones relacionadas con la violencia contra las mujeres. Las únicas referencias a las mujeres en las recomendaciones de la CEH se refieren a la orientación para incluir mujeres en el órgano responsable del programa de reparaciones y para dar prioridad a las viudas dentro del grupo de beneficiarios (Bailey, 2010, p. 114).

Perú

En Perú, en 2003, la CVR divulgó su Informe Final, dividido en 9 tomos. El informe presenta dos capítulos dedicados, respectivamente, a la violencia sexual y a la relación entre violencia y discriminación de género: el capítulo 1.5 «La violencia sexual contra la mujer» (ubicado en el Tomo VI, «Sección cuarta: los crímenes y violaciones de los derechos humanos», Capítulo 1: «Patrones en la perpetración de los crímenes y de las violaciones de los derechos humanos») y el capítulo 2.1 «Violencia y Desigualdad de Género» (ubicado en el Tomo VIII, «Segunda Parte: Los factores que hicieron posible la violencia», Capítulo 2: «El impacto diferenciado de la violencia»).

²⁰⁶ En esos términos, un capítulo se propone a investigar los actos de violencia sexual practicados durante el conflicto armado interno, y el otro a explicar

206. Además de los dos capítulos mencionados, dentro de la sección dedicada a los actores del conflicto armado, en el capítulo sobre las organizaciones sociales, hay un ítem que trata de las organizaciones de las mujeres («3.2. Los sindicatos, los gremios empresariales y las organizaciones de mujeres»). Este capítulo no será examinado en el presente estudio a causa del enfoque en la violencia sexual. Es importante, sin embargo, destacar que también atiende a una demanda de los grupos de mujeres y movimientos feministas a las comisiones de la verdad de retratar las distintas experiencias de las mujeres en los contextos de conflicto y dar protagonismo a la participación de las mujeres también en los movimientos y organizaciones de resistencia.

el impacto diferencial de la violencia a partir de una perspectiva de género.

En la entrevista concedida a ese estudio, Julissa Mantilla comentó la decisión por enfocar el análisis de la violencia sexual contra víctimas mujeres, sin incluir a los hombres que fueron afectados:

los casos de violencia sexual contra hombres que configuraran tortura están incluidos en el capítulo de tortura. La decisión de llamar «Violencia sexual contra la mujer» fue fundamentalmente debido a que se trataba de violencia de género, totalmente invisibilizada en ese momento. Entonces no es que los hombres no puedan ser víctimas de violencia sexual, sino que hubo una masividad contra las mujeres. Y por otro lado, también esta fue una discusión con José Burneo que era el abogado que dirigía el equipo jurídico y estábamos en la misma línea. Era, además, una forma de reparación porque, en realidad, cuando la Comisión de la Verdad empieza, no había ni idea que había habido violencia sexual y cuando la Comisión termina su trabajo, concluye que fue violencia generalizada en determinadas circunstancias, y con más del 90% de víctimas mujeres. Entonces enfatizarlo de esta manera era una manera de reconocer la real dimensión de los hechos.

Teniendo en cuenta la invisibilidad de las mujeres en el conflicto armado interno, con excepción de las que eran madres y esposas de muertos y desaparecidos, de acuerdo con Julissa, «el hecho de priorizar la historia de las mujeres no era negar lo que les pasaba a los hombres, ya que toda la historia del conflicto estaba escrita en masculino». Representaba, por tanto, un intento de llamar la atención y de destacar experiencias que habían sido ignoradas y que, aún con la priorización que hizo la Comisión fueron parcialmente recuperadas por el informe.

El capítulo dedicado a la violencia sexual contra mujeres adopta una amplia conceptualización que abarca diversas modalidades de violencia sexual, alineándose a los términos del Estatuto de Roma.²⁰⁷ La violencia sexual es tratada como violencia de género, una vez que «afectó a las mujeres por solo hecho de serlo» y afectó a muchas más mujeres que a hombres (CVR, 2003, p. 273). En total, se reportaron 538 casos de violación sexual en la CVR, de los cuales 527 corresponden a víctimas mujeres y 11 a hombres (CVR, 2003, p. 66). Entre las víctimas, se encuentran las mujeres que fueron

207. La CVR define violencia sexual como: «la realización de un acto de naturaleza sexual contra una o más personas, o cuando se hace que esa(s) persona(s) realice(n) un acto de naturaleza sexual por la fuerza o mediante la amenaza de la fuerza o mediante la coacción, como la causada por el temor a la violencia, la intimidación, la detención, la opresión psicológica o el abuso de poder contra esa(s) persona(s) u otra persona, o aprovechando un entorno de coacción o la incapacidad de esa(s) persona(s) de dar su libre consentimiento» (CVR, 2003, p. 263).

detenidas por real o supuesta participación personal en el conflicto armado; mujeres cuyos compañeros eran efectiva o supuestamente miembros de grupos subversivos; y mujeres que buscaban sus familiares desaparecidos o que denunciaban las violaciones practicadas (CVR, 2003, p. 48).

En el universo de violaciones investigadas por la CVR, la violación sexual correspondió al 1,53%, porcentaje que debe considerarse como sub representado a causa de los sentimientos de vergüenza y de culpa que inhiben los relatos de las víctimas. Las violaciones sexuales constituyen la 6ª violación más común entre las mujeres. El porcentual de mujeres violadas es el del 7%, mientras que las violaciones más frecuentes son asesinatos (el 32%), detenciones (el 18%) y tortura (el 16%). A pesar de tratar de las diversas modalidades de violencia sexual, el informe no presenta estadísticas con relación a ninguna otra más allá de la violación. Eso ocurrió porque, como ya se dijo, la Base de Datos de la CVR apenas permitía el registro de casos de violación, como explica el propio informe:

es necesario precisar que la Base de Datos de la CVR solo contabiliza los casos de violación sexual, dejando de lado las otras formas de violencia sexual (abuso sexual, prostitución forzada, unión forzada, etc.). Del mismo modo, es importante tener presente que el registro se da en función a «víctimas identificadas», es decir, solo aquellas cuyo nombre y apellido se conoce, dejando de lado para efectos de la construcción de estadísticas los casos en que existen referencias generales de los hechos. (CVR, 2003, p. 274)

El informe admite, por tanto, las limitaciones del trabajo en el ámbito de la violencia sexual contra las mujeres. En la entrevista concedida a ese estudio, Maria Ysabel Cedano, del DEMUS, también destaca la ausencia de investigación sobre los casos de esterilización forzada por la CVR. Según Maria Ysabel, el entendimiento entonces adoptado era el de que la política de contracepción quirúrgica no tenía relación con el contexto del conflicto armado o de la lucha contra la subversión y, por eso, no se encajaría en el ámbito de las investigaciones.

Guillerot explica que la Base de Datos y el formulario de entrevistas fueron las primeras herramientas técnicas diseñadas, poco después la instalación de la CVR, para la colecta de testimonios. Se desarrollaron antes de que el Equipo Jurídico pudiese trabajar en la lista y definición de los crímenes que orientarían las investigaciones y de antes que la Línea de Género estuviese constituida para proponer los tipos de violaciones relacionadas al género. Esto afectó, por tanto, la catalogación y el aprovechamiento de las informaciones extraídas de los testimonios (Guillerot, 2010, p. 166).

A pesar de los límites, el informe de la CVR representó importantes avances en materia de género. Un punto central fue el reconocimiento de que la violencia afecta hombres y mujeres de formas distintas. Además, de acuerdo con el informe, también se siente la violencia de formas diversas entre las mujeres, conforme su posición social y su pertenencia cultural. En ese sentido, la CVR desarrolló un abordaje interseccional que consideró marcadores étnicos, culturales, sociales y de género que impactaron las causas y los efectos de las violaciones. La intersección de factores de riesgo o de opresión ponían las mujeres en situación de particular vulnerabilidad, lo que se refleja en el perfil de las víctimas.

El informe instruye que, entre las mujeres víctimas de violación, el 73% hablaban quechua como lengua madre, el 80% vivían en áreas rurales, el 36% eran campesinas y el 34% eran analfabetas. Ese perfil sociodemográfico indica que «fueron las peruanas más excluidas, y por lo tanto desprotegidas, las que sufrieron con mayor intensidad la práctica de la violación sexual» (CVR, 2003, p. 276). También, con relación a la franja etaria, el informe registra que las víctimas fueron predominantemente jóvenes, con mayor incidencia de las violaciones contra niñas a partir de los 11 años.²⁰⁸

En el capítulo sobre violencia y desigualdad de género, el informe hace un análisis estructural de las violaciones sufridas por las mujeres durante el conflicto armado, conectándolas a los patrones discriminatorios que ya estaban establecidos y siguen a regir las relaciones de género en el país:

Como resultado de la investigación realizada, la CVR ha llegado a la conclusión que la violencia desatada en nuestro país afectó de manera diferente a hombres y mujeres. Las distintas posiciones sociales y roles de género ocupados por varones y mujeres condicionan su participación en el conflicto armado y producen efectos específicos en cada uno de ellos. Las mujeres, por el hecho de serlo, fueron víctimas singulares de un conjunto de delitos y atentados contra su dignidad y sus DDHH que difieren de aquellos infligidos a los varones. Estas diferencias no son nuevas y retoman situaciones previas de desigualdad de género, étnicas y sociales que es preciso conocer para poder actuar en consecuencia. (CVR, 2003, p. 45)

208. Con relación a la autoría, conforme apuró la CVR, los actos de violencia sexual fueron practicados en su mayoría por las fuerzas estatales y, en menor medida, por los grupos insurgentes. El informe indicó que el Estado fue el responsable de la práctica del 83% de las violaciones, mientras que los grupos subversivos responden por el 11% de las violaciones, entre las cuales se destacan el trabajo doméstico forzado, mutilación, esclavitud sexual, aborto forzado y unión forzada (CVR, 2003, p. 277).

La violencia contra las mujeres pasa por las jerarquías de género, que se sostienen por mecanismos de autoridad y poder e que fueron profundizadas durante el conflicto armado. Al lado del sistema de género y del sistema machista, el informe de la CVR señaló que el racismo también fue estructurante de las violaciones practicadas contra mujeres indígenas, de cultura andina e idioma quechua, las cuales ocupan «las últimas escalas de la jerarquía social y de poder». Además, el racismo se manifestaba en la falsa identificación que era predicada entre indígenas y grupos subversivos, como si el factor étnico fuese un elemento que predisponía a la práctica de la subversión (CVR, 2003, p. 72).

De forma más amplia, el informe sitúa las violaciones producidas por el conflicto armado dentro del proceso histórico por el cual pasó Perú y destaca la influencia del pasado colonial:

la violencia vivida en nuestro país no puede ser entendida fuera del marco histórico y social peruano. Ella se instaló sobre procesos seculares de exclusión, dominación y opresión cuyas huellas, presentes en la memoria colectiva de los subalternos, emergen en momentos de crisis social. Se trató de una violencia que reitera prácticas autoritarias, prepotentes, que revivió relaciones coloniales aún no superadas (CVR, 2003, p. 79).

Para más allá de los efectos duraderos de la violencia sexual en el campo individual y subjetivo, desde embarazo, enfermedades, trastornos psíquicos y problemas de salud sexual y reproductiva, el informe también identifica como impactos diferenciados de la violencia sobre las mujeres «la acentuación de la división sexual del trabajo y la sobrecarga femenina, la desintegración familiar producto del desplazamiento y el traslado de los grupos familiares a cargo de mujeres solas» (CVR, 2003, p. 80). Señala, por tanto, los daños causados en el campo familiar, socioeconómico y de proyectos de vida de las mujeres afectadas.

Al enfocar esos aspectos, el informe de la CVR abre espacio para las historias y las experiencias de las mujeres. No apenas las historias de dolor y de sufrimiento, sino también de lucha y de resistencia colectiva. El informe destaca las estrategias de sobrevivencia, los espacios de «agencia femenina», los modos de organización y de actuación de las mujeres en el enfrentamiento del conflicto armado, como luchadoras y actrices sociales. La CVR buscó, así, incorporar nuevas voces y miradas a la narrativa del conflicto y resignificar el papel desempeñado por las mujeres.

Por fin, hay algunos elementos de las recomendaciones que llaman la atención para la situación específica de las mujeres. En el punto que se refiere a la mejora de las condiciones de vida de la población carcelaria, la CVR pide énfasis a la salud de las mujeres, una vez que se comprobó que

la desatención a necesidades básicas de salud (como prenatal y postnatal, atendimento de necesidades fisiológicas y ginecológicas) se utilizó como método de tortura (CVR, 2003, p. 133). Por otro lado, se resalta la ausencia de un enfoque de género en el ámbito de las políticas públicas de reparación recomendadas por la CVR.

Chile

En 2004, la Comisión Valech publicó el informe final sobre prisión y tortura política durante la dictadura chilena.²⁰⁹ El Capítulo V del informe intitulado «Métodos de tortura: definiciones y testimonios» incluyó un tópico específico sobre «Violencia sexual contra las mujeres». El tópico se inicia con el siguiente registro de la Comisión: «Ha parecido necesario destacar separadamente la situación de violencia sexual que afectó a las mujeres detenidas, tomando en consideración las características de esa violencia, además de su significación moral y cultural en la sociedad chilena» (Valech, 2004, p. 290). A pesar de esa primera indicación, el informe no relaciona los actos de violencia sexual con el contexto más amplio de desigualdad o con los patrones de discriminación contra las mujeres.

De acuerdo con el informe, la Comisión Valech recogió el testimonio de 3.399 mujeres víctimas de prisión y tortura política, y prácticamente todas declararon que sufrieron violencia sexual, siendo que 316 relataron específicamente que fueron violadas. Entre las 229 mujeres que afirmaron estar embarazadas cuando arrestadas, 11 fueron víctimas de violación, 20 abortaron y 15 tuvieron los hijos en el cautiverio (Valech, 2004, p. 291). No hay datos sobre otras formas de violencia sexual, tampoco a respeto del perfil de las víctimas y del posible impacto de factores sociales, étnicos y culturales.

El tópico sobre violencia sexual contra las mujeres incluyó 6 secciones relacionadas a los temas: «prisión y violencia sexual»; «prisión y violencia sexual de menores de edad»; «prisión y violencia sexual de mujeres embarazadas violadas durante la detención»; «la perspectiva de los niños»; «prisión de mujeres violadas que se embarazaron»; «prisión de mujeres embarazadas cuyos hijos nacieron en la cárcel». Cada sección se compone básicamente por fragmentos de los testimonios elegidos por la Comisión y breves descripciones de la violencia tratada.

Aunque el informe registre las múltiples formas de violencia sexual sufridas, no hay una conceptualización de los crímenes a partir de la

209. La Comisión Valech II, creada en 2010 para hacer una segunda fase de investigaciones, no produjo un informe conclusivo, sino que apenas elaboró una lista de víctimas que serían beneficiarias de la política de reparación.

perspectiva de las relaciones de género y de las condiciones específicas que vivieron las mujeres. Frente a la ausencia de un enfoque de género, las violaciones contra las mujeres son consideradas por el informe apenas de manera aislada (Barbuti; Fries, 2008, p. 101). En ese sentido, en la entrevista concedida, Beatriz, ex presa política que prestó testimonio a la Comisión Valech, relató:

la Comisión Valech no relevó este tema, claramente no incluyo de manera explícita en el registro que hizo sobre los instrumentos aplicados por el terrorismo de Estado. Sencillamente no lo preguntó y las personas, las mujeres de manera espontánea se dieron cuenta de esta situación. Sin embargo, apareció solamente como un dato estadístico porque la comisión no tubo ningún énfasis en género, ni el más mínimo. En la práctica, no pudo hacer un relato de la historia efectiva que pasamos las mujeres con la represión de la dictadura. Un relato absolutamente incompleto en una historia y, como la mayoría de la historia, lo cierto es que la neutralidad invisibiliza la situación de las mujeres.

A pesar de reconocer la brutalidad de la violencia sexual, el informe afirma que «las mujeres fueron detenidas por sus ideas, sus acciones y participación política, no por su condición de tales». El sexo sería usado como un hecho que agrava el impacto sobre la integridad moral y psicológica, pero que, solo, no habría dado causa a la violencia (Valech, 2004, p. 291). Esa lectura restrictiva está recibiendo críticas por desconsiderar que el hecho de ser mujer representaba un riesgo, por sí mismo, y que las mujeres militantes eran doblemente punidas (por la posición política opositora y por extrapolar su papel social). También se critica la desconsideración de las violencias practicadas contra mujeres que fueron detenidas, no a causa de la propia militancia política, sino que a causa de las relaciones que mantenían con hombres perseguidos por el régimen. En esos casos, las agresiones sexuales a los cuerpos de las mujeres visaban punir, por extensión, el «enemigo» (Calandra, 2010, pp. 219-220).

Por fin, en respuesta al cuestionario, el OJT, miembro chileno de la RLAJT, informó que se creía que la segunda edición de la Comisión Valech II (en 2011) daría más atención al tema de la violencia sexual, una vez que hubo la asistencia de un número mayor de mujeres en comparación a la primera rodada de la Comisión Valech, en 2004. Sin embargo, la segunda edición no publicó un informe completo, sino que apenas una lista de nombres e informes estadísticos, de modo que no profundizó en el tema de la violencia sexual.

Brasil

En Brasil, en diciembre de 2014, la CNV puso a disposición su informe final, organizado en tres tomos. El Capítulo 10 del Tomo I se llama «Violencia sexual, violencia de género y violencia contra niños y adolescentes» y contiene las conclusiones de los trabajos del GT Dictadura y Género. El informe adopta una comprensión amplia de violencia sexual, definida en los siguientes términos:

33. Además de la penetración vaginal, anal y oral, también constituyen violencia sexual golpes en los senos; golpes en el estómago para provocar aborto o afectar la capacidad reproductiva; introducción de objetos e/o animales en la vagina, pene e/o ano; choque eléctrico en los genitales; sexo oral; actos físicos humillantes; andar o desfilarse desnudo/a o semidesnudo/a delante de hombres e/o mujeres; realizar tareas desnudo/a o semidesnudo/a; malos tratos verbales y insultos de carácter sexual; obligar a que las personas permanezcan desnudas o semidesnudas y exponerlas a amigos, familiares e/o extraños; ausencia de intimidad o privacidad en el uso de cuartos de baño; negar a las mujeres artículos de aseo, especialmente durante el período menstrual; y amenazas de violación sexual. (CNV, 2014, p. 419)

El capítulo se propone abordar la «violencia estructurada pela jerarquía de género y sexualidad» que afecta de formas distintas a hombres y mujeres (CNV, 2014, p. 400). Se constata, como telón de fondo del análisis, que el patrón de las relaciones de género vigente en el contexto brasileño establece la heterosexualidad como norma compulsoria (CNV, 2014, p. 401). De acuerdo con el informe, la violencia sexual y de género se utiliza como un instrumento de poder y de dominación (CNV, 2014, p. 402). Esa forma de violencia asumió carácter sistemático y ocurría «de forma diseminada en prácticamente toda la estructura represiva» (CNV, 2014, p. 421). Además, la CNV concluyó que la violencia sexual se configuró como crimen contra la humanidad, una vez que fue practicada en un contexto de ataque generalizado y sistemático contra la población civil (CNV, 2014, p. 417).

El informe de la CNV demarca como los papeles sociales de género condicionaron la violencia practicada contra las mujeres, en la medida en que los perpetradores las acusaban de desviarse de las funciones de madre y esposa y de extrapolar el espacio privado, o les atribuían a ellas identidades femeninas consideradas ilegítimas, como prostituta. Para más allá de las mujeres con militancia política, el capítulo también aborda

las violaciones contra mujeres afectadas porque sus compañeros eran perseguidos políticos. El capítulo también trata de forma específica de la tortura contra mujeres embarazadas y de la cuestión de la maternidad como una «carga extra» suportada por las mujeres. En el ámbito familiar, narra como la amenaza a integrantes de la familia, especialmente hijos/as, era usada como forma de afectar y torturar psicológicamente las mujeres. Otro aspecto trabajado por el capítulo se refiere a las consecuencias de la violencia para los/las sobrevivientes, con vistas a los daños físicos y biológicos, morales y psicológicos y al proyecto de vida sufridos por las víctimas (CNV, 2014)²¹⁰.

A pesar de concentrarse en las mujeres, el informe de la CNV también considera hombres como víctimas de la violencia sexual cometida por la dictadura. Llama la atención que ese haya sido prácticamente el primer tema tratado por el capítulo: los cinco primeros testimonios considerados son testimonios de hombres, y el sexto es el testimonio de una mujer que relata el sufrimiento de un hombre. Para la CNV, la violencia de género es cometida «contra hombres y mujeres, a causa de su sexo e/o a causa de sus papeles de género, socialmente construidos» (CNV, 2014, p. 420). Segundo el informe, la violencia sexual contra hombres también obedeció a una orientación heteronormativa, a la medida en que visaba afectar la virilidad o destruir la masculinidad de los presos políticos, con la «intención de feminilización y homosexualización simbólica del cuerpo torturado» (CNV, 2014, p. 413). Mientras que la práctica de violencia sexual contra mujeres reforzaba los estereotipos de sumisión y de inferioridad, la práctica contra hombres buscaba invertir su papel social de masculinidad viril.

A pesar de ofrecer una contribución importante, el capítulo de la CNV presenta serias lagunas en el trato del tema de la violencia sexual. En primer lugar, no hay datos estadísticos sobre las violaciones o elementos sobre el perfil de las víctimas. El capítulo no informa ni siquiera cuantas víctimas fueron escuchadas por el GT Dictadura y Género y, entre ellas, cuantas relataron haber sufrido abusos sexuales y de cuales tipos. La inexistencia de cualquier levantamiento cuantitativo impide un análisis más profundizado no solo con relación a la expresión numérica de la violencia sexual, sino también sobre los patrones y métodos empleados por la dictadura brasileña. Se resalta, también, la ausencia de un enfoque interseccional que lleve en consideración la posición social, el origen rural y campesino y la identidad étnica de las mujeres afectadas.

210. Para más informaciones respecto a las violaciones sufridas por mujeres durante la dictadura brasileña, ver (Teles, 2015) y (Merlino; Ojeda, 2010).

Al contrario de la pretensión inicial del GT Dictadura y Género, el capítulo dedicado al tema no explora otras facetas de la experiencia de las mujeres en la dictadura, como la actuación en movimientos de resistencia, tampoco la continuidad de estructuras y prácticas violentas contra las mujeres. El capítulo de recomendaciones de la CNV también no incluye ninguna medida o política pública direccionada a la no repetición de los crímenes de violencia contra la mujer y de violencia de género.²¹¹

Por fin, merece destaque el hecho de que el informe de la CNV dedicó un capítulo a la represión basada en la orientación o identidad sexual. Se trata del texto «Dictadura y Homosexualidades» que integra el Tomo II del informe.²¹² De acuerdo con el estudio del ICJT, hasta 2006, el informe de la CVR era el único a considerar, aunque de modo tangencial, el tema de la persecución sexual y de cómo se puede utilizarla como arma política.²¹³ En ese sentido, la CNV parece haber dado un paso adelante al dedicar un capítulo específico a abordar los aspectos homofóbicos de la represión dictatorial en Brasil y a relatar los efectos sobre la discriminación y violencias sufridas por los segmentos LGBT.

211. Es importante destacar que, en el contexto brasileño, también se formaron comisiones estatales, municipales y sectoriales. Algunas también insertaban análisis específicos sobre violencia sexual y violencia de género en sus trabajos e informes, a ejemplo de la Comisión Estadual de la Verdad de Rio de Janeiro y de la Comisión Estadual de la Verdad de São Paulo «Rubens Paiva». A cerca de eso, ver los respectivos informes: (CEV-RJ, 2015, específicamente el capítulo 10 «Mujeres en la lucha contra la dictadura: el terror del Estado y la violencia sexual» y capítulo 11 «Homosexualidades, represión y resistencia en la dictadura») y (CEV-SP «Rubens Paiva», 2015, específicamente los capítulos «Verdad y Género» y «Dictadura y homosexualidades: iniciativas de la Comisión de la Verdad del Estado de São Paulo Rubens Paiva»).

212. Vale notar, sin embrago, que ese Tomo II se compone de textos temáticos producidos por comisionados y grupos de trabajo que firman y asumen responsabilidad por los contenidos escritos. Es decir, los textos no son atribuidos institucionalmente a la CNV, lo que tiene efecto de ponerlos en segundo lugar. En el caso del texto «Dictaduras y Homosexualidades», consta que «se elaboró bajo la responsabilidad del comisionado Paulo Sérgio Pinheiro. Búsquedas, investigaciones y redacciones fueron desarrolladas por los investigadores James N. Green; Carlos Manuel de Céspedes, profesor de Historia Latinoamericana, Brown University (EUA); y Renan Quinalha, abogado en la Comisión de la Verdad del Estado de São Paulo «Rubens Paiva».

213. De acuerdo con el ICTJ, «Hasta ahora, el informe final de la CVR es el único que atrae la atención hacia la señalización de las minorías sexuales como un tema diferente. La Comisión determinó que el grupo de militantes MRTA empleó la violencia homofóbica como estrategia de terror y declaró que esta era un crimen de guerra. Esta intervención se convirtió en un hito en la historia de los informes finales. No obstante, es igualmente significativo que incluso en el informe de la comisión de Perú, el tema solo haya recibido una atención marginal; o sea, dos páginas de un informe de 12 volúmenes» (ICTJ, 2006, p. 51).

Violencia sexual en los informes de las comisiones de la verdad

Comisiones de la verdad que tratan de la violencia sexual	Capítulo sobre violencia sexual en el informe final	Perspectiva de género e interseccionalidad	Víctimas consideradas	Recomendaciones relacionadas a la violencia contra la mujer
Brasil – Comisión Nacional de la Verdad (CNV)	Capítulo 10 «Violencia sexual, violencia de género y violencia contra niños y adolescentes»	Incorpora perspectiva de género, pero no de interseccionalidad	Mujeres y hombre. También incluye capítulo específico dedicado a la represión de minorías sexuales.	No hay
Chile – <i>Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura</i> (Comissão Valech)	«Violencia sexual contra las mujeres»	No incorpora perspectiva de género, tampoco de interseccionalidad	Apenas mujeres que fueron presas/torturadas a causa de la militancia política	No hay
Guatemala – <i>Comisión para El Esclarecimiento Histórico</i> (CEH)	«Violencia sexual contra las mujeres»	Incorpora perspectiva de género y de interseccionalidad	Mujeres y niñas. Especial consideración a las mujeres indígenas y de comunidades rurales.	La CEH recomendó la inclusión de mujeres en el órgano responsable de la reparación y la prioridades de las viudas entre los/las beneficiarios/as
Perú – <i>Comisión de la Verdad y Reconciliación</i> (CVR)	Capítulo 1.5 «La violencia sexual contra la mujer» y Capítulo 2.1 «Violencia y Desigualdad de Género»	Incorpora perspectiva de género y de interseccionalidad	Mujeres y niñas. Especial consideración a las mujeres indígenas y de comunidades rurales.	La CVR recomendó, en el campo de las mejoras de las condiciones de la población penal, especial atención a la salud de las mujeres

3. Perspectiva de género, recolección de testimonios y trato de las informaciones

Incorporación de la perspectiva de género y metodología de coleta de testimonios

Teniendo en cuenta los principios internacionales que recomiendan la transversalización de la perspectiva de género y las reglas y los procedimientos específicos que direccionan la metodología de recolección del testimonio de las víctimas de crímenes sexuales, este tópico analiza el enfoque de género adoptado y la escucha de las mujeres por las comisiones de la verdad.

En el caso de Guatemala, uno de los problemas presentados por lo propio informe de la CEH es el que, por un lado, el 48% de las mujeres dieron sus testimonios en la condición de víctimas directas del conflicto. Sin embargo, por otro lado, «la mayoría enfoca sus testimonios no como víctimas de violaciones de sus derechos, sino como testigos de lo que les pasó a otros, porque vivir en función de otras personas forma parte de su realidad» (CEH, 1999, par. 2377). También en el informe «Guatemala Nunca Más», la mitad de los testimonios recogidos fueron dados por mujeres, pero se enfocaron en la violencia y en el impacto del conflicto sobre las condiciones familiares o comunitarias. Es decir, se percibe también una dificultad de que las mujeres pongan sus experiencias personales en primer plano, lo que, segundo investigación coordinada por el CAFCA,

pudo deberse a la vergüenza de relatar situaciones de violencia y violaciones sexuales que vivieron, por el estigma y señalamiento que se teme al respecto, pero también a que el proyecto no se definió con una perspectiva de género que permitiera visibilizar y profundizar sobre la situación específica de las mujeres en este contexto (ODHAG, 2014, pp. 6-7)

De acuerdo con la publicación, la incorporación de una perspectiva de género implica reconocer que las violaciones contra las mujeres fueron practicadas «sobre la base de situaciones previas de desigualdad, discriminación e inequidad étnica, social y de género» (ODHAG, 2014, pp. 6-7). Eso permite no solo ampliar la gama de violaciones consideradas, como también hace más complejo el entendimiento de las violencias sufridas por las mujeres, al percibir, por ejemplo, la situación de mayor vulnerabilidad en el que ellas se encuentran cuando pierden sus compañeros y tienen que asumir nuevos roles sociales.

En Perú y en Brasil, como visto, el enfoque de género fue implementado a partir de la creación de una unidad especial dentro de las comisiones, incumbida de investigar las violaciones contra las mujeres y la relación

entre género y violencia. Segundo el estudio del ICJT, la opción por una lima de investigación específica sobre género presenta riesgos:

un enfoque que trate solamente los temas de género como un área de enfoque específico podría terminar encasillando el género y canalizando todas las energías en las audiencias o los capítulos de género del informe, y aislando el resto del trabajo de la comisión de cualquier responsabilidad con respecto a un enfoque integral consciente del tema de género (ICTJ, 2006, p. 6)

En el caso brasileño, ese riesgo parece haberse consumado. A pesar del GT Dictadura y Género haber pretendido una incorporación transversal del género al informe del CNV, se observa que el debate sobre género se restringió a las audiencias y las escuchas realizadas por el GT y al capítulo específico dedicado al tema.

En el ámbito de la CVR, en Perú, el trabajo de la línea de investigación sobre género produjo resultados más efectivos, pero también enfrentó dificultades en integrar el enfoque de género. Como observó Guillerot, «la incorporación de una perspectiva de género en el trabajo de la CVR se reflejó en la metodología de investigación, en la estrategia de comunicación y en la metodología de recogida de testimonios» (Guillerot, 2010, p. 167). Sin embargo, el enfoque de género no se transmitió al funcionamiento diario de las otras unidades de la CVR. Fueron realizadas algunas audiencias públicas temáticas sobre género, con el apoyo de la unidad y en diálogo con grupos de defensa de los derechos de las mujeres. Sin embargo, más allá de esas audiencias, en el cotidiano de los trabajos de la CVR, la unidad de género era la única en investigar y dedicarse al tema (ICTJ, 2006, p. 5).

En particular, Guillerot nota que no se consiguió incorporar una perspectiva de género al trabajo de los equipos responsables de elaborar las recomendaciones de la CVR, especialmente en el tema de reparaciones. En las recomendaciones relacionadas al programa de reparaciones (PIR), el único efecto sentido del trabajo del equipo de género fue la inclusión de la violación en la lista de crímenes que deberían ser reparados. Aunque esa previsión ya represente un avance, otras formas de violencia sexual quedaron fuera, lo que limita las posibilidades de reparación a las mujeres (Guillerot, 2010, p. 167).

A pesar de ello y con esa observación, la Línea de Género fue capaz de transversalizar la perspectiva de género en el informe de la CVR. Tras elaborados los textos por los otros sectores, la unidad de género fue la responsable en revisar los contenidos con el objetivo de inserir la reflexión sobre género en los diversos temas tratados por el informe. Así reconoce el estudio del ICTJ:

además de lograr una atención enfocada, el tema de género se concatenó con cada uno de los volúmenes del informe como un tema general. El género es un tema que circula en las discusiones sobre historia política, audiencias institucionales, violaciones de derechos humanos individuales y patrones de violación de derechos humanos, así como en recomendaciones que se plantean sobre reparaciones y reformas. Todo esto es adicional a los dos capítulos que se enfocan específicamente en los temas de género y violencia sexual. (ICTJ, 2006, p. 6).

En el campo del trabajo de recolección de los testimonios, la CVR adoptó una estrategia de comunicación dirigida a las mujeres para incentivarlas a que comparecieran para presentar sus relatos y narrar sus experiencias (Guillerot, 2010, p. 163). De acuerdo a Julissa Mantilla, en la entrevista a ese estudio, la CVR ya poseía manuales y protocolos para la tomada de testimonios, antes de se constituida internamente la Línea de Género. Lo que esa unidad hizo fue revisar las orientaciones y capacitar el personal responsable para tratar de los casos de violencia sexual. También fue creada una estrategia específica para atender mujeres con necesidades propias, por motivos sociales, culturales o étnicos, teniendo en mente un enfoque interseccional.

Julissa relató que la capacitación buscaba preparar los/las operadores/as a tratar a las mujeres de modo que no se les obligara a hablar, dadas las dificultades de contar su relato, pero tampoco negarles la oportunidad de ofrecer sus testimonios. Una de las técnicas, según Julissa, consistió en evitar aproximaciones bruscas o excesivamente directas que pudieran agredir a la persona. Se incentivó la creación de un clima de confianza, iniciando la entrevista con explicaciones sobre el trabajo de la comisión y de las violaciones consideradas, incluyendo la violencia sexual, todas tratadas con la misma importancia. Esa aproximación permitía que las mujeres reconocieran las violaciones sufridas a partir de la caracterización presentada y que se sintieran seguras y cómodas para contar lo que vivieron.

De acuerdo con Amelinha Teles, en entrevista concedida, ese cuidado faltó al GT Dictadura y Género de la CNV, en Brasil, una vez que la aproximación del equipo se iniciaba con la presentación de un formulario para relleno por las víctimas, lo que era insensible a la situación de las mujeres y sus relatos de dolor. En sus palabras:

en relación a la Mujer, Verdad y Género, francamente yo no vi ese trabajo acontecer, porque empezaron con aquel formulario, que era ridículo. Llegar en la mujer y preguntarle si ella fue violada, si fue en el ano, si fueron dos veces; ¿qué es aquello, gente? Ellos cogen un formulario de la ONU, que no sé ni por qué lo hizo, uno no

habla con la mujer. Quien hace esa comisión no se dio cuenta del contexto histórico y político de nuestra sociedad. Primero uno tiene que escuchar mucho para después proponer un formulario, si es el caso. Llegar para las mujeres y preguntarles aquello fue ridículo. Yo nunca respondería aquello.

Para Amelinha Teles, esa metodología impidió que las mujeres fuesen escuchadas y presentasen sus testimonios. En su doble condición de víctima y de militante feminista, Amelinha comprende que la CNV tenía que haber abierto un espacio para que las víctimas hablaran, es decir, hacer la escucha y oír a las mujeres, en primer lugar, para entonces formalizar un documento que catalogase las violaciones. La propia Amelinha, aunque citada diversas veces por el capítulo de la CNV sobre violencia sexual, no fue oída por el GT Dictadura y Género.

Los formularios utilizados por el GT Dictadura y Género fueron consultados para la presente investigación, por medio de pedido de acceso hecho al Archivo Nacional, en Rio de Janeiro. Se identifican tres formularios distintos utilizados por el GT Dictadura y Género: Formulario nº 1 – Ficha de Testimonio; Formulario nº 2 – Ficha Violencia Sexual; y Formulario nº 3 – Ficha Probable Violador. La primera ficha visa registrar los datos del testimonio, las violaciones indicadas, informaciones sobre las víctimas y locales de las violaciones, además de constar eventuales documentos presentados. La segunda ficha es específica para casos de violencia sexual y contiene campos relacionados a los tipos de violencia sexual sufridos, al lugar donde ocurrieron y a datos sobre el violador. Por fin, la última ficha tiene el objetivo de profundizar las informaciones sobre el posible responsable por las violaciones.

Las fichas parecen haber sido concebidas como un instrumento de apoyo a la recolección de los testimonios, es decir, como mecanismo para consolidar las informaciones extraídas de los relatos.²¹⁴ Una de las críticas hechas al trabajo, sin embargo, como relató Amelinha, es que los formularios eran presentados para relleno por las víctimas sin el cuidado de prepararse, antes, un espacio para la escucha. En refuerzo a esa percepción, hay fichas que informan que no hubo testimonio prestado y que la propia víctima rellenó y envió electrónicamente el formulario. En uno de ellos, por ejemplo, consta que «No hubo testimonio, este formulario fue rellenado a partir de correo electrónico enviado por la propia testimonia»²¹⁵. Ese

214. Eso porque, por ejemplo, en el campo sobre la descripción de los hechos consta: «52. Breve descripción de los hechos, *a partir del testimonio*».

215. Archivo Nacional, CNV, 00092_000233_2015_15. Hay también formularios rellenos con base en otras fuentes, que no testimonios prestados a la Comisión. Por ejemplo, con base en un documentario en el cual consta el testimonio de una familiar de víctima.

enfoque puede haber sido perjudicial al trabajo, no solo por el desestímulo a las víctimas, sino también por priorizar una catalogación de datos sobre las violaciones, en detrimento de los relatos y narrativas.

Las fichas contienen testimonios directos e indirectos. Es decir, por veces es la propia víctima quien testimonia, otras veces, una tercera persona testimonia en nombre de la víctima. Hay testimonios de hombres y mujeres sobre las víctimas también hombres y mujeres. Una gran parte de los testimonios no se relaciona a casos de violencia sexual o de violencia de género, lo que demuestra que no hubo ese recorte temático por parte del equipo. El riesgo, en ese caso, es que una vez más las especificidades de esas violaciones queden diluidas o invisibilizadas en el trabajo del propio GT Dictadura y Género.

Por su vez, como visto, la Comisión Valech, en Chile, no creó una unidad especial para la temática de género, tampoco incluía preguntas específicas sobre violencia sexual en las entrevistas con las víctimas. El trabajo de la Comisión es criticado por la falta de sensibilidad de los/las funcionarios/as responsables de la realización de las entrevistas y por la falta de preparo para la compilación de los datos. De acuerdo con Barbuto y Fries, «la Comisión Valech no entrena a su personal para la recepción adecuada de los testimonios de las mujeres, ni realiza una difusión especial que permita que las mismas mujeres identifiquen la violencia sexual como tortura» (Barbuto; Fries. 2008, p. 83).

Reforzando la crítica, en la entrevista concedida, la abogada Daniella Quintanilla, de la Corporación Humanas, comentó sobre la ausencia de una perspectiva de género en los trabajos de la Comisión Valech y de un protocolo para la recolección de los testimonios:

no hubo una perspectiva de género, no hubo un proceso de reflexión previo antes de comenzar a tomar los relatos. (...) no hubo una preparación ni para la tomada de testimonio, ni para como recoger a estos testimonios, ni siquiera en el texto. O sea, no hubo ninguna facilitación para la incorporación de una perspectiva de género sino mas bien una respuesta frente a una realidad que no se pudo seguir ocultando. Pero cuando se hacen estas solicitudes de Corporación Humanas o de otras organizaciones de mujeres sobrevivientes, la Comisión no tenía ningún protocolo de toma de testimonios de mujeres ni tampoco una forma de entender desde la Comisión la violencia sexual dentro del relato integral.

Para más allá de la falta de entrenamiento o capacitación del personal y de la inexistencia de una estrategia de comunicación que buscase concientizar a las mujeres e incentivarlas a relatar, la Comisión también falló en garantizar un espacio y ambiente adecuados al recibimiento de

los testimonios. En ese sentido relató Beatriz, que es ex presa política y prestó testimonio a la Comisión:

no solo no estaban preparados los que tomaban los testimonios, sino tampoco se daban las condiciones. Es decir se tú hablas de algo tan íntimo tan complejo, tan traumático para algunas personas, tu no lo puede hacer en una sala donde hay 100 mesas, 8 personas declarando, y tu escuchas lo que estan declarando. O sea, es absolutamente imposible. Yo siento que eso fue desde mi perspectiva muy maltratador y conluzido sin ningún tipo de sensibilidad, ni protección hacia la victima. Esta ha sido al final, la historia que también hemos enfrentado en el aparato judicial donde también tuvimos que entregar nuestro testimonio y de repente estábamos entregando nuestro testimonio en una mesa, y en la mesa atras había un torturador entregando su propio testimonio. O sea yo siento que hay una indolencia y una absoluta insensibilidad hacia la víctima.

Como visto, tanto la jurisprudencia como protocolos nacionales e internacionales determinan que se ofrezca, para la escucha de los testimonios de víctimas de violencia sexual, un ambiente cómodo, seguro, con garantía de privacidad y apoyo psicológico. La falta de respeto a esas condiciones no solo hace retraer los relatos de las víctimas, perjudicando la calidad de las informaciones compartidas, como expone a las mujeres a un ciclo de re-traumatización por la falta de acogida y escucha sensible.

Para Beatriz, es altamente probable que no haya habido ni siquiera un registro exhaustivo de los testimonios por la Comisión Valech. Ella cree que lo que existió fue un «check-list» en el cual se constó lo que ocurrió o no, acompañado de algunas notas. Ante la reluctancia de la Comisión en dar acceso a los testimonios para las propias víctimas, Beatriz sospecha que no haya un relato específico de cada una, lo que perjudica la posibilidad de trabajos que busquen reconstruir la memoria histórica del período y de esas violaciones.

Acceso y trato de las informaciones

Un último aspecto que cabe observar con relación a archivos sobre crímenes sexuales se refiere al acceso y trato de las informaciones. Por un lado, es cierto que el derecho a la verdad comprende el derecho de acceso a la información. Por otro lado, los registros sobre violencia sexual, cuyo núcleo duro son los propios testimonios de las víctimas, contienen informaciones y datos considerados sensibles y que inspiran cuidados para su manejo.

Entre los informe analizados, la CNV, en Brasil, es la única comisión que revela los nombres de las víctimas que prestaron testimonio y que dieron su consentimiento. Entre las fichas de testimonio usadas por el GT Dictadura

y Género, se encuentra el documento denominado «Declaración sobre el Relato» (DR), que fue firmado por las personas que dieron testimonio, por el cual: i) están de acuerdo con las disposiciones del documento «Deberes y Derechos de los Deponentes»; ii) declaran que las informaciones dadas son fidedignas; y iii) autorizan la utilización de los relatos «para todas las finalidades relativas al cumplimiento del mandato de la CNV». Además, los testigos deben informar expresamente si autorizan la utilización de imágenes recogidas en los testimonios y si requieren que sus nombres sean mantenidos en sigilo.²¹⁶ El documento indica, por tanto, que las testimonias fueron informadas sobre las condiciones de divulgación de los relatos y consintieron con ellas.

Por su vez, las comisiones en Perú, Guatemala y Chile optaron por resguardar la identidad de los testigos en sus informes finales. La garantía de anonimato y de confidencialidad tiene el objetivo de proteger a las víctimas, sea para resguardar la intimidad y privacidad, sea a causa de la situación de vulnerabilidad en la que se encuentran, incluyendo posibles amenazas o riesgos de represalia. Esos cuidados son particularmente accionados para los casos de violencia sexual, en los que es común que las víctimas sean objeto de estigmas, descalificaciones o reacciones de sus agresores que afectan su integridad física y psicológica.

Es razonable suponer que esos factores de riesgo disminuyen a medida en que se aleja de los hechos. Con el pasar del tiempo, es probable que los efectos negativos sufridos por las víctimas se vuelvan menores, tanto por cambios externos como de foro íntimo. En ese sentido, la temporalidad de las comisiones de la verdad puede ser una clave explicativa para comprender determinados abordajes u opciones narrativas, como la nombramiento de los testimonios. El hecho de que la CNV, en Brasil, haya sido creada casi 30 años después de la transición política puede haber facilitado la indicación de los nombres de las personas que testimoniaron. Cuando las comisiones son instaladas todavía en el contexto de las tensiones políticas y sociales dejadas por los conflictos y dictaduras, es natural que haya una mayor precaución con la identificación de las víctimas. Se trata, por tanto, de una situación que debe ser verificada caso a caso y requiere un análisis del contexto. Hay casos en los que el anonimato es necesario para la seguridad,

216. «Sigilo. Art. 5º - Las actividades desarrolladas por la Comisión Nacional de la Verdad serán públicas excepto en los casos en que, a su criterio, la manutención del sigilo sea relevante para el alcance de sus objetivos o para resguardar la intimidad, la vida privada, la honra o la imagen de personas.

De acuerdo con el inciso l del artículo 4º de la Ley nº 12.528, de 18 de noviembre de 2011, la Comisión podrá «recibir testimonios, informaciones, datos y documentos que le sean enviados voluntariamente, asegurada la no identificación del detentor o deponente, cuando solicitada».

y hay casos en los que nombrar a las víctimas puede ser una forma de protección (Diniz, 2015). Atribuir el nombre también puede valer como reconocimiento de las personas que son protagonistas de las historias.

Algunos informes y principios internacionales pueden ayudar a establecer balizas sobre restricciones de acceso y el trato de informaciones personales y sensibles. En su estudio sobre archivos relacionados a derechos humanos en América Latina, Shana Santos analiza principios y obligaciones internacionales sobre el trato de los archivos, incluso sobre restricciones legítimas al acceso a la información. El estudio indica que los Principios desarrollados por Louis Joinet²¹⁷ y Diane Orentlicher²¹⁸, en el ámbito de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, admiten la posibilidad de anonimato en las hipótesis de «informaciones suministradas por víctimas y testimonios a comisiones de investigación bajo la expectativa de confidencialidad» (Santos, 2016, p. 87). En esos casos, las comisiones responsables deben informar los/las deponentes sobre las normas que regulan los relatos y comprometerse a no identificarlos/las. Por su vez, el Informe producido por Antonio Gonzalez Quintana para la UNESCO y el Consejo Internacional de Archivos también recomienda una preocupación en preservar la privacidad de personas mencionadas en los archivos para evitar riesgos de exposición indebida.²¹⁹ Ya en el ámbito de las normativas nacionales, Shana Santos mapea que, de modo general, los países miembros de la RLAJT poseen normas protectoras de datos personales y derechos de terceros, con el objetivo de resguardar la intimidad, honra e imagen (Santos, 2016).

En el caso de archivos sobre crímenes sexuales, el acceso a la información involucra hacer públicos los testimonios dados por las mujeres. En muchos países, el acceso público a los testimonios es vedado o restringido con el objetivo de resguardar a las víctimas.²²⁰ Por otro lado, el acceso a los testimonios es una medida importante para permitir un análisis exhaustivo de su contenido, incluso para subsidiar la construcción de historias inclusivas, que lleven en cuenta las experiencias de las víctimas y,

217. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos)*, preparado por el Sr. L. Joinet.

218. *Conjunto de principios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad*, Informe de Diane Orentlicher. (2005)

219. Quintana, Antonio Gonzalez. Actualización y ampliación del Informe elaborado para Unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos. UNESCO, ICA, 2009.

220. En el seminario de la RLAJT, en noviembre de 2016, María Celina Flores, representante del Memoria Abierta, informó que los testimonios prestados a la CONADEP no son públicos, menos aún aquellos que contienen informaciones sobre violación. Segundo Celina Flores, se trata de decisión tomada por el órgano que realiza la gestión del acervo.

especialmente, de las mujeres. Por otro lado, la existencia de informaciones consideradas sensibles impone una responsabilidad ética con aquellos/as que trabajan la documentación, como investigadores/as o como ciudadanas/os. En el caso de archivos sobre crímenes sexuales, en particular, los cuidados éticos para el trato de las informaciones deben guardar la preocupación de impedir lecturas que estigmaticen o que reproduzcan estereotipos que agreden a las mujeres referidas, explícitamente o no, en los documentos.

En Chile, la cuestión de acceso al acervo de la Comisión Valech posee contornos específicos, teniendo en vista la imposición de sigilo e/o reserva por el plazo de 50 años, por la ley 1.992/2004. En los términos del artículo 15 de la Ley, el sigilo se aplica a los documentos, testimonios y antecedentes entregues por las víctimas a la Comisión.²²¹ Como informado por el OJT, en respuesta al cuestionario, aunque la ley no mencione de forma explícita, uno de los motivos añadidos para la previsión de sigilo «es el supuesto deseo de proteger a las y los sobrevivientes de ver sus testimonios expuestos al público». Sin embargo, como relató Beatriz Betaszew en la entrevista, esa no fue una demanda de las víctimas. En el mismo sentido, de acuerdo con el OJT, las personas que fueron oídas por la Comisión Valech relataron que no fueron informadas sobre el estatus confidencial de sus testimonios. Beatriz narró, incluso, que las víctimas intentaron obtener copias de sus testimonios, pero, en un primer momento, solo recibieron copias de los documentos que ellas mismas habían entregado a la Comisión. Organizaciones de derechos humanos, como el espacio de memoria «Londres 38», articularon campañas contra la ley del sigilo, buscando acceso público o judicial al acervo de la Comisión Valech. Como informó el OJT, consiguieron permiso a un acceso parcial de los archivos, por la vía judicial, cuando la persona afectada solicitar copias de las informaciones que la Comisión tenga sobre ella o autorizar el tribunal a hacerlo. En esas hipótesis, la persona afectada puede utilizar las informaciones libremente, mientras que el tribunal queda autorizado a usarlas solamente para sus investigaciones.

Siguen los intentos de revocar la ley que impone el sigilo. La más reciente iniciativa legislativa fue propuesta por diputados de izquierda, en septiembre de 2016, pero no fue aprobada. Hay también un proyecto

221. El artículo 15 de la Ley prevé: «Son secretos los documentos, testimonios y antecedentes aportados por las víctimas ante la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, creada por decreto supremo N° 1.040, de 2003, del Ministerio del Interior, en el desarrollo de su cometido. En todo caso, este secreto no se extiende al informe elaborado por la Comisión sobre la base de dichos antecedentes.

El secreto establecido en el inciso anterior se mantendrá durante el plazo de 50 años, período en que los antecedentes sobre los que recae quedarán bajo la custodia del Ministerio del Interior».

de «Desclasificación Popular», apoyado por diversas organizaciones y protagonizado por personas que dieron testimonios a la Comisión Valech y reivindican el derecho de accederlos.²²²

4. Conclusiones: archivos

A partir del enfoque en los trabajos de comisiones de la verdad para el análisis de archivos sobre crímenes sexuales, el estudio indicó que, entre los países miembros de la RLAJT, apenas Guatemala, Perú, Chile y Brasil contaron con comisiones de la verdad que trataron específicamente de violencia sexual. Aun así, ningún mandato de esas comisiones incluía de forma explícita la investigación de actos de violencia sexual entre las violaciones a derechos humanos consideradas. No preveían, tampoco, la incorporación de una perspectiva de género a los trabajos. En los casos de la CVR, en Perú, e de la CNV, en Brasil, fueron creadas unidades específicas para cuidar de la temática de género, cuando las comisiones ya estaban en funcionamiento. Pero la neutralidad de los mandatos representó la imposición de límites a la estructura y al presupuesto destinado al trabajo de investigación sobre violencia sexual o, de forma más amplia, sobre violencia de género.

En líneas generales, por tanto, se percibe que la violencia sexual recibe un tratamiento deficitario por parte de una de las iniciativas centrales de la justicia transicional en América Latina, que son las comisiones de la verdad. El tema no es priorizado en el diseño institucional de las comisiones y pocas veces se hace objeto de atención específica y recibe destaque en los informes finales. Es aún más problemática la falta de una perspectiva de género y de interseccionalidad en los trabajos de las comisiones, en especial en la colecta de testimonios. La CVR, en Perú, fue la que obtuvo mayor avance en el agendamiento del género, incluso de forma transversal en el informe final, aunque no se haya reflejado en la actuación cotidiana de los demás brazos de la comisión.

El trato de la violencia sexual por las comisiones de verdad revela algunos riesgos y potencialidades en ese marco de formación del archivo. Por un lado, hay el riesgo de considerar la violencia sexual de forma individualizante, despreciando sus aspectos estructurales. Existe también un riesgo de doble supresión: primero, de restringir las experiencias de las mujeres a la violencia sexual, desconsiderando la complejidad de las violaciones sufridas; y segundo, de excluir la experiencia de sumisión

222. Respecto al proyecto, consultar el sitio web: <http://desclasificacionpopular.cl/web/>

a la violencia sexual por determinados grupos de mujeres, que siguen marginados de las políticas de la justicia transicional.

Por otro lado, entre las potencialidades, se destaca la contribución de los procesos de verdad para resignificar la práctica de la violencia sexual, no más como un efecto colateral o de orden privada, sino como estrategia de la represión o arma de guerra. De forma más amplia, es posible que las investigaciones sobre violencia sexual fortalezcan la integración del género al campo de la justicia transicional, sea en el análisis de las violaciones, sea en las respuestas estatales, particularmente en los programas de reparación. Los trabajos de las comisiones también pueden dar un paso hacia una apertura para las narrativas de las víctimas y para la construcción de historias inclusivas que contemplen los usos de la violencia sexual, el sufrimiento y la resistencia de los sujetos y grupos afectados.

Por fin, en el ámbito del trato de las informaciones, contenidas, por excelencia, en los testimonios de las víctimas, se percibió que no hay una regla única sobre como los relatos deben ser incorporados en los informes y disponibles para el acceso público. En algunos casos, el anonimato y la confidencialidad pueden constituir una garantía de seguridad y de protección a la intimidad y privacidad. En otros casos, el nombramiento de las víctimas puede ser la mejor forma de protegerlas y de (re)conocimiento de sus historias. Sin embargo, una orientación precisa que debe ser respetada por las comisiones es la de aclarar y de consultar a las víctimas sobre los usos de los testimonios. Y a aquellos/as que manejan los archivos, cabe la responsabilidad ética reforzada de no estigmatizar a las personas mencionadas.

El tema, sin embargo, trae cuestiones de gran complejidad, que no fueron, en absoluto, agotadas en este estudio. La pretensión del estudio fue, antes, proponer una sistematización inicial que pueda abrir nuevas frentes y desdoblamientos de investigación y de acción política en los países de América Latina.

[Volver al Índice]

Fuentes

Informes

Organização das Nações Unidas

Guillerot, Julie. *Reparaciones con Perspectiva de Género*. Consultoría para la Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. OACNUDH, 2007.

Méndez, Juan. *Report of the Special Rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment*. 5 January 2016, UN Doc. A/HRC/31/57. 2016.

ONU. Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. *Informe sobre la situación de los derechos humanos en Colombia*, año 2009. A/HRC/13/72, 4 de marzo de 2010.

ONU. Asamblea General. *Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y violaciones graves del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones*, Resolución A/C. 3/60/L.24 de 24 de octubre de 2005.

ONU. Comissão de Direitos Humanos. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos)*, preparado por el Sr. L. Joinet de conformidad con la resolución 1996/119 de la Subcomisión. E/CN.4/Sub.2/1997/20, 26 de junio de 1997.

ONU. Comissão de Direitos Humanos. *Conjunto de principios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad*, Informe de Diane Orentlicher, E/CN.4/2005/102/Add.1, 8 de febrero de 2005.

ONU. Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. *Protocolo de Estambul – Manual para la investigación y documentación eficaces de la tortura y otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes*. Nueva York y Ginebra, 2004.

Sistema Interamericano de Derechos Humanos

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. *Acceso a la justicia para las mujeres víctimas de violencia en las Américas*. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 68, 20 enero 2007.

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. *Acceso a la justicia para mujeres víctimas de violencia sexual en Mesoamérica*. OEA/Ser.L/V/II., Doc. 63, 9 diciembre 2011.

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. *Las mujeres frente a la violencia y la discriminación derivadas del conflicto armado en Colombia*. OEA/Ser.L/V/II., Doc. 67, 18 octubre 2006.

Corte Penal Internacional

TPI. *Situación en Colombia*. Reporte Intermedio. Noviembre 2012.

Argentina

Ministerio Público Fiscal. *Pautas para la actuación de los y las fiscales en la investigación de crímenes de lesa humanidad*. Informe de la Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad. Procuración General de la Nación – República Argentina, abril, 2016. (MPF, 2016)

Brasil

Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. – Brasília: CNV, 2014. (CNV, 2014).

Rio de Janeiro (Estado). Comissão da Verdade do Rio. *Relatório / Comissão da Verdade do Rio*. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. (CEV-RJ, 2015)

SÃO PAULO (Estado). Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva. *Relatório*. São Paulo, 2015. (CEVSP-RP, 2015)

Chile

Comisión Nacional sobre prisión política y tortura (Comisión Valech). *Informe Comisión Nacional sobre prisión política y tortura*. 2004. (Chile, Valech, 2004).

Guatemala

Comisión para el Esclarecimiento Histórico (CEH), *Guatemala: Memoria del Silencio*. 1999. (CEH, 1999).

Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala (ODHAG), *Informe del Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica (REMHI)*, Guatemala: Nunca Más. 1998. (ODHAG, 1998).

México

COMVERDAD – COMISIÓN DE LA VERDAD DEL ESTADO DE GUERRERO. *Informe final de actividades*. Chilpancingo de los Bravo, 15 oct. 2014. Disponible en: <http://www.almomento.mx/images/InformeFinalCOMVERDAD.pdf> (México, COMVERDAD, 2014).

Perú

Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR). *Informe Final de la Comisión de la Verdad y Reconciliación*. Vol. I. 2003. (CVR, 2003)

CVR. Secretaría Ejecutiva. *Informe Especializado del Caso Manta y Vilca*; Lima, agosto 2003. (CVR, 2003b)

Outros

Centro Internacional para la Justicia Transicional (ICTJ). *Comisiones de la verdad y género: principios, políticas y procedimientos/ Centro Internacional para la Justicia Transicional – ICTJ*. – Bogotá: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2006.

Quintana, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009.

Jurisprudencia

Tribunales Penales Internacionales

TPIR. Caso No ICTR-96-4-T. *Fiscal vs. Jean Paul Akayesu*. Sentença de 2 de setembro de 1998.

TPIY. Case No. IT- 94-1-T. *Fiscal vs. Tadic*. Sentença de 14 de dezembro de 1995.

TPIY. Caso N° IT-95-17/1-T. *Fiscal vs. Anto Furundzija*. Sentença de 10 de dezembro de 1998.

TPIY. Caso N° IT-96-23-T e IT-96-23/1-T. *Fiscal vs. Dragoljub Kunarac, Radomir Kovac e Zoran Vukovic – Foca*. Sentença de 22 de fevereiro de 2001.

TPIY. Caso n° IT-96-21-T. *Fiscal vs. Zejnil Delalic, Zdravko Mucic alias “Pavo”, Hazim Delic, Esad Landzo alias “Zenga” (Celebici)*. Sentença de 16 de novembro de 1998.

Sistema Interamericano de Derechos Humanos

CIDH. *Maria da Penha vs. Brasil*. Informe N° 54/01. Caso 12.051. <http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm>

CIDH. *Alba Lucía Rodríguez Cardona vs. Colombia*. Informe N° 59 de 2014. Caso 12.376. <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COSA12376-ES.pdf>

CIDH. *XY Familiares vs. Colombia*. Informe N° 82 de 2008. Petición 477-05. <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2008sp/Colombia477-05.sp.htm>

CIDH. *Caso Álvaro Enrique Rodríguez Buitrago y otros vs. Colombia*. Informe N° 34 de 2015. Petición 191 – 07 y otras. <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2015/COAD191-07ES.pdf>

CIDH. *Caso Jineth Bedoya Lima vs. Colombia*. Informe No. 50 de 2014. Petición 779-11. <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COAD779-11ES.pdf>

CIDH. *Caso de Masacre de Albania vs. Colombia*. Informe N° 36 de 2014. Petición 913-06. <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/COAD913-06ES.pdf>

CIDH. *Raquel Martín de Mejía vs. Peru*. Informe n° 5/1996. Caso 10.970. 1996. <http://www.cidh.org/women/cap.III.peru10.970.htm>

CIDH. *María Mamérta Mestanza Chávez vs. Peru*. Informe N° 71/03. Petición 12.191. <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2003sp/Peru.12191.htm>

CIDH. *M.M. vs. Peru*. Informe No. 69/ 14. Caso 12.041. <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/PESA12041ES.pdf>

CIDH. *Georgina Gamboa García y Familiares vs. Peru*. Informe No. 61/14. Petición 1235-07. <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2014/PEAD1235-07ES.pdf>

CIDH. *Ana, Beatriz y Celia González Pérez vs. México*. Informe nº 53/2001. Caso No 11.565. <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000sp/capituloiii/fondo/mexico11.565.htm>

Corte IDH. *González y otras vs. México* (“*Campo Algodonero*”). 16 noviembre 2009. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_esp.pdf

Corte IDH. *Fernández Ortega vs. México*. 30 agosto 2010. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_215_esp.pdf

Corte IDH. *Rosendo Cantu vs México*. 31 agosto 2010. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_216_esp.pdf

Corte IDH. *Massacre de las Dos Erres vs. Guatemala*. 24 noviembre 2009. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_211_esp.pdf

Corte IDH. *Miguel Castro Castro vs. Peru*. 25 de noviembre de 2006. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_160_esp.pdf

Corte IDH. *Espinoza Gonzáles Vs. Perú*. 20 noviembre 2014. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_289_esp.pdf

Corte IDH. *J Vs. Perú vs. Perú*. 27 noviembre 2013. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_275_esp.pdf

Argentina

Causa 13/84, Juicio de las Juntas Militares. 1985.

Causa N° 2086 y su acumulada N° 22, Tribunal Oral Criminal Federal de Mar del Plata. Fecha de sentencia: 16/06/2010. (Causa Molina). Disponible en: <http://www.cels.org.ar/common/documentos/SentenciaMolina.pdf>

Causa 960/11, Tribunal Oral en lo Criminal Federal de Santiago del Estero. Fecha de sentencia: 05/03/2013. (Megacausa Aliendro). Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-12881-Difunden-fundamentos-del-fallo-que-conden-a-prisi-n-perpetua-a-Musa-Azar-por-delitos-de-lesa-humanidad.html>

Causa 21/10, Tribunal Oral en lo Criminal Federal de Santa Fe. Fecha de sentencia: 25/09/2013. (Causa Sambuelli). Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-12225-Difundieron-fundamentos-del-fallo-que-conden--a-siete-acusados-en-un-juicio-oral-por-cr-menes-de-lesa-humanidad-en-Santa-Fe.html>

Causa A- 81/12 y expedientes acumulados A-36/12, J-18/12 y 145/09, Tribunal Oral Criminal Federal de Tucumán. Fecha de sentencia: 13/12/2013 (Causa Arsenal Miguel de Azcuénaga). Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-13075-Lesa-humanidad--difunden-fallo-que-conden--a-37-acusados-en-un-juicio-oral-por-cr-menes-en-Tucum-n.html>

Causa 1838, Tribunal Oral en lo Criminal Federal N°4 de la Capital Federal. Fecha de sentencia. 26/03/2015 (Causa Vesubio II). Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-15381-Lesa-humanidad--difundieron-fallo-que-conden--a-prisi-n-perpetua-a-los-cuatro-acusados-en-un-juicio-por-delitos-en--El-Vesubio-.html>

Causa FSM 1861/2011/TO1 (RI n° 2829), del Tribunal Oral en lo Criminal en lo Federal N° 5 de San Martín. Fecha de sentencia: 18/09/2015. (Causa Mansión Seré). Disponible en: <http://www.cij.gov.ar/nota-18054-Lesa-humanidad--difundieron-fallo-que-conden--a-los-ocho-acusados-en-un-juicio-oral-por-delitos-en--Mansi-n-Ser---.html>

Causa La Rioja. Tribunal Oral en lo Criminal Federal. Abril 2016.

Causa FCB 93000136/2009/TO1 Principal en Tribunal Oral Federal n° 1 de Córdoba. Fecha de sentencia: 24/10/2016. (Causa La Perla).

Causa 14.216/03 del Juzgado Federal n° 3 de Capital Federal. Fecha de sentencia: 30 de diciembre de 2009

Brasil

Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153/DF. Autor: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Relator: Min. Eros Grau, Brasília, Distrito Federal, 29 abr. 2010. (ADPF 153).

Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.434.498/SP. Recorrente: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Recorridos: César Augusto Teles e outros. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Redator para o acórdão: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Brasília, Distrito Federal, 9 dez. 2014. («Caso Família Teles vs. Ustra»).

Justiça Federal de 1ª Instância da Seção Judiciária de São Paulo. Processo n. 1999.61.00.027857-6. Autora: Inês Etienne Romeu. Ré: União Federal.

Juiz: José Marcos Lunardelli. São Paulo, 14 nov. 2002. («Caso Inês Etienne»)

Colombia

Sala Segunda de Revisión de la Corte Constitucional. Auto 0092, de 2008. Bogotá, D.C., catorce (14) de abril de dos mil ocho (2008).

Guatemala

Tribunal B de Riesgo Mayor. Setencia C-01076-2012-00021 OF.2°. 26 fevereiro de 2016. (Caso Sepur Zarco, 2016).

Perú

Corte Suprema de Justicia de la Republica. Acordo Plenário nº 1-2011/CJ-116. VII Pleno Jurisdiccional de las Salas Penales Permanente y Transitoria. 6 de diciembre de 2011.

Legislación

CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1993, Viena. Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993.

_____. 1995. Pequim. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. (CEDAW)

_____. RECOMENDACIONES GENERALES adoptadas por el Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer.

_____. III Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra, ONU, 1949.

_____. Convenção de Genebra IV, ONU, 1950.

_____. Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais, ONU, 1977.

_____. Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. 1993.

_____. UNSC Resolution 1325. ONU, 2000.

_____. UNSC Resolution 1820. ONU, 2008.

_____. UNSC Resolution 1888. ONU, 2009.

_____. UNSC Resolution 1960. ONU, 2010.

_____. UNSC Resolution 2106. ONU, 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”. OEA, Belém do Pará, Brasil, 9 jun. 1994.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, 17 jul. 1998. Estatuto de Roma. 1998.

_____. Los Elementos de los Crímenes, U.N. Doc. PCNICC/2000/1/Add.2, 2000.

_____. Rules of Procedure and Evidence. Official Records of the Assembly of States Parties to the Rome Statute of the International Criminal Court, First session, New York, 3-10 September 2002 (ICC-ASP/1/3 and Corr.1), part II.A. 2013.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA A EX-IUGOSLÁVIA. Rules of Procedure and Evidence. IT/32/Rev. 44, 10 December 2009.

Argentina

Decreto Presidencial nº 187/1983.

Ley del Punto Final. Ley 23.492, 1986.

Ley de Obediencia Debida. Ley 23.521, 1987.

Ley no. 26.200 de 2007.

Código Penal. Ley 11.179, 16 de enero de 1985.

Resolución de la Procuración General de la Nación 557/2012, Unidad Fiscal de Coordinación y Seguimiento de las causas por violaciones a los derechos humanos cometidas durante el terrorismo de Estado, *Consideraciones sobre el juzgamiento de los abusos sexuales cometidos en el marco del terrorismo de estado*, Ciudad de Buenos Aires, 2012. Disponible en: <http://www.mpf.gov.ar/resoluciones/pgn/2012/PGN-0557-2012-002.pdf>. (PGN, 2012)

Brasil

Lei 9.140 de 1995.

Lei nº 12.015 de 2009.

Código Penal, Decreto-lei n.º 2.848 de 1940.

Lei nº 12.528/2011

Chile

Decreto Supremo nº 355/1990.

Ley 19.617 de 1999.

Decreto Supremo nº 1.040/2003 del Ministerio del Interior.

Ley no. 20.357 de 2009.

Código Penal. Fecha Publicación: 12-NOV-1874. Última Modificación: 22-NOV-2016 Ley 20968.

Colombia

Ley no. 1719 de 2014.

Código Penal Colombiano. Ley 599 de 2000.

Ley 360 de 1997.

Ley nº 975/2005.

Acto Legislativo nº 1 de 2012. Marco jurídico para la paz.

El Salvador

Acuerdo de Paz de Chapultepec, de 1992.

Ley Especial integral para una vida libre de violencia. D.L. Nº. 520, publicado en el D. O. Nº. 2, Tomo 390, de fecha 4 de enero de 2011.

Guatemala

Acuerdo sobre el establecimiento de la Comisión para el Esclarecimiento

Histórico de las violaciones a los derechos humanos y los hechos de violencia que han causado sufrimientos a la población. Acuerdo de Oslo. Noruega. 24 de junho de 1994.

Código Penal de Guatemala. Decreto No. 17-73.

Ley Contra El Femicidio Y Otras Formas De Violencia Contra La Mujer. Decreto 22-2008 Del Congreso De La República.

México

Código Penal Federal - Nuevo Código Publicado en el Diario Oficial de la Federación el 14 de agosto de 1931.

Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia. 2007.

Ley General de Víctimas de 9 de enero de 2013.

Perú

Código Penal peruano. Decreto Legislativo n° 635. Promulgado: 03-04-91. Publicado: 08-04-91.

Ley 30.364 de 2015 - Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar.

Decreto Supremo n° 065/2001.

Uruguay

Ley n° 15.848, Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado, de 1986.

Código Penal. Ley 9.155 del 04 de diciembre de 1933.

Resolución de la Presidencia de la República n° 858/2000.

Ley n° 17.815 de 2004. “Violencia sexual comercial o no comercial cometida contra niños, adolescentes o incapaces”.

Decreto n° 118/2015.

Mercosul

Sexta reunión Especializada de Ministerios Públicos del Mercosur, *Guía de actuación para los Ministerios Públicos en la investigación penal de casos de violencia sexual perpetrados en el marco de crímenes internacionales, en particular de crímenes de lesa humanidad*. Disponible en: <http://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/wp->

Otros

Argentina

Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos “Dr. Fernando Ulloa”. *Protocolo de Intervención para el Tratamiento de Víctimas-Testigos en el Marco de Procesos Judiciales*. Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación; Corte Suprema de Justicia de la Nación. Buenos Aires, septiembre de 2011. (Centro Ulloa, 2011)

Centro de Estudios Legales y Sociales. *Guía de Trabajo para la toma de testimonios a víctimas sobrevivientes de tortura*. CELS; Unión Europea, 2012.

Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM); Instituto de Género, Derecho y Desarrollo (INSGENAR). *Amicus Curiae. Causa No 4012 “Riveros, Santiago Omar y otros por privación ilegal de la libertad, tormentos, homicidio, etc.”*. Juzgado Federal en lo Criminal y Correccional no 2 de San Martín. 9 de febrero de 2010. (CLADEM y INSGENAR, 2010)

Chile

Observatorio de Justicia Transicional. Universidad Diego Portales, Santiago de Chile. *Boletín informativo No 33*, diciembre 2015, enero y febrero 2016.

Corporación Humanas. “*Minuta sobre violencia sexual como tortura. Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura*”.

Women’s Link Worldwide. *Amicus Curiae. Rol 99-2015 Del 34° Juzgado del Crimen de Santiago*, Ministro Instructor Don Mario Carroza Espinoza. Incorporación de la Perspectiva de Género y la Categoría de Crímenes

Internacionales a la Investigación del Caso de Ana María Campillo Bastidas. Madrid, noviembre de 2015. (Women's Link, 2015).

Colombia

ECCHR; Sisma; CAJAR. *Comunicacion a la CPI sobre la violencia sexual en Colombia* - Resumen Ejecutivo. 2015.

Guatemala

Mujeres Transformando el Mundo (MTM). Peritaje antropológico cultural de género. Dra. Rita Laura Segato. Guatemala, 18 de fevereiro de 2016. Disponible em: http://www.mujerestransformandoelmundo.org/sites/www.mujerestransformandoelmundo.org/files/descargas/ritasegatojuiciosepurzarco2016_-_parte_1.pdf e http://www.mujerestransformandoelmundo.org/sites/www.mujerestransformandoelmundo.org/files/descargas/peritaje_juiciosepurzarco2016_-_parte2.pdf (MTM, 2016)

México

Procuraduría General de la República. Protocolo de Investigación Ministerial, Pericial y Policial con Perspectiva de Género para la Violencia Sexual, disponible en: http://www.pgr.gob.mx/que-es-la-pgr/PGR_Normateca_Sustantiva/protocolo%20violencia%20sexual.pdf. (PGR, 2015).

Protocolo de Investigación de Delitos Sexuales en adultos, disponible en: http://www.secretariadoejecutivo.gob.mx/docs/pdfs/ConcertacionFASP2015/INFORMACION%20COMPLEMENTARIA/5%20PROTOCOLO_INVESTIGACION_DELITOS_ROBO_%20SEXUALES_%20EN_ADULTOS.pdf

Perú

Ministerio Público. Fiscalía de la Nación. Distrito Fiscal de Lima. Segunda Fiscalía Penal Supraprovincial. Resolución Fiscal n° 16. Investigación Preliminar N° 029-2001. Resolución sobre el Fondo del Asunto. Lima, 27 de julio de 2016. (Ministerio Público, Perú, 2016)

[Volver al Índice]

Referencias bibliográficas

Abramovich, Víctor. Responsabilidad estatal por violencia de género: comentarios sobre el caso “Campo Algodonero” en la Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Anuário*. N° 6, pp. 167-182, 2010. Disponible em www.anuariocdh.uchile.cl.

Alianza Rompiendo el Silencio y la Impunidad. *Nuestra Mirada esta en la Justicia*. Caso Sepur Zarco. Octubre, 2013.

Aoláin, Fionnula; O'Rourke, Catherine; Swaine, Aisling. Transforming Reparations for Conflict-Related Sexual Violence: principles and practice. *Harvard Human Rights Journal*, vol. 28, 2015. pp. 97-146.

Arns, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Um relato para a história. 20a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

Bailey, Claudia Paz y Paz. Guatemala: Género y reparaciones para las violaciones de derechos humanos. In: *Y qué fue de las mujeres? : género y reparaciones de violaciones de derechos humanos*. / Beth Goldblatt [et al]. Editora Ruth Rubio-Marín. Bogotá: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2010.

Balardini, Lorena; Orbelin, Ana; Sobredo, Laura. “Violencia de género y abusos sexuales en los centros clandestinos de detención: Un aporte a la comprensión de la experiencia argentina”. In: Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). *Hacer justicia: nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad en la Argentina*. - 1a ed. - Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. pp. 167-226.

Balardini, Lorena; Orbelin, Ana; Sobredo, Laura. “Violência de gênero e crimes sexuais em centros clandestinos de detenção”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.º 06, 2010, pp.118-147.

Barbutto, Valeria; Fries, Lorena. *Sin Tregua*: Políticas de reparación para mujeres víctimas de violencia sexual durante dictaduras y conflictos armados. Corporación Humanas: Santiago de Chile, 2008.

Bell, Christine; O'Rourke, Catherine. Does Feminism need a Theory of Transitional Justice? An Introductory Essay. *The International Journal of Transitional Justice*. Vol. 1, 2007, p. 23-44.

Burt, Jo-Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: processos judiciais pelas violações de direitos humanos na América Latina. In: *Justiça de transição: manual para a América Latina / coordenação de Félix Reátegui*. – Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. pp. 307-335.

Burt, Jo-Marie. Justicia transicional en el post-conflicto de Perú: avances y retrocesos en la rendición de cuentas por abusos del pasado. 2015. (Texto cedido pela autora, lido em manuscrito).

Calandra, Benedetta. Un tema ‘incómodo e indecente’: el debate alrededor de la violación sexual en el Chile postautoritario. *Stud. hist., H.a cont.*, 28, 2010, pp. 213-236.

Cánaves, V. Como la cigarra: notas sobre violencia sexual, jurisprudencia, y Derechos Humanos. *Revista Jurídica de la Universidad de Palermo*. v.12, n.1, p. 88-110, Oct. 2011.

Castilho, Ela Wiecko V. O Estatuto de Roma na Perspectiva de Gênero. Brasília, DF: Procuradoria Geral da República, 2005. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/mulher/estatuto_roma.pdf . Acesso em: 29 jul. 2016.

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). Juzgamiento de la violencia sexual durante la última dictadura cívico militar en Argentina. 2015. (Documento cedido para a pesquisa, lido em manuscrito).

Chiarotti, Susana. Jurisprudência internacional sobre violencia sexual. In Analía Aucía, Florencia Barrera, Celina Berterame, Susana Chiarotti, Alejandra Paolini (Org.). *Grietas en el silencio*. Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado. Rosario: Cladem, 2011.

Clerico, Laura; Novelli, Celeste. La violencia contra las mujeres en las producciones de la Comisión y la Corte Interamericana de derechos humanos. *Estudios constitucionales*, Santiago, v. 12, n. 1, p. 15-70, 2014.

Copelon, Rhonda. Crímenes de género como crímenes de guerra: integrando los crímenes contra las mujeres en el derecho penal internacional. *McGill Law Journal*, 2000.

Corte IDH. *Cuadernillo de Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos* N° 4: Género. 2015.

De Greiff, Pablo. Justiça e Reparações. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.º 03, 2006. pp.42-71.

Diniz, Débora. Ela, Zefinha: o nome do abandono. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9): 2667-2674, 2015.

Diniz, Débora. Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista. In: Stevens, Cristina; Oliveira, Susane Rodrigues de; Zanello, Valeska (Org.). *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 11-21.

Diez, Andrea. Mujeres mayas abren camino: la búsqueda por la justicia ante el sistema de impunidad en Guatemala. In: *Justicia y reparación para mujeres víctimas de violencia sexual en contextos de conflicto armado interno*. Lima: Consejería en Proyectos, 2007.

Duque, Ana Paula Del Vieira. *Direito como Tecnologia de Gênero: uma análise a partir dos relatos de tortura a mulheres pela ditadura civil-militar nos processos do Superior Tribunal Militar (1964-1979)*. Monografia de final de curso. Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

Falcón, Julissa Mantilla. La judicialización de la violencia sexual – Perú y el conflicto armado. *Puentes*, Edición especial, junio 2015. pp. 41-45.

Gaggioli, Gloria. Sexual violence in armed conflicts: A violation of international humanitarian law and human rights law. *International Review of the Red Cross* (2014), 96 (894), 503–538.

Garzón, Baltasar. Avances en la Jurisprudencia Internacional en Violencia Sexual contra Mujeres en Conflictos Armados. *The Journal Jurisprudence*. (2012), 443-472.

Guillerot, Julie. Vinculando género y reparaciones en Perú: Una oportunidad fallida. In: *Y qué fue de las mujeres? : género y reparaciones de violaciones de derechos humanos*. / Beth Goldblatt [et al]. Editora Ruth Rubio-Marín. Bogotá: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2010.

Hagay-Frey, Alona. *Sex and gender crimes in the new international law: past, present, future*. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.

Lauretis, Teresa de. The technologies of gender. In: *Technologies of gender: Essays on Theory, Film and Fiction*. London: Macmillan Press, 1989. p. 1-30.

Memoria Abierta. “... y nadie quería saber”. Relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina / 1a ed. - Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.

Merlino, Tatiana; Ojeda, Igor (Orgs.). *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

Meyer, Emílio Peluso Neder. *Ditadura e responsabilização: elementos para uma justiça de transição no Brasil*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

Meyer, Emílio Peluso Neder. Responsabilização e ditadura. In: Carvalho, Claudia Paiva; Guimarães, José Otávio Nogueira; Guerra, Maria Pia (Org.). *Justiça de Transição na América Latina: panorama 2015*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

Nagy, Rosemary. Transitional Justice as Global Project: critical reflections. *Third World Quarterly*, v. 29, n. 2, 2008, p. 275–289.

Observatorio Luz Ibarburu. Ditadura e transição democrática no Uruguai. In: Carvalho, Claudia Paiva; Guimarães, José Otávio Nogueira; Guerra, Maria Pia (Org.). *Justiça de Transição na América Latina: panorama 2015*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala (ODHAG). *Silenciaron nuestra historia... ahora queremos justicia*. Las violaciones a los derechos humanos cometidas contra las mujeres durante el Conflicto Armado Interno en la región q'eqch'i. ODHAG; CAFCA; PNUD: Ciudad de Guatemala, 2014.

Osmo, Carla. *Judicialização da justiça de transição na América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

Proner, Carol. “La Actuación del Tribunal Internacional para la Aplicación de la Justicia Restaurativa”, 2012. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=147254>

Queiroz, Vanessa Oliveira de. TPI reconhece e condena o estupro como crime de guerra. *Revista Consultor Jurídico*. 4 abr. 2016.

Roesler, Claudia Roseane; Senra, Laura Carneiro de Mello. Gênero e justiça de transição no Brasil. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília. V. 5 nº 105, Fev./Mai. 2013, p. 35 a 67.

Roth-Arriaza, Naomi. América Central: o Sistema Interamericano e a responsabilização de crimes internacionais. In: Silva Filho, José Carlos Moreira; Abrão, Paulo; Torelly, Marcelo. *Justiça de transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013.

Rubio-Marín, Ruth (Org.). *What happened to the women? Gender and Reparations for Human Rights Violations*. New York: Social Science Research Council, 2006.

Santos, Shana Marques Prado dos. *Tratamento de arquivo de direitos humanos na América Latina*. Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada*, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. / Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014.

Segato, Rita Laura Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. *Revista E-Cadernos*, Publicação Trimestral, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES), n. 18, 2012. Disponível em: <https://eces.revues.org/1533>

Segato, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia* - 1a ed. - Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

Segato, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. 1a. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

Souza Pinto, Gabriel Rezende. *Para a democracia: soberania, transição e rastro na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153*. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

Teles, Maria Amélia. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 1001-1022, setembro-dezembro/2015.

Torelly, Marcelo. *Governança Transversal dos Direitos Fundamentais: Experiências Latino-Americanas*. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Tramontana, E.. Hacia la consolidación de la perspectiva de género en el Sistema Interamericano: avances y desafíos a la luz de la reciente jurisprudencia de la Corte de San José, *Revista IIDH*, n.53, p.141-81, 2011.

Unión Nacional de Mujeres Guatemaltecas, UNAMG. *Ni olvido, ni silencio* - Tribunal de conciencia contra la violencia sexual hacia mujeres durante el conflicto armado en Guatemala. Guatemala, Guatemala: (Editora) Media Azkue, Irantzu; (Editora) Guzmán Orellana, Gloria, 2012.

Y qué fue de las mujeres? : género y reparaciones de violaciones de derechos humanos. / Beth Goldblatt [et al]. Editora Ruth Rubio-Marín. Bogotá: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2010.

[Volver al Índice]

Listado de entrevistas

Ada Valenzuela, Unión Nacional de Mujeres Guatemaltecas, UNAAMG, Guatemala, 11 de julio de 2016.

Ana Paula Brito, Núcleo de Preservação da Memória Política, Brasil, 19 de octubre de 2016.

Amelinha Teles (Maria Amélia de Almeida Teles), ex-presa política, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” y Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Politicos, Brasil, 20 de julio de 2016.

Beatriz Betaszew, colectivo Mujeres Sobrevivientes, Siempre Resistentes, Chile, 12 de julio de 2016.

Carolina Varsky, Coordinadora de la Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad, Argentina, 18 de julio de 2016.

Daniela Quintanilla, Corporación Humanas, Chile, 21 de julio de 2016.

Inês Prado Soares, Fiscal del Ministério Público (Ministério Público Federal – São Paulo), Brasil, 11 de julio de 2016.

Julissa Mantilla, docente PUCP y consultora internacional en género y justicia transicional, Perú, 8 de septiembre de 2016.

Karina Ansolabehere, Flacso México, México, 14 de julio de 2016.

Marlon Weichert, Fiscal del Ministério Público (Ministério Público Federal – São Paulo), Brasil, 12 de julio de 2016.

María Ysabel Cedano, Abogada, directora de DEMUS (Estudio para la Defensa de los Derechos de la Mujer), Peru, 14 de septiembre de 2016.

Susana Navarro García, Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicosocial, Guatemala, 19 de julio de 2016.

Susana Chiarotti, Directora del Instituto de Género, Derecho y Desarrollo de Rosario, integrante del Consejo Consultivo del CLADEM (Comité de América Latina y el Caribe para la defensa de los derechos de la mujer) y del Comité de Expertas en Violencia contra la mujer de la OEA, Argentina, 7 de septiembre de 2016.

[Volver al Índice]

Anexo 1

Cuestionario crímenes sexuales: judicialización

Cuestionario para recoger informaciones y datos para el informe

“Crímenes sexuales: justicia y archivos” de la Red Latinoamericana de Justicia Transicional, bajo la responsabilidad de la consultora Claudia Carvalho y la coordinación de la Profesora Camila Prando

Identificación

1. Miembro de la Red Latinoamericana de Justicia Transicional:
2. Nombre(s) de la/lo(s) representante(s) que contesta(n) el cuestionario
3. País representado:

Aspectos internacionales

4. Indicar si el país adoptó los instrumentos internacionales relacionados abajo y la fecha de ratificación:

() Convención de las Naciones Unidas para Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra las mujeres (1979). Fecha:

() Estatuto de Roma de el Tribunal Penal Internacional (1998) Fecha:

() Convención Interamericana para prevenir, punir y erradicar todas las formas de violencia contra la mujer (1994) Fecha:

Indicar otras normativas internacionales relevantes para la temática, que no tengan sido arrolladas arriba:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

5. Hay casos sobre crímenes sexuales apreciados por la Comisión (CIDH) o por la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH)?

() Sí

() No

() No poseo esta

información

En caso afirmativo, cuales los casos y decisiones?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí

() No

6. En el caso de recomendaciones de la CIDH y/o de condenaciones por la Corte IDH, las medidas y/o las sentencias fueron cumplidas por el país?

☐ Sí ☐ No ☐ Parcialmente ☐ No poseo esta información

Indicar las medidas adoptadas para el cumplimiento de las determinaciones:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

7. Hubo sentencias por otros tribunales internacionales o tribunales *ad hoc*?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los casos y decisiones?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

8. Existen informes de órganos internacionales respecto a la situación de la violencia sexual en el país?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los informes?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

Aspectos nacionales

9. Como los crímenes sexuales están calificados en el ordenamiento jurídico nacional?

Favor indicar as leyes y los dispositivos pertinentes.

10. Hubieron reformas legislativas en los códigos o leyes penales que modificaron esa caracterización de los delitos sexuales?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales las reformas?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

11. Hay otros dispositivos legales o proyectos de leyes relevantes para la temática de crímenes sexuales?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales leyes o proyectos?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

12. Se aplican protocolos – nacionales o internacionales – que guían la conducción de las investigaciones sobre crímenes sexuales?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los protocolos?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

Acciones penales

13. Las denuncias y demandas por judicialización de los crímenes sexuales cometidos en los períodos de dictadura y conflicto armado partieron de grupos de la sociedad civil?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales grupos se destacan?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

14. Cuando las denuncias sobre crímenes sexuales empezaron a ser articuladas y a ganar fuerza?

☐ mientras el régimen dictatorial o conflicto armado;
☐ hasta 5 (cinco) años después el fin de la dictadura o conflicto;
☐ hasta 10 (diez) años después el fin de la dictadura o conflicto;
☐ hasta 20 (veinte) años después el fin de la dictadura o conflicto;
☐ más de 20 (veinte) años después el fin de la dictadura o conflicto.
☐ no poseo esta información

Hay algún hito importante a este respecto?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

15. Hay acciones penales promovidas en el ámbito interno para la persecución de crimines sexuales practicados en los períodos de dictadura y conflicto armado?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

No hay acciones penales (o hay con mucho retraso)

16. Hay casos de condenaciones y/o denuncias por la práctica de otros crímenes en acciones judiciales que relatan la ocurrencia de violencia sexual?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los casos?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

17. Hay investigaciones en curso sobre casos relacionados a crímenes sexuales?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

Más informaciones sobre las investigaciones en curso:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

18. Cuales los principales obstáculos y dificultades para la judicialización?

- ☐ tipificación inadecuada de los delitos sexuales;
- ☐ demora o ineffectividad de las investigaciones;
- ☐ dificultad de acceso das víctimas a los órganos responsables;
- ☐ otros [indicar abajo]
- ☐ no poseo esta información

Otros obstáculos:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

Hay acciones penales

19. Cuando tuvo inicio o ajuizamiento de las acciones?

- ☐ durante el régimen dictatorial o conflicto armado;
- ☐ hasta 5 (cinco) años después el fin de la dictadura o conflicto;
- ☐ hasta 10 (diez) años después el fin de la dictadura o conflicto;
- ☐ hasta 20 (veinte) años después el fin de la dictadura o conflicto;
- ☐ más de 20 (veinte) años después el fin de la dictadura o conflicto;
- ☐ no poseo esta información.

Hay algún hito importante a este respecto?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

20. Es posible fornecer números sobre las acciones?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, indicar datos acerca de: Causas activas; Causas paralizadas; Juicios finalizados; Condenas; Absoluciones

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

21. Hay informes gubernamentales o no-gubernamentales sobre los resultados de esas acciones?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales los informes?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

22. Quién inicia la acción penal?

- ☐ el Estado (fiscalías, poder judicial);
- ☐ las víctimas o familiares;
- ☐ otros [indicar abajo]
- ☐ no poseo esta información

Otros agentes que inician la acción:

23. Hay unidades especializadas de las fiscalías o ministerios públicos para investigar y perseguir los crímenes sexuales?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso afirmativo, indicar las unidades y más informaciones.

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

24. Las fiscalías o ministerios públicos y el Poder Judicial califican los crímenes sexuales cometidos en los períodos de dictadura y conflictos armados como crímenes contra la humanidad?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

Otras informaciones relevantes:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

25. Las fiscalías o ministerios públicos y el Poder Judicial califican los crímenes sexuales como delitos autónomos o tipos de tormentos?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

Otras informaciones relevantes:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

26. Los tipos penales de los crímenes sexuales - calificados de crímenes contra la humanidad - también admiten autoría mediata?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

Más informaciones acerca de la autoría y participación criminal en los crímenes sexuales:

27. Cómo son dirigidas las actividades probatorias? Son utilizadas pruebas producidas por comisiones de la verdad y de reparación? Cual es el papel de los testigos? Hay recurso a peritajes especializados?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

28. Las víctimas reciben acompañamiento psicológico?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

Otros datos sobre el servicio de acompañamiento psicológico, si se tiene más información:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

29. Los funcionarios del sistema de justicia reciben capacitación en género para manejar los casos de crímenes sexuales?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

Otros datos sobre la capacitación en género, si se tiene más información:

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

30. Hubo adaptaciones del procedimiento del proceso penal para la situación específica de los crímenes sexuales?
() Sí () No () No poseo esta información

En caso afirmativo, cuales las adaptaciones?

Si posible, adjunte algún material o link sobre el asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

31. Cuales son los principales obstáculos y dificultades todavía enfrentadas en la persecución penal?
() demora en los juzgamientos
() bajo número de condenaciones
() ineffectividad de las puniciones aplicadas
() otros [indicar abajo]
() no poseo esta información

Otros obstáculos en la persecución penal:

32. Hay casos paradigmáticos de judicialización de crímenes sexuales que merecen una atención especial?
() Sí () No () No poseo esta información

En caso positivo, cuales?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

33. Existen estrategias de priorización o selección de casos por parte de las autoridades o de la sociedad civil?
() Sí () No () No poseo esta información

En caso positivo, cuales?

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? () Sí () No

Acciones civiles

34. Hay acciones civiles promovidas en el ámbito nacional respecto a los crímenes sexuales practicados en los períodos de dictadura y conflicto armado?
() Sí () No () No poseo esta información

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

35. En caso positivo, cual el objeto de esas acciones?

- ☐ derechos de reparación;
- ☐ derechos de acceso a la información y de esclarecimiento de los hechos;
- ☐ acciones declaratorias;
- ☐ otros [indicar abajo]
- ☐ no poseo esta información

Otros objetos o más informaciones respecto a las causas civiles:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

36. Como las acciones son movidas?

- ☐ por órganos acusatorios, como los Ministerios Públicos;
- ☐ por las víctimas y familiares;
- ☐ otro [indicar abajo]
- ☐ no poseo esta información

Otros objetos o más informaciones respecto a las causas civiles:

37. Es posible fornecer números sobre las acciones?

☐ Sí ☐ No ☐ No poseo esta información

En caso positivo, indicar: Causas activas; Causas paralizadas; Juicios finalizados; Decisiones favorables; Decisiones negativas:

Si posible, adjunte algún material o link sobre o asunto.

Material adjuntado? ☐ Sí ☐ No

Final

Espacio para otras informaciones que complementen el cuestionario y para la indicación de links, películas, acervos visuales etc

Cuestionario crímenes sexuales: archivos

Cuestionario para recoger informaciones y datos para el informe “Crímenes sexuales: justicia y archivos» de la Red Latinoamericana de Justicia Transicional, bajo la responsabilidad de la consultora Claudia Carvalho y la coordinación de la Profesora Camila Prando

Identificación

Miembro de la Red Latinoamericana de Justicia Transicional:

Nombre(s) de la/lo(s) representante(s) que contesta(n) el cuestionario:

País representado:

Legislación

1. ¿Hay limitaciones legales respecto el acceso a los archivos de información relativa a violaciones de los derechos humanos?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar las leyes y los dispositivos pertinentes.

2. ¿Específicamente, existen limitaciones legales al acceso a la información basada en el derecho de protección de la intimidad, la privacidad y el honor?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar las leyes y los dispositivos pertinentes.

Archivos de la represión

3. ¿Hay archivos de órganos de represión política o de conflicto armado que contienen (o pueden contener) información respecto delitos sexuales?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar cuales son los archivos, órganos productores, tipos de información y documentos.

Archivos de comisiones estatales

4. ¿Hubo comisiones estatales (comisiones de la verdad o de reparación) que han investigado los delitos sexuales practicados durante las dictaduras y conflictos armados o contextos de graves crisis de derechos humanos?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar las comisiones y posibles informes.

5. ¿Las leyes que crearon las comisiones incorporan una perspectiva de género?

() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar los dispositivos pertinentes.

6. ¿Han sido adoptados procedimientos específicos para recoger los testimonios de las víctimas, en particular las víctimas de crímenes sexuales?
() Sí () No () No tengo esta información

Más informaciones acerca de la metodología de recogida de los testimonios.

7. ¿Las víctimas recibieron acompañamiento psicológico?
() Sí () No () No tengo esta información

8. ¿Fue añadida una perspectiva de género al trabajo de la comisión o de las comisiones?
() Sí () No () No tengo esta información

Más información al respecto.

9. ¿Los testimonios de las víctimas de delitos sexuales están disponibles para el acceso público?
() Sí () No () No tengo esta información

Más información sobre las condiciones de acceso:

10. ¿Hay casos de judicialización por el mal uso de la información recogida por las comisiones sobre las víctimas de delitos sexuales?
() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar cuáles son las acciones legales y los resultados.

Archivos judiciales

11. ¿Existen protocolos para la recopilación de testimonios de víctimas de violencia sexual?
() Sí () No () No tengo esta información

Se ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar los protocolos.

12. ¿Los testimonios recogidos son accesibles al público?
() Sí () No () No tengo esta información

Archivos de la sociedad civil y las iniciativas de memorialización

13. ¿Hubo o hay iniciativas de la sociedad civil para la recogida y el intercambio de testimonios de víctimas de delitos sexuales?

(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

Si ha contestado que sí a la pregunta anterior, indique los informes que se han publicado como resultado de la obra y / o archivos con los testimonios de las víctimas.

14. ¿Hay otras iniciativas de memorialización encabezadas por grupos de víctimas o de derechos humanos?

(☐) Sí (☐) No (☐) No tengo esta información

Si ha contestado que sí a la pregunta anterior, indicar las iniciativas.

[Volver al Índice]



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA



UF **m** G

